



56

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2025



Revista Portuguesa  
de História



IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# Revista Portuguesa de História

TOMO LVI

Coimbra 2025

## **Estatuto editorial/Editorial guidelines**

A *Revista Portuguesa de História* foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, resenhas críticas e notícias. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica. A RPH segue o Código de ética e Guia de Boas Práticas da Imprensa da Universidade de Coimbra. A RPH está indexada nas seguintes plataformas: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

The *Revista Portuguesa de História* (*Portuguese Journal of History*) was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. The RPH is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous blind peer review process. The RPH follows the Code of Ethics and Good Practice Guide of the Coimbra University Press. A RPH is indexed in: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences, Scopus, DOAJ, SherpaRomeo.

### **Antigos diretores Past directors**

Torquato de Sousa Soares

Luis Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Maria Helena da Cruz Coelho

Maria Margarida Sobral da Silva Neto

### **Diretora Director**

Maria Antónia Lopes

### **Coordenação científica do volume**

Scientific coordinator of the volume

Maria Antónia Lopes

### **Conselho de Redação Redactional Board**

Ana Isabel Ribeiro (FLUC)

Irene Maria Vaquinhas (FLUC)

João Paulo Avelãs Nunes (FLUC)

Maria Antónia Lopes (FLUC)

Maria do Rosário Morujão (FLUC)

Saul António Gomes (FLUC)

### **Conselho Consultivo Advisory Board**

Amélia Polónia (U. Porto)

António Martins da Silva (U. Coimbra)

Armando Luís de Carvalho Homem (U. Porto)

Eloy Fernández-Clemente (U. Zaragoza)

Fernando Taveira da Fonseca (FLUC)

Filipe Themudo Barata (U. Évora)

Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)

Gaspar Martins Pereira (U. Porto)

Giovanni Chérubini (U. Florença)

Inês Amorim (U. Porto)

Jaime Reis (ICS, Lisboa)

Jean-Marc Moriceau (U. Caen)

João Marinho dos Santos (FLUC)

José Amado Mendes (FLUC)

José Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)

José Damião Rodrigues (U. Lisboa)

Leontina Ventura (U. Coimbra)

Luis Enriques Bezares (U. Salamanca)

Luis Miguel Duarte (U. Porto)

Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Maria Alegria Marques (U. Coimbra)

Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)

Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC)

Maria José Azevedo Santos (U. Coimbra)

Maria Margarida Sobral da Silva Neto (U. Coimbra)

Maria Teresa Nobre Veloso (U. Coimbra)

Martina de Moor (Institute for History; University of Utrecht)

Patrick J. Geary (UCLA)

Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)

Pegerto Saavedra (U. Santiago de Compostela)

Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Vacca Lorenzo (U. Salamanca)

### **Coordenação técnica e administrativa**

Technical and administrative coordination

Carla Rosa

### **Endereço**

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra Portugal

<http://www.uc.pt/fluc/ihes/publicacoes/rph>

[gapci@fl.uc.pt](mailto:gapci@fl.uc.pt)

Telefone/Phone (351) 239 859 984

### **Capa Cover Design**

Rodrigo Fonseca

### **Edição Edition**

Imprensa da Universidade de Coimbra

### **Infografia Infographics**

Mickael Silva

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_56](https://doi.org/10.14195/0870-4147_56)

## Editorial

Publicam-se neste número 56 da *Revista Portuguesa de História* catorze artigos e onze resenhas redigidos em língua portuguesa, castelhana e inglesa, continuando assim esta Revista a manter o seu compromisso com o multilinguismo científico, o que se considera indispensável para uma historiografia sólida e aberta à ciência que se pratica noutros países. Com orgulho e satisfação recebemos propostas de publicação provenientes de duas dezenas de instituições universitárias. Foram aprovados os artigos que se seguem, redigidos por investigadores em fases muito díspares do seu percurso académico, desde jovens doutorandos a historiadores consagrados.

Este número abre com dois artigos de reconhecidas especialistas, ambas modernistas: Ofelia Rey Castelao, da Universidade de Santiago de Compostela, e Margarida Sobral Neto, desta Universidade de Coimbra. A primeira, em “El fracaso del éxito del concilio de Trento en el foro privado: la Galicia rural en tiempos de Felipe II”, debruça-se sobre uma questão que não tem sido estudada a partir dos fundos documentais que explorou e que conhece como poucos: os processos judiciais civis e os resultados obtidos por ela e outros cultores de História Demográfica sobre mobilidade, consanguinidade, ilegitimidade. Mobilizando essas fontes, Ofelia Rey demonstra que os espaços rurais do reino da Galiza da Época Moderna permaneciam como territórios de liberdade e resistência, onde se preservavam maneiras de ser e de se relacionar, apesar das pressões eclesiásticas em contrário.

Margarida Sobral Neto, em “Recursos naturais e direitos de propriedade em Portugal: o caso da enfiteuse”, apresenta-nos uma síntese de uma problemática em que é uma das poucas especialistas em Portugal e que tem sido descurada: as formas de acesso à terra e ao seu rendimento através dos contratos enfiteúticos, que na Época Moderna mobilizavam quase toda a população e instituições portuguesas, pois era da terra e da repartição do produto agrícola que viviam: ou porque nela trabalhavam como enfiteutas ou subenfiteutas ou porque dela recebiam ou negociavam foros e rendas. Margarida Neto estuda o assunto na longa duração “numa perspectiva de história jurídica, mas sobretudo de história económica e social”, demonstrando a adaptabilidade deste instituto jurídico que persistiu até à Constituição de 1976.

Estes dois artigos, que vão contracorrente, o de Margarida Sobral Neto pelo objeto de estudo e o de Ofelia Rey Castelao pela documentação utilizada para

responder às suas questões, são excelentes exemplos de como não podem ser abandonadas áreas historiográficas por sujeição a modas que, tantas vezes, interrompem ou desestimulam boas e necessárias investigações consideradas ultrapassadas, desperdiçando-se esforços e comprometendo-se saberes em construção. Felizmente, não foi essa a opção das duas historiadoras.

Os seis artigos que se seguem reportam-se a um longo arco temporal que vai do século IX ao século XVIII, situando-se três na Idade Média e três na Idade Moderna. Os restantes são de autoria de contemporaneistas.

Paloma Cuenca Muñoz com o texto “Los manuscritos visigóticos de la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro: códices, textos y escrituras” faz um estudo comparativo do ponto de vista codicológico, textual e paleográfico de três diferentes versões existentes em escrita visigótica dessa obra de Cassiodoro (c. 490-583), considerando que são independentes entre si, embora com possíveis vínculos, e revê algumas afirmações correntes sobre a produção de códices na Alta Idade Média nos centros monásticos de Burgos e de La Rioja. Em “Uma crónica abacial quatrocentista num Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça”, Saul António Gomes revisita um texto, que publica integralmente, sobre a participação do abade do Mosteiro de Alcobaça nos acontecimentos políticos que levaram o infante D. Pedro, duque de Coimbra, a tomar a regência do reino de Portugal em 1439, classificando-o como crónica, relacionando-o com o governo reformador do abade D. Estêvão de Aguiar e propondo a identificação do seu autor, o escrivão Rui Fernandes. Vera Cruz Miranda Menacho, em “Escenografía de la muerte: los funerales de Pedro de Portugal en la ciudad de Barcelona (1466)”, aprofunda o que se sabia sobre os funerais régios aragoneses da segunda metade do séc. XV e conclui que as cerimónias fúnebres de Pedro de Portugal, apesar de ser um rei “intruso”, se desenrolaram como era habitual com os monarcas de Aragão. Rituais que, obviamente, tinham intenções políticas legitimadoras de quem o apoiou. Ficam ainda esclarecidos, neste artigo, os mecanismos usados pelas instituições do Principado da Catalunha para justificar a escolha do príncipe português.

Em “Servir as almas do Purgatório na cidade e nas aldeias: confrarias das almas e defuntos de Coimbra e de duas comunidades rurais do bispado, na Época Moderna”, Filipe Miguel de Andrade Campos procede ao levantamento das confrarias sob invocação das almas ou defuntos existentes no território do atual distrito de Coimbra durante o século XVIII. O autor analisou instituições que não têm sido estudadas nesta região com a originalidade acrescida de as ter trabalhado no meio urbano e rural, permitindo examinar dinâmicas regionais frequentemente marginalizadas. Luis Conde Blázquez, em “Sebastianist traces in Northern Europe: the case of *Der Spanische Quintana* (1686-1687) by Werner

Happel”, oferece-nos uma perspetiva da receção do Sebastianismo no Norte da Europa, através da análise de uma novela seiscentista, a qual, como sublinha o autor, demonstra como o sebastianismo transcendeu o meio popular, sendo elevado à literatura política e historiográfica da época e, ao mesmo tempo, ilustra a circulação de ideias e de informação à escala internacional na Época Moderna. Inserido na área da história do livro e das bibliotecas, publicamos o artigo de Daniel Mena Acevedo “La materialidad de los libros en el ámbito doméstico de las élites gallegas a fines de la Edad Moderna”, assente numa metodologia segura e exigente (trabalhou 131 inventários de bibliotecas particulares). Centrou o estudo na distribuição da posse de livros por homens e por mulheres de distintos grupos de elite, na dimensão das bibliotecas, no valor económico dos livros e no espaço que lhes era atribuído nas casas dos/das seus/suas proprietários/as.

Com o artigo de Paulo Leitão “Uma perspetiva sobre o investimento municipal oitocentista em tempo de crise: 1892-1910”, entramos na Época Contemporânea. A atividade concreta das Administrações e Câmaras Municipais durante o regime liberal português está em grande medida por fazer e não é por falta de fontes. Este trabalho contribui para colmatar esse vazio, debruçando-se sobre a aplicação da receita consignada ao Fundo de Viação Municipal em finais do regime, o que contribuiu para alguma melhoria das condições da vida das populações. Fábio Emanuel Oliveira trabalhou, em microanálise, “A Filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém – 1882-1900”. A reconstituição dos vinhedos com cepas americanas e métodos de cultivo mais adequados foram a solução, o que não evitou, em contraste com outros espaços estudados, a contínua trajetória de quebra de produção ao longo dos anos 1880 e 1890, só conseguindo no final do século restabelecer o nível produtivo anterior à filoxera.

Duarte Manuel Freitas e Sérgio Neto, em “A medievalização da memória. O Mosteiro da Batalha e a Primeira Guerra Mundial”, “analisar[am] como a Primeira Guerra Mundial foi memorializada em Portugal através de uma lente medievalizante, tendo o Mosteiro da Batalha como o seu ponto focal”. Com vasta incursão no século XIX e na intelectualidade portuguesa contemporânea à Primeira Guerra Mundial, detêm-se depois na Sala do Capítulo, onde em 1921 se sepultaram dois soldados desconhecidos, e nos seus elementos decorativos, o lampadário, com a “Chama da Pátria”, e, já no Estado Novo, a escultura do Cristo das Trincheiras.

Através da exploração de fontes portuguesas, no artigo “Nas vésperas da Guerra Civil de Espanha. A estada do general José Sanjurjo em Portugal e a conspiração da direita espanhola (1934-1936)”, Fábio Alexandre Faria fornece esclarecimentos úteis tanto para o estudo da Segunda República espanhola como para o das relações que o Estado Novo manteve com ela e, ainda, para a convivência e colaboração do

governo português com o golpe militar espanhol de julho de 1936. Joe Williams, por sua vez, convocando os conceitos de “mito palingenético”, cunhado por Roger Griffin, e de “sacralização da política”, utilizado por Emilio Gentile, oferece-nos em “ ‘Year X of the National Revolution’ – Salazarist palingenetic myth in the *Diário da Manhã*” um texto que se enquadra nas áreas da história política e cultural, propondo-se compreender até que ponto o salazarismo constituía uma ideologia fascista. O autor conclui que era “para-fascista baseada numa configuração especificamente portuguesa de um mito palingenético, incorporando elementos do discurso católico que conferem à política do Estado Novo dimensões sagradas”. Finalmente, sob o título “Capitalismo e desigualdade. Característica estrutural ou implicações diferentes de diversas concepções socioeconómicas? Uma leitura historiográfica”, João Paulo Avelãs Nunes e António Rafael Amaro propõem-nos uma visão de síntese e uma reflexão sobre (cito os autores) “as consequências decorrentes da aplicação de cada um dos paradigmas epistemológicos em causa – moderno, neo-moderno e pós-moderno – à análise da problemática das desigualdades nas sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista”, sociedades que foram observadas na longa duração, procurando-se rejeitar e ensinar a rejeitar visões simplistas e valorativas.

Este volume completa-se com a publicação de onze resenhas. À exceção das três primeiras, as resenhas críticas que se publicam devem-se a jovens investigadores, estudantes de doutoramento ou mesmo de mestrado. Ótimo exercício de ensino/aprendizagem, que se continuará a cultivar, dão-nos conta de produção historiográfica recente de um amplo leque temático e onde, tal como nos artigos, marcam presença os historiadores espanhóis. Esperamos também continuar e fortalecer estes laços ibéricos.

E termino, agradecendo aos autores dos artigos e das resenhas que quiseram publicar na *Revista Portuguesa de História* e aos 40 colegas que generosamente aceitaram a ingrata tarefa de avaliar os artigos que lhes propusemos e que, em tantos casos, os melhoraram. Como sempre, tenho de realçar e agradecer o profissionalismo e a simpatia constantes da Dr.<sup>a</sup> Carla Rosa, coordenadora técnica e administrativa desta revista. Por fim, manifesto o meu reconhecimento pelo apoio recebido dos Diretores da Faculdade de Letras e do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes e pelo acolhimento que a RPH continua a merecer da Imprensa da Universidade, a quem agradeço nas pessoas da sua Diretora e Subdiretora, não esquecendo o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

A Diretora da *Revista Portuguesa de História*  
Maria Antónia Lopes

# **El fracaso del éxito del concilio de Trento en el foro privado: la Galicia rural en tiempos de Felipe II**

## **The failure of the success of the Council of Trent in the private forum: rural Galicia in the time of Philip II**

Ofelia Rey Castelao  
Universidade de Santiago de Compostela  
ofeliareycastelao@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-9720-8486>

Texto recibido em / Text submitted on: 27/02/2025

Texto aprobado em / Text approved on: 21/04/2025

### *Abstract*

This article reflects on the limitations of the Church and the monarchy in the times of Philip II to impose the rules on sexual morality. It studies a territory in the northern periphery of the Crown of Castile, Galicia, and its rural population. For this purpose, we use evidence known from demographic studies –mobility, consanguinity, illegitimacy– and judicial processes of the Royal Court of Galicia; in other words, we propose an analysis based on non-ecclesiastical documentation to discuss what the discourse of the clergy and the monarchy affirmed after the Council of Trent.

Keywords: sexual morality; transgression; Galicia; Council of Trent; Hispanic monarchy.

### *Resumen*

En este artículo se hace una reflexión sobre las limitaciones de la Iglesia y de la monarquía en tiempos de Felipe II para imponer las normas sobre moral sexual. Se estudia un territorio situado en la periferia septentrional de la Corona de Castilla, Galicia, y a su población rural. Para este objetivo se emplean indicios conocidos por estudios demográficos -movilidad, consanguinidad, ilegitimidad- y se utilizan procesos judiciales de la Real Audiencia de Galicia; es decir, se propone un análisis a partir de documentación no eclesiástica para discutir lo que afirmaba el discurso del clero y de la monarquía después del concilio de Trento.

Palabras clave: moral sexual; transgresión; Galicia; concilio de Trento; monarquía hispánica

## Introducción

Como sabemos desde siempre y más desde los estudios clásicos de Muchembled, los habitantes del rural tenían una visión del mundo moralizada bajo sus propios códigos, lo que constituyó una sólida barrera frente a los modos de imposición que venían “de fuera” de la propia comunidad<sup>1</sup>. La segunda barrera era la que mediaba entre esas imposiciones y lo que pasaba dentro de casa, en el foro privado, por muy precario que este fuese, casi impenetrable para cualquier tipo de autoridad. En estas páginas no tratamos un tema nuevo, sino que centraremos en ese aspecto con un solo objetivo: reflexionar sobre un desenfoque de valoración respecto al reinado de Felipe II y la aplicación del concilio de Trento<sup>2</sup>, por el cual se ha aceptado la idea del éxito sobre la base del discurso que el propio clero desarrolló para demostrar su eficiencia, sin tener en cuenta lo que sucedía en amplias zonas rurales en las que, más de un siglo después, se mantenían muchas prácticas que se daban por desterradas<sup>3</sup>.

Ese discurso fue construido sobre todo por los obispos, de quienes emanaron textos normativos (sínodos, constituciones), orientativos (advertencias a curas, catecismos) e informativos (respuestas a las visitas *ad limina*), una de cuyas intenciones era sumar méritos y hacerlos llegar al rey para conseguir ascensos y, secundariamente, al papa. Esto se comprueba, por ejemplo, en las diócesis situadas en lo más alto del ranking del episcopado –como la de Santiago de Compostela–, cuyos prelados fueron menos activos que cuando estaban en diócesis menores<sup>4</sup>. Al discurso contribuyeron los escritos de los allegados de los obispos, en especial los componentes de sus familias personal y eclesiástica, que hicieron publicar e imprimir oraciones fúnebres y biografías laudatorias en

---

<sup>1</sup> Robert Muchembled, *Insoumisés: Une autre histoire des Françaises, XVIe-XXIe siècle*, París, Autrement, 2022, p. 45.

<sup>2</sup> La bibliografía sobre este tema es inabarcable. Véase: Ignasi Fernández Terricabras, *Felipe II y el clero secular: la aplicación del concilio de Trento*, Madrid, SECCC, 2000; del mismo, en términos comparativos, “Éxitos y fracasos de la Reforma católica. Francia y España (siglos XVI-XVII)”, *Manuscrits*, 25 (2007), p. 129-156. Sobre el país vecino: José Pedro Paiva, “La reforma católica en Portugal en el periodo de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)”, *Tiempos modernos*, 20 (2010), <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/view/220>.

<sup>3</sup> Trabajo realizado en el seno del proyecto *Ciudades y villas del Noroeste Ibérico: gobernanza y resistencias en la Edad Moderna*, PID2021-124823NB-C21, con la colaboración de la RED *Conflictos y resistencias en la Corona de Castilla, siglos XVI-XIX*, RED2022-134215-T, financiados por la Agencia Estatal de Investigación y el Ministerio de Ciencia e Innovación.

<sup>4</sup> Fernando Suárez Golán, *¿Príncipes o pastores? La imagen de los arzobispos de Santiago entre la realidad y su espejo?*, tesis inédita, Santiago de Compostela, Universidad, 2021.

las que, obviamente, no hay referencia a lo que no era rigor en el cumplimiento de los mandatos de Trento, abnegación en la labor pastoral y asistencial, corrección en los comportamientos y magnanimidad, esta última para con quienes escribieron esos textos. La firmeza y generalización del discurso aplana las diferencias territoriales y deja fuera la diversidad<sup>5</sup>, en especial la que nos interesa subrayar, la referida al ámbito rural de regiones periféricas.

Para valorar el impacto de las normas eclesiásticas, no solo de las emanadas del Concilio de Trento, y de las dictadas por la monarquía para aplicarlas, no es adecuado metodológicamente utilizar solo fuentes de origen eclesiástico, ni tener como único ángulo de observación el religioso. A eso podría atribuirse el hecho de que lo que no entra en lo canónico se clasifique como hábitos populares, cuando afectaban a todo el espectro social, y no se tiene en cuenta que el incumplimiento iba mucho más allá, en especial cuando interfería en lo privado. El uso prioritario de la documentación en la que reside el discurso del éxito ha conducido a minusvalorar las resistencias, más todavía las de tipo pasivo, que apenas dejaban rastro, para lo que bastaría con adaptar algunos de los elementos teóricos de James Scott<sup>6</sup>. En este sentido, la bibliografía sobre Galicia hace tiempo que se ha posicionado de forma crítica<sup>7</sup>.

Es decir, la mirada debería estar más atenta a la dimensión familiar y social –cuyo gozne era el matrimonio–, e incluso a la económica. Es preciso, además, afinar en las diferencias zonales porque las circunstancias de cada territorio explican la diversidad de comportamientos y de la aceptación o no de los preceptos de Trento y de la monarquía, que dependían de la capacidad de reacción, de resistencia e incluso de asunción, si convenía. Dicho de otro modo, al observar las actitudes ante el matrimonio –único marco legal y moral para la práctica del sexo– se comprueba que para la sociedad era menos importante la normativa religiosa que las disposiciones civiles y el incumplimiento de aquella no se puede medir solo mediante lo que se ve, sino de lo poco visible o en los renglones ocultos, sin duda los indicadores reales de la resistencia a la imposición de valores ajenos cuando se trataba de gestionar la familia y sus intereses sociales y económicos.

---

<sup>5</sup> Nos remitimos a la obra colectiva, Michel Boeglin, Ignasi Fernández Terricabas y otros (coords.), *Reforma religiosa y disidencia religiosa: la recepción de las doctrinas reformadas en la Península Ibérica en el siglo XVI*, Madrid, Casa de Velázquez, 2018; en especial Hugo Ribeiro da Silva, “Corona e Iglesia en Portugal en el siglo XVI ¿Un frágil equilibrio de Poderes?”, p. 75-91.

<sup>6</sup> James C. Scott, *Los dominados y el arte de la resistencia*, Txalaparta, Era, 2003.

<sup>7</sup> Por falta de espacio, nos remitimos a dos síntesis: Pegerto Saavedra, *La vida cotidiana en la Galicia del Antiguo Régimen*, Barcelona, Crítica, 1994; e Isidro Dubert, *Cultura popular e imaxinario social em Galicia*, Santiago de Compostela, Universidad, 2007. Se citarán otros títulos más adelante.

Por todo esto, es preciso superar la documentación normativa, la inquisitorial y de los tribunales eclesiásticos, porque la respuesta está fuera, en los archivos parroquiales –incluso si no los había, como veremos–, en las escrituras notariales –apartamientos, convenios, concordias, etc.– y en los procesos de la justicia ordinaria local y de los tribunales de la Corona, en todos sus niveles, ya que la mayor parte de los casos de contravención de las normas fueron a estos y no a los eclesiásticos. Previamente es imprescindible tener en mente el esquema judicial y los ámbitos de competencia de cada jurisdicción con respecto a cada delito o pecado, y los cambios que introdujo Felipe II para reforzar los de la monarquía; la superposición legal –derecho real, legislación de la Iglesia, costumbres locales–, y la diversidad jurisdiccional –de ahí la importancia de los análisis territoriales–, ya que por cualquier resquicio podía irse de nuestro control todo tipo de incumplimientos y trasgresiones.

### **Limitaciones reales en un territorio complejo**

La primera limitación para aplicar las normas estaba en el enorme número de parroquias de las diócesis gallegas: Mondoñedo tenía 371; Lugo 1085; Santiago 1065; Ourense 651; y Tui, 242, donde vivían en 1591 unas 635.000 personas repartidas en un hábitat muy disperso y rural. Era esto lo que dificultaba las visitas de los prelados, quienes solían enviar a sustitutos. No solo era la imposibilidad material de visitar tantas parroquias, sino que los gobiernos de los obispos duraron poco tiempo y hubo largos períodos de sede vacante, a lo que se unió el problema de los contagios pestíferos desde 1575 que paralizaron el tránsito. Aunque se ha hecho mucho hincapié en la importancia de este instrumento, lo cierto es que esta idea habría que confrontarla con el contenido y resultados de esas operaciones y se comprobaría que no solo eran incompletas y apresuradas, sino que cambiaban de criterio de una vez a otra, predominando en esta época las de carácter estadístico –valor de los curatos, número de vecinos, reparto del diezmo, etc.– al coincidir con cambios fiscales importantes dictados por Felipe II para los cuales los obispos sirvieron de informantes. Por otra parte, las cuestiones de dogma serían el objetivo de las visitas de los inquisidores, pero no solo estas fueron todavía más escasas y limitadas, sino que se revelan contradicciones con las otras, por lo que su impacto se anularía.

Otra barrera limitativa invocada en el discurso del éxito es la ignorancia de los fieles, como se calificaba su falta de instrucción en la doctrina. Los obispos no pasaron de recomendar que se enseñase en las parroquias y de lamentar la falta de formación del clero, cuyo absentismo, por otra parte, reducía su capacidad de

enseñar a sus parroquianos. En la práctica nada se hizo en el ámbito rural y el analfabetismo estaba generalizado. En 1594, entre los testigos de las valoraciones de curatos de la diócesis de Santiago, solo firmó un 15,1%, pero eran hombres con cierta relevancia social; los demás oscilaron entre un 2,7% y un 6,2%, y a comienzos del XVII, solo supo firmar el 7,9% de los testigos de pleitos de la Audiencia<sup>8</sup>. Son numerosos y unánimes los comentarios negativos de los jesuitas desde su llegada en 1561 a Monterrey, comparando Galicia con las Indias o con Japón por ser “de gente tan inculta y bárbara con tan poca enseñanza de la ley de Dios”, o que “la gente que habita en esta tierra es de suyo rústica y corta de entendimiento que parece que se asemejan a lo material de la tierra que es áspera montuosa e inculta”<sup>9</sup>. Más comprensivo, el cisterciense fray Atanasio de Lobera escribía en 1605:

que como la gente vive por los campos, retirado un vezino de otro, las casas son malas, el ejercicio andar con el ganado por montes, el niño mama lo que vee y abarca aquello en que se cría. Que si vivieran en comunidades donde ay escuelas, ay urbanidad en el vestir, en el hablar, en comer y beber y en todas las acciones naturales y artificiales, donde comunican los hombres y se comunican las cosas, ay quien alabe y vitupere, castigo y premio, honra y menosprecio, y visto uno y otro, tiene ocasión la naturaleza de hechar mano de aquello a que se inclina, corrieran los ingenios por diverso camino.

No descartamos que la rusticidad fuese una actitud conscientemente prudente y precavida, e incluso manipuladora, como reflejó ese monje al afirmar que “el rústico, el que jamás salió de entre las breñas y toxos, ni comunicó ni aún casi bio hombre de capa negra, si le tocan en interés de un real levantara mil pleitos”<sup>10</sup>.

Una tercera limitación estaba en que la Iglesia no podía interferir en cuestiones de herencia o de la economía del matrimonio, reguladas por las leyes de la monarquía y por el aparato judicial, mediante el cual supervisaba la validez del matrimonio y sus alteraciones, sin llegar a su control legal, como en Francia. La colaboración de los obispos era esperable ya que, a fin de cuentas, eran designados por el propio rey, pero los desacuerdos en el modo de hacerlo

---

<sup>8</sup> Ofelia Rey Castelao, “Niveles de alfabetización en la Galicia de fines del Antiguo Régimen”, *Bulletin Hispanique*, 2 (1998), p. 271-311.

<sup>9</sup> Evaristo Rivera, *Galicia y los Jesuitas: Sus colegios y enseñanza en los siglos XVI al XVIII*, A Coruña, F. Barrié, 1989, p. 68, 120.

<sup>10</sup> Luis Rodríguez Montederramo, “Gondomar y la Historia del Reino de Galicia: Estudio y edición del borrador de la Coronica Grande del Reino de Galicia de Atanasio de Lobera” en Pedro M. Cátedra y M. Luisa López-Vidriero (dirs.), *De libros, librerías, imprentas y lectores*, Salamanca, Universidad, 2002, p. 335.

no fueron raros. Así pues, ya antes de que Trento dictara sus preceptos, todo estaba asentado en las leyes de Toro de 1505, sobre las Felipe II no hizo cambios sustanciales, sino que las consolidó en la Recopilación de 1567<sup>11</sup>.

A ese marco pertenecía Galicia, como integrante de la Corona de Castilla. El matrimonio se establecía en régimen de bienes gananciales, cuya administración por el marido se reafirmó en la Recopilación, como también la reparación en caso de mala gestión cuando el matrimonio se disolvía, o la gestión en caso de ausencia del cónyuge, tan frecuente ya por entonces; y la no confiscación de los bienes de un cónyuge si el otro era acusado de un crimen, como sucedería en los casos judiciales que luego veremos. También se facilitaron las segundas nupcias de las viudas si aseguraban la herencia de sus hijos, lo que era una respuesta a la realidad de que eran viudas más del 11% de las jefes de familia según los datos del censo de 1591. En cuanto a la dote, se podía ceder por esta vía entre un quinto y un tercio del patrimonio de los padres, lo que daba ocasión a abusos y a excesos en las cuantías, por lo que la Corona puso restricciones en 1534 y 1575 para evitar el incumplimiento de compromisos y el endeudamiento de las familias. En cuanto a la sucesión patrimonial, esta respondía a la partición igualitaria entre hijos e hijas, pero se respetaban las costumbres y se permitía mejorar a uno o a una, lo que en Galicia era dominante y, con lo anterior, constituyó una fuente constante de litigios. La ley preveía que, si un hijo o una hija se casaban sin permiso o sin la edad legal, podían ser desheredados, lo que se reafirmó en 1563, en especial si se trataba de un matrimonio clandestino, sobre el cual la Iglesia y la monarquía coincidieron en poner el foco para su erradicación<sup>12</sup>. Sin embargo, es raro encontrar casos de exclusión de la herencia, por cuanto había que justificarlos muy bien: como ejemplo, en 1589 el escribano Fernán Pérez de Lemos desheredó a su hija María porque en 1583 pretendió hacerlo sin su licencia ni la de su segunda mujer, forzando ella la situación al convivir con el presunto novio, Pedro López Mosquera<sup>13</sup>.

En sentido contrario, el poder civil castigaba los excesos de autoridad de los padres en cuanto a la falta de libertad o de voluntad de los hijos a la hora de casarse, que estaba en la base de muchos desacuerdos, de prácticas extramatrimoniales –amancebamiento, adulterio– e incluso de la bigamia. Ahora bien, tanto si se

---

<sup>11</sup> Ofelia Rey Castelao, “Femmes et héritage en Espagne au XVIIe siècle: stabilité légale et changements réels”, *Dix-septième siècle*, 3 (2009), p. 244-265.

<sup>12</sup> Antonio Irigoyen López, “Estado, Iglesia y familia. La complejidad de los cambios legislativos y socioculturales” in F. Chacón y J. Bestard (éd.), *Familias. Historia de la sociedad española*, Madrid, Cátedra, 2011, p. 569-570.

<sup>13</sup> Citado por Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller: mulleres ourensáns dos séculos XIV-XVIII*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2008, p. 66.

trataba de mayores como de menores de edad, debemos recordar que la fórmula más elemental de eludir esa autoridad era irse de casa y buscar la vida en otros espacios, lo que también incluía a los hombres casados que dejaban una relación que no les gustaba<sup>14</sup>. La migración no solo tenía una causalidad económica, sino de resistencia e incluso de desobediencia. En tiempos de Felipe II los datos, aunque inconexos, indican la frecuencia e intensidad de la movilidad, de la que hay rastros abundantes. En el padrón de la jurisdicción de San Clodio (Ourense) de 1580, si los criados y criadas revelan un intenso intercambio, es más expresivo el dato de quienes estaban ausentes y se habían ido dejando a sus familias e incluso sus bienes, ya que afectaban al 6,5% de las 443 familias recontadas; muchos eran ausentes desde hacía varios años y si dos tercios eran solteros y solteras, el resto eran casados cuyas esposas no sabían dónde estaban<sup>15</sup>.

Unos iban a las siegas y al trabajo agrícola y otros a las ciudades y villas, sobre todo de Castilla. En estos años del siglo XVI, en Medina del Campo, en el hospital de Simón Ruiz, los gallegos eran el 20-25% de los ingresados, la mayoría de las provincias orientales –aunque podían estar de paso– y constituyeron el 21,2% de los forasteros que se casaron allí entre 1600 y 1634. Se calcula que unos 2500 hombres y mujeres partieron para ir a repoblar las Alpujarras en 1571, una operación fracasada que hace dudar de esa cifra. Era la Andalucía occidental la que más gallegos atraía: en Sevilla eran entre el 4% y el 5,5 % de los contrayentes el 13% de quienes se casaron entre 1590 y 1620 y el 13% en Córdoba de 1585 a 1590, donde fueron el 14% de los seis mil ingresados en el hospital mayor<sup>16</sup>. Es llamativo que ninguna norma religiosa hiciese referencia a esa movilidad, que estaba en la base de los abandonos de hogar, de la bigamia y de otros comportamientos irregulares y que, además, era la vía por la cual transitaban ideas y hábitos socio-culturales, en especial cuando el destino migratorio eran las ciudades.

Para quienes no se iban, el desacuerdo con las decisiones familiares era atendido por los tribunales de la Corona, que revelan que las reglas del juego se rompían y derivaban en conflictos familiares o intracomunitarios diluyentes de la

---

<sup>14</sup> Ofelia Rey Castelao, “Movilidad y migraciones como formas encubiertas de emancipación y de resistencia en la Edad Moderna. Una reflexión”, *Vínculos de Historia*, 14 (2025), p. 68-83.

<sup>15</sup> Frutos Fernández González, *O padrón de San Clodio de 1580. Estudio histórico e onomástico*, Santiago de Compostela, ILGA, 2008; Frutos Fernández y Francisco Sandoval Vereza, ““Juntos en una casa debajo del poderío paternal”: la familia en la jurisdicción de San Clodio do Ribeiro de Avia a finales del siglo XVI”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 58 (2011), p. 197-234. <https://doi.org/10.3989/ceg.2011.v58.i124.248>.

<sup>16</sup> Ofelia Rey Castelao, “Migraciones internas y medium-distance en Galicia, siglos XVI-XIX” en Antonio Eiras y Ofelia Rey (eds.), *Migraciones internas y medium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, Santiago de Compostela, Xunta, 1994, vol. II, p. 85-130.

teórica estabilidad de la familia cristiana. Salvo las separaciones matrimoniales y los casos de bigamia, todo lo demás iba a los tribunales señoriales y en apelación, aunque también en primera instancia, a la Real Audiencia de Galicia. La escalada de los pleitos de tipo familiar registrada en ese juzgado en la segunda mitad del siglo XVI es indesligable de los efectos de una regularización del matrimonio mal digerida: baste decir que entre 1563-1600 se registraron 154 procedentes de la Galicia oriental y 220 de la occidental, en gran parte por dotes<sup>17</sup>.

Es decir, es preciso tener en cuenta la realidad de las familias y sus particulares intereses y circunstancias, que siempre se ponían por encima de cualquier limitación legal y eclesiástica, esquivándolas con bastante facilidad. El cumplimiento o no de las normas respondía también al nivel de riqueza y de propiedad, o de si se tenía alguna condición privilegiada –hidalgúa, clero– y de quien tenía el poder en la familia. Aunque los datos disponibles son pocos y tardíos, podemos decir que en el interior (antigua provincia de Lugo) había amplias zonas de familia troncal, pero el modelo dominante era la familia nuclear y de talla pequeña –entre 3,6 y 4,5 personas–; por ejemplo, el mencionado padrón de San Clodio de 1580, elaborado por monjes, lo demuestra con claridad, así como el elevado número de casas de solitarios y la abundancia de criados. Si para las familias mejor situadas era importante mantener su patrimonio unido, igual de importante o más lo era para las otras, dada la pequeñez de las explotaciones campesinas, y las decisiones sobre la herencia tenían la misma repercusión, para lo que se empleó la opción de la mejora y, como veremos, la consanguinidad y otras fórmulas endogámicas menos visibles. Clave era también el número de hijos –en general menos de cuatro por pareja– y los efectos de la mortalidad infantil, que podían cambiar las estrategias de las familias al reducir el número de herederos posibles: la elevada edad nupcial explica que la media fuese baja, al mismo tiempo que era una de las formas de control de la sucesión, al igual que el elevado número de solteros definitivos. No es baladí comentar que el período de Felipe II fue en Galicia de fuerte crecimiento demográfico, pero desembocó hacia 1580 en una ralentización y en la fortísima crisis de los años finales del XVI, cuando los contagios pestíferos trastocaron el comportamiento vital de las poblaciones rurales y urbanas, sin respetar las jerarquías sociales.

En el epicentro, como en todas partes, estaba el matrimonio, sobre el que estaba casi todo dicho en los sínodos anteriores a Trento, se mantuvo en los sínodos paralelos y se confirmó en el concilio de la provincia eclesiástica de Santiago y sínodos posteriores. Tanta insistencia seguía sin dar resultados

---

<sup>17</sup> Isidro Dubert, *Historia de la familia en Galicia durante la Época moderna: 1550-1830*, Sada, O Castro, 1992, p. 326.

firmer incluso muchos años después, empezando por lo aparentemente más simple que era el registro de los matrimonios. Siempre se ha interpretado la falta de libros parroquiales por la desidia de los párrocos y su absentismo. En Galicia son poquísimos los iniciados en tiempos de Felipe II y en gran parte de las parroquias hubo que esperar a más allá de 1650, además de ser más tardíos que los de bautismos, que a su vez eran fundamentales por contener el nombre de los padrinos y, por lo tanto, para precaver casos de parentesco espiritual.

La falta de anotación facilitaba todo tipo de incumplimientos al no generarse un documento acreditativo del sacramento, como se constata en los casos de bigamia. Según los sínodos, desde mucho antes de Trento tenía que hacerse un acta con los nombres de los contrayentes y de los testigos y la firma del sacerdote oficiante para acreditar la validez del enlace: al no haberlas, la impunidad estaba asegurada. Dado que los párrocos eran en su mayoría de presentación por parte de casas poderosas, las primeras interesadas en la opacidad documental, habría algo más que desidia. Además, contradiciendo las reiteradas órdenes de los obispos, los párrocos participaban en ceremonias irregulares –matrimonios clandestinos o sin dispensas–, o bien casaban a sus propios hijos, a sus nietos o a sus barraganas. ¿De verdad tenían interés en registrarlos?

Para asegurar la validez de un matrimonio –voluntad de contraerlo, libertad de hacerlo (compromisos, promesas o bodas anteriores)– la clave estaba en las amonestaciones en tres domingos para que los posibles impedimentos fuesen denunciados por los vecinos. Si la pareja no era de su parroquia, el cura tenía que pedir permiso a los otros párrocos y preguntarles si algo impedía la boda. Las familias debían declarar si había consanguinidad, parentesco espiritual o compromisos anteriores –no digamos ya si había la sospecha de un matrimonio previo– porque se temían consecuencias –problemas de herencia, autoridad paterna, desigualdad económica, bigamia, separaciones– y el desorden social que podían generar en la comunidad. Sin embargo, en Galicia se eludían con gran frecuencia<sup>18</sup>, tanto por connivencia de vecinos y parientes como porque los párrocos no cumplían con su obligación de la misa dominical –apenas la había cada dos o tres semanas en muchas parroquias de la diócesis de Santiago<sup>19</sup>– y los fieles tampoco acudían con asiduidad. Pero contaba también el mal ejemplo de los poderosos, que obtenían con facilidad dispensas de amonestarse. Lo más fácil era eludir las parroquias de residencia de los novios, para evitar a quienes

---

<sup>18</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio de la Inquisición de Galicia*, Madrid, Ed. Akal, 1982, p. 648.

<sup>19</sup> Baudilio Barreiro Mallón, “La diócesis de Santiago en la época moderna” en José García Oro (coord.), *Historia de las diócesis españolas: Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy*, Madrid, BAC, 2002, p. 186.

los conocían a ellos y a sus circunstancias, de modo que el sínodo compostelano de 1579 denunciaba que, al haber párrocos que ponían impedimentos para casar “se suelen pasar a vivir a otras feligresías donde no se sabe del dicho impedimento” por lo que se mandó, pena de ocho ducados, que los rectores no casaran “a los que de poco tiempo atrás hubieren venido a sus feligresías sin que primero se hagan las amonestaciones en las parroquias a donde ante vivían firmadas por el rector que las hizo”<sup>20</sup>.

Las normas también fijaban cuestiones como la dimensión lúdica de las bodas; la interpretación de las ceremonias; los tiempos litúrgicos; quién podía officiarlas; el número y las condiciones de los testigos; y la presencia de los padres o tutores, facetas relevantes porque podían dar lugar a incumplimientos, distorsiones y conflictos, como en efecto sucedía de forma constante. Los testigos tenían especial importancia: en Galicia solían ser vecinos cercanos, o sacristanes y mayordomos de las parroquias –no era así en las clases más acomodadas–. El hecho de que se tratara de hombres con responsabilidades en la parroquia revela su importancia en posibles procesos judiciales de separación, divorcio o anulación, ya que podían ser llamados a declarar ante los tribunales eclesiásticos. Se castigaba la presencia de testigos –conscientes o no– si asistían a matrimonios sin dispensa o si la celebración se había oficiado en secreto o sin amonestaciones, se les condenaba con la excomunión (Ourense, 1543-44)<sup>21</sup>.

Las ceremonias debían hacerse de día, *in facie ecclesia* y a toque de campana y en los tiempos en que las bendiciones no estuvieran prohibidas, en la parroquia de la novia, no en ermitas o monasterios, casas y propiedades privadas. Sin embargo, las clases poderosas no obedecían para preservar su diferencia: por ejemplo, el 14-V-1562, Catalina de la Cámara y el licenciado Álvaro Rodríguez de Araujo se casaron en Ourense “un domingo al caer la noche”, en su casa y con asistencia de varios canónigos de la catedral, escribanos y bachilleres en condición de testigos<sup>22</sup>. Es decir, en nada se respetó la normativa por parte de los primeros obligados a cumplirla.

### **Las contravenciones prenupciales de la moral sexual**

En Galicia no hubo tribunal de la Inquisición hasta 1574, tras varios intentos frustrados (1561, 1567) por la oposición de los poderes locales y de cabildos

<sup>20</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 646.

<sup>21</sup> Antonio García y otros (eds.), *Synodicon Hispanum*, Madrid, BAC, 1981, p. 240.

<sup>22</sup> Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller...*, cit., p. 65.

y obispos; en 1564 el Consejo reconocía que allí “es cosa odiosa y para su obediencia es menester o amor o temor y pues amor ya se entiende que no lo tienen conviene que tengan temor”. A la Suprema le preocupaba la frontera con Portugal y el paso de conversos, ya que se sabía de antemano que el control interno era difícil, como en su día escribió Jaime Contreras, resumiendo el panorama descrito en una carta de 1572 por el inquisidor Diego González: “campesino rudimentario, desconocimiento del dogma, generalización de lo supersticioso y lo pagano, población dispersa y geografía complicada, clero analfabeto y escaso y corrompido, y señores que eran auténticos tiranuelos”. En el último tramo del XVI se constituyó la red de comisarios y de familiares, muy escasa en número para un territorio de cerca de treinta mil kilómetros cuadrados, en el que las visitas eran muy difíciles, por lo que se hicieron pocas e incompletas. Entre 1562 y 1599 hubo 16, cada vez más espaciadas, centradas en los obispos de Santiago y Tui; en Ourense no las hubo hasta 1579, Lugo y Astorga hasta 1580 y Mondoñedo en 1586. La débil acción en el rural se constata en que solo el 48,7% de los 1049 procesados entre 1560 y 1599 eran campesinos, muy por debajo de su 90% real, y el resto eran artesanos, profesionales, etc. de residencia urbana. En su mayoría, el 56,3% lo fueron por proposiciones, 18,8% por bigamia y solo 4% por solicitud, aunque, como escribió el inquisidor Montoya en 1586 la gente “es tan rústica que hay muchos fornicarios y renegados y por ser tantos sería cosa posible ni extendiese a darles mayor pena”<sup>23</sup>.

Los procesos revelan lo mismo que otras fuentes, es decir, la falta de sentido de que las relaciones sexuales fuera del matrimonio eran pecado, lo que las autoridades eclesiásticas y la Inquisición atribuían a la ignorancia de la doctrina y a la no interiorización de las normas religiosas que pretendían regular la vida privada<sup>24</sup>. El tribunal compostelano no actuó de modo diferente a otros y se centró en las opiniones expresadas en público, ya que se acercaban a la herejía, pero apenas persiguió las prácticas, quizá por las escandalosas faltas a la moral sexual de su propio personal tanto civil, como los familiares e incluso algunos comisarios. La falta de instrucción de los campesinos era alegada por los inquisidores para justificar la relativa blandura de los castigos a las manifestaciones sobre la simple fornicación, de modo que en el período que nos ocupa solo juzgó a 131 hombres, solteros en el 52,6%, 22% casados y 9,1% viudos, y 9,1% clérigos, y a 43 mujeres, solteras el 60,4%, casadas

---

<sup>23</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 506.

<sup>24</sup> Jean-Pierre Dedieu, “El modelo sexual: la defensa del matrimonio cristiano” en Bartolomé Bennassar (ed.), *Inquisición española: poder político y control social*, Barcelona, Crítica, 1984, p. 270-283.

el 1,7% y viudas el 23,2%, unos y otras de entre veinte y treinta años. La mayoría de los procesados lo fueron sobre todo después de la carta acordada remitida por la Suprema en 1573 con instrucciones para tratar como herejes a quienes creían que la fornicación simple no era delito, lo que se incluyó en los edictos de fe de las visitas. Pero lo cierto es que, como escribieron los inquisidores de Santiago en 1585 a Madrid, no quedaba otra opción que la tolerancia porque

entendemos por experiencia y estamos persuadidos que los más que pretendemos de los naturales de estos reinos en donde hay mucha falta de doctrina especialmente entre labradores y rústicos dicen a tontas y sin saber lo que dicen y por ignorancia que el tener acceso carnal un soltero y una soltera no es pecado y no con ánimo de heretical y como de ordinario las justicias de este reino disimulan con los tales y no los castigan aunque estén amancebados como debieran piensan que el acceso carnal como no tenga circunstancia que agrave no es pecado<sup>25</sup>.

Prometían endurecer el castigo, pero las cosas no cambiaron. Entre los reos hallamos los efectos de la migración del campo a la ciudad, entre las mujeres en especial: solían ser criadas que expresaban que fornicar no era pecado en sus aldeas, sin que en esto se diferencien de otros territorios, por lo que no repetimos los casos ya publicados, salvo el de Leonor Varela, de Lousada (Ourense), quien decía de sí misma que “buena estaría yo si tres hijos que tengo los he habido de tres mancebos solteros si hubiera hecho un pecado mortal con cada uno de ellos, habría estado toda mi vida en pecado”<sup>26</sup>. Es decir, las proposiciones reflejaban el desconocimiento o la no aceptación de valores sociales ajenos, además de una libertad sexual más amplia y con más opciones para su práctica.

En efecto, fueron poco frecuentes las denuncias contra solteros amancebados, salvo que fuesen reincidentes, de modo que algunos casos que conocemos tenían otras motivaciones. Por ejemplo, cuando en 1572 Juan de Castro, de 20 años, e Inés de Lugo, de 30, fueron llevados a la cárcel de la jurisdicción de Pobra do Brollón (Ourense), su denunciador era el párroco de la villa, Juan Díaz, de quien Inés era criada, después de haberlos encontrado “acostados en la cama cuando él volvía de haber ido a podar sus viñas y hallándolos así llamó la justicia y los hizo aprender”<sup>27</sup>. Dos testigos, Margarita

---

<sup>25</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 628.

<sup>26</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 633-638.

<sup>27</sup> Archivo del Reino de Galicia (ARG), *Real Audiencia*, 25113-41.

de San Vicente y su hijo Juan los habían visto “besar y retozar y que el clérigo los halló en la cama y que es grande bellaquería”. La cuestión de fondo era si los dos eran criados del cura. Los demás testigos, todos hombres, vecinos de parroquias cercanas y analfabetos repitieron lo mismo, salvo Juan Besteiro, quien aseguró que Inés había parido dos veces, no sabía de quién. La Audiencia se limitó a dar provisión y a nombrar un tutor a Juan. Por los mismos años, en la causa inquisitorial contra María Alfonso, de 19 años, casada, ella misma reconoció haber estado amancebada de soltera durante un año y medio, sin ser castigada, pero sí lo fue cuando afirmó que era mejor estar así que mal casada ya que “entonces estaba en servicio de dios y que dende que se casara estaba en servicio del diablo”<sup>28</sup>.

Ilegitimidad, concepciones prenupciales y abandono y exposición de niños son indicadores de una realidad mucho más profunda que todo eso. Los datos publicados revelan que a inicios del XVII el porcentaje de ilegítimos era elevado, en torno al 7% y más del 14% en zonas de la costa. Por ejemplo, en San Clodio en 1580, en el 8,6% de los 443 grupos familiares había uno o varios hijos naturales o ilegítimos que vivían con sus padres o madres o residían en casa ajena; había hombres solteros que tenían a los suyos; 21 matrimonios con hijos anteriores a casarse; y más había en casas de sus madres solteras o viudas<sup>29</sup>. El celibato femenino era ya alto por entonces debido a la emigración de hombres jóvenes, lo que favorecía la ilegitimidad. Más allá de consideraciones morales, esos hijos eran fuerza de trabajo, no lo olvidemos, aunque ya por entonces eran un problema los niños y las niñas abandonados que, en el mejor de los casos, irían a parar a la casa de expósitos creada en el Hospital Real de Santiago en 1524.

Hay que tener en cuenta también la rápida expansión de las enfermedades de transmisión sexual, en especial de la sífilis, que afectó a personas de cualquier condición social. En 1574 el arzobispo don Francisco Blanco creó en Santiago de Compostela un hospital para su tratamiento, como ya hiciera en su gobierno como obispo de Ourense. La responsabilidad se atribuyó a la prostitución, pero ya a fines del XVI la proporción de mujeres casadas y de niños contagiados obliga a pensar que eran los hombres los transmisores y a que era el efecto combinado de la movilidad territorial y del incumplimiento de las normas<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 641.

<sup>29</sup> Frutos Fernández y Francisco Sandoval Verea, “Juntos en una casa...”, cit., p. 199.

<sup>30</sup> Ofelia Rey Castelao y Baudilio Barreiro Mallón, *Pobres, enfermos y peregrinos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de la Ciudad, 1998, p. 91-120.

## De la falta de libertad y sus derivaciones

La enorme frecuencia del incumplimiento de promesas de matrimonio, sin duda es muy expresiva de una falta de voluntad real de casarse. Pero al mismo tiempo, la laxitud social a la hora de legitimar uniones, a la que colaboraron los clérigos, implicó la validación de matrimonios forzados por los padres e incluso por quienes podían tener interés en el patrimonio. Nada garantizaba la libertad al casarse, en especial la de las mujeres. En los sínodos paralelos al Concilio estaban prohibidas las bodas de menores de siete años, pero solo algunos señalaban la edad mínima, catorce años ellos y doce ellas, aunque la mayoría de edad legal era de 25 años, lo que implicaba un amplio margen para organizar estrategias familiares; en general, la edad nupcial en Galicia se situaba en torno a esa cifra, a diferencia de los modelos de matrimonio precoz del Sur. La voluntad dependía también de que se conociera la doctrina –lo que era dudoso– ya que contenía explícitamente el consentimiento de los contrayentes, lo que no se respetaba.

Los problemas derivados de la edad insuficiente fueron atendidos por los tribunales civiles. Por ejemplo, en 1560, Felipe de Alba, representando a Catalina da Mariña, “su menor”, denunció ante la Audiencia de Galicia a Gabriel Fernández por las amenazas y solicitudes de este para que la joven se casase con su hijo y en 1593, Juan de Aguiar pleiteó con Teresa Álvarez, para que diese libertad a una nieta suya con el objetivo de “deliberar su casamiento”<sup>31</sup>. La falta de voluntad por edad podía ser alegada en causas de separación, anulación o divorcio, e incluso, para argumentar la no validez de un matrimonio previo en procesos por bigamia. Lorenzo Vázquez afirmó ante la Inquisición que lo habían casado con siete u ocho años ante un clérigo por palabras de presente y que él después se había ido a vivir a Árbol (Tui) sin haber tenido acceso carnal con su mujer; y en otro proceso, un hombre de 46 alegó que era solo un adolescente cuando se casó con María Pérez: decía haber dado las manos ante un clérigo a “cierta moza por vía de casamiento aunque no se acordaba qué palabras habían pasado porque no tenía seso para reparar en ello” y eso se había tomado como matrimonio, tras lo cual vivió dos años con ella<sup>32</sup>.

Detrás de las dispensas por minoridad, como las de consanguinidad, o las dos al mismo tiempo, había intereses fuertes entre los hidalgos, como los Vilamarín de Ourense, hábiles en arreglar bodas. Una de estas estuvo precedida por la necesidad de una dispensa para Antonia, nacida en 1579, hija de don

---

<sup>31</sup> ARG, *Real Audiencia*, 19012-18 y 4286-6.

<sup>32</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 646.

Julián de Villamarín, señor y dueño del mayorazgo, y de Aldonza de Cadórniga. Al morir su hermano, Antonia fue la heredera de su padre, muerto en 1581, y quedó bajo la tutela de su madre, pero al cumplir diez años, la tutoría fue pretendida por un tío suyo, don Juan de Novoa, arcediano y tesorero de la catedral, para casarla con Pedro Pardo de Vilamarín, su sobrino y tío de Antonia, lo que se produjo en Sevilla en 1589, previas dispensas de consanguinidad. El matrimonio tuvo una hija, pero él la maltrataba y tenía una relación con Justa de Puga. En 1597, con 18 años, Antonia pidió la nulidad por defecto de edad y por relación falsa ante el provisor de Ourense, pero en 1600 se dictó que el matrimonio era válido y ella se recogió en el convento de clarisas de Santiago hasta conseguir una bula en el obispado de Tui, casándose luego con don García de Camba y Ozores<sup>33</sup>.

Mucho más frecuentes eran las prácticas endogámicas. La endogamia espacial era dominante en el rural, por la cercanía de las casas. El conocimiento de los patrimonios y la necesidad de organizar la herencia en función de estos añadía la conveniencia del matrimonio entre parientes de sangre, como en otros territorios del Norte<sup>34</sup>. Si para las familias ricas era importante concertar esas bodas para concentrar bienes y señoríos, para el campesinado tenía el mismo interés reunir partes de herencias. En espacios rurales no era fácil encontrar pareja sin vinculación parental, más todavía si se añade el padrino de bautismo, que generaba afinidad y era preciso declararlo. Las normas eclesiásticas sobre los grados de parentesco requerían a solicitar una dispensa, algo que los obispos, con el acuerdo de Felipe II quisieron controlar para evitar que fuesen a Roma<sup>35</sup>. Las restricciones se contradecían con una realidad social que obligaba a organizar la sucesión según las necesidades de las familias, pero si las más ricas podrían pagar los gastos de las dispensas, no así las otras, y todo indica que no se declaraban esos impedimentos. Claro está, hablamos de parentescos conocidos; en los procesos judiciales de tipo penal en los que los testigos debían declarar su relación con demandantes y demandados, aflora una tasa de parentesco de casi el 20%, lo que supera con mucho al conocido y, además, en esos procesos y en los de otros fueros,

---

<sup>33</sup> Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Pl. civiles, Pérez Alonso (F), caja 345,1.

<sup>34</sup> Isidro Dubert, "Estudio histórico del parentesco a través de las dispensas de matrimonio y de los archivos parroquiales en la Galicia del antiguo régimen: primera aproximación" en José C. Bermejo (coord.), *Parentesco, familia y matrimonio en la historia de Galicia*, Santiago de Compostela, Tórculo, 1988, p. 176-191.

<sup>35</sup> Los obispos pretendieron el control de las dispensas por los tribunales diocesanos, Ignasi Fernández Terricabras, *Felipe II y el clero secular...*, cit. p. 99 y 165.

emergían vínculos desconocidos o que los vecinos no habían delatado en las amonestaciones: hijos ilegítimos, amancebamientos, adulterios, etc.<sup>36</sup>.

Por otra parte, la tardanza en obtener la dispensa favorecía que la pareja así comprometida se tomara la libertad de mantener relaciones sexuales<sup>37</sup>. Así se ve en la querrela por estupro presentada en 1577 por María Vázquez Rivadeneira, como madre de doña Teresa, “que es doncella” contra Fernán Díaz de Rivadeneira. Fernán y Teresa estaban pendientes de dispensa pero, mientras, él la sedujo y “la empuñó y hacían vida maridable en casa de él y ahora volvió a estar preñada pero una vez llegada la licencia papal él la echó de casa y la maltrató y amenazó con matarla”. La madre pedía una dote seis mil ducados porque “el es persona poderosa y que vive en su propia jurisdicción”. En 1581 el defensor del acusado, Sebastián García, acabó renunciado a su defensa al descubrir la existencia de otra demanda por bienes dotales<sup>38</sup>.

Dado que el objetivo último era mantener unidos los patrimonios, se podía recurrir al matrimonio a trueque, que no tenía contraindicaciones legales ni religiosas, aunque a nadie se le oculta que respondía a arreglos familiares que no contaban con la voluntad de los contrayentes, al menos cuando eran menores de edad<sup>39</sup>. Si eran mayores, podemos suponer que entraron en esa dinámica porque les convenía o por respeto a la autoridad paterna o materna. Nada se podía hacer con respecto a esta fórmula de endogamia extrema por la que dos hermanos se casaban con dos hermanas u otras combinaciones, de modo que en algunas comarcas de Galicia occidental llegaron ser el 27,8% de los casamientos en la primera mitad del siglo XVII. Tampoco causaba problemas el matrimonio de los viudos y de las viudas, que superaban la cuarta parte de las bodas por efecto de la elevada mortalidad; no solo eran la solución para los hombres –y algunas mujeres– con hijos sino también un modo de reorganizar la herencia y una especie de rescate de solteras con pocas opciones de casarse. Por ejemplo, en el mencionado padrón de San Clodio de 1580 llama la atención

---

<sup>36</sup> Ofelia Rey Castelao, “Palabras de mujeres: testimonios judiciales en Galicia a fines de la Edad Moderna” en Sylvie Hanicot-Bourdier y Manuela Á. García Garrido (coords.), *Mujer y testimonio. Del Antiguo Régimen a la época contemporánea (ss. XVI-XIX)*, Nancy, Université de Lorraine, en prensa.

<sup>37</sup> Isidro Dubert, “Los comportamientos sexuales premaritales en la sociedad gallega del Antiguo Régimen”, *Studia historica. Historia moderna*, 9 (1991), p. 117-142.

<sup>38</sup> ARG, *Real Audiencia*, 18726-25.

<sup>39</sup> Ofelia Rey Castelao, “Mecanismos reguladores de la nupcialidad en la Galicia atlántica. El matrimonio a trueque” en Baudilio Barreiro y otros (eds.), *Obradoiro de Historia Moderna*, Santiago de Compostela, Universidad, 1990, p. 247-268.

la frecuencia de hombres y mujeres casados de segundas o de terceras veces, que afectaba al 12,2% de las unidades<sup>40</sup>.

Cuando se celebraba un enlace la costumbre era hacer fiestas y comidas en cada una de las ceremonias, multiplicando los costes y los riesgos de excesos y conflictos, por lo que la Iglesia y la monarquía los vigilaban, pero poco más podían hacer. Los sínodos condenaban, como contraria a la moral y negativa para su imagen, la presencia de los clérigos en las bodas, que era una práctica extendida, así como que bailasen y cantasen en las fiestas nupciales; solo podrían ir si los novios fuesen sus parientes y nunca más allá del cuarto grado, pagando una multa cuantiosa, si bien en algún caso se permitía que asistiesen a las de sus feligreses y si se celebraban en la parroquia (Mondoñedo, 1547)<sup>41</sup>. Además, los sínodos reflejan el temor de que, desde las amonestaciones a las velaciones, los festejos propiciaran la unión física de los contrayentes, antes de que la ceremonia matrimonial definitiva autorizara su consumación. Nada se podía hacer y la evidencia está en las concepciones prenupciales que en Galicia suponían del 12% al 20% de los matrimonios en el XVII.

A la corona le preocupaba también el número de invitados porque conllevaba gastos, porque se sospechaba que su presencia no siempre era voluntaria y que muchos regalos a los novios tampoco lo eran, y sobre todo se temían los actos violentos. Así pues, se ordenó que no pasasen de seis si no se quedaban a comer y cenar, los parientes no podían prolongar la celebración más de un día “y esto a costa de los que convidaren”, bajo pena de diez mil maravedís y destierro del reino por dos años a cada participante. El control preveía la delación o la intervención de las autoridades judiciales, al repartirse a medias las multas entre el fisco real, el juez y el denunciante<sup>42</sup>. Pero eso era lo que contenía el papel.

Los incumplimientos fueron atendidos por las justicias locales y en más de un caso llegaron a la Audiencia de Galicia. En 1558 se procedió contra Bartolomé de Castro y Pedro Ramos y otros por haber concurrido “muchas gentes” a una boda en la villa de Arzúa; en 1575 Pedro de Armesto recurrió la pena impuesta por el merino del coto de Cebreiro por haber contravenido la pragmática real de “ayuntamiento de gentes para bodas” y en 1587 Rodrigo Álvarez de Quindós litigó con Alonso López de Barros por una “ordinaria de bodas”<sup>43</sup>. En 1582 sucedió algo parecido en el coto de Pousada (Sobrado dos

---

<sup>40</sup> Isidro Dubert, “Los comportamientos sexuales premaritales...”, cit., p. 117.

<sup>41</sup> *Synodicon Hispanum...*, cit., p. 469.

<sup>42</sup> Ofelia Rey Castelao, “Normes et pratiques de la cérémonie du mariage dans le Nord de l’Espagne avant le Concile de Trente”, *Bulletin de correspondance hellénique moderne et contemporain*, 1 (2019), s.p.

<sup>43</sup> ARG, *Real Audiencia*, 966-62, 18833-70, 18953-20.

Monxes) cuando el juez dictó auto de oficio contra Jácome da Graña, de 26 años, por los excesos en su boda con María Rodríguez. El joven fue puesto en prisión durante varios meses y se le condenó a pagar las penas previstas por la ley, de lo que apeló a la Audiencia, y esta ordenó averiguar si “se hizo boda o si solo comieron y bebieron ocho o nueve hombres y mujeres que habían acompañado a la desposada y los había traído la madre de ella, teniendo él en su casa varios parientes en cuarto grado”. Los testigos, todos hombres presentes en los festejos, relataron que hubo dos actos, la boda en la iglesia y la entrega de la novia al novio en casa de ella. El joven y su familia fueron a la iglesia y todos juntos pasaron a casa del padre de ella y “les dieron de veber”; tres días después se impusieron “pano e tocas” a la novia y se hizo otra fiesta. Un testigo afirmó que había veinte personas o más y que se les “dio de comer y beber mucho pan y carne”. La Audiencia revocó la sentencia del juez<sup>44</sup>.

Una práctica de Galicia era la ruela o colecta de dinero u objetos que hacían los parientes y amigos de la pareja, incluidos vecinos o vasallos, a veces utilizando la coacción o la fuerza. Los obispos prohibieron a los párrocos que las anunciaran y que se hicieran en sus feligresías. En su sínodo de 1543-44, Manrique de Lara, obispo de Ourense, argumentaba que “en los matrimonios, bautismos y misas nuevas, según nuestra experiencia, suele haber muertes de hombres, escándalos y desórdenes, de modo que sobrevienen grandes daños tanto a las personas como a los bienes de nuestros súbditos” y en consecuencia ordenó que no se hicieran colectas y que se excomulgase a quienes participaban, so pena de doscientos maravedís a la cámara episcopal, si eran vasallos del obispo, y dos reales si lo eran de otros señores; la misma pena se imponía al párroco que oficiase tales matrimonios<sup>45</sup>. La monarquía había dado órdenes al respecto desde los Reyes Católicos, lo que reiteró Carlos I en 1536 en una cédula remitida al Gobernador y a la Audiencia y a los jueces señoriales de Galicia, después de que el Consejo Real recibiese quejas de las coacciones de los poderosos en las ruegas y colectas, que duraban varios días, yendo los colectores por villas y aldeas sin que las autoridades se lo impidieran o que solo se les impusiese multas leves. También se sabía que los oidores de la Audiencia y otras autoridades participaban en esas bodas, de modo que la solución no era fácil, salvo repetir las órdenes y reforzar las penas pecuniarias y la suspensión temporal del ejercicio de cargos cada vez que se permitieran<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> ARG, *Real Audiencia*, 2833-72.

<sup>45</sup> *Synodicon Hispanum*..., cit., p. 224.

<sup>46</sup> *Ordenanzas de la Real Audiencia del Reino de Galicia*, La Coruña, Antonio Fráiz, 1679.

El ciclo nupcial remataba con las velaciones, rito obligatorio, en el que los casados, antes de vivir juntos, intercambiaban su consentimiento ante el cura de la parroquia de la novia. La falta de comprensión hacía creer que sin ese rito no estaba completo el matrimonio, como así alegaron algunos acusados de bigamos por la Inquisición y algunos juzgados por amancebamiento ante la Audiencia. Así lo hizo en 1577 Francisco Carnero, quien declaró estar casado “por la Iglesia de que no es velado” con María de Covelas para desmentir la acusación de amancebamiento e incesto con Francisca Fernández<sup>47</sup>. Las velaciones se empleaban unas veces para negar la validez de un matrimonio y otras para confirmarla, como sucedía en general con otras facetas de la liturgia que daban lugar a errores de interpretación o a interpretaciones de conveniencia.

### **Después de la boda: bigamia y amancebamiento**

El matrimonio no anulaba las transgresiones, más bien al contrario, la falta de libertad para contraerlo estaría en la base de su proliferación. La más castigada era la bigamia y Felipe II reforzó su penalización después de Trento. Su control correspondía a la Inquisición, cuyos tribunales recibieron en 1571 la orden de constatar la certeza de que los acusados habían celebrado dos matrimonios válidos, ya que si había sospecha de que uno no lo era, había que remitirlo a juez eclesiástico. En la base, la vigilancia dependía de los obispos y la intervención de estos no era infrecuente, lo que derivaba de la mala relación con la Inquisición. Por ejemplo, un caso que fue a parar a ese tribunal se basó en una denuncia secundaria por intento de soborno por parte del acusado a su denunciante: Inés Fariña acusó de bigamia a Pedro Loureiro en 1562 ante el provisor diocesano de Ourense; él había trabajado para la madre de ella, quien había consentido que hiciesen vida maridable durante dos o tres años, relación de la que tuvieron una hija; alguien les habló de casarse y un clérigo –el reo no recordaba quién– los unió tomándolos de las manos; muerta la madre, la pareja convivió hasta que él se fue de casa y varios años después Inés tramitó su acusación, pero el provisor dictaminó que el matrimonio no era válido al no cumplir los requisitos previstos por la Iglesia<sup>48</sup>.

Técnicamente todo dependía de los párrocos. Los sínodos anteriores a Trento les mandaban que verificasen la disolución del matrimonio anterior o la muerte del cónyuge, pero, como hemos dicho, no había libros de matrimonios

---

<sup>47</sup> ARG, *Real Audiencia*, 1548-51.

<sup>48</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 536.

y menos todavía de defunciones, que fueron los más tardíos en todas partes. Los contrayentes que habían estado fuera eran obligados a presentar pruebas de libertad para poder casarse lo que, en Galicia, dada la intensa movilidad temporera, tenía una relevancia especial<sup>49</sup>, pero un papel podía falsificarse fácilmente. Muchos migrantes eran hombres casados y eso explica el elevado número de casos de bigamia que atendió la Inquisición de Santiago: 198 en el período que nos ocupa, el 18,8% de los procesos, muy por encima del 5,9% de los demás tribunales<sup>50</sup>. Habría que añadir los gallegos procesados en los tribunales de Castilla, Andalucía o Extremadura: por ejemplo, en el de Llerena eran el 26% de los procesados, seguidos de los portugueses con un 17%<sup>51</sup>.

Todo indica que los hombres aprovechaban la lejanía de sus casas y el anonimato para casarse con mujeres más jóvenes, habida cuenta de que la edad nupcial de sus tierras de origen era mucho más alta, y para desprenderse de un matrimonio concertado por sus familias o insatisfactorio por lo que fuese. Así pues, la bigamia no era ajena a las prácticas familiares y a los sistemas de herencia y, por lo tanto, los bigamos calcularían si les salía a cuenta establecer otra familia. La facilidad relativa con la que se descubrieron se debe a que muchos casos se produjeron en distancias cortas o medias, propiciadas por los movimientos migratorios. Las noticias eran aportadas por los compañeros de viaje, o se averiguaban de forma accidental por los temporeros que iban en campañas posteriores, y en los lugares de llegada podía ser que algún vecino supiese que en Galicia quedaba la mujer legítima. Así se alertaba a las autoridades y se procedía a perseguir al sospechoso.

Los casos protagonizados por mujeres casadas fueron pocos (15,2%) y solían derivar de no saber si sus maridos seguían vivos; por ejemplo, Margarita de Ogando aseguró ante la Inquisición que al retornar de Castilla unos hombres le habían dicho que su marido, Juan Martín, había muerto y otra encausada afirmó que unos mercaderes de Castilla la habían informado de la muerte del suyo en un hospital de Sevilla, mientras ella hacía vida maridable con Pedro de Deza<sup>52</sup>. Cuando eran ellos los bigamos, sucedía lo mismo: por ejemplo, “unos gallegos” testificaron que Pedro Conde, casado en Armariz con María

---

<sup>49</sup> Ofelia Rey Castelao, “Normes et pratiques...”, cit., s.p.

<sup>50</sup> Francisco Béthencourt, *La Inquisición en la Época Moderna*, Madrid, Ed. Akal, 1997.

<sup>51</sup> Isabel Testón Núñez y M<sup>a</sup> Angeles Hernández Bermejo, “La sexualidad prohibida y el tribunal de la Inquisición de Llerena”, *Revista de Estudios Extremeños*, 1988, p. 623-660.

<sup>52</sup> Allyson B. Poska, “When bigamy is the charge. Gallegan women and the Holy Office” en Mari E. Giles, *Women in the Inquisition: Spain and the New World*, Johns Hopkins U. Press, 1999, p. 189.

do Barrio, de la que tuvo cinco hijos, se había ido a trabajar en una herrería de Toledo y allí se casó con Ana García<sup>53</sup>.

Ellos solían pretextar que sus primeras bodas habían sido forzadas, unas por la edad precoz, como ya vimos, otras por haber sido obligados. Gonzalo Fornelos se justificó ante la Inquisición por las amenazas de los parientes de la novia después de tener un hijo con ella; es casi lo mismo que alegó Juan Rodríguez cuyas circunstancias eran idénticas, asegurando que después de tener un hijo, un clérigo les había tomado las manos, por lo que él no creía estar casado. En cuanto a Pedro do Palacio había tenido que aceptar a Dominga Vázquez como esposa, ya que se había acostado con ella en casa de un cura y habiéndolos oído este y la madre de la chica y una criada, el clérigo les tomó las manos y éste se dio por casado. Otros pretextaron la falta de honradez de sus mujeres: Gregorio López Pardo confesó que hacía catorce o quince años que se había casado con Ana García y vivió con ella durante siete y, al saber que ella vivía deshonestamente, pasó a vivir al pueblo de Grou, donde se cambió el nombre y se casó con Dominga Fernández; Juan Ferro decía de su mujer que era “de ruin fama” y Gaspar de Chávez abandonó a la suya a los seis meses de casados por ser “mujer liviana”, yéndose el a vivir a Rivadavia. Es decir, no vivían lejos de donde lo hacían sus primeras esposas, por lo que parece poco verosímil que ellas lo desconociesen.

El descenso brusco de los procesos a fines del siglo XVI quizá se debió al rigor en la persecución, pero sobre todo al creciente recurso a la cohabitación, mucho menos penalizada y admitida por la complicidad general, de modo que los amancebamientos en su mayoría eran denunciados por otros motivos. La convivencia entre solteros solo se castigaba con un apercibimiento por el párroco si no derivaba en escándalo y en reincidencia, o si el hombre mantuviese o vistiese a su compañera. La rareza de estos casos en los tribunales sugiere que la familia consentía o ignoraba esas situaciones. La permisividad del clero se constata en que rara vez denunciaban a sus feligreses ante la autoridad civil y lo hacían cuando ya había de por medio hijos o embarazos. Como ejemplo de connivencia nos vale que en 1570 la Audiencia dio una provisión a pedimento de un representante del abad del monasterio compostelano de Pinario a Diego de Benavente Maldonado, alcalde mayor del monasterio, en razón de una condena de seis ducados y otras cosas por estar amancebado con María Álvarez, mujer soltera<sup>54</sup>.

Del amancebamiento se ocupó sobre todo la justicia local. De 1565 es una sentencia de Antonio Cornexo, juez de residencia en el coto de Camanzo, contra

---

<sup>53</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 323.

<sup>54</sup> Archivo de la Catedral de Santiago (ACS), *Protocolo* P050, f. 485.

María Gómez, presa en la cárcel por estar amancebada con su vecino Fernando de Albixou, casado, condenándola a no encontrarse con él bajo techo o en lugar sospechoso, a riesgo de una pena de doscientos azotes y a pagar un marco de plata<sup>55</sup>, y en 1570, Mayor de Alonso, en la prisión de Pontedeume, apeló a la Audiencia la sentencia del alcalde mayor del marqués de Sarria que la condenó a un marco de plata y destierro por su relación con Lorenzo Fernández<sup>56</sup>. A la Audiencia llegaban solo los casos que tenían detrás algún pleito o causa criminal que había animado a una delación. Los 43 procesos de entre 1554 y 1598 parecen pocos, pero es una quinta parte de los atendidos antes de 1834. Se refieren a hombres casados de niveles socio-económicos positivos o a poderosos locales; implicaban el abandono de las esposas, procedían de toda Galicia y eran muy similares entre sí.

La peor parte la llevaban las mujeres solteras mayores de 25 años que eran reincidentes o no se apartaban de sus compañeros. En 1572, un juez de residencia que actuada en el coto de Pastor llevó a prisión a Teresa de Calobre, delatada por su vecino y pariente Juan Pego porque hacía doce o trece meses era manceba en casa de Pedro de Aponte “de mano de dicho Pedro Pego”, casado. María Pérez, pariente de Teresa, había sido testigo de los reproches de la esposa engañada; otro testigo había visto a la pareja en ferias y compartir comida y bebida en público, incluso retirarse a un pajar una vez y otra a un molino. La inculpada confesó estar soltera y tener 24 años, y que su padre la había puesto en casa de Pedro de Aponte a aprender el oficio de tejedora, además de ser “mujer muy honrada”, pero acabó fugándose de la cárcel ayudada por un hijo de aquel<sup>57</sup>.

Más complejo es un proceso de 1558 en el que hay amancebamientos cruzados. Alonso de Alcobre y Juana, su mujer, presos en la cárcel del coto de Piloño, denunciaron a Lope Verdes y la suya ante la Audiencia por injurias y amancebamiento. Parece que ellas se insultaron porque Lope había estado amancebado con una tal Dominga, con quien tuvo un hijo, y se había acostado con otras muchas, una de las cuales era hija de Juan Verdes. Un testigo confirmó la situación de Lope, pero añadió que Juan tenía relación con la misma Dominga, y que Lope una noche “había renegado de Dios” que le había de pegar. Según otro testigo, pariente de Juana, padre e hijo estuvieron amancebados con Dominga y el padre tuvo un hijo con ella y su hijo, una hija<sup>58</sup>.

---

<sup>55</sup> ACS, *Protocolo* P037, f. 443.

<sup>56</sup> ARG, *Real Audiencia*, 14770-38.

<sup>57</sup> ARG, *Real Audiencia*, 4262-58.

<sup>58</sup> ARG, *Real Audiencia*, 3259-29.

Algunas veces se interfirió una denuncia por incesto, lo que no sería difícil dado el nivel de endogamia ya señalado, aunque se trataba de incestos impropios. Este fue el caso de un proceso iniciado en 1576, verdadero muestrario de las consecuencias de la endogamia, toda vez que se descubrió –aunque no se ignoraba– que el padre de una de las protagonistas tenía dos hijas extramatrimoniales por lo que había un parentesco oculto. En aquel año, ante Vasco Colmenero, juez de Baltar nombrado por el conde de Monterrey, se presentó Vasco Colmenero el mozo, alguacil e hijo del juez, para denunciar a Francisca Fernández, soltera, y a Francisco Carnero, casado con María de Covelas, vecinos de Tejos, amancebados desde hacía cuatro o cinco años y padres de un hijo, sin haber sido castigados “lo cual siendo como era prohibido por leyes y pragmáticas de su majestad era fecho en gran deservicio de Dios nuestro señor y menosprecio de la justicia y a la República y de ello se da mal ejemplo”. Peor era que “la dicha Francisca era parienta de la mujer del dicho Francisco en tercer grado y habían cometido incesto uno con otro” e “incurrido en grandes penas”, por lo que se pedía prisión para ambos. Las defensas se basaron en que la relación era anterior al matrimonio entre Francisco y María, en mutuas acusaciones de calumnia, en las amenazas del alguacil a Francisca y en su promesa de que recibiría una buena dote si confesaba contra su amante. Ella solicitó su libertad y prometió una fianza de diez mil maravedíes, pero fue condenada a un año de destierro, pago de costas y una multa de un marco de plata, un tercio del cual sería para el denunciador y dos tercios para la cámara del conde. Francisco, de quien ya vimos que decía estar casado, pero no velado, aseguró no saber si Francisca era soltera “porque ella va a las segadas y vendimias y a otras partes” o si era parienta de su mujer, porque hacía poco que vivía en Tejos; según él, no había incesto ya que durante la relación con Francisca solo estaba comprometido “por amonestaciones a casarse con María”, y por eso “no tiene deudo alguno” con Francisca. En el proceso, que llegó a la Audiencia en 1577, todos los testigos eran parientes en algún grado de los acusados y ninguno de ellos supo firmar su declaración<sup>59</sup>.

En cuanto al adulterio de mujer casada con soltero o casado precisaba que el marido la acusase para que la justicia pudiese calificar así una relación. El castigo de la casada amancebada si era honesta, rústica y menor de veinticinco años, no era grave; se tenía en cuenta también la dependencia marital y el temor hacia el marido. En un caso de 1593, publicado por Pedro Ortego, María Martínez Vigueira, casada, fue acusada por la justicia local de estar

---

<sup>59</sup> ARG, *Real Audiencia*, 1548-51.

amancebada con Lope Pernas, pero no lo fue por su marido, por lo que no era adulterio, lo que no le restaba escándalo a pesar de que la relación tenía más de ocho años. Fueron encarcelados el matrimonio y el amante. En los testimonios salió que un hermano de Lope, Miguel, clérigo, había tenido también relaciones con María. Todos negaron el delito, en especial el incesto, entre protestas de respeto a los preceptos religiosos, en que para probarlo “hera necesario otra e más cablidades aver concurrido en los dichos efetos que no ai en la sumaria ynformación e así no es despantar que la sobredicha fuese e biniese a mi casa pues cesava toda sospecha e más la presunçión por el ynpedimiento de la afinidad que dizen tienen conmigo”. María achacaba al juez haberla acusado de adulterio “contra las leis reales”, en no haber sido acusada por el marido y en negar el incesto por falta de pruebas<sup>60</sup>.

Peor final tuvieron otros casos, como el de Bárbara Pérez, denunciada en 1572 por su marido, Luis de Villamarín, quien en 1568 había sido juez de la ciudad de Ourense. Se habían casado en 1553, tras un acuerdo en el que ella recibió una sustanciosa dote y bienes de su padre, el canónigo Pedro de Barreiros, que la llamaba su sobrina. En 1559 y ante testigos de los desposorios –canónigos y racioneros de la catedral, algún artesano notable– el clérigo modificó el contrato en favor de los Villamarín y luego hubo varios episodios de herencias hasta la denuncia contra Bárbara por sus relaciones con Pedro Gómez, criado del secretario Arias González; ambos fueron encarcelados por orden del corregidor. En 1586 estaba casado con la hija de un abogado<sup>61</sup>. Es decir, la condena lo había favorecido. Hasta la Chancillería de Valladolid llegó un caso iniciado en 1573: Mendo da Cervela actuó contra Pedro Vázquez, merino de Camba y otras personas por haber puesto en libertad al escribano Juan de Sá, preso por delitos de adulterio; en 1580 Mendo actuó contra Leonor Gómez, su mujer y en 1585 se seguía la causa, que terminó por muerte de ella sin haber recibido la resolución del tribunal vallisoletano<sup>62</sup>.

Aunque sin duda el más dramático fue otro sucedido en Ourense también. El canónigo Luis de Carranza en 1556 dotó con 1150 ducados a su sobrina Bárbara –su hija, en realidad– para casar con Alonso de Piñeiro, de A Coruña; el contrato incluía que si ella muriese sin hijos, el marido solo podría disponer de un tercio, retornando el resto al canónigo, mientras el novio le

---

<sup>60</sup> Pedro Ortego Gil, “Condenas a mujeres en la Edad Moderna: aspectos jurídicos básicos para su comprensión”, *Historia et Ius*, 9 (2016), [https://www.historiaetius.eu/uploads/5/9/4/8/5948821/ortego\\_gil\\_9.pdf](https://www.historiaetius.eu/uploads/5/9/4/8/5948821/ortego_gil_9.pdf).

<sup>61</sup> Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller...*, cit., p. 94.

<sup>62</sup> ARG, *Real Audiencia*, 15486-31 y 15487-53.

daba en arras la décima parte de sus bienes. La boda por todo lo alto tuvo por testigos a un abogado de la Real Audiencia, a un regidor de A Coruña y a un alcalde de Santiago. En 1558, un abuelo de la novia, Gabriel Damea, rector de beneficio curado Villaseco, reforzó el patrimonio de Bárbara con bienes muy notables, ante un procurador, y diversos criados del canónigo. En 1570 Bárbara fue acusada de adulterio con un tal Villafranca y se los condenó a muerte a ejecutar en la plaza mayor de Ourense, pero antes de que el verdugo interviniese, el marido los mató con su espada, en presencia del solicitador del conde de Monterrey, de un canónigo de la catedral, de varios franciscanos y de los alguaciles de la Audiencia. Acto seguido Alonso de Piñeiro fue llevado a prisión<sup>63</sup>.

La historia de Iseo Álvarez de Gayoso se corresponde también con una familia poderosa implicada en el arriendo de rentas eclesiásticas y vinculada con otros grupos de poder civil y clerical. Era hija del regidor Fernán López de Gayoso y de Susana Álvarez de Cadórniga. Una vez viuda, Susana en 22 de junio de 1557, cedió la tutela de Iseo, de solo nueve años, a su propia madre para casarse con Jerónimo de Novoa, señor de Armariz, de solo 25 años, beneficiario de una rica herencia. La boda de Iseo se concertó cuando ella tenía 21 años con Antonio de Novoa, sucesor de la casa de Armariz hacia 1570 y la relación fue por mal camino, de modo que en 1575 Iseo fue denunciada por su marido de adulterio con Fernando de Sousa; ambos fueron presos por un auto del justicia del coto de Seixalbo, del señorío del obispo, y en el proceso declararon como testigos del ofendido varios miembros del cabildo catedralicio, párrocos de curatos ricos y notables de Ourense –algunos con el apellido Novoa–, de modo que ella se vio obligada a firmar un documento sobre el buen trato que Antonio le daba y aceptó entrar en un convento. Detrás de esto se constatan complejos intereses a favor de una hermanastra de Iseo, a la que irían a parar sus bienes, mientras la dote quedaba en poder del marido. No obstante, ella acudió a la Audiencia basándose en que había sido una donación forzada, estando ella en prisión y por el temor de que la matase su marido, a lo que él cedió y le devolvió todo salvo 1500 ducados y las joyas. El litigio se eternizó y todavía en octubre de 1587 Iseo solicitaba la relajación del juramento de la donación, que el provisor le concedió. La muerte de Antonio en 1591, permitió a la viuda denunciar que él era hombre arrebatado, “poderoso y con señorío sobre muchos vasallos y jurisdicciones, lo que la había puesto siempre en inferioridad”<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller...*, cit., p. 84.

<sup>64</sup> Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller...*, cit., p. 74.

## El mal ejemplo

Separaciones y divorcios eran procesos caros y complicados, en los que afloraban adulterios, desfalcos de las dotes y malos tratos, como en los casos ya mencionados y otros muchos referidos a familias poderosas, las mismas que a lo largo de estas páginas aparecen como contraventoras de las normas. El ejemplo venía desde arriba, ya que entre la hidalguía urbana y rural se constata que esos comportamientos eran habituales y lo hacían a la vista de las gentes del común. Por ejemplo, en 1575, el rico regidor don Pedro de Ribadeneira tenía consigo un hijo natural tenido en Nápoles, que convivía con sus hijos legítimos y a quien dejó parte de su herencia, además de tener otra hija con Inés Afonso a la que dejó 300 ducados. Más significativo es que Alonso Méndez Montoto, alguacil mayor de Galicia, tuviese cinco hijos con diferentes mujeres solteras, uno de los cuales heredó su mayorazgo y el resto hizo carrera en la abogacía o en el clero, y las hijas en ricos conventos. O bien don Pedro Yáñez de Novoa, prototipo de hidalgo que en su viudez se rodeó de criadas que le dieron varios hijos, alguno de los cuales hizo carrera<sup>65</sup>.

Claro está, el peor espejo era el del clero parroquial. Es importante subrayar que un 12,1% de los procesados por la Inquisición eran clérigos, sobre todo seculares: 87% párrocos, 4,3% canónigos y 8,6% ordenados de menores. Pero lo fueron más por proposiciones relativas a la fornicación, en las que eran el 9,1% de los procesados. Sin embargo, el delito de sollicitación, que era una lacra en todas partes, solo representó el 4,1% de las causas. Su vigilancia correspondía a los obispos y su castigo a la Inquisición desde 1561, pero esta solo podía actuar si había una denuncia y hacerlo en secreto para evitar el escándalo entre los fieles, lo que limitaba su acción<sup>66</sup>.

El amancebamiento de los clérigos era un problema general: en la diócesis de Ourense en la primera mitad del siglo XVI un 30% de los nuevos ordenados eran hijos ilegítimos de clérigos y en la diócesis de Santiago a principios del siglo XVII, los visitadores contabilizaron a un 17,6% de párrocos con comportamiento regular y un 23,2% malo, resultando que el 43,6% lo era por incontinencia sexual<sup>67</sup>. Además, sobran noticias de una realidad que parecía inabordable. En 1576 en respuesta a una carta de Felipe II interesándose por la cohabitación de

---

<sup>65</sup> Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller...*, cit., p. 44 y 112-117.

<sup>66</sup> Jaime Contreras Contreras, *El Santo Oficio...*, cit., p. 318, 458, 476, 506, 586, 583, 628.

<sup>67</sup> Camilo Fernández Cortizo, "Las Indias de estas partes: la reforma del clero y del pueblo en el obispado de Orense 1500-1650" en Jesús de Juana y Xavier Castro, *XII Jornadas de Historia de Galicia*, Ourense, Diputación, 2003, p. 53-86. Baudilio Barreiro Mallón, "La diócesis de Santiago...", cit., p. 251.

mujeres en casas de clérigos, el obispo de Ourense, Fernando Tricio de Arenzana corroboró “la más soltura y menos recato en cuestión comunes a clérigos y legos” de modo que muchos seguían “teniendo manceba en casa e hijos y nietos”. En 1591 el obispo de Mondoñedo Caja de la Jara en su informe para la visita *ad limina*, informó a Roma de que había prohibido a los clérigos tener a su servicio mujeres menores de cuarenta años, so pena de ser castigados por concubinato público, solicitando al papa que se aplicase a toda la iglesia, pero la Cámara de Castilla anuló esta petición arguyendo que no había necesidad de pedir la opinión de Roma sobre aquello que los obispos podían hacer por sí mismos<sup>68</sup>. Por otra parte, los obispos fueron insistentes en que los clérigos no casasen a sus propios hijos e incluso tenían prohibido asistir a las bodas, lo que se contradecía con la obligatoria presencia de los progenitores en los enlaces.

Cuando los clérigos eran conminados o procesados por amancebamiento y se intentaba separarlos de sus compañeras e hijos, encontraban el amparo del tribunal metropolitano de Santiago. Si un clérigo alegaba su fuero privilegiado, era la mujer la castigada por el juez superior y la pena se adaptaría a las circunstancias, el nivel de escándalo y las costumbres; si el clérigo amancebado iba por la jurisdicción ordinaria, tanto él como ella eran libres y no serían castigados como tales<sup>69</sup>. Así pues, los hallamos en tribunales como la Audiencia. Algunos casos eran llamativos. En 1584 el rector de Caaveiro, Bartolomé de Canicouva, se querelló contra Fernando Leitón, vecino de Soaserra, y otros por robo en su casa aprovechando una ausencia, lo que corroboró un criado del clérigo, quien añadió que los acusados solían andar amancebados con mujeres. Sin embargo, un testigo favorable a Leitón informó de que este durante años había sido alguacil para subrayar su crédito, y además acusó al rector de convivir públicamente con Catalina Gómez desde hacía cuatro o cinco años “que es su barragana y la tiene en su casa y la lleva con él al anejo. Y todo esto es por encubrir ese delito”; este y otros siete testigos añadieron que el eclesiástico ya había estado amancebado con otra mujer de la que tenía un hijo. De modo que el pleito dio un giro y Fernando exigió a la Audiencia que Bartolomé y su amante fuesen apresados<sup>70</sup>.

En las escrituras ante notario no es difícil hallar arreglos económicos para solucionar situaciones problemáticas y evitar el paso por los tribunales. Por ejemplo, es sospechosa la confesión hecha por María Fernández, vecina de Salcedo, en 5 de noviembre de 1579, desmintiendo las acusaciones contra ella

---

<sup>68</sup> Ignasi Fernández Terricabras, *Felipe II y el clero secular...*, cit., p. 275.

<sup>69</sup> Pedro Ortego Gil, “Condenas a mujeres...”, cit., s.p.

<sup>70</sup> ARG, *Real Audiencia*, 3225-33.

de haber mantenido acceso carnal con Antonio de Santiago, párroco de Solovio y Salomé, en Santiago<sup>71</sup>. En esa ciudad en 20 de enero de 1584 comparecieron ante notario Tristán Saco, vecino de Vermún, (Lugo) como padre y administrador de Isabel López, su hija legítima y de su mujer, y el bachiller Alonso Vázquez Díaz, rector de aquel beneficio. Pretendían tratar pleito tanto en la Inquisición como ante jueces árbitros y otras justicias, al haber estuproado y desflorado a Isabel “siendo ella doncella recogida y de buena fama”, exigiendo Tristán que la dotase “conforme a su calidad por ser hidalga y de buenas partes”; el acusado negaba haber tenido parte, pero “por otras dichas causas y respetos que entre ambas partes movieron de conformidad entre ambos dos y por evitar pleitos” llegaron a un acuerdo<sup>72</sup>. En 1591 un racionero de la catedral de Ourense se aportó de una querrela criminal contra Juan Clemente, alguacil mayor de esa ciudad, y Antonio de Coba por el rapto de su hija María, que ambos habían sacado de la casa del regidor Pedro Pardo, declarando que no eran culpables, aunque se obligaban a pagar las costas, unos veinte ducados<sup>73</sup>. Incalculables serían los acuerdos ante notarios del rural o simplemente de palabra, que solo emergían en caso de conflictos ulteriores.

## Conclusiones

La falta de efectividad de la normativa eclesiástica y de la monarquía en lo referente a la dimensión privada de la sociedad rural es constatable en territorios periféricos y alejados de los centros de poder como era el reino de Galicia. Sin duda, en sus cinco diócesis se produjeron avances hacia los objetivos impuestos por Roma y por Felipe II: los obispos elegidos por este cumplían en general con el espíritu tridentino y tenían interés en implantarlo ya que de ello dependía su promoción<sup>74</sup>. Ahora bien, los éxitos –en la medida en la que los hubo, menor de la que suele decirse– se centraron en las ciudades y en las facetas institucionales, y fueron ensalzados por ellos mismos y por sus allegados. Pero cuando atendemos a la población mayoritaria del rural, hallamos un campesinado sin formación letrada y aferrado a hábitos y prácticas que no

---

<sup>71</sup> ACS, *Protocolo*, P075, f. 170.

<sup>72</sup> ACS, *Protocolo*, P091, f. 68.

<sup>73</sup> Olga Gallego Domínguez, *Historia da muller...*, cit., p. 83.

<sup>74</sup> Véase la excelente síntesis de Domingo González Lopo, “El alto clero gallego en tiempos de Felipe II” en Antonio Eiras (ed.), *El Reino de Galicia en la monarquía de Felipe II*, Santiago de Compostela, Xunta, 1998, p. 313-343.

solo valoraba porque eran suyas, sino porque se adaptaban a sus conveniencias en la gestión de sus familias y en las relaciones con la comunidad.

Las claves para entender las resistencias están en la falta de núcleos urbanos que sirvieran de referencia cercana; en las dificultades de los obispos para imponer sus sínodos; en el sistema de patronato de las parroquias que impedía una mejora de los párrocos, sumisos a quienes los designaban; en el pertinaz mal ejemplo de los poderosos civiles (hidalgos); en el modo de vida del clero, que anulaba su capacidad para supervisar a la comunidad e imponer las normas de los obispos; y en las limitaciones a la acción de la Inquisición por parte de los propios obispos y de los desconfiados y prevenidos habitantes del rural. La resistencia mayor era la que se ocultaba dentro de las casas y se consentía en las comunidades, no queriendo verla o ignorándola porque todo el mundo hacía lo mismo, lo que otorgaba una alta dosis de impunidad. Eso no se contradice con que muchos casos acabasen en los juzgados, pero era así cuando se cruzaban intereses y alguien denunciaba una transgresión.

Lo referente a la moral sexual no se pudo erradicar más que en apariencia, ya que el común, que aceptaba la autoridad religiosa en muchos aspectos, no lo hacía en este al haber una especie de consenso popular sobre lo que era correcto e incorrecto, además de dudarse de que el clero estuviese mejor informado a este respecto<sup>75</sup>. El desenfoque al valorar el impacto de las normas de Trento y de la monarquía de Felipe II está en que se ha dado excesiva importancia a los delitos o pecados más graves, cuando en la realidad se les buscó alternativa: así sucedió con la bigamia, cuyos riesgos penales y familiares llevaron a la cohabitación sin matrimonio; es decir, el problema subsistió e incluso empeoró porque los cónyuges legítimos quedaban desprotegidos frente a una relación “sin papeles”. Más importante todavía es que la acción de los obispos se centró en el cumplimiento de los sacramentos –es decir, lo litúrgico– y menos en vigilar la castidad antes del matrimonio y la fidelidad, quizá porque de antemano sabían que chocaban con la permisividad general y con la falta de comprensión por parte de los fieles, documentada en las relaciones prenupciales, la aceptación de las uniones de hecho y la ilegitimidad, entre otras prácticas. El tribunal inquisitorial de Galicia fue más insistente, pero no tenía medios y tampoco pudo ir mucho más allá, pero sobre todo desde 1600 recibió órdenes de atender a otros temas más acuciantes para la monarquía como la persecución de conversos. Así pues, no se redujeron los delitos sobre moral y práctica sexual, sino que se amortiguó su persecución.

---

<sup>75</sup> Stuart B. Schwartz, “Cada uno en su ley”. *Salvación y tolerancia en el Atlántico Ibérico*, Madrid, Akal, 2010, p. 49-56.

Para detectar todo lo que quedaba fuera del discurso, como hemos visto, hay que indagar en los comportamientos vitales de las personas y de las familias a través de documentación que ofrece una visión diferente. Cuando ya entrado el siglo XVII empiezan a proliferar los registros parroquiales de bautismos y matrimonios, la demografía histórica ha puesto a la luz las altas tasas de ilegitimidad y de consanguinidad, que necesariamente venían de atrás, y los movimientos migratorios, síntoma no solo de la búsqueda de recursos sino de la libertad individual. En las escrituras notariales aparecen convenios y acuerdos en los que la moral tenía un precio o se sacrificaba por temor a quienes tenían el poder en las comunidades. Y sobre todo, es en los tribunales de justicia civiles –en nuestro caso, la Real Audiencia de Galicia–, más que en los eclesiásticos y en los inquisitoriales, donde se pueden detectar las quiebras intrafamiliares en los cientos de pleitos derivados de desacuerdos de hijos e hijas con bodas impuestas por sus padres sin respetar su consentimiento, y sobre todo, un gran número de procesos penales que iluminan comportamientos transgresores de las normas morales de la Iglesia y la complicidad colectiva que los rodeaba, más allá de la apariencia de aceptación que pueden dar las fuentes dimanadas del poder.

# **Recursos naturais e direitos de propriedade em Portugal: o caso da enfiteuse**

## **Natural resources and properties rights in Portugal over the long term: the case of emphyteusis**

Margarida Sobral Neto  
Universidade de Coimbra  
marnet95@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6541-5237>

Texto recebido em / Text submitted on: 14/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 30/04/2025

### *Abstract*

In this text we will discuss the issue of divided property rights in the Early Modern and Modern Era, in particular those embodied in the legal entity of emphyteusis. We have organized this text into four parts: In the first, we trace the evolution of the emphyteusis from a long-term perspective, but focusing more sharply on the Ancien Régime period; In the second entitled "Two domains: direct and useful, we present, in the context of divided property, the rights that emphyteutical contracts conferred on the holders of direct and useful domains; In the third, we address the question of the composition of emphyteutical rent and the methods of collection; Finally, in the fourth we present the problem of the duration of contracts: from perpetual to life terms. From a legal point of view, the emphyteusis was only extinguished by the 1976 Constitution. The time between the liberal revolution (1820) proclaiming private property and its extinction is indicative of its social embeddedness but also of its resistance to change, a phenomenon that can be called "path dependence".

The study of emphyteusis, from a legal history perspective, but above all from an

### *Resumo*

Neste texto discutimos os direitos de propriedade sobre recursos naturais regulados pela enfiteuse. Organizámos o artigo em quatro partes: na primeira, intitulada "A enfiteuse na longa duração", traçamos a evolução da enfiteuse numa perspetiva de longa duração, mas incidindo, de forma mais acentuada, no período de Antigo Regime; na segunda, intitulada "Dois domínios: direto e útil", apresentamos, no contexto de uma propriedade partilhada, os direitos que os contratos enfiteutícos conferiam aos detentores dos domínios direto e útil; na terceira, abordamos a questão da composição da renda enfiteutíca e os métodos de cobrança; na quarta, apresentamos a problemática da duração dos contratos: dos perpétuos aos prazos de vidas. Do ponto de vista jurídico, a enfiteuse só foi extinta pela Constituição de 1976. O tempo que medeia entre a revolução liberal (1820), que proclama a propriedade privada, e a sua extinção é indicador da sua incrustação social mas também da sua resistência à mudança, um fenómeno que pode ser denominado de "path dependence".

O estudo da enfiteuse, numa perspetiva de história jurídica, mas sobretudo de

economic and social history perspective, is essential to understanding the norms and practices that regulated access to and enjoyment of natural resources — particularly land and water — by various social groups in the following ways: as a means of subsistence for peasants and artisans, as a source of income for individuals seeking social ascension, as a form of financing for ecclesiastical and aristocratic households, for charitable institutions, hospitals, universities, and other entities, and finally, as a business opportunity for tax farmers.

Keywords: Portugal; property rights; shared ownership; emphyteusis.

história económica e social, é fundamental para o conhecimento das normas e práticas que regularam o acesso à fruição dos recursos naturais, sobretudo da terra e da água, por parte de diversos grupos sociais nas perspetivas seguintes: como meio de subsistência para camponeses e artesãos, de fruição de rendimentos nobilitantes para indivíduos que pretendiam ascender socialmente, de financiamento de casas eclesíásticas e aristocráticas, de misericórdias, hospitais, Universidades e outras instituições e, por fim, de meio de negócio de contratadores de rendas.

Palavras-chave: Portugal; direitos de propriedade; propriedade partilhada; enfiteuse.

## **Introdução**

Começamos este texto pela análise do conceito de propriedade. O artigo 544º do *Code Civil* francês (1804), que tanto influenciou a legislação de outros países, incluindo Portugal, define propriedade como “o direito de gozar e dispor das coisas da forma mais absoluta, desde que não se faça delas um uso proibido pelas leis e pelos regulamentos”<sup>1</sup>. Ao longo dos séculos XIX e XX, este modelo passou progressivamente do discurso dos juristas e dos responsáveis pela elaboração das leis para a prática de relações sociais burguesas. Este conceito de propriedade, classificada como “perfeita”, não é, no entanto, adequado para designar muitos sistemas de propriedade que regularam no passado, e que regulam, atualmente, a fruição e o acesso aos recursos naturais em várias partes do mundo onde se praticam feixes de direitos (*bundle of rights*) num contexto de propriedade dividida ou partilhada<sup>2</sup>. Os direitos de propriedade comunitários (os comuns) e a enfiteuse constituem duas dessas formas de propriedade partilhada que permitiram, e permitem, o acesso à fruição de recursos naturais em várias partes do mundo<sup>3</sup>.

Apesar da importância do conhecimento da enfiteuse para a compreensão da economia e da sociedade portuguesas de Antigo Regime, mas também da época liberal, continuam em aberto estudos sobre a propriedade<sup>4</sup>. O tema tem sido objeto de análise sobretudo por juristas que tentaram clarificar o regime jurídico enfiteutico, em finais do século XVIII e nos séculos XIX e XX, destacando-se alguns professores da Faculdade de Direito de Coimbra – Mello Freire<sup>5</sup>, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa<sup>6</sup>, Coelho da Rocha<sup>7</sup> – e advogados – Manuel

---

<sup>1</sup> António Manuel Hespanha, “O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal”, *O século XIX em Portugal. Análise Social*, segunda série, 61-62, XVI (1980), 1º e 2º, p. 211-236.

<sup>2</sup> Elinor Ostrom, *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge, University Press, 1990; Elinor Ostrom, *Understanding institutional diversity*, Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2005.

<sup>3</sup> Rosa Congost & Pablo Luna (ed.), *Agrarian Change and Imperfect Property Emphyteusis in Europe (16th to 19th centuries)*, Brepols, 2018; Manuel Bastias Saavedra e Camilla de Freitas Macedo, “Beyond Property: Law and Land in the Iberian World (1510-1850). A Research Agenda”, *Global History*, 2 (2024).

<sup>4</sup> Um contributo para uma síntese: Dulce Freire e Pedro Lains (ed.), *Uma História agrária de Portugal 1000-2000. Desenvolvimento económico na fronteira da Europa*, Lisboa, ICS, 2024.

<sup>5</sup> Pascoal de Mello Freire, “Instituições de direito civil e criminal português”, *Antologia de textos sobre Finanças e Economia*, Lisboa, 1966.

<sup>6</sup> Cardoso da Costa, *Analyse das Theses de Direito enfiteutico*, Coimbra, 1789.

<sup>7</sup> Coelho da Rocha, *Instituições de direito civil português*, 4ª edição, 1857.

de Almeida e Sousa de Lobão<sup>8</sup>. Já no século XX, destacam-se os estudos fundadores do professor da Faculdade de Direito de Coimbra, Mário Júlio de Almeida Costa<sup>9</sup>, autor a quem se deve, igualmente, a defesa da manutenção do instituto jurídico da enfiteuse no Código Civil de 1966, e que classificava como “lenda negra” a representação que do contrato fora construída, sobretudo em finais do século XVIII e no século XIX.

### 1. A enfiteuse na longa duração

A concessão de terras, que haveria de se denominar enfiteuse, remonta ao século XII, sendo os terrenos doados pelos monarcas a entidades eclesiásticas e nobres como forma de recompensa pela sua participação na Reconquista. Ao mesmo tempo, os monarcas concederam forais e cartas de povoamento às localidades libertas do domínio muçulmano que se constituíram em concelhos. Por sua vez, entidades eclesiásticas e nobres promoveram o povoamento do território através da concessão de aforamentos realizados com particulares, mas sobretudo com um conjunto de famílias. As entidades senhoriais eclesiásticas receberam ainda ao longo da Idade Média terras de particulares, caso de legados que tinham fins de cariz religioso. Com doações régias e de particulares, compras e vendas, se foram constituindo os patrimónios das instituições cujas terras eram concedidas em aforamento a famílias ou a indivíduos que se propunham fazer um investimento no desbravamento de terras incultas.

A enfiteuse consagrou-se figura jurídica autónoma nas Ordenações Afonsinas, em meados do século XV. Este instituto jurídico transitou para as Ordenações Manuelinas (1521) e depois para as Ordenações Filipinas (1603) sem alterações essenciais. A partir dos inícios do século XVII, a enfiteuse passou a regular-se pelo disposto nas Ordenações Filipinas não tendo sido produzida, ao longo do século XVII, e na primeira metade do XVIII, legislação que alterasse o seu ordenamento jurídico. No reinado de D. José foram introduzidas algumas alterações ao regime dos prazos de vidas eclesiásticos, nomeadamente através da lei de 4 de julho de 1768 que determinou a impossibilidade das igrejas e dos corpos de mão morta integrarem nas suas reservas senhoriais os prazos de vidas

---

<sup>8</sup> Manoel de Almeida e Sousa de Lobão, *Tractado Practico e Critico de todo o Direito emphiteutico*, Lisboa, 1857.

<sup>9</sup> Mário Júlio de Almeida Costa, *Origem da enfiteuse no direito português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957; Mário Júlio de Almeida Costa, “Enfiteuse” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, 1971, p. 35-39.

quando falecia a última vida, situação denominada consolidação<sup>10</sup>. Esta lei tinha como objetivo impedir o aumento dos bens do clero e permitir o lançamento no mercado de bens rústicos cuja procura se intensificara.

A prática jurídica enfiteuticista desempenhou na Idade Média um papel fundamental no povoamento do território situado sobretudo a Norte do Tejo e no Algarve, através de contratos de aforamento individuais, e sobretudo coletivos, concedidos a grupos de famílias que deram origem a comunidades. A enfiteuse não penetrou nas planícies da Beira Baixa e Alentejo, onde predominavam os latifúndios das ordens militares e se produziam cereais em terras sujeitas a longos pousios dedicados a pastagens. Nas herdades alentejanas praticavam-se formas de exploração mais precárias, como o arrendamento e a parceria<sup>11</sup>. Severim de Faria, nos inícios do século XVII, dá-nos conta dos obstáculos ao aumento da população no Alentejo decorrentes do regime de propriedade praticado nesta região<sup>12</sup>. Este arbitrista considerava que uma das causas da falta de gente decorria de não existirem no reino terras para cultivar de modo a prover à sua “sustentação”. Partindo, no entanto, do princípio de que nenhuma terra se podia chamar “infrutífera”, propunha um aproveitamento mais intensivo da terra alentejana, no sentido de tornar as herdades cultiváveis e diminuir os pousios. Para atingir este objetivo, considerava ser necessário fixar a população através da concessão de espaços para construir habitações. Para este autor, o povoamento constituía um estímulo à utilização mais intensiva do solo, como o comprovava a agricultura praticada nas periferias das vilas e lugares. As propostas de Severim de Faria, no que concerne à defesa de um povoamento e de uma exploração agrícola mais intensiva do solo enquadrada no regime enfiteuticista, são assim um bom indicador da defesa da aplicação ao Alentejo do regime de propriedade em vigor no Centro e no Norte do país.

Os núcleos documentais das casas senhoriais, aristocráticas e eclesiásticas, nomeadamente os cadastros de propriedade (tombos) e os livros notariais, evidenciam, a partir do século XVI, uma disseminação da enfiteuse, decorrente

---

<sup>10</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito, Região de Coimbra. 1700-1834*, 2ª edição, 2018, p. 241.

<sup>11</sup> Rui Santos, *Sociogénese do latifundismo moderno. Mercados, crises e mudança social na região de Évora, séculos XVII a XIX*, Lisboa, Banco de Portugal, 2003; Rui Santos, José Vicente Serrão, *Property rights and economic outcomes: Agrarian contracts in Southern Portugal in the Late eighteenth century* in G. Béaur, Ph. Schofield, J. M. Chevet y M. Pérez-Picazo (eds.), *Property Rights. Land Markets and Economic Growth in the European Countryside Tirlteenth-Twentieth Centuries*, Turnhout, Brepols, 2004, p. 475-494.

<sup>12</sup> Manuel Severim de Faria, “Dos remédios para a falta de gente” in António Sérgio, *Antologia dos Economistas Portugueses (Séc. XVII)*, Lisboa, 1974.

de um aumento da procura de terra, o que constitui um reflexo do crescimento da população e da busca de rendimentos nobilitantes por parte de grupos nobres e burgueses ligados aos negócios ultramarinos. Por sua vez, a introdução e difusão de plantas vindas do Novo Mundo, caso do milho grosso e da batata, alargou, igualmente, os espaços de cultivo cuja exploração se fazia no contexto da enfiteuse perpétua.

Na história da enfiteuse podemos distinguir duas fases: a primeira abarca o período que se inicia na Reconquista e que, com alterações pontuais, acompanha o movimento de arroteamento de terras e de expansão de cultivos até meados do século XVIII, mereceu o seguinte comentário a um membro da Academia das Ciências, Villa Nova Portugal:

Os empraçamentos forão hum meio sabio, que a nossa Legislação admitio desde o principio para promover a cultura, combinando o interesse do proprietario, que não podia cultivar os terrenos, e que sem interesse os não alienaria, com o direito de propriedade no cultivador: e comprehende os maninhos, e bens do Concelho, que entrão na acepção de bens particulares. E ainda que nestes bens o titulo de compra por ser mais pleno, que o de afforamento, seria mais vantajoso para adiantar a cultura: com tudo os empraçamentos perpetuos (pois os outros, que depois se introduzirão lhe são contrarios) he mais interessante para o directo Senhor, menos custoso ao enfyteuta, e de bastante interesse para a cultura<sup>13</sup>.

Villa Nova Portugal, pensando no futuro da agricultura portuguesa, indicava duas condições que podiam propiciar o seu desenvolvimento: “perfeição dos direitos de propriedade” e a “menor quantidade de encargos”.

Os memorialistas da Academia das Ciências de Lisboa influenciados pelo pensamento fisiocrático, tentaram promover o desenvolvimento da agricultura, sobretudo nos aspetos técnicos, mas também nos problemas referentes ao regime de propriedade, privilegiando, no entanto, a propriedade e os usos comunitários.

Na fase final de Antigo Regime (1780-1832) os povos opunham-se sobretudo aos pesados encargos que recaíam sobre a agricultura e cuja origem se desconhecia. O grande desafio assumido pelos juristas do tempo das Luzes era tentar separar e identificar os fios cruzados de um “imbróglgio jurídico” provocado pela impossibilidade de destrinçar tributos régios de prestações enfiteuticas. Tendo como ponto principal de referência a legislação produzida ao longo do tempo – em particular as *Ordenações do Reino* – e desconhecendo a

---

<sup>13</sup> Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal, “Memoria sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da villa de Ourém”, *Memórias Económicas*, tomo II, Lisboa, 1790, p. 420.

construção histórica dos direitos de propriedade, estes autores prosseguiram um objetivo impossível de alcançar: o de distinguir o “direito enfiteutico” do, por si denominado, “direito feudal”. Não estando em causa o contrato enfiteutico – entendido como um acordo entre partes –, o objetivo perseguido por estes intelectuais iluministas era depurar este instituto jurídico de “contaminações senhoriais”, provenientes de doações e de forais régios.

A origem da confusão entre prestações enfiteuticas e tributos régios remonta à reforma manuelina dos forais (1500/20) devido ao facto de alguns terem sido atribuídos a localidades que se regiam por contratos de aforamento coletivo. Envolvia, igualmente, grande complexidade distinguir os bens adquiridos por doação régia dos obtidos por compra ou troca e que integravam o património de indivíduos e de instituições rentistas.

No que diz respeito ao direito enfiteutico, coube a Mello Freire elaborar uma síntese clarificadora sobre as principais características da enfiteuse que definiu como “uma espécie de direito de propriedade, isto é, o domínio útil que alguém tem temporária ou perpetuamente sobre uma coisa imóvel alheia, pagando, por isso, certo cãnone em reconhecimento do senhorio”<sup>14</sup>.

Foi num contexto de intensa luta, nos campos e nos tribunais, contra os tributos exigidos aos agricultores que ocorreu a Revolução Liberal de 1820<sup>15</sup>. Os juristas liberais verteram no art. 6º da Constituição de 1822 a seguinte conceção de propriedade: “a propriedade é um direito sagrado e inviolável que tem cada português de dispor à sua vontade de todos os seus bens”. Este conceito de propriedade classificada como “perfeita” fazia com que todas as outras formas de apropriação social de direitos de propriedade fossem denominadas “imperfeitas” e “limitadas” e, como tais, alvo da atenção do legislador apostado em colocar, na prática, o princípio constitucional que visava tornar os cidadãos (alguns cidadãos) proprietários plenos dos seus bens.

O objetivo de libertar a propriedade de todas as “imperfeições” havia de se configurar de execução muito difícil. Depois de um intenso debate nas cortes liberais sobre a natureza dos direitos consagrados em foral, que visava separar tributos provenientes de doações régias das prestações enfiteuticas, os políticos liberais concluíram pela impossibilidade de reformar o regime de tributação. Nestas circunstâncias, decretaram, através da pena de Mouzinho da Silveira

---

<sup>14</sup> Pascoal de Mello Freire, “Instituições...”, cit., p. 239.

<sup>15</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “Lavradores, Frades e Forais: Revolução Liberal e Regime Senhorial na Comarca de Alcobaça (1820-1824)”, *Ler História*, 4 (1985), Lisboa, p. 31-87; Albert, *Le Problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823)*, Paris, Calouste Gulbenkian Fondation, 2ª edição, 1985; Margarida Sobral Neto, *Terra e Conflito...*, cit., cap. V.

(1832-34), a extinção dos forais e a nacionalização dos bens de casas senhoriais monásticas masculinas.

Por sua vez, a apropriação pelo Estado dos bens das instituições religiosas, de algumas aristocráticas e de ensino (caso do património da Universidade de Coimbra) e o posterior lançamento no mercado da propriedade rústica e urbana, satisfizes os interesses de muitos nobres e burgueses que passaram da condição de enfiteutas, ou mesmo de subenfiteutas, para a de proprietários ou de senhorios diretos.

No contexto de grande instabilidade que marcou a vida política na primeira metade do séc. XIX, travou-se um debate sobre a enfiteuse: os opositores à manutenção deste instituto jurídico, confrontaram-se com os que lhe reconheciam utilidade social. Esta discussão ocorreu num momento em que chegavam a Portugal os ecos da agitação social vivida em França, na década de 40 do século XIX, que aconselhava uma ligação dos camponeses à terra como forma de evitar a sua proletarização e preservar a paz social. Alexandre Herculano, grande historiador português e liberal convicto, era um dos defensores da permanência da propriedade enfiteutica como se deduz da seguinte citação:

Para mim o grande meio de progresso [...] no melhoramento das classes laboriosas, do chamamento do proletário ao gozo da propriedade e, por ela, aos bons costumes e ao amor da pátria é a enfiteuse<sup>16</sup>.

Num contexto de debate sobre a natureza da enfiteuse, o Código Civil de 1867 manteve o instituto jurídico depurando-o de encargos senhoriais.

Dá-se o contrato de aforamento, emprazamento ou emphyteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada ou foro, a que se chama foro ou canon<sup>17</sup>.

Quanto aos encargos, reduziram-se ao foro fixo, em géneros ou dinheiro, eliminando-se a lutuosa, o laudémio e outros que não faziam parte da essência da enfiteuse; os novos emprazamentos passaram a ser perpétuos e hereditários. O mesmo código aboliu a subenfiteuse. O decreto de 30 de setembro de 1892 viria a repô-la, sendo, no entanto, limitada posteriormente (1895) aos terrenos incultos. Do exposto se conclui que a enfiteuse depurada das consideradas

---

<sup>16</sup> Carta ao Dr. Joaquim M. da Silva, [s/d], *Cartas*, tomo II, Lisboa, 1914, p. 249.

<sup>17</sup> *Código Civil Português*, Lisboa, Imprensa nacional, 1868, p. 28.

“excrecências” feudais (direitos banais, monopólios, servidões pessoais) resistiu à legislação liberal, o que constitui um indicador da sua profunda incrustação social.

O debate sobre a enfiteuse prosseguiu durante a 1ª República, período em que se colocou a possibilidade de remissão de foros. Finalmente, o Código Civil de 1966, promulgado no tempo da ditadura salazarista, manteve os contratos enfitêuticos pré-constituídos, determinando, no entanto, que não seriam permitidos novos contratos de enfiteuse. A extinção definitiva da enfiteuse viria a ser consignada pela Constituição elaborada no contexto da Revolução do 25 de Abril de 1974: a Constituição de 1976.

## **2. Dois domínios: direto e útil**

Retomamos a explicitação do conceito de propriedade com uma citação da obra *Instituições de Direito Civil* (1842) de Coelho da Rocha, jurista que evidencia um conhecimento profundo das questões referentes ao direito de propriedade e cuja referida obra teve grande impacto na segunda metade do século XIX e inícios do XX, como se demonstra pelo número de edições publicadas (8) entre 1842 e 1917.

*Propriedade* no sentido lato, diz-se tudo o que faz parte da nossa fortuna, ou património: tudo o que nos pertence, seja corporeo ou incorpóreo. No sentido estrito diz-se *propriedade (dominium)* o direito de usar e dispor de uma coisa livremente, com exclusão dos outros. O direito de *propriedade*, contém, por assim dizer, um complexo de direitos parciais, como o de dispor da coisa, de a usar, alienar, de a desfructar, de a possuir, e outros, os quaes se podem ainda decompôr. Quando estes direitos parciais competem todos à mesma pessoa, diz-se que ella tem propriedade livre, ou perfeita (*dominium plenum*). Porem muitas vezes estes direitos acham-se ou divididos por diferentes pessoas, ou ao menos restrictos pelos direitos que outrem exerce sobre a mesma coisa; e neste caso diz-se *propriedade dividida, limitada, imperfeita* ou gravada (*dominium minus plenum*). Outras vezes a propriedade, quer livre, quer limitada, compete a muitas pessoas pro indiviso e então diz-se propriedade comum<sup>18</sup>.

Quando se realizava um contrato enfiteutico ocorria um desdobramento de direitos de propriedade: ao senhorio direto eram devidos os seguintes: receber

---

<sup>18</sup> Coelho da Rocha, *Instituições...*, cit., p. 318.

a renda acordada no contrato; ser consultado nas situações que envolvessem mudança do titular do domínio útil (venda ou troca) e usufruir de uma parte do valor da transação no caso de venda (prestação denominada *laudémio*); consolidar o domínio direto com o útil quando terminava o prazo de vidas; exigir a beneficiação das terras a agricultar pelo enfiteuta (através do enxugo de pântanos, desbravamento de terras, plantação de árvores) bem como a manutenção em bom estado dos meios de transformação de produtos agrícolas (moinhos, lagares) ou dos prédios urbanos, sob pena de incorrer na perda do bem aforado (situação denominada *comisso*)

Por sua vez, o senhorio útil adquiria os seguintes direitos e obrigações: a faculdade de cultivar e tirar toda a utilidade do bem aforado durante a vigência do contrato; a possibilidade de o transmitir por herança, respeitando as normas de sucessão exaradas no contrato, nomeadamente o princípio que determinava que o foro era indivisível, podendo, no entanto, as parcelas de terra ser sujeitas a divisão entre os coerdeiros assumindo um deles, o cabeça de casal, o compromisso de pagamento da renda; a possibilidade de unir parcelas no sentido de aumentar a dimensão da exploração e de entregar a terceiros a exploração do prédio rústico ou a fruição do urbano mediante contratos de arrendamento ou parceria; requerer autorização ao senhorio direto (sob pena de incorrer na pena de *comisso*) para efetuar as atividades seguintes: vincular o bem em morgadio ou capela, concedê-lo em dote de casamento ou utilizá-lo para pagamento do dote exigido para a entrada num convento ou na carreira eclesiástica; requerer autorização senhorial para realizar um contrato de subenfiteuse (partilhando com o senhorio útil a renda) ou onerá-lo com um censo (vinculando-o a um empréstimo hipotecário, caso do censo consignativo ou reservativo); a faculdade de defender em tribunal os seus direitos contra o senhorio ou contra outros enfiteutas, podendo obter apoio jurídico do senhorio direto.

Reportando-se ao contrato enfiteutico afirma Coelho da Rocha:

A enfiteuse não é da parte do senhorio uma mera liberalidade, como antigamente se julgava, mas sim um contrato bilateral e comutativo, de que ambos os contraentes tiram recíprocas vantagens: o foreiro aceita o terreno para cultivar, e exercer a sua indústria; e o senhorio assegura a recepção de uma prestação anual, do *laudémio*, e de outros interesses que não receberia sem cultura: cede, portanto, uma parte da propriedade para fazer valer a outra. Por isso em direito romano pertence aos contratos *bonae fidei*<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Coelho da Rocha, *Instituições...*, cit., p. 415.

Em Portugal, como em outros países europeus, a enfiteuse assumiu uma grande flexibilidade dando respostas sociais em várias situações<sup>20</sup>. Em termos de reciprocidade, a leitura das cláusulas dos contratos leva-nos a concluir que nem sempre esteve presente. Habitualmente, os custos, de diversa natureza, eram suportados pelos camponeses que trabalhavam a terra não os partilhando com os senhores.

Veamos o caso da subenfiteuse, modalidade que permitiu o desdobramento do domínio útil gerando situações expressas de existência de dois senhorios úteis, sendo um deles, por norma, de condição social mais elevada. Um dos direitos praticados por enfiteutas poderosos era o de subenfiteutar ou de subemprazar o que permitiu a nobres e burgueses usufruir de rendimentos nobilitantes em situações de indisponibilidade de terras livres para aforar.

Direito de subemprazar, que consiste em o emphyteuta, por um novo contracto, transferir para um terceiro uma parte do seu domínio útil, estipulando novas condições; ficando, porém, responsável para com o senhorio directo pelas obrigações contrahidas. Póde, pois, o emphyteuta convencionar um maior fôro, de que ainda lhe fique lucro, depois de satisfeitos os encargos devidos ao senhorio directo, que em todo o caso devem ficar salvos<sup>21</sup>.

### **3. A renda enfiteutica: composição e método de cobrança**

As prestações enfiteuticas podiam ser muito diversas: o foro, ou cânone, era uma prestação fixa, em dinheiro ou em géneros, em regra “módica”, existente em todos os contratos de aforamento, por ser inerente à “substância” da enfiteuse. Este encargo era pago pelos detentores do domínio útil da terra, “não em compensação dos frutos”, mas em reconhecimento do domínio<sup>22</sup>.

Na Época Moderna, coexistiram diversas formas de pagamento do foro: o “predial” que incidia sobre as terras organizadas em casais (unidade de cobrança de renda); o “pessoal” recaía sobre todos os cultivadores, variando o seu montante em função da posse de meios de produção – foro de lavrador (encargo suportado por aquele que possuía uma ou mais juntas de bois), direito que podia assumir a designação de jugada nas terras da Coroa) foro de seareiro

---

<sup>20</sup> Rosa Congost & Pablo Luna, *Agrarian Change...*, cit.

<sup>21</sup> Coelho da Rocha, *Instituições...*, cit., p.79-80.

<sup>22</sup> Margarida Sobral Neto “Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna” in Márcia Motta (dir.), *TERRAS LUSAS. A questão agrária em Portugal*, Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 13-30.

(pagamento devido por aquele que lavrava com bois alheios ou cavava com enxada); e foro de fogo (tributo que recaía sobre o possuidor de uma habitação ou imóvel de outra natureza).

O foro tinha como principal função o reconhecimento do senhorio do lugar onde se morava, ainda que a atividade exercida não fosse ligada à exploração ou aproveitamento dos recursos da terra, caso de instalações comerciais ou artesanais. O foro era por natureza, um encargo “módico”.

Seguindo uma tradição que remontava à Idade Média, o foro fixo, em géneros, podia assumir, simultaneamente, a função de partilha de rendimentos provenientes da transformação de produtos: caso dos moinhos, lagares, fornos de telha e cal.

De notar, no entanto, que um montante fixo em dinheiro era a única prestação paga por alguns foreiros poderosos, que possuíam o domínio útil de terras situadas em solos férteis ou nas periferias das cidades. Este tipo de foro constituía um sinal de distinção de enfiteutas de condição social elevada, bem como uma forma de obter um pagamento mais eficiente a senhorios úteis absentistas.

Outra prestação recorrente no contrato enfiteutico era a ração, que assumia a forma de uma quota proporcional à colheita, paga “em remuneração dos frutos”, cujo montante podia oscilar entre um quarto, em terras de campo, e um oitavo nas de monte. De notar que o montante pago ao senhorio direto era retirado da produção global, de “todo o montante”, não contribuindo o senhorio direto com qualquer despesa referente a custos de produção e de transporte.

A estas duas prestações (foro e ração) podiam juntar-se outras, como serviços pessoais – prestação de dias de trabalho gratuito nas quintas do senhorio direto, condução de géneros à casa senhorial e outras atividades consideradas, em finais do século XVIII, como “feudais”.

Do conjunto de direitos partilhados entre o senhorio direto e o útil destaca-se o *laudémio*, que consistia na obrigação de o senhorio útil entregar ao direto uma parte do preço da venda do domínio útil. O cumprimento desta exigência contratual, para além da vertente económica, constituía-se como uma forma de o senhorio direto exercer um controlo sobre os enfiteutas, através da realização de um novo contrato com um novo foreiro.

Os principais senhorios diretos eram instituições eclesiásticas (conventos de várias congregações) e casas aristocráticas, em particular a fidalguia de corte. Alguns possuíam reservas senhoriais (quintas) agricultadas por camponeses mediante o pagamento de um salário ou como trabalho gratuito, denominado *jeiras*.

Estas instituições não possuíam, no entanto, mecanismos que lhe permitissem fazer a arrecadação direta da totalidade das rendas. Procuravam fazer a cobrança dos foros com recurso a pessoas de confiança, devido sobretudo ao

seu significado simbólico de reconhecimento do senhorio direto e ao facto de serem pagos em géneros destinados ao consumo da casa senhorial.

A cobrança de outras prestações enfiteuticas, nomeadamente as proporcionais à colheita, era efetuada por pessoas especializadas na cobrança de rendas, caso de mercadores ou homens de negócio que podiam ser, simultaneamente, negociantes de cereais<sup>23</sup>. De notar que esta modalidade de recolha gerou uma convergência de interesses entre “senhorios diretos” e “capitalistas”, o que pode constituir um fator explicativo para a longa duração do regime senhorial.

#### **4. A duração dos contratos: perpétuos e prazos de vidas**

Com o passar do tempo, a modalidade de enfiteuse preferida pelas entidades detentoras de bens passou a ser a de contrato em vidas, predominando o de três, considerando-se, no caso de uma família nuclear, o pai e a mãe como duas vidas, sendo a terceira a pessoa nomeada pela segunda. Com consentimento do senhorio direto, a terceira vida podia renovar o domínio útil ou cessar o contrato, consolidando-se o domínio direto com o útil.

A partir do século XIV, as instituições eclesiásticas iniciaram a prática de concessão de aforamentos em vidas. Esta modalidade desagradou, de imediato, aos povos. Nas cortes de Évora de 1490 manifestaram o seu descontentamento ao rei. A Igreja prosseguiu, no entanto, esta sua política de aforamento, inserindo-a como recomendação nas Constituições dos Bispados publicadas no século XVI. O prazo de vidas era, de facto, a modalidade mais adequada ao controlo periódico dos bens da Igreja, bem como à atualização das rendas. Estes documentos episcopais reconheciam, no entanto, as vantagens, para os foreiros, dos aforamentos perpétuos ou fateusins aconselhando-os como incentivo para arrotear maninhos, secar pauis ou transformar terras incultas em pomares, vinhas ou terras de pão.

As desvantagens dos prazos de vidas voltaram a ser apresentadas pelos povos nas cortes de 1581.

Padecem os Vassalos de Vossa Majestade muitos trabalhos e vexações pelas dúvidas e pendências que cada dia têm sobre os prazos Eclesiásticos.

---

<sup>23</sup> Aurélio de Oliveira, “A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (Séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas”, *Revista de História Económica e Social*, 6 (1980), p. 1-56; José Luís dos Santos Barbosa, *O modelo de financiamento da Universidade de Coimbra (1772-1835)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pedem a Vossa Majestade seja servido suplicar a sua Santidade faça estes prazos fateosins<sup>24</sup>.

Por sua vez, Duarte Nunes do Leão, numa obra dedicada à apresentação dos recursos de Portugal em tempos de dominação filipina, a *Descrição do Reino de Portugal*, apresentou o aforamento em vidas como uma das causas da “decadência” da agricultura em Portugal.

Junta-se a isto uma cousa mui principal, que em Portugal se colhem menos frutos do que as terras poderão dar, e os campos se cultivam menos, por muitos bens e heranças (ao menos de certas regiões do reino) serem enfiteuticos e foreiros às igrejas, mosteiros, hospitais, e outros lugares pios, os quais pela maior parte se não dão senão até três gerações, e podem facilmente cair em comisso, ou ficarem devolutos aos senhores por as vidas acabarem, e não fazem neles os colonos enfiteutas os benefícios e cultura que fariam em bens próprios seus: porque cuidam que trabalham em bens alheios. Pelo que veem grandes heranças a se danificarem, assim em dano dos direitos, como dos úteis senhorios, de que se podiam colher grandes novidades<sup>25</sup>.

Este texto, no qual aparentemente se defende a propriedade plena, é considerado como uma defesa da enfiteuse perpétua em detrimento dos prazos de vidas. Entretanto, destacados juristas do século XVI – caso de Gabriel Pereira – consideravam a não renovação dos prazos de vidas “uma escandalosa injustiça”. Com o tempo, também os senhorios seculares começaram a aforar em vidas os seus bens, facto que motivou a apresentação do desagrado dos procuradores do povo nas primeiras cortes da Restauração.

O crescimento demográfico ocorrido no século XVIII, conjugado com interesses no investimento em património fundiário, refletiram-se, entretanto, num aumento de procura de terra. Nestas circunstâncias, as entidades senhoriais optaram pela concessão sistemática de terras em prazo de vidas. A preferência por esta modalidade levou inclusivamente ao aforamento em vidas de parcelas que os foreiros iam acrescentando nos limites (*testadas*) de terras submetidas a regime de aforamento perpétuo, denominados os “acrescidos”.

Esta política senhorial não agradava aos foreiros por preferirem a estabilidade que o prazo perpétuo lhes dava, bem como a garantia de transmissão aos seus

---

<sup>24</sup> Livro IV da *Collecção de Cortes com suas respostas e algumas Leys que dellas resultarão que contem as que foram feitas pelos senhores Reys Dom João III, Dom Filipe I e Dom João IV ordenadas chronologicamente no anno de 1788*. Manuscrito da Sala Gama Barros, Faculdade de Letras, Coimbra.

<sup>25</sup> Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610.

descendentes. Os prazos fateusins eram mais vantajosos, assemelhando-se em termos de sucessão aos bens alodiais. A entidade senhorial apenas exigia o encabeçamento do foro num dos coerdeiros para evitar a sua fragmentação e o conseqüente perigo de não pagamento da renda.

As entidades senhoriais impunham, contudo, os seus interesses. Sublinhando o caráter precário do prazo de vidas, as escrituras de aforamento celebradas no cartório do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra indicavam ser o possuidor da terceira vida um “simples colono e inquilino”.

Não conseguindo obter da Coroa uma legislação que eliminasse os prazos de vida, muitos enfiteutas tornavam-nos, na prática, perpétuos ao não solicitarem a renovação. Indicia este facto o número diminuto de contratos de renovação de vidas registados nos livros notariais, bem como a frequente deteção de prazos em situação irregular quando se realizavam cadastros de propriedade. A passagem da condição de enfiteuta para a de proprietário ocorreu igualmente na Catalunha<sup>26</sup>. Esta conclusão aplica-se às práticas enfiteuticas vigentes em Portugal, assumindo um significado particular em tempos de intensa contestação anti-senhorial, períodos em que os contratadores de rendas não assumiam o risco da cobrança das rendas, ficando os senhorios diretos impossibilitados de as receber por não disporem de mecanismos próprios e eficazes de cobrança.

## **Conclusão**

Apresentámos neste texto alguns aspetos da configuração jurídica e das condições institucionais de realização da enfiteuse em Portugal. A problemática das relações sociais nos campos, nomeadamente das que se organizaram em função da exploração dos recursos da terra, da água, das terras de pastagens, no quadro da enfiteuse, é um campo de investigação que é necessário prosseguir com perspetivas de análise do direito, mas também da história económica, social e cultural em diálogo com as ciências da natureza, a ecologia e outras.

O estudo da enfiteuse é fundamental para o conhecimento das normas e práticas que regularam o acesso à fruição dos recursos naturais, sobretudo da terra e da água, por parte de diversos grupos sociais nas perspetivas seguintes: como meio de subsistência para camponeses e artesãos, de fruição de rendimentos nobilitantes para indivíduos que pretendiam ascender socialmente, de financiamento de casas eclesiásticas e aristocráticas, de misericórdias,

---

<sup>26</sup> Rosa Congost, “Sagrada propriedade imperfecta. Otra visión de la revolución liberal española”, *Historia agraria*, p. 61-93.

hospitais, Universidades e outras instituições e, por fim, de meio de negócio de contratadores de rendas.

De notar ainda que o debate sobre o atraso da agricultura portuguesa poderá enriquecer-se se, para além das variáveis que têm sido tidas em conta (condições ambientais, mercado nacional e internacional), se acrescentarem as condições institucionais da prática agrícola, nomeadamente a repartição do produto agrícola por diversos agentes sociais (senhorios diretos, enfiteutas e subenfiteutas, contratadores de rendas) que não trabalhavam nem investiam na terra, utilizando-a como fonte de rendas e de distinção social.

# Los manuscritos visigóticos de la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro: códices, textos y escrituras

## The Visigothic Manuscripts of Cassiodorus' *Expositio Psalmorum*: Codices, Texts, and Scripts

Paloma Cuenca Muñoz  
Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de  
Historia de América y Medieval y Ciencias historiográficas  
palomacm@ucm.es  
<https://orcid.org/0000-0003-3776-9940>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/11/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 06/03/2025

### *Abstract*

Of Cassiodorus' *Expositio Psalmorum*, only three manuscripts copied in Visigothic script between the 9th and 11th centuries have survived, all of them belonging to the peninsular Hispanic tradition. Their geographical origins are in the abbey of Gellone and the monasteries of San Pedro de Cardeña and San Millán de la Cogolla. In this work, a comparative analysis of these testimonies in the codicological, textual and palaeographic fields is carried out, from which it is deduced that they are independent of each other, ruling out possible links between them. It also addresses the possible relationship established by critics between the testimonies made in Burgos and La Rioja, while reviewing some of the accepted assertions about the production of manuscripts throughout the early Middle Ages in both monastic centres.

Keywords: Visigothic script; manuscripts; Cassiodorus; psalms.

### *Resumo*

De la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro solamente se han conservado tres manuscritos copiados en escritura visigótica entre los siglos IX al XI, todos ellos pertenecientes a la tradición hispánica peninsular. Sus orígenes geográficos se sitúan en la abadía de Gellone y los monasterios de san Pedro de Cardeña y san Millán de la Cogolla. En el presente trabajo se realiza un análisis comparativo de dichos testimonios en los ámbitos codicológico, textual y paleográfico, del que se deduce que se trata de testimonios independientes entre sí, desechando posibles vínculos ente ellos. Se aborda, asimismo, la posible relación establecida por la crítica entre los testimonios realizados en Burgos y La Rioja, a la vez que se revisan algunas de las afirmaciones aceptadas sobre la confección de códices durante la Alta Edad Media en ambos centros monásticos.

Palabras clave: Escritura visigótica; códices; Casiodoro; salmos.

## 1. El autor y la obra

Flavio Magno Aurelio Casiodoro Senador (c. 490-583), según los datos biográficos que aportan diferentes autores, pertenece a una familia relacionada con la administración romana a lo largo de diferentes generaciones, puesto que alguno de sus antepasados aparece como *tribunus et notarius*. El propio autor parece que ocupó diferentes cargos como *questor* (c. 507-511), cónsul en el año 514, *magister officiorum* en el 524 o *praefectus praetorio*, poco tiempo después desde 533 hasta 540, momento en que se traslada a Constantinopla, posiblemente desde Squillace, donde se establece hasta el año 554. Durante este tiempo, escribe obras de carácter histórico como su *Chronica* o la *Historia gótica*, y es alrededor de mediados del siglo VI, posiblemente ya retirado en el monasterio de Vivarium (Calabria), cuando decide dedicar el final de su vida a la confección de obras relacionadas con una mayor erudición religiosa. De hecho, la crítica sitúa las obras que tratan sobre *De anima* o la propia *Expositio Psalmorum* en una fecha indeterminada, pero siempre después del año 540<sup>1</sup>. Parece que fue a partir de su reflexión sobre el alma, cuando Casiodoro comienza a recibir el apelativo de *religiosus vir* por sus contemporáneos, un interés que confirmará en su exposición sobre el salterio.

Sin otras justificaciones que las referencias existentes a la *Expositio* en el año 548, se ha supuesto que comienza a escribirla en Ravena hacia el año 538, a raíz de su conversión a la vida religiosa, dos años antes de retirarse al monasterio de Vivarium (Calabria) que él mismo había fundado, donde siguió reescribiendo su obra, como se deduce de las revisiones y comentarios posteriores, que llevó a cabo entre los años sesenta y ochenta<sup>2</sup>.

Hay coincidencia entre los investigadores en suponer que la obra se habría puesto en circulación en dos momentos diferentes, que se corresponden de forma paralela con hechos de la vida del autor que hacen referencia a situaciones históricas y políticas marcadamente distintas. La primera alusión corresponde a un Casiodoro exiliado que forma parte de la Corte de Constantinopla en el

---

<sup>1</sup> Magno Aurelio Cassiodoro, *The Variae. The Complete Translation*, trad. Michael Shane Bjornlie, Oakland CA, University of California Press, 2019, p. 6-25. Asimismo, en este reciente estudio se apunta como posible para su nacimiento el año 485 (p. 22). Sobre otros datos biográficos, véase James J. O'Donnell, *Cassiodorus*, California, University of California Press, 1979, p. 13-32 y 172.

<sup>2</sup> Magni Aurelii Cassiodori. *Expositio psalmorum I-LXX*, ed. M. Adriaen, Turnholti, Typographi Brepols Editores Pontificii, 1958, p. XII. Sin otorgar una fecha exacta de composición de la obra, en general todos los especialistas citados aceptan los años cuarenta como momento inicial de composición de la obra.

entorno del emperador Justiniano (hacia las últimas décadas de la mitad de la centuria); la segunda, una vez retirado en el *scriptorium* del monasterio de Vivarium, cuando en sus obras se detectan continuas referencias al entorno monástico, a partir de la segunda mitad del siglo VI. De ahí que la confección de la *Expositio Psalmorum* aparezca como realizada de forma continuada en el tiempo. Todo lo cual lleva a Patrizia Stoppacci a clasificarla, según una terminología más actual, como *work in progress*<sup>3</sup>.

A pesar de que Casiodoro produjo obras de contenido variado, construye su salterio a partir del comentario que realiza sobre textos de otros autores, junto a otros pasajes que suponen una aportación propia. La manera en la que aborda todo tipo de materias, sin caer en la erudición, han dotado a sus textos de una consideración excepcional entre los Padres de la latinidad (Beda, Alcuino, Abelardo, entre otros) que de continuo citan o tienen en cuenta los textos de Casiodoro en sus propias obras<sup>4</sup>.

Por lo que se refiere al contenido del libro, la principal fuente se encuentra en los sermones de san Agustín<sup>5</sup>, aunque intentando evitar lo inabarcable de *las Enarrationes in psalmos*, puesto que decide otorgar a su obra una clara finalidad docente. También se aducen otras influencias pertenecientes a la patrística, como el tratado sobre los nombres hebreos y otros títulos de san Jerónimo, o los textos de san Hilario y san Cipriano. Los modelos que provienen de autores seculares, los manuales o libros de regla, solo le interesan en tanto le sirven como referencias para las santas escrituras.

En cuanto a la estructura de la obra, la exposición de cada salmo contiene un párrafo introductorio; a continuación, aparece la *divisio psalmi* a partir del contenido del texto que se explica verso por verso, para concluir con un resumen de la exégesis, a menudo completada con el simbolismo del número del salmo. Por otra parte, de los 150 salmos que componen el texto los primeros setenta

---

<sup>3</sup> Magno Aurelio Cassiodoro, *Expositio Psalmorum*, ed. Patrizia Stoppacci, Firenze, Sismel-Edizioni del Galluzzo, 2012, vol. I, p. 6-7. Sobre si la *Expositio Psalmorum* se escribió mientras residía en Constantinopla, al menos en una primera versión, véase también James J. O'Donnell, *Cassiodorus...*, cit., p. 136. Además de las mencionadas ediciones de la obra a cargo de Adriaen y Stoppacci, ha sido relevante para la fijación definitiva del texto el trabajo de James W. Halporn, "Cassiodorus' Commentary on Psalms 20 and 21: Text and Context", *Revue des Études Augustiniennes*, 32 (1986), p. 90-102, donde marca errores textuales de las ediciones realizadas hasta ese momento y se plantea el problema que conllevan determinadas fuentes de la obra.

<sup>4</sup> Sobre las constantes alusiones en algunos breviarios de los siglos XI y XII, véase Magni Aurelii Cassiodori, *Expositio...*, cit., p. V-VIII.

<sup>5</sup> Según James J. O'Donnell, *Cassiodorus...*, cit., p. 139, Casiodoro fue muy humilde al afirmar que su trabajo solo resumía el de san Agustín, cuando en realidad se detectan constantes aportaciones propias.

pertenecen al Antiguo Testamento y los ochenta restantes al Nuevo, aunque según la tradición manuscrita mayoritaria la obra se dividió en tres volúmenes con el comentario de cincuenta salmos en cada uno. De este modo, se puede detectar una finalidad claramente didáctica al dividir el comentario de cada salmo en cuatro partes: *titulus*, *divisio*, *expositio* y *conclusio*.

Se concibe, por tanto, la *expositio psalorum* como una manual de doctrina cristiana, lo que quizá explica el éxito que obtuvo dentro de la cultura monástica medieval, como uno de los apoyos a la liturgia semanal. Su fuerte componente didáctico como libro de texto sobre la naturaleza de las artes liberales, así como su afán evangelizador se encuadra en la concepción cristiana mencionada por san Jerónimo, para quien el salterio debía ser la primera lectura al comenzar a estudiar las Escrituras. Posiblemente la vinculación que establece Casiodoro entre la Biblia y el aprendizaje secular del *trivium* y el *quadrivium* justifica las continuas anotaciones marginales que el autor dispone para encuadrar las diferentes figuras retóricas según el contenido del salmo<sup>6</sup>.

## 2. La tradición manuscrita del salterio en los códices visigóticos

### 2.1. Los códices

Son múltiples las obras que, a partir del siglo VIII, tienen en cuenta o citan el texto que elaborara Casiodoro sobre los salmos, lo que puede relacionarse con la gran cantidad de códices conservados de la *Expositio*, elaborados muchos de ellos durante la Alta Edad Media. Así, de esta época permanecen numerosos manuscritos copiados de forma mayoritaria en escrituras carolinas o unciales. Más de veinte y cinco ejemplares incluyendo los fragmentarios, si bien no han

---

<sup>6</sup> James J. O'Donnell, *Cassiodorus...*, cit., p. 158. Véase también Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 12. La interpretación de las diferentes notas marginales, bien en forma de signo abreviativo o de palabra abreviada, se puede encontrar, entre otras, en la edición de Patrizia Stoppacci, p. 415-418: *Hoc in idiomatibvs idest propriis locutionibvs legis divinae. Hoc in dogmatibvs valde necessariis. Hoc in definitionibvs. Hoc in schematibvs. Hoc in aethimologiis. Hoc in interpretatione nominvm. Hoc in arte rethorica. Hoc in topicis. Hoc in syllogismis. Hoc in arithmetica. Hoc in geometrica. Hoc in mvsica. Hoc in astronomia*. No obstante, la tradición manuscrita de los códices visigóticos no incluye dichas notas, como veremos. Sobre la recepción en el mundo medieval de esta obra, véase Derek A. Olsen, *The honey of souls: Cassiodorus and the Interpretation of the Psalms in the Early Medieval West*, Collegeville, Liturgical Press, 2017.

tenido la misma suerte, en cuanto a su conservación o copia, los realizados en escritura visigótica, y por tanto pertenecientes a la tradición hispánica<sup>7</sup>. Tan solo tres manuscritos de esta obra, entre los numerosos códices conocidos, pertenecen al ámbito geográfico de dicha escritura.

El más antiguo se conserva entre los manuscritos medievales que posee Montpellier, con la referencia Méditerranée Métropole-Médiathèque Centrale Emile Zola, ms. 5. Se data entre finales del siglo VIII y comienzos del IX y solo contiene desde el salmo 56 (versículo 9) al 90, a lo largo de 180 folios en vitela, escritos a línea tirada, con unas medidas de 355 x 252 mm. Puesto que en la tradición textual de la *Expositio* fue habitual la división en tres volúmenes de 50 salmos cada uno, este podría ser el volumen central de alguna de esas copias. Desde el punto de vista de su escritura se trata de un manuscrito dígrafo en escrituras visigótica y carolina, con influencias de las escrituras precarolinas francesas, a lo que hay que añadir el uso de las escrituras capitales y unciales en partes destacadas del texto, como los *incipit*, e intervenciones y correcciones en escritura carolina. Contiene una signatura para el cambio de cuaderno consistente en la letra “q” seguida del número correspondiente en romanos. Incluye las mencionadas *notae* sobre el contenido del salmo de forma abreviada (verbal o simbólica) en los márgenes, habituales en la mayor parte de las familias que conforman la tradición textual en que se nos ha conservado la obra. Proviene de la abadía benedictina de Gellone en Saint-Guilhem-le-Désert<sup>8</sup>.

En la John Rylands Library de Mánchester, se conserva un segundo ejemplar catalogado con la signatura Ms. Lat. 89 (*olim* Crawford 99), datado a mediados del siglo X (*circa* 949) adscrito al monasterio de San Pedro de Cardeña. Contiene el prefacio y los salmos 1 a 148, por lo que se conserva incompleto y sin colofón<sup>9</sup>. Encuadernado con tapas de madera, borde en piel y cinco bullones, la distribución del manuscrito (465 x 345 mm) consiste en 6 folios de guarda, en el primero de los cuales aparece la signatura nueva y

---

<sup>7</sup> Se puede consultar una completa descripción de la tradición manuscrita de los Salmos de Casiodoro en Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 19-142.

<sup>8</sup> Para un estudio pormenorizado, desde los ámbitos codicológico y paleográfico, de este códice, véase Paloma Cuenca Muñoz, “El manuscrito de la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro conservado en Montpellier (Manuscripts Médiévaux, ms. 5)”, *Edad Media. Revista de Historia*, 26 (2025), p. 207-233. <https://doi.org/10.24197/em.26.2025.207-233>.

<sup>9</sup> Francisco de Berganza, *Antigüedades de España*, Madrid, 1719, vol. Ib, p. 221-222, reproduce el colofón copiado antes de la pérdida, de donde se han obtenido los datos principales, como la fecha de copia (19 de enero de 949), la edad del copista Endura cuando comenzó su tarea (31 años), la colaboración de su alumno dilecto (Sebastián) y la alusión al arcisterio de san Pedro de Cardeña. Véase Montague Rhodes James, *A descriptive catalogue of the Latin Manuscripts in the John Rylands University Library*, München, Kraus Reprint, I, 1980, p. 30-31.

antigua junto a un *ex libris* en papel de la biblioteca Lindesiana. En el folio 7 aparece un fragmento de lo que parece un cantoral, por la *impaginatio* y el tipo de escritura. El fragmento que aparece entre los folios 8r a 10v ha sido descrito por Díaz y Díaz como cuatro folios del siglo XIII que contienen obituarios y cuentas<sup>10</sup>. Así pues, en el folio 11r comienza el texto de Casiodoro, foliado con posterioridad a lápiz, a partir de aquí, con el número 4, puesto que solo se tuvieron en cuenta algunos de los folios anteriores. El salterio acaba en el folio 399, quedando inconclusa la obra. El último bifolio (ff. 400 y 401), está ocupado por un fragmento de los *Moralia in Iob* de san Gregorio, copiado a dos columnas (43 líneas) en el siglo X, que habría formado parte de un códice desconocido<sup>11</sup>. El folio 402 perteneció quizá al mismo cantoral que el folio 7, ocupando el final del códice cinco folios de guarda.

Escrito a dos columnas con 38 líneas en minúscula visigótica sentada, con *tituli* que incluyen letras mayúsculas y unciales, su copia se habría llevado a cabo durante el abaciato de Esteban I (945-957) por los copistas Endura y Sebastián. Carece por completo de las *notae* referentes al contenido de los salmos que, formando parte de la obra original, algunas familias textuales han transmitido. A cambio, sí contiene numerosas anotaciones marginales (incluso alguna simbólica en forma de cruz), algunas correcciones coetáneas, otras de época carolina y gótica, contando incluso con breves notas en escritura gótica cursiva a modo de material escriptorio independientes del contenido textual. Todo lo cual hace pensar en un largo recorrido cronológico en el uso del códice, que ayuda a explicar su carácter misceláneo.

De este manuscrito, a pesar de contener la mayor parte de la Expositio, nos consta la pérdida de algunos de sus cuadernos. Así faltan dos cuaterniones entre el folio 382v y 390v, y algún folio suelto, como ocurre con el final del salmo 41 y el *incipit* del 42. La organización material se realizó a partir de reclamos, pero el primero de ellos no aparece hasta el folio 96v, formando a partir de ahí treinta y nueve cuaterniones, por lo que se puede suponer que el texto anterior se distribuya en once cuaterniones que han perdido su reclamo por la guillotina, que también ha seccionado ocasionalmente parte de los conservados.

Por último, el tercer códice forma parte del fondo emilianense de la Real Academia de la Historia con la signatura actual de Cod. 8 (*olim* F. 173 y 3)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Manuel C. Díaz y Díaz, *Códices visigóticos en la Monarquía leonesa*, León, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», Caja de Ahorros y Monte de Piedad, Archivo Histórico Diocesano, 1983, p. 335, n. 39

<sup>11</sup> Manuel C. Díaz y Díaz, *Códices visigóticos...*, cit., p. 431, n. 161.

<sup>12</sup> La descripción del códice se puede consultar en Elisa Ruiz García, *Catálogo de la sección de códices de la Real Academia de la Historia*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1997, p. 87-89.

La fecha de copia varía entre finales del X, según E. Ruiz o P. Stoppacci, y principios del XI, según aparece en el *Corpus* de Millares<sup>13</sup>. Se trata de un códice incompleto y mutilado, con una encuadernación moderna en piel de tipo exento. Al final del códice, en el folio 342v, aparece una lista de dataciones *in era* correspondiendo la última de ellas al año 1141, que posiblemente no tengan ninguna relación con la composición del manuscrito original, ya que pertenecen a “una nómina de personajes ilustres de San Millán”<sup>14</sup>. En general, se adscribe al *scriptorium* de San Millán de la Cogolla, en calidad de apógrafo del códice burgalés<sup>15</sup>. Acéfalo y con diferentes lagunas, contiene los 150 salmos en pergamino, con unas medidas del material escriptorio de 490 x 335 mm. La impaginación del manuscrito posee un pautado a dos columnas entre 41 y 43 líneas, en las que se puede observar en ocasiones el punto de guía tanto en el margen derecho en los rectos, como en el izquierdo en los vueltos, se añadió con posterioridad una doble numeración moderna que no coincide a lo largo de todo el texto. Está organizado a partir de reclamos en el intercolumnio, de los que quedan los suficientes como para establecer como bastante probable la medida habitual del cuaternión. Además de continuas mutilaciones de iniciales miniadas, se trata de un códice con mucho deterioro a causa de la humedad y el retintado de algunos folios. En blanco aparecen las partes de material escriptorio donde tendría que ir marcado el cambio de libro, después de los *explicit* de los salmos cincuenta y cien.

El manuscrito, a pesar de estar considerado como un códice unitario, contiene, además de la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro (ff. 1-341r<sup>b</sup>), una pequeña parte del *Incipit prologus Psalterii* de san Jerónimo (ff. 341r<sup>b</sup>-342r<sup>b</sup>), según el catálogo. En la segunda obra, a pesar de la escasa cantidad de texto

---

<sup>13</sup> Elisa Ruiz García, *Catálogo...*, cit., p. 87; Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 66; y Agustín Millares Carlo, *Corpus de códices visigóticos*, Las Palmas de Gran Canaria, Gobierno de Canarias, 1999, p. 124, n. 177.

<sup>14</sup> Elisa Ruiz García, *Catálogo...*, cit., p. 88.

<sup>15</sup> Esta condición de apógrafo ha sido señalada por diferentes especialistas como Stoppacci en Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 66 (“El códice è apógrafo del ms. Manchester, John Rylands University Library, lat 89”) y p. 67 (refiriéndose al códice mancomuniano “El códice antiógrafo del ms. Madrid, Real Academia de la Historia. Cod. 8”) y Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*, Logroño, Gobierno de la Rioja-Instituto de Estudios Riojanos, 1991, p. 141: el “códice emilianense es solamente una copia del manuscrito que en 949 escribió Endura en Cardeña”. Ambas afirmaciones posiblemente provengan del cercano origen geográfico y cronológico de ambos volúmenes, así como de algunos rasgos codicológicos similares, ya que no se ofrece argumentación alguna. Idéntica información se repite en Elisa Ruiz García, *Catálogo...*, cit., p. 89: “El ms. probablemente fue elaborado en San Millán. El texto de Casiodoro es una copia de una versión de la misma obra realizada por Endura en Cardeña en el año 949”.

conservado, en el f. 342<sup>r</sup>b se leen algunas frases interesantes, como el exordio al lector (“Lege diligente, lector, et inuenies causus et ordines rerum, quia doctrina Spiritus sancti et lengentibus occultatur diligentibus et credentibus aperitur”) y la que indica el final del libro (“Benedico celi quoque regem qui me ad istius libri finem uenire permisit incolomem. Amen. Deo gratias”), con la expresión final en escritura visigótica cursiva, con algún rasgo de *elongata*, por lo que pueda suponer de ayuda a la identificación de algún escriba o *scriptorium*. En el vuelto del último folio, escriben con tinta roja en escritura gótica textual “Diuina misericordia succurenti et santi Emiliani, intercessione Lupi comitis, Martinj abatis”, al parecer este tipo de anotaciones son habituales en los códices altomedievales emilianenses, pero de dudosa veracidad<sup>16</sup>.

Además de los testimonios conservados, conocemos tan solo la existencia de un último códice que contenía el salterio de Casiodoro, custodiado al menos durante parte del siglo XVIII en San Isidoro de León, pero que permanece perdido en la actualidad<sup>17</sup>. Es el profesor Díaz y Díaz quien recupera esta referencia y su perdido colofón a partir de la obra de autores anteriores, cuyo texto, según la copia realizada en el siglo XVIII, rezaría así<sup>18</sup>:

Florentius confrater licet exiguus libri hujus praescribere collecter coepi opus erumnosae uitae hujus peracto aetatis meae trigesimo quinto anno. Extat praeterea hoc gestum Valerianicae in Arcisterio, sub atrio reliquias ferente sancte Mariae Virginis genitricis Domini Nostri Ihesu Christi et sanctorum apostolorum Petri et Pauli martyrum, sanctorumque Vincentii et Leti fidelissimorum testium Christi magna docente claraque monacorum caterua, patre spirituali Martino gratia regiminis priore in ordine constituto.

<sup>16</sup> Al respecto en Elisa Ruiz García, *Catálogo...*, cit., p. 88 aparece la siguiente frase: “En el f. 342 se encuentra escrita en rojo una indicación de la misma mano que introdujo en diversos mss. del fondo emilianense otras tantas dataciones falsas y que reza así: *in era DCCCCXVIII Petrus abbas in Sancto Emiliano*, entiendo que se refiere a una anotación similar, pero de otro códice.

<sup>17</sup> En la obra de Manuel Risco, *Historia de la ciudad y corte de León, y de sus Reyes*, Madrid, Blas Román, 1792, p. 181 se dice que el ejemplar está custodiado en san Isidoro de León y se refiere al colofón como “esta nota”, pero no sé hasta qué punto esta referencia puede llevar a pensar en un texto que no forme parte del cuerpo del manuscrito original.

<sup>18</sup> No reproduzco la copia que realiza Jules Tailhan, *Nouveaux Mélanges d'Archéologie d'Histoire et de Littérature sur le Moyen Âge*, Paris, Firmin-Didot, 1877, p. 308, nota 2, por ser un testimonio intermedio, además de recoger el texto solo de forma fragmentaria y con evidentes interpretaciones, como la de transcribir el año como “era 991”. A pesar de conocer este colofón a través de la obra de Manuel C. Díaz y Díaz, *Códices visigóticos...*, cit., p. 517 no he reproducido su texto porque contiene una errata en la fecha, que copia como “DCCCCLXLIIII<sup>a</sup>” añadiendo tres años a lo que aparece en Risco y en Tailhan, de quien dice tomarlo.

Perfectus est igitur hic liber expositionem in se mirificam continens omnium psalmorum Christi iuvante dextera, sub era DCCCCLXI<sup>a</sup> diemque temporis nocturni VII idus juliarum. tertio regnante anno Ordonius princeps<sup>19</sup>.

Pero, como ocurre en otras ocasiones con los colofones perdidos de los códices altomedievales, parece muy probable que la interpretación moderna de la data no fuera la correcta. En este caso, el propio Manuel Risco advierte sobre la necesidad de añadir un “rasguillo” a la letra X, refiriéndose al numeral latino L colocado en la parte superior de dicha letra, forma habitual en la escritura visigótica de representar el número 40. Esta suposición viene refrendada por el segundo sistema de datación que aparece de modo simultáneo en el colofón. Alude al tercer año del reinado del rey Ordoño, referido al rey Ordoño III de León (951-956)<sup>20</sup>.

Aceptando la reconstrucción de la data y la información que aparece en el texto, parece verosímil deducir que el códice contuviera la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro copiada en el año 953 por Florencio, en san Pedro de Valeránica (Burgos), a la edad de 35 años, en una escritura visigótica sentada similar a la de otros códices del mismo copista realizados en fecha cercana, como los *Moralia in Iob* del año 950. Pero de este códice en paradero desconocido no conocemos otros datos, ni de sus caracteres externos o internos<sup>21</sup>. Con una importante excepción, porque M. Risco aporta un dato más, al reproducir literalmente otro pasaje del manuscrito en la siguiente nota: “Pónese primero un prefacio en cuyo fin se indica el autor por estas palabras: *Magni Aurelii et Casiodori Senatoris jam Dno [Domino], praestante conversi explicit praefatio*”. Ahora bien, de los tres códices visigóticos conservados tan solo el ms. Lat. 89 conserva el prefacio completo, cuyo final difiere del que habría escrito Florencio, por extraño que parezca, alejando en principio la posibilidad de que ambos textos pertenecieran a una misma familia textual<sup>22</sup>. En resumen, una vez aportados los datos que se han podido recopilar sobre este cuarto códice en escritura visigótica de la *Expositio*, por motivos obvios,

---

<sup>19</sup> M. Risco, *Iglesia de León, y monasterios antiguos y modernos de la misma ciudad*, Madrid, Blas Román, 1792, p. 155-156, momento al que se podría referir la conservación de dicho códice en la biblioteca de San Isidoro de León. Manuel C. Díaz y Díaz recupera la noticia de este códice a través de la obra de Jules Tailhan, quien a su vez lo toma de la citada obra de Manuel Risco del siglo anterior.

<sup>20</sup> Manuel Risco, *Historia de la ciudad ...*, cit., p. 181-182.

<sup>21</sup> Sobre el copista Florencio de Valeránica, existen diferentes trabajos, pero solo citaré la excelente tesis doctoral de Elena García Molinos, *Florencio de Valeránica, calígrafo castellano del siglo X*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000.

<sup>22</sup> John Rylands Library (Mánchester), Mss. Lat. 89, f. 10v: “Nunc minutatim ad exponenda salterii uerba ueniamus. EXPLICIT PRAEFATIO”.

no podremos tenerlo en cuenta al analizar los elementos internos y externos de la transmisión de la obra de Casiodoro en la tradición hispánica.

## 2.2. Los textos

Por lo que se refiere a la tradición textual de los diferentes manuscritos medievales que contienen la *Expositio Psalmorum* de Casiodoro, establecida en la excelente edición y estudio del texto realizado por Patricia Stoppacci, sus conclusiones no resultan de elevado interés para los testimonios compuestos en escritura visigótica, puesto que no tiene presente ninguno de ellos al establecer el *stemma* de las familias textuales, ni tampoco en la colocación de manuscritos utilizada para realizar su edición. A partir del examen de la tradición hispánica peninsular de los tres códices conservados de la *Expositio*, se puede adscribir en la *recensio* el manuscrito *Gl<sup>2</sup>* (Gellone) a la familia del subarquetipo continental  $\varphi$ , al compartir diferentes aspectos de la organización de los cuadernos con otros códices pertenecientes a la misma rama, como es el caso de marcar el cambio de cuaderno con la letra ‘q’ seguida del número correspondiente en romanos<sup>23</sup>. A pesar de lo cual, la editora no lo tiene en cuenta para realizar el análisis de los diferentes errores conjuntivos que se establecen con los otros manuscritos de la misma familia textual ( $\varphi_1$ ,  $\varphi_2$ ,  $\varphi_3$ ) frente a otras familias<sup>24</sup>.

En cuanto al manuscrito *Sm<sup>l-2-3</sup>* (San Millán), no ofrece datos de filiación dentro de ninguno de estadios del *stemma*. Y peor suerte corre el tercer códice, denominado con las siglas *Sp<sup>l-2-3</sup>* (Cardeña), ya que según reconoce la misma editora es uno de los manuscritos que no ha podido examinar “per problema di natura tecnica o per motivi contingenti”<sup>25</sup>. Tampoco al abordar los testimonios que se refieren al área ibérica aporta nuevos datos, ya que tan solo menciona los nombres de Endura y *Sebastianus*, como copistas del ejemplar realizado en Cardeña del año 949, e incide en señalar que el códice emilianense (al que entiendo que por error en este apartado de su estudio denomina *Bs<sup>l-2-3</sup>*, ya que en el “*conspectus siglorum*” que establece para la edición, le adjudica como hemos señalado las siglas *Sm<sup>l-2-3</sup>*) es una copia directa del anterior, por lo que la tradición manuscrita de la obra en el área ibérica “si concentra dunque nei dintorni di Burgos”<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> Véase, Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 140-142 y 158.

<sup>24</sup> Así, cuando establece la comparación entre los manuscritos que conforman los subarquetipos  $\varphi$  y  $\pi$  en Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 171.

<sup>25</sup> Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 142.

<sup>26</sup> Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 302. Esta afirmación resulta un tanto vaga al no distinguir entre un códice adscrito a Burgos y el otro, a la Rioja.

Desde un punto de vista bibliográfico, de los tres códices visigóticos, el mejor estudiado ha sido el que se conserva en Mánchester, por su origen burgalés y por el nombre de su principal escriba, quedando sin apenas descripción los otros dos testimonios hispánicos. De ahí, que convenga abordar la posible relación textual y paleográfica que podría existir entre los tres códices conservados que contienen la misma obra, con en el mismo tipo de escritura y origen, teniendo en cuenta las diferentes datas tópicas asignadas (los monasterios de Gellone, Cardeña y Silos), así como las cronológicas (siglos IX, X y XI).

Queda aclarado, a partir de la edición crítica de Stoppacci, que la familia continental a la que pertenece el código septimano es absolutamente diferente a la del código burgalés, que, por otra parte, es considerado por la crítica como modelo directo del texto emilianense. La carencia de *notae* y las continuas lecturas diferentes del texto, confirman esta circunstancia<sup>27</sup>. Desde el punto de vista gráfico, tampoco presenta características similares, ya que el código conservado en Montpellier está escrito de forma dígrafa (visigótica-carolina), a caballo entre los siglos VIII y IX, y los manuscritos del norte de España contienen una escritura visigótica de los siglos X y XI.

Ahora bien, ¿podemos considerar el código atribuido a Cardeña como antígrafo del emilianense? En general, los estudios que mencionan ambos códices afirman que el datado a inicios del XI o finales del siglo X supone una copia directa del manuscrito de mediados de dicho siglo<sup>28</sup>. Sin embargo, tampoco se ofrecen argumentos que nos obliguen a considerar como cierta dicha afirmación. Por su parte, Díaz y Díaz al analizar este testimonio escribe que, a través del cotejo paleográfico y textual entre ambos códices, se rastrea una clara influencia de Endura en el copista del emilianense, lo que le lleva a plantearse la existencia de relaciones codicológicas entre Burgos y San Millán. De hecho, alude al gusto burgalés por el empleo de letras griegas en pequeñas leyendas latinas, casi siempre incluidas en frases formularias, en las que incluso detecta más una imitación de los signos morfológicos que un conocimiento

---

<sup>27</sup> Como ejemplos de variantes entre *Gl* frente a *Sp* y *Sm* anoto algunas del salmo noventa, conservado en todos los testimonios: *amonemus ad modum Gl : ammenus ad modum Sp-Sm; uindicatur Gl : uincatur Sp-Sm; omnem fidelissimum Gl : hominen fidelissimum Sp-Sm; dei caeli conmoratibur justus igitur in protectionem dei caeli conmorabitur . Nunc Gl : dei caeli conmorauitur. Nunc Sp-Sm.*

<sup>28</sup> P. Stoppacci insiste de nuevo en esta filiación, Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 302, nota 10, donde al mencionar los manuscritos del área ibérica, a pesar de acumular varios errores, queda clara su afirmación sobre el código de San Pedro de Cardeña: “è disceso per via diretta” del manuscrito emilianense.

real del griego, por los errores cometidos<sup>29</sup>. Es necesario, por tanto, cotejar a modo de muestreo algunas de las variantes textuales que presentan ambos testimonios entre sí, para constatar si se trata de lecturas iguales o equipolentes que justifiquen una copia directa, o si, por el contrario, existen casos de errores de copia que nos lleven a pensar en una filiación quizá mucho más indirecta de lo que se había supuesto.

Ya en el análisis de *Prefatio* de la obra aparecen variantes entre el texto base elegido por Stoppacci (*St*) y los manuscritos hispánicos, que hacen difícil pensar en una relación directa entre ambos, ya que en varias ocasiones el texto emilianense, en la parte conservada, comparte lecturas con dicha edición que suponen una variante con respecto al manuscrito burgalés, así en los capítulos XV, XVI y XVII del mencionado prefacio, se puede leer<sup>30</sup>:

Temporales aeterna nonnisi *St, Sm* : temporali aeterna nominis *Sp*  
 merito ergo esse *St, Sm* : om. esse *Sp*  
 ut nullatenus potuisset agnosci *St, Sm* : om. potuisset *Sp*  
 in ipso limine *St, Sm* : om. ipso *Sp*  
 ex semetipso loquens *St*, ex emetipso loquens *Sm* : exemplo loquens *Sp*  
 primum tamen *St, Sm* : primum nobis tamen *Sp*.

Junto a estas lecturas que evidencian una distancia entre ambos textos hispánicos, se dan otros ejemplos en los que las variantes por adición u omisión, además de los errores conjuntivos, hacen pensar en una misma procedencia textual en estadios anteriores:

mentis sauciae *St*: mentis satjata *Sp, Sm*  
 in libris introductoriiis commemoranda prospeximus *St* : in libris productoriis  
 commemoranda perspeximus *Sp, Sm*  
 quartus codex sit auctoritatis diuinae *St* : quartus quod dixit auctoritatis  
 diuinae *Sp, Sm*  
 terribilis ut acies ordinate *St* : terribilis ut castrorum acies ordinate *Sp, Sm*  
 omnium fragrat odoribus *St* : omnium fraglat odoribus *Sp, Sm*

<sup>29</sup> Véase, Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y Librerías...*, cit., p. 140.

<sup>30</sup> Utilizo para denominar los manuscritos las siglas que, siguiendo los principios de la crítica textual, establece P. Stoppacci en su estudio en atención a su lugar de origen. Así, *Sp*<sup>1-2-3</sup> es el códice realizado en el monasterio de San Pedro de Cardeña (Burgos), en el año 949 y *Sm*<sup>1-2-3</sup> indica el códice copiado en San Millán de la Cogolla (La Rioja) a finales del siglo XI. Puesto que los números en superíndice hacen referencia a la unión en un único volumen de los ciento cincuenta salmos, frente a la mayor parte de la tradición que los separó en tres volúmenes de cincuenta salmos cada uno, en adelante prescindo de este dato al mencionar dichos manuscritos. He denominado *St* al texto que ofrece la edición crítica publicada por la autora.

Tras realizar cotejos similares en diferentes pasajes de la transmisión textual, dejando a un lado las marcas gráficas posteriores al momento de composición que aparecen en el código *Sp*, en escrituras carolina y gótica, son continuos en el manuscrito de Mánchester los saltos de texto por homoitelecton, entre palabras iguales. Faltas de texto que aparecen añadidas por una mano visigótica coetánea, si es que no pertenece al mismo copista que escribe el texto principal. Aunque, en el manuscrito emilianense en algunos casos, se encuentran las faltas asumidas dentro del texto, en otras muchas ocasiones falta ese texto sin señal alguna. Incluso hay pasajes donde *Sp* lee de forma errónea (*multe sunt*, f.44r<sup>b</sup>) y *Sm* copia de forma correcta con un añadido interlineal (*multiplica\te/ sunt*, f.32v<sup>b</sup>). Aparece también alguna corrección errónea *ope ingenii* del copista más antiguo, que sin embargo está bien corregida en el texto posterior. Así, en el f. 64r<sup>a</sup> *Sp* lee: *Patris mei qui in celis est, hic \meus/* y a continuación sobre una parte raspada del material copia *frater soror mea et matre*, la misma mano; frase que, en el manuscrito emilianense *Sm*, aparece de forma correcta según consta en las ediciones: “*Patris mei qui in celis est, hic meus pater et mater et frater*” (f. 50va). Todas estas variantes resultan bastante representativas de la falta de conexión directa entre ambos códigos junto con el error que se produce en el salmo 107, donde *Sp* lee “*ad homines terrenos*” (f. 314r) y copia por error *Sm* “*ad Iohannes terrenos*” (f. 258r), y será más tarde el revisor de época carolina capaz de reconocer el error y de corregirlo.

Además, en varias ocasiones, aparece en *Sp* la subdivisión de los salmos utilizando las letras del alfabeto hebreo en caracteres latinos, acompañadas de numerales al margen, en el manuscrito de la primera mitad del siglo X, aspecto que *Sm* no recoge.

Por tanto, de las variantes examinadas tras la *collatio*, tanto de las mencionadas en algunos de los capítulos del prefacio elegidos por ser el inicio conservado de *Sm*, como de las otras variantes en pasajes posteriores, se deduce la existencia de una misma familia para los códigos norteños<sup>31</sup>. Pero se hace muy difícil pensar en que el código burgalés pueda ser el antígrafo del riojano.

Otro aspecto referente a las cuestiones textuales que apunta a ramas diferentes del *stemma* se refiere al uso del alfabeto griego en *Sp*, del que no queda apenas rastro en la copia *Sm* también en escritura visigótica. Según el estudio previo a la edición de P. Stoppacci, los manuscritos que utilizan caracteres griegos en diferentes partes de los *incipit* o *expicit* de los salmos, provienen de monasterios del área helvética y germánica, puesto que allí se

---

<sup>31</sup> A los errores conjuntivos del *Prefatio* se pueden añadir otros en los salmos como: *lippitudine St* : *lippitudine St, Sm* o *moralis St* : *mortalis St, Sm*.

difundieron las principales familias textuales que contienen esta característica, considerada singular y dirigida a una posible élite lectora<sup>32</sup>. No podemos olvidar que en *Sp* también encontramos caracteres griegos, al inicio, para ofrecer los datos referentes al copista, costumbre que se detecta en otros textos realizados en el monasterio de Cardeña durante el siglo X. Pero dejando aparte esta característica burgalesa, el manuscrito emilianense reduce mucho el uso de los caracteres griegos.

De manera general, parece existir una misma familia por la filiación de errores u omisiones textuales, así como por la falta de *notae*, si concedemos que el uso de caracteres griegos sería una característica de los escribanos de Cardeña del X que, por desconocimiento o por costumbre, no utilizaban los escribas de San Millán a finales del mismo siglo o principios del siguiente. Aunque es necesario aclarar que el manuscrito *Sm* más tardío incluye dentro de sus notas al margen la abreviatura “sche” (mal transcrita a partir de folio 249v), que hace referencia a la nota del texto original (hoc est schema) como se puede observar en el f. 11r donde aparece la forma desarrollada “scheme”, dichas marcas no se encuentran en *Sp* propuesto hasta ahora como modelo directo del emilianense por parte de la crítica, a partir de lo que se deduce del anterior análisis textual.

### 2.3. Las escrituras

Puesto que ya se ha estudiado de forma específica la escritura del códice septimano *Gl* en otro trabajo donde se explica su digrafismo, ahora vamos a centrarnos en las escrituras que se producen en los otros dos códices altomedievales visigóticos que copian la obra de Casiodoro, *Sp* y *Sm*, para comprobar si son dos códices dependientes entre sí como ha postulado la crítica, o si, por el contrario, serían manuscritos independientes, que no tendrían por qué pertenecer a una misma familia textual, como acabamos de comprobar a través del examen de las variantes, cuya interdependencia gráfica también resulta difícil de rastrear<sup>33</sup>.

La escritura que se realizó en *Sp* se define desde el punto de vista gráfico como una escritura ligera, con astiles rematados con una línea oblicua muy leve,

<sup>32</sup> Magno Aurelio Casiodoro, *Expositio...*, cit., p. 250 y también en nota 66.

<sup>33</sup> Afirma de forma contundente la dependencia del códice emilianense Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y librerías...*, cit., p. 141: el “códice emilianense es solamente una copia del manuscrito que en 949 escribió Endura en Cardeña”. Hipótesis de la que se hace eco Elisa Ruiz García, *Catálogo...*, cit., p. 89, al describir el códice “El texto de Casiodoro es una copia de una versión de la misma obra realizada por Endura en Cardeña en el año 949”.

separación regular de palabras, aunque de forma poco marcada, un trazo final de las letras ‘h’, ‘m’ y ‘n’ que gira hacia la derecha y un uso mayoritario (aunque conserva casos en que no se produce la marca gráfica “descriptione”, f. 184rb) de la distinción entre ‘j’ e ‘i’ para las formas asibiladas de la sílaba ‘ti’. Por lo tanto, reproduce de manera general las características que se establecen para la escritura visigótica de mediados del siglo X en el norte peninsular, coincidiendo con su datación en el año 949. A partir de ahí, se puede observar una serie de usos gráficos para identificar la escritura de este texto o de estos escribas, frente a la de otros manuscritos de la misma época, sin entrar a valorar las opiniones que estableciera B. Shailor sobre el origen topográfico del códice o bien sobre la identidad de Endura, copista principal de la obra<sup>34</sup>.

La morfología de las letras aisladas en *Sp* se ajusta al alfabeto visigótico con alguna característica que describe de forma personal la escritura de Endura. Así, utiliza la letra ‘i’ alta sobre todo en posición inicial ante las vocales ‘u’, ‘a’ de forma mayoritaria, y ante las consonantes ‘t’, ‘d’, ‘n’, ‘m’, ‘c’, ‘r’, ‘p’, ‘s’. Su uso en interior de palabra es muy escaso y siempre seguido de vocal. Esta morfología resulta posteriormente corregida cortando su astil por el copista de época carolina, pero tan solo en algunas ocasiones, del mismo modo que cortan el astil de la letra ‘b’ para marcar que debería aparecer la letra ‘u’, y viceversa añadiéndolo. Este fenómeno gráfico lleva a pensar que quizá existía una normativa de uso más regular de lo que se ha podido establecer, que permite a un escriba carolino, que no utiliza la ‘i’ alta en su alfabeto, realizar dichas correcciones años después. Existe, asimismo, una riqueza gráfica en el uso de alógrafos, siendo el caso más llamativo el de la letra ‘a’; así como la aparición de algunas formas gráficas del alfabeto cursivo de forma aislada en el texto (‘a’, ‘u’), pero habitual al escribir los reclamos, al menos en los casos conservados.

Pero lo más relevante desde el punto de vista gráfico se encuentra en la unión de letras. Resulta muy interesante el constante uso del ligado ‘st’ al modo carolino en el manuscrito *Sp*, alternando en ocasiones con la forma visigótica, si tenemos en cuenta que se trata de un texto realizado en Burgos el año 949. Así es frecuente encontrar la forma continental en la tercera persona del singular del presente del verbo *sum* o en formas derivadas de ella (*est, potest*), junto a otras formas verbales, como *accepisti, redimisti, posuisti*. Se utiliza también en la declinación del adjetivo o pronombre *iste, ista, itud*, y, por último, en otras categorías lingüísticas como el adjetivo *priscillianiste* o el sustantivo *claustrum*.

---

<sup>34</sup> Sobre la identidad de más de un copista llamado Endura durante el siglo X en el área castellana, véase Barbara A., Shailor, “The scriptorium of san Pedro de Cardaña”, *Bulletin of the John Rylands Library of the University of Manchester*, 61 (1979), p. 444-473, p. 467-473.

Así pues, no podemos vincular el uso del ligado ‘st’ carolino con una forma o una categoría gramatical determinada. Este hecho, unido a lo insólito de su uso a mediados del siglo X, no permite pensar en el resultado de una evolución intrínseca a la propia escritura, por lo que me parece más plausible pensar en una influencia del antígrafo que sirve de modelo a Endura. Sobre todo, si tenemos en cuenta la extensa tradición existente ya mencionada de la *Expositio* en escritura carolina, lo que podría haber proporcionado un modelo realizado en dicha forma de escritura. Sabemos, además, que existía, al menos, una copia de la misma obra escrita en Septimania, en una escritura híbrida visigótica-carolina que corresponde al código *Gl*. Del uso de nexos y ligados, además, es destacable la gran cantidad y variedad de casos (véase el cuadro número 1), teniendo en cuenta que se mantiene el principio básico de la escritura visigótica sentada, que consiste en el uso mayoritario de las letras aisladas.

Por lo que se refiere a la morfología de los signos abreviativos, se encuentran los habituales, tanto de carácter general (el punto más la línea) como con valor propio. Pero, del mismo modo que se detecta el uso ocasional del alfabeto cursivo, también de manera puntual el copista utiliza morfologías simbólicas más propias de la escritura documental que de la textual. Encontramos, al menos, en tres ocasiones la abreviatura de la sílaba ‘us’ realizada de modo cursivo, si bien tan solo resulta justificable la que se encuentra dentro de un reclamo con todos sus elementos gráficos cursivizados (f. 310v). Para los otros dos casos es difícil encontrar una lógica gráfica más allá de la voluntad del escriba, ya que no se puede pensar en una falta de espacio por la justificación de los márgenes, a pesar de aparecer al final de línea (f. 45<sup>v</sup> y f. 398<sup>r</sup><sup>b</sup>), puesto que el signo habitual es modularmente más pequeño (en forma de ‘s’ volada) que su equivalente cursivo.

En cuanto a los datos que ofrecen las palabras abreviadas, abundan en el aspecto ya reseñado de la riqueza del acervo gráfico del copista. Para la forma latina “id est” utiliza todas las combinaciones posibles (*idst*, *idt*, *ids*, *ist*), marcando la parte elidida que incluye siempre la vocal, con el signo general de abreviación. Del mismo modo, son varias las posibilidades para “amen” (*am*, *an*, *amn*), incluyendo la suspensión que apenas aparece en el texto, “misericordia” (*mscda*, *msda*), “euangelio” (*euglio*, *euaglio*, *euglo*) o “apostolus” (*apsts*, *apstls*, *apsls*). A la vez, en oposición a las numerosas variables de algunos términos, en la declinación de la palabra “nomen” mantiene siempre las tres nasales, “autem” solo se abrevia con la forma “aum”, y para “propter” es claramente mayoritario el componente alfabético “ppr” frente a “pptr”. A continuación, se recogen algunas de las formas abreviadas que resultan identificadoras de este texto tanto por su morfología como por su uso reiterado.

Fenómeno gráfico	Casos
Variedad de alógrafos de la letra 'a' 'A'	
Nexos	 <p data-bbox="320 562 715 626">pccu<sup>r</sup>ti' dclaurub<sup>t</sup>it'</p>
Ligados	
Signos abreviativos cursivos, y de influencia carolina	
Ligados carolinos 'st' y 't' carolina	

Tabla 1 – Cuestiones gráficas del mss. Lat. 89, John Rylands Library©.

En general, se trata por tanto de un códice visigótico cuyo primer estadio de escritura contine correcciones y adiciones coetáneas, pero que, además, guarda una doble relación con la escritura carolina, puesto que contiene esa temprana incorporación del ligado 'st' de forma natural en su escritura visigótica, junto con otras adiciones gráficas cuyo momento textual de copia resulta difícil de establecer. Así, ocurre con el uso del semicolon como abreviatura de 'us' en algunos numerales, ya que en el resto de los casos se encuentra en palabras posiblemente corregidas. Lo mismo sucede con una letra 'o' sobrepuesta, pero de morfología poco redondeada, lo que apunta hacia una época posterior. Y también con la aparición de alguna letra 't' carolina incluida en el texto que, en principio, habría que adjudicar

a esa segunda etapa del códice donde se detectan otras manos. A ellas se deben numerosas correcciones en escritura carolina más o menos gotizante, utilizando tintas negra y roja, esta última sobre todo a partir del salmo ciento uno (f. 284r), para señalar los signos de puntuación<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Al comentar las enmiendas textuales realizadas en el códice, afirma Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y Librerías ...*, cit., p. 106-107 que se producen en el siglo XII y que consisten en “la transformación de *b* en *u* o de *u* en *b*, lo que se obtiene de la siguiente manera: cuando se trata de cambiar una *b* incorrecta en *u*, el retoque se limita a marcar, en la parte alta del astil, antes del remate, un trazo inclinado que incide en el astil formando un ángulo agudo. Cuando debe convertirse una *u* en *b*, se procede diversamente: después de cerrar los trazos de la *u* de manera que formen una especie de panza aunque con laterales rectos, se dibuja un trazo vertical que hará la función de astil de la *b*. Si se quiere eliminar letras indebidas, como es el caso de las *h*- iniciales redundantes o ciertas *-m* finales, lisa y llanamente se anulan, unas veces rayándolas, otras veces supunteándolas. Es más fácil y simple añadir las letras convenientes, sean dentro de la palabra, sean al final: se escriben a menudo sobre la línea, y, en el caso del acusativo, se coloca una tilde sobre la vocal correspondiente. Si lo que interesa son correcciones por sustitución, el corrector sobrescribe o añade los trazos complementarios necesarios para la nueva figura. Todas estas correcciones se hacen con tinta muy negra para que no admita duda y resulten claramente visible”. Con el mismo fenómeno gráfico en Gonzalo Martínez Díaz y José Manuel Ruiz Asencio (eds.), *Leyes de Alfonso X. Espéculo*, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 1985, I, p. 68 el profesor Asencio afirma sobre el proceso de copia: “Podríamos añadir que aprovechó este último momento de su labor para tachar con tinta roja aquellos pasajes que en su corrección previa había subpuntuado indicando con ello que debían ser eliminados”.



Tabla 2 – Correcciones (f. 308<sup>r</sup><sup>b</sup> la línea interpuntuada no es un error, sino que pertenece a otra tradición textual; f. 108<sup>v</sup>, convierte el texto a la forma abreviada; f. 195<sup>v</sup><sup>a</sup>, los puntos enmarcando, señalan un error por repetición; f. 193<sup>v</sup><sup>a</sup>, la subpuntuación marca un error; también se utiliza el tachado, bien en palabras o sílabas, o en frases repetidas por error de copia, f. 152<sup>r</sup><sup>a</sup>. Letra ‘b’ convertida en ‘u’, f. 111<sup>v</sup><sup>b</sup>, y letra ‘u’ convertida en ‘b’ f. 105<sup>r</sup><sup>a</sup>). Cambios gráficos durante el periodo carolino. JRL©.

Sabemos por el inicio del texto, así como por el colofón conservado a través de una fuente secundaria, que el manuscrito *Sp* fue confeccionado por dos escribas, Endura y Sebastián, siendo el segundo “speciali filio, alumnoque dilecto” del primero. Ahora bien, admitiendo ambas manos, puesto que Endura confirma su autoría en la *deprecatio* inicial con caracteres griegos ¿cuál fue el papel del copista Sebastián al trabajar junto a su maestro?<sup>36</sup> Es, posiblemente, esta filiación docente la que hace muy difícil establecer qué parte del trabajo realizó cada uno. Sin embargo, tras realizar un análisis paleográfico de *Sp*, se puede detectar, efectivamente, la existencia de dos manos que realizan escritura visigótica distribuidas de la siguiente forma: una mano principal que copia la mayor parte del texto, Endura, y una mano secundaria, Sebastián, que interviene en ocasiones puntuales, a veces incluso, para llevar a cabo tan solo la copia de una cita. De manera que no nos encontramos ante una distribución de la copia a partir de un determinado folio o cuaderno, sino más bien de una escritura en colaboración basada en fragmentos de diferente extensión copiados al alimón por maestro y alumno. Las diferencias gráficas entre ambas manos se encuentran, sobre todo, en el espacio destinado a la separación de letras, y en la finalización de los astiles, con remate inclinado en el caso de Endura frente a la forma engrosada horizontal que realiza Sebastián, a quien también le cuesta mantener el ángulo recto de Endura, y realiza una leve inclinación hacia la izquierda sobre todo en los astiles, junto al trazado de alguna morfología diferente tanto alfabética como simbólica. Así, parece incluso notarse en algún caso la menor pericia del discípulo al realizar trazos menos regulares y definidos. Incluso puede llegarse a detectarse una tercera mano ocasionalmente.

---

<sup>36</sup> Ya Francisco de Berganza, *Antigüedades ...*, cit., p. 221-222 establece el dato de los dos escribas, pero indicando que no es capaz de distinguir qué parte escribe cada uno. Sobre la funcionalidad de la llamada de atención del copista que incluye su nombre como “escritura publicitaria”, véase Sonia Serna Serna, “El Pasionario del Monasterio de San Pedro de Cardeña (British Library, add. Ms. 25.600): nuevas aportaciones sobre su datación y autoría”, *Studia Historica. Historia Medieval*, 41, 1 (2023), p. 203-226, 215, n. 51.

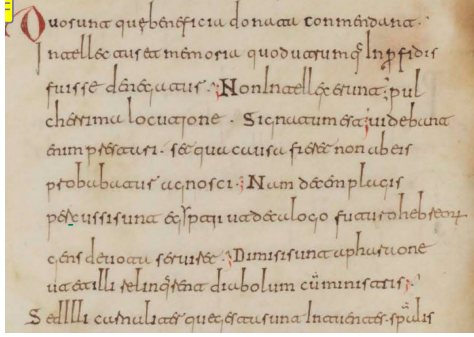
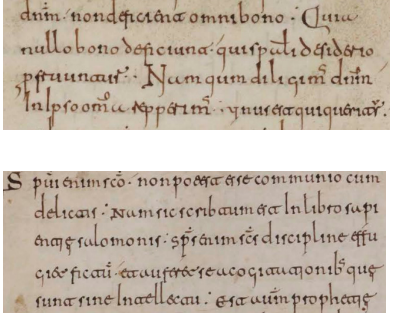
ff. 304v <sup>b</sup> , l. 28 a 305 <sup>a</sup> , l. 27	f. 92v <sup>a</sup> , l. 24-27 / f. 6r <sup>a</sup> , l. 22-26
	

Tabla 3 – Imagen izquierda: mano 2, diferencias: remate y falta de verticalidad de los astiles, módulo mayor de las letras, signo abreviativo general ondulado. Imagen superior derecha: mano 3, diferencias: espacio entre letras (en la l. 2 la mano 1 utiliza 34 letras, pero en la l.26 a la mano 2 tan solo le caben 25 letras). Los astiles tienen un final más engrosado y marcado que el de la mano principal. La morfología de la letra ‘Q’ es diferente al resto, y la letra ‘d’ en su variante uncial pierde redondez realizándose incluso en dos trazos. El signo abreviativo cambia, y se sustituye por la forma cursiva (*dominum, omnia*), tampoco el signo que corta la letra ‘p’ es el habitual con giro redondeado. Imagen inferior derecha: mano 1, ejemplo. JRL©.

Por lo que se refiere a las correcciones del texto, se encuentran marcas gráficas en dos niveles diferentes. El primero se realiza dentro de la caja de renglón mediante la señalización con puntos del elemento que se considera erróneo, forma que se utiliza tanto durante la copia visigótica como en la revisión carolina<sup>37</sup>. Por otra parte, las adiciones de texto, situadas en los márgenes del texto, se establecen mediante las abreviaturas *dh* y *sr*, una de las formas habituales en la Alta Edad Media<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Esta característica, junto a otras mencionadas en el presente trabajo, hizo pensar al profesor Díaz y Díaz en un origen emilianense de los códices que las contienen, pero como se puede observar aparecen también en un códice, al menos, de origen castellano: “Hemos de llegar al siglo XII para observar un proceso curioso y original, tanto que a menudo ha servido, y con razón, para orientar las pesquisas sobre los orígenes de un códice hacia La Cogolla [San Millán]: el proceso de amelioración gráfica de muchos textos en diferentes manuscritos...”. A continuación, enumera cuáles son las marcas gráficas que marcan estos cambios, Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y librerías ...*, cit., p. 106-107.

<sup>38</sup> Para los signos de referencia en las adiciones de códices altomedievales, véase Wallace Martin Lindsay, “The Laon AZ-Type”, *Revue des bibliothèques*, 24 (1914), p. 15-27, p. 16-20.

Asimismo, son numerosos los dibujos marginales que se realizaron ya durante la Baja Edad Media a lo largo de todo el códice. De hecho, la mayoría tiene un origen simbólico, incluyendo las imágenes zoomórficas y antropomórficas, seguidas de los que solo poseen un componente alfabético, e incluso algunas mixtas que combinan el dibujo con una explicación escrita del mismo. Quizá, el caso más relevante corresponde a las anotaciones de tipo documental que, según Díaz y Díaz, caracterizan a los códices emilianenses<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y librerías...*, cit., p. 108: “Por cierto que tras frases del tipo “Sepan cuantos esta carta vieren como yo don...” se nos brindan datos que contribuyen a situar los manuscritos en el espacio y en el tiempo, y a pesar de los que pueden suponer de estropicio en el manuscritos nos garantizan su pertenencia a San Millán cuando mencionan, como sucede casi siempre, el abad o a un personaje relacionado con el monasterio”.


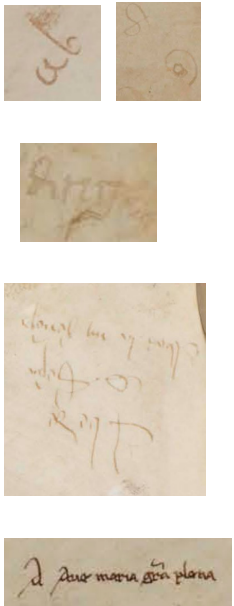

Simbólicas	Alfabéticas	Mixtas (símbolo-escritura)
		

Tabla 4 – Anotaciones *ad marginem*. Zoomórficas: f. 202r y f. 14r. Simbólicas f. 205 v y 203v. Antropomórficas: f. 184r, f. 67v, f. 60r. Alfabéticas: pruebas de pluma 91r, 6v y texto: f. 229r: “A be de. Sepa Elbas, la mi señora” sentido inverso del código y f. 69r: “A Aue María gratia plena”. Mixtas: “este es león raspante” y un león, f. 12v. JRL©.

Resumiendo, se han podido establecer dos estadios textuales durante el periodo altomedieval en el código 89 de la John Rylands Library, la copia del texto original en escritura visigótica y su revisión con correcciones en las formas carolinas. Además, el manuscrito se siguió utilizando durante la Baja Edad Media, aunque no parece que con el mismo interés textual por la obra de Casiodoro que en años anteriores. Quizá fueran correcciones o añadidos de un lector que, ante tanto salmo y erudición gramatical, quiso utilizar los huecos del pergamino para entretener su lectura mediante creaciones personales que reflejan el gusto gótico incluso como posible material escriptorio reciclado para el borrador de alguna carta.

Ahora bien, frente a la única anotación textual de época gótica recogida en el cuadro anterior a lo largo del manuscrito, en el bifolio añadido con la obra de San Gregorio aparecen tres anotaciones, de tipo documental como las señaladas por

Díaz por ser características de los códices conservados en San Millán, lo que apunta más hacia un códice facticio con partes provenientes de diferentes monasterios (véase la comparativa del cuadro 6). Se trata, por tanto, de un códice que contiene un salterio muy utilizado en la Alta Edad Media, como se muestra por el hecho de rastrear perfectamente en él una época carolina posterior a su ejecución, que cayó en desuso durante la Baja Edad Media. Época a la que se deben todo tipo de *probationes pennae* y anotaciones, que apuntan hacia el escaso interés por la obra de Casiodoro.

El hecho de haberse conservado un segundo manuscrito posterior, el *Sm*, también realizado en escritura visigótica, de origen emilianense, permite establecer una comparativa gráfica entre ambos, especialmente pertinente en este caso, ya que se ha afirmado de forma repetida por la crítica la dependencia textual del manuscrito emilianense con respecto al burgalés<sup>40</sup>. La escritura del códice *Sm* realizado a finales del siglo X o comienzos del XI, conservado en la Biblioteca de la Real Academia de la Historia, se describe en su catálogo como “visigótica pausada muy vertical y esbelta”<sup>41</sup>. Se detecta la intervención de una mano principal (folios 1ra-184vb, 186rb-235ra; 235rb-246rb) junto a la intervención de otros posibles copistas (folios 185ra-186rb, 235ra, 247 hasta el final). Independientemente de que este reparto pueda describir de forma exacta la distribución de manos en el códice, sí se aprecia en diferentes momentos un cambio del tamaño en el módulo de la escritura, que hace pensar en al menos dos manos diferentes, con un escriba principal y la intervención esporádica de otro copista.

Por lo que se refiere a las características gráficas particulares de la escritura visigótica realizada en el texto, son las habituales de la cronología a la que pertenece (se utiliza de forma la sílaba ‘tj’ ante vocal). Así, los astiles de las letras se rematan con una pequeña línea, las finalizaciones en las letras, ‘m’, ‘n’ y ‘h’ siguen el sentido de la escritura, apenas se utilizan las formas anexadas, y utilizan los signos abreviativos habituales, tanto con valor propio como general. De hecho, mientras que en el escriba del códice *Sp* se ha destacado el uso de algunos signos cursivos, estos no se ven reflejados en el códice *Sm*, como se aprecia en el siguiente cuadro. Frente a la variedad de alógrafos de la morfología de letra ‘a’, señalada en *Sp*, en *Sm* tan solo se utiliza la propia de la escritura visigótica junto a un modelo uncial, pero con un ductus reducido a un único trazo, que le dota de un aspecto más cursivo. Es propio de *Sm* el modelo de ‘r’ recta con caído a lo largo del texto. También el manuscrito emilianense

<sup>40</sup> Así Manuel C. Díaz y Díaz, *Libros y librerías...*, cit., p. 141: este “códice emilianense es solamente una copia del manuscrito que en 949 escribió Endura en Cardeña”. Asimismo, se insiste en la influencia de Endura en el copista primero del emilianense con una dependencia textual y gráfica, que lleva a proponer unas relaciones codicológicas entre Burgos y San Millán.

<sup>41</sup> Elisa Ruiz García, *Catálogo...*, cit., p. 88.

contiene correcciones coetáneas y posteriores, de época carolina, así como dibujos y anotaciones en los márgenes, que, en ocasiones, parecen copiar o imitar las iniciales miniadas del código original.



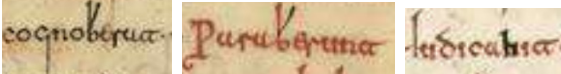

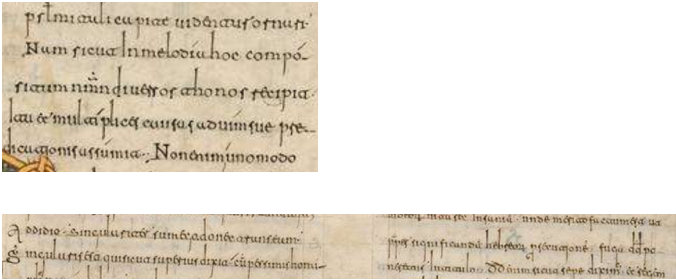
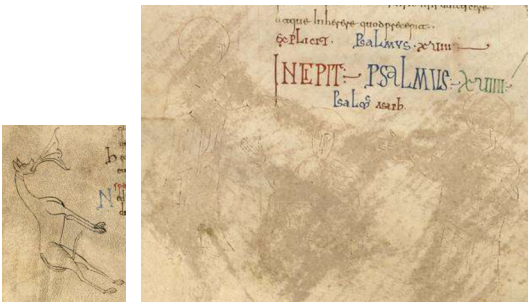
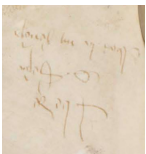
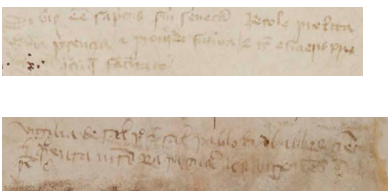
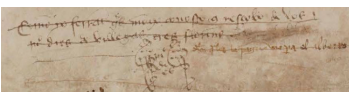
Fenómeno gráfico	Casos
Letras 'a' y 'r'	
Nexo y signos abreviativos	
Sílaba 'tj'	
Correcciones carolinas 'u' y 'b'	
Correcciones coetáneas	
Cambios de mano	
Dibujos <i>ad marginem</i>	

Tabla 5 – Mss. RAH© 8. Cuestiones gráficas y correcciones. Cambios de mano, f. 267v y 325v. Dibujos en el margen (f. 47v zoomórfico y f. 115v antropomórfico, raspado).

No se puede rastrear, por tanto, una influencia gráfica del código burgalés en el emilianense. El primero muestra una escritura plena en el uso de sus posibilidades alfabéticas y simbólicas, resultando un exponente de uno de los periodos de mayor apogeo de la escritura visigótica, toda vez que resulta marcado por una clara influencia de algunos fenómenos gráficos carolinos, en concreto el uso continuado del ligado 'st', influido por el modelo de copia, mientras que el código posterior ejemplifica una escritura visigótica que ya ha simplificado y estabilizado sus características, sin ningún tipo de influencia gráfica que demuestre un contacto con la escritura carolina, a pesar de encontrarse mucho más cercano cronológicamente al nuevo tipo de escritura.

Sin embargo, ambos códigos sí comparten, a pesar de su diferente origen, un segundo periodo de vida durante los siglos de hegemonía de la escritura carolina en los que se repasan y corrigen estos códigos, con anotaciones que marcan de nuevo errores de copia o gustos por la ortografía de las formas latinas sobre las letras 'u' y 'b' (véase la nota 35). Asimismo, también coinciden en el uso que se le da al respectivo código durante la época gótica, cuando los márgenes se utilizan para realizar *probationes penna* o como material escriptorio susceptible de un segundo uso, donde aparecen frases que copian un texto documental o elementos simbólicos.

Ms. Lat. 89 JRL		
Ms. Lat. 89 JRL. Bifolio añadido		

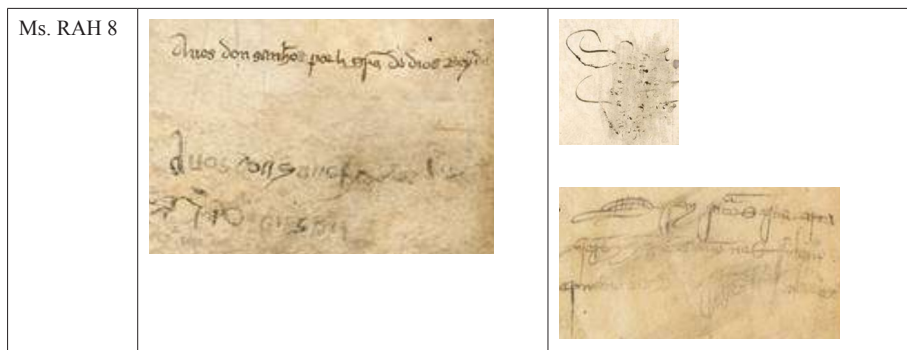


Tabla 6 – Anotaciones textuales de época gótica. JRL©, ms. lat 89: f. 229r, única; (bifolio) f. 400r-v y 401r. (“Vigilia de sant Pedro y san Pablo del abbad, ciento quarenta maravedís para pagar.” “Como yo Ferran Gonzales Moya conosco que rescybo de vos, Juan Diez de Villegas tres florines [rúbrica y firma]”). RAH©, cod. 8: f. 27r (ensayo de escritura copiando una dirección documental: “A uos don Sancho, por la gracia de Dios, Rey de”, repetido debajo a modo de ensayo), f. 217v (hay sucesivas anotaciones en escrituras góticas cursivas tachadas en el margen) y f. 40r, texto en escritura gótica cursiva corriente.

Resulta interesante, al tratarse de dos códices visigóticos sin demasiado espacio temporal entre ellos, observar el sistema utilizado para marcar las correcciones al texto. En el códice *Sp* de mediados del siglo X, dichas adiciones se realizan con las marcas alfabéticas habituales ‘dh’ y ‘sr’, con frecuencia utilizadas en los manuscritos castellanos de dicho periodo, o con una llamada con un símbolo (x/x) en ambas partes del texto. Pero en el manuscrito *Sm* de finales de siglo o inicio del siguiente, de origen riojano, esta costumbre no aparece ni en una sola ocasión, utilizando por el contrario para marcar dichos añadidos símbolos simples (cruces, aspas...) en el texto y al margen, o añadiendo el texto interlineado.

Por último, en cuanto a la iluminación de ambos códices, aunque coinciden en el uso de algunos recursos, como el entrelazado nórdico, el uso del color y de la miniatura es diferente en cada uno de ellos, posiblemente por las diferentes cronologías y zonas geográficas. En cuanto al uso de los caracteres griegos, también difieren, frente a un uso más frecuente en el códice burgalés, con el típico folio inicial de Cardeña que incluye el nombre del copista en dicho alfabeto, a la vez que expresiones y frases al final de algunos de los salmos, en el riojano tan solo se utiliza para algunos *fnit*. Como ya se ha señalado, tampoco conocen bien los copistas emilianenses el alfabeto hebreo escrito con caracteres latinos, que sirve como elemento enumerativo en algunos salmos

y que en Cardeña copian de forma esmerada y clara, frente a las ausencias y errores de transcripción del manuscrito riojano.

### Conclusiones

De los tres códices que contienen la *Expositio Psalomorum* de Casiodoro copiados durante la Alta Edad Media en la Península ibérica, el más antiguo de origen septimano es un ejemplo del digrafismo que durante el siglo IX debió vivir esa zona geográfica, cuya escritura habitual, la visigótica, resultaba continuamente influida por la ya existente escritura carolina, creando formas mixtas de las que este códice es un magnífico ejemplo. La influencia franca se detecta también en el origen continental de la familia textual a la que pertenece el códice.

En cuanto a los otros dos manuscritos, castellano el uno, y riojano el otro, si bien es cierto que tienen alguna característica similar, por proceder de una misma familia textual que, en un caso, no contenían las *notae* originales de la obra (*Sp*) y, en el otro, quizá mantuviera algunas de forma esporádica o residual (*Sm*), cada uno de los manuscritos tuvo un origen propio que en ningún momento los vinculó entre sí. Si existió una relación entre ellos fue de modo indirecto, por lo que no podemos considerar al segundo una copia del primero como se ha venido afirmando. A partir del cotejo textual, codicológico y paleográfico se comprueba la existencia de diferentes modelos de copia en los tres textos analizados, lo que se justificaría por la frecuente circulación de esta obra en la Península durante esta época.

El estudio conjunto también aclara que podría no cumplirse la afirmación sobre que los códices con amelioración gráfica entre las formas ‘b’ y ‘u’ apunten solo hacia un origen emilianense, ni que las tardías anotaciones góticas de marcado tinte documental garanticen su pertenencia al monasterio de San Millán. Ambas cuestiones aparecen de modo similar en el manuscrito escrito en Cardeña, aunque bien es cierto que, en el caso de las anotaciones la mayor parte pertenecen al bifolio, por lo que se podría pensar en un códice facticio, cuyo añadido final pudo haber pasado en algún momento por el *scriptorium* de San Millán.

El análisis realizado de estos tres códices, que contienen una misma obra con idéntico tipo de escritura, pero utilizada en diferentes zonas y cronologías entre los siglos IX al XI, permite asimismo observar cómo fueron cambiando no solo los fenómenos gráficos de una escritura que extendió su uso casi cuatrocientos años, sino las formas de ornamentar, de marcar las adiciones en los textos, las revisiones durante las épocas carolina y gótica. Amén de otras tantas características que nos permiten afianzar o proponer nuevos datos sobre uno de los momentos más complicados de recuperar y analizar de nuestra cultura escrita, como es la época altomedieval hispánica.

# Uma crónica abacial quatrocentista num Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça

## A 15th century abbey chronicle in a Book of the Farm of the Monastery of Alcobaça

Saul António Gomes  
Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras  
sagcs@fl.uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/02/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 03/06/2025

### *Abstract*

This study revisits the pages of a brief chronicle, written in the Alcobaça Monastery, about the participation of its abbot, D. Estêvão de Aguiar, in the political events that led the infant D. Pedro, Duke of Coimbra, to take the regency of the kingdom of Portugal at the end of 1439. The composition of chronicle sources in Portuguese medieval monasteries is discussed, and the identification of the author is proposed of the chronicle pages involved in this article and this composition is integrated into the context of the administration of the Cistercian abbey by the prelate.

**Keywords:** Alcobaça; chronicles; accounting; 15th century.

### *Resumo*

Revisitam-se neste estudo as páginas de uma crónica breve, redigida no Mosteiro de Alcobaça, sobre a participação do seu abade, D. Estêvão de Aguiar, nos acontecimentos políticos que levaram o infante D. Pedro, duque de Coimbra, a tomar a regência do reino de Portugal no final do ano de 1439. Discute-se a composição de fontes cronísticas nos mosteiros medievais portugueses, propõe-se a identificação do autor das páginas cronísticas implicadas neste artigo e integra-se esta composição no contexto da administração da abadia cisterciense pelo referido prelado.

**Palavras-chave:** Alcobaça; crónicas; contabilidade; Século XV.

## 1.

As *gesta abbatum*<sup>1</sup>, quer redigidas sob a forma simples de anais ou crônicas, enunciando a sucessão de abades ou priores de um mosteiro, quer organizadas como discursos mais elaborados de vidas de prelados dessas instituições regulares, no Portugal medieval, não são numerosas. Constituindo uma tipologia documental com características textuais narrativas, por vezes marcadas de intencionalidade hagiográfica, elas conheceram o seu tempo áureo no século XII, tendo sido especialmente cultivadas entre os cónegos regrantes do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em cujo ambiente intelectual foram produzidas as *vitae patrum* de D. Telo, o fundador dessa canónica, e de S. Teotónio<sup>2</sup>. Mas as práticas da escrita memorialística, no Portugal medieval, como por toda a Cristandade, manifestaram-se, por diferentes modos, em dimensões da vida espiritual, institucional e judicial, social e cultural, servindo tanto os públicos eclesiásticos como os laicos, universos estes mais complementares, aliás, do que incomunicáveis, sendo frequente a contratação, por instituições eclesiásticas, da mão de obra laica especializada na escrita, na pintura e demais tarefas da produção de códices<sup>3</sup>.

Entre os cónegos de Santa Cruz de Coimbra ou entre os monges de Alcobaça, como por todos os demais claustros portugueses, mormente os da congregação quatrocentista dos Cónegos Lóios<sup>4</sup>, prevaleceu sempre a prática da escrita não apenas para copiar livros e tombos ou produzir cartas e documentos administrativos, mas também e muito especialmente para, de modo mais ou menos elaborado, se produzir memória histórica e arquivo documental. Diplomas ou *acta* de chancelarias com preciosas *narrationes, notitiae*<sup>5</sup>, epistolografia com relatos de

---

<sup>1</sup> Michel Sot, *Gesta Episcoporum. Gesta Abbatum*, Typologie des sources du Moyen Age occidental, fascículo 37, Turnhout, 1981.

<sup>2</sup> *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, Edição crítica dos textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 1998.

<sup>3</sup> Caroline Bourlet e Annie Dufour, *L'écrit dans la société médiévale. Divers aspects de sa pratique du XIe au XV siècle*, Paris, Ed. CNRS, 1991; Maria José Azevedo Santos, "Os 'clérigos-notários' em Portugal (séculos XI-XII)", separata de *Actas do II Congreso Hispánico de Latín Medieval*, 25-38. León, Universidad de León, Servicio de Publicaciones, 1998.

<sup>4</sup> Paulo de Portalegre, *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira Crónica dos Lóios* (Edição crítica por Cristina Sobral), Lisboa, Roma Editora, 2007.

<sup>5</sup> Susana Tavares Pedro, *O Género Diplomático 'Notícia' na Documentação Medieval Portuguesa (Séculos X-XIII)*, Tese de Doutoramento em História, Paleografia e Diplomática, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008; Avelino de Jesus da Costa, "Os mais antigos documentos escritos em português", *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, p. 167-256.

conquistas<sup>6</sup>, anais, como o Livro da Noa, epitáfios e inscrições epigráficas<sup>7</sup>, crónicas de conquistas de cidades<sup>8</sup>, de fundação de mosteiros<sup>9</sup>, de vidas de prelados<sup>10</sup> e de “santos mártires”<sup>11</sup>, nobiliários redigidos em ambientes conventuais<sup>12</sup>, hagiografias e livros de milagres<sup>13</sup>, cartulários<sup>14</sup>, obituários<sup>15</sup>, calendários<sup>16</sup> e tantos outros preciosos códices manuscritos de Santo Tirso e de Lorvão, de Santa Cruz e de S.

---

<sup>6</sup> Aires A. Nascimento, *A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, Introdução de Maria João Branco, Lisboa, Vega, 2001.

<sup>7</sup> Mário Jorge Barroca (ed.), *Inscriptiones. Corpvs Epigraphicvm Portvgalensium. Pars Prima: IX-XII Saecula*, vol. VIII/1 de *Portvgaliae Monvmenta Historica*, nova série, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2017.

<sup>8</sup> Jonathan Wilson (ed.), *The Conquest of Santarém and Goswin's Song of the Conquest of Alcácer do Sal: Editions and Translations of De expugnatione Scalabis and Gosuini de expugnatione Salaciae carmen. Crusade Texts in Translation*, Routledge, Abingdon, 2021.

<sup>9</sup> “Chronica da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lixboa”, *Portvgaliae Monvmenta Historica, Scriptores*, p. 407-413; Aires A. Nascimento, *A conquista de Lisboa aos Mouros...*, cit., p. 178-202.

<sup>10</sup> José Joaquim Nunes (ed.), *Cronica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*, Coimbra, 2 vols., 1918.

<sup>11</sup> Caso do “Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Senhor Iffante D. Fernando”, produzido por 1450-60. Cf. Fr. João Álvares, *Obras*, Edição crítica, com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, vol. 1, Coimbra, 1960. Vd., também, António Ribeiro Rebelo, *Martyrium et gesta Infantis Domini Fernandi: a biografia latina de D. Fernando, o Infante Santo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

<sup>12</sup> *Livros Velhos de Linhagens*, Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, vol. I de *Portvgaliae Monvmenta Historica*, nova série, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

<sup>13</sup> Mário Martins, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, Coimbra, 1954; Aires A. Nascimento, *S. Vicente de Lisboa: lendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomedievais)*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2011.

<sup>14</sup> São numerosos os cartulários monásticos, diocesanos, nobiliárquicos e régios medievais portugueses. Não nos debruçamos, aqui, sobre o assunto, apenas o afluamos no sentido contextualizador da escrita memorialística ou cronística em espaços intelectuais monásticos. Entre os cartulários conhecidos, que mais integram no respetivo registo diplomático o “texto cronístico”, ressaltam os dois seguintes: *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Séc. XII*, Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra (eds.), Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990; e o *Liber Testamentorum Coenobii Laurabanensis*, Aires A. Nascimento e José Maria Fernández Catón et al. (eds.), 2 vols., León, Caja España de Inversiones e Archivo Histórico Diocesano de León, 2008. Vd., também, Manuel Augusto Rodrigues, “Cartulários Portugueses”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurabanensis...*, cit., vol. I, p. 305-342.

<sup>15</sup> Maria José Azevedo Santos, *Um Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História 2008; Saul António Gomes, “Fragmentos Codicológicos de um Obituário Primitivo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, *Hvmanitas*, 56 (2004), Coimbra, p. 383-399.

<sup>16</sup> Avelino de Jesus da Costa, *Calendários portugueses medievais*, Braga, [Reprodução dactilografada], 1950.

Vicente de Fora, assim como de Alcobaça, reconhecidamente, estão preenchidos por notícias, listas de prelados, pequenas narrativas, anotações fragmentárias relativas a acontecimentos e a pessoas, enfim, todo um conjunto de *memoratoria* que traduzem discursos historiográficos, cronísticos e o cultivo que deles faziam os religiosos que os produziram, leram e preservaram<sup>17</sup>.

Em Portugal, cultivaram-se *topoi* cronísticos entre todas as ordens religiosas regulares, do monaquismo mais tradicional ao mendicante, fosse de forma mais ativa ou mais passiva, produtora (escrita) ou recetora (leitura), pública ou privada. Um cavaleiro templário como D. Gualdim Pais viu os seus feitos militares inscritos em lápides comemorativas incrustadas nas portas e muralhas dos castelos que edificou<sup>18</sup>. Entre os freires militares santiaguistas, por outro lado, circulou a narrativa da vida de D. Paio Peres Correia, o mestre dessa

---

<sup>17</sup> Cf. Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1947, p. 225-340; José Mattoso, *Le monachisme ibérique et Cluny*, Lovaina, Université Catholique de Louvain, 1968, p. 311-315; António Cruz (ed.), *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, 1 vol., Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968; Pierre David, “Annales Portugalenses Veteres”, *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947), p. 82-128; A. Magalhães Bastos, *Memórias Soltas e Inventários do Oratório de S. Clemente das Penhas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Matozinhos dos Séculos XIV e XV por Fr. João da Póvoa e outros (Ms. Quinhentista do Arquivo Distrital do Porto)*, Porto, 1940; Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, Lisboa, Ed. Verbo, 1972, p. 11-33; A. H. de Oliveira Marques, *Antologia da historiografia portuguesa*, vol. 1, *Das origens a Herculanó*, Lisboa, Europa América, 1974; Maria João Violante Branco, “Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro” e “Vidada Infanta Santa Joana de Aveiro” in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (dir.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 176-177 e 660-661 respetivamente; José Adriano de Freitas Carvalho, *Nobres Leteras... Ferosmos volumes... Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no século XV, os traços de união das reformas peninsulares*, Porto, 1995, p. 89-102; Idem, “Benfeitores dos franciscanos observantes portugueses em tempos de Fr. João da Póvoa”, *Via spiritus*, 6 (1999), p. 227-231; Luís Krus, “Crónicas Breves de Santa Cruz”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, cit., p. 194; Idem, *História Cultural e das Mentalidades Medievais (Lição Síntese) – A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analística portuguesa*, Lisboa, Sumário pormenorizado apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte, policop, 1998; Idem, “Historiografia. I. Época Medieval” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, tomo IV, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa – Círculo de Leitores, 2001, p. 512-523; Rodrigo Furtado, “Writing history in Portugal before 1200”, *Journal of Medieval History*, 47 (2021), p. 145-173; Donatella Nebbiai, *Le discours des livres. Bibliothèques et manuscrits en Europe. IXe-XV<sup>e</sup> siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2013, p. 87-92.

<sup>18</sup> Saul António Gomes, “D. Gualdim Pais (c. 1118/20-1195)”, *População e Sociedade*, 23 (2015), p. 11-23. [Disponível em linha: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-23>].

Ordem que liderou a conquista de territórios sobretudo no “reino do Algarve”<sup>19</sup>. O número destes textos, compostos em ambientes claustrais portugueses, masculinos ou femininos, todavia, é muito escasso.

## 2.

Dentro deste reconhecimento, importará recuperar aqui duas páginas verdadeiramente cronísticas, lançadas num tomo contabilístico do Mosteiro de Alcobaça por volta de 1439-40, as quais narram episódios protagonizados por D. Fr. Estevão de Aguiar, que governou a abadia desde 1431 até ao momento da sua morte em 1446, no contexto dos acontecimentos que levaram o Infante D. Pedro, duque de Coimbra, à assunção da regência do reino nas circunstâncias da crise política despoletada pela morte do rei D. Duarte, em 1438, e pelas divergências que surgiram quanto à solução governativa da regência do reino.

Devemos sublinhar que a fonte documental que aqui nos ocupa, produzida em contexto cultural monástico, não corresponde a um texto desconhecido ou sequer inédito, mas ele merece-nos recuperação e (re)consideração sobre as razões da sua produção ou composição em ambiente claustral cisterciense, assim como o respetivo significado cultural que essa circunstância acarreta. A sua primeira editora foi Virgínia Rau, em artigo publicado em 1964, no qual se evidenciou suficientemente o elevado interesse historiográfico desta fonte histórica para um conhecimento preciso dos acontecimentos políticos que envolveram a assunção da regência pelo Infante D. Pedro<sup>20</sup>. Virgínia Rau, aliás, evidenciou muito bem o interesse da fonte alcobacense pelas informações que carrega, que não desmentem o que, sobre o assunto, escreveria Rui de Pina, mas acrescentam dados silenciados pelo cronista. Outros historiadores, ainda, com especial relevância para Iria Gonçalves, viriam a valorizar, noutros contextos heurísticos, nomeadamente de história económica e social, a fonte em causa<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Fr. Joaquim de Santo Agostinho, “Chroniqua de como Dom Payo Corea Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos moros”, *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Sciencias*, vol. 1, Lisboa, 1792, p. 74-97; *Portvgalliae Monvmenta Historica – Scriptores*, p. 416-420; Luís Filipe Oliveira, “Das memórias de Paio Peres Correia à Crónica do Mestre: Os testemunhos portugueses” in Carlos de Ayala Martínez; Francisco García Fitz; J. Santiago Palacios Ontalva (ed.), *Memoria y fuentes de la guerra santa peninsular (ss. X-XV)*, Gijón, Espanha, Ediciones Trea, 2021, p. 331-348.

<sup>20</sup> Virgínia Rau, “O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439”, *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 8 (1964), p. 143-150.

<sup>21</sup> Como sucede com João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, que editam uma das suas páginas, em fac-simile e transcrição paleográfica, no *Álbum de*

A narrativa alcobacense, com redação precisa, como se referiu, nos anos de 1439 a 1440, integra um livro de contabilidade ou fazenda monástica relativo aos anos económicos de 1437-38 até 1439-40<sup>22</sup>. O seu título é significativo: “Livro da fazenda do Mosteiro d’Alcobaça de que he abbade Dom [Stevam] d’Aguiar, de huum anno que se começou por dia de Sam Joham Bautista de IIIIc XXXVII”<sup>23</sup>.

Trata-se de uma rara fonte contabilística medieval portuguesa, que se conserva em 403 fólios de papel<sup>24</sup>, pelos quais se espriam testemunhos de um mundo cultural próprio da contabilidade mercantil e do número, campo dominado por uma linguagem adequada à escrita de receitas e despesas, testemunho da evolução das práticas intelectuais da escrita contabilística numa grande instituição senhorial, como era o Mosteiro de Alcobaça. De algum modo, é uma fonte que se integrará na tradição documental dos livros de receitas e despesas, por vezes produzidos por priostes ou prebostes, de que é bom exemplo o “Livro das despesas” do Prioste do Cabido da Sé de Évora<sup>25</sup>.

Tenha-se presente que a contabilidade da abadia cisterciense obrigava a vários registos e, decerto, pressupunha uma hierarquia de controle. O tombo que nos chega, alude frequentes vezes às contas e suas arrecadações lançadas no livro da “marca grande”, aparecendo mencionados, ainda, o livro da “marca pequena”, do ano de 1440, e o livro do sobrado, de Pedro Álvares<sup>26</sup>. O *scriptor* do manuscrito, que nos ocupa, mostra-se atento a questões importantes em matéria de preços e pagamentos, como quando regista um certo contrato com um foro acordado em 700 reais por marco, segundo a Ordenação, mas que o “dom abbade nom o consentio porque se desaforou por scriptura publica facta

---

*Paleografia*, Lisboa, Ed. Estampa, 1987, doc. 36, p. 68-69; também (re)editada, em parte, em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)*, org. e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 587-588; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1989.

<sup>22</sup> O tombo respeita à gestão do património do mosteiro, mas com numerosos itens relativos a gastos pessoais ou privativos do próprio abade, transcendendo uma mera contabilidade institucional.

<sup>23</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 1.

<sup>24</sup> Dever-se-á ter presente que o tombo sofreu perdas de folhas e passou por um ou mais processos de recomposição. Traz a folha de abertura, com o título, mas falta-lhe, por exemplo, a folha de encerramento do tombo, como seria natural neste tipo de documentação de gestão económica e financeira de um grande senhorio monástico como Alcobaça.

<sup>25</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno G. Monteiro, “O ‘Livro das despesas’ do prioste do cabido da Sé de Évora (1340-1341)”, *Revista de História Económica e Social*, 9 (1982), p. 91-143.

<sup>26</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 34v, 38v, 56, 149, 177v e 264v.

depois da dicta ordenaçom que pagara por marco asi como valesse ao tempo da paga”<sup>27</sup>. No tombo prevalece a escrita da numeração luso-romana, mas com afloramentos episódicos bastante significativos de algarismos árabes e, até, de expressões intelectuais já decimais como as que referem quartos, oitavos,  $\frac{1}{2}$  ou  $\frac{3}{4}$ , entre outras<sup>28</sup>. A descoberta desta fonte e o seu estudo histórico aprofundado deve-se a Iria Gonçalves<sup>29</sup>.

É muito provável que este extenso tombo contabilístico, todavia, não tenha sido escrito por um monge, mas antes por um leigo, decerto escrivão ao serviço do abade D. Estêvão de Aguiar. O seu nome seria Rui Fernandes, a avaliar por uma breve linha autobiográfica, do ano de 1438, que aparece a determinando passo: “mostra-se que depois que eu Rui Fernandes som em este mosteiro, o dicto Lourenço Paez [ouvidor do Infante D. Fernando] hé devedor”<sup>30</sup>. O gosto que o autor material do tombo coloca em narrar pormenores envolvendo gente ilustre, como a Rainha D. Leonor de Aragão, os infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando ou cortesãos como o Doutor Vasco Fernandes [da Silveira]<sup>31</sup>, para além dos fragmentos narrativos verdadeiramente cronísticos que oferece, apontará para que estejamos na presença de um escrivão-notário, um quase secretário para a escrita contabilística do dom abade, num tempo, o século XV, em que os profissionais da escrita se afirmavam e, por vezes

---

<sup>27</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 40v.

<sup>28</sup> Aspetos bem sublinhados por A. H. de Oliveira Marques, “A introdução dos algarismos árabes nos documentos medievais portugueses”, *Estudos de arte e história: homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Ed. Vega, 1995, p. 128-131.

<sup>29</sup> Patentes em muitos dos seus estudos, mas mais particularmente na sua obra *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, já citada.

<sup>30</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 168. Este Rui Fernandes não se confundirá com um homónimo, o Doutor Rui Fernandes [da Silveira], referido nalguns pontos do tombo, nomeadamente em despesas de junho de 1439: “Item a XXbII dias de junho de 439 ao Doutor Rui Fernandez de graça \_\_ CRVIII reais, pago.” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 319 e, também, fl. 182v). Aparece como testemunha de um ato documental lavrado por Silvestre Esteves, escrivão da câmara do dom abade, a 1 de maio de 1439, na Granja da Ota, lançado neste tombo (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 263-264). O nome de Rui Fernandes não surge entre o rol dos tabeliães que pagavam pensão, pelo exercício do ofício, ao mosteiro, em 1440 (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 306-308).

<sup>31</sup> Como, por exemplo, a propósito do perdão de uma dívida do Doutor Vasco Fernandes, pela granja da Ota, que trazia: “E do mais que fica devedor lhe fez quita o senhor dom abbade a rogo do Ifante Dom Pedro, segundo compridamente se contem em hum alvará que he registado no livro da notaria que foy facta a XXIX dias de março de 1441.” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 167v e 168) ou, a propósito do ouvidor do Infante D. Fernando: “Beens de Villa Nova da Rainha que traz Lourenço Paez, ouvidor do Ifante Dom Fernando...” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 168).

mesmo, se notabilizavam na *ars scribendi* evoluindo do registo notarial para a criação literária<sup>32</sup>.

Aparecem frequentemente, no Livro da Fazenda, alguns oficiais monásticos, especialmente Fr. Martinho, bolseiro, Fr. Diogo Barroso, sacristão, e Fr. João do Porto, talvez o responsável pela notaria ou chancelaria da abadia, uma vez que vem referido como tendo assinado um alvará e possuidor de “um livro” com documentação que importava ao despacho e governo da casa<sup>33</sup>. Mas estes não evidenciam ter qualquer responsabilidade na composição do tombo. Este parece derivar efetivamente da esfera da burocracia da mesa abacial num contexto de serviços ao dom abade garantidos por atores ou burocratas leigos. Na verdade, todos os oficiais que serviam o prelado seriam, aparentemente, leigos, como se poderá observar lendo o seguinte quadro:

<b>Oficiais do abade D. Estêvão de Aguiar na administração do Mosteiro de Alcobaça nos anos de 1437-1440</b>	
(ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 85, 90v, 136-141, 164v, 220-222v, 229 e 403)	
<b>Oficiais</b>	<b>Nomes</b>
Vedor	Diogo Lourenço
Ouvidor	João Afonso
Contador	Diogo Afonso
Recebedor da câmara	João Afonso [substituído por Silvestre Esteves, em 1438] Em 1439, aparece Silvestre Esteves como recebedor da câmara.
Escrivão da câmara	Silvestre Esteves
Escrivão dos contos	João Vasques
Camareiro e meirinho	João Afonso <i>Champanês</i> ou <i>Campanês</i>
Sacador	Pedro Gonçalves
Escrivão da sacadoria	João Rodrigues, tabelião
Copeiro	Álvaro Fernandes
Estribeiro	Diogo Nunes
Alcaide do castelo	Diogo do Bombarral

<sup>32</sup> De que o exemplo, naturalmente excecional, é Fernão Lopes, escrivão da puridade do Infante D. Fernando e, depois, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista-mor do reino. Vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia...*, cit., p. 35-64; António José Saraiva, “Fernão Lopes” in António Manuel P. Saraiva, José António Saraiva e Pedro António P. Saraiva (ed.), *António José Saraiva: a intimidade de um intelectual indomável. Fotobiografia*, Lisboa, Gradiva, 2021, p. 177-188; Saul António Gomes, “A Chancelaria de um Ínclito Infante Português de Quatrocentos: D. Fernando (†1443)”, *Estudos. Revista do CADC*, Nova Série 8-9 (2007) [2008], Coimbra, p. 249-291.

<sup>33</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 15, 18, 46-47, 177v, 249-250, 402v.

Comprador	Vasco Nunes
Escrivão das compras	Mendo Afonso, tabelião
Manteiro	Denis Gonçalves
Mestre do forno	Aires Eanes, depois, João Domingues
Escrivão do forno	João Afonso, depois Álvaro Raimundes
Outros oficiais	Barbeiro (Rodrigo Álvares), pomareiro (João Fróis), mestre da sapataria (João Vaz); Nuno, despenseiro; Diogo Esteves, cozinheiro. Sem indicação de cargo: Álvaro Dias, João de Gorizo, Antão de Gorizo
Moços de câmara e outros servidores	Rodrigo, o Grande; Rodrigo, o Pequeno; Pedro; Garcia: Gonçalo do Convento; Coelho, saquiteiro; Pêro Álvares, escrivão; Diogo Fernandes, barbeiro; Afonso Peres, adegueiro; João Anes, servidor da adega; Afonso Anes, homem de pé; João de Lapas; João de Aljubarrota, Pêro; Afonso, moço de estrebaria; João do Convento; João de Lisboa; Pedro; o filho do Espartim; Quaresma; João de Alcobaça; Gomes Eanes, alfaiate; Cristóvão delgado, pedreiro; Álvaro Eanes, pedreiro; Nuno Gomes, João Peres, vestiário; Gil Vasques, ferrador; João de Torres, medidor; Gonçalo de Serpa, moço do sobrado; Nuno, moço da estrebaria; Afonso Rato; Diogo Rodrigues; Martim Gil; Fernando, homem de João Afonso, mateiro; Rui Fernandes
Outros	Fernando, servo da estrebaria

A informação do tomo contabilístico testemunha que estamos perante um prelado cortesão e principesco, nepotista, mais senhor do mundo, com grossa casa, aliás, do que propriamente pastor e pai espiritual de uma comunidade de monges. São significativos os registos de despesas com graças a parentes consanguíneos e afins como João Afonso, seu irmão<sup>34</sup>, a mãe<sup>35</sup>, a madrastra<sup>36</sup>, a tia Beatriz Afonso<sup>37</sup>, algumas mulheres protegidas pelo abade e freiras no Mosteiro de Odivelas<sup>38</sup>, o provincial do Carmo, que partia, por 1440, para Roma, acompanhado por João Vaz, escolar, que vivera algum tempo em casa

<sup>34</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 176v.

<sup>35</sup> A 13 de novembro de 1438, foram dados 2 moios e 20 alqueires de trigo: “aa dona madre de dom abbade em cumprimento da teença que avia d’aver”. Desta tença faziam parte, ainda, em cada ano, 35 arrobas de carne de vaca, 10 arrobas de carneiro, um tonel e oito almudes de vinho puro, 392 pescadas, um porco, 90 almudes do vinho “dos escudeiros” e 18 almudes de azeite (ANTT – Mosteiro da Batalha, livro 14, fls. 215, 239v).

<sup>36</sup> Em lanço de 22 de janeiro de 1440: “Item por sua madrastra de hũa casa que traz \_\_ bl<sup>c</sup> (600) reais.” (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 295v).

<sup>37</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 352.

<sup>38</sup> Como Beatriz de Góis e Catarina Vaz (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 182v, 215, 283) e Catarina Martins (fl. 395).

do dom abade, e, ainda, a irmã do referido prelado carmelita<sup>39</sup>, para além de um extenso rol de dependentes, moços, criados e demais servidores.

Não significam estas asserções que D. Estêvão de Aguiar não tenha contribuído para melhorar os padrões de formação e de vida claustral em Alcobaça, como se poderá comprovar, por outro lado, pelo investimento que fez na cópia de livros para edificação espiritual dos monges. D. Fr. Estêvão de Aguiar frequentara os ambientes eclesiásticos itálico-florentinos, nos quais usufruía da amizade do muito influente Abade D. Gomes. Poder-se-á considerar, aliás, que tenha sido no contexto da sua integração no círculo de conhecimentos e de influências do prelado luso-florentino, D. Gomes, que o futuro abade alcobacense teria ganho a simpatia e mesmo amizade do Infante D. Pedro, duque de Coimbra<sup>40</sup>. Prelado mecénático, D. Estêvão promoveu dispendiosas campanhas de obras construtivas no Mosteiro de Alcobaça, especialmente na câmara nova abacial que mandou edificar para si mesmo<sup>41</sup>, dinamizando um

---

<sup>39</sup> Trata-se de D. Fr. João Manuel. (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 69 e 402).

<sup>40</sup> Fr. Manuel dos Santos, *Alcobaça Ilustrada*, Coimbra, Oficina de Bento Seco Ferreira, 1710, p. 260-277; António Domingues de Sousa Costa, “D. Gomes Eanes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, *Studia Monastica*, 5/1 (1963), p. 123-160; Idem, *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*, Roma/Porto, [s. n.], 1967 (Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1969); Eduardo Alexandre Borges, *Dom Frey Gomez, abade de Florença: 1420-1440*, Braga, Edição do autor, 1963; Rita Costa Gomes (ed.), *A Portuguese Abbot In Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Firenze, Leo S. Olschki Editore, 2017; Paulo Catarino Lopes, “Entre a Itália e Portugal. A relevância do livro na circulação cultural e reformista promovida pelo abade D. Gomes Eanes no século XV” in Alessandrini Nunziatella, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (org.), *‘Homo est minor mundus’. Construção de Saberes e Relações Diplomáticas luso-italianas (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 2018, p. 31-57; Paulo Catarino Lopes e Mário Farelo, ““Between seclusion and business” in the abbot’s lodgings in the monastery of Alcobaça in medieval times” in Rolando Volzone e João Luís Fontes (ed.), *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*, Lisboa, IEM (Nova FCSH), 2022, p. 49-68; Paulo Catarino Lopes e Catarina Fernandes Barreira, “Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar: o Mosteiro de Alcobaça ao tempo do abade reformador D. Estêvão de Aguiar (1431-1446)” in Catarina Fernandes Barreira (ed.), *Manuscritos de Alcobaça, Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais e Direção-Geral do Património Cultural – Mosteiro de Alcobaça, 2022, p. 333-380; Saul António Gomes, “O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença”, *Revista Portuguesa de História*, LV (2024), p. 69-110 (DOI: [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_55\\_3](https://doi.org/10.14195/0870-4147_55_3)).

<sup>41</sup> Em 1438 foram pagas algumas das chaves então feitas para várias dependências da abadia, nomeadamente uma chave para câmara do abade, duas para os armários, uma para a torre, uma da sala, uma da loja e uma da cozinha (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 137v). Vd. Saul A. Gomes, “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”, *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras*

importante ciclo de traduções para língua vernacular de obras patrísticas latinas, assim ampliando as possibilidades de leitura e edificação intelectual e espiritual dos monges<sup>42</sup>, aqui valorizando, também, o mobiliário e alfaias litúrgicas do mosteiro, nomeadamente a capela-mor da Virgem Maria de Alcobaça<sup>43</sup>, e, aparentemente, introduzindo práticas musicais litúrgicas inovadoras nomeadamente com música de órgão. No seu abadiado, efetivamente, aparece um registo de pagamento de 544 reais a um Fr. Antão, frade de Santa Maria do Carmo, de Lisboa, “por ensinar a tanjer os orgãos a alguns monjes do mosteiro” e pelas despesas que fizera “no caminho”<sup>44</sup>.

### 3.

A informação histórica narrada no Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça, girando sempre em torno do protagonista, justamente o abade D. Estêvão de Aguiar, poderá ser organizada em duas categoriais. A primeira,

---

*Jornadas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2007, p. 19-56; Idem, “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos sacristães-mores” in José Albuquerque Carreiras (coord.), *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*, Alcobaça, Edições Jorlis, 2013, p. 423-448; Catarina Fernandes Barreira, “O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o Ordinário do Ofício Divino Alc. 62 e o Livro de Usos Alc. 208”, *Cadernos de Estudos Leirienses*, 11 (Dez. 2016), p. 329-341; Paulo Catarino Lopes e Catarina Fernandes Barreira, “Sejaes fortes a fazer bem e em ello perseverar...”, cit., p. 333-380; Paulo Catarino Lopes e Mário Farelo, “Between seclusion and business: the abbot’s lodgings in the monastery of Alcobaça in medieval times” in Rolando Volzone e João Luís Fontes (eds.), *Architectures of the soul. Diachronic and multidisciplinary readings*, Lisboa, IEM – Universidade Nova de Lisboa, 2022, p. 49-68 (disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/147118>).

<sup>42</sup> Carlos Roma Fernandes, *O Scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Frei Estêvão de Aguiar (1431-1446)*, Tese de Licenciatura, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; Aires A. Nascimento, “Percurso do livro na história da cultura portuguesa medieval”, *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras Universidade Lisboa, 2012, p. 281, 302; Idem, *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*, Lisboa, DGPC/Mosteiro de Alcobaça, 2018, p. 168; Catarina Fernandes Barreira, João Luís Fontes, Paulo Catarino Lopes, Luís Miguel Rêpas e Mário Farelo, “Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abadiado de Frei Estêvão de Aguiar”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 19 (2019), p. 345-377.

<sup>43</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 135.

<sup>44</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 228v e 260. Sobre o viajar, em particular, no entorno de Alcobaça medieval, vd. Iria Gonçalves, “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça”, *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 177-200.

associa o lançamento de determinadas despesas a acontecimentos políticos envolvendo as relações do dom abade com outros atores históricos relevantes, como o infante D. Pedro ou a rainha D. Leonor; a segunda, assume a forma narrativa extensa, como se de um verdadeiro capítulo de crónica se tratasse.

A informação histórica, no contexto da informação da primeira categoria, parece procurar justificar, antes de tudo, a razão das despesas ou gastos. A verdade, contudo, é que estas “justificações” têm diferentes graus de relevância: na grande maioria são, efetivamente, meras informações que identificam em que é que se despendeu determinadas somas de dinheiro, ainda que algumas delas tenham imenso interesse para o historiador do campo político; outras, mais raras, ultrapassam claramente essa função de justificação de gastos, para evoluírem para a narrativa do ato político. Nestas, o escriturário da contabilidade monástica, assume claramente o papel de observador e de narrador dos acontecimentos que conhece ou presenciou mesmo.

Exemplificam esta primeira categoria, exatamente, alguns excertos como os que se referem à morte do rei D. Duarte ou dão conta de despesas com viagens à corte ou para participar em cortes e que passamos a enunciar:

#### Outubro de 1438:

Item a XI dias d’outubro, a Stevam Loução de compra de XXbI (26) varas de burel, que del foe comprido pera o dicto senhor dom abbade e os seus trazerem doo por el rei Duarte de Purtugal que se morreo em Tomar, aos IX dias do mês de setembro da Era do Nascimento de IIII<sup>c</sup> XXXbIII<sup>o</sup>, a razom de X reais a vara \_\_ II<sup>c</sup> lx reais.<sup>45</sup>

Item a bII dias d’outubro Joham da Aljubarrota de b dias que foi chamar os abbades pera virem ao saimento del Rei \_\_ R (40) reais.<sup>46</sup>

#### Dezembro 1438:

Item a XIII dias do dicto mês a Joham da Aljubarrota per’ a despesa de caminho de Lixboa. E pera trazer o trellado do regimento do regno que foe facta nas cortes de Torres Novas, depois da morte del Rei \_\_ CXX reais.<sup>47</sup>

Item a XXIX dias do mês de dezembro ouve alvará per que lhe recebam em conta I- b<sup>c</sup> VIII<sup>48</sup> reais que despendeo per esta guisa, scilicet, IX<sup>c</sup> LR (990) reais de LXXXII alqueires meio de cevada que del ouve dom abbade

<sup>45</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 249.

<sup>46</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 254v.

<sup>47</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 255.

<sup>48</sup> Emendado de: LXXI.

em Abrugueira, termo de Torres Novas, onde pousava pollas cortes que em a dicta villa forom fectas, as primeiras despois da morte del rei Dom Eduarte, a razom de XII reais o almude.<sup>49</sup>

Noticiam-se, ainda, episódios envolvendo a “Triste Rainha” e sobretudo o Infante D. Pedro na sua caminhada para Lisboa e, depois do seu triunfo, em atos de governação, emitindo diplomas protetores da abadia; mas alude-se, também, ao “arroído” de Lisboa, no qual participaram, de modo não aleatório, na verdade, criados do dom abade, alguns armados de espada, depois ressarcidos dos seus prejuízos, como demonstram os exemplos que seguem:

Maio 1439:

O gaado que este [foreiro] trazia a ordem, entregou-o em a granja d’Ota <a bI (6) dias> do mês de mayo de 439. Despois porque a Rainha o mandava tomar quando estava em Alanquer, fugirom com elle pera o mosteiro e tornarom delle a este Domingos Gonçalves. Esto foy a XbIII<sup>o</sup> (18) dias d’outubro da dicta era. E comiam delle no mosteiro. E enquanto o teve neeste tempo ouve strumento.<sup>50</sup>

Junho 1439:

Item a XXbII dias de junho de 439 ao doutor Rui Fernandez de graça \_\_ CRIII reais, pago.

Item a XII dias do dicto mês [outubro] a Meemd’ Afomso tabeliam pera levar a Lixboa cando dom abbade foi com o ifante Dom Pedro \_\_ bI<sup>c</sup> (600) reais.<sup>51</sup>

Julho 1439:

Item a XbII dias do dicto mês, a Vasco d’Avis que vay a Beringel com cartas do ifante Dom Pedro a Gomez Freire e a Dona Catarina sua madre que se partam logo do dicto lugar onde ora pousam e fazem muito dano e dhi a-d’hir a Elvas de Xb dias a Xb reais por dia.<sup>52</sup>

1439 novembro:

Item em primeiro dia do mês de novembro 439 que de[u] aos homens que levarom as carregas a Lixboa quando dom abbade foi com o ifante Dom Pedro que fezerom rejedor do regno \_\_ I- IIc reais.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 169v.

<sup>50</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 371v.

<sup>51</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 319.

<sup>52</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 370.

<sup>53</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 279.

Item a XbIIIº dias novembro passou alvará que do que deve Gonçalo Anes, rendeiro de Benquerena, dê aos porteiros da camara de Lixboa quando dom abbade foi aa dicta camara o tempo sobredicto em que foi factio rejedor do regno o ifante Dom Pedro, de trigo, X alqueires.<sup>54</sup>

1440, janeiro, 1:

Ao dicto Mend' Afomso pera despesa da casa em Lixboa sendo dom abbade com [o] ifante em Villa Franca.

E II- (2000) a dinheiro Afonso Gorizo pera sua despesa e dos que com el ficarom em Lixboa pera livrar os homens do dicto abbade que foram presos pelo arruído.

E XXXb (35) ao barqueiro de Sacavem que passou dom abbade e sua gente e frasca aa partida de Lixboa. E C ao barqueiro que trouve a frasca de Lixboa a Villa Franca.<sup>55</sup>

1440, janeiro:

Item a XXbII (27) dias do dicto mês de janeiro o dicto Joham Afomso mostrou huum rool que tiinha despeso nos anos passados que lhe ainda nom he levado em conta:

De cevada\_\_ RIX (49) alqueires, scilicet, XXXI alqueires ao cavallo do ifante Dom Pedro que hi teve LXI dias.<sup>56</sup>

1440, fevereiro, 13:

Item a XIII dias do dicto mês a Joham Afonso Gorizo pera tirar cartas do ifante no Mosteiro da Batalha\_\_ L reais.<sup>57</sup>

1440 maio:

Item a IIIº dias do mês de fevereiro de 440, Joham d'Evora deste lugar de Torres deu a Diogo de Boombarral\_\_ IX<sup>c</sup> IXXX (980) reais, scilicet, bI<sup>c</sup> (600) de huum tonel de vinho que lhe era devido de seu casamento. E XXX pera huum dardo. E II<sup>c</sup> (200)pera hũa espada. E CLX pera huum manto que perdeo no arroido de Lixboa.<sup>58</sup>

A XXX dias de mayo de III<sup>c</sup> R (1440) veo o dicto Joham d'Evora estar a conto de III anos que se acabaram por Pascoa da dicta Era. E montava de pagar delles bII (7) marcos meio de prata. E XbIII (18) capaãos a razom de II marcos

<sup>54</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 398.

<sup>55</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 368v-369.

<sup>56</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 348.

<sup>57</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 403v.

<sup>58</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 298v.

meio. E bl (6) capões por ano. E posta a prata a bIII<sup>c</sup> (800) por marco. E a Xb (15) reais por capam, mantou em todo bl- II<sup>c</sup> LXX reais (6270). E mostrou-se per registos deste livro e per o registo sobredicto que tiinha pagado b- III<sup>c</sup> X (5 310)reais. E asi ficava em divida de IX<sup>c</sup> LX (960) reais dos quaees lhe descontarom IIII<sup>c</sup> reais que monta em X alqueires de trigo que se del ouve per a despesa da casa em a dicta villa quando per hi passou dom abbade com o senhor ifante Dom Pedro, ao tempo que foy a Lixboa, pera aver o regimento do Regno. E asi deve b<sup>c</sup> LX (560) reais. Dos quaees lhe dom abbade fez mercee. E ouve sua quitaçom des o tempo que he abbade ataa o dicto dia de Pascoa de R (1440), fecta no dicto dia, mês e Era.<sup>59</sup>

Há um último registo, nesta categoria, que se destaca pela visão que apresenta do infante D. Pedro, que tinha por si “todos os povos do regno”, mas pequeno número de senhores, contando-se entre eles apenas o infante D. João, o abade de Alcobaça, D. Estêvão de Aguiar, e o bispo de Évora, D. Álvaro de Abreu, “e outros nenhuns nom”, informação totalmente contrastante com a que Rui de Pina, sobre o mesmo assunto, escreveu<sup>60</sup>:

Outubro 1439.

Item a XX dias d’outubro de 439 entregou o dicto Zaaboqua a Silvestre Stevez recebedor da camara\_\_ XVI- reais.

Ouverom-se mester pera se despenderem como de fecto despenderom com outros mui muitos quando o dicto senhor dom abbade foi de sua terra com muitas jentes com o Ifante Dom Pedro em seu serviço e em sua ajuda pera seer rejedor de todo o Regno por el Rei Dom Afomso que ficou moço, filho del Rei Duarte. O qual regimento a esse tempo tiinha a Rainha sua madre. E desta hida forom em Lixboa. E erom da parte do Ifante todos os povooos do Regno. E do[s] senhores delle o Ifante Dom Joham. E o dicto senhor dom abbade. E o bispo d’Evora. E outros nenhuns nom. E foi fecto rejedor em a dicta cidade. E depois que asi foi rejedor e defensor de todollos Regnos, veerom o Ifante Dom Enrique e o conde de Barcellos e seus filhos. E fezerom-se cortes. E ouverom todo por bem fecto. E todos jurarom e prometerom de nunqua hirem contra ello.<sup>61</sup> (fl. 304).

---

<sup>59</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 298v.

<sup>60</sup> Rui de Pina diz que o Infante trazia consigo João Gomes da Silva, D. Fernando de Meneses, Álvaro Gonçalves de Taíde, D. Fradique de Castro, Fernão Coutinho, irmão do marechal, Gonçalo Vaz Coutinho, meirinho-mor, Pero de Lemos, João de Taíde, senhor de Penacova, e gente do bispo de Coimbra. (Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, Ed. Thomas Earle, Coimbra, IUC, 2024, capítulo 47, p. 189-191).

<sup>61</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fl. 304.

## 4.

O texto que se passa a analisar, no entanto, foi o único que, pela sua singularidade e estrutura cronística, interessou Virgínia Rau. A prestigiada historiadora valorizou o interesse histórico destas páginas da composição historiográfica alcobacense, confrontando-o com a narrativa de Rui de Pina acerca da assunção da regência do reino pelo infante D. Pedro, concluindo, citação:

Por estranho que pareça, a importante aliança e decorrente actuação do Dom Abade de Alcobaça nesta conjuntura política diluiu-se e não mereceu nunca qualquer referência dos cronistas. Por seu turno, e mercê da nota original e contemporânea de um escriturário alcobacense, ganhou rigor a narrativa de Rui de Pina<sup>62</sup>.

A ação histórica desenrolou-se na sequência da morte de D. Duarte e da sua sucessão. O novo rei, D. Afonso, era ainda menor, tendo ficado definido no testamento do pai, o rei Eloquente, que haveria lugar a uma regência encabeçada pela rainha D. Leonor até se atingir a maioridade do novo monarca. Não houve consenso, no entanto, nesta solução, surgindo basicamente duas fações: uma, privilegiando a solução apontada pelo rei decesso, entregando-se a regência à rainha viúva; outra, contrária a essa disposição, protagonizava que deveria caber ao duque de Coimbra esse exercício. Os resultados são bem conhecidos da historiografia produzida sobre o tema, desde os capítulos que lhe dedicou o cronista Rui de Pina, na Crónica de D. Afonso V, entre outros muitos autores<sup>63</sup>.

A “crónica” inserida no Livro da Fazenda de Alcobaça, com autoria atribuível a Rui Fernandes, de quem pouco se sabe, a não ser que era oficial da casa do abade D. Estêvão de Aguiar, como se referiu, oferece pormenores relevantes sobre a sucessão de acontecimentos que marcaram a crise política que desencadeou

<sup>62</sup> Virgínia Rau, “O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439”, *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 8 (1964), p. 147-148.

<sup>63</sup> Virgínia Rau, “O infante Dom Pedro...”, cit., p. 143-150; Humberto Baquero Moreno, “O Infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira”, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, itinerários e Ensaios Históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997, p. 11-23; Idem, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de Nova História de Portugal (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 553-557; Maria Helena da Cruz Coelho, “O infante D. Pedro, duque de Coimbra”, *Biblos*, 69 (1993), p. 15-57; Saul António Gomes, *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 41-71; Francisco de Almeida Ribeiro, *Pela mão do infante D. Pedro: pensamento político e dinâmicas de poder no Portugal tardo-medieval*, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média, Coimbra, FLUC, 2022.

a assunção da regência pelo Duque de Coimbra e o afastamento do poder da governação do reino da rainha D. Leonor de Aragão e da fação que a apoiava.

A série de acontecimentos expostos na crónica alcobacense é a seguinte:

Morte de D. Duarte após o que assume a regência a rainha D. Leonor.

O infante D. Pedro faz-se defensor, por acordo do povo e senhores, nas Cortes de Torres Novas.

A forma como a rainha regia não aprazia ao povo, pelo que este se moveu para se fazer o infante D. Pedro regente do reino, prazendo “a deus ser assi”.

A rainha desprezava o infante e “nom lhe dava onrra”.

Depois do encontro entre o infante e a rainha, em Sacavém, D. Pedro dirige-se a Alcobaça, onde falou com o abade e obteve o apoio deste para tomar a regência do reino.

O abade promete apoio ao infante, fazendo-se prestes com 500 homens de cavalo e de pé.

A rainha estava em Sacavém com o rei.

A cidade de Lisboa alvoraçou-se contra a rainha, derrubando-se as casas do arcebispo. A rainha foge, com o filho, para Alenquer onde começa a reforçar as muralhas da vila. Soube da aliança entre o dom abade e o infante, tendo mandado, por conselho de Nuno Martins, aio do rei, gente sua à Granja da Ota para que tomassem o trigo que ali achassem.

Os homens da rainha tomaram 8 moios e um alqueire de trigo, mas “dom abbade nom se curou dello”.

O infante retaliou, mandando sequestrar, a Nuno Martins, 50 moios de trigo em Évora.

O infante, vindo de Coimbra, marcha sobre Lisboa, passando por Alcobaça, onde o dom abade o vai receber além de Maiorga; sairão para Lisboa a 22 de outubro de 1439, atingindo Lisboa no dia 30 desse mês. Não ia com o infante “outra tam onrada pessoa” como o dom abade. Em Lisboa, o duque de Coimbra foi recebido pelo irmão, infante D. João, pelo conde de Arraiolos, que estava pela rainha, mas “nom tinha cá nem lá” e pelo bispo de Évora.

Nos três meses em que dom abade esteve, com a sua gente, em Lisboa, todos comiam à sua custa e não do infante.

A 1 de novembro, o infante foi jurado, na Sé de Lisboa, tutor, curador, regente e defensor dos reinos. Depois disto, veio o infante D. Henrique, o conde de Barcelos e o conde de Ourém e fizeram-se cortes no paço do castelo. Acordaram que o rei viesse “à mão” do infante D. Pedro. O infante D. Henrique voluntariou-se para intermediar.

A rainha foi mandada vir de Alenquer, com o rei, para Santo António, onde o infante D. Pedro e outros senhores os foram receber e lhe beijaram a mão.

Fazem-se tratos de paz e levaram, por mar, o rei e o seu irmão para Lisboa, onde foram recebidos com muita solenidade.

O rei é levado, de novo, a Santo António, onde estava a rainha. Esta seguiu para Sintra, deixando o filho ao infante “que fizesse delle o que quisesse”.

O infante D. Pedro teve o rei daí em diante em seu poder e mandava que se ressarcisse Alcobaça do pão que lhe fora roubado na Granja da Ota<sup>64</sup>.

A fonte que aqui se recupera abre com a expressão “Nota que...”, como que anunciando uma notícia na forma tradicional da “escrita memoratória”, tão presente, como se afirmou, nas redações de chancelarias e escrivatinhas medievais. Poderá discutir-se, ainda, se a narrativa textual em apreço, dada a sua brevidade, não caberia mais na categoria de “crónicas breves”, como sucede com Santa Cruz de Coimbra, ou na de memórias ou notícias históricas de carácter biográfico, do que na sua caracterização como crónica. Mas, na verdade, é um texto que ultrapassa a simples notícia biográfica, estendendo-se por um período conjuntural histórico em que se desenrolaram acontecimentos políticos da maior importância para a história do reino, nos quais participou, com sucesso, o prelado alcobacense. Neste ponto, cremos, o texto adquire a profundidade própria de um capítulo mais integrável nos modelos criativos da historiografia tardo-medieval portuguesa do que nos dos velhos enunciados e perspectivas dos cronicões ou simples anais. Opção que nos parece justificar a sua caracterização como exercício próprio dos modos compositivos do texto cronístico quatrocentista

Esta redação do autor alcobacense, efetivamente, talvez o escrivão Rui Fernandes, como se apurou, mergulha de imediato na forma cronística, laudatória do seu patrono, o abade D. Estêvão de Aguiar, afirmando certamente o gosto, na casa deste prelado, como nas demais cortes senhoriais portuguesas da época, pelas matérias históricas que encontraram, nos cronistas do século XV, como Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Vasco de Lucena ou Rui de Pina, alguns dos seus mais significativos cultores<sup>65</sup>.

### (DOCUMENTO)

<Ficaria este Rei moço de bII anos.>

Nota que a senhora rainha Dona Lionor, molher que foi de rei Duarte, madre del rei Dom Afonso, moço pequeno que ficou per morte de seu padre<sup>66</sup>, foi facta

<sup>64</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 361v-362v.

<sup>65</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977; Jorge António de Meneses Montanha Ferreira Araújo, *Rui de Pina. Um “Cronista Global”?*, Tese de Doutoramento, policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2024.

<sup>66</sup> Sinal remetendo para a margem, onde se lê: ficaria este Rei moço de bII anos.

curador e tetor rejedor do regno por o dicto seu filho. E o ifante Dom Pedro duc de Coimbra defensor. Esto se fez em Torres Novas per acordo do poboo e senhores, prelados, ifantes, condes, fidalgos e outros boos do regno em durando este primeiro ano de seu regimento. Parece que <de> como ella regiã nom prazia ao poboo entanto que este povoo se moveo todo em huum ajuntamento, aa quererem desfazer e fazer rejedor e curador tetor, defensor o dicto ifante.

E os dictos prelados, ifantes, condes, fidalgos nom erom em esto ante o contradiziam muito. Veendo o dicto senhor ifante esto, entendeo que prazia a Deus seer asi. E porque ella o desprazava muito e nom lhe dava a onrra que merecia. E ante a dava ao arcebispo de Lixboa e seus irmaãos, por serviço de Deus e do dicto senhor rei do regno, espedio-se della em Sacavem, termo de Lixboa. E veo-se a correjer a sua terra.

E desta vinda veo per este Mosteiro d'Alcobaça. E falou com dom abbade, o qual posto que fosse nas cortes de Torres Novas, nom outorgou nem jurou no rejimento da rainha por a esse tempo seer em esse lugar [da] Brogueira, seu termo<sup>67</sup>, doente. E o dicto ifante lhe rogou que lhe prouvesse de o ajudar a aver este regimento e que se fizesse prestes com suas jentes pera quando tornasse pera se hir com elle a Lixboa ataa seer fecto rejedor. O dicto dom abbade por serviço de Deus e do dicto senhor rei e seus regnos e por contemplaçom desse senhor ifante, prouve-lhe dello. E fizesse prestes bem com bc (500) homens de cavallo e de pee. A dicta senhora estava em Secavem tendo el rei em seu poder. E a cidade de Lixboa alvoraçava-se já contra ella e contra todos os seus entanto que huum dia derribarom as casas do arcebispo e, se o acharom, matarom-no.

Ella quando esto vio foi-se com seu filho pera a sua villa d'Alanquer. E começou de reparar castello e muros e açalmar-se e velar-se e roldar-se. E soube parte desta amizade e aliança que asi era facta ante o dicto senhor ifante e o dicto dom abbade. E mandou aa sua granja d'Ota que este ano começara d'abrir o pa<u>l della. E ouvera huum pouco de pam que hi tiinha que lhe tomasse todo o trigo que hi achassem e o levassem aa dicta villa. E de fecto veerom hoi os seus e tomarom dhi [fl. 362] oyto moyos e huum alqueire de trigo de lXIII<sup>o</sup> alqueires o moio. Dom abbade nom se curou dello. Parece que se disse per outras pessoas ao dicto ifante que Nuno Martinz que era ayo do dicto senhor rei dera este consselho que se fizesse.

E o ifante lhe mandou socrestar por esto em Evora L moios. E o dicto senhor ifante veo-se per'a dicto Mosteiro d'Alcobaça. Dom abbade o foy receber com suas jentes aalem da Mayorga. E desi foi-se com elle aa dicta cidade de Lixboa, nom hindo com el outra tam onrrada perssoa, nem de tanta gente. E todos

---

<sup>67</sup> Brogueira é uma povoação, e antiga freguesia, do termo de Torres Novas.

comiam aa custa do Ifante, salvo el e os seus que comiam aa custa del dicto dom abbade de hida e estada e vinda que durou bem III meses. E partirom do dicto couto d'Alcobaça aos XXII dias do mês de setembro<sup>68</sup> em sexta feira da era do nacimiento de Nosso Senhor Jehsu Christo de mil IIIc XXXIX. E chegarom a Lixboa em sábado, XXX dias do dicto mês. E foy recebido do ifante Dom Joham, seu irmão, que se com elle liou. E do conde d'Arrayollos que estava amigo da rainha e nom tiinha ca nem la. E do bispo d'Evora que viinha com ifante. E o poboo da dicta cidade. E outros doutras cidades e villas e lugares do regno que pera esto forom juntos per requerimento e chamamento de Lixboa. E logo ao domingo seguinte que era primeiro dia do mês de novembro da dicta era, per estes todos nom sendo hi o dicto conde, foi fecto na See tetor, curador, rejedor, defensor por o dicto senhor rei de seus regnos e lhe derom logo juramento.

Depois desto veo o ifante Dom Enrique e o conde Dom Afonso de Barcellos, e o conde d'Ourem seu filho, e fezerom cortes na dicta cidade no paaço del rei. E outorgarom todo esto e asi o dicto conde d'Arrayollos. E jurarom de o manter. Esto fecto acordarom que o dicto senhor iffante ouvesse el rei a mão. Meteo-se por trautador deste fecto o Ifante Dom Enrique. E fez viinr a rainha d'Alanquer com el rei pera Santo Antoneo<sup>69</sup>. O ifante Dom Pedro com dom abbade e outros senhores a forom receber e lhe beijarom a mão. Trautou-se a paz de tal guisa que os dictos senhores ifantes e dom abbade e o bispo, per mar, levarom o dicto senhor rei e seu irmão aa dicta cidade. E hi foi recebido com muita solenidade. Depois o levarom a sa madre. E [fl. 362v] ella foi-se pera a sua villa de Sintra e leixou el rei de sua vontade no dicto lugar de Santo Antoneo que vesse o Ifante por elle e fizesse delle o que quessesse. Outra vez veo o ifante por elle e levou-o aa dicta cidade e dhi em diante senpre o teve em seu poder.

Em estes fectos asi trautando, mandava o Ifante que dom abbade ouvesse per o dicto pam que lhe asi foi filhado os dictos L moios de Nuno Martinz. E dom abbade nom quês senom o seu. E entom a senhora rainha mandou pagar ao dicto dom abbade em parte de pago do dicto pam per Lopo Fernandez scripvam da camara del rei em a dicta cidade a XIX dias de dezembro 439\_\_ XIX- bc XX reais brancos. Os quaees recebeo Estevam Silvestre recebedor da camara e ct<sup>a</sup>.<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> Setembro foi riscado e, na entrelinha, escrito: outubro.

<sup>69</sup> Santo Antão do Tojal, no município de Loures.

<sup>70</sup> ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 14, fls. 361v-362v. Na transcrição do documento, seguimos essencialmente os critérios apresentados por Avelino de Jesus da Costa, nas *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos medievais e modernos*, Coimbra, INIC, 1993.

# **Escenografía de la muerte: los funerales de Pedro de Portugal en la ciudad de Barcelona (1466)**

## **Staging death: the royal funeral for Peter of Portugal at Barcelona (1466)**

Vera Cruz Miranda Menacho

Universidad Rey Juan Carlos

veracruz.miranda@urjc.es

<https://orcid.org/0000-0001-5723-0606>

Texto recibido em / Text submitted on: 26/08/2024

Texto aprobado em / Text approved on: 21/03/2025

### *Abstract*

The royal funeral held at Barcelona in June 1466 for Peter of Portugal boasted all the ceremonial trappings with which the Catalan capital city marked a King's passing. It was staged in accordance with the traditional late medieval pattern: lying in state at the Palau Reial Major, funeral cortege through the streets of Barcelona and solemn obsequies and burial at the Church of Santa Maria del Mar. These ceremonies must be read as political propaganda couched in symbolic language. Against the backdrop of the ongoing civil war, the Principality's institutions, that is, the Diputació del General and the Consell de Cent, strove to publicise Peter's legitimacy as well as their own, highlighting their political agenda at loggerheads with that of King John II of Aragon.

**Keywords:** Peter of Portugal; Late Medieval Royal Funerals; Barcelona; Catalan Civil War.

### *Resumo*

Los funerales de Pedro de Portugal, celebrados en Barcelona en junio de 1466, siguen perfectamente el código ceremonial que acostumbraba a ofrecer la ciudad ante la muerte del rey y cumplen con la escenografía propia de los funerales bajomedievales compuesta por la capilla ardiente en el palacio real, la procesión por las calles de la ciudad y el solemne oficio y entierro en Santa María del Mar. Al mismo tiempo, deben ser interpretados como un discurso político y propagandístico articulado, mediante un lenguaje simbólico, por las instituciones del Principado, la Diputació del General y el Consell de la ciudad, dentro del contexto de guerra civil, como escenificación de la legitimidad del rey y especialmente de las instituciones y de sus intereses políticos contrarios a Juan II de Aragón.

**Palabras clave:** Pedro de Portugal; funerales regios bajomedievales; Barcelona; Guerra civil catalana.

## Introducción<sup>1</sup>

Las ceremonias reales bajomedievales formaban parte de la escenografía de representación del poder, convirtiéndose en elementos de comunicación política, definidas por el marco histórico y cultural de su propio tiempo. El ritual político se caracterizaba por la repetición de ciertas normas y comportamientos, la representación de un orden social y urbano en una escena compuesta por símbolos y elementos sensoriales, como una forma de cohesión política y social, pero también de las emociones<sup>2</sup>. Entre estos ceremoniales, los funerales, la exhibición de la muerte del cuerpo físico del rey, se convertían en la última ocasión de transmisión de la imagen real, en el último discurso modulado por el contexto, en el que se vinculaba lo político, lo religioso, lo simbólico y lo ceremonial, en un escenario luctuoso y de ritualización del dolor<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Abreviaturas utilizadas: ACA = Archivo de la Corona de Aragón; AHCB = Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona; C = Cancillería; MR = Maestro Racional.

<sup>2</sup> Gonzalo Carrasco García, “Ritual político, antropología e historiografía bajomedieval hispánica”, *Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval*, 30 (2017), p. 121-92, en concreto 124-125.

<sup>3</sup> Los estudios sobre funerales reales han adquirido gran relevancia durante los últimos años, partiendo de los clásicos como Ernst H. Kantorowicz, *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, Madrid, Akal, 2012; Philippe Ariès, *El hombre ante la muerte*, Barcelona, Taurus, 2011; en el ámbito portugués, Elisa Maria Domingues da Costa Carvalho, “A morte régia em Portugal na Idade Média. Aspectos rituais e atitudes perante a morte”, *Cadernos do Noroeste*, 9 (1996), p. 157-248; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995; o en el francés, Ralph Giesey, *Le roi ne meurt jamais. Les obsèques royales dans la France de la Renaissance*, París, Flammarion, 1987; y otra más reciente, Murielle Gaude-Ferragu, *D’or et de cendres. La mort et les funérailles des princes dans le royaume de France au bas Moyen Âge*, Villeneuve d’Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2005. En el ámbito castellano debemos remitir a José Manuel Nieto Soria, *Ceremonias de la realeza: Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*, Madrid, Nerea, 1993; a Emilio Mitre, “La muerte del rey: la historiografía hispánica (1200-1348) y la muerte entre las élites”, *En la España Medieval*, 11 (1988), p. 167-183; y “Muerte y memoria del rey en la Castilla bajomedieval” in M. Núñez y E. Portela (ed.), *La idea y el sentimiento de la muerte en la historia y en el arte de la Edad Media*, tomo II, Santiago de Compostela, 1992, p. 17-25; a Margarita Cabrera Sánchez, “Funerales regios en la Castilla”, *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, 22 (2001), p. 537-564; y “El rey ha muerto. Ritos, funerales y entierro de la realeza hispánica medieval” in Esther López Ojeda (coord.), *De la tierra al cielo. Ubi sunt qui ante nos in hoc mundo fuere?*, XXIV Semana de Estudios Medievales, Nájera, 2013, p. 239-260; y el más reciente, “‘In hora mortis’, el ritual funerario de la nobleza castellana bajomedieval”, *Espacio, Tiempo y Forma. Serie III*, 36 (2023), p. 291-306, <https://doi.org/10.5944/etfiii.36.2023.36409>; y la de Javier Varela, *La muerte del rey. El ceremonial funerario de la monarquía española (1500-1885)*, Madrid, Turner, 1990. En el ámbito aragonés, Flocel Sabaté, *Lo senyor rei és mort! Actitud i cerimonies dels municipis catalans baixmedievals davant la mort del monarca*, Lérida, Universitat de Lleida,

En el funeral del rey, la ciudad adquiría especial protagonismo al desarrollarse en determinados espacios urbanos, organizado por los poderes municipales, y situando a los ciudadanos como testigos del solemne acontecimiento. En el siglo XV, en territorio de la Corona de Aragón, la ciudad de Barcelona se había convertido en escenario fúnebre en reiteradas ocasiones, especialmente durante la segunda mitad del siglo, estableciéndose, así, un código ritual que contaba con sus propias normas, símbolos y escenarios, pero que se insertaba, al mismo tiempo, en un código ceremonial de la Europa bajomedieval. En este marco espacial y cronológico, y ya perfectamente estudiados los funerales del primogénito de Aragón, el príncipe de Viana (1461), y del rey Juan II de Aragón (1479), debemos completar estos estudios con el funeral de Pedro de Portugal (1466), uno de los llamados reyes “intrusos” en tiempos de la guerra civil catalana, para poder ofrecer una visión de conjunto de los funerales regios celebrados en Barcelona en la segunda mitad de siglo<sup>4</sup>. A pesar de que los funerales de este personaje están descritos en las obras de Martínez Ferrando y Balaguer y Merino, deben ser observados desde una visión más amplia en la que el simbolismo, la representación y la imagen de poder, en este caso del rey de Aragón, se interpreten como un discurso político-cultural surgido en un contexto determinado, dentro de un marco ceremonial más extenso<sup>5</sup>.

---

2002; y *Cerimònies fúnebres i poder municipal a la Catalunya Baixmedieval*, Barcelona, Rafael Dalmau ed., Episodis de la Història, 2003. Otros estudios recientes más específicos como los de Stefano Maria Cingolani, “Más allá de la muerte. Rituales funerarios y mausoleos reales en la Corona de Aragón (1196-1410). Posibilidades de una investigación global”, in F. Miranda García y M. T. López de Guereño Sanz (coord.), *La muerte de los príncipes en la Edad Media: balance y perspectivas historiográficas*, 2020, p. 177-196; y “La Reina María y los funerales de su madre Brianda D’Agout, condesa de Luna, en Zaragoza (1399-1401). Aproximación al estudio de los rituales funerarios de los monarcas de la Corona de Aragón”, *Aragón en la Edad Media*, 24 (2013), p. 71-90. Y otros estudios más generales como los recientes, Fermín Miranda García y T. López de Guereño Sanz (eds.), *La muerte de los príncipes en la Edad Media*, Madrid, Casa de Velázquez, 2020; o Chatenet, M. Gaude-Ferragu y G. Sabatier (ed.), *Princely Funerals in Europe, 1400-1700. Commemoration, Diplomacy, and Political Propaganda*, Turnhout, Brepols, 2021.

<sup>4</sup> Los funerales del príncipe de Viana en Barcelona están estudiados por Vera Cruz Miranda Menacho en “Una imagen de luto y poder: los funerales del primogénito de Aragón y príncipe de Viana en Barcelona (1461)”, *En la España medieval*, 45 (2022), p. 197-218 y los de Juan II de Aragón en Miguel Ángel Zalama y Jesús F. Pascual Molina, *Testamento y codicilos de Juan II de Aragón, y última voluntad de Fernando I: política y artes*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2017.

<sup>5</sup> Los funerales de Pedro de Portugal están descritos en Andrés Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal, considerado como escritor, erudito y anticuario (1429-66). Estudio histórico-bibliográfico*, Gerona, imprenta de Vicente Dorca, 1881, p. 57-69 y en J. E. Martínez Ferrando, *Pere de Portugal, rei dels catalans vist a través dels registres de la seva cancelleria*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, 1936, p. 115-125. Las fuentes utilizadas

### 1. *Lo rey de no más*

Pedro de Avis y de Aragón (1429-1466), hijo del primer duque de Coimbra y de Isabel, hija del último conde de Urgel, fue el resultado de la interesante política de enlaces matrimoniales que se desarrollaron entre las noblezas de los diferentes reinos peninsulares. Pedro de Portugal fue conocido por su título de condestable de Portugal, a pesar de que lo ostentó pocos años, protagonizando brevemente la historia del Principado de Cataluña, durante los años en los que se ciñó la corona que le había ofrecido la Diputación del General en el contexto de la guerra civil catalana (1462-1472)<sup>6</sup>. Nos encontramos ante un rey legitimado solamente por una parte del Principado, aquella fiel a la Diputación del General, lo que otorgaba cierta singularidad a su figura y al contexto político en el que pasó sus últimos años. Al declararse la guerra, la Diputación del General nombró a Juan II de Aragón, legítimo rey, enemigo de la cosa pública, prohibiéndole su presencia dentro de Cataluña, lo que les llevó a buscar otros candidatos para ocupar el trono en el Principado.

Tras la renuncia de Enrique IV de Castilla al trono del Principado después de ocuparlo un breve tiempo (1462-1463), Pedro de Portugal fue jurado como rey en Barcelona en enero de 1464. No podemos olvidar que su abuelo, Jaime II de Urgel, había sido uno de los candidatos al trono de Aragón en las negociaciones previas al Compromiso de Caspe. Por tanto, esta elección podía resultar esperanzadora para el futuro político de la Diputación del General en plena guerra civil, pero en seguida se vio que las consecuencias no eran las deseadas, puesto que el rey portugués no mostró su disposición a someterse a las órdenes de los diputados, lo que llevó a un mal entendimiento entre las instituciones y el rey. En el diario escrito por el notario Jaume Safont, por

---

son, principalmente, el diario del notario de la Diputación del General, Jaume Safont, *Dietari o Llibre de Jornades* (Biblioteca de Catalunya. Manuscrit, Ms. 978) y el *Llibre de Solemnitats de Barcelona* (AHCB, CCAM 086/01/1G). Esta información la complementaremos con otras fuentes archivísticas procedentes del ACA y del AHCB.

<sup>6</sup> Los estudios biográficos de Pedro de Portugal parten de José Coroleu e Inglada, “El Condestable de Portugal, rey intruso de Cataluña”, *Revista de Gerona*, tomo II, año III, número IX (1878); Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit.; Martínez Ferrando, *Pere de Portugal, rei dels catalans...*, cit.; y del mismo autor, *Tragedia del insigne condestable Pedro de Portugal*, Madrid, CSIC, 1942; *Pere de Portugal, rei dels catalans, esquema biogràfic*, Barcelona, Rafael Dalmau, 1960; *Catálogo de la documentación de la cancillería regia de Pedro de Portugal*, Madrid, Servicio de Publicaciones, Dirección General de Archivos y Bibliotecas del Ministerio de Educación Nacional, 1954; y otros autores como Luis Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

encargo de la Diputación, se hace referencia al rey como “Pere Quart, lo qual fonch vil home”. Se le acusaba de mostrar un carácter fuerte, áspero y duro con sus servidores, contestándoles con un “no más” (por esta razón se le conocía como “lo rey de no más”), negándoles toda clase de privilegios y de libertades, apresando y atormentando a muchos de ellos y ofreciendo los castillos y fortalezas catalanas a caballeros portugueses. Se decía que sus leyes eran “sic volo, sich jubeo”<sup>7</sup>. En ese complejo contexto político, la muerte de Pedro de Portugal debió suponer cierto alivio para las políticas de la Diputación, pero volvía a dejar al Principado sin cabeza.

El rey Pedro de Portugal, *Pere Quart*, moría el 29 de junio, hacia las cinco horas, pasado mediodía, en la villa de Granollers, en la casa de los herederos de mosén Joan de Montbui de Tagamanent<sup>8</sup>. Se había trasladado de Manresa a Granollers a finales del mes de mayo tras sufrir cierta indisposición. A pesar de que surgieron algunos rumores sobre un posible envenenamiento, parece, según la documentación, que llevaba enfermo desde hacía unos meses<sup>9</sup>. En el mes de marzo, en Manresa, había sufrido un episodio de fiebre, lo que obligó al canciller, Cosme de Montserrat, obispo de Vic, a reunirse con varios médicos para valorar la situación<sup>10</sup>. La noticia de esta dolencia fue comunicada a las

---

<sup>7</sup> Jaume Safont, *Dietari*, f. 108r.

<sup>8</sup> Como consta en el registro de Deliberaciones del Consejo de Ciento: “Pus a Nostre Senyor Déu es stat plasent apellar al seu Sanct Regne lo senyor Rey en Pere de gloriosa memòria, qui finí sos darrers diez lo die de dir, que era diumenge, jorn de Sanct Pere, entre sis e set hores aprés mig jorn, en la vila de Granollers, a XXVIII de juny del any mil CCCCLXVI” (AHCB, 02.01/1.B.II-17, Registre de Deliberacions, f. 99v). Y en su testamento: “Fonch fet açò e fermat en la vila de Granollers de Vallés, en la casa dels hereus de mossén Johan de Montboy de Tagamanent, on es occit habitación del dit senyor en aquella ora e en la cambra o en lo llit on sa majestat en aquella ora de malaltia greu era detengut e jahic lo XXVIII día de juny del any de la Nativitat de Nostre Senyor mil CCCCLXVI”. El testamento de Pedro de Portugal se encuentra, en versión latina y catalana, en ACA, C, Varia 24, f. 126v.

<sup>9</sup> En una instrucción enviada por el rey Juan II de Aragón al rey de Francia, por medio de su embajador, el 29 de julio de 1466, se afirmaba que Pedro de Portugal estaba muy enfermo a causa de las medicinas que le habían enviado los de Barcelona, “En aquest temps que’s tractava de la forma de la reducció de la dita ciutat de Tortosa, don Pedro de Portugal, lo qual dies stave molt mal en Granulles, a quatre legues de Barchinona, de metzines que los de Barchinona li han fet donar”, y al final se añadía, “es mort per los mateixos rebelles qui sols per satisfacer a sos grands conceptes e passions lo feien venir en aquestes parts” (ACA, Cancillería, registro 3412, f. 67v), documento citado en Martínez Ferrando, *Pere de Portugal, rei dels catalans...*, cit., p. 119 y *Tragedia del insigne...*, cit., p. 166.

<sup>10</sup> Desde su llegada, en febrero de 1464, solicitó la atención de dos de los mejores cirujanos, encontrándose indispuerto más de dos semanas. En relación con la salud de Pedro de Portugal remito a Martínez Ferrando, *Pere de Portugal, rei dels catalans...*, cit., p. 58-59; *Tragedia del insigne...*, cit., 157-158 y 167; *Catálogo*, doc. 3082.

autoridades de Barcelona, quienes le enviaron un médico, el maestro Artigó. No obstante, este episodio fue breve, puesto que el rey comunicó a los consejeros que su salud había mejorado sin necesidad de la intervención del médico que le habían enviado; añadiendo, además, que desde hacía dos días había podido montar a caballo<sup>11</sup>. A pesar de estas buenas noticias, al poco tiempo, su salud empeoró, lo que se puede observar por la compra abundante y continuada de medicamentos al especiero de Barcelona, Pere Rallo, quien, además, envió a uno de sus oficiales, durante un par de días junto al rey, para que le preparara ciertos ungüentos y medicinas<sup>12</sup>.

Como la enfermedad no remitía, el rey se trasladó a Granollers, allí se instaló en casa de los Montbui, donde pasó sus últimas semanas<sup>13</sup>. Su estado era de tal debilidad y flaqueza que solamente podía alimentarse de la leche de dos nodrizas<sup>14</sup>. El rey estaba enfermo de tuberculosis, como así determinó el diario de la Diputación como causa de la muerte<sup>15</sup>. A pesar de todos los cuidados médicos, la situación se agravó el jueves 26 de junio, lo que se comunicó a las instituciones del Principado, ante lo que el Consejo de Ciento respondió con la decisión de enviar un médico, Bernat Granollach, con medicinas, acompañado de otra persona para que visitara al rey, como era costumbre en estos trances<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> Joan Ferran Cabestany Fort, *Repertorio de cartas reales conservadas en el Instituto Municipal de Historia (1458-1479)*, Barcelona, Instituto Municipal de Historia, 1967, II, doc. 1461 (1466, mayo, 18) y doc. 1463 (1466, mayo, 20).

<sup>12</sup> Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne...*, cit., p. 157-158. ACA, MR, 434, f. 74r y 75r.

<sup>13</sup> La compra de medicinas era una constante: “Per moltes medecinas en pots de vidre e capças de fusta que liurà en Pere Rallo, specier del rei, trametre a Granollers” (ACA, MR, 434, f. 63r-v); “Per dos capons de ordinació dels metges” (ACA, MR, 434, f. 83v); “Per compra de molls de vedell e de una gallina de que en Pere Rallo, specier, de ordinació dels metges feu” (ACA, MR, 434, f. 87r).

<sup>14</sup> En el mismo memorial de la nota 9: “de que vench a tanta debilitat e flaqueza que no podia altra cosa pasar sino llet de duas dones que li donaven a mamar”, (ACA, C, registro 3412, f. 67v), documento citado en Ernesto Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne...*, cit., p. 166.

<sup>15</sup> El *dietari* afirmaba que murió de *etíguesa* (*Dietaris de la Generalitat*, vol. I, 1466); aunque Jaume Safont en el *Dietari*, f. 108r, mantenía que la causa era por comer cidras crudas: “E morí en la vila de Granollers per manjar poncems cruus”, añadiendo que nunca quiso estar a régimen de los médicos, afirmación que no era cierta. El dato de las cidras parece cierto, a pesar de que no debió de ser la causa, pudo acelerar el proceso. Consta la compra en mayo de dos cidras frescas (ACA, MR, 434, f. 69r), dos botes de cidras (ACA, MR, 434, f. 74v); y una cesta con cinco cidras (ACA, MR, 434, f. 83r).

<sup>16</sup> El médico Bernat Granollach fue llevado a la villa de Granollers por varios hombres de esta villa: Macià Aguilar, Joan Canoves, Guillem d’Orcha, Bernat Xatmar, Joan Roure, Jaume y Bernat Corró, Felix Boscà, quienes cobraron 4 libras y 8 sueldos (AHCB, 01/1G.034, f. 81v). El médico cobró por cada día que estuviera en Granollers, 5 florines (AHCB, 02.01/1.B.II-17, Registre Deliberacions, f. 96v).

Esa noche la situación se volvió irreversible, de manera que el viernes por la mañana los consejeros enviaron con urgencia a mosén Mateu Dez Soler, ciudadano de Barcelona, quien encontró al rey en mala disposición<sup>17</sup>. Por su parte, los diputados del General también enviaron a un diputado mosén Francesc Colom, quien acudió junto al notario, Nicolau Sala, y al portero, Joan Maldà, partiendo el sábado 28 de Barcelona<sup>18</sup>.

Estamos ante las postreras horas del rey, Pedro de Portugal, que, aunque las fuentes no ofrezcan información acerca de las cuestiones espirituales del último trance, están fuertemente ritualizadas, y debieron ser las propias de un rey cristiano, tomando los sacramentos y manteniendo esa serenidad ante la muerte como recomendaban los tratados de *Ars moriendi* que circulaban en el siglo XV<sup>19</sup>.

El rey murió el domingo 29 de junio, en la habitación del señor de Montbui, un espacio que, *in hora mortis*, se envolvía de la ritualidad del momento, adquiriendo un significado diferente del cotidiano. Allí estaba acompañado de sus fieles, mosén Pedro Vaez, llavero de la orden de Avís; el médico, maestro Gaspar de Jorba; mosén Pedro de Teyde, de la orden de Avís; el paje Juan de Teyde; el librero Joan Vicent; los camareros Juan Farina, Pedro Bayona y Ferran Rábaço, así como de los enviados por el consejo de Barcelona y la Diputación del General<sup>20</sup>. Siguiendo los ritos funerarios, se realizaba en el mismo lecho de muerte la certificación de la defunción del rey por parte de los médicos<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 58, en donde se encuentra la transcripción del *Llibre de solemnitats de Barcelona* (AHCB, 02.01/1.B.II-17, Registre de Deliberacions, f. 97r y 99r), del texto relativo a la “Sollempnitat feta per la mort del Senyor rey en Pere quart”, concretamente en las p. 57-69.

<sup>18</sup> *Dietaris de la Generalitat*, vol. I, 1466.

<sup>19</sup> Gaude-Ferragu, *D’or et de cendres...*, cit., p. 98-99. Ariès, *El hombre...*, cit., p. 122-125.

<sup>20</sup> ACA, Cancillería, Varia 24, f. 126v. Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne...*, cit., 166.

<sup>21</sup> En este ritual, el camarlengo comunicaba a los presentes: “Aquest era lo rey, ara és mort, a tots és manifest”, pronunciadas estas palabras lanzaba las llaves del palacio por tierra, siguiendo en este punto la narración de Gabriel Turell, ciudadano de Barcelona, autor de la obra *Arbre d’honor*, donde describe los funerales de Juan II de Aragón. Gabriel Turell, *Arbre d’honor*, Barcelona, Barcino, 1992, p. 153. No se encuentra el documento que certifique la defunción del rey, pero se puede seguir el rito de la muerte de la reina María de Castilla, viuda de Alfonso de Aragón, en el palacio real de Valencia, en 1458. Al morir la reina, dos oficiales reales, mosén Bernat Çalba, mayordomo, y Galcerán Oliver, tesorero de la reina, preguntaron a los testigos y médicos presentes si la persona que estaba en el lecho de muerte era la reina María: “aquesta dona Reyna, senyalants aquella que jaue en aquest llit, ens mostrau es la Reyna Donna Maria, muller e relicta del molt alt Senyor Rey don Alfonso?” y repitieron: “conexeu que la dita Senyora Reyna Donna Maria que aci jau sia morta?”. Todos se acercaron a la reina y, con llantos, respondieron: “veritat es que la dita Senyor Reyna, muller e relicta del dit molt alt Senyor don Alfonso Rey

La muerte del príncipe oscilaba entre el aspecto político y el religioso, que se plasma en la redacción del testamento, que junto con la recepción de los sacramentos se hacía públicamente ante los presentes<sup>22</sup>.

La misma noche de la muerte del rey sucedió un episodio misterioso en Barcelona, relatado por Jaume Safont, quien afirmaba que hubo mucha gente que testificó que, estando alrededor de la iglesia de san Miguel, cerrada, sin nadie dentro, se oyó sonar la campana tres veces, con el mismo sonido que cuando se eleva el Cuerpo de Cristo, interpretándolo como una señal de aviso de un suceso importante<sup>23</sup>. En esos tiempos bajomedievales, la frontera entre lo natural y lo sobrenatural era, en ciertas ocasiones, confusa.

En el momento en que fallece el rey se interrumpe lo cotidiano para dar lugar a un tiempo de ceremonia y de rito, que había comenzado ya en el lecho de muerte. El sonido de las campanas marcaba el inicio de esta ruptura, comunicando el triste acontecimiento a todo el reino<sup>24</sup>. Los elementos visuales y sonoros iban a inundar el ambiente. La escenografía transformaba los espacios para ofrecer ese último diálogo entre el rey y, en este caso, la ciudad de Barcelona a través de tres escenarios: el palacio real, las calles y la iglesia de Santa María del Mar.

## 2. El escenario palacial: la capilla ardiente

La ciudad de Barcelona acogió los funerales de Pedro de Portugal que debían ser organizados por las autoridades municipales y los albaceas<sup>25</sup>. En el contexto de guerra civil que se vivía, la ciudad se había posicionado contraria

---

d'Aragó e de les dues Sicíles era e és morta e pasada de aquesta present vida". Los médicos pusieron una candela cerca de la boca de la reina para observar si todavía respiraba y, después, un vaso lleno de agua encima del pecho durante un rato. Tras esto, los testigos y médicos, llorando, dijeron que era verdad que la reina había muerto. Este documento está transcrito en M. Toldrà Parés, "La reina Maria, dona d'Alfons V el Magnànim: vida i obra de govern", tesis doctoral, Universidad de Barcelona, 2013, p. 857-859, cuyo original se encuentra en el Archivo del Reino de Valencia, Real Cancillería, n. 472, f. 2-3v.

<sup>22</sup> Gaude-Ferragu, *D'or et de cendres...*, cit., p. 97-98.

<sup>23</sup> Jaume Safont, *Dietari*, f. 108r.

<sup>24</sup> El ceremonial de los funerales de los reyes de Aragón en el monasterio de Poblet ofrece datos que pueden ser aplicados a otros funerales, en relación con el toque de campanas: "de como los marmessors deuen fer toquar les campanes com lo rey es mort en totes les esglesies de la ciutat o villa hon sira mort", *Funerals dels Reis d'Aragó á Poblet*, transcrito y publicado por Manuel Bofarull y Sartorio, Barcelona, "La Ilustració Catalana", 1886, p. 13. Sabaté, *Cerimònies fúnebres...*, cit., p. 16-17.

<sup>25</sup> Los albaceas fueron Cosme de Montserrat, obispo de Vic; Antonio Pujada, Bernat Joan Çapila, Francisco de Junyent, Antonio Vuyes, *consellers* del presente año, Antonio Mira

a Juan II de Aragón desde los inicios, mostrando su lealtad a las instituciones del Principado que tenían su sede de reunión, decisión y poder en dicho lugar<sup>26</sup>. En esta realidad política, Pedro de Portugal recibió el funeral propio del rey de Aragón, así había sido elegido, y como tal había jurado, por los diputados y consejeros. No obstante, en esta ocasión no fue necesario revisar la documentación del archivo real sobre los funerales regios, puesto que hacía cinco años que se había celebrado el del príncipe de Viana, lo que podía ayudar en muchos aspectos logísticos<sup>27</sup>.

Al morir el rey en Granollers, su cuerpo debía trasladarse a Barcelona, lo que se realizó el mismo día del fallecimiento, de manera que no hubo velatorio en el lecho de muerte. El diputado del General, mosén Francesc Colom, y Mateu des Soler fueron los encargados de organizar el traslado, buscando a varios hombres para que llevaran la litera con el rey desde Granollers, en la baronía de Montcada, hasta Barcelona, encargándose de recoger, también, sus pertenencias, ropa, joyas, dineros y otros objetos<sup>28</sup>. El lunes por la mañana, hacia las siete horas, llegó el cuerpo a la iglesia de Santa María del Portal Nou de Barcelona, donde se colocó en una capilla, rodeado de doce cirios. Posteriormente, se embalsamó, como era habitual, acción necesaria para su

---

Vitafuncto, Rodrigo Vasci, caballero y secretario mayor, y Dídac de Azambuja, albaceas y ejecutores testamentarios (AHCB, 01/1G.034, f. 81r).

<sup>26</sup> A pesar de ello cada vez había más disidentes, lo que obligó a publicar un bando, a los pocos días de la muerte de Pedro de Portugal, prohibiendo hablar del rey Juan II bajo diversas penas, AHCB, 02.01/1.B.II-17, Registre Deliberacions, f. 101r.

<sup>27</sup> Antes de cada funeral real, los consejeros de Barcelona buscaban en el archivo de la ciudad documentación que les indicara el código ceremonial a seguir. Así sucedió en el de la reina Violante, viuda de Juan I, celebrado en 1431, como se afirma en el *Llibre de Solemnitats de Barcelona* (AHCB, CCAM 086/01/1G, f. 55v); en el del príncipe de Viana, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 208; y en el de Juan II de Aragón, pues su hijo, Fernando el Católico encargó a Pere Miquel Carbonell que investigara las ceremonias anteriores en el archivo real porque no se había escrito ningún tipo de ordenanza anterior, Martínez Ferrando, “Exequias y enterramientos reales en la Corona de Aragón”, *Bulletí Arqueològic. Reial Societat Arqueològica Tarraconense*, 3-4 (1947), p. 59-60. En Aragón, como en Castilla o en Francia no estaban escritas las ordenanzas con respecto a los funerales del rey, a diferencia de Inglaterra, a través de *De exequiis regalibus*, y de las ceremonias pontificias Gaude-Ferragu, *D’or et de cendres...*, cit., p. 102.

<sup>28</sup> Las personas que llevaron el cuerpo del rey desde Granollers hasta la iglesia del Portal Nou de Barcelona fueron Antoni Prats, Pere y Jaume Cabot, Joan Çarrato, Pere Lor, Pere Clopes, Pere Torra, Garcia Marí, Salvador Tolrà, Bernat Serrabassa, Joan Andreu, Bernat Guals y Francesc Vigos, hombres de la villa de Granollers, por 6 libras y 17 sueldos (AHCB, 01/1G.034, f. 81r-v), citado en Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne...*, cit., p. 168. Los albaceas pagaron a varios trajineros el transporte de ropas y otros objetos del rey, que se habían quedado en Hostalric, Vic y Granollers, a la ciudad de Barcelona (AHCB, 01/1G.086, ff. 86v-87r y 98r).

conservación<sup>29</sup>, labor realizada por Fernando de Yerba, Pere Artigó, Gaspar de Jorba, maestro en artes y medicina, y Joan Ribes, cirujano y ciudadano de Barcelona<sup>30</sup>. Y esa misma noche, en hora oscura, los consejeros de Barcelona junto a otros nobles y servidores, sin ninguna ceremonia, trasladaron el cuerpo del condestable desde la iglesia de Santa María hasta la iglesia del palacio real, donde permaneció toda la noche con luminaria<sup>31</sup>.

El palacio real es el primer gran escenario de la celebración de los funerales regios. Se trata del espacio físico que representa al rey dentro del escenario urbano, tanto en su presencia como en su ausencia<sup>32</sup>. Pedro de Portugal se había encargado de realizar una serie de reformas en el palacio real mayor de Barcelona, su capilla, sus jardines, identificando su presencia por medio del lema “Paine pour joie”, del que todavía podemos ver algunos restos<sup>33</sup>. Estas intervenciones artísticas y arquitectónicas, por parte del rey, pueden interpretarse como una demostración de su potestad y de la materialización de su presencia en el entorno regio, pero especialmente de su legitimidad, que podía cuestionarse

---

<sup>29</sup> La costumbre de embalsamar los cadáveres reales era habitual en el ámbito aragonés, se embalsamó a Martín I (Patricia Santacruz, “La mort de Martí l’Humà a la llum del llibre de Clavaria de la Ciutat de Barcelona del 1410” in *Ciutat, monarquia i formacions estatals, segles XIII-XVIII. XIV Congrés d’Història de Barcelona*, Barcelona, 2015, p. 202), Alfonso el Magnánimo (Sabaté, *Lo senyor rei és mort...*, cit., p. 174), el príncipe de Viana (Miranda Menacho, “Una imagen de luto...” cit., p. 202), Juan II de Aragón (*Llibre de algunes coses asanyalades*, p. 280). Costumbre habitual también en Francia e Inglaterra, Gaude-Ferragu, *D’or et de cendres...*, cit., p. 117. En cambio, en Castilla parece que se interrumpió a finales del siglo XIV con los Trastámara, Margarita Cabrera Sánchez, “Técnicas de conservación *post mortem* aplicadas a los miembros de la realeza hispánica medieval”, *Edad Media, Revista Historia*, 16 (2015), p. 175-198, y no se generalizó hasta finales del siglo XVII, Varela, *La muerte del rey...*, cit. p. 79-80.

<sup>30</sup> “Pro laboribus nostris quam etiam pro aromatibus et balçamo et aliis necessariis et que necessaria fuere in preparacione seu embalçamaciones corporis dicti domini regis” (AHCB, 01/1G.034, f. 97v) por lo que recibieron 80 florines corrientes. Si seguimos a Gabriel Turell, los barberos vaciaban el cuerpo del rey de excrementos, “buyden lo cos de las fesas e mêtan las coses per conservesió d’èl” y le introducían productos para su conservación, Turell, *Arbre d’honor...*, cit., p. 153.

<sup>31</sup> Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne...*, cit., p. 168. Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 58.

<sup>32</sup> Tanto en los funerales del príncipe de Viana como en el de Juan II de Aragón se instaló la capilla ardiente en el palacio real mayor; mientras que la capilla ardiente de la reina Violante de Bar, viuda de Juan I de Aragón, se instaló en el palacio real menor de Barcelona, habiendo sido allí trasladada tras morir en la torre de Bellesguard, *Llibre de Solemnitats* (AHCB, CCAM 086/01/1G, ff. 54v-55v). Era habitual que se diera limosna durante todos los días que el rey estuviera en el palacio a los pobres que se acercaban allí, Bofarull, *Funerals...*, cit., p. 17.

<sup>33</sup> Ramon J. Pujades i Bataller, *Pedra i poder. El Palau major de Barcelona*, Barcelona, Museu d’Història de Barcelona, 2023, p. 329.

dada la singularidad de su elección. Esta razón, la legitimidad, vuelve a tener importancia en la capilla ardiente de Pedro de Portugal, instalada en el palacio real mayor de Barcelona, una forma de entender la continuidad del poder real por medio del espacio representativo.

En la sala principal del palacio, sala de *parament* o Tinell, se presentaba el rey, por última vez, ante sus súbditos. Por esta razón, su imagen regia debía cuidarse con esmero, se le rasuraba la barba y se le vestía con ropa de estado<sup>34</sup>. Se le vistió con una camisa, un jubón carmesí, una cota de terciopelo negra, larga hasta los talones, forrada de marta gibelina, unas calzas negras, unos zapatos con punta y en la cabeza un gorro redondo grande, un bonete o una carmeñola. Así vestido, su cuerpo se dispuso encima del catafalco construido para la ocasión, sobre un lecho cubierto de varios colchones con un cobertor de raso o satén<sup>35</sup>. La cabeza se situaba en dirección a la catedral, reposando sobre varios cojines; los pies, en dirección a la puerta de la sala<sup>36</sup>. Y encima del lecho había un bello pabellón<sup>37</sup>. El rey se presentaba con los símbolos reales: la corona, el cetro y el pomo<sup>38</sup>.

La sala mayor del palacio se transformaba en escenario luctuoso, en donde la luz de las velas y los elementos religiosos definían ese espacio. La estancia se iluminaba con cirios, velas y blandones que ardían de día y de noche, en cada esquina del catafalco se colocaron cuatro antorchas y dos banderas con las armas reales, una de Aragón y otra de Sicilia<sup>39</sup>. Las paredes se ornamentaban

---

<sup>34</sup> En la ceremonia de los funerales del rey en Poblet, si era rey llevaba las espuelas calzadas y la espada ceñida, y encima de la caja se le ponía el estoque real encima de una tela de oro, Bofarull, *Funerals...*, cit., p. 20.

<sup>35</sup> El carpintero de Barcelona, Baltasar Mallol, se encargó de empaliar la sala y de la construcción de dicha estructura, recibiendo por sus jornales y compra de material, como cuerdas de cáñamo, 65 libras, 11 sueldos y 2 dineros barceloneses (AHCB, 01/1G.034, f. 90v). En la documentación consta que se compraron telas para poner sobre el lecho, “posite fuerunt in lecto ubi corpus dicti domini regis”, en concreto, una cana y seis palmos de tela, llamada alemana, y 17 canas y cuatro palmos de tela de Constanza blanca y tela de Holanda con las que se cubrió el monumento del rey (AHCB, 01/1G.034, f. 93r).

<sup>36</sup> La descripción del lecho del catafalco procede de los funerales del príncipe de Viana y de Juan II de Aragón. Pujades i Bataller, *Pedra i poder...*, cit., p. 340.

<sup>37</sup> “E sobre lo dit llit fou posat un bell pavallo fet a manera (de) trevacha retent toguri”, Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 59.

<sup>38</sup> Normalmente, cuando el rey se presentaba a cara descubierta, llevaba los atributos regios: la corona en la cabeza, el cetro en la mano. A pesar de que las fuentes no se detienen en este aspecto de Pedro de Portugal, damos por supuesto que se presentó su cadáver acompañado de dichos símbolos.

<sup>39</sup> Las armas de Aragón se representaban de azul con la cruz blanca de san Antonio. Sobre la luminaria: “Posat lo cos en lo cadafal com dit es encenan en la sala bona luminaria de brandons

con bellos y ricos tapices que solían ser propiedad del difunto y, si era necesario, se pintaban y decoraban las paredes y la escalera principal<sup>40</sup>.

La parte espiritual y religiosa formaba parte de la escena, acompañada de plegarias y misas para el eterno reposo del alma del difunto. Alrededor del catafalco, y por la sala, se instalaron siete altares, dos a cada lado, otros dos en el extremo inferior de la sala, donde se celebraban misas diarias, y otro altar en el tribunal, es decir, en el lugar donde se colocaba el sitial<sup>41</sup>. En este último se celebraba misa alta, mientras que en los otros se celebraban misas bajas o silenciosas. Cada día acudían los frailes y monjas de las parroquias y conventos de Barcelona, en procesión, con la cruz alzada, cantaban un responso y hacían absolución alta<sup>42</sup>. El cuerpo de Pedro de Portugal era velado de día y de noche, tanto por los frailes y monjas, que permanentemente estaban al lado del cadáver, como por los servidores y oficiales del rey. Y, mientras permanecía a cara descubierta, debió de ser abanicado por alguno de sus servidores<sup>43</sup>, aunque solamente estuvo un solo día, quizá por estar en periodo estival<sup>44</sup>. Al día

---

et ardan allí de nit et de día et sian encessas quatre antorgas a quatre cantons del cadafal las quals de continuo creemen. E si syra rey posen a quatre cantons del cadafal a cascu una bandera ab les armes reals de Aragó y Sicilia etc. ab altres tans escuts o mes ab les dites armes et tingue lo tallamar a la part del cap”, Bofarull, *Funerals...*, cit., p. 15.

<sup>40</sup> Así se había hecho en la capilla ardiente del príncipe de Viana, se colocaron tapices de raso nuevo y las escaleras fueron pintadas por Jaume Vergós y Gabriel Alemany, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 204; y en la de Juan II se colocaron tapices del rey, algunos habían sido comprados en Flandes o en la feria de Medina del Campo, Miguel Ángel Zalama y Jesús F. Pascual Molina, *Testamentos...*, cit., p. 50. Pujades i Bataller, *Pedra i poder...*, cit., p. 340.

<sup>41</sup> En la capilla ardiente del príncipe de Viana, en el mismo escenario, se construyeron once altares, tres a cada lado, dos a los pies, tres en la cabeza, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 204. Y en la capilla ardiente de Juan II de Aragón se instalaron nueve altares, Pujades i Bataller, *Pedra i poder...*, cit., p. 340. Esto indica que no había un número determinado de altares.

<sup>42</sup> El encargado de las misas y de otras causas pías de la sepultura del condestable fue Bernat Perelló, presbítero beneficiado en la catedral de Barcelona, recibiendo 156 libras y 16 sueldos por el encargo de 25 misas (AHCB, 01/1G.034, f. 83r, 85r y 97v). Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 59.

<sup>43</sup> Solía ser habitual que abanicaran al difunto mientras se encontraba a cara descubierta, así consta que abanicaron a la reina María de Castilla, viuda de Alfonso el Magnánimo, en su capilla ardiente instalada en el palacio real de Valencia, “ab hun ventall que la ventaven” (Toldrà Parés, *La reina Maria...*, cit., p. 856) y al príncipe de Viana, abanicado con abanicos de pluma por dos ujieres, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 205, entendemos que por cuestiones orgánicas.

<sup>44</sup> El príncipe de Viana permaneció cuatro días a cara descubierta, mientras que Juan II de Aragón, ocho días, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 205; por su parte, la reina María de Castilla, esposa de Alfonso V, permaneció solamente un día a cara descubierta, Toldrà Parés, *La reina Maria...*, cit., p. 857.

siguiente, el miércoles, su cuerpo fue introducido dentro de dos ataúdes. Antes de cerrarlos, se hacía un reconocimiento público del cadáver, preguntando a los presentes, una multitud copiosa, como afirman las fuentes, si sabían de quién era el cadáver, a lo que respondían que sí lo sabían y que era del rey Pedro<sup>45</sup>.

El ataúd, en ese momento, se convertía en la representación de la imagen del rey y en el protagonista del espacio, por tanto, debía ser vestido con la solemnidad correspondiente. Se cubrió con una tela fina carmesí, y encima se colocó otra tela de oro, una pieza que había sido utilizada por Pedro de Portugal como dosel<sup>46</sup>. Sobre ellas, la dalmática que iba a sostener los símbolos reales: el cetro, el pomo de oro y, en la parte de la cabeza, una corona con un gorro de grana. Esta corona, ¿podría ser la misma que aparece en la cabeza de Pedro de Portugal en el retablo encargado por él a Jaume Huguet para la capilla del palacio real de Barcelona? La capilla ardiente de Pedro de Portugal permaneció una semana en el palacio real antes de que su cuerpo fuera trasladado a la iglesia de Santa María del Mar para su sepelio. En el escenario palacial los símbolos se acomodaban en el espacio y articulaban ese discurso de poder asociado a la imagen del rey.

### **3. Escenografía del dolor**

En toda ceremonia regia el espectáculo formaba parte del código ceremonial como mecanismo de representación y demostración de poder y orden social<sup>47</sup>. En los funerales del rey había espacios en donde se teatralizaba el dolor por su muerte a través de espectáculos visuales y sonoros que envolvían a los presentes para manifestar públicamente el duelo y, al mismo tiempo, eran una manera de materializar el fin de un reinado. Se trataba de la ceremonia de “córrer las armas” en el ámbito aragonés o “quebrantamiento de escudos” y “arrastre de banderas” en Castilla, compuesta por un espectáculo sonoro y visual que

---

<sup>45</sup> En esta ocasión Joan Çapila, presbítero, en nombre de los albaceas y otros testigos de la escribanía del rey, interrogó a los presentes: “interrogavit universos qui aderant “nossent ne illud cadaver cuius esset”, qui responderunt “se illud nosse et esse dicti serenissimi domini regis Petri memorie immortalis” (ACA, Cartas reales, Juan II, Pedro de Portugal, Varia 8, f. 1r-v).

<sup>46</sup> “Por 10 canas y un palmo de paño rubei vintidose que servia para la cobertura de la tomba”, encargado a Joan dez Cortal, pelaire de paños de lana, ciudadano de Barcelona, quien recibió 12 libras y 3 sueldos, y se compraron otras siete canas de tela de Génova (AHCB, 01/1G.034, f. 92r-v).

<sup>47</sup> Francesc Massip Bonet, *La monarquía en escena. Teatro, fiesta y espectáculo en los reinos ibéricos: de Jaume El Conquistador al Príncipe Carlos*, Madrid, Comunidad de Madrid, 2003, p. 15.

formaba parte de la escenografía del dolor en los funerales de caballeros y estaba también presente en los funerales del rey. Se trataba de una coreografía ecuestre, en la que los jinetes arrastraban los escudos y las banderas del rey, los quebraban y manifestaban su dolor a través de gritos y aullidos. Se realizaba en espacios cerrados como podía ser la sala del palacio real o las plazas de la ciudad, y repetida, posteriormente, en la iglesia donde se enterraba al difunto<sup>48</sup>.

En los funerales de Pedro de Portugal, la tarde antes del entierro, es decir, el lunes 7 de julio, hacia las 4 horas pasado mediodía, se procedió a la celebración de esta ceremonia caballeresca. Los protagonistas fueron cuatro caballeros ilustres, vestidos con gramallas y capirotos de luto, que entraron en la sala mayor del palacio montados a caballo y llegaron hasta el ataúd del rey, preguntando con grandes gritos: “¿Es veritat que lo Senyor Rey senyor nostro sia mort?”, a lo que respondieron llorando aquellos servidores que se encontraban en la sala “hoc mort és”<sup>49</sup>. Acto seguido, cada uno cogió uno de los escudos, que estaban colocados alrededor del ataúd, y se los pusieron, al revés, en el brazo: Francesc Bertran, doncel y señor de Gelida, caballero, y Pedro des Soler, caballero y armero de Barcelona, llevaban los escudos reales con las barras amarillas y rojas; los otros dos portugueses, mosén Pere Brandon, caballero y armero, llevaba las armas de Sicilia y mosén Sebastian Rodrigues, caballero y repostero, las de Aragón<sup>50</sup>. Salieron de la sala y bajaron a la plaza de palacio<sup>51</sup>, con Francesc Bertran a la cabeza y seguido por el resto de jinetes, oficiales, curiales, domésticos y demás servidores del rey, unas 50 o 60 parejas de hombres a pie, vestidos también con gramallas y capirotos de “saques barrades”.

En la plaza comenzaron a dar vueltas uno tras otro, y cuando se encontraron en medio, cada uno lanzó el escudo a tierra. Descabalgaron y se lanzaron contra dichos escudos gritando y llorando. Cada vez que se tiraba uno al suelo, el resto aullaba. Repitieron esta escena unas tres o cuatro veces por toda la plaza. El

---

<sup>48</sup> Esta ceremonia está perfectamente estudiada en Francesca Español, “El “córrer les armes”. Un aparte caballeresco en las exequias medievales hispanas”, *Anuario de Estudios Medievales*, 37 (2007), p. 867-905, quien explica que procede de la herencia romana, cuando en los funerales se ejecutaba cierta coreografía ecuestre por parte de los jinetes que acompañaban al difunto, una ceremonia que, aunque se documenta también en Francia, el sonido y el bullicio que producían era propio del territorio hispano, como se describe en el funeral de Juan II de Aragón, que parecía que la plaza se pudiera venir abajo por el impresionante llanto y clamor de los presentes, unido a las jaurías de los monteros reales, Martínez Ferrando, “Exequias y enterramientos...”, cit., p. 59. Turell, *Arbre d'honor...*, cit., p. 154.

<sup>49</sup> Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 62.

<sup>50</sup> La descripción de esta ceremonia se encuentra en Safont, *Dietari*, f. 108v.

<sup>51</sup> La plaza del Palacio se había ampliado por insistencia de Martín I para que en ella se pudieran celebrar justas y espectáculos ecuestres, Pujades Bataller, *Pedra i poder...*, cit., p. 49-54.

espectáculo sonoro invadía todo el espacio con llantos, chillidos y gemidos. Al terminar, montaron los cuatro en sus caballos y recorrieron las calles y plazas de Barcelona, repitiendo esta escenografía en cada una de ellas. El recorrido, tras la plaza del palacio, fue la plaza del Borne, pasando después delante de la Lonja, siguiendo por la calle Ancha para llegar a la plaza de Santa Ana y terminando en el patio de la Diputación.

#### **4. El escenario urbano: la procesión fúnebre.**

El escenario fúnebre, tras la capilla ardiente, se situaba en las calles de la ciudad que acogían la solemne procesión de traslado del cuerpo del difunto rey desde el palacio real hasta la iglesia del sepelio. El cortejo fúnebre protagonizaba la escena, compuesto por representantes de la ciudad y de los diversos estamentos sociales, ofreciendo a la ceremonia una dimensión pública y social. La ciudad y sus ciudadanos se convertían en testigos de la solemnidad, pudiendo honrar al rey por última vez.

Pedro de Portugal había elegido la iglesia de Santa María del Mar de Barcelona para ser enterrado, como así lo había determinado en su testamento, influido, sin duda, por el contexto político del momento. Una elección determinada por la situación política de la propia ciudad de Barcelona y la postura de la catedral y del cabildo catedralicio que, a partir de 1465, tomó partido por la causa realista de Juan II de Aragón en una ciudad contraria al rey<sup>52</sup>. El martes 8 de julio fue el día señalado para el entierro y funeral. Ese día la vida cotidiana se paralizaba<sup>53</sup>. Unos días antes de esta ceremonia, como era costumbre, los consejeros de la ciudad elegían a doce personas, seis caballeros y seis ciudadanos, quienes, yendo a caballo por las calles, se encargaban de invitar al funeral del rey a nobles, prelados, condes, caballeros, honorables ciudadanos y mercaderes<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> M. Jesús Torres Ferrer, “La catedral de Barcelona y la guerra civil catalana (1462-1472)”, *Medievalismo*, 7 (1997), p. 99-138, en concreto p. 121-122. Jaume Safont, *Dietari*, ff. 109r-110r.

<sup>53</sup> “Preguem, per ço, los dits consellers a tothom generalment que lo dit die de demà vulleu anar acompanyar lo dit cors a la dita sepultura e durant aquella quescú se abstengua de fer feyna e no obrir lurs case obredors” (AHCB, 1B.IV-9, Registre Ordinacions, f. 75r).

<sup>54</sup> En las fuentes no aparece referencia a la invitación realizada para el funeral de Pedro de Portugal, pero se debieron seguir las costumbres de Barcelona, como ya se había hecho en el funeral de Violante de Bar, en 1431, *Llibre de Solemnitats de Barcelona* (AHCB, CCAM 086/01/1G, f. 57r-v); en el del príncipe de Viana, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 211; y en el de Juan II, Safont, *Dietari*, p. 271.

La solemne procesión comenzó en el palacio real, en la sala mayor, donde permanecía instalada la capilla ardiente del rey, y recorrió las principales calles de Barcelona hasta Santa María del Mar, siendo lo habitual que terminara en la catedral. El día señalado se acercaron hasta allí monjas, frailes y capellanes, acompañados de blandoneros con cirios y velas, para realizar un último y solemne oficio en el palacio. Una vez terminado, se procedió a otra ceremonia simbólica, la rotura de los sellos que eran la representación del rey y de su autoridad real, marcando el fin del reinado<sup>55</sup>. La ceremonia corría a cargo del protonotario, cuya misión era su custodia, que rompía lanzándolos al suelo para golpearlos, luego, con un martillo, acompañado de llantos y chillidos, mientras decía: “veus ací los segelles ab los quals se segellaven les gràcies e los privilegis que lo senyor rey dave a sos vassalls, ara decí avant no dirà pus”<sup>56</sup>. Asimismo, los oficiales que, por su cargo, llevaban bastones o vergas, como el mayordomo, los ujieres, los *verguers* o maceros, los rompían; igual que los demás oficiales rompían objetos identificativos de su oficio: el copero lanzaba una copa al suelo; el botellero, los barriles; y así uno tras otro<sup>57</sup>.

Al terminar estas ceremonias, podía dar comienzo a la procesión ritual, cuyo orden estaba perfectamente establecido. Los participantes seguían un recorrido, lentamente, vestidos de negro, símbolo de aflicción<sup>58</sup>. En primer lugar, la luz y las cruces abrían el cortejo. Los blandoneros portaban blandones negros con las armas pintadas de aquellos que los habían pagado, la ciudad, las autoridades y los nobles. Tras ellos, la representación eclesiástica de la ciudad, primero las cruces de las parroquias de Barcelona, que eran catorce en total, aunque esta vez pasó primero la de San Jaime porque era la parroquia a la que pertenecía el palacio y se ausentó la de la catedral por no haber sido elegido lugar de sepultura<sup>59</sup>. A continuación, las

---

<sup>55</sup> Alfons Puigarnau, “Muerte e iconoclastia en la Cataluña medieval” in Jaume Aurell y Julia Pavón (ed.), *Ante la muerte, Actitudes, espacios y formas en la España medieval*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2002, p. 197-214.

<sup>56</sup> Safont, *Dietari*, f. 109r. La ceremonia de la rotura de sello de los funerales de la reina Violante de Bar, en 1431, se encuentra descrita en el *Llibre de Solemnitats de Barcelona*, (AHCB, CCAM 086/01/1G, f. 62v), y la de Juan II de Aragón en Miguel Ángel Zalama y Jesús F. Pascual Molina, *Testamentos...*, cit., p. 55-56.

<sup>57</sup> Turell, *Arbre d'honor...*, cit., p. 156.

<sup>58</sup> David Nogales Rincón, “El color negro: luto y magnificencia en la Corona de Castilla (siglos XIII-XV)”, *Medievalismo*, 26 (2016), p. 221-245. José Damián González Arce, “El color como atributo simbólico del poder”, *Cuadernos de Arte e Iconografía*, 11 (1993), p. 103-108.

<sup>59</sup> El orden habitual de las catorce cruces era la cruz de la catedral, la de la iglesia de Santa María del Mar, la de San Justo, la de San Pedro, la de San Miguel, la de San Jaime, la de San

cruces de las órdenes de frailes, aunque no estaban invitadas las cruces de los monasterios femeninos<sup>60</sup>.

Posteriormente, otro espectáculo visual y sonoro recorría de nuevo las calles en el que el simbolismo heráldico volvía a ofrecer un discurso propio. Siguieron ocho caballeros, vestidos con gramallas de sacos y capirotos, con las armas en el escudo y en la cota. Cuatro de ellos habían protagonizado la ceremonia de “córrer las armas”; los otros cuatro eran dos catalanes, mosén Miquel Xetantí y Guillem Ramon Desvall, y otros dos portugueses, mosén Ferrando de Ciguera, caballero, y Luis Pera, trinchante del rey<sup>61</sup>. Todos ellos llevaban los escudos boca abajo, cuatro con las señales reales, dos con las de Sicilia y los dos restantes, con las de Aragón. Y también portaban una bandera en la mano que arrastraban por tierra. Los acompañaban otros dos hombres con el escudo de las armas reales sobre su cabeza, que lanzaban a tierra, chillando y llorando, lanzándose, después, sobre ellos. La dramatización del dolor suponía una forma de demostración pública del duelo y una manera de hacer partícipes a los presentes. Por último, pasaba la representación eclesiástica, los capellanes y los frailes de las órdenes religiosas, al final, el obispo de Vic con su gremial y, por último, los porteros con las mazas al revés, cubiertas con sacos y los *verguers* con las vergas altas y derechas, no hacia abajo y descubiertas<sup>62</sup>.

Tras ellos el ataúd del rey, cubierto con un rico *drap d'or* y encima la dalmática con los símbolos reales: la corona con el pomo de oro, en la parte izquierda, y el cetro, en la derecha<sup>63</sup>. El ataúd era llevado por ciudadanos

---

Cugat, la de Santa Ana, la de la iglesia de la Merced, las cruces del Carmen, de los Agustinos, de los Predicadores y de los frailes menores.

<sup>60</sup> En los funerales reales no estaban invitadas ni la abadesa de Valldonzella ni la priora del monasterio de Junqueras porque en el funeral de Sibila de Fortià, mujer de Pedro el Ceremonioso, en 1406, hubo una gran discordia entre ambas por ocupar el primer puesto en la procesión. Por esta causa, se decidió, en el funeral de Violante de Aragón, en 1431, que las prioras de los monasterios de Valldonzella, Junqueras y Montealegre no fueran invitadas a la procesión de los funerales reales en Barcelona (*Llibre de Solemnitats de Barcelona*, AHCB, CCAM 086/01/1G, f. 25r-v).

<sup>61</sup> Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 63.

<sup>62</sup> Resulta interesante observar cómo en el cortejo fúnebre no están presentes dignidades eclesiásticas del Principado, puesto que Pedro de Portugal no contó con el apoyo de los prelados de Cataluña, a excepción del obispo de Vic, Martínez Ferrando, *Tragedia del insigne...*, cit., p. 114-120.

<sup>63</sup> El paño mortuorio o *drap d'or imperial* era un símbolo de lujo y de representación, de seda de color (roja, verde, azul) con las señales del difunto y de la ciudad, pintadas dentro de unas orlas de tercianela negra o azul oscuro, con algunos elementos decorativos. Desde hacía tiempo en Barcelona no se encontraban telas de buena calidad para su confección, de manera que el paño mortuorio se pedía a la sacristía de la catedral de Barcelona, como en el funeral del príncipe de Viana, Miranda Menacho, “Una imagen de luto...”, cit., p. 209-210. En el caso de Pedro de

honrados y nobles, consejeros de la ciudad y otros cercanos al rey<sup>64</sup>. Seguían los oficiales de la casa del rey, vestidos con gramallas de saco y capirotos; detrás el veguer y los diputados y portavoces que llevaban al hijo del príncipe de Viana, Felipe de Aragón, de ocho años; después el resto de servidores y, al final, las mujeres con el velo en la cara. Y en este orden fueron todos desde el palacio hasta la plaza del Blat, pasando por la calle de la Boria hasta la capilla *de'n Marcús*, bajando por la calle Montcada hasta el Borne, llegando al fosar mayor de Santa María del Mar hasta la puerta de la iglesia. Cabe destacar la ausencia de nombres notables en el cortejo fúnebre, a excepción de Felipe de Aragón, consecuencia, evidentemente, de la situación política y de la lealtad mantenida al legítimo rey, Juan II de Aragón.

La procesión cumplía con los requisitos del rito, el itinerario, el orden ceremonial, pero especialmente el código visual representado por la vestimenta del cortejo fúnebre que marcaba ese luto en la escena por medio de las gramallas oscuras y los capirotos, otorgando cierta oscuridad a la escenografía que se compensaba con la luz de las velas y el colorido de los elementos heráldicos<sup>65</sup>. Por tanto, el código de la vestimenta había obligado a confeccionar, en un corto periodo de tiempo, gran cantidad de gramallas, y a la compra, asimismo, de grandes cantidades de tela de terliz, de bruneta o de cañamazo, telas que se cortaban en el huerto de la Casa de la Ciudad<sup>66</sup>. Se confeccionaron más de

---

Portugal, y debido a la situación política, no sabemos si realmente era un paño mortuario con las señales de la ciudad o sencillamente se trataba de una tela dorada de buena calidad del rey. Utilizado en Francia también, Gaudé-Ferragu, *D'or et de cendres...*, cit., p. 173-175.

<sup>64</sup> Siguiendo los funerales reales en Poblet, “E prenguen lo cos al coll los mes honrats barons e ciutadans que allí se trobaran e aportenlo a la sglesia principal de la ciutat o vila hon seran alla on li faran lo capell ardent”, llevado entre 24 personas, Bofarull, *Funerals...*, cit., p. 19 y 21. Por el lado izquierdo lo llevaba el *conseller en cap*, Antoni Pinada, y Dionís de Portugal, pariente del rey, además de Jaume Ros, ciudadano de Barcelona, el caballero Arnau de Vilademany, el ciudadano Guillem Colom, el caballero mosén Pere de Malla, Miquel Cardona, el caballero mosén Francí Çasala, el ciudadano Miquel des Pla, el noble Blasco de Castellet, el maestro racional, mosén Francí Desvall, y el consejero tercero, Francesc Junyent. Por la parte derecha, encabezaba Bernat Sapial, conseller segundo, seguido de otro pariente del rey, Pedro de Portugal, el ciudadano Bertran Desvall, el caballero Arnau Fonolleda, el ciudadano Felip de Ferrera, el caballero Joan Colom, el ciudadano Ramon Ros, el caballero mosén Antich Ferrer, el doncel Francí de Sentmenat, el ciudadano Francesc Lobet, el noble portugués, Joan de Branxa, y el notario y consejero cuarto, Antoni Vinyes.

<sup>65</sup> Las gramallas eran las vestimentas de luto generalizadas, también utilizadas en el reino de Navarra, Merche Osés Urricelqui, “Poder, simbología y representación en la Baja Edad Media. El ajuar en la corte de Carlos III de Navarra (1387-1425)”, tesis doctoral, Universidad Pública de Navarra, 2015, p. 271. <https://hdl.handle.net/2454/20103>.

<sup>66</sup> Tanto en el funeral de la reina Violante de Bar, en 1431, como en el del príncipe de Viana, los *consellers* habían decidido que no se dieran las seis canas de tela que parecía que era habitual

doscientas gramallas para los asistentes, eclesiásticos, consejeros, servidores y familiares del rey<sup>67</sup>.

### **5. Santa María del Mar: la sepultura al cors del molt alt e molt excel·lent lo senyor rey**

El último gran escenario en los funerales del rey era la iglesia en donde se celebraba la solemne liturgia de difuntos y la sepultura. El interior de la iglesia de Santa María del Mar se convirtió en el espacio de representación del rey de Aragón, en donde los códigos simbólicos lograban, de nuevo, un gran protagonismo, principalmente la luz de la capilla ardiente y el color procedente de los elementos heráldicos en las banderas y los escudos. En este último escenario se cerraba ese tiempo ritual y litúrgico de ceremonial fúnebre en Barcelona.

La procesión llegó hasta la iglesia, tras pasar por el fosar, entrando por la puerta principal, “on es la gran O de vidre” o como se llamaba vulgarmente, *portal dels bestays*<sup>68</sup>. Al entrar el cortejo fúnebre, se repitió dentro de la iglesia la ceremonia de “córrer las armas”, en la que los jinetes dieron vueltas, unas 4 o 5 veces, arrastrando las banderas y lanzando varias veces los escudos al suelo con gran estruendo, chillando, aullando y llorando.

---

dar, sino que se cortarían las cantidades necesarias en el huerto de la casa de la ciudad, lo que suponía una medida de ahorro. *Llibre de Solemnitats de Barcelona* (AHCB, CCAM 086/01/1G, f. 55 v). Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 59-60.

<sup>67</sup> Se compraron unas 750 canas de tela de diversos tipos por un precio de unas cinco mil libras barcelonesas, para la confección de las gramallas por parte de los sastres, Nicolau Gallart, Pere Castelló y Nicolau Soler, según los datos que se pueden extraer de los recibos encontrados en la testamentaria de Pedro de Portugal por lo que solamente podemos establecer unas cifras aproximadas que nos indican la extensión del cortejo fúnebre. Asimismo, se compraron gramallas ya confeccionadas al mercader de Barcelona, Guillem Ramon de Santa María, otras telas al tejedor de paños de lana de Barcelona, Bartomeu Gual, al pelaire de Barcelona, Joan des Cortal, a Pere Joan de la orden de los *botiguers* de Barcelona, y al mercader, Francesc Junyent. Asimismo, al sastre Pere Castelló se le encargaron 195 gramallas de terliz y cañamazo para los servidores del rey, otras ocho de tela de bruneta para los hombres que llevaron el ataúd desde el palacio hasta la iglesia, otras gramallas de paño negro de la ciudad de Vic para el limosnero, fray Tomás Solà, para fray Lluís Puig, capellán mayor del rey, para el presbítero, Bernat Perelló, y para los pobres que habían llevado el cuerpo del rey, pues era habitual que tras los eclesiásticos fueran pobres (Gaude-Ferragu, *D'or et de cendres...*, cit., p. 144-146). Estos datos se encuentran en AHCB, 01/1G.034, ff. 84v-94r.

<sup>68</sup> Jaume Safont, *Dietari*, f. 113. Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 61.

Posteriormente, se cantó la liturgia de difuntos, celebrada por el obispo de Vic, canciller del rey, y predicó fray Joan de Gualbes, conventual del monasterio de los predicadores de Barcelona, quien dijo muchas falacias en favor del rey, “dix moltes falcies en favor del dit senyor”, como apunta Jaume Safont<sup>69</sup>. En el centro, entre el altar mayor y el coro, estaba la capilla ardiente con el ataúd del rey, iluminada con unos 250 cirios a cada lado que se quemaron en el tiempo en el que se cantó el oficio<sup>70</sup>. El catafalco con un sobrecielo y otras piezas de tela con las señales de la ciudad en un turgurio ennegrecido y en las cuatro esquinas las banderas con las armas reales<sup>71</sup>.

El interior de la iglesia se había convertido en ese escenario luctuoso en donde se presentaba por última vez el rey. Por esta razón, el simbolismo adquiriría especial protagonismo, como ya lo había hecho en los escenarios anteriores<sup>72</sup>. Las luminarias, con velas, cirios, brandones, iluminaban el espacio. El color de los elementos heráldicos, los escudos y las banderas, identificaban al difunto. Frente al altar mayor, donde estaba la capilla ardiente, se colgó de la vuelta del arco una entena en donde colgaría una gran bandera real, *vexillum magnum*<sup>73</sup>, de unos nueve metros de longitud por cinco de ancho, confeccionada con unos cinco mil paños de oro y tela granate, con flecos y cordones de varios colores<sup>74</sup>.

<sup>69</sup> Jaume Safont, *Dietari*, ff. 108r-110r.

<sup>70</sup> En las cuentas de la testamentaría se registra que se compraron unos 300 brandones para la iluminación de la iglesia por un precio de dos mil libras (AHCB, 01/1G.034, f. 87v, 88r, 92r). En los cirios se pintaban las armas reales y las señales de la ciudad, Bofarull, *Funerals...*, cit., p. 32. Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 61.

<sup>71</sup> Los pintores Gabriel Alamany y Jaume Vergós pintaron unos 3.528 paños de oro “partit”, otros cien paños de oro fino y otros doscientos de plata, recibiendo por el trabajo 79 libras, 19 sueldos y 10 dineros: “por coloribus et picturis et pro minibus et laboribus: pro pingendo, talando e suendo lo sobracel del capell ardent, los tovallons, banderías, sobravestres et pavesos e fer lo ceptre e ennegris lo turguri” (AHCB, 01/1G.034, f. 85v). Al mismo tiempo se encargaron otros paños a la viuda del batihoja, Enric, ciudadano de Barcelona, en concreto 1.250 paños de oro y 600 de plata blanca para “banderarum, pavesorum et aliarum operarum sepulture corporis regis” por precio de 7 libras, 15 sueldos y 6 dinero (AHCB, 01/1G.034, f. 84r).

<sup>72</sup> Javier Arias Nevado, “El papel de los emblemas heráldicos en las ceremonias funerarias de la Edad Media (siglos XIII-XVI)”, *En la España medieval*, 2006, p. 49-80.

<sup>73</sup> En la colocación de la entena, que había sido encargada al carpintero Genís Caro, parece que la vuelta del arco se rajó porque se tuvo que comprar cal y baldosas: “Per dues somades de calç; per dues somadas de rajolas, per lo cost de tres scarpes larchs, los quals son trenchats e romputs en foradar la volta de la dita església” (AHCB, 01/1G.034, f. 103 v).

<sup>74</sup> La gran bandera se confeccionó con paños de oro que se compraron al batihoja de Barcelona, Pau Alast. En concreto unos 3.000 paños de oro, por precio de 33 libras barcelonesas (AHCB, 01/1G.034, f. 93 v) y luego otros 1.900 paños a razón de 22 sueldos por paño, asimismo para la flecadura se compraron diez onzas y media de seda de diversos colores y dos cordones rojos y amarillos por 4 sueldos (AHCB, 01/1G.034, f. 100r y ff. 102v-103r).

Asimismo, en un capitel de madera, construido por el mismo carpintero, se colgó un pavés con las armas del rey sujeto con una cadena de hierro, de tamaño de unos dos metros de largo por un metro de ancho, dorado y coloreado, y encima un yelmo con un murciélago y un escudo<sup>75</sup>.

En este escenario efímero, se debía construir la sepultura del rey que, según especificaba en su testamento, quería que se situara en un lateral de la capilla principal. Debía ser una sepultura baja, labrada en piedra, sobre la que se colocaría una imagen de su cuerpo armado<sup>76</sup>. El coro era uno de los lugares más buscados para ser enterrado por la cercanía al altar mayor, lugar donde se realizaba el sacrificio de la misa<sup>77</sup>. La sepultura fue encargada al escultor Joan Claperós, quien ya había realizado otros trabajos para el rey en el palacio real. El 11 de agosto se firmaron los capítulos entre los albaceas del rey y el escultor para la realización de la sepultura, según la muestra que había sido acordada entre las partes. La escultura sería toda de alabastro, la imagen del rey con ángeles, y se colocarían ocho imágenes a los lados: san Cristóbal, san Benito, san Jorge, san Miguel, la Virgen, santa Catalina, san Pedro como papa y san Antonio como eremita; y cuatro señales con las armas de los reyes de Aragón. Las medidas debían ser 13 palmos de Barcelona de largo y 7 palmos y medio de altura. El compromiso del escultor era realizar exclusivamente esta obra y de la manera más rápida posible, no más de nueve meses, desde que tuviera la piedra de alabastro en la ciudad de Barcelona. El problema estaba en que se debía ir a buscar a tierras enemigas, para lo que se necesitaban salvoconductos para el escultor y aquellos que le acompañaran. Esto podía demorar la construcción

---

<sup>75</sup> Francesc Torrent, pintor y escultor, realizó la imagen del murciélago de madera, comprada al carpintero de Barcelona, Genís Caro. El escultor empleó 23 días de trabajo por un sueldo de 15 libras, un sueldo y 10 dineros (AHCB, 01/1G.034, f. 95v y 96v). El pintor Gabriel Alamany encoló la imagen, enyesó, doró y la pintó de diversos colores, así como el yelmo, recibiendo por ello 6 libras y 16 sueldos, (AHCB, 01/1G.034, f. 104v) y el dorado fue realizado también por el batihoja, quien también pintó el pavés por 10 libras y 5 sueldos (AHCB, 01/1G.034, f. 100r y ff. 102v-103v). Las referencias a los gastos se detallan también en Balaguer y Merino, *Don Pedro. El Condestable de Portugal...*, cit., p. 63-69.

<sup>76</sup> Pedro de Portugal, en su testamento, había especificado cómo debía ser su sepultura: “E, si a Deus será plasant appellar-nos al seu regne e de la present vida levar, volem, ordenam e manam que nostre cors sia a sepultura dins la ecclesia de Senta María de la Mar de Barchinona, en la capella major e principal, acostada a la una de les parets prop l’altar e allí se faça una sepultura baixa, laborada de ymagens de pedra, e sobre aquella sia posada la forma de nostre cors e persona, lavorat de pedra armat. Per la qual sepultura volem, ordenam e manam se pague de nostra cambra e bens quatrecent cinquanta pacífichs, si mester hi serán” (ACA, Varia 24, ff. 124v-125r).

<sup>77</sup> Philippe Ariès, *El hombre...*, cit., p. 91-92.

de la sepultura<sup>78</sup>. Al final se simplificó y se realizó una lauda sepulcral con el relieve de Pedro de Portugal, que todavía se conserva en una capilla lateral de la iglesia, aunque borrada por las pisadas del tiempo. Parece que no se cumplieron los capítulos firmados.

El espacio ceremonial y de representación real se delimitaba a través del código simbólico y ritual que se utilizaba como un elemento de comunicación política. En este sentido y pese a que no es nuestra intención perfilar una comparación entre los distintos rituales funerarios, debemos preguntarnos en qué modo las ceremonias llevadas a cabo en Barcelona durante la muerte de don Pedro de Portugal pueden compararse con los que se realizaron en Portugal en la misma época. La rica historiografía lusitana ha puesto su ojo en la valoración de los escenarios, los protagonistas y los lenguajes políticos envueltos en las ceremonias<sup>79</sup>. No debemos olvidar que, en este caso, se trataba de acontecimientos que ocurrían en las ciudades del mismo reino y por los miembros de la dinastía regnícola, por lo que podemos pensar que los discursos legitimadores tenían una dimensión menos evidente que en el caso de los de Pedro en la ciudad de Barcelona, pues este era un soberano “foráneo”. Quizá, por ello, algunas ceremonias como la ruptura de los blasones y otras acciones que comenzaron en Portugal con João I no tuvieron el mismo eco en los acontecimientos que hemos comentado y que se desarrollaron en la ciudad condal. Se trata de un rito eminentemente político y que, fuera de contextos de guerra y conflicto, carece de vindicación política para quedar dentro del imaginario de la transmisión de armerías. Otro aspecto que nos gustaría destacar y que, en este caso, iguala los rituales, es la dimensión teológica de los mismos. Resulta indudable que, durante el siglo XV, elementos como la salvación del alma y la idea de la buena muerte, estaban muy presentes en las exequias regias. No solamente por el mito de los dos cuerpos del soberano, sino como elemento necesario para la construcción del discurso sobre ideal funerario asumido por la corona aragonesa. En ambos casos y, pese a la especificidad del reinado de Pedro de Portugal, los rituales comentados que tuvieron lugar en la ciudad de Barcelona nos sitúan en un entorno cultural semejante al que podemos encontrar en otras cortes peninsulares y europeas. Espacios de reposo del féretro, trayectos y recorridos urbanos del cortejo funerario, autoridades participantes, ubicación

---

<sup>78</sup> Martínez Ferrando, *Pere de Portugal, rei dels catalans...*, cit., p. 195, doc. 18. Joan Claperós debía recibir por esta obra 500 florines, es decir, 275 libras barcelonesas, según consta en los capítulos acordados. (ACA, Cartas Reales, Juan II, Pedro de Portugal, Varia 8, f. 15r-16v).

<sup>79</sup> Véase el artículo de Belchior Lopes, “Os ritos fúnebres dos membros da Casa Real portuguesa (séculos XIV-XVII): mudanças e continuidades”, *História. Revista da FLUP*, Porto, IV, Série, 12, 1 (2022), p. 10-38.

del cuerpo social, presencia de elementos simbólicos a modo de decoración con un marcado carácter performativo. En definitiva, tanto los funerales objeto de este trabajo como todos aquellos que han sido estudiados para el mismo periodo de tiempo, evidencian cómo el poder político encontró en la muerte un espacio de legitimación, una cultura de la muerte centrada no ya en el hecho biológico de la extinción del cuerpo del rey, sino en su poderosa arma de legitimación dinástica que paso a paso, se fue convirtiendo en norma para los siguientes funerales regios en la corona de Aragón y otros reinos europeos.

## **6. A modo de conclusión**

El ceremonial encierra un discurso compuesto por una panoplia compleja de significados que deben ser interpretados dentro de unas dimensiones políticas, sociales, rituales y simbólicas. Los funerales de Pedro de Portugal cumplieron perfectamente con el código ceremonial que acostumbraba a ofrecer la ciudad de Barcelona ante la muerte del rey, dentro de un código ritual funerario bajomedieval. Toda la puesta en escena presentaba un lenguaje político propio de las ceremonias reales, siguiendo unas normas, un discurso perfectamente organizado y establecido y unos espacios determinados. Se trataba de la representación de la última imagen del rey, de su magnificencia y poder, en este caso, del rey de Aragón, que no distaba de otras ceremonias fúnebres ofrecidas por la ciudad.

El código heráldico acompañaba el discurso convirtiéndose en un lenguaje simbólico que debía ser perfectamente descifrado para poder comprender la realidad en su totalidad. Los elementos simbólicos del funeral, los escudos y las banderas de Aragón, del Principado y de Sicilia, advertían de que estábamos efectivamente ante el rey de Aragón, tanto en el palacio, en las calles de Barcelona como en santa María del Mar. Sin embargo, al mismo tiempo, marcaban la ausencia de cualquier elemento que pudiera identificar al personaje con su linaje paterno, aquel que le enlazaba con la casa real lusitana, siendo nieto, sobrino y hermano de reyes de Portugal. Así, Pedro de Portugal, al morir en Barcelona, pierde toda identidad portuguesa, muriendo como rey de Aragón. El discurso político, reafirmado mediante el lenguaje simbólico, había sido articulado por las instituciones del Principado que, no olvidemos, habían iniciado la guerra contra el legítimo rey, Juan II de Aragón, y habían elegido a Pedro de Portugal como representante de una causa política y cabeza del Principado. Esta última imagen como rey de Aragón reforzaba su legitimidad, de manera evidente, pero especialmente venía a reforzar la legitimidad y

la autoridad de las instituciones del Principado, que lo habían alzado como defensor de sus propios intereses, unos intereses políticos que confundían con los de todo el Principado. Una vez más la Diputación del General había utilizado una figura política para legitimar su discurso de propaganda por medio, esta vez, de un ceremonial regio que controlaron desde aquellos últimos días del rey en Granollers. El lenguaje simbólico había resultado esencial como medio de expresar esa miscelánea entre lo ritual, lo político y lo religioso que compone todo funeral regio, conectado indisolublemente con la realidad histórica y cultural capaz de descifrar ese código de poder dentro de su contexto.

# **Servir as almas do Purgatório na cidade e nas aldeias: confrarias das almas e defuntos de Coimbra e de duas comunidades rurais do bispado, na Época Moderna**

## **Serving the Purgatory souls in the city and villages: confraternities of the souls and deceased of Coimbra and two rural communities of the diocese of Coimbra in the Modern Age**

Filipe Miguel de Andrade Campos

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

filipeandrade37@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9350-2290>

Texto recebido em / Text submitted on: 06/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 25/03/2025

### *Abstract*

Rooted in European tradition since the medieval period, brotherhoods were established by laypeople and devout members of the Catholic Church to foster professional, charitable, and devotional networks at the local level. This study surveys the confraternities dedicated to the souls and the deceased in both the district and the city of Coimbra. Particular focus is given to two rural communities—Cadima and Seixo de Gatões—offering a contribution to the broader understanding of such associations in rural contexts. The research sheds light on both the charitable functions of these brotherhoods—such as support at the time of death, assistance with burial, and the offering of suffrages for souls—and their devotional roles, which became integral to the daily life and collective identity of these communities. Furthermore, it also examines the forms of sociability promoted among members, the penalties imposed on transgressors, and the rituals that these associations sought to formalize and regulate through their statutes.

Keywords: confraternities; deceased; souls; assistance; rural daily life.

### *Resumo*

Existentes na Europa desde os tempos medievos, as irmandades foram criadas por particulares e homens devotos da Igreja Católica, com o propósito de estabelecer dinâmicas de âmbito profissional/corporativo, assistencial e devocional ao nível local. Neste trabalho, procedeu-se ao levantamento das confrarias sob invocação das almas ou defuntos no distrito e na cidade de Coimbra. Centra-se, depois, nessas irmandades em duas comunidades, Cadima e Seixo de Gatões, procurando constituir-se como um contributo para o conhecimento das irmandades das almas e defuntos em contexto rural, percecionando-se dinâmicas tanto de índole assistencial, asseguradas na hora da morte, no acompanhamento à sepultura e no sufrágio das almas, como de natureza devocional, que acabavam por se estabelecer como partes integrantes dos quotidianos e identidade destas comunidades. Também se aferirão as sociabilidades promovidas pelos irmãos para o fortalecimento de laços, as penalizações aplicadas aos infratores e os rituais, realidades que os compromissos destas agremiações previam e procuravam instituir e regular.

Palavras-chave: confrarias; defuntos; almas; assistência; quotidianos rurais.

## Introdução

Na Europa medieval, surgiram os primeiros movimentos confraternais associados a devoções, assistência<sup>1</sup> ou corporações de ofícios<sup>2</sup>. No centro da sua ação estava o empenho na salvação das almas dos fiéis e a prática da caridade para com os irmãos pertencentes às confrarias e para com os mais necessitados<sup>3</sup>.

Rapidamente encontraram aceitação na sociedade, tendo-se tornado um dos fenómenos religiosos de mobilização de leigos mais popular. Muitos ingressavam nestas instituições com objetivos religiosos, de exercício da caridade, esperando recebê-la em caso de necessidade, de sociabilidade, construindo ou reforçando laços e identidades, de coesão comunitária e de poder<sup>4</sup>.

A reforma tridentina viu nas irmandades o meio ideal para dilatar a capacidade de intervenção paroquial na comunidade de fiéis, através do envolvimento dos leigos na organização do culto<sup>5</sup>. Autoridades eclesíásticas, religiosos e leigos

---

<sup>1</sup> No contexto português, as irmandades destinadas a estes fins encontram nas Misericórdias o seu melhor exemplo. Consulte-se Laurinda Abreu, *Memórias da Alma e do Corpo. A misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu, Palimage, 1999; Isabel dos Guimarães Sá, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003; Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008; José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 10 volumes, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2017; Isabel dos Guimarães Sá e Lisbeth Rodrigues (ed.), *The Confraternities of Misericórdia and the Portuguese Diasporas in the Early Modern Period*, Leiden, Brill, 2023.

<sup>2</sup> Tomem-se como exemplos as Confraria de Santa Catarina do Monte Sinai da corporação dos livreiros e a Irmandade de São Lucas dos pintores (Fernando Guedes, *A Confraria de Santa Catarina do Monte Sinai da Corporação dos Livreiros*, Lisboa, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 2003; Susana Varela Flor e Pedro Flor, *Pintores de Lisboa (séculos XVII-XVIII): a Irmandade de São Lucas*, Lisboa, Scribe, 2016, p. 25-34). Sobre o universo confraternal medieval português consulte-se Maria José Ferro Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 101-124; Maria Ângela Beirante, *Confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, Ed. Autor, 1990; e Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte”, *Cofradías, gremios y solidariedades en la Europa Medieval (Actas de las XIX Semana de Estudios Medievales de Estella. 20-24 de julio de 1992)*, 1993, p. 149-183.

<sup>3</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *A Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*, Póvoa de Lanhoso, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006, p. 13.

<sup>4</sup> Consulte-se Pedro Penteadó, “Confrarias” in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 459-462.

<sup>5</sup> Guilhermina Mota, “A irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Marmeleira – Mortágua (Primeira metade do século XVIII)”, *Revista de História das Ideias*, 9 (1987), p. 304.

promoveram a criação de confrarias que congregavam os católicos em torno de devoções que permitiam o reforço das suas crenças, da doutrina tridentina e o combate às ideias protestantes<sup>6</sup>. Concretamente, destacou-se o patrocínio à criação e consolidação de irmandades dedicadas ao Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário e Almas do Purgatório<sup>7</sup>. Com efeito, as irmandades tornar-se-iam uma das formas mais relevantes de vivência coletiva nos espaços urbanos e rurais, no Antigo Regime<sup>8</sup>.

O medo de ser devorado pelas chamas do Inferno, patrocinado pelas autoridades eclesiásticas, levou as comunidades de fiéis a assumirem múltiplas atitudes de vigilância em vida, através de práticas consideradas de sã conduta que os auxiliavam na tarefa de preparação para uma boa morte. Acreditava-se que estas atitudes eram fundamentais para garantir a salvação da alma. Com efeito, o medo do Inferno deu lugar a um movimento espontâneo na sociedade, expresso na vontade de auxiliar as almas que sofriam no Purgatório<sup>9</sup>.

Este lugar havia aparecido no imaginário e doutrina cristãos medievais europeus, como um espaço intermédio de purga de pecados e de resgate das almas que lá se encontravam até o processo de purificação estar completo e poderem ascender ao Céu<sup>10</sup>. Em Portugal, o Purgatório ganhou visibilidade a partir do século XVI<sup>11</sup>.

É relevante destacar que, apesar de existir considerável temor da morte e do Purgatório, os fiéis alimentavam também a crença esperançosa do resgate e da salvação das suas almas<sup>12</sup>. Este empenho levou à criação de associações confraternais votadas à preparação de boa morte e à intercessão pelas almas do Purgatório, atestando a adesão enérgica dos fiéis à crença do Purgatório, a estas formas de organização religiosa e às práticas que concretizavam<sup>13</sup>.

---

<sup>6</sup> Maria Antónia Lopes, *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 104.

<sup>7</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “Introdução” in Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca*, V. N. de Famalicão, Edições Húmus, 2006, p. 12.

<sup>8</sup> Guilhermina Mota, “A irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Marmeleira...”, cit., p. 267.

<sup>9</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “A festa das almas: o aniversário nas confrarias das almas do Purgatório de Braga, na Idade Moderna”, *Stud. his., H.ª mod.*, 41, 2 (2019), p. 156-157.

<sup>10</sup> Jacques Le Goff, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 17-19.

<sup>11</sup> Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal...*, cit., p. 88-89.

<sup>12</sup> Alfredo Martín García, “Religiosidad, atitudes ante la muerte en la montaña noroccidental leonesa: el concejo de Laciana em el siglo XVIII”, *Estudios Humanísticos. História*, 4 (2005), p. 153.

<sup>13</sup> Marie-Hélène Froeschlé-Chopard, “Les confréries du purgatoire aux XVIIe et XVIIIe siècles” in Guillaume Cuchet (dir.), *Le Purgatoire. Fortune historique et historiographique d’un dogme*, Paris, Éditions EHESS, 2012, p. 131-150; Maria Marta Lobo de Araújo, “A presença das Almas do Purgatório no quotidiano dos vivos da Braga Moderna” in Miguel Luis

As irmandades sob a invocação mariana da boa morte, associadas aos jesuítas, empenhavam-se em oferecer aos seus confrades, através de vários exercícios, preparação diária para a hora da morte<sup>14</sup>. Acreditava-se também no poder de outros intercessores de vários santos em favor destas causas, como São Miguel Arcanjo, Santa Ana, São José, São Gregório, São Nicolau Tolentino, Santo António, entre outros<sup>15</sup>.

Partindo das ligações verticais, construíam-se as solidariedades horizontais que corporizavam a família confraternal<sup>16</sup>. Vivos e mortos comungavam destas solidariedades, concretizadas nos acompanhamentos aos irmãos falecidos, nos sufrágios pelas suas almas e na oração que consolidavam um processo de entreajuda entre os membros da instituição<sup>17</sup>.

O costume de recordar as almas diariamente, após o toque das Avé-Marias, generalizou-se por influência das confrarias modernas. Tradicionalmente, tal ação estava circunscrita ao tempo litúrgico da Quaresma. Por iniciativa das Misericórdias e das irmandades das Almas, esta prática alastrou-se, a partir do século XVI, a todo o território nacional. Diariamente, nos lugares onde existiam estas irmandades, os andadores ou homens contratados para o efeito, no caso das Misericórdias, ao entardecer, faziam soar uma campanha pelas ruas e caminhos, convidando os crentes a rezarem pelas almas do Purgatório<sup>18</sup>.

Outras ações eram desencadeadas por estas irmandades, com o objetivo de exortar os fiéis a rezar pelas almas. O presente trabalho tem a finalidade de contribuir para a compreensão e importância destas agremiações, considerando que pouco se conhece sobre elas em muitas regiões do país, entre as quais, a de Coimbra. Concretamente, a nossa abordagem centra-se no estudo da organização e ação das irmandades dos defuntos e das almas, invocação sob a qual eram comumente conhecidas, esplanadas nos seus compromissos,

---

López-Guadalupe Muñoz (ed.), *Vidas desveladas. Cotidianeidad y disciplinamiento social en la monarquía hispánica*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2023, p. 605.

<sup>14</sup> Luciana Onety da G. Sobral, “Uma escola que ensinava como morrer: a confraria da Boa Morte dos jesuítas na cidade da Bahia (1682-1759)”, *Revista 7 Mares*, 4 (2014), p. 117-132.

<sup>15</sup> Manoela Alves de Araújo, *Nas vezes da Misericórdia: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816)*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, tese de doutoramento policopiada, 2019, p. 58-73.

<sup>16</sup> Jacques Chiffolleau, “La religion flamboyant (1320-1520)” in Jacques Le Goff e René Rémond (dir.), *Histoire de la France Religieuse*, tome 2, Paris, Seuil, 1988, p. 84.

<sup>17</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas...”, cit., p. 161.

<sup>18</sup> Ana Cristina Araújo, “Corpos sociais, ritos e serviços religiosos numa comunidade rural. As confrarias de Gouveia na Época Moderna”, *Revista Portuguesa de História*, XXXV (2001-2002), Coimbra, Universidade de Coimbra, p. 286.

existentes na região de Coimbra, tendo como referência as agremiações rurais sob estas invocações das localidades de Cadima e Seixo de Gatões, atualmente pertencentes aos concelhos de Cantanhede e de Montemor-o-Velho, respetivamente.

## **1. Irmandades das Almas na região de Coimbra**

O período selecionado corresponde à datação das fontes disponíveis, isto é, de um livro do compromisso de cada uma das irmandades em estudo, únicos constantes destas agremiações no Arquivo da Universidade de Coimbra<sup>19</sup>. O compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima é muito sucinto, transpirando parca informação acerca da agremiação e sua ação. Inversamente, os estatutos de Seixo de Gatões são mais descritivos e pormenorizados, permitindo uma abordagem mais ampla. É necessário clarificar que atendendo à tipologia de fontes de que dispomos, o que vamos reconstituir serão os ditames que determinavam o quotidiano e ação destas agremiações e não o que efetivamente se praticava. Com efeito, as temáticas da administração, da expressão da entrada dos irmãos, e conseqüente análise da sua proveniência social e geográfica, e das receitas e despesas destas irmandades, tão importantes para permitir a reconstituição dos quotidianos e práticas reais destas instituições, não serão abordados com a profundidade desejada.

Os livros de ambas as confrarias dispõem ainda de outras informações que não serão objeto de estudo no presente trabalho. O livro do compromisso da confraria dos Defuntos e Nossa Senhora de Cadima contem o registo de confrades, para o período cronológico compreendido entre 1611 e 1677<sup>20</sup>. No livro do compromisso da confraria dos Defuntos do Seixo está registada uma ladainha pelos irmãos vivos e defuntos, com relação nominal<sup>21</sup>.

Os documentos mais fidedignos de que dispomos para reconstituir a rede confraternal, na Época Moderna, em Portugal, são as Memórias Paroquiais de 1758. O levantamento e contabilização das irmandades existentes na região de Coimbra (atuais distritos de Coimbra e de Aveiro) nestas fontes já foi feito por

---

<sup>19</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima*, 1607, III-1<sup>a</sup>-D-16-1-40, fls. 2-3v; e AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo da freguesia de São João Baptista*, 1698, III-1<sup>a</sup>-D-16-1-35, fls. 3v.-10.

<sup>20</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima*, 1607, cit.

<sup>21</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit.

José Viriato Capela<sup>22</sup>. Conseguimos assim perceber o número de irmandades de cada invocação, existente nas paróquias deste vasto território. No entanto, estas fontes apresentam algumas debilidades na triagem, não revelando a totalidade da rede confraternal, uma vez que excluem muitas agremiações que existiam fora das igrejas paroquiais, como é o caso das que se sediavam em corporações ou casas religiosas, capelas ou ermidas. Existiam ainda paróquias cujas memórias não chegaram até nós, nomeadamente, na região que nos importa, as do isento de Santa Cruz<sup>23</sup>.

Os dados quantitativos que vamos utilizar foram trabalhados por Viriato Capela, que atendeu à configuração administrativa do território existente na atualidade, isto é, a distribuição das irmandades foi feita por freguesias, concelhos e distritos. Este anacronismo, perfeitamente aceitável, permite-nos tornar mais perceptível a análise no espaço. Com efeito, na área que corresponde atualmente ao distrito de Coimbra, Viriato Capela rastreou, nas memórias paroquiais de 1758, 45 irmandades sob invocação das Almas do Purgatório<sup>24</sup>. O número é inferior à contabilização feita nos distritos de Aveiro, região onde existiam 58 agremiações sob esta invocação<sup>25</sup>, e de Viseu, onde o número de irmandades das almas ou defuntos ascende a 95<sup>26</sup>. No distrito da Guarda foram detetadas 132 agremiações<sup>27</sup>. O quadro seguinte mostra-nos a distribuição de irmandades das almas e defuntos no território que corresponde ao atual distrito de Coimbra.

Na diocese ibérica de Cádiz, em 1605 existiria apenas uma irmandade votada às almas. No entanto, uma visita pastoral de 1717 revelou a existência de 17 instituições dedicadas ao Santíssimo Sacramento ou Almas, inseridas num total de 67 irmandades existentes em Vejer, Chiclana, Conil, Medina Sidonia, Alcalá, Jimena, Castellar e Tarifa. Estas eram agraciadas pelas altas entidades da Igreja e da sociedade, gozando por isso de uma considerável capacidade de difusão<sup>28</sup>.

---

<sup>22</sup> José Viriato Capela (coord.), *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, s.n., 2011, p. 852-859.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p. 90. Sobre o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra consulte-se Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2016, p. 192-193.

<sup>24</sup> José Viriato Capela (coord.), *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra...*, cit., p. 852-859.

<sup>25</sup> Idem, Ibidem, p. 92.

<sup>26</sup> José Viriato Capela (coord.), *As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, s.n., 2010, p. 120.

<sup>27</sup> José Viriato Capela (coord.), *As freguesias do distrito da Guarda. Memória, história e património*, Braga, s.n., 2013, p. 127.

<sup>28</sup> Raquel Siguenza Martín e José Maria Collantes González, “La devoción a las ánimas del Purgatorio en Cádiz: dos hermandades para su estudio”, *Trocadero*, 26 (2014), p. 4.

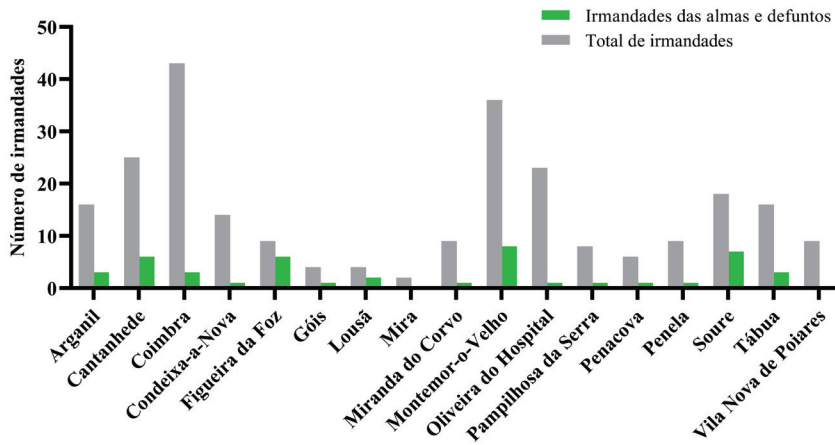


Gráfico 1 – As irmandades das almas e defuntos nos atuais concelhos e distrito de Coimbra (1758).

Fonte: José Viriato Capela (coord.), *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, s.n, 2011, p. 852-859.

Somadas as agremiações paroquiais do distrito de Coimbra, que perfaziam um total de 251, apenas 17,93% eram dedicadas à invocação das almas. Expectavelmente, o gráfico evidencia a disparidade da distribuição das irmandades destas invocações, no território em análise, atendendo ao facto de se tratarem de instituições de criação espontânea e não decretada por nenhuma autoridade civil ou eclesiástica. No concelho da Figueira da Foz verificamos a existência de uma maioria expressiva de irmandades das almas. Nos concelhos de Mira e Vila Nova de Poiares não existiam irmandades votadas às almas do Purgatório nas sedes paroquiais, em 1758.

Nas memórias paroquiais de 1758 da cidade de Coimbra não há registo de nenhuma irmandade das almas. As mencionadas no gráfico existiam nas freguesias rurais de Cernache, São Martinho de Árvore e São Silvestre, do atual concelho de Coimbra<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> José Viriato Capela (coord.), *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra...*, cit., p. 853-854.

## 2. Irmandades das Almas na cidade de Coimbra

Apesar da realidade captada em 1758, existiram várias tentativas de implementação deste culto na cidade, através da criação de irmandades. Em 1628, os religiosos do Colégio de Nossa Senhora da Graça<sup>30</sup> instituíram a Irmandade das Almas do Purgatório, sob proteção de São Nicolau Tolentino, tendo sido confirmada pelo bispo D. João Manuel. Mais tarde, instituiu-se na igreja do Colégio a devoção à paixão de Jesus, tendo levado à criação da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Esta teve tanta adesão que suplantou a das Almas e a agregou a si, no ano de 1708. Não se sabe se a Irmandade dos Passos teve estatutos nos primeiros anos da sua existência, pelo que se julga que se terá regido pelos da Irmandade das Almas até as duas se fundirem<sup>31</sup>.

A iniciativa de criação de irmandades das almas, sob a proteção de São Nicolau Tolentino, levada a cabo pelos frades da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho nas suas casas, não se circunscreveu ao espaço coimbrão. Em 1606, na igreja da Graça, em Santarém, foi fundada uma Irmandade das Almas sob a proteção de São Nicolau Tolentino<sup>32</sup>. Em 1627, foi ereta a Irmandade de São Nicolau Tolentino e das Almas, no convento do Pópulo, em Braga<sup>33</sup>. Observa-se a mesma realidade fora de Portugal, no decorrer da centúria de seiscentos. Em 1655, no convento de Santo Agostinho de Cádiz, foi ereta uma irmandade dedicada a São Nicolau Tolentino e às Almas<sup>34</sup>. Fica provado o compromisso que esta ordem religiosa assumiu na difusão desta devoção, a partir dos seus cenóbios.

---

<sup>30</sup> Sobre esta casa religiosa consulte-se Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal...*, cit., p. 434-435.

<sup>31</sup> Arquivo da Paróquia de Santa Cruz de Coimbra (doravante APSC), *Estatutos da Irmandade do Senhor dos Passos da Graça*, 1947, livro s. n.º, p. 7-8.

<sup>32</sup> Maria de Fátima Reis, *Santarém no tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 395.

<sup>33</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “Fortalecer as confrarias das Almas do Purgatório de Braga através do exercício de práticas de caridade (século XVIII)” in Susani Silveira Lemos França, Jean Marcel Carvalho França e Rafael Afonso Gonçalves (org.), *Viver e conviver nas duas margens do Atlântico (séculos XVIII-XIX)*, São Carlos, EdUFSCar, 2022, p. 435.

<sup>34</sup> Raquel Siguenza Martín e José Maria Collantes González, “La devoción...”, cit., p. 20.



Fig. 1 – Altar de São Nicolau Tolentino, na igreja do Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra.

Fonte: Fotografia do Autor.

Em 1712, foi ereta uma confraria das Almas no Colégio dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, sendo juiz perpétuo o Dr. Tomé Chichorro da Gama Lobo, Cónego Magistral de Évora<sup>35</sup>. O escrivão era D. Bernardo da

---

<sup>35</sup> Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (doravante BGUC), *Livro da Confraria das Almas e missa quotidiana pelas mesmas almas e a favor de todos os confrades*, 1712, Manuscrito n.º 1393, fls. 1-2.

Cruz<sup>36</sup>, irmão de sangue do anterior<sup>37</sup>, Cónego Regrante de Santo Agostinho e docente na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra<sup>38</sup>. Estamos, portanto, perante uma instituição dotada de uma liderança familiar.

A confraria era de clérigos, sendo estes provenientes das várias casas religiosas e freguesias da cidade. Tinha um número limite de irmãos, fixado nos 283<sup>39</sup>. Cada clérigo celebrava missa pelas almas do Purgatório e pelos confrades em “dois dias que sahirão por sorte”<sup>40</sup>. Quando algum confrade falecia, era substituído por outro que assumia as suas obrigações na instituição<sup>41</sup>. A notícia da morte de qualquer irmão devia ser dada com a maior brevidade possível ao escrivão, D. Bernardo da Cruz, para que este encomendasse as missas de sufrágio pela sua alma<sup>42</sup>. Desta confraria apenas se conhece um livro<sup>43</sup>, não existindo nenhuma menção a ela na documentação consultada, pelo que não é conhecida a sua longevidade.

No Arquivo da Paróquia de São Bartolomeu, encontramos um livro de contas da Confraria das Almas da igreja paroquial de São Tiago, datado de 16 de fevereiro de 1769<sup>44</sup>. O último registo é de 1785, mas o livro encontra-se rasurado, estando em falta muitas páginas. O primeiro ano com contas disponíveis para consulta é o de 1781. A instituição vivia das esmolas recolhidas nos peditórios feitos com alguma regularidade ao longo do ano, geralmente de frequência mensal, e dos juros de dinheiro que emprestava. A despesa não está registada<sup>45</sup>. A realidade captada sugere a difícil e dúbia gestão da instituição. No fim do livro há um inventário da igreja de São Tiago, que também se encontra rasurado e incompleto, datado de 10 de março de 1853<sup>46</sup>. Significa que o livro que outrora fora pertença da irmandade, foi reutilizado para satisfação de necessidades da paróquia, atestando a extinção da agremiação. No Arquivo da Universidade de Coimbra, existe documentação escassa que atesta a existência de uma outra confraria das Almas, na Sé, no ano de 1801<sup>47</sup>.

---

<sup>36</sup> Ibidem, fl. 2.

<sup>37</sup> Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria Professorum Vniuersitatis Conimbrigensis (1290-1772)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. 1, 2003, p. 16.

<sup>38</sup> Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria Professorum...*, cit., p. 20.

<sup>39</sup> BGUC, *Livro da Confraria das Almas e missa quotidiana pelas mesmas almas...*, cit.

<sup>40</sup> Ibidem, fl. 2.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem, fl. 2.

<sup>43</sup> Ibidem.

<sup>44</sup> Arquivo da Paróquia de São Bartolomeu de Coimbra, *Livro que há de servir da receita da Confraria das Almas ereta na Igreja de São Tiago desta cidade de Coimbra*, 1769, livro s. n.º.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> Ibidem, fls. 93-102.

<sup>47</sup> AUC, *Tombo da Confraria das Almas da Sé*, 1801, III D-1ºD-2-5-82.

O levantamento a que procedemos a partir de fundos existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra e ainda na documentação guardada nas igrejas da cidade, mostra que as confrarias das Almas do Purgatório nunca se conseguiram afirmar no contexto urbano coimbrão, ao contrário do sucedido noutras cidades portuguesas, onde esta devoção, patrocinada amplamente pelo concílio tridentino, adquiriu expressão e relevância<sup>48</sup>. Em três séculos, existiram em Coimbra quatro irmandades, de duração efêmera e em espaços diferentes, acentuando a clara dificuldade de implementação e de captação de leigos para esta devoção. A justificação para este fenómeno pode ser encontrada na afirmação das irmandades do Santíssimo Sacramento, devoção tridentina claramente preferencial em Coimbra, uma vez que em todas as igrejas paroquiais existia uma irmandade desta invocação. Esta afirmação abrange a paróquia de Santa Cruz, onde existia também a Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Santa Cruz, cujo primeiro compromisso foi aprovado e confirmado no dia 5 de maio de 1696, por D. Manuel de São José, Prior do mosteiro, geral da Congregação dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho e Cancelário da Universidade<sup>49</sup>. Na Sé, para além da irmandade desta invocação sediada na paroquial, existia uma segunda congénere no burgo de Celas, na capela de Nossa Senhora da Piedade<sup>50</sup>.

A única confraria de Nossa Senhora do Rosário terá sido fundada no convento de São Domingos<sup>51</sup>, sendo conhecidos os dois primeiros compromissos, datados de 1494 e de 1498<sup>52</sup>. Esta confraria existiu pelo menos até meados do século XVIII, pois surge no testamento da mercadora Sebastiana Maria da Luz, em 1752<sup>53</sup>.

Para além do destacado número de irmandades do Santíssimo Sacramento, em Coimbra, provando a prevalência desta devoção na cidade, destaca-se o facto de todas as confrarias terem a responsabilidade de zelar pelas almas dos seus irmãos defuntos, solicitando a celebração de sufrágios e, desta forma, diluindo a

---

<sup>48</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “Fortalecer as confrarias das Almas do Purgatório de Braga através do exercício de práticas de caridade (século XVIII)”..., cit., p. 435.

<sup>49</sup> AUC, *Reforma do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. João Baptista de Santa Cruz da Cidade de Coimbra*, 1898, IID/GCC/TA/E4/T1/141.

<sup>50</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 11, nº 349, Memória paroquial de Coimbra, 1758, p. 2377.

<sup>51</sup> Sobre o convento de São Domingos consulte-se Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento...*, cit., p. 381.

<sup>52</sup> Ana Rita Rocha, *A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)*, Coimbra, tese de doutoramento da Universidade de Coimbra, 2019, p. 307.

<sup>53</sup> Maria Antónia Lopes, “Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5 (2005), p. 154.

necessidade da existência de sodalícios desta natureza na cidade, nomeadamente a Misericórdia, e de outras irmandades com invocações alocadas ao culto da morte<sup>54</sup>. É o caso da Irmandade de São Miguel, que terá existido na igreja paroquial de São Cristóvão. É desconhecido qualquer documento da autoria desta irmandade. A existência desta agremiação é comprovada unicamente por um requerimento que solicita a aplicação do dinheiro mencionado numa escritura de juro feita pela extinta Irmandade de São Miguel da colegiada de São Cristóvão a uma obra da mesma igreja, datado de 19 de julho de 1783<sup>55</sup>. A irmandade já estaria extinta em 1758, uma vez que não é mencionada na memória paroquial desse ano<sup>56</sup>.

As dedicações dos altares das igrejas paroquiais de Coimbra comprovam igualmente o fraco incremento do culto das almas. Facto que, mais uma vez, mostra a diluição desta devoção noutras confrarias e devoções existentes na cidade. A descrição do autor das Memórias Paroquiais de 1758 dá conta da presença de apenas dois altares dedicados especificamente às almas: um na igreja de São Pedro e outro na igreja de Santa Justa, que partilha a invocação com São Miguel. Para além desta só a Sé dispunha de um altar alocado à invocação de São Miguel<sup>57</sup>. Não excluimos a possibilidade de existência de irmandades das almas, alocadas a estes altares da sua invocação, nas paróquias da cidade. Admitimos que há alguma probabilidade de isso acontecer atendendo à existência de irmandades associadas às invocações dos altares nas igrejas<sup>58</sup>. No entanto, não foi encontrada documentação até agora que provasse esta hipótese levantada.

A dificuldade de implementação de irmandades das almas verificou-se noutras cidades do país, como são exemplos as cidades de Santarém, onde terão existido três<sup>59</sup>, e de Setúbal, com apenas uma irmandade desta natureza, na Época Moderna<sup>60</sup>.

A realidade em Braga é manifestamente distinta dos espaços urbanos mencionados até aqui. Nesta cidade minhota, os sodalícios dedicados às Almas do Purgatório chegaram a ser 14, na Época Moderna, tendo praticado intensamente a angariação de esmolas com o intuito de encomendarem a

---

<sup>54</sup> Veja-se o caso de Santarém. Maria de Fátima Reis, *Santarém no tempo de D. João V...*, cit., p. 394.

<sup>55</sup> AUC, *Instituições piás, Colegiada de São Cristóvão*, 1783, III-1.ºD-8-3-3.

<sup>56</sup> ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 11..., cit., p. 2385.

<sup>57</sup> *Ibidem*, fls. 3v-12.

<sup>58</sup> ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 11..., cit.

<sup>59</sup> Maria de Fátima Reis, *Santarém no tempo de D. João V...*, cit., p. 394-395.

<sup>60</sup> Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal...*, cit., p. 85.

celebração de missas para resgatarem as almas do Purgatório<sup>61</sup>. A expressiva empreitada para auxiliar as almas do Purgatório era, no entanto, também em Braga, da responsabilidade de todos os sodalícios<sup>62</sup>.



Fig. 2 – Retábulo do altar de São Miguel e Almas, na igreja paroquial de Santa Justa de Coimbra.

Fonte: Fotografia do Autor.

<sup>61</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “Fortalecer as confrarias das Almas do Purgatório de Braga através do exercício de práticas de caridade (século XVIII)”..., cit., p. 435. Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, “A assistência aos confrades defuntos na Irmandade de Santa Cruz de Braga no século XVIII”, *História: Questões & Debates*, Curitiba, 64 (2016), p. 229-250.

<sup>62</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “As confrarias das Almas de Braga em tempo barroco: peditórios, missas, procissões e festas”, *V Congresso Internacional de Barroco Iberoamericano*, 2021, p. 721-725.

### 3. A fundação das irmandades dos defuntos de Cadima e Seixo de Gatões

As irmandades dos defuntos de Cadima e de Seixo de Gatões foram fundadas no século XVII. A primeira, ereta e regulada pelo compromisso datado de 29 de julho de 1607, é resultado da reestruturação duma agremiação mais antiga. O estatuto menciona uma referência às Misericórdias, como importantes irmandades alocadas ao contexto urbano e vilas portuguesas. Nas aldeias “que não tem fabrica, nem poder pera fundar casas da Misericórdia, e a sustentar ordenarão suas confrarias unindosse em hum corpo”<sup>63</sup>. Inicialmente, existira naquele lugar uma confraria sob invocação de Nossa Senhora do Ó, orago da paróquia. Os seus membros visitavam os enfermos, davam esmola e enterravam os irmãos<sup>64</sup>. Desconhece-se a data de formação da irmandade mariana que se encontrava “desordenada”<sup>65</sup> quando, em 1607, um grupo de irmãos decidiu refundar a agremiação sob a invocação dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima<sup>66</sup>. Estas ter-se-ão separado, mais tarde, uma vez que na memória paroquial de Cadima de 1758, o pároco menciona a existência de “quatro irmandades, huã do Santíssimo, da Senhora do Rosário, da Senhora do Ó, das Almas”<sup>67</sup>. A memória de meados do século XVIII evidencia a implementação ordenada das devoções tridentinas e o crescimento do número de irmandades nesta localidade, confirmando a mobilização empenhada dos fiéis em torno destas formas de associação religiosa.

A confraria dos defuntos de Seixo de Gatões terá sido regulada pelo compromisso de 29 de novembro de 1698<sup>68</sup>, que foi feito em cabido, órgão onde tinham assento todos os irmãos, e assinado por 16 homens, elemento que sugere uma referência direta ao número de irmãos que pertenceriam à confraria, nesse ano<sup>69</sup>. Desconhecemos se a data do compromisso coincide com a de fundação da irmandade. No entanto, há indicações que provam que este terá sido o seu primeiro compromisso, pois neles se solicita a aprovação da instituição da referida confraria pela autoridade eclesiástica competente<sup>70</sup>. Esta confraria terá

---

<sup>63</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima*, 1607, cit., fls. 2-2v.

<sup>64</sup> *Ibidem*, fl. 2v.

<sup>65</sup> *Ibidem*, fl. 2v.

<sup>66</sup> *Ibidem*, fl. 3v.

<sup>67</sup> ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 8, nº 33, Memória paroquial de Cadima, 1758, p. 194.

<sup>68</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, cit., fl. 10.

<sup>69</sup> *Ibidem*, fl. 10.

<sup>70</sup> *Ibidem*, fl. 10v.

sido extinta ou anexada por outra, uma vez que na memória paroquial de 1758 de Seixo é referida a existência de duas irmandades: a de São João Batista, orago da igreja, e outra do Santíssimo Sacramento<sup>71</sup>.

No *Registo geral das Irmandades e Confrarias*, de 1869, elaborado no Governo Civil de Coimbra, a freguesia de Cadima já só registava uma irmandade sob invocação das Almas, com estatuto de 1672, significando que o estatuto de 1607 havia sido reformado no mesmo século. No ano em que o registo do governo civil foi feito, a irmandade contava 900 irmãos<sup>72</sup>. No mesmo documento, a freguesia de São João Batista do Seixo contava já apenas a Irmandade do Santíssimo Sacramento, com estatuto datado de 1710, e com 130 irmãos<sup>73</sup>. As duas confrarias em análise aceitavam o ingresso de irmãos de ambos os sexos<sup>74</sup>.

#### 4. Corpos gerentes: os elementos da Mesa

Cada irmandade definia nos seus estatutos a composição da Mesa, órgão máximo das agremiações responsável pela sua gestão, consoante as necessidades e particularidades de que cada uma gozava<sup>75</sup>. Com efeito, as duas confrarias em análise apresentam diferentes composições do seu órgão soberano. A confraria dos defuntos de Cadima instituíra os cargos de juiz, homens da conta e andadores. O juiz era o primeiro responsável pela instituição, assumindo o cargo mais importante, com largas atribuições e competências, designadamente informar os irmãos e adverti-los para a observância das suas obrigações e punir os que incorressem em incumprimentos. Aos homens da conta cabia visitar os irmãos enfermos e, se possível, que “durma em sua casa, ou peça a algum dos irmãos esteja de noite com o enfermo, e se morrer ponha logo hua vella aceza até serem juntos os irmãos para o levarem para a cova”<sup>76</sup>. Os andadores congregavam os irmãos, sob orientação do juiz, informando-os de tudo o que à

---

<sup>71</sup> ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 34, nº 109, Memória paroquial de Seixo, Montemor-o-Velho, 1758, p. 845.

<sup>72</sup> AUC, *Registo geral das Irmandades de Confrarias existentes neste Districto, com designação dos seus fundos, receita, despeza e estado administrativo*, 1869, IID/GCC/TA/E4/T1/142.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima*, 1607, cit., fl. 3v; AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fl. 6v.

<sup>75</sup> Pedro Penteado, “Confrarias...”, cit., p. 461.

<sup>76</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima*, 1607, cit., fl. 3.

vida da irmandade dizia respeito, nomeadamente a morte dos seus elementos<sup>77</sup>. O capelão desta confraria era sempre o pároco, assumindo funções da assistência religiosa e espiritual aos irmãos<sup>78</sup>.

A Mesa da confraria dos defuntos de Seixo de Gatões era constituída pelo juiz, dois homens da conta, dois mordomos e um escrivão<sup>79</sup>. Os estatutos estipulavam que nenhum irmão podia ser “homem da conta sem primeiro ser mordomo nem juiz sem ter servido de homem da conta”<sup>80</sup>.

Ao juiz desta irmandade competia, concretamente, dar juramento aos novos irmãos, aceitar o reingresso dos elementos expulsos, nomear os irmãos que levavam os defuntos para a igreja, convidar em alta voz os irmãos a rezarem pelos defuntos, nos funerais. Após o sepultamento de cada defunto, o juiz mandava “dizer huma missa à custa da comfraria na igreja aonde o defunto se mandou enterar”<sup>81</sup>. Mandava rezar uma missa semanal, na igreja que entendesse, por todos os irmãos vivos e defuntos da irmandade, dando 40 réis de esmola por cada uma<sup>82</sup>. Cumpria-lhe ainda convocar os irmãos para os vários momentos da vida comunitária da agremiação, que eram organizados sob sua orientação. Ao juiz pertencia ainda admoestar e punir, com as penas previstas nos estatutos, os irmãos infratores. Os mordomos, sob orientação do juiz, cobravam as multas em dinheiro, todos os anos, até ao último domingo de outubro<sup>83</sup>.

As funções dos demais oficiais da Mesa estão muito diluídas e indefinidas na redação estatutária, sendo perceptível o seu auxílio em praticamente toda a ação executiva do juiz. Naturalmente, que a estes elementos caberia a gestão das contas, guardiania atenta do património, participação ativa na tomada de deliberações da Mesa, atualização dos registos que eram feitos nos livros da irmandade, apesar dos estatutos só mencionarem a existência de um para assentar as entradas dos irmãos<sup>84</sup>. Com efeito, os irmãos da Mesa, ainda que com nomenclaturas distintas de alguns cargos, face às verificadas noutras irmandades, exerciam, na prática, as mesmas funções dos demais<sup>85</sup>. Destaca-

---

<sup>77</sup> Ibidem, fl. 3.

<sup>78</sup> Ibidem, fl. 2v.

<sup>79</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fl. 3.

<sup>80</sup> Ibidem, fl. 8v.

<sup>81</sup> Ibidem, fl. 4.

<sup>82</sup> Ibidem, fls. 9v-9.

<sup>83</sup> Ibidem, fls. 4-10.

<sup>84</sup> Ibidem, fls. 5-10.

<sup>85</sup> Compare-se com Fernando Figueiredo, “Confrarias e Irmandades: A Confraria de S. Lourenço de Pombal (Carrazeda de Ansiães) – 1757”, *Revista Memória Rural*, 5 (2022), p. 171.

-se a responsabilidade dos oficiais da irmandade assistirem os irmãos enfermos, levando-lhes “a ração de dois pães e três quartilhos de vinho e tres arates de vacua e dois de porco”<sup>86</sup>.

O compromisso de 1698 da irmandade sediada no Seixo instituía ainda a existência de um cabido<sup>87</sup>, onde tinham assento todos os irmãos, sendo estes obrigados a comparecer sempre, após convocatória feita pelo juiz. O cabido realizava-se de forma ordinária no domingo que antecedia ao dia dos santos – 1 de novembro – à porta da igreja da freguesia, onde eram eleitos, anualmente, os novos oficiais da Mesa<sup>88</sup>. Até ao terceiro dia que antecedia o domingo após o dia dos santos, os oficiais que cessavam funções estavam obrigados a dar contas e proceder às demais diligências necessárias para que os oficiais eleitos estivessem aptos para assumir plenamente as suas funções<sup>89</sup>. Os mesários tinham de organizar um jantar para todos os irmãos<sup>90</sup>, que decorria no domingo após o dia dos santos, providenciando juntamente com os demais irmãos, os alimentos e coisas necessárias para o evento de confraternização<sup>91</sup>.

## 5. O quotidiano dos irmãos: ingressos, obrigações e incumprimentos

A confraria dos defuntos de Seixo de Gatões aceitava o ingresso de irmãos de ambos os sexos, estando obrigados os indivíduos do sexo masculino a pagar 40 réis de entrada e as mulheres 50 réis. Desconhecemos os valores da cota anual, que o compromisso não estipula. Estava ainda previsto que “todo o irmão que tiver filho ou irmão ou criado ou qualquer outra pessoa que em sua casa falleça o poderá meter na dita confraria pagando o sobre dito se assentara no livro [de entradas dos irmãos]”<sup>92</sup>. Os estatutos são omissos no que concerne a condições de entrada, excetuando apenas a referência financeira. Da mesma forma, a única referência feita à aceitação dos irmãos é a obrigação de fazerem

<sup>86</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fl. 7v.

<sup>87</sup> Esta designação começou a ser utilizada no âmbito confraternal nos tempos medievos, em Portugal. Consulte-se Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e morte em Portugal...*, cit., p. 123.

<sup>88</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fl. 7.

<sup>89</sup> *Ibidem*, fl. 8.

<sup>90</sup> Sobre rituais alimentares instituídos nas confrarias desde os tempos medievos leia-se Maria Ângela Beirante, *Territórios do sagrado: crenças e comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p. 185-197.

<sup>91</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fls. 7-8v.

<sup>92</sup> *Ibidem*, fl. 6v.

juramento diante do juiz da irmandade<sup>93</sup>. Os demais preceitos de entrada, que nos estatutos de outras irmandades estão revestidos de referências à administração dos sacramentos da confissão e comunhão e utilização das vestes da irmandade, aqui estão ignorados<sup>94</sup>.

Quando o ingresso era consumado, os novos irmãos entravam plenamente na dinâmica da confraria, estando sujeitos aos mesmos direitos e obrigações dos demais membros. Todos tinham de ir a casa dos defuntos, junto da sua cama, e de levar e acompanhar os corpos até à igreja onde decorreria o sepultamento<sup>95</sup>. Enquanto acompanhavam os defuntos, rezavam um Pai-nosso de cabeças descobertas e todos os irmãos tinham de estar presentes nos funerais. Quando os defuntos eram enterrados na freguesia e depois da inumação, o juiz dirigia-se aos irmãos, dando-lhes indicação para que juntos rezassem dez Pai-nossos e dez Avé-Marias. Assim que possível, o juiz mandava celebrar uma missa pela alma do defunto, custeada pela Irmandade, na igreja onde este tivesse sido enterrado<sup>96</sup>.

Além disso, o juiz convocava toda a irmandade para que, no prazo de dois meses após o falecimento, viesse à igreja de São João da freguesia, “rezar as orasoens costumadas”<sup>97</sup>. A este ato religioso seguia-se um momento de convívio entre os irmãos: uma refeição que era feita “fora da igreja estando muito quietos”<sup>98</sup>. A referência à quietude em que os irmãos deviam estar encontra fundamentação nas disposições das Constituições sinodais do bispado de Coimbra. As autoridades eclesiásticas opunham-se a práticas e tradições festivas, que consideravam profanas, mas que outrora ocorriam nas igrejas, nas quais se inscreviam os bodos<sup>99</sup>. Com efeito, nas igrejas, os párcos estavam expressamente proibidos de consentirem representações, jogos, danças, cantigas profanas, “nem se ajuntem nellas os leygos a cantar,

---

<sup>93</sup> *Ibidem*, fl. 7v.

<sup>94</sup> Tome-se como exemplo comparativo o caso da Irmandade de Santo António, de Coimbra. APSC, *Compromisso dos Irmãos de Santo António de Santa Cruz*, livro s. n.º, 1630, fl. 6.

<sup>95</sup> Acerca dos locais de sepultura, na *Época Moderna*, leia-se Norberto Tiago Gonçalves Ferraz, “A última morada dos defuntos: os locais de sepultura na Braga setecentista”, *Horizonte*, 13, 38 (2015), Belo Horizonte, p. 1080-1102.

<sup>96</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fls. 4v-4.

<sup>97</sup> *Ibidem*, fl. 5v.

<sup>98</sup> *Ibidem*, fl. 5v.

<sup>99</sup> Sobre os bodos leia-se Maria Marta Lobo de Araújo “Introdução” in Maria Marta Lobo de Araújo (coord.), *As confrarias de Braga na época barroca...*, cit., p. 8; e Maria Paula Marçal, “A casa das rainhas e a confraria do Espírito Santo de Alenquer (1645-1653). Poderes senhoriais e patrocínio religioso”, *Arquipélago. História*, 2ª Série, V (2001), p. 655.

dansar, ou comer, ou para fazer outros autos profanos”<sup>100</sup>. Também é verdade que apesar do exposto, algumas irmandades mantiveram este tipo de ações, ao longo da Idade Moderna, ainda que para isso tivessem de enfrentar a oposição do clero<sup>101</sup>.

Os irmãos reuniam-se para rezar no quarto domingo de cada mês, eram obrigados a comparecer em todas as reuniões do cabido da confraria, mormente, na do último domingo de outubro, quando se realizava a eleição para os membros da Mesa. Em todos os cabidos os irmãos rezavam “as orações aos irmãos e confrades se rezará mais vinte padre nostros pellas almas dos defuntos”<sup>102</sup>. A fonte não especifica se se refere aos defuntos que faleceram nesse ano ou a todos os que já haviam falecido, desde que a irmandade principiou. Para além destes atos, ainda se impunha aos irmãos “rezar pela alma dos defuntos entre dois irmãos e dira pellas almas dos confrades pater noster”<sup>103</sup>. As mesmas orações eram asseguradas aos irmãos que morriam pobres<sup>104</sup>. No domingo após a solenidade de Todos os Santos, faziam um jantar, organizado pelos corpos gerentes da confraria, e ao qual tinham de comparecer todos os irmãos, não sendo consentida a presença de pessoas que não pertencessem à agremiação<sup>105</sup>.

Todos os irmãos, inclusive os pertencentes à Mesa, estavam sujeitos a multas e penalizações que o compromisso estipulava e previa que fossem aplicadas caso algum dos elementos da irmandade incorresse em incumprimento das suas obrigações. Todas as faltas eram colmatadas com o pagamento de multas com valores tabelados, com exceção do jantar, que se realizava no domingo após os santos, em que estava estipulado que se algum irmão faltasse injustificadamente, ficaria obrigado ao pagamento do mesmo evento como os demais membros da irmandade e seria “derriscado de irmão”<sup>106</sup>, isto é, expulso da confraria<sup>107</sup>. Na tabela seguinte encontram-se discriminadas as faltas que, sendo injustificadas, eram passíveis de penalização.

---

<sup>100</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, *Constituições synodales do Bispado de Coimbra*, Coimbra, António de Mariz impressor da Universidade, 1591, p. 149v.

<sup>101</sup> Ana Cristina Araújo, “Corpos sociais, ritos e serviços religiosos...”, cit., p. 294; e Maria Marta Lobo de Araújo “Introdução...”, cit., p. 8.

<sup>102</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fl. 9v.

<sup>103</sup> *Ibidem*, fl. 9v.

<sup>104</sup> *Ibidem*, fl. 9.

<sup>105</sup> *Ibidem*, fls. 5v-8v.

<sup>106</sup> *Ibidem*, fl. 10v.

<sup>107</sup> *Ibidem*, fls. 3-10v.

Situações passíveis de repressões	Multas e penalizações
<b>Mesa</b>	
Quando os oficiais não pesavam a carne que era dada aos irmãos enfermos	200 réis
Se os mordomos velhos não derem conta aos novos no prazo estipulado	100 réis a cada elemento da Mesa cessante
<b>Irmãos</b>	
Não ir à cama do defunto	10 réis
Recusar carregar o irmão defunto até à igreja	20 réis
Faltar ao funeral e sepultamento	50 réis
Faltar às orações póstumas ao enterro e à refeição que se seguia	100 réis
Faltar às orações que se realizavam no quarto domingo de cada mês	10 réis
Faltar ao cabido	10 réis
Todo o irmão que der perda à confraria	Valor da perda mais 50 réis
Faltar às orações de qualquer defunto	50 réis
Faltar ao jantar do domingo após o dia de Todos os Santos	Expulsão da Irmandade
<b>Pessoas externas à Irmandade</b>	
Presença no jantar do domingo após o dia de Todos os Santos	50 réis

Tabela 1 – Penalizações previstas no compromisso da irmandade dos defuntos de Seixo (1698).

Fonte: AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo da freguesia de São João Baptista*, 1698, III-1<sup>a</sup>-D-16-1-35, fls. 3v.-10.

Este exercício permite-nos perceber a escala de importância de que se revestia cada um dos momentos que marcavam a vivência da agremiação. De todas destaca-se com particular realce a pena aplicada aos irmãos que faltavam injustificadamente ao jantar da irmandade. É a única situação da vida da irmandade cuja infração previa a expulsão, seguida da multa de valor mais alto aplicada aos que faltavam às orações póstumas aos enterros e à refeição que se seguia, ficando clara a relevância que era dada aos momentos de confraternização dos irmãos. Para além do peso da tradição ser tendencialmente mais valorizado, esta norma poderá ser justificada pela necessidade da criação e de reforço de laços de sociabilidade e amizade entre o maior número possível de pessoas pertencentes

a estes núcleos populacionais. Com efeito, estes momentos de confraternização contribuíam para a promoção da paz social e harmonia, nestas comunidades<sup>108</sup>.

Quando expulsos, os irmãos só podiam ser readmitidos após consentimento da irmandade e do pagamento de 2.000 réis. Se o juiz aceitasse o reingresso de um irmão sem o consentimento da irmandade, o pagamento do valor supramencionado recaía sobre ele<sup>109</sup>.

O compromisso das Almas de Cadima, mais breve, estabelece apenas três obrigações aos irmãos: assistir os enfermos graves, encomendar a alma dos irmãos defuntos e acompanhá-los à sepultura e rezar pelas almas nos momentos estipulados pela confraria. Quando um irmão se encontrava com uma enfermidade grave, um homem da conta tinha de o visitar e, se possível, que “durma em sua casa, ou peça a algum dos irmãos esteja de noite com o enfermo, e se morrer ponha logo hua vella aceza até serem juntos os irmãos para o levarem para a cova”<sup>110</sup>.

Todos os elementos da confraria deveriam comparecer nas exéquias dos irmãos e dos seus familiares, após serem avisados pelos andadores. Os que faltavam injustificadamente pagariam seis réis de multa, quantia que seria aplicada na compra de cera para a irmandade. Os que faltavam por impedimento legítimo, mandavam um familiar em sua representação<sup>111</sup>. Estas práticas mostram o envolvimento relevante dos familiares dos irmãos no quotidiano da agremiação, facto que pode ajudar a provar que a decisão de ingresso numa irmandade era não apenas de carácter individual, mas também familiar. As sanções aplicadas aos faltosos eram motivadas, certamente, pela vontade de afirmação social por parte da irmandade, apresentando-se em público com todos os seus membros e demonstrando o cuidado com que sufragava todos, o que era um dos principais fatores de captação de dádivas e de novos irmãos.

Nenhum dos dois compromissos analisados revela informações em relação à existência de vestes próprias utilizadas pelos irmãos bem como aos momentos em que poderiam ser obrigados a envergá-las. Também os peditórios, normalmente promovidos pelas irmandades, são omissos em ambos os estatutos, facto que não prova a sua inexistência<sup>112</sup>.

---

<sup>108</sup> Sobre a importância da ação das confrarias como agentes promotores da concórdia, consulte-se Tomás Antonio Mantecón Movellán, *Contrarreforma y religiosidade popular em Cantabria*, Cantabria, Universidad de Cantabria, 1990, p. 116-123.

<sup>109</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos do lugar de Seixo...*, 1698, cit., fl. 10v.

<sup>110</sup> AUC, *Compromisso da Confraria dos defuntos e Nossa Senhora de Cadima*, 1607, cit., fl. 3.

<sup>111</sup> *Ibidem*, fl. 3.

<sup>112</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “A festa das almas: o aniversário nas confrarias das almas do Purgatório de Braga, na Idade Moderna”..., cit., p. 168-182.

## Conclusão

As comunidades paroquiais urbanas e rurais portuguesas mobilizaram-se em torno de devoções votadas às almas do Purgatório, procurando a instituição de confrarias promotoras de práticas edificantes que garantiriam a salvação dos fiéis, ou pelo menos, o desagravo do sofrimento e tempo em que as suas almas estariam um dia, no Purgatório. Este espaço aparecera no imaginário e doutrina cristãos na Europa medieval, tendo-se afirmado nos séculos subsequentes. Em Portugal, terá ganhado visibilidade a partir do século XVI. A esperança depositada na narrativa e crença da salvação da alma levou as comunidades a prepararem a passagem dos seus membros para a vida eterna. Várias devoções e invocações marianas e dos santos foram associadas a esta causa.

Para reconstituir a rede de irmandades sob invocação das almas ou defuntos no distrito de Coimbra, recorreremos às memórias paroquiais de 1758, a partir da análise feita a estas fontes por Viriato Capela. Quanto ao levantamento da rede confraternal da cidade, foi por nós estabelecido com recurso a múltiplas fontes.

Apesar de terem tido alguma expressão na região beirã, as confrarias das Almas do Purgatório nunca se conseguiram afirmar na cidade de Coimbra. Em três séculos, existiram apenas quatro, de duração efémera e em espaços diferentes, acentuando a clara dificuldade de implementação e de captação de leigos para esta devoção. A justificação para este fenómeno pode ser encontrada na afirmação das irmandades do Santíssimo Sacramento, mas também pelo facto de todas as confrarias terem a responsabilidade de zelar pelas almas dos seus defuntos, nomeadamente a Misericórdia, solicitando a celebração de sufrágios e, desta forma, diluindo a necessidade da existência de sodalícios desta natureza na cidade.

Salienta-se a significativa falta de estudos sobre irmandades, para a Época Moderna, a nível local e regional, tanto em contexto urbano como rural, ou até de âmbito nacional. Com efeito, alerta-se para a necessidade de serem realizados novos estudos, mormente monografias, que revelem o passado esquecido da constituição da rede confraternal, as teias de relações que estas instituições promoviam e a sua ação e quotidianos, quer a nível interno quer integrada em dinâmicas sociais e religiosas nos espaços onde se constituíam. Desta forma, será então possível discutir e aprofundar eficazmente as implicações sociais, políticas e económicas das confrarias modernas.

As duas confrarias rurais em análise registaram percursos de existência distintos. A confraria dos defuntos de Seixo de Gatões já não existia em 1758, enquanto a congénere de Cadima ainda estava ativa em 1878 e com mais de

mil irmãos<sup>113</sup>. Cada irmandade instituíra Mesa com diferente composição, como era recorrente na época. A este órgão, sob a presidência de um juiz, competia o governo da irmandade.

Ambas as confrarias previam mecanismos de assistência aos irmãos enfermos, com presença de irmãos em casa dos moribundos para que estes morressem acompanhados. Contemplava-se também o acompanhamento e oração desde as casas dos defuntos até aos locais onde eram inumados. Particularmente, destaca-se no compromisso da confraria dos defuntos de Cadima o envolvimento dos familiares dos irmãos na sua dinamização e ação. A congénere do Seixo, com compromisso mais extenso, instituiu vários momentos de oração e sufrágios pelas almas dos defuntos, de reunião, em cabido, e de sociabilidades, destacando-se o jantar que se realizava uma vez por ano, no domingo após o dia de Todos os Santos. A instituição de momentos de sociabilidade procurou promover a criação e reforço dos laços entre os membros das comunidades rurais estudadas, com vista à promoção de um ambiente salutar entre todos.

O presente trabalho procurou constituir-se como um contributo útil para o conhecimento da orgânica e ação das irmandades votadas aos defuntos e às almas do Purgatório, em contexto rural, podendo juntar-se aos trabalhos já publicados que revelam os quotidianos rurais, na Época Moderna, concretamente nas dimensões religiosa e social.

A propósito do estudo efetuado sobre as duas comunidades rurais, fez-se o levantamento da expressão da devoção das almas do Purgatório na região e também na cidade de Coimbra, o que se encontrava por desvendar até agora. Parece-nos, portanto, que o conteúdo exposto no presente trabalho, constitui um reforço do conhecimento sobre a existência e afirmação, ou não, destas irmandades no contexto nacional, através da confrontação com outros estudos locais já publicados e que foram citados ao longo do texto. É notória a carência de estudos afetos a estas temáticas para muitas regiões do país, sendo necessário proceder-se à procura de mais documentação, que poderá ser encontrada em arquivos paroquiais ou de outras instituições ligadas à Igreja, podendo até estar na posse de particulares. Este levantamento afirma-se como necessário para robustecer o conhecimento historiográfico.

Fica por desvendar a evolução e concretização dos normativos nos estatutos, por falta de documentação que o possa revelar. Falta ainda estabelecer comparações entre as normas destas instituições em contexto rural e na cidade

---

<sup>113</sup> Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade e beneficência do distrito de Coimbra na década de 1870”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011), p. 336.

de Coimbra, pela inexistência de estatutos de irmandades das almas na cidade. Certamente, que em contexto urbano, e sendo Coimbra cabeça de diocese e altamente vigiada pelas autoridades eclesiásticas, não haveria expressão de práticas reprovadas pela Igreja. São exemplo disso os jantares. Inquietações e hipóteses levantadas que só investigações futuras poderão responder, que se debrucem sobre esta temática nesta geografia ou noutras de Portugal. Pode, no entanto, constituir-se útil para trabalhos futuros que, refletindo sobre estas matérias, sedimentem estes conhecimentos e auxiliem no processo de reconstituição do tecido confraternal e sua ação em Portugal, na Época Moderna.

## Sebastianist traces in Northern Europe: the case of *Der Spanische Quintana* (1686-1687) by Werner Happel

Luis Conde Blázquez  
Universidad de Barcelona  
luisconde.blazquez@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-5278-9240>

Texto recebido em / Text submitted on: 23/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 15/05/2025

### *Abstract*

Eberhard Werner Happel wrote one of his European historical novels, which aimed to transport the reader to southern latitudes, in late 17th-Century Hamburg. The first character to be introduced in *Der spanische Quintana* (1686-1687), however, is not a Spaniard, but a Portuguese, Rotalino. After being enslaved, he has a conversation with his mistress, a Turkish widow, about the fate of D. Sebastião I, his reappearance in Venice and the integration of Portugal into the Spanish Monarchy. The following paper analyses the sebastianist elements present in the novel and reconstructs the sources on which it is based. By doing so, it illustrates the international circulation of ideas and information during the Early Modern Age.

Keywords: Sebastianism; Happel; Spanish Monarchy; Portugal; historiography.

### *Resumo*

Eberhard Werner Happel escreveu no Hamburgo de finais do século XVII um dos seus romances históricos europeus: *Der spanische Quintana* (1686-1687). A primeira personagem a ser apresentada, no entanto, não é um espanhol, mas um português, Rotalino. Depois de ter sido escravizado, conversa com a sua dona, uma viúva turca, sobre o destino de D. Sebastião I, o seu reaparecimento em Veneza e a integração de Portugal na monarquia espanhola. O artigo que se segue analisa os elementos sebastianistas presentes no romance e reconstrói as fontes em que este se baseia. Ao fazê-lo, ilustra a circulação internacional de ideias e informações durante a Idade Moderna.

Palavras-chave: sebastianismo; Happel; Monarquia Espanhola; Portugal; historiografia.

After his strange disappearance in the Battle of Alcácer-Quibir (1578), king Sebastian I inspired a secular prophetic movement. Sebastianism flourished in Portuguese society, shaping a mental framework behind which people's political and economic uncertainties could shelter. The proliferation of impostors helped for this set of beliefs to crystallise, not only on a popular level, but also as ideological and literary phenomena. The development of the press in a Europe eager for news, also contributed for sebastianist mythology to asdop an international dimension. This article reconstructs the reception of 16<sup>th</sup>- and 17<sup>th</sup>-century Portuguese prophetism in the work of Eberhard Werner Happel, a prominent German writer established in a city with a large community of Jews of Portuguese origin: Hamburg. It was there that he conceived *Der spanische Quintana* (1686-1687), a novel in which the hostilities between Spain and Portugal appear recurrently. This study analyses the sebastianist images echoed by the German novelist, and deciphers the dynamics of otherness reflected therein, alongside the mechanisms of historical reflexion within which they are contained.

### **1. Roots and development of Sebastianism: a historiacial approach**

In the Late Middle Ages, Iberian society witnessed a growing sentiment in favour of the restitution of unity of the Iberian Peninsula associated with the Visigothic Kingdom of Toledo. Indeed, numerous Spanish sources of the 14<sup>th</sup> and 15<sup>th</sup> centuries used the concept “restauración de España” as an imperative goal after it was “lost” following the Muslim irruption on Iberian soil. The Catholic Monarchs took advantage of this ambition, conceptualized by such authors as the Catalan Cardinal Margarit (1421-1484), the Extremadura-born Andrés Bernáldez (1450-1513), or the Castilian Hernando del Pulgar (1436? -1492), among others. Much of the Ferdinand II of Aragón (1452-1516) and Elizabeth I of Castile's (1451-1504) domestic policies are argued to have aimed to the reunification of Romans and Visigothic Hispania under the Catholic religion, as illustrated by the conquest of the Kingdom of Granada (1492), the annexation of Navarre (1512), and the strategic marriage policies with Portugal.

Blood ties between the Spanish and Portuguese royal families were strengthened by the marriage of Charles V (1500-1558) to Elizabeth of Portugal (1503-1539), and of her brother John III (1502-1557) to the youngest daughter of Joanna of Castile, Catherine of Habsburg (1507-1578). Another sister of the emperor, Joanna of Austria, reinforced these family bonds further when she married *infante* D. João Manuel (1537-1554). The strategy, however, did not

bear the desired fruit, at least until the occasion arose with the disappearance of Sebastian I (1554-1578).

The young Portuguese king, formed under the strictest Jesuit principles and still a representative of a typically medieval mindset, embarked on an ambitious martial undertaking of a Messianic nature to bring the *Reconquista* over the sea to North Africa. The expedition, which included soldiers, musicians, pages, poets, and the cream of Portugal's aristocracy, resulted in a catastrophic defeat, not only in quantitative, but also in qualitative terms: the king himself disappeared in the Battle of Alcácer-Quibir (1578). This seriously disrupted the Portuguese politics, forcing an interim in which the crown fell to the elderly Cardinal D. Henrique, uncle of D. Sebastian. The successor tried to rule a country torn by instability, where the absence of a firm heir to the throne only contributed to the proliferation of presages in an Ancien Régime-society.<sup>1</sup>

This prophetic environment intensified with the events that followed the passing of the Cardinal. Among the most relevant candidates for the succession were António, Prior of Crato (1531-1595), grandson of Manuel I; Catarina de Bragança (1540-1614), also a granddaughter of Manuel I; and the Spanish sovereign Philip of Habsburg (1527-1598), who had a solid Portuguese ancestry. Even if much of the nobility seemed to welcome a union with Spain under the person of Philip, which was regarded to be a possible solution to the kingdom's serious financial position, those who objected to this were also vocal. After exhausting diplomatic channels, the Prudent King, Philip II, decided to resort to arms by deploying an amphibious army to neutralize the movements of the Prior do Crato. The operation was successful: the Duke of Alba won the battle of Alcântara (25<sup>th</sup> August 1580), forcing an injured D. António to flee from Spanish persecution. Afterwards, he embarked in a tour through Europe that led him to cooperate with England and France. Later, he moved to the Açores before returning to Portugal and, finally, becoming the rallying-point of anti-Philippine resistance in his final residence, Paris.<sup>2</sup>

On the other hand, the brief military intervention of 1580 cleared the way for the Habsburg candidate to the throne. The ambitious project of reuniting Iberia under a single crown, already formulated during the reign of the Catholic Monarchs, became a reality with the coronation of Filipe I by the Parliament (*Cortes*) of Tomar (25 March 1581). This solemn ceremony opened a new

---

<sup>1</sup> Eliane de Alcântara Teixeira, "D. Sebastião: um Rei e um Mito", *Razón y Palabra*, 94 (2016), p. 876-883.

<sup>2</sup> Hermann, Jacqueline, "Um rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. António, prior do Crato", *Revista Brasileira de História*, 30 (2010) <https://www.scielo.br/j/rbh/a/phrh3CBspqNd4ZnJBqHBwhr/> (consulted 25th May 2024).

chapter in the annals of Portugal, but it did not imply a loss of political autonomy for the kingdom. Following the aggregation dynamics typical of early modern dynastic conglomerates (*æque principaliter*),<sup>3</sup> Portuguese privileges, parliament, and institutions were respected, and the structure of the Spanish *polisinodia* even incorporated a specific council to address Portuguese affairs.

Portugal's new position within the Hispanic Monarchy, which respected the country's culture and politics, contributed to the new king being widely accepted. What is more, it was not until the reigns of Philip III (Filipe II o Pio) and especially Philip IV (Filipe III o Grande) that support for the Iberian Union and the Habsburg project began to dwindle. Increasing taxes to support the 17<sup>th</sup>-century wars and the infringement of Portugal's constitutional freedom because of Madrid's centralist tendencies, stimulated a feeling of "Castilian domination", absent for most of the rule of Philip II.<sup>4</sup> For instance, Lisbon, a first-rate trade hub and meeting point between continents, drew the attention of the Castilian authorities after its incorporation to the Monarchy was a reality. This interest crystallized in a pharaonic, albeit unrealized project to connect both Iberian capitals through channels linking the rivers Tagus and Manzanares. The dream of physically integrating Portugal to the rest of the Peninsula using hydraulic engineering led also to consider a Porto-Burgos fluvial axis.<sup>5</sup>

However, while the work of adapting Portugal to the Spanish Monarchy was ongoing, mythical narratives about the true fate of King Sebastian and his eventual return began emerging in the popular imagination. The aura of mystery surrounding his burial only added fuel to the rumours: by order of the new sovereign, who received the lifeless body of the *desired* king,<sup>6</sup> Sebastian was deposited in the Monastery of the Jerónimos. Nonetheless, nobody had the opportunity to see the corpse before the funeral, which sowed doubts among the population. Thus, over the next two decades, reported sightings of the martyr of Alcácer-Quibir proliferated. Only three years after the coronation, Alcobaça

---

<sup>3</sup> On the mechanisms of integration in composite monarchies, see Xavier Gil Pujol, "Integrar un mundo. Dinámicas de agregación y de cohesión en la Monarquía de España" in O. Mazín and J. J. Ruiz Ibáñez (eds), *Las Indias Occidentales: procesos de incorporación territorial a las Monarquías Ibéricas (siglos XVI-XVIII)*, Mexico City, Colegio de México, 2012, p. 69-108.

<sup>4</sup> Mafalda Soares da Cunha, "Legitimações dinásticas em confronto: 1580 e 1640" in L. A. Da Fonseca (ed.), *Entre Portugal e a Galia (Sécs. XI a XVII). Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica*, Porto, Cepese-Fronteira do Caos, 2014, p. 335-342.

<sup>5</sup> Diego Suárez Quevedo, "Navegación fluvial e ingeniería militar en España, siglos XVI-XVII. De Pérez de Oliva y Antonelli, a Leonardo Torriani y Luis Carduchi", *Anales de Historia del Arte*, 17 (2007), p. 117-153.

<sup>6</sup> Due to the popular appeal of the martyr king, Sebastian was called in Portugal "o rei desejado".

witnessed the arrival of the King of Penamacor, and soon after another impostor, the cleric Mateus Álvares, was to come to light in Ericeira (1585). These sightings were not limited to Portugal. Even in the Castilian city of Madrigal de las Altas Torres, a baker called Gabriel de Espinosa claimed to be D. Sebastian a decade later. The list closes with the young Calabrese Marco Tulio Castizzone, whose advent took place in Venice in the epilogue of Philip II's reign, in 1598.<sup>7</sup>

The specific nature of these recurring appearance has led to the coining of the notion of "Sebastianism". The concept describes a messianic movement based on prophecies that made the young king the saviour of a people mired in uncertainty and financial crisis. In fact, the credibility of these providentialist accounts cannot be understood without considering the deep roots of prophetism in European and particularly Portuguese society. The auguries of Joaquim of Fiore (12<sup>th</sup> century) and Joan of Arc (14<sup>th</sup> century); the Castilian *coplas* of Mingo Revulgo (15<sup>th</sup> century); the incarnation of Ferdinand II the Catholic in Antonio Navarro; the so-called *Encobert* during the *Germanias* of Valencia (1525)... countless examples emphasise the extent of a phenomenon characteristic of highly-religious societies. In Portugal, this goes back to the miracle of Ourique. This ancient legend combined miracles and prophecies to explain the victory of King Afonso Henriques in the battle of Ourique (1139), a legend that was timely revived in the second half of the 16<sup>th</sup> century. Aware as he was of the importance of the theology of power, symbolic codes, and messianic metaphors in *Ancien Régime* societies, Philip II himself adopted Davidic attributes at his coronation as Filipe I. The Spanish chronicler Luis Cabrera de Córdoba gives the following account:

vestido [Philip II of Spain] con sotina y granalla de brocado carmesí con larga falda, que llevaba el conde de Matusinos, empuñando el cetro y con la corona parecía el rey David, rojo, hermoso a la vista y venerable en la majestad que representaba<sup>8</sup>.

Apart from precedents and analogies, the structural roots of Sebastianism have been identified by António Sergio in the adoption by the Portuguese people of Jewish messianism. Oliveira Martins, however, points to a more archaic substratum that combines Galician, Turdetanian, and Celtic beliefs,

---

<sup>7</sup> Eliane de Alcântara Teixeira, "D. Sebastião...", cit., p. 879-880.

<sup>8</sup> Translation from the Spanish: "dressed in *sotina* [names in Italics refer to Spanish garments] and crimson brocade *granalla* with long skirt, taken by the Count of Matusinos, wielding the sceptre and with the crown he looked like King David, red, beautiful to the eye and venerable in the majesty he embodied." Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2009, p. 69.

a conclusion shared by Van Besselaar when he establishes an evocative link between D. Sebastião and King Arthur<sup>9</sup>.

Regardless of the way it is interpreted, the sebastianist myth is underpinned by more secular factors and, in this regard, the sources of the myth's narrative model – the *trovas* of Bandarra (1510-1540) – must be emphasised. They are a series of predictions by the shoemaker Gonçalo Annes, which can be summarised as the coming of a redeemer king to put an end to the misfortunes of his people by establishing the Fifth Empire, i.e. a power of planetary dimensions. The numerous prodigies and revelations reported in Portugal at this time, reinforced by the apparitions mentioned above, show the wide influence of the famous *trovas* on the popular imagination in conjunction with the growing discontent with the Spanish authorities. One of the most notable episodes was the miracle of Santarém, which occurred on 13 June 1598: a boy born just two years earlier in unique circumstances rose up and, in a providential voice, proclaimed “Mãe, mãe, há de vir o Bastião!”<sup>10</sup> The natural reaction was to correct him, because the monarch the people expected was King António (Prior of Crato), but the child persisted in his vision. It was not the only episode of this nature: another boy, when his father was reading *Dialogos de varia historia* by Pedro de Mariz, asked him about the genealogy of the Portuguese monarchs. After his father explained it to him, the child began to weep in front of the image of Dom Sebastian, crying out the same words: “Há de vir o Bastião!” Interestingly, the prophecies came true in September with the return of the false king from Venice. As noted by Gonçalves Serafim, the major events rocking Iberian policies in 1598 make it unlikely that this “real” embodiment of Sebastianism was fortuitous: the death of Philip II triggered the first succession to the Portuguese throne by Spanish Habsburgs. In addition, the signing of the Peace of Vervins by Spain and France (1598) undermined Dom António's international support, already at a low after the death of the Prior of Crato three years before. As such, the hopes of his followers were solely placed on the messianic king who would come to redeem the people.

## **2. Sebastianist discourse in the dialogue between Rotalino and the turkish widow**

Im Jahr 1598. kam erst die obgemelte Erklärung an Tag, als der besagte Emanuel Antonez, indem er hörete, daß man anfienge zu sagen, daß Don

<sup>9</sup> Eliane de Alcântara Teixeira, “D. Sebastião...”, cit., p. 881-882.

<sup>10</sup> Translation from Portuguese: “Mother, mother, Sebastian is coming!”.

Sebastian wiederum vor den Tag kommen war, bestunde auszusagen, was er gesehen hatte.<sup>11</sup>

The news reported From Venice had continental repercussions, reaching as far as northern Germany, and almost a century later, literature still carried echoes of the sebastianist ideology in a novel written in the cosmopolitan late 17<sup>th</sup>-century Hamburg: *Der spanische Quintana* (1686-1687).

The work, a huge undertaking in four volumes with an aggregate of over 1,600 pages, is part of the series of novels that the erudite and renowned Baroque writer Eberhard Werner Happel (1647-1690) conceived to portray Europe's present and recent past. The author categorised his ambitious project as "Europäische Geschichts-Roman". The titles aptly represent a content characterised by the contrast of referential archetypes, a typical feature of Baroque literature, which in this instance are defined by national psychological traits: *Der italienische Spinelli* (1685-1686), *Der spanische Quintana* (1686-1687), *Der französische Cormantin* (1687-1688), *Der ungarische Kriegsroman* (1685-1697), *Der ottomanische Bajazet* (1688-1689), *Der teutsche Carl* (1690).

All the novels in the series share some features. First of all, they bring the reader closer to other worlds by reproducing the characteristics that the prevailing determinism of the cultural elites of the time assigned to each people. As a result, *Quintana* epitomises the bravery and nobility of the Spanish *hidalgo*, even though his compatriots behave angrily and arrogantly in other passages of the novel.

Of particular significance is the fact that the plot, which revolves around the main character's adventures and misadventures, is used as an excuse to display the author's erudition. Happel, in fact, can be regarded as a polymath, whose knowledge spanned a wide array of subjects, including history, geography, botany, ethnography, etc.<sup>12</sup> This blurs the boundaries between literary fiction and history, thus shaping a particular genre that, at first sight, might more aptly be regarded as a sort of *chiaroscuro*. For Happel, however, the function of the novel is to inform the reader and, in this regard, by presenting the true facts of history, to help humanity to overcome blindness: "Die Historie ist ein

---

<sup>11</sup> Eberhard Werner Happel, *Der spanische Quintana*, Ulm, Mateus Wagner, 1686, p. 39. Translation from the German: "In 1598, the declaration mentioned above only came to light when the aforementioned Emanuel Antunes, hearing that people were beginning to say that King Sebastião had appeared again, agreed to testify to what he had seen".

<sup>12</sup> Marília dos Santos Lopes, "Writing New Words: Eberhard Werner Happel and the Invention of a Genre" in *Turning Points: Concepts and Narratives of Change in Literature and Other Media*, 33, 2012, p. 351-360.

solch nützlich Werk / dass wir ohne dieselbe / wie blinde Leute / gleichsam im Finstern tappen würden".<sup>13</sup>

This informative and even didactic purpose, through the fictional recreation of events contemporary to the writing, also introduces aspects of journalistic literature. In addition, it is a strategy to quench the public's widespread thirst for news at the time when newsbooks and the first periodicals were emerging, particularly in one of the most powerful information hubs of the 17<sup>th</sup> century, Hamburg. The fact that Happel produced his last works, including the "European historical novels" in the mediatic, northern metropolis, earned him undisputed renown and allowed him to live off his writing.

However, the author's life was far from easy. He was born in Kirchhain (Hessen) to a humble family headed by a Protestant clergyman. Despite their little means, the young Happel was sent to study in Marburg, beginning a career that was only interrupted by the death of his father, which left him without funding. From then on, his life became a pilgrimage worthy of a Byzantine or even a picaresque novel: he travelled through different German principalities and even considered the possibility of embarking for Sweden or the East Indies. He finally settled in Hamburg, where he entered the local society through marriage. In his last years he worked as a private tutor, offering his services to the elite of Lower Saxony. His patrons included the Duke of Schleswig and the Hamburg syndic Julius Surland. This social capital gave him privileged access to rich libraries, the knowledge of which was moulded into the pages of his prolific output, as he admits in *Der ungarnische Kriegsroman*.<sup>14</sup> But before tracing the sources that led him to mention the sebastianist myth in the first volume of *Der spanische Quintana*, the way in which the doubts, prophecies, and apparitions surrounding the legendary king took shape in Happel's *informative imagination* must be reconstructed.

Following the archetypal patterns of the Baroque novel, which involve long concatenations of scenes and characters, the author opens the story with the arrival in Flanders of a Portuguese man, Rotalino (originally called Matusientos). There, he is received by the Spanish governor, who shows interest in his difficult journey through hostile lands and wild seas: two shipwrecks, an unknown island, and even the yoke of slavery adds an epic component to Rotalino's story. Happel uses all sorts of argumentative devices to overload the plot and thus confuse the reader by intertwining history and fiction. In his

<sup>13</sup> Eberhard Werner Happel, *Der spanische...*, cit., s.p.

<sup>14</sup> Orsolya Lénárt, "17th century Hungary in the work of Eberhard Werner Happel" in M. Wakonnig (ed.), *From Cultural Memories to Intercultural Exchanges*, Viena, Lit, 2012, p. 79-89.

speech to the governor and the other guests at the table (Neubrisseuris and Kircherus), Rotalino recalls his enslavement at the hands of the Ottomans: first he served a goldsmith and, after he died, he was sold to a good-hearted widow, a woman who had other Portuguese people in her service. Driven by curiosity at the other slaves' deference to the new arrival, the Turkish woman discovered that Rotalino was a count, which sparked a degree of solidarity between mistress and captive: they were united by the illustrious blood of the Portuguese nobility, as she claimed to be a descendant of the unfortunate King Sebastian, who not only did not perish in Africa, but also secured the continuity of his lineage by having a son.

With this reference to the mythical sovereign, the dialogue between the widow and her slave transposes historical facts and interpretations into the literary narrative. The woman's voice allows Happel to introduce an unofficial version of the end of King Sebastião: his death was not fortuitous, but the product of betrayal by his uncle, the King of Spain. The original text reads:

Er [D. Sebastian] hatte zwar deßfalls auch eine starcke Alliance mit dem damaligen König von Spanien, Philippo II. gemacht, wie er aber gelten solte, da zohé derselbe die Hand ab, gab keinen Succurs oder Auxiliar-Trouppen her, und verbotte über das bey Lebens-Straff in seinem ganßen Land, daß sich niemand unterstehen solte, dem König Sebastian in diesem Zug zu dienen. [...] Woraus viel schliessen wolten, Philippus II. habe dernach verlanget, daß sein Vetter, der Portugallische König, zusamt seiner schwachen Armee, unkommen möchten, so könnte er als dann Portugall mit Spanien unter eine Kron vereinigen, welches auch geschehen ist.<sup>15</sup>

The woman's bold conclusion is confirmed by the compromising letter found in the sack of Muley Maluco, one of the two Berber kings who fought the Portuguese. In it, Philip II notified the enemy of his decision, sacrificing "der beste Kern von der Jugend und Macht desselben Königreichs".<sup>16</sup>

To round off the story, the widow's interest in the story that followed the loss of the young king is seen to increase. Naturally, Rotalino compounds this by presenting a hostile view of Philip of Spain's manoeuvres to take over

---

<sup>15</sup> Eberhard Werner Happel, *Der spanische...*, cit., p. 32. Translation from the German: "He had struck a strong alliance with the king of Spain, Philip II, but when the time came to act, the latter withdrew his hand, denied him support or auxiliary troops and forbade anyone in his domains to serve King Sebastian on pain of death. [...] And many conclude from this that Philip II had wanted his cousin [sic], the Portuguese king, together with his weak army, to die, in order to unite Portugal and Spain under one crown, as finally happened".

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 33. Translation: "the best of the kingdom's youth and fortitude".

Portugal. The enslaved nobleman's monologue describes how, after the brief reign of Cardinal Henrique, the emperor's son rejected his will and resorted to the weapons of Spain's most feared general:

[Felipe II] Den Duc de Alba auß Niederland berieffe, und mit einer grossen Macht in Portugall schickte, dasselbe Königreich einzunehmen, da erwählten die Portugiesen, auß haß wider der Spanier, obgedachten Antonium Nothum alsobald zu ihrem König [...] Den Duc de Alba nahm eine Stadt nach der andern, und folglich das ganße Königreich ein.<sup>17</sup>

According to Rotalino's speech, this "hatred of the Spanish" led the Portuguese to choose an undeserving candidate over the Castilian sovereign. The change of demonym is neither a mistake nor a metonymy: in fact, Rotalino introduces a highly-significant nuance by pointing out the "grossem Haß wider die Castilianer".<sup>18</sup> This feeling is rooted in the cruelty of the neighbours illustrated by the rape of a peasant's wife by the soldiers of the Duke of Alba and the husband's reaction, taking revenge for their affront. This marks the emergence of the Spanish national heterostereotype, one of the most recurrent argumentative pillars of the so-called "black legend".<sup>19</sup>

As for the fate of King Sebastian, Happel invests Rotalino with the sceptical look of the Portuguese resistance, making a reference to the enigmatic burial of the fallen king: although it was said that his body was recognised and handed over to Philip II after the payment of 100,000 crowns, "die Portugesen aber sagen, daß sie nicht glauben, daß ihr *König* daselbesten todt geschlagen,

---

<sup>17</sup> Eberhard Werner Happel, *Der spanische...*, cit., p. 34. Translation: "[Philip II] summoned the Duke of Alba from the Low Countries and sent him with a great army to Portugal to conquer that kingdom, so the Portuguese, out of hatred against the Spaniards, immediately elected the aforementioned Antony Nothum as their king [...] The Duke of Alba took one city after another, and consequently the whole kingdom".

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 34-35. Translation: "great hatred for the Castilians".

<sup>19</sup> This controversial concept ("Leyenda negra") was coined in the early 20<sup>th</sup> Century by Spanish scholars to describe the alleged structural anti-Spanish propaganda, which, according to Julián Juderías (1914), appeared for the first time during the Dutch Rebellion (16<sup>th</sup> Century); decades later, Sverker Arnoldsson (1960) noted that a hostile view on Spain already existed in the regions of the Italian Peninsula under the rule of the Crown of Aragón during the 15<sup>th</sup> Century. By the 1600s, the proliferation of negative *topoi* about the Spanish had a continental dimension and seemed to build a rigid discourse that combined references to Spain's political ambitions (excessive power of the Inquisition, desire to rule the world) and the character of its peoples. Tyranny, cruelty, arrogance, anger, indolence, and pride were the traits most commonly attributed to the Spaniards. Holger Kürbis, *Hispania descripta. Von der Reise zum Bericht*, Frankfurt am Main, Peter Lang, 2004, p. 245-246.

noch sein Leichnam gefunden worden”.<sup>20</sup> After expressing these doubts, the nobleman reduced to slavery becomes the spokesman for a sebastianist discourse impregnated with epic images and vertebrated by the binary confrontation that characterises the great heroic stories: the righteous king, betrayed martyr, suffers the persecution of those who snatched his kingdom and is doomed to wander the world until he proves his royal identity. His prodigious escape from the battlefield in the middle of the night; the return to the Algarve to be sheltered in a Jerome monastery; the continuation of his particular ostracism through Europe, Africa, Ethiopia and Asia (naturally, always fighting the “Moor”); his life of spiritual perfection as an anchorite in the mountains; his arrival in Sicily and another betrayal by the servant who stole his clothes; his departure for Venice and the trial to prove the truth of his story; the constant threats from Spanish agents to kill him. It could indeed be the plot of a story from the Classical period, but the difference is that this narrative is but a succession of accounts given credit by the public opinion of his time, as will be noted later.

Before that, the sudden emergence of an alleged Sebastian I in 1598 deserves a more detailed analysis. This news had great repercussions in Europe, as illustrated by its mention in *Der spanische Quintana*.<sup>21</sup> This should be framed in the context of the widespread resistance to the messianic ambitions of the Catholic king of Spain. In line with the view conveyed by João de Castro, the most prolific sebastianist author, Werner Happel fictionalises a real story in which the man from Sicily was recognised by the Portuguese community in Venice. Faced with the growing intimidation of the *Serenissima* by Philip II’s diplomacy, the followers of the revenant helped him flee to Padua. It was the right decision: the Venetians had already started legal proceedings to determine the veracity of such a transcendent claim. Even after entrusting the defence to Dr Sampaio, the pretender’s strategy proved insufficient to counter the Spanish ambassador’s movements, so the self-declared Dom Sebastião was taken to a monastery, dressed in a monastic habit, and transported by gondola to later return to Padua and finally find refuge in Florence.

Philip II’s pressure, far from abating, turned to the Duke of Tuscany, who, after some enquiries, decided to send the false king to Orbetello, which facilitated his capture by agents of the Catholic monarch. From that moment on, the life of the man who claimed to be King Sebastian was in the hands of the Spaniards. He was first put in the dungeon of the Neapolitan Castel d’Uovo, in

---

<sup>20</sup> Translation: “the Portuguese don’t believe that their king fell dead, nor that his corpse has been found”. *Ibidem*, p. 39.

<sup>21</sup> The novel omits other prodigious episodes, e.g. the miracle of Santarém.

the custody of the Viceroy Count of Lemos. Although he was imprisoned and tortured, no amount of coercion could break the captive's determination and he even managed to arouse the compassion of his captors with his eloquence. Water, food, money, and even a reception in the palace show the relaxation of his imprisonment, which was only reversed when the viceroy was succeeded by his son. Sebastian's fate was then linked to the oar of a galley, which took him first to Barcelona and then to Sanlúcar de Barrameda. It was there that the defendant's story was once again given credit, in this instance by the highest local authorities, the Dukes of Medina-Sidonia. The piece of evidence that tilted the scales in his favour was that he remembered the gifts he gave them when he was still king: a sword and a jewel. The tears of the ducal couple were not enough to free Sebastian from the chains in which he died, but they contribute to give some nuance to the Spanish cruelty that pervades Rotalino's speech.

Apart from the succession of events reconstructed in a literally way by Werner Happel, the German polymath demonstrates his knowledge on the importance of prophecies for the Portuguese people when he closes the episode using the following words:

Zur selbigen Zeit wurden auch durch die Portugiesen viel alte Prophezeyungen wegen König Sebastians und seines Staats außgegeben, die in unterschiedlichen Historien angemerckt worden, sie lebten in der Hoffnung, das früh oder spät ihr gefangener König ihnen wiederum werde zugestellt werden.<sup>22</sup>

### **3. Information bridges between Sebastianist literature and Werner Happel**

One of the objectives set out in the introduction of this article was to reconstruct the sources that allowed the German author to have such an intimate knowledge of the story of King Sebastian. In order to shed light on this question, it is worth considering the powerful voice that the sebastianist cause found in authors such as the aforementioned João de Castro or Manuel Bocarro Francês. The latter, an interesting polyhedral figure who ended up offering his services to the Spanish Crown, resurrected messianic prophecies in his *Anacephalose da Monarchia Luzitana* (1624), while Castro, the most

---

<sup>22</sup> Eberhard Werner Happel, *Der spanische...*, op. cit., p. 52. Translation: "At the same time, the Portuguese also issued many old prophecies about King Sebastian and his state, which were mentioned in various histories; they lived in the hope that sooner or later their captured king would be delivered to them".

prolific author of the resistance to the Spanish Habsburgs, dedicated his life to a titanic anthropological and scholarly effort towards political legitimation. Ten years after the battle of Alcácer-Quibir, he addressed a *Discurso* to King Sebastian (1588) to inform him of the state of the kingdom. This was followed by *Tratado da Quinta Monarquia* (1597), *Aurora*, *Tratado Apologético e os Advertimentos ao sempre bem vindo e apparecido Rey D. Sebastião* (all published in 1604), *Novas Flores* (1607), *Comentário ao Apocalipse* (1612), *Declarações ao Profeta Daniel* (1613), *Segunda Parte da Paraphrase e o Tratado das Ordens* (1614), *O Anticristo* (1615), *Avisos para os conquistadores* (1617), *Renovaçam do Tratado Apologético* (1620), *Genealogia dos reis de Portugal* (1621), *Tratado dos Portugueses de Veneza* (1622-1623) and *Segundo apparecimento del Rey D. Sebastião*.<sup>23</sup>

This vast bibliography might have been complemented by the hectic activity of the press in the city where Happel shaped *Der spanische Quintana*. Early modern Hamburg was, in fact, a northern metropolis, cosmopolitan and polychromous, in which news and images of other worlds circulated as goods did. The economic vitality of the most flourishing Hanseatic city at the time was fuelled by the presence of vibrant and confessionally differentiated foreign minorities, mainly Catholic merchants belonging to the Italian nation and powerful Sephardic lineages of Portuguese origin. Although the latter claimed to be new Christians (they had actually fled the Iberian Peninsula as converts), their singularity as an endogamous group, capable of gaining political and diplomatic leverage thanks to their financial power, quickly became apparent.<sup>24</sup>

This influence is exemplified by their collaboration with the Portuguese rebels during the Restoration War (1640-1668). Practising a curious form of proto-nationalism, which was superficially at odds with their condition as exiles, many Sephardim mobilised resources and capital to facilitate the shipment of arms to Portugal and legitimise secessionist aspirations. One of the most prominent sebastianist authors, the aforementioned Manuel Bocarro Francês, settled in Hamburg. Other names that illustrate Portugal's importance in the northern metropolis are King Christina of Sweden's friends Manuel and Abraham Teixeira

---

<sup>23</sup> João Carlos Gonçalves Serafim, "D. Joao de Castro, «O Sebastianista»: Meandros de vida e razões de obra", Porto, Universidade do Porto (PhD dissertation), 2004, p. 1-2.

<sup>24</sup> On the relevance of the Sephardic community in early modern Hamburg, see Jorun Poettering, *Handel, Nation und Religion: Kaufleute zwischen Hamburg und Portugal im 17. Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 2013; and Hugo Martins, *Os judeus portugueses de Hamburgo. A História de uma comunidade mercantil no século XVII*, Florence, Firenze University Press, 2021.

and Daniel de Prado.<sup>25</sup> Some even had extensive credit networks across northern Germany as far as the court in Copenhagen: The Sephardim Gabriel Gómez, the third largest creditor to the Danish Crown, obtained a seat in Frederick III's government after the absolutist coup d'état of 1660.<sup>26</sup>

All of this illustrates the marked Portuguese accent of Happel's Hamburg. The Portuguese influence reached the city's powerful press, including one of the oldest and most widely read German-language newspapers: *Nordischer Mercurius*. Founded in 1664, it published extensive reports from a variety of sources, with monthly issues of up to fifty pages. This turned this gazette into an essential source for the precarious press system in the Scandinavian kingdoms. In fact, the Danish *Den Danske Mercurius* (est. 1666) and the Swedish *Post och Inrikes Tidningar* (est. 1645) had postal branches in the Hanseatic city and sent weekly operators to collect printed editions and begin the work of selecting, censoring and translating news.<sup>27</sup> In consequence, the tone and perspective adopted by the Hamburg media (whether newspapers, *Flugblätter*, or newsbooks, depending on the period) placed a decisive role in shaping public opinion in northern Europe. Concerning the Spanish-Portuguese tensions, the *Nordischer Mercurius* quickly echoed the Spanish disasters against the armies led by the Duke of Bragança. For example, in the first issue we read "Spanien das alte Reich / Demgar wenig Reiche gleich / hat nun auch was mehr zu klagen / als von guter Zeit zu sagen. / Dann es ist aus Portugal / (Welches Reichs Trompetten Schall / zimlich siegend sich lässt märken".<sup>28</sup> The image of a declining Catholic Monarchy is also echoed by the *Ordinarii Post Tijdender* (initial name of the *Post och Inrikes Tidningar*): the issue of 23 July 1645 reports Madrid's desperation, illustrated by its promises to ennoble anyone who helped fight the Portuguese rebels during the Restoration War.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> Bertil Maler, "Drottning Kristina, Abraham Teixeira, Daniel de Prado och greve Bernardino de Rebolledo", *Nordisk Judaistik/Scandinavia Jewish Studies*, 2 (1977), p. 22-26; Arno Herzig, "Die Hamburger Sephardim als Wirtschaftselite im 17. Jahrhundert", *West Bohemian Historical Review*, 1 (2011), p. 15-30.

<sup>26</sup> Johan Jørgensen, "Denmark's relations with Lübeck and Hamburg in the seventeenth century", *Scandinavian Economic History Review*, 11 (1963), p. 73-109.

<sup>27</sup> Paul Ries, "The politics of information in seventeenth-century Scandinavia" in B. Dooley; S. A. Baron (ed.), *The politics of information in Early Modern Europe*, London; New York, Routledge, 2005, p. 237-272.

<sup>28</sup> *Nordischer Mercurius*, January 1664, p. 6. Digital version available in <https://brema.suub.uni-bremen.de/zeitungen17/periodical/pageview/1076542>. Translation: "Spain, the old empire, / Like few empires / Has now more to complain about / Than to speak of good times. / Then it is from Portugal / (Which empire's trumpet sound / can be heard triumphantly [...])".

<sup>29</sup> Kungliga Biblioteket (SKB). *Ordinarii Post Tijdender*, year 1645, n. 30, 23<sup>rd</sup> July.

Equally revealing is the fact that news of the conflict came only from Lisbon or Hamburg, thus omitting the Spanish version.

However, Rotalino's account in *Der spanische Quintana* does not follow the sebastianist line conveyed by the books in the Hamburg libraries. A textual and critical comparison with other authors of the period reveals the author's true source: the Dutchman Pieter Bor (1559-1635). Together with Van Meteren, he was part of a generation of Dutch historians committed to independence from the Philippine yoke and concerned with bequeathing the drama of the rebellion and subsequent repression to posterity. However, these authors refrained from adopting the polemical tone of pamphlets, attempting to precisely reconstruct the events and even to analyse the psychology of the characters. In this way, Bor is no stranger to the copious praise heaped on Philip II by other historians (not just Spanish ones). Like them, the Dutchman recognises the enormous political intelligence of a man who used religion as a power strategy.<sup>30</sup> The same conclusion was reached by another Dutch writer, Everard van Reyd (1550-1602): "[...] hy [Philip II] beschuldight werdt, sich te bekleeden met den schoonen schijn van de Roomsche Religie, als die bequaemste oprichtinghe zijner Monarchy, ende andersins die selve weynich achtende, waneer hy beter voordeel sach".<sup>31</sup> This judgement evokes another episode in the long narrative axis of Eberhard Werner Happel's novel. The passage recreates a Berber gaol populated by Christian prisoners of different origins. The prison did not deny them of access to the chapels opened and tolerated by the Muslim authority, so the Portuguese inmates decided to honour their homeland by placing the Bragança coat of arms over the entrance. This act unleashed the wrath of the Spaniards, who destroyed the coat of arms and stormed the sacred space, causing riots in the city. In the turmoil, the local population attacked Christian symbols, reducing churches, images, and altars to ashes.<sup>32</sup> Between the lines, these fictional events recall Bor and Van Reyd's conclusion: Spain confuses its national interests with those of Catholicism, and in doing so only harms the Roman faith.

Returning to the disappearance of King Sebastião and its consequences, Bor writes:

---

<sup>30</sup> Leonardo H. M. Wessels, "Tirano o soberano. La imagen cambiante de Felipe II en la historiografía holandesa desde Bor hasta Fruin (siglo XVI-XIX)", *Cuadernos de Historia Moderna*, 22 (1999), p. 157-181.

<sup>31</sup> Translation from the Dutch: "He [Philip II] was accused of cladding himself with the fair lustre of the Roman Religion, as the most appropriate foundation of his monarchy, and otherwise esteeming it little, when he saw better advantage". Everard Van Reyd, *Oorspronck ende voortganck van de nederlandstche oorloghen*, Amsterdam, Everhard Cloppenburgh, 1644, p. 518.

<sup>32</sup> Eberhard Werner Happel, *Der spanische...*, cit., p. 360-362.

En dat de Conink van Spangien met de vlote die hy bereid hadde en die men hadde laten luiden dat op Barbarien soude varen, op Portugael wilde, om 't selve metten wapenen in te nemen en te conquereren, also den roep ging dat die van Portugael Don Antonio wilden tot Conink maken door den haet die sy de Spangiaerts toe drogen.<sup>33</sup>

This paragraph alone, from the fourteenth volume of his *Oorsprongk, begin, en vervolgh der nederlandsche oorlogen* (1680), contains two ideas present in *Der spanische Quintana*. First, the fact that Philip of Spain had ships ready for Barbary implies the betrayal referred to by the Turkish widow. Second, the choice of Don Antonio as king just to avoid subjugation to Spain, which Happel expresses in the following words: “Obgleich die Portugiesen wol wußten, daß Antonio die Kron mit Recht nicht gebührete, so erwählten sie ihm dennoch bloß, auß grossem Haß wider die Castilianer”.<sup>34</sup>

The most transparent illustration of the connection between Happel and Bor is the passage that reconstructs the imprisonment of the revenant in the castle of Naples. The novel includes an epic speech by a man who fears nothing, being the bearer of truth. These were the words that, in Rotalino’s account, he pronounced before the general:

Ich bin der König Sebastian von Portugall, der im Jahr fünffzehnhundert acht und siebzig wider die Mohren in Africa überschiffte, der sag ich, der der Christenheit zum Besten, sich selber und sein Leben in Gefahr geseßt hat; der Unglückliche, der wegen seiner Sünden eine Schlacht verlor, welche viel Unheil in der Christenheit verursacht hat. Dieses [...] ist die Wahrheit, und anders weiß ich nichts zu sagen.<sup>35</sup>

This is a literal translation from a passage in Bor’s work:

---

<sup>33</sup> Translation: “And that the King of Spain, with the navy which he had prepared and which he had announced that it was to be sent into Barbary, wanted it to sail to Portugal instead, and this to immediately take [the country] by force of arms and to conquer it. There was also word that the Portuguese wanted to make Dom Antonio the king because of the hatred that they harboured for the Spaniards”. Pieter Bor, *Oorsprongk, begin, en vervolgh der nederlandsche oorlogen*, vol. II, Amsterdam, Joannes van Sommeren, 1680, p. 178.

<sup>34</sup> Translation: “Although the Portuguese were well aware that Antonio was by right not entitled to the crown, they merely mentioned it to him out of their great hatred for the Castilians”. Eberhard Werner Happel, *Der spanische...*, cit., p. 34-35.

<sup>35</sup> Translation: “I am King Sebastian of Portugal, who in the year 1578 sailed against the Moors in Africa, the one who, for the good of Christendom, put himself and his life in danger; the unfortunate man who, because of his sins, lost a battle that caused much harm to Christendom. This [...] is the truth, and I have nothing else to say”. Ibidem, p. 47.

Ik ben die Don Sebastiaen Conink van Portugael, die Anno 1578. in Africa tegen d'ongelovige overscheepte, de gene die om 't getal en macht der Christenen te vermeerderen, sijn leven in hazard stelde, dien ongeluckigen, die om zijnder sonden wille eenen slag verloor, waer van 't verlies so veel ongeluks en veranderinge in de Christenheyt veroorsaekt heeft: dit is de waerheyt, en wete anders niet te seggen.<sup>36</sup>

No knowledge of German and Dutch is necessary to appreciate the obvious convergences between the two texts. Although this could seem like a coincidence resulting from the use of a common source, Happel's account evidences several connections with volumes written by Dutch historians almost a century earlier. The reuse of ideas and words was by no means perceived as plagiarism in Early Modern Europe. As Roe has recently stressed, "the value of a work derived from its conformity to the great works of the past" and, consequently, the (literal) reproduction of previous texts was regarded as a mechanism to make truth accessible to a wider public.<sup>37</sup>

The corollary of Bor and Happel's intertextuality is the mediating role of Dutch historiography in the transmission of the sebastianist message, subordinated to the aim of legitimising the rebellion in the Netherlands and generating a hostile image of the Catholic monarch. As such, the outbreaks of Portuguese resistance to the Iberian Union attracted the attention of authors like Bor and Reyd. Their works, written in a language that was easier to understand for northern scholars, helped to spread the myth of a returned King Sebastian in the north of the continent. What is more, Rotalino's discourse also echoes that of the German Protestants, who stressed the contrast between German freedom ("Teutsche Libertet") and Spanish serfdom ("Hispanische Servitut").<sup>38</sup> Naturally, João de Castro's exile in the French capital and highly mediatic events such as the appearance of the Venetian Sebastian came to reinforce a cause whose interests were in line with those of part of the European public opinion: the fight against Spanish hegemony.

---

<sup>36</sup> Pieter Bor, *Oorsprongk, begin, en vervolgh der nederlandsche oorlogen*, vol. IV, Amsterdam, Joannes van Sommeren, 1684, p. 622. The translation is almost identical to that of the text in the previous note.

<sup>37</sup> Glenn Roe, "Text reuse as cultural practice: intertextuality in the 18th-century digital archive", *Digital Enlightenment Studies*, 2 (2024), p. 1-30

<sup>38</sup> Thomas Weller, "Andere Länder, andere Riten? Die Wahrnehmung Spaniens und des spanischen Hofzeremoniells in früneuzeitlichen Selbstzeugnissen aus dem deutschsprachigen Raum" in A. Bähr, P. Buschel, G. Jancke (ed.), *Räume des Selbst. Selbstzeugnisforschung transkulturell*, Cologne; Weimar; Vienna, Böhlau, 2007, p. 41-55.

## Conclusions

The equivocal fall in battle of King Sebastian I put an end to his reign, but did not bury his figure. He continued to cast a long shadow over a country torn by uncertainty, where some saw Philip II as an opportunity for regeneration while others clung to the memory of a king invested with a prophetic halo. However, it cannot be denied that the political practices of these two Iberian sovereigns, united not only by blood ties but also by messianic aspirations, were not so different. This did not impede the emergence of a form of proto-nationalist particularism, reinforced by dynastic claims and, in this regard, loyalty to the Avis created another focus of resistance in a Europe mistrustful of the designs of Philip II of Spain. As a result, Sebastianism transcended its most popular expressions and was elevated to the political and historiographical literature of the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries.

In *Der spanische Quintana*, Happel did not miss the opportunity to revisit the unfortunate story of King Sebastian I in an attempt to create a novel about the Hispanic Monarchy. With the end of Sebastian's reign, and after the death of Cardinal Henrique, Portugal was incorporated into the global project of the Spanish Monarchy, which could not prevent the appearance of sceptic circles. This confrontation between neighbours under the umbrella of the Catholic King creates an argumentative niche in which the otherness that separates the Portuguese and the Castilians is notorious. The cruelty of the Duke of Alba's troops; the voracity of a Castile interested in extending over the whole Iberian Peninsula; the mistrust inspired by impostors; the anger and pride of the prisoners in Barbary... This imagery, mediated by Happel's writing, brings together the most negative *topoi* about the Spanish as seen through Portuguese eyes. Nevertheless, there are also expressions of sympathy from the Dukes of Medina-Sidonia, who were born in the sweet lands of Andalusia, not the harsh Castilian Meseta.<sup>39</sup> Their compassion, complemented by the nobility and quixotic heroism of the novel's main character, the Spanish Quintana, reinforces the contradictory image aroused by the *homo hispanicus* in the Early Modern Age.

---

<sup>39</sup> The hostility towards Castile within the natural borders of the Iberian Peninsula was not limited to Portugal. Alongside other provinces such as Catalonia, Aragón or Valencia, Andalusia also took part in the social unrest the Spanish Monarchy had to face in the decades of 1640-1650. As for the so-called "Alteraciones andaluzas", discontentment with the Castilian government led to some kind of approach to Portugal, as illustrate the following verses contained in a pamphlet: "*Que se da a Sevilla, ser más de Portugal que de Castilla*" (Translation: That it is given to Seville to be more part of Portugal than of Castile).

The purpose of this article was also to analyse and explain how the disappearance of the desired king came to be reflected in a German novel from the late 16<sup>th</sup> century. The first hypothesis pointed to the spatial context in which the work was conceived: Hamburg. As noted, it was the Venetian revenant who, two decades after the battle of Alcácer-Quibir, brought back the sebastianist cause to the international arena, once the news was amplified by a historiography conceived to serve political interests. In this regard, although Paris was the main seat of the sebastianist exile, Dutch historians were the ones who projected their principles onto a continent-wide stage. The Netherlands, traditional mediators between northern Europe and the Iberian Peninsula, continued playing this role despite the war and, in line with this, Bor was Happel's inspiration for the exchanges between Rotalino and the Turkish widow.

The results of this study help to outline the cultural integration of a Europe where dynastic confrontations, cultural differences, and confessional rivalries did not prevent the dissemination and reshaping of ideas. Eberhard Werner Happel illustrates the figure of the European erudite capable of turning words into bridges. Thus, with his "Europäische Geschichts-Romane", and particularly with *Der spanische Quintana*, the German author drew a point in which Portugal, Spain, Italy, the Netherlands, and the Empire converged.



# La materialidad de los libros en el ámbito doméstico de las élites gallegas a fines de la Edad Moderna<sup>1</sup>

## The materiality of books in the domestic sphere of the Galician elites at the end of the Early Modern Age

Daniel Mena Acevedo

Universidad de Santiago de Compostela

menaacevedodaniel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6471-3219>

Texto recibido em / Text submitted on: 29/01/2025

Texto aprobado em / Text approved on: 21/04/2025

### *Abstract*

This paper aims to study the libraries of the elites in Galicia at the end of the Ancien Régime from the point of view of the material culture in which these cultural objects were integrated. Thus, we will study the presence of books in the urban and rural residences of ecclesiastics, men of law, nobles, merchants and women. Following the contributions of Jean Quéniart, we will measure the size of the libraries, from small groups with less than one hundred books to large libraries that exceeded 300 volumes. Likewise, we will focus our attention on the price, format and binding of books to identify the most valued books in economic terms such as liturgical books, dictionaries and richly illustrated volumes. Finally, we will delve into the relationship between books and the rooms and domestic furniture in which they were kept and used.

Keywords: Private libraries; books; material culture; Galicia; Early Modern Age.

### *Resumo*

El presente artículo tiene como objetivo el estudio de las bibliotecas de las élites en Galicia a fines de la Edad Moderna desde el punto de vista de la cultura material en que estos objetos culturales estaban integrados. Así, estudiaremos la presencia de los libros en las residencias urbanas y rurales de eclesiásticos, hombres de leyes, nobles, hombres de negocios y mujeres. Siguiendo las aportaciones de Jean Quéniart, mediremos el tamaño de las bibliotecas, desde pequeños conjuntos con menos de cien libros hasta grandes bibliotecas que superaban los 300 volúmenes. Asimismo, centraremos nuestra atención en el precio, el formato y la encuadernación de los libros con el fin de identificar las obras más apreciadas en términos económicos como las obras litúrgicas, los diccionarios y los libros ricamente ilustrados. Por último, profundizaremos en la relación de los libros con las estancias domésticas y los muebles en los que fueron conservados y utilizados.

Palabras clave: Bibliotecas privadas; libros; cultura material; Galicia; Edad Moderna.

---

<sup>1</sup> Investigación financiada por el proyecto de Investigación Ciudades y villas del Noroeste Ibérico: gobernanza y resistencias en la Edad Moderna (PID2021-124823NB-C21), financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación, la Agencia Estatal de Investigación y fondos FEDER.

## Introducción

La presencia de libros en el seno de la cultura material de un individuo plantea preguntas sobre las inquietudes culturales del propietario, sus necesidades profesionales, el interés económico de los libros, la voluntad de ostentación, las posibles razones sentimentales, el goce estético de las obras o la mera conservación de objetos heredados de generaciones pasadas. Ciertamente, no es fácil indagar acerca de lo que leyeron los hombres y mujeres del pasado, sobre todo teniendo en cuenta la importancia del préstamo y el recuso a las bibliotecas institucionales. Es más, como nos recuerda Robert Darnton, tenemos un conocimiento muy limitado con respecto al cómo fueron leídos e interpretados los contenidos<sup>1</sup>.

A la luz de los inventarios de bienes, no siempre resulta posible conocer los aspectos materiales de los libros que conformaron una biblioteca particular como, por ejemplo, la encuadernación, el formato, la edición y el precio, sin olvidar los muebles y las estancias domésticas en que fueron conservados y usados los impresos y los manuscritos. Debido a la lógica económica de los recuentos, los libros deteriorados por el uso cotidiano, las gacetas, los impresos de cordel y en definitiva cualquier objeto de poco o nulo valor económico, fueron sistemáticamente desdeñados y omitidos. No solo eso, pues los inventarios no nos permiten, salvo noticias excepcionales, conocer el origen de los libros inventariados (herencias, compras, regalos, etc.) y su destino posterior (repartos, legados, almonedas, sustracciones, destrucción, etc.). Por este motivo, resulta necesario el estudio de otras fuentes documentales como los testamentos y, cuando es posible, analizar los ejemplares conservados hasta nuestros días<sup>2</sup>.

Parroquia, villa o ciudad	Eclesiásticos	Hombres de letras	Hidalguía y nobleza	Comerciantes y empresarios	Mujeres	Total	Porcentaje
A Coruña	2	8	11	31	11	63	29,7
Santiago de Compostela	14	3	12	11	8	48	22,6
Betanzos			1		2	3	1,4

<sup>1</sup> Robert Darnton, *Los best sellers prohibidos en Francia antes de la revolución*, México, Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 255-370.

<sup>2</sup> Miguel Taín Guzmán, “La biblioteca del canónigo maestrescuela Diego Juan de Ulloa, impulsor del Barroco compostelano”, *Sémata. Ciencias Sociais e Humanidades*, 10 (1998), p. 321-357.

Carril				2	1	3	1,4
Ferrol			2		1	3	1,4
Oca, San- to Estevo			3			3	1,4
Oíns, San Cosme			3			3	1,4
Oleiros, Santa María			1	1	1	3	1,4
Quembre, San Pedro		1	1		1	3	1,4
Rutis, Santa María	1		1	1		3	1,4
Otros	6	9	47	4	11	77	36,3
Total	23	21	82	50	36	212	100

Tabla 1 – Localización de las residencias de las élites gallegas inventariadas entre 1750-1819.

Fuente: Elaboración propia.

El presente artículo, por consiguiente, tiene como objetivo el estudio del libro como parte del universo material que albergaron los hogares de la élite social en un mundo provincial del noroeste de la península ibérica como era Galicia. Así, esta investigación se basa en el trabajo de 131 inventarios de bienes confeccionados entre 1750 y 1819, que corresponden a un total de 212 residencias urbanas y rurales, toda vez que, lógicamente, un mismo propietario podía disponer de dos o más inmuebles. Un 56% de los recuentos corresponden a viviendas urbanas, principalmente de Santiago de Compostela (22,6%) y La Coruña (29,7%), dos modelos urbanos muy diferentes desde el punto de vista social, económico y cultural.

A mediados del siglo XVIII, Santiago de Compostela seguía siendo el principal núcleo urbano del norte peninsular con 16.000 habitantes y el principal centro cultural gallego, dotado con una Universidad e importantes bibliotecas institucionales de carácter eclesiástico, así como también con las dos únicas imprentas que operaron en Galicia hasta comienzos del siglo XIX<sup>3</sup>. Asimismo,

<sup>3</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y lectura en Galicia. Siglos XVI-XIX*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2003.

la ciudad no solo disponía de una oferta significativa de libros, sino también de importantes consumidores encabezados por el alto clero catedralicio y distintas familias nobles e hidalgas.

En el caso de A Coruña, hablamos de una ciudad administrativa y comercial, sede de importantes instituciones como la Real Audiencia y la Real Intendencia de Galicia, pero también uno de los puertos más importantes del noroeste peninsular. En 1764, la ciudad quedó abierta al tráfico comercial con América<sup>4</sup>, lo que tuvo importantes consecuencias demográficas, pasando de los 7.500 habitantes a mediados del siglo ilustrado a los 13.500 en 1787; sociales, con la formación de una rica burguesía comercial; y culturales, con la ampliación de la oferta y aceleración de la difusión de impresos<sup>5</sup>. Por este motivo, la mayor parte de los ejemplos de hombres de leyes y de negocios que hemos estudiado estaban afincados en esta ciudad portuaria.

Un 44% de los inventarios corresponden a inmuebles rurales, que en su mayor parte fueron segundas residencias de las élites rentistas. De algunas de estas casas, como el pazo de Oca, parroquia de San Estevo de Oca, a 20 kilómetros de Santiago, disponemos de dos o más inventarios, lo que amplía notablemente nuestras posibilidades de análisis de los libros desde el punto de vista material.

### **La posesión de libros**

Las investigaciones sobre bibliotecas particulares llevadas a cabo en Francia y en España nos ofrecen una precisa visión sobre la posesión de libros a fines de la Edad Moderna. Partiendo de una amplia muestra de 5.150 inventarios de bienes, Quéniart puso de manifiesto la evolución de la posesión de libros en el seno de los hogares de nueve villas de la Francia occidental entre finales del siglo XVII y la víspera de la Revolución, a saber: 24,8% (1695-1700), 34% (1725-1730), 36,6% (1755-1760) y 38,2% (1785-1789)<sup>6</sup>. Por lo que respecta al mundo urbano del noroeste peninsular, a pesar de la disparidad de criterios aplicados en los trabajos, se constatan porcentajes y tendencias semejantes. Así, se ha calculado

---

<sup>4</sup> Luis Alonso Álvares, *Comercio colonial y crisis del Antiguo Régimen en Galicia (1778-1818)*, A Coruña, Xunta de Galicia, 1986.

<sup>5</sup> Daniel Mena Acevedo, “Oferta y circulación de libros en un puerto atlántico del Noroeste español: La Coruña a fines de la Edad Moderna”, *Trabajos y comunicaciones*, 61 (2025), p. 1-17.

<sup>6</sup> Jean Quéniart, *Culture et société urbaines dans la France de l’ouest au XVIIIe siècle*, Paris, Klincksieck, 1978, p. 158.

un 31,5% para Santiago de Compostela<sup>7</sup> durante el siglo XVIII; un 32,7% para Oviedo<sup>8</sup> durante la misma centuria, aunque el porcentaje asciende al 44,8% a fines de siglo; mientras que para León<sup>9</sup> hablamos de un 40% en la primera década del Setecientos y un 55% en la última. En el caso del mundo urbano guipuzcoano<sup>10</sup>, un 27,1% de los inventarios de bienes mencionan libros entre 1675-1849, aunque se echa en falta un análisis social y cronológico pormenorizado. Más sorprendente resulta el 20,4% calculado para Valladolid<sup>11</sup> durante el siglo ilustrado, toda vez que hablamos de una importante ciudad administrativa.

Sobre el total de 131 recuentos de bienes de una o más residencias de individuos de las élites gallegas entre 1750 y 1819 se constata la presencia de al menos un libro en un 64,1% de los casos, aunque no ha sido posible determinar una tendencia global. En cualquier caso, se trata de un resultado elevado en términos del norte peninsular, lo cual es fácil de explicar debido al perfil socioeconómico y cultural de nuestra muestra. En cualquier caso, el libro fue un bien socialmente muy limitado en Galicia, sobre todo si tenemos en cuenta las bajísimas tasas de alfabetización que caracterizaron este territorio hasta el período contemporáneo<sup>12</sup>.

Grupos		1750-1784	1785-1819	1750-1819	
Eclesiásticos	Número de inventarios	8	5	13	
	Inventarios con libros	N.º	7	5	12
		%	87,5	100,0	92,3
Hombres de letras	Número de inventarios	4	9	13	
	Inventarios con libros	N.º	4	8	12
		%	100,0	88,9	92,3

<sup>7</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 733.

<sup>8</sup> Baudilio Barreiro Mallón, “La lectura y sus problemas en el norte de la península: estado de la cuestión”, *Bulletin Hispanique*, 99, 1 (1997), p. 79.

<sup>9</sup> Jean-Marc Buigues, “Los libros de los leoneses en la edad moderna”, *Bulletin Hispanique*, 99, 1 (1997), p. 227. Conviene tener presente que para el período 1790-1800 el porcentaje se reduce al 15%.

<sup>10</sup> Juan Madariaga Orbea, “Bibliotecas particulares guipuzcoanas entre 1675 y 1849” in José Ángel Achón Insausti et al. (eds.), *Antes y después de los mass media: actores y estrategias comunicativas*, Madrid, Dykinson, 2016, p. 81.

<sup>11</sup> Covadonga Matos Eguiluz, *Las lecturas y los libros en Valladolid (siglo XVIII)*, tesis doctoral, Universidad de Valladolid, 2012, p. 238.

<sup>12</sup> Aún a la altura de 1860 la tasa de alfabetización gallega era solo de un 3,65% de media, lo que la situaba en la cola del territorio nacional (14%), Ana Sixto Barcia, *Letras entre ruelas, redes y arados*, Santiago de Compostela, Andavira, 2021, p. 330.

Nobles e hidalgos	Número de inventarios		21	21	42
	Inventarios con libros	N.º	16	14	30
		%	76,2	66,7	71,4
Comerciantes y empresarios	Número de inventarios		6	34	40
	Inventarios con libros	N.º	3	16	19
		%	50,0	47,1	47,5
Mujeres	Número de inventarios		12	11	23
	Inventarios con libros	N.º	6	5	11
		%	50,0	45,5	47,8
Total	Número de inventarios		51	80	131
	Inventarios con libros	N.º	36	48	84
		%	70,6	60,0	64,1

Tabla 2 – Presencia de libros en los inventarios de miembros de la élite social gallega (1750-1819).

Fuente: Elaboración propia.

En Galicia, como en cualquier otro territorio, la difusión de los libros respondió a distintos ritmos espaciales y socio-profesionales<sup>13</sup>, de suerte que los principales consumidores de libros fueron los eclesiásticos y los hombres de leyes afincados en las ciudades. Por este motivo, las principales bibliotecas particulares fueron propiedad de los miembros del alto clero compostelano<sup>14</sup> y ciertos profesionales de la Real Audiencia<sup>15</sup>, junto con algunas familias de la nobleza<sup>16</sup>, aunque, como veremos, rara vez excedieron la posesión de 300 volúmenes.

<sup>13</sup> Ofelia Rey Castelao, “A vueltas con la difusión de impresos en la Edad Moderna” in Manuel-Reyes García Hurtado (ed.), *Modernitas: estudios en homenaje al profesor Baudilio Barreiro Mallón*, A Coruña, Universidad de A Coruña, 2008, p. 32-36.

<sup>14</sup> Baudilio Barreiro Mallón, “Las clases urbanas de Santiago en el siglo XVIII: Definición de un estilo de vida y de pensamiento” in Antonio Eiras Roel (ed.), *La historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1981, p. 473; Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 234-248.

<sup>15</sup> Eva Sampayo Seoane, *Los grupos sociales coruñeses durante el siglo XVIII, a través de los inventarios post-mortem*, tesis de licenciatura, Universidad de Santiago de Compostela, 1996, p. 251-257.

<sup>16</sup> Ofelia Rey Castelao, *Aproximación a la historia rural en la comarca de la Ulla*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1981, p. 158; Leopoldo Fernández Gasalla, “La Biblioteca de D. Andrés de Mondragón, I Marqués de Santa Cruz de Rivadulla, mecenas y político gallego del siglo XVII (1645-1709)”, *Cuadernos de estudios gallegos*, 42, 107 (1995), p. 499-564.

Tanto en el clero como entre los hombres de leyes y letras, el libro era por principio un instrumento fundamental para el desempeño de las actividades profesionales cotidianas, lo que explica su presencia en un 92,3% de los inventarios de ambos grupos sociales. Se trata así de un porcentaje muy superior al 62% presentado por López López para el caso de las bibliotecas de los miembros de la administración y los hombres de leyes en Oviedo durante el Antiguo Régimen<sup>17</sup>. Ahora bien, el problema fundamental estriba en aclarar las razones de la ausencia de libros en los inventarios, lo que pudo responder a cesiones realizadas en vida del difunto, cuando no a deficiencias de las fuentes. De esta manera, no se mencionan libros en la carta de pago de los bienes del canónigo don Juan Francisco Suárez de Deza, marqués de Viance, que recibió su heredera, doña Isabel Pardo Ribadeneira, en 1780; ni tampoco en el inventario *post-mortem* de don Juan de Pazos, procurador de la Real Audiencia, que falleció en San Martiño de Andeiro en 1785.

Por lo que toca al resto de los miembros de la élite social, con la excepción de los militares, las necesidades profesionales no constituyen el factor principal de la posesión de libros, sino una razón más entre otras de tipo intelectual, económico, devocional o sencillamente hereditarias, que son prácticamente imposibles de ponderar a la luz de las escrituras conservadas. Precisamente, porque el libro no siempre constituyó un instrumento de trabajo, los porcentajes son notablemente inferiores, a saber: 71,4% entre la nobleza y la hidalguía, 47,8% entre las mujeres y 47,5% entre los individuos ligados a las actividades comerciales y empresariales. Como consecuencia del perfil socioeconómico de nuestra investigación, los resultados superan ampliamente los datos ofrecidos por Barreiro Mallón para el caso compostelano durante el Setecientos: un 50% para la nobleza y un 36% para la burguesía, aunque, como ya advirtió el autor, no hay que perder de vista las “más que probables lagunas”<sup>18</sup>. Buen ejemplo de este hecho es el inventario realizado en 1752 de los bienes de don Nicolás Giráldez, regidor perpetuo y alguacil mayor de millones de Santiago de Compostela. A la muerte de este hidalgo, los encargados de identificar los bienes muebles solo dejaron constancia de dos misales repartidos entre la vivienda urbana y la casa de campo de Oíns, aunque en la primera residencia se anotó la existencia de tres estantes destinados “a libros”<sup>19</sup> en un dormitorio, una alcoba y un retrete.

---

<sup>17</sup> Roberto J. López López, “Lectores y lecturas en Oviedo durante el Antiguo Régimen” in *Actas del I Congreso de Bibliografía Asturiana*, vol. 2, Oviedo, Consejería de Educación, Cultura, Deportes y Juventud, 1992, p. 786.

<sup>18</sup> Baudilio Barreiro Mallón, “Las clases...”, cit., p. 473.

<sup>19</sup> Archivo Histórico Universitario de Santiago (AHUS), Protocolos notariales de Santiago, Leg.3.434.

Entre los miembros del segundo estamento, se detecta un descenso en la posesión de libros a lo largo del período estudiado, pasando del 76,2% en los años 1750-1784 al 66,7% en los años 1785-1819, lo que puede deberse a problemas de representatividad de la muestra. No obstante, cabe decir que Quéniart constató una tendencia similar para la nobleza de las ciudades de la Francia occidental durante la segunda mitad del siglo XVIII, a saber: un 88% en los años 1755-1760 y un 79% en el período 1785-1789. En el caso bordelés, los cálculos de Figeac establecieron un 81,5%<sup>20</sup> de inventarios de nobles con libros para el período 1770-1794, lo que concuerda con el panorama ofrecido por Quéniart. Ahora bien, si diferenciamos entre la nobleza titulada y la hidalguía matizaremos nuestros resultados. De este modo, entre los nobles gallegos el libro está presente en todos los casos, mientras que en las casas hidalgas el porcentaje se reduce al 67,6%.

En cuanto a los comerciantes y hombres de negocios, también se verifica un descenso porcentual: 50% entre 1750-1784 y 47,1% entre 1785-1819. Volviendo al caso bordelés, Gardey constató la presencia de libros en un 34,1% de los inventarios de negociantes y comerciantes entre 1784-1825, pero con la notable diferencia de un 45,9% entre los primeros y solo un 17,9% por lo que toca a los segundos<sup>21</sup>.

Con respecto a las bibliotecas de las mujeres, Weruaga Prieto puso de relieve para el caso salamantino que su porcentaje fue siempre inferior a las masculinas entre los siglos XVII y XVIII. En concreto, los inventarios de mujeres con libros en la Salamanca de mediados del siglo ilustrado no excedieron el 20%, alcanzando un máximo en la década de 1770 de casi un 40%<sup>22</sup>. Nuestros resultados avalan esta conclusión, si bien, por las razones ya reiteradas, los porcentajes obtenidos son más elevados, a saber: 50% entre 1750-1784 y 45,5% entre 1785-1819.

### **El tamaño de las bibliotecas**

Ciertamente, la formación de grandes colecciones privadas de libros como símbolo de estatus social constituyó un fenómeno propio de la élite social de las

---

<sup>20</sup> Michel Figeac, *Destins de la noblesse bordelaise (1770-1830)*, vol. 1, Bordeaux, Editions Mimésis, 2016 [1996], p. 260-263.

<sup>21</sup> Philippe Gardey, *Négociants et marchands de Bordeaux. De la guerre d'Amérique à la Restauration (1780-1830)*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2009, p. 440-445.

<sup>22</sup> Ángel Weruaga Prieto, *Lectores y bibliotecas en la Salamanca moderna (1600-1789)*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 2008, p. 247.

grandes metrópolis urbanas<sup>23</sup>. No obstante, en espacios como Galicia, aunque las bibliotecas grandes no fueron inexistentes, especialmente en las instituciones eclesiásticas, estas debieron ser inusuales a la luz de los inventarios estudiados. Así, era difícil que cundiera el ejemplo que pretendió divulgar el benedictino fray Martín Sarmiento en su *Catálogo de algunos libros curiosos y selectos para la librería de algún particular que desee comprar de tres a quatro mil tomos*, publicado en Madrid en el *Semanario erudito*<sup>24</sup> de don Antonio Valladares de Sotomayor en 1787.

No debemos pasar por alto que un inventario *post-mortem* no constituye necesariamente el testimonio del total de libros existentes en una vivienda en el momento de la defunción del cabeza de familia, toda vez que no siempre se dejó constancia de las obras pertenecientes al capital de otros miembros de la unidad familiar. También escapan de nuestras posibilidades de análisis los libros omitidos por su escaso o nulo valor económico, por no hablar de las obras que fueron cedidas voluntariamente por su dueño antes de morir o, por el contrario, aquellas que fueron sustraídas tras el óbito. Desafortunadamente para el historiador, los propietarios rara vez redactaron índices de sus bibliotecas, aunque sabemos que ciertos miembros del alto clero sí lo hicieron, presumiblemente por el considerable tamaño y valor económico de sus bibliotecas. Así, el canónigo don Manuel Cotón de Castro declaró en su testamento la existencia de una “librería según se comprende en el yndize escrito de mi mano con su estante, mesa, santo Christo y peaña, y mando se le den quatrocientos reales para encajonarla y transportarla”<sup>25</sup>.

El conocimiento de una biblioteca se complica cuando su propietario frecuentaba a lo largo del año distintas residencias, lo que plantea el posible reparto de los libros como ya advirtió Rey Castelao para el caso de los marqueses

---

<sup>23</sup> Ya a finales del siglo XVII había en París al menos 76 bibliotecas particulares con más de 10.000 libros, Henry-Jean Martin, “Livres et société” in Roger Chartier and Henry-Jean Martin (eds.), *Histoire de l'édition française*, vol. 1, Paris, Fayard, 1989, p. 643; Dominique Varry, “Grandes collections et bibliothèques des élites” in Claude Jolly (dir.), *Histoire des bibliothèques françaises. Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789*, Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 1988, p. 235-268; Ofelia Rey Castelao, “Lectores y lecturas en el reinado de Carlos II: una perspectiva comparada entre España y Francia” in Concepción Camarero Bullón and Juan Carlos Gómez Alonso (coords.), *El dominio de la realidad y la crisis del discurso: El nacimiento de la conciencia europea*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2017, p. 551.

<sup>24</sup> Martín Sarmiento, “Catálogo de algunos libros curiosos y selectos para la librería de algún particular que desee comprar de tres a quatro mil tomos” in Antonio Valladares de Sotomayor, *Semanario erudito*, tomo 5, Madrid, Librería de Bartolomé López, 1787, p. 97-174.

<sup>25</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.3802, fl.181r.

de Santa Cruz de Ribadulla<sup>26</sup>. En este sentido, otro aristócrata, don Baltasar Pardo, marqués de Figueroa, tenía en el momento de fallecer en su palacio pontevedrés al menos 155 volúmenes, aunque una porción mayor, formada por 190 libros, se encontraban en el solar familiar, la torre de Figueroa. A este respecto, la principal limitación que presenta el estudio de la biblioteca de los marqueses de Camarasa a la altura del año 1800 radica en el hecho de que solo disponemos del inventario del pazo de Oca, que albergaba unos 470 volúmenes, pero nada sabemos de las posibles colecciones de libros existentes en las viviendas urbanas del marqués, don Domingo Gayoso de los Cobos.

La misma lógica se reproducía entre la hidalguía. Por el ejemplo, a mediados de los años ochenta el hidalgo compostelano don Juan Manuel Moscoso tenía repartida su biblioteca de la siguiente manera: 24 libros en Santiago y 18 en la casa de Santa Baia de Castro<sup>27</sup>. A principios del siglo XIX, estaban integrados en el capital de don José Ramón Quiroga al menos 113 volúmenes en Betanzos y otros 36 en la casa de San Tirso de Mabegondo, pero ninguno en la de Redondelle, jurisdicción de San Xes da Peroxa. Otro tanto podemos afirmar de ciertos hombres de negocios que disfrutaron de casas de campo para su recreo y descanso. Tal era el caso don Pedro María de Mendinueta, representante del banco San Carlos en Galicia, propietario de 90 libros depositados en su residencia coruñesa y 14 en la casa de Oleiros, entre los que se encontraban seis tomos del Quijote.

Weruaga Prieto distinguió en su investigación sobre las bibliotecas particulares salamantinas durante el período 1600-1789<sup>28</sup> entre bibliotecas pequeñas, con menos de 20 volúmenes; medianas o propias de lectores “apreciables”, entre 20 y 100 volúmenes; y grandes o propias de lectores “exquisitos”, que superaban el centenar de libros. El criterio resulta aceptable para el noroeste peninsular. Así, en el León del siglo XVIII las bibliotecas dotadas de más de cien títulos solo correspondían a algunos canónigos y abogados<sup>29</sup>; en Oviedo, el 74,3% de las bibliotecas privadas identificadas por López López no excedían los 100 volúmenes<sup>30</sup>; y en Guipúzcoa el 78% de las bibliotecas estudiadas por Madariaga Orbea para el período 1675-1849 no rebasaban dicho umbral<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 141.

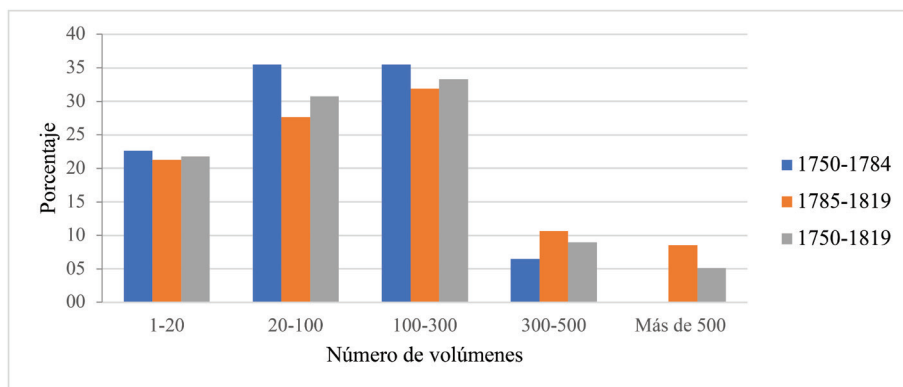
<sup>27</sup> Daniel Mena Acevedo, “Las bibliotecas de la hidalguía compostelana a fines del Antiguo Régimen” in Francisco Reyes Marsilla de Pascual and Domingo Beltrán Corbalán, (eds.), *De Scriptura et Scriptis: Consumir*, Murcia, Universidad de Murcia, 2021, p. 355-390.

<sup>28</sup> Ángel Weruaga Prieto, *Lectores y...*, cit., p. 251.

<sup>29</sup> Jean-Marc Buigues, “Los libros...”, cit., p. 226.

<sup>30</sup> Roberto J. López López, “Lectores y...”, cit., p. 787.

<sup>31</sup> Juan Madariaga Orbea, “Bibliotecas particulares...”, cit., p. 82.



Gráfica 1 – Número de volúmenes en las bibliotecas de la élite social gallega (1750-1819).

Fuente: Elaboración propia.

Quéniart había ya aportado un criterio diferente aplicado para las bibliotecas de la Francia occidental de acuerdo con el cual una biblioteca pequeña era aquella que no superaba el centenar de volúmenes; mediana, la comprendida entre los 100 y 300 libros; y grande, la que estaba dotada de más de 300 volúmenes<sup>32</sup>. Asumimos esta clasificación por su pertinencia en el contexto de una élite social provincial, pero a nuestro juicio conviene distinguir además entre bibliotecas ínfimas, que no superan los 20 volúmenes; y excepcionales, propias de auténticos grandes propietarios de libros (fueran o no lectores) que acumularon más de 500 libros. Tal era el caso del canónigo ilustrado don Antonio Páramo y Somoza<sup>33</sup>, fundador de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago y obispo electo de Lugo. Con motivo de su fallecimiento, ocurrido en Santiago en 1786, se recontaron 1.787 libros.

Prosiguiendo en este inventario con asistencia de don Josef Benito Montenegro y Páramo y don Gabriel de Lago, capellán axente fiscal de esta Real Casa, ha pasado a una pieza de las del segundo alto, donde se halla la librería y al reconocimiento y reuento de esta en estantes de madera de nogal con medios bufetes y cornisa, todo bien fabricado y dezente y la librería compuesta de diferentes obras escritas las unas en latín, otras en español, romanze, otras en idiomas portugués, francés e italiano y recontados los volúmenes se

<sup>32</sup> Jean Quéniart, *Culture et...*, cit., p. 147-336.

<sup>33</sup> Carlos García Cortés, “Novas informacións sobre Antonio Páramo Somoza (1731-1786), bispo de Lugo”, *Lucensia*, 10 (1995), p. 57-81.

hallaron en número de mil setecientos ochenta y siete, la maior parte de ellos encuadernados y forrados en pasta, otros en pergamino y algunos en papel<sup>34</sup>.

Esta biblioteca superaba, por consiguiente, los 1.384 volúmenes que formaban la biblioteca del arzobispo compostelano don Bartolomé Rajoy y Losada en el momento de su fallecimiento en 1772<sup>35</sup>, así como también los 1.714 libros que fueron recontados en 1766 tras la muerte de Jean-François Le Grand de Tromelin, canónigo de la catedral de Saint-Pol-de-Léon, que ocupa el primer puesto en el *ranking* de las bibliotecas de los miembros de los cabildos catedralicios bretones estudiados por Olivier Charles<sup>36</sup>. No en vano, don Pedro Antonio Sánchez, racionero de la catedral de Santiago y catedrático de teología de la Universidad, exclamó en la oración fúnebre por las exequias de don Antonio Páramo: “¿quánto no acredita su nombre esa librería escogida, esa colección de pinturas preciosas, ese rico monetario, finalmente ese gabinete de historia natural tan copioso?”<sup>37</sup>.

Como recuerda el acta de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago del 20 de enero de 1787, Páramo y Somoza

había presidido su primera junta solemnizándola con el donativo de su preciosa colección de historia natural que hacía todas sus delicias y que había formado a costa de grandes caudales y no menos estudio. Añadió a esto otros muchos dones considerables<sup>38</sup>.

Ciertamente, el traslado de este gabinete a la Universidad ha sido una cuestión confusa y discutida<sup>39</sup>, aunque resulta muy probable que don Pedro de Cisneros, conde de Ximonde, mecenas y protector de la RSEAPS, jugara un importante papel en su traslado. Así, desde principios del siglo XIX, el

<sup>34</sup> AHUS, Hospital Real, 1.079-32.

<sup>35</sup> Ofelia Rey Catelao, *Libros y...*, cit., p. 234-243.

<sup>36</sup> Olivier Charles, *Chanoines de Bretagne Carrières et cultures d'une élite cléricale au siècle des Lumières*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2015, p. 233.

<sup>37</sup> Pedro Antonio Sánchez, *Oración fúnebre que en las exequias que celebro la Real Sociedad Económica de Santiago por el señor Antonio Páramo y Somoza*, Madrid, Plácido Barco López, 1786, p. 10.

<sup>38</sup> Archivo de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago (ARSEAPS), *Extractos de actas de sesión*, 1/4, fl. 24r-v; Carlos García Cortés, “Novas informacóns...”, cit., p. 66.

<sup>39</sup> Ánxela Bugallo Rodríguez, *O Museo de Historia Natural da Universidade de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2003, p. 34-40; Manuel Bermejo Patiño et al., “O patrimonio científico” in María Dolores Vila Jato (coord.), *O Patrimonio Histórico da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 1, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela e Parlamento de Galicia, 1996, p. 168; Antonio Fraguas Fraguas, *Real Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago. Primera época, 1784-1813-1821*, Santiago de Compostela, Sociedad Económica de Amigos del País, 1986, p. 13-14.

gabinete de Páramo debió permanecer en el cuarto de libros prohibidos de la biblioteca universitaria, pasando en 1842 al Gabinete de Historia Natural de la Universidad<sup>40</sup>. De esta manera, José Vereá y Aguiar escribió en su *Historia de Galicia* (1838) que don Antonio Páramo había formado un “magnífico y precioso museo”, que “pasó a su muerte por diferentes manos, en las que padeció mucho, hasta que tuvo la suerte de depositarse en la Real Universidad de Santiago”<sup>41</sup>.

En cuanto a los libros, sabemos que la biblioteca universitaria conserva volúmenes con el exlibris de Páramo y Somoza<sup>42</sup>, lo que resulta comprensible teniendo en cuenta que el canónigo ilustrado fue rector de la Universidad. Ahora bien, gran parte de los libros y otros bienes inventariados en 1786 debieron ser trasladados por el hermano del difunto a la ciudad de Lugo. Así, como nos recuerda fray Manuel Risco, don Antonio Páramo había formado “una rica y copiosa colección de todo género de medallas, las que puestas en orden formaron un exquisito monetario que se conserva hoy en casa de su hermano don Josef con una librería de obras selectas”, en la ciudad de Lugo<sup>43</sup>. El referido don José Benito Montenegro y Páramo, alguacil mayor del Santo Oficio, dejó a su vez como heredera a su única hija, doña María Jacoba Páramo Santiso de Sangro<sup>44</sup>. En 1818, aprovechando el recuento de bienes del capitán don Francisco Bermúdez de Castro y Sangro, marido de doña Jacoba, por entonces vecinos de La Coruña, se dejó constancia de los muebles del capital de la viuda existentes en la casa de Lugo, seguramente con el fin de evitar confusión alguna con las propiedades del inquilino de dicha vivienda, el deán lucense don Manuel Fernández Varela, correspondiente de la Academia de la Historia. En total, se hallaron 1.719 volúmenes valorados en 14.000 reales.

---

<sup>40</sup> Concha Varela Orol, *A Biblioteca Universitaria de Santiago, 1768-1835*, tesis doctoral, Universidad de Santiago de Compostela, 2005, p. 209-218; Francisco J. Leonardo Docanto, “O Gabinete de Historia Natural da Real Sociedade Económica de Amigos do País de Santiago da USC”, *Grial. Revista Galega de Cultura*, 234 (2022), p. 49-55.

<sup>41</sup> José Vereá y Aguiar, *Historia de Galicia. Primera parte, que comprende los orígenes y estado de los pueblos septentrionales y occidentales de la España antes de su conquista por los romanos*, Ferrol, Imprenta de don Nicasio Taxonera, 1838, p. 213-214.

<sup>42</sup> Así, por ejemplo, “Soy de Antonio Páramo y Somoza, Canónigo Cardenal de la santa Iglesia de señor Santiago”. Concha Varela Orol, *A Biblioteca...*, cit., p. 89.

<sup>43</sup> Manuel Risco, *España sagrada. Tomo 41: de la Santa Iglesia de Lugo. Continuación de su historia desde el siglo XII hasta fines del XVIII*, Madrid, Oficina de la viuda e hijo de Marín, 1798, p. 290.

<sup>44</sup> Antonio Benito Yebra de Ares, *Pazos y señoríos de la provincia de Lugo*, tomo 1, Lugo, Gráficas Varona, 2000, p. 225-228. Don Antonio y don José Benito eran hijos de don Manuel Páramo y Montenegro, señor de la casa de Vilabad (Castroverde). La hija de este último, doña Jacoba Páramo, contrajo matrimonio con don Francisco Bermúdez de Sangro en Lugo en 1803.

Sigue el ymbentario de los vienes muebles que se hallaron existentes en la casa principal de la ciudad de Lugo en la que vive el señor deán de aquella Santa Yglesia cathedral, don Manuel Fernández Varela, perteneciente a los vínculos y mayorazgos de mi difunto marido, cuios vienes muebles con una numerosa biblioteca son todos míos por herencia de mi difunto padre y no del dicho mi marido ni tampoco adqueridos durante matrimonio [...] compone entre los libros grandes y pequeños en pasta y pergamino el número de mil setecientos diez y nueve volúmenes que tasados prudencialmente podrán ascender al valor de catorce mil reales en el día siendo sus principales obras las siguiente<sup>45</sup>.

Siguiendo, por consiguiente, el criterio de Quéniart, podemos afirmar que a fines del Antiguo Régimen las bibliotecas de la élite social gallega fueron mayoritariamente pequeñas, es decir, dotadas de menos de cien volúmenes (52,6%). Las bibliotecas con más de 300 volúmenes (14,1%) constituyeron una realidad excepcional en las casas. No obstante, los resultados apuntan a una mejor dotación de las bibliotecas durante el tránsito del siglo XVIII al XIX, pasando las bibliotecas grandes de 6,5% a un 19,1%.

### **El valor económico de los libros**

Los libros no solo despertaban inquietudes culturales, sino también intereses económicos entre sus propietarios y herederos. En este sentido, como cualquier objeto de consumo, el valor económico de las obras podía variar en función de sus características físicas, el estado de conservación y el criterio de los encargados de estimar dicho precio, lo que podía suscitar discrepancias. Así, el canónigo don Francisco Vilariño declaraba en su testamento firmado en 1762 que:

Dentro de mi casa no abrá efectos bastantes con que pagar lo que devo y que la librería para dar algo de lo mucho que me costó, no se debe destrancar ni vender libro a libro si hubiere la coyuntura de veneficiarse por junto tomando el precio de personas yntelixentes y no de los librereros, que no lo son mucho en esta ciudad, se podrá vender y todo lo demás que hubiere en casa<sup>46</sup>.

Debido a la motivación eminentemente económica que subyacía en la confección de los inventarios de bienes, no existían demasiadas razones para

---

<sup>45</sup> Ilustre Colegio Notarial de Galicia (ICNG), Protocolos notariales de La Coruña, Leg.8.066, fl. 79v-80r.

<sup>46</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.3.802.

proceder al recuento minucioso de los volúmenes en mal estado de conservación, aunque dicho estado fuera la consecuencia de su uso. En 1808, siguiendo el criterio del librero compostelano Domingo Padín, se hizo notar que junto a los 68 volúmenes de la biblioteca del coronel retirado don José Catalán, habían “también otros varios libros de ordenanzas antiguas que por inútiles y de ningún valor no se ponen en este reuento porque no se le ha dado estimación alguna”<sup>47</sup>. Cuando en 1804 se recontaron los bienes del hidalgo don Nicolás Armesto depositados en su casa de Salaño, parroquia de Santa María de Ons, fueron hallados en el gabinete 71 volúmenes, de los cuales 51 (71,8%) eran “biejos y antiguos de dibersos tratados y diferentes tamaños los más de ellos rotos y carcomidos de muy poca estimación”<sup>48</sup>, razón por la cual no fueron registrados individualmente.

Tampoco resultaban de interés los formatos más reducidos, especialmente los iguales o inferiores al doceavo. Por esta razón, tras el óbito del relator don Manuel Acebal, acontecido en A Coruña en 1800, se dejó constancia de “barios libritos pequeños viejos sin aforro y de ningún serbicio de que por lo mismo no se toma razón especial”<sup>49</sup>. Otro tanto cabe decir para las publicaciones impresas de poco interés económico *per se*, como las gacetas, que eran vistas con indiferencia por parte de los implicados en el proceso de génesis del recuento. De esta manera, en 1772 se dejó constancia que en la biblioteca del capitán de navío don José Benito Caamaño habían “diferentes mazos de gazetas, diarios y conclusiones de ningún valor”<sup>50</sup>. Se comprende así por qué quienes inventariaron los muebles del cuarto de la chimenea del pazo de Oca en 1800 se limitaron a dejar constancia de la existencia de libros de novenas, mercurios, gacetas, papeletas y diarios de novedades, sin efectuar un recuento minucioso.

Dejando a un lado estos problemas metodológicos, los datos de Buigues para León durante el siglo XVIII revelan que el 55,4% de los volúmenes fueron tasados en precios iguales o inferiores a los 5 reales, mientras que solo el 28,8% sobrepasaron los 10 reales<sup>51</sup>. Los resultados obtenidos a partir de 23 inventarios tasados de miembros de la élite gallega revelan que el 34% de los libros fueron regulados en 5 reales o menos; el 33,2% sobrepasaron el umbral de los 10 reales; y solo un 7,7% fueron tasados en más de 20 reales. A modo de comparación, el precio de una onza de plata de buena ley estaba fijado en 20 reales.

---

<sup>47</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.6.120.

<sup>48</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.6.684.

<sup>49</sup> Archivo del Reino de Galicia (ARG), Juzgado de Provincia, 222-28.

<sup>50</sup> Archivo de la Diputación de Pontevedra (ADP), Familia Caamaño, 1.183-1.

<sup>51</sup> Jean-Marc Buigues, “Los libros...”, cit., p. 227.

Como señaló Jean-François Botrel<sup>52</sup>, el cálculo del precio medio de los libros nos puede ayudar a definir magnitudes y marcar tendencias en el proceso de abaratamiento de los libros. Así, de un total de 3.470 libros tasados entre 1750 y 1819, se obtiene una media de 10,5 reales/libro. Un promedio algo superior a los 9,7 reales en que fueron tasados de media los 4.427 volúmenes recontados en A Coruña a la muerte del librero don Vicente Gutiérrez en 1795<sup>53</sup>. Ahora bien, si diferenciamos entre los periodos 1750-1784 y 1785-1819, se constata una reducción del precio medio de los libros en las bibliotecas particulares, pasando los 11,6 reales a los 10,1 reales. Una reducción aún mayor si se tiene en cuenta el proceso de inflación de los precios que se vivía a fines de la Edad Moderna. Claro está, la muestra no está exenta de deficiencias, pero resulta coherente con la difusión de formatos más reducidos y económicos como el octavo.

Precios (reales)	1750-1784 (%)	1785-1819 (%)	1750-1819 (%)
Menos de 5	41,8	30,9	34,0
5-10	25,8	35,3	32,6
10-20	20,7	27,4	25,5
20-30	4,0	3,9	3,9
30-40	2,3	1,6	1,8
40-50	2,0	0,2	0,7
50-100	3,1	0,5	1,2
Más de 100	0,2	0,1	0,1
Número de inventario	7	16	23
Volúmenes	987	2.483	3.470
Reales	11.401,1	24.963,8	36.364,9
Reales/volumen	11,6	10,1	10,5

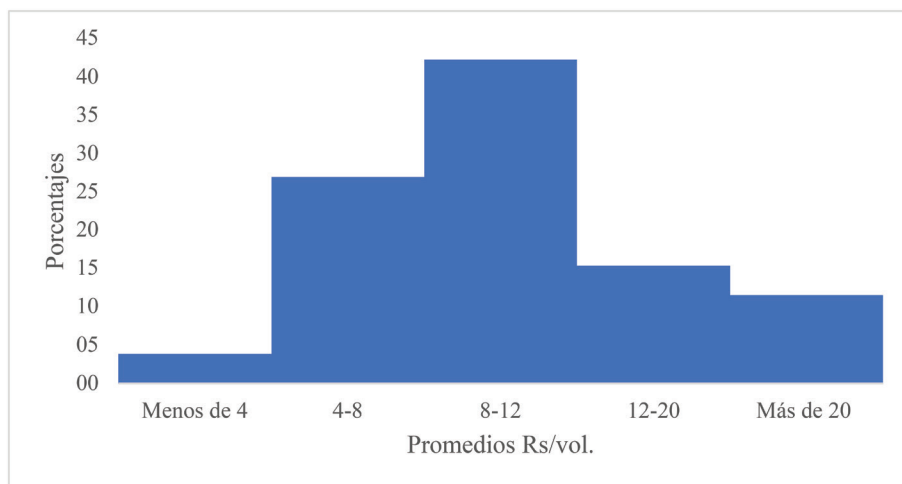
Tabla 3 – Precios de los libros en los inventarios de la élite gallega (1750-1819).

Fuente: Elaboración propia.

<sup>52</sup> Jean-François Botrel, “El precio medio del libro (España, siglos XIX-XX)” in Pedro M. Cátedra and María Luisa López-Vidriero (dir.), *La memoria de los libros: estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, Salamanca, vol.2, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, p. 511-527.

<sup>53</sup> Eva Sampayo Seoane, “La cultura escrita en La Coruña de finales del Antiguo Régimen. Una visión diferente: la librería de Don Vicente Gutiérrez”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 8 (1999), p. 203; Daniel Mena Acevedo, “Oferta y...”, cit., p. 5.

El precio medio de los libros que conforman una biblioteca constituye un dato significativo de su calidad en términos globales. De acuerdo con una muestra de 26 bibliotecas inventariadas, el 42,3% de los casos oscilaron entre los 8 y los 12 reales/libro. Por encima de este tramo, cabe hablar de conjuntos de libros de buena calidad material. Se trata en todos los casos de bibliotecas urbanas pertenecientes a ciertas familias de la élite laica, pero sobre todo integrantes del alto clero catedralicio, lo que se puede explicar por la frecuencia de los libros en formato folio y la calidad de las encuadernaciones. Así, conforme a la tasación de la biblioteca del arzobispo don Bartolomé Rajoy y Losada realizada en 1772, el precio medio de sus libros fue de 13,9 reales<sup>54</sup>.



Gráfica 2 – Precio medio de los libros de las bibliotecas de la élite gallega entre 1750-1819 (en reales). Muestra: 26 inventarios.

Fuente: Elaboración propia.

A partir de un precio medio de 20 reales/libro cabría suponer una clara preocupación por la calidad material de los libros acumulados. Ahora bien, en todos los casos documentados se trata de bibliotecas de muy reducido tamaño como los 20 volúmenes del canónigo don Diego Jacinto Quiroga (1757) y los 19 del también prebendado don Tomás Serantes (1797). En el caso de la biblioteca del hidalgo don Felipe Sánchez Vaamonde (1808), señor de Agualada y mayordomo de la mesa capitular, cuyos libros fueron tasados de media en 33,8

<sup>54</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 235.

reales, no se recontaron volúmenes valorados en menos de 20 reales, aunque no es posible determinar con certeza si el recuento se restringió exclusivamente a las obras más costosas. Así, se dejó constancia de los 15 volúmenes de la cuidadosa edición de las *Obras* del padre Palafox, tasados en 400 reales (26,7 reales por tomo), y un rico misal tasado en 140 reales.

Por bibliotecas de baja calidad o en mal estado de conservación, entendemos aquellos conjuntos de libros cuyo precio medio no excedió los 8 reales. Un buen ejemplo es el de los libros de don Juan Francisco Barrié<sup>55</sup> hallados en casa de don Carlos Ronco. A juicio del librero coruñés don Manuel Francisco de Soto, 33 libros estaban “incompletos, viejos y depreciadísimos por cuio motivo no les da balor alguno”; 27 “libros y libritos a la rústica incompletos y viejos los considera de ningún valor e inútiles”; 8 volúmenes eran “inútiles en diferentes ydiomas sin valor”; y lo mismo cabe decir para un almanaque real, tres guías mercantiles, una guía de forasteros, una gramática francesa y la “Recopilación del año de mil quinientos noventa y dos”, que se hallaba “inútil por hallarse todo desquadrado”. En suma, nada menos que 75 tomos (46,6%) carecían de interés económico.

Tampoco despertaron gran interés económico los quince libros del comerciante don José Álvarez de la Braña (1796), el 93,3% de los cuales no superaban los 5 reales. Apenas eran mejores los 35 libros recontados en A Coruña en 1818 tras la muerte de don Francisco Xavier de Soto y Altamirano, de los cuales 18 volúmenes (51,4%) tenían su encuadernación de pasta “ya rota de polilla”<sup>56</sup>. Problemas de deterioro que resultaban más habituales si cabe en las casas de campo. Así, tras el fallecimiento de don Jorge Caamaño en 1772 se dejó constancia en el pazo de Goiáns de una biblioteca anticuada y deteriorada. Un volumen de las *Musas del Parnaso*, tasado tan solo en 1 real, fue considerado “falto y deteriorado”; los *Instrumentos nuevos de Geometría*, valorados en 1 real, “ajado y antiguo”; y las *Aventuras de Telémaco*, en 2 reales, “faltoso al principio y fin, desenquadrado”<sup>57</sup>.

El análisis del precio medio de los libros de las bibliotecas de la élite social gallega nos permite concluir que la formación de una biblioteca grande no suponía un esfuerzo financiero insalvable para las familias más adineradas. Así, suponiendo que el precio medio de los libros rondaba los 10 reales, el valor económico global de 300 volúmenes sería de 3.000 reales. Un coste privativo en términos sociales, pero asumible, por ejemplo, para cualquier canónigo

---

<sup>55</sup> ARG, Causas, 47.

<sup>56</sup> ARG, Protocolos notariales, 1.853.

<sup>57</sup> ADP, Familia Caamaño, 1.183-4 y 1.183-12.

compostelano cuyos ingresos anuales en concepto de prebenda ascendían a 20.0000 reales anuales a mediados del siglo XVIII<sup>58</sup>.

Por tanto, la escasa frecuencia de bibliotecas grandes en los inventarios de élites no responde tanto a limitaciones económicas, sino más bien al desinterés por la formación de grandes conjuntos de libros, lo cual no equivale necesariamente a un desinterés por la lectura, toda vez que existían alternativas socorridas por los lectores como el préstamo y el acceso a bibliotecas institucionales. Tengamos en cuenta que, aunque por efecto acumulativo algunas bibliotecas alcanzaron valores económicos excepcionales, como los 14.000 reales en que fueron tasados los 1.719 volúmenes heredados por la sobrina del canónigo Páramo y Somoza, los libros estaban expuestos al desgaste por el uso, a la humedad, a las sustracciones y a la acción destructiva de los insectos y los roedores, de suerte que el paso del tiempo, lejos de conllevar una revalorización del precio de las obras, comportaba el desvanecimiento de su valor económico. Cabe tener en cuenta además que la formación de grandes bibliotecas como un elemento de estatus social de la élite no se generalizó en el mundo provinciano que estudiamos, a diferencia de lo que ocurría en los medios urbanos más cosmopolitas.

El carácter habitualmente escueto de las descripciones de los libros inventariados solo nos permite correlacionar puntualmente el formato, la encuadernación y el precio. A este respecto, solo de forma excepcional ha sido posible atestiguar la edición de las obras, aunque tenemos constancia de la compra y conservación de ediciones antiguas en el seno de las bibliotecas de las élites. Así, por ejemplo, en la biblioteca del canónigo maestrescuela don Diego Juan de Ulloa, de la cual se conservan 157 libros en la catedral de Santiago, consta un ejemplar del *Rerum Belgicarum*, publicado en Amberes en 1598, en cuyo exlibris podemos leer que “es de don Diego Juan de Ulloa, comprado en Roma, año de 1730”<sup>59</sup>.

Ciertamente, el valor de un libro por su antigüedad no debió entrar en los parámetros económicos conforme a los cuales fueron inventariadas las bibliotecas. En este sentido, cabe citar *mutatis mutandis* el ejemplo de la biblioteca del convento de Conxo, pues durante su desamortización en 1835 fueron despreciados por inútiles un incunable de la *Preparación Evangélica* de Eusebio de Cesarea (Venecia, 1497), así como varias ediciones de los siglos XVI y XVII<sup>60</sup>.

---

<sup>58</sup> Ofelia Rey Castelao, “La renta del voto de Santiago y las instituciones jacobeanas”, *Compostellanum*, 30, 3-4 (1985), p. 350.

<sup>59</sup> Miguel Taín Guzmán, “La biblioteca...”, cit., p. 341.

<sup>60</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 481.

Reales	Folio	4°	8°	12°	16°	No se indica	Total vol.
Menos de 5	3	9	25	4	5	4	50
5-10	21	62	17	5			105
10-20	53	22	4			11	90
20-50	28	20					48
Más de 50	13					5	18
Volúmenes	118	113	46	9	5	20	311
	37,9%	36,3%	14,8%	2,9%	1,6%	6,4%	100%
Reales	3.080	1.583	300	42	14	630	5.649
	54,5%	28,0%	5,3%	0,7%	0,3%	11,6%	100%
Rs/vol.	26,10	14,01	6,52	4,67	2,80	31,50	18,16

Tabla 4 – Precios y formatos de los libros del canónigo lectoral don Miguel Antonio de Montes (1781).

Fuente: Elaboración propia.

Como es lógico, el carácter más detallado de las descripciones dependió del criterio de la persona encargada de reconocer los libros, del tiempo disponible para la operación y del interés económico de las obras en cuestión, de suerte que las bibliotecas con mayor precio medio por libro (12 reales o más) son las que ofrecen mayores posibilidades de análisis cuantitativo. Un ejemplo es la biblioteca recontada en 1781 a la muerte del canónigo lectoral don Miguel Antonio de Montes, importante por su tamaño (311 volúmenes), pero también por la calidad de los ejemplares (18,16 reales/libro). En el 93,6% de los casos se dejó constancia del formato, pero solo en un 15,1% fue recogido por escrito el tipo de encuadernación de las obras. Como muestra la tabla, los libros en folio representaban el 37,9% de los volúmenes y el 54,5% del precio global (26,1 reales/libro), lo que pone de manifiesto el peso económico de este formato. Siguiendo esta lógica, conforme se reduce el tamaño de los libros decrece su peso de forma progresiva. De ahí que el valor económico de los pequeños libros en formato dieciseisavo solo representase el 0,3% del cómputo total (2,8 reales/libro de media), evidenciando así su escaso interés económico.

En el caso de la biblioteca inventariada en A Coruña en 1792 tras el óbito del indiano don Benito Agar<sup>61</sup>, los datos avalan la lógica correlación entre el precio

<sup>61</sup> Daniel Mena Acevedo, “La biblioteca de un indiano en la España dieciochesca. Libros y lecturas de don Benito Agar”, *Magallánica: revista de historia moderna*, 8 (2022), 196-213.

y el formato de los libros, no sin problemas de representatividad, toda vez que esta información no se registró para el 43,2% de los volúmenes. Muy distinto es el caso de la encuadernación, que fue registrada para el 98,3% de los libros. De esta manera, podemos afirmar el predominio de los libros encuadernados en pasta (60,7% de los volúmenes y 77,5% del precio global) frente al pergamino, menos estimado económicamente; o el tafilete, de carácter testimonial. En este sentido, los libros de Agar conformaban una biblioteca moderna, con gran presencia de los formatos en octavo y en cuarto, así como también de las encuadernaciones en pasta, frente al tradicional formato folio y el anticuado pergamino.

Reales	Formato					Encuadernación				Volúmenes
	Folio	4°	8°	12°	No se indica	Tafilete	Pasta	Per- gamino	No se indica	
Menos de 5	20	1	38	2	5		23	39	4	66
5-10		26	16		25	3	23	41		67
10-20	2	3	8		58		67	4		71
20-30		4	1		9		14			14
30-40		11			4	1	14			15
Más de 100	1						1			1
Volúmenes	23	45	63	2	101	4	142	84	4	234
	9,8%	19,2%	26,9%	0,9%	43,2%	1,7%	60,7%	35,9%	1,7%	100%
Reales	166	850	441	5	1.488	64	2.287,2	589,8	9	2.950
	5,6%	28,8%	14,9%	0,2%	50,4%	2,2%	77,5%	20,0%	0,3%	100%
Rs/vol.	7,2	18,9	7,0	2,5	14,7	16,0	16,1	7,0	2,3	12,6

Tabla 5 – Precios, formatos y encuadernaciones de los libros de don Benito Agar (1792).

Fuente: Elaboración propia.

Claro está, el precio de los libros estaba condicionado por otros factores que solo podemos atestiguar bajo una lectura cualitativa de los recuentos. Así, como ya adelantamos, el mal estado de conservación podía justificar la omisión de un libro en un inventario por razones de interés económico. La biblioteca del marqués de Figueroa<sup>62</sup> tiene la particularidad de haber sido tasada en 1795 por el

<sup>62</sup> ARG, Real Audiencia de Galicia, 6.730.

librero coruñés don Domingo Fernández a partir del recuento realizado en 1786 tras el óbito del aristócrata. Así, se anotó que un volumen en cuarto de *Filosofía moral* estaba “roído de ratones a la parte de arriba”, lo que redujo su precio a seis reales. Por el contrario, el buen estado de conservación y la existencia de elementos ornamentales elevaban el precio de los libros. Doce volúmenes de la obra Jean Croiset, cada uno de los cuales fue tasado en 20 reales, tenían “a la parte de atrás sus rótulos que señalan el autor y mes a que corresponde cada uno con letras y flores doradas”. Un libro en folio “compuesto de varias figuras” como era el caso del *Antiquarum Statuarum Urbis Romae* (1585) de Giovanni Battista Cavalieri fue tasado en 50 reales. Como ya explicamos, por lo general, la antigüedad y la rareza de un libro no fueron tomados en consideración por los encargados de confeccionar los recuentos y formalizar las tasaciones. De hecho, solo de forma eventual se anotó la edición de las obras. Un ejemplo de esta excepción es el ejemplar hallado de *La Historia General de las Indias y Nuevo Mundo* de Francisco Gómez de Gómara “impreso en 1555”, que fue tasado en 42 reales.

Por lo general, los libros regulados en más de 50 reales aunaban un gran formato con una excelente encuadernación y un buen estado de conservación, pero también elementos de mayor o menor valor artístico. Entre estos libros selectos para una clase acomodada, se contaban tres tipos de obras: los libros litúrgicos, los diccionarios y las obras ricamente ilustradas y decoradas.

Misales y breviarios son sin duda libros ostentosos confeccionados para ser exhibidos durante la liturgia. Así, don Felipe Sánchez Vaamonde poseía un misal nuevo valorado en 140 reales. Menos costoso era el misal para oratorio tasado en 70 reales tras el fallecimiento del canónigo don Diego Jacinto Quiroga en 1757. Ciertamente, los misales estaban presentes en cualquier oratorio particular, habitualmente en compañía de un atril que facilitaba su lectura debido a su gran formato. En diciembre de 1752 se recontó en el oratorio de la vivienda urbana del regidor compostelano don Nicolás Giráldez un misal casi nuevo con “broches y manillas de bronce encuadernado en pasta y forro una cabretilla viada”<sup>63</sup>. Tampoco fueron pasados por alto los dos misales que se hallaron en el oratorio del pazo de Oca en 1800, ni mucho menos el “misal con sus broches de plata con la encomienda de Santiago”<sup>64</sup> que se encontraba depositado en 1768 en la capilla de la casa de la tenencia de Boiro.

En cuanto a los breviarios, su formato era comúnmente más reducido que el de los misales, aunque existían excepciones como el breviario grande

---

<sup>63</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.3434, fl. 112r.

<sup>64</sup> Archivo de la Catedral de Santiago (ACS), Visitas y arreglos de casas y tenencias, 123/2.

“tamaño de un misal” que se recontó en la biblioteca de la casa de Goiáns en 1771, sin duda el único libro de dicha biblioteca que merecía el calificativo de ostentoso. Ahora bien, con independencia de su tamaño, los breviarios fueron desde el período medieval obras de gran valor artístico como ha destacado la codicología<sup>65</sup>.

Los grandes consumidores de breviarios eran, por supuesto, los miembros del alto clero. Ya en 1496 el cabildo de la catedral de Santiago solicitó a Nicolás de Sajonia, “mercader de libros e impresor de ellos” la confección de 1.000 breviarios encuadernados e iluminados<sup>66</sup>. Para el siglo XVIII, entre los libros del arzobispo don Bartolomé Rajoy y Losada se recontó en 1772 un breviario valorado en 200 reales<sup>67</sup>. En 1782 se inventariaron en casa del canónigo Montes un juego de breviarios en cuatro cuerpos, encuadernados en taflete y tasados en 300 reales, junto a otro breviario de un solo volumen valorado en 120 reales. No debió de ser menos codiciado el “juego de brebriarios en quatro tomos con sus manillas” hallado en 1785 en casa del canónigo don Sebastián de Navia, ni tampoco los breviarios “con sus broches cantoneras de plata” que se registraron en la testamentaría del canónigo maestrescuela don Diego Juan de Ulloa<sup>68</sup>, quien, conforme a su testamento firmado en 1764, legó a su paje Carlos Vicente Conde, “los quatro cuerpos de breviarios por donde rezo, cubiertos de badana y el tenebrario y diurno de lo mismo”<sup>69</sup>, entre otros bienes.

Ciertamente, legar un misal o un breviario equivalía a dejar en herencia no solo obras prácticas en términos litúrgicos, sino algunos de los volúmenes más valiosos de cualquier biblioteca particular, cuando no los que más. De esta manera, don Esteban Catalán, canónigo de la catedral de Santiago, legó en 1753 sus breviarios grandes a su capellán don Francisco Antonio Otero, mientras que los pequeños fueron reservados para don Fernando Tarrío, también capellán del difunto<sup>70</sup>. Los breviarios de don Domingo Pérez Correa, prebendado de la misma catedral, fueron legados en 1794 a don Domingo Suárez, cura de Santa María de Gándara y Santiago de Carreira, “por el afecto particular que le tengo”<sup>71</sup>.

---

<sup>65</sup> Ángela M<sup>a</sup> Rodríguez López, “Análisis codicológico del breviario de Miranda”, *Annuarium Sancti Iacobi*, 1 (2012), p. 287-316.

<sup>66</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 260.

<sup>67</sup> Ofelia Rey Castelao, *Libros y...*, cit., p. 241.

<sup>68</sup> ACS, Testamentarías, IG 197.

<sup>69</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.3.802, fl. 71v.

<sup>70</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.3434, fl. 234-247.

<sup>71</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.5994, fl. 67-71.

Otros libros de carácter religioso también podían estar encuadernados y forrados de forma suntuosa por razones personales. A mediados del siglo XVIII, don Fernando Pedreira, abogado y relator de la Real Audiencia, tenía “un libro del apóstol señor Santiago con su cadena y broches de plata y el libro dorado”. Entre el capital del hidalgo don Norberto Moscoso se hallaron en 1812 tres volúmenes forrados en terciopelo de la *Mística ciudad de Dios* de sor María de Jesús de Ágreda, que bien pudieron ser usados por la viuda del hidalgo, doña María Manuela Varela y Somoza. En definitiva, libros que en nada tenían que envidiar a *Los oficios de nuestra señora*, forrados en terciopelo, que dejó la condesa de Eril en Santiago de Compostela tras su retorno a la villa y corte de Madrid en 1765<sup>72</sup>.

Otro tipo de libros de alta estimación económica fueron los diccionarios. Así, en las bibliotecas de los comerciantes don Benito Agar (1792) y don Ramón Pérez Santamarina (1809), como también en la del licenciado don José de Magdalena (1811), el *Diccionario de la lengua castellana* era el volumen de mayor estimación económica. Se trata de un hecho coherente teniendo en cuenta el formato folio y la encuadernación en pasta en las que fueron confeccionados, pero también por razones no declaradas en los inventarios, quizás por su redundancia, como la calidad del papel y el número de páginas de estos libros. En efecto, a partir de la edición de 1780, el *Diccionario* de la lengua cervantina fue publicado en un único volumen cuya extensión rondaba las 1.000 páginas<sup>73</sup>. Se justifica así por qué el ejemplar hallado en casa del difunto indiano don Benito Agar en 1792 fue regulado por el librero don Manuel de Soto en 110 reales.

Por último, algunas ediciones de libros destacaron por su excelente confección y, muy en particular, por la riqueza de las láminas que integraban. Un buen ejemplo, que fundía el sentido práctico y la voluntad de ostentación, es *L'art des armées navales ou traité des évolutions navales* compuesto por Paul Hoste, que fue tasado en 150 reales durante el inventario realizado en Ferrol en 1772 a la muerte del capitán don José Benito Caamaño. No es posible esclarecer si se trataba de la primera edición publicada en 1697 o la redición impresa en la misma ciudad en 1727, pero en cualquier caso se trataba de una obra que podía generar curiosidad y goce estético en cualquier lector, amén de su lectura práctica a ojos de un profesional.

---

<sup>72</sup> Daniel Mena Acevedo, “De Viena a Compostela. Libros y lecturas de la condesa de Eril”, *Erasmus. Revista de Historia bajomedieval y Moderna*, 8 (2021), p. 118.

<sup>73</sup> Real Academia Española, *Diccionario de la lengua castellana*, Madrid, Joaquín Ibarra, 1780.

## **Los espacios y los muebles de los libros**

Los escenarios de las bibliotecas variaron en función de su tamaño, su consideración, la disponibilidad de espacio dentro de la casa y la existencia de dos o más residencias, que podía implicar la distribución de los libros. En cualquier caso, espacios especializados como las salas o cuartos de la librería solo tenían razón de ser, en principio, para los conjuntos de libros de excepcional tamaño. Así, doña Mariana Ignacia Pose se refería en su codicilo firmado en 1768 a una “sala de la librería que dize al lado del jardín”<sup>74</sup>, acorde con la “copiosa librería” declarada por esta hidalga compostelana.

Más habitual era custodiar los libros en gabinetes, estudios, despachos, retretes, escritorios o alcobas, en donde se podía leer con cierta intimidad. Cabe tener en cuenta que los gabinetes eran estancias domésticas destinadas al “estudio, despacho o retrete”<sup>75</sup>, en palabras de Benito Bails, amén del descanso diurno y nocturno de los señores de la casa. Precisamente, a mediados del siglo XVIII don Jacobo Llorente, marqués de Astáriz, tenía en su gabinete de la casa de Noceda un total de 92 volúmenes.

Un estudio es, siguiendo a Bails “un cuarto donde se retira el que le ocupa, para estudiar o escribir. En las casas particulares suele servir también de librería”<sup>76</sup>. Como apunta Weruaga Prieto, esta estancia aparece en las casas de verdaderos estudiosos como estudiantes u hombres de leyes<sup>77</sup>. Así, por ejemplo, la biblioteca del abogado don Juan Benito Salazar y Alvarado se encontraba en 1776 en un estudio pensado para el trabajo cotidiano del licenciado. Por su parte, la biblioteca del relator don Manuel de Acebal se hallaba repartida entre la “sala principal de estudio” y la “alcoba de la sala de atrás del tercer alto”, en donde falleció este licenciado el 23 de agosto de 1800.

Ciertamente, las alcobas resultaban un lugar ideal para el almacenamiento de libros por razones de comodidad e intimidad. Cuando en 1785 falleció en Santiago el cabeza de la familia Moscoso, don Juan Manuel Moscoso, los libros del difunto no fueron hallados en el gabinete de la casa, sino en el dormitorio del susodicho.

En las casas de los comerciantes eran habituales los escritorios, espacios destinados a la gestión de los negocios y el almacenamiento de papeles<sup>78</sup>.

---

<sup>74</sup> AHUS, Protocolos notariales de Santiago, Leg.3802, fl. 160r-171v.

<sup>75</sup> Benito Bails, *Diccionario de arquitectura civil*, Madrid, Imprenta de la viuda de Ibarra, 1802, p. 49.

<sup>76</sup> Benito Bails, *Diccionario de...*, cit., p. 45.

<sup>77</sup> Ángel Weruaga Prieto, *Lectores y...*, cit., p. 528.

<sup>78</sup> Alberto Angulo Morales, *Del éxito en los negocios al fracaso del consulado: la formación de la burguesía mercantil de Vitoria (1670-1840)*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del

Por esta razón no resultaba extraño encontrar libros, sobre todo cuando sus contenidos abordaban distintas cuestiones económicas con las que tenían que lidiar a diario los miembros de la burguesía comercial. Así, don Ramón Pérez Santamarina tenía depositados en su escritorio un total de 137 volúmenes entre los cuales se encontraban obras de gran utilidad para la profesión del difunto, como el *Tratado legal teórico y práctico de letras de cambio* de Miguel Jerónimo Suárez, junto con otras que bien pudieron servir para la distracción y el placer del susodicho como *El Quijote* de Miguel de Cervantes<sup>79</sup>.

Ahora bien, la distribución cotidiana de los libros en el seno del ámbito doméstico no era estática, sino todo lo contrario, pues podía cambiar en función de las necesidades y caprichos de los miembros de la unidad familiar. Un buen ejemplo es el pazo de Oca, pues se trata de una residencia que aúna una concentración excepcional de inventarios a lo largo del siglo ilustrado y una riqueza de noticias de orden cualitativo, lo que nos permite obtener una visión dinámica de los libros en el seno de las estancias del inmueble. Tradicionalmente, la torre del pazo albergaba un cuarto principal destinado a albergar la biblioteca vinculada por don Andrés Gayoso, fallecido en 1733, mientras que en su piso superior se encontraba el archivo por razones de seguridad y conservación. En 1765, fueron hallados en el archivo un total de cinco volúmenes sobre derecho, puestos a disposición de la familia para ser utilizados en asuntos judiciales en los que el archivo familiar cumplía su razón de ser<sup>80</sup>. En 1800, con motivo de las reformas emprendidas por Domingo Gayoso, marqués de Camarasa, el archivo y la biblioteca familiar fueron reunidos en una misma estancia situada en la torre, lo que apunta a cierto desinterés por parte del marqués hacia una biblioteca vieja, pero que en términos legales era indivisible e inalienable.

En los dos gabinetes del pazo, construidos por don Fernando Gayoso antes de 1746, fueron recontados en 1765 algunos libros del conde y de su esposa, la condesa de Eril. El resto de los libros se encontraban en la capilla del pazo y en el cuarto de la mayordomía. No obstante, en el cuarto de la repostería fue hallado un “estante para libros” sin ningún libro, tal vez porque fueron retirados de este mueble antes del fallecimiento del conde, aunque no hay que descartar una reutilización del estante (para vajilla y ropa de mesa) teniendo en cuenta la función de la estancia en la cual fue hallado. En cualquier caso, el tercer memorial de bienes presentados por la condesa de Eril durante el litigio que

---

País Vasco, 2000, p. 163-164 y Ramón Maruri Villanueva, *La burguesía mercantil santanderina (1700-1850). Cambio social y mentalidad*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1990, p. 145.

<sup>79</sup> Baudilio Barreiro Mallón, “Las clases...”, cit., p. 490.

<sup>80</sup> Daniel Mena Acevedo, “De Viena a...”, cit., p. 126.

siguió a la muerte de su marido hace referencia al menos a nueve volúmenes entre las “alhajas que se hallaban en el cuarto de la condesa, oratorio, alcobas donde dormía, sus papeles y sala de estrado”, donde esta condesa nacida en Viena bien pudo entregarse al placer de la lectura.

Durante el inventario del pazo de Oca realizado en 1800 se halló que en la “pieza del cielo raso o sala de estrado”<sup>81</sup> había varias gacetas, libros de novenas y el *Compendio sagrado de la peregrina historia de los santísimos corporales y misterio de Daroca*; en el cuarto de la chimenea se hallaban libros de novenas, mercurios, gacetas, papeletas y diarios de novedades; y, por último, en el dormitorio del marqués se recontaron más libros de novenas.

En cuanto a los muebles que almacenaban los libros, debemos tener en cuenta que cualquier conjunto igual o inferior a los 20 volúmenes, e incluso superiores, podía ser almacenado en prácticamente cualquier mueble de la casa: una papelerera, una alacena, un armario, un escritorio, un bufete, un baúl, un cajón, un arca, etc.<sup>82</sup>. De esta manera, los 24 volúmenes que don Juan Manuel Moscoso tenía en su dormitorio se hallaron, junto con distintos papeles, en las gavetas de una papelerera de medio cuerpo de hechura inglesa. Cuando en 1754 falleció en A Coruña don Fernando Pedreira, abogado y relator, se descubrió que sus 46 libros se encontraban custodiados en arcas.

Los estantes, ciertamente, permitían una organización racional de los libros y facilitaban su acceso. Así, los 187 libros del señor de Goiáns fueron hallados en 1771 en un “estante alto 11 quartas y 9 de ancho con su respaldo o forro de madera de álamo y alguna de castaño”. En 1765, don Ignacio Varela y Seixas, mayordomo de rentas de la condesa de Lemos, tenía 42 libros en un estante “pintado de diferentes colores y figuras de bulto con tres puertas y cada una con diez bidrios de cristal”<sup>83</sup>. Ese mismo año, en el cuarto del archivo del pazo de Oca, los cinco tomos de derecho a los que hemos hecho referencia más arriba se encontraban en un “escaparate pintado de azul con sus molduras doradas”. En algunas bibliotecas, especialmente las más relevantes en términos de cantidad o calidad de los libros, el estante estaba relacionado con otros muebles pensados específicamente para la práctica de la lectura. Así, en la casa del canónigo don Antonio de Montes los dos estantes del prelado estaban acompañados de sendas “mesillas guarnecidas con sus carpetas de filipichín pajizo”<sup>84</sup>. Ahora bien, los estantes eran por lo general muebles mucho más

---

<sup>81</sup> Archivo Ducal de Medinaceli (ADM), Oca, 2.

<sup>82</sup> Ricardo Luengo Pacheco, *Libros y lectores en Plasencia (siglos XVI-XVIII)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2002, p. 162.

<sup>83</sup> ARG, Protocolos notariales, 1.529.

<sup>84</sup> ACS, Testamentarias, IG194.

modestos, toda vez que en pocos hogares se exhibían grandes colecciones de libros como signo de estatus social. Como le confesaba en 1752 el cura de Fruíme a don Pedro Fole, canónigo de la catedral de Santiago: “Yo he visto, llenos de bellos libros, estantes muy curiosos, pero, aun así, no eran más que unos maderos pintados”<sup>85</sup>. A juicio de Buigues<sup>86</sup> los estantes constituyen un indicio de la presencia de libros en un hogar, si bien conviene recordar la versatilidad de los estantes a la hora de almacenar otros objetos como papeles, vajilla o ropa blanca.

Una biblioteca de tamaño excepcional precisaba un mueble y una estancia acorde con su tamaño y valor<sup>87</sup>. Tal era el caso de los 1.719 libros conservados en el palacio de los Sangro en la ciudad de Lugo a la altura de 1818:

El estante que los contiene, que es de madera de nogal y cerezo, tiene de largo trece varas y tres cuartas de alto con veinte y quatro puertas vidreras de la parte superior e inferior que cojen ciento quarenta y uno cristales de los quales solo hai faltosos dos, que el valor de dicho estante es de quatro mil reales.

Un estante como el descrito, tasado en 4.000 reales, determinaba el sentido de la estancia que lo custodiaba: la biblioteca. No conocemos con exactitud la organización de este espacio, salvando la existencia de varios monetarios y “una araña de cristal en la biblioteca antigua que valdrá quatrocientos reales”, que contribuía a solemnizar esta colección de libros formada en su día por un eclesiástico bibliófilo.

Como es lógico, existe una estrecha relación entre el formato de los libros, los muebles y las formas de lectura. Así, los grandes volúmenes en folio y en menor medida el formato de a cuarto requerían de bufetes y mesas para poder ser consultados. El éxito de los formatos más reducidos como el octavo, el

---

<sup>85</sup> Diego Antonio Cernadas y Castro, *Obras en prosa y verso del cura de Fruíme, D. Diego Antonio Cernadas y Castro, natural de Santiago de Galicia*, vol. 4, Madrid, imprenta de don Joaquín Ibarra, 1779, p. 111.

<sup>86</sup> Jean-Marc Buigues, “Los libros...”, cit., p. 221-223. Más recientemente, Inmaculada Arias de Saavedra Alías, “Los espacios de las bibliotecas en el Antiguo Régimen” in Margarita Birriel Salcedo (ed.), *La(s) casa(s) en la Edad Moderna*, Zaragoza, Instituto “Fernando el Católico”, 2017, p. 343-350; Natalia González Heras, “Las librerías en las casas de los empleados del Estado a finales del Antiguo Régimen” in Félix Labrador Arroyo (ed.), *II Encuentro de Jóvenes investigadores en Historia Moderna. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Madrid, Universidad Rey Juan Carlos, 2015, p. 1033-1052.

<sup>87</sup> Roger Chartier, *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 145-146; Lawrence Stone and Jeanne C. Fawtier Stone, *¿An Open elite? England, 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press, 1986, p. 317-319.

doceavo y el dieciseisavo favoreció una lectura más distendida y cómoda, ya fuera en la cama, en un sofá o en los modernos escritorios.<sup>88</sup>

## **Conclusiones**

La presencia de libros en las viviendas de las élites gallegas fue fruto de la conjunción de distintos factores entre los que conviene destacar las necesidades profesionales, el nivel cultural y la transmisión hereditaria. Entre los miembros del alto clero y los hombres consagrados profesionalmente a las leyes, hablamos de bibliotecas medianas (100-300 volúmenes), pero también de casos significativos de grandes colecciones de libros en términos europeos (superiores a los 300 volúmenes). Exceptuando las bibliotecas de la nobleza titulada, que en no pocas ocasiones eran el resultado de la transmisión generacional, los conjuntos de libros custodiados en las viviendas de los grupos hidalgos y burgueses fueron generalmente pequeños, superando rara vez el centenar de volúmenes, aunque conviene destacar que hablamos de bibliotecas relevantes en el contexto del norte peninsular. Precisamente por estas magnitudes, los muebles especializados en el almacenamiento de los libros (los estantes) no se atestiguan en todas las casas, como tampoco fueron habituales los espacios especializados (las salas de librería), lo que a su vez fue consecuencia de la escasa superficie disponible en los interiores domésticos.

El precio medio de los libros inventariados rondó los 10 reales. Ahora bien, se aprecia una tendencia al abaratamiento del precio medio, lo que debió favorecer la adquisición de impresos y la paulatina mejora en la dotación de las bibliotecas. Claro está, el precio de los volúmenes varió en función del formato, la encuadernación y la calidad artística, pero también según el estado de conservación, factor que no se veía favorecido por las condiciones humedad del medio y la acción destructiva de insectos y roedores, lo que explica el estado deplorable de las bibliotecas depositadas en el mundo rural.

Ciertamente, la investigación de las bibliotecas particulares está condicionada por la dificultad de conciliar los intereses económicos bajo los cuales fueron realizados los inventarios con los intereses científicos de los historiadores del presente. Así, sabemos poco de las obras de escaso o nulo valor económico, aunque esta era una característica de impresos de gran difusión como la prensa

---

<sup>88</sup> Sofía Rodríguez Bernis, “Nuevas maneras, nuevos muebles en el siglo XVIII” in *El mueble del siglo XVIII: nuevas aportaciones a su estudio*, Barcelona, Associació per a l’Estudi del Moble, 2009, p. 38-41

periódica, así como también de las obras más desgastadas por el uso cotidiano. Sabemos mucho más de los libros caros y, precisamente por esta razón, podemos afirmar que en los anaqueles de las élites gallegas fueron inusuales los volúmenes tasados en más de 50 reales a fines de la Edad Moderna. Es más, los libros que superaron este umbral eran por lo general obras litúrgicas, diccionarios y ciertos libros ricamente ilustrados. Solo en los casos de los individuos de mayor nivel cultural o atentos al modo de vida de las élites de las grandes metrópolis europeas, como el alto clero catedralicio y algunos miembros de la nobleza titulada, se puede atestiguar una valoración de la antigüedad de las obras y una concepción de las colecciones de libros en términos de ostentación social.

# Uma perspetiva sobre o investimento municipal oitocentista em tempo de crise: 1892-1910

## A perspective on 19th century municipal investment in a time of crisis: 1892-1910

Paulo Leitão  
Universidade Nova de Lisboa, IHC, FCSH  
pjleitao@gulbenkain.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-8562-3001>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 03/06/2025

### *Abstract*

The slow use of the revenue allocated to the Municipal Road Fund generated balances of some financial significance, which municipal administrations used, motivated and authorised by successive governments, for other purposes, especially from 1892 onwards, which coincided, not by chance, with the crisis at the end of the Constitutional Monarchy. The municipalities reacted positively to the possibility opened up by the governments and it is above all the municipalities in the interior of the territory that have made the most use of this possibility, but it would be a mistake to conclude that this is a practice of small districts. The amounts requested tended to be low, but they either allowed for the total investment needed for the intervention to be carried out or contributed significantly to it. Local councils favored areas of investment such as the water supply, the Town Hall, the health of public spaces, cemeteries and slaughterhouses. Although it cannot be concluded that this investment led to a complete revitalization of local economies, it is clear that it contributed to an improvement in local living conditions.

Keywords: Portugal; municipalities; investment; XIX century.

### *Resumo*

A lenta utilização da receita consignada do Fundo de Viação Municipal gerou saldos com algum significado financeiro, que as administrações municipais foram usando, motivadas e autorizadas pelos sucessivos governos, para outros fins, sobretudo a partir de 1892, o que coincide, não por acaso, com a crise do final da Monarquia Constitucional. Os municípios reagiram positivamente à possibilidade aberta pelos governos e são sobretudo os concelhos do interior do território que mais recorrem a esta possibilidade, mas seria um erro concluir que esta é uma prática das pequenas circunscrições. Os montantes solicitados são tendencialmente baixos, mas permitiam ou o investimento total necessário à intervenção que se pretendia realizar ou para ela contribuam significativamente. As câmaras municipais privilegiaram áreas de investimento como o abastecimento de água, os Paços do Concelho, a salubridade dos espaços públicos, os cemitérios ou os matadouros. Embora não se possa concluir que este investimento conduziu a uma completa revitalização das economias locais, é claro que ele contribuiu para alguma melhoria das condições da vida local.

Palavras-chave: Portugal; concelhos; investimento; século XIX.

## Introdução

Apesar de alguns estudos que apontam para a relevância da ação municipal na construção da sociedade liberal, estamos ainda longe de conhecer em toda a sua extensão que papéis os concelhos desempenharam, sobretudo no período entre a segunda metade do século XIX e primeira década do seguinte. Apesar disto, perpassa por alguns autores a ideia que este papel teria sido relativamente irrelevante ou porque os municípios se encontravam controlados pelos agentes do poder central ou porque a nova ordem municipal teria sobretudo servido para alcandorar ao poder a burguesia local, mais preocupada em eximir-se ao pagamento de impostos do que promover o desenvolvimento local, preocupação eventualmente assumida quando esse desenvolvimento servisse os seus interesses e pudesse ser financiado pelo Estado Central. Até ao início da Regeneração, Luís Espinha da Silveira aponta mesmo para uma “atonía da vida local”, resultado, em parte, do aperto centralizador do Código de 1842, mas sobretudo da resistência das elites em contribuir para a necessária receita imprescindível à ação e do seu desinteresse em participar no governo local, conjugados com a fraca participação dos povos<sup>1</sup>.

Entretanto, a Regeneração e o seu programa de “melhoramentos nacionais” precisava de integrar o poder local neste desiderato nacional, não só porque considerava que aos municípios competiam localmente determinadas funções, mas também porque, como por exemplo afirma Frederico Laranjo, “é nas localidades que se conhecem os verdadeiros pobres, os males que precisam de socorro”<sup>2</sup>. Interessava também ao poder central aproveitar um certo crescimento da riqueza local para o investimento em áreas em que estava pouco interessado em investir. Assim, quer nos códigos administrativos posteriores ao de 1842<sup>3</sup>, quer em outro de tipo de legislação sobre diversos domínios de intervenção do Estado, assiste-se a um alargamento das funções e competências das câmaras municipais, cuja ação é sempre tutelada, com maior ou menor intensidade, pelos órgãos de poderes regionais (Governos Cívicos, Juntas Gerais de Distrito) ou diretamente pelo governo central, controlo

---

<sup>1</sup> Luís Nuno Espinha da Silveira, “Estado liberal, centralismo e atonia da vida local” in *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 2, 1998, p. 127-145.

<sup>2</sup> José Frederico Laranjo, *Princípios e instituições de direito administrativo*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. 52-53. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1071.pdf>

<sup>3</sup> Cf. Códigos administrativos de 1878, 1886 e 1895/96.

que se torna mais intenso também em resultado da extinção de alguns dos órgãos de poder regional<sup>4</sup>.

Sendo impossível analisar neste contexto a evolução das competências municipais em todos os domínios, refiram-se, brevemente, e a título de exemplo, três casos mais relevantes: a viação municipal, o ensino primário e a saúde pública. As câmaras municipais sempre foram responsáveis pela manutenção das vias de comunicação locais, mas o plano de estradas dos anos 60 contextualiza e desenvolve grandemente as funções que os municípios deveriam desempenhar<sup>5</sup>. De igual forma, se o Estado Central já vinha tentando, pelo menos a partir de 1842, que as câmaras municipais fossem desenvolvendo a rede escolar à sua responsabilidade, impondo mesmo, na reforma do ensino de Costa Cabral, a participação financeira obrigatória no pagamento dos ordenados dos docentes<sup>6</sup>, é a Reforma de Rodrigues Sampaio<sup>7</sup> que transfere para os municípios um número significativo de responsabilidades e competências na construção de uma rede local de ensino primário. No domínio da saúde pública, se a existência de médicos de partido sempre foi uma possibilidade, a pressão governamental para as câmaras garantirem efetivamente este serviço é crescente, chegando-se a estabelecer, já no início do século XX, que “fica sujeito à supressão o concelho que por falta de recursos não puder suportar a despesa de um partido” (artº 65)<sup>8</sup>. Nem sempre o alargamento destas responsabilidades e competências conduziu aos resultados esperados e o estudo que ora se empreende ilustra exatamente uma dessas situações, no caso da Viação Municipal.

Para outras realidades geográficas, é incontestável a relevante importância dos poderes locais, chegando mesmo Palmowski a afirmar, baseado nas análises dos casos inglês e alemão, que “local government was one of the most remarkable success stories of the nineteenth-century liberalism”<sup>9</sup> e, por isso, “liberalism cannot be properly understood without an appreciation of its local government dimension”<sup>10</sup>. Pelo mesmo diapasão parecem afinar Holcombe e Lacombe quando evidenciam que, para o caso dos EUA, “the 19th century

---

<sup>4</sup> Por exemplo, a “semi-reforma” administrativa de 1892 (Dec. de 06/08/1892) extingue as juntas gerais de Distrito.

<sup>5</sup> Cf., por exemplo, Lei de 06/06/1864, Diário de Lisboa nº 123, 07/06/1864, p. 223-226.

<sup>6</sup> Cf. Decreto de 20/09/1844, Diário do Governo nº 220, 28/09/1844, p. 306-320.

<sup>7</sup> Lei de 02/05/1878, Diário do Governo de 16/05/1878, p. 53-62.

<sup>8</sup> Decreto de 24/11/1901, Diário do Governo nº 292, 26/12/1901, p. 1031-1070.

<sup>9</sup> Jan Palmowski, “Liberalism and local government in late nineteenth-century Germany and England”, *The Historical Journal*, 45, 2 (jun. 2002), p. 381.

<sup>10</sup> Jan Palmowski, “Liberalism and local government in...”, cit., p. 385.

government growth was dominated by local government”<sup>11</sup>. O aumento do investimento local em áreas como a educação, a habitação, a salubridade e higiene pública ou a saúde contribuíram decisivamente para uma melhoria da qualidade de vida das populações e para, senão resolver, pelo menos diminuir os impactos dos problemas sociais criados pelo exponencial desenvolvimento das cidades.

Assim, conhecer e interpretar o investimento que as câmaras municipais levaram a cabo no período da Monarquia Constitucional, é relevante, sobretudo ultrapassando os casos exclusivamente locais e mesmo sendo a realidade nacional diversa dos exemplos referidos acima. O estudo desta realidade apresenta dificuldades várias, a começar desde logo pela dispersão das fontes, pela multiplicidade de casos que é preciso ter em conta e, por último, pela ausência de dados relativamente à concretização desse investimento e não apenas a sua previsão orçamental. E, no entanto, estudar os montantes e as dimensões desse investimento é crucial para compreender o papel que as câmaras municipais desempenharam no desenvolvimento oitocentista, normalmente atribuído apenas à ação do Estado Central.

Para o final do constitucionalismo monárquico, os dados estão mais disponíveis e, em alguns casos, permitem um retrato nacional. O que se pretende com este estudo é exatamente analisar, quantitativa e qualitativamente, o investimento municipal nas últimas duas décadas da vigência do regime, a partir da realidade de uma das suas fontes financeiras, a saber, a parte disponível do Fundo de Viação (a partir daqui FV) que os municípios puderam começar a utilizar para outros fins que não a construção de estradas. Embora, como a investigação demonstra, a maioria dos concelhos tenha usado esta possibilidade, a análise do investimento municipal apenas a partir desta origem apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, não é possível garantir com absoluta certeza que as câmaras municipais utilizaram efetivamente e para os fins identificados o montante de capital autorizado pelos sucessivos governos; no entanto, considerando que a disponibilização do capital resulta de um pedido municipal e que esse pedido tinha que ser instruído com informação mínima sobre a intervenção a realizar, é improvável que os municípios deixassem, posteriormente, de utilizar uma verba que eles próprios tinham solicitado. Por outro lado, o peso relativo do valor provindo do FV para a concretização de uma dada intervenção não é fácil de avaliar, embora a análise de alguns casos forneça pistas que apontam para a sua importância.

---

<sup>11</sup> Randall G. Holcombe; Donald J. Lacombe, “Factors underlying the growth of local government in the 19th century United States”, *Public Choice*, 120 (2004), p. 360.

É comum a historiografia portuguesa marcar o início da década de 90 como o princípio da crise que conduzirá ao fim da Monarquia Constitucional em 1910. Esta crise tem várias dimensões, nomeadamente políticas, onde avultam a crise do sistema de rotativismo parlamentar, sustentáculo do regime desde os anos 50, e o episódio do Ultimatum Inglês (1891) imposto às tentativas portuguesas de aprofundar a sua dominação sobre o Império Africano, o qual dará lugar à primeira revolta republicana em Portugal.

Para além destes fenómenos políticos, esta é também uma crise económica, em grande parte motivada pela grave crise das finanças públicas. De facto,

a queda das remessas dos emigrantes devido à situação política do Brasil impõe uma forte pressão sobre o equilíbrio externo; uma crise bancária gerada pela quebra das remessas e pelas dificuldades de financiamento externo, desencadeia uma corrida aos bancos, que, por sua vez, precipita o fim da convertibilidade da moeda nacional e o abandono do regime dos câmbios fixos em 1891 (...). O resultado foi a bancarrota parcial em 1892<sup>12</sup>,

impedindo duradouramente o país de colocar dívida a longo prazo no mercado externo.

Esta crise financeira tem um forte impacto na economia: “o PIB cai 6% entre 1892 e 1893 e tem um crescimento irregular e lento nos anos que se seguem. Apenas em 1897 se recupera o nível atingido em 1892”<sup>13</sup>. Em termos do investimento do Estado Central, se se constata um crescimento desde meados da década de 70 até ao início da década de 90, a partir deste momento “verificou-se uma quebra muito assinalável do investimento, e embora a partir de 1894-1895 tenha havido uma reanimação, o seu peso nas despesas efetivas não mais atingiu 1/10, tornando-se mesmo quase desprezível entre 1907-1908 e 1912-1913”<sup>14</sup>. Este contexto torna ainda mais relevante conhecer a realidade do investimento municipal, num tempo em que o investimento do Estado Central é pouco significativo.

Os dados analisados foram extraídos de fontes legislativas, ou seja, os diplomas legais através dos quais os governos autorizam as câmaras municipais a utilizarem um determinado montante do saldo do FV para “fins especiais”. Estas fontes apresentam um diferente nível de granularidade na descrição da

---

<sup>12</sup> Álvaro Ferreira da Silva, *O processo económico. A crise do Liberalismo: 1890-1930*, Fundação Mapfre, 2014, p. 134.

<sup>13</sup> Álvaro Ferreira da Silva, *O processo económico...*, cit., p. 134.

<sup>14</sup> Eugénia Mata, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, p. 81.

realidade a que dizem respeito. Se, em alguns casos, estão bem referenciadas as intervenções a realizar e o montante que lhes é destinado, em outros, sobretudo nas situações em que a autorização se destina a mais que um fim, a identificação apenas de um montante global inviabiliza a análise do investimento específico numa das dimensões. Por fim, casos existem também nos quais a descrição do objeto de investimento apresenta uma grande generalidade. Estes dados foram sobretudo analisados do ponto de vista quantitativo, integrando a realidade nos diferentes espaços geográficos nacionais. A fim de contextualizar os valores em causa face ao fim a que se destinam, foram analisados e comparados alguns casos de investimento efetivo nas mesmas áreas de intervenção. Por último, refira-se que os valores financeiros foram maioritariamente usados na sua forma deflacionada, utilizando o índice de preços de Bastien<sup>15</sup>. Quando são usados valores nominais e valores deflacionados a diferença é indicada pelos acrónimos pc (preços constantes) e vn (valor nominal).

## 1. Constituição e gestão do Fundo de Viação

A solução de consignar receita<sup>16</sup> destinada ao investimento na rede viária local nasce no contexto da lei de 1864<sup>17</sup> como forma de garantir os recursos financeiros necessários para dar corpo ao novo papel que os municípios deviam desempenhar neste âmbito. Constitui-se, assim, embora sem designação formal, o FV, gerido autonomamente por cada município e muitas vezes designado como Dotação para Viação. Esta dotação destinava-se a financiar a construção, conservação, manutenção e reparação das estradas municipais de 2ª classe (estradas intra-concelhias). Para as estradas municipais de 1ª classe (estradas inter-concelhias) o Governador Civil determina a contribuição anual de cada município para a construção dessa estrada, de acordo com o plano distrital de estradas (artº 9).

O artº 16 deste diploma define especificamente qual a receita que as câmaras municipais têm que anualmente atribuir à Viação Municipal, a saber:

- a) Prestação em trabalho (já existente e regulada pelo artº 138 do Código Administrativo de 1842);

---

<sup>15</sup> Carlos Bastien, “Preços e salários” in *Estatísticas históricas portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, p. 615-655. Disponível em: <https://tinyurl.com/yd8jl6u2>

<sup>16</sup> Entende-se por receita consignada “aquela que a título excecional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas” (Glossário [de Finanças Públicas]). Disponível em: <https://www.cfp.pt/pt/glossario>

<sup>17</sup> Lei de 06/06/1864, Diário de Lisboa nº 123, 07/06/1864, p. 223.226.

b) 1/3 dos rendimentos dos bens próprios. Estes bens já tinham sido libertos, desde 1860 (lei de 30/06), dos impostos específicos que sobre eles pendiam, a saber a “terça dos concelhos” e a “terça da universidade”, e submetidos apenas ao imposto predial. O mesmo diploma já determinava que o rendimento líquido destes bens deveria ser empregue na construção de estradas. Estabelece-se agora uma percentagem fixa;

c) Donativos;

d) Multas por transgressão de posturas;

e) 10% da restante receita municipal, depois de deduzidas as anteriores;

f) Subsídios a conceder pelo Estado;

g) Contribuições extraordinárias autorizadas para este fim.

Toda a receita municipal é afetada por esta consignação, embora de forma diferente. Duas rubricas são consignadas a 100%; o resto exige um cálculo relativamente complexo, sobretudo no caso da receita de bens próprios, a qual é submetida a duas operações de subtração que se traduzem efetivamente na consignação de 43,33%. Receitas posteriores, desde que tenham, como se usa na terminologia coeva, “aplicação especial”, como é o caso da criada para Instrução Primária, não serão objeto da consignação de parte para este efeito. Previsivelmente, a consignação que aqui pode gerar um maior volume financeiro são os 10% sobre toda a receita, particularmente a receita provinda de impostos.

Entre 1864 e 1880, a constituição e gestão desta dotação é da exclusiva responsabilidade municipal e realizada pelos serviços da câmara. É expectável uma diferente implementação destas disposições legais e crível que o seu incumprimento constituísse um meio imediatamente usado quando a receita tornava difícil a sua concretização ou quando as opções para a aplicar fossem outras. É este, mais que provável, difícil cumprimento da dotação para Viação que explica a iniciativa governamental de, praticamente 15 anos depois, formalizar a sua existência, criando a obrigatoriedade, em 1880<sup>18</sup>, da constituição de um FV sediado na Caixa Geral de Depósitos (CGD). Como é evidente, esta formalização constitui também um exercício de controlo por parte do estado central.

Depois de criar o Fundo em abril, de determinar a transferência dos montantes existentes nos cofres municipais e o posterior depósito de toda a receita consignada, logo no mês seguinte<sup>19</sup>, o Governo publica o regulamento que o operacionaliza. Neste, estabelece-se todo o processo de criação, nomeadamente a obrigação, até 30/06, de as câmaras liquidarem as respetivas contas de Viação, determinar os seus saldos e de os transferirem, até ao dia

<sup>18</sup> Lei de 01/04/1880, Diário do Governo nº 73, 05/04/1880, p. 24.

<sup>19</sup> Lei de 12/05/1880, Diário do Governo nº 109, 15/05/1880, p. 46.47.

seguinte, para uma conta municipal entretanto criada na CGD. O banco deveria manter e escriturar estas contas autonomamente para cada município.

No ano da sua criação os saldos transferidos para a CGD ascendem a um total de quase 310 contos de réis (309.463.430rs a pc; 386.829.288rs a vn)<sup>20</sup>. É difícil avaliar a importância absoluta do valor destes saldos. Em termos relativos também não é possível saber, neste momento, qual a importância do saldo face ao valor da receita do FV ou há quanto tempo é que este se vinha acumulando. No entanto, é possível constatar (cf. Tabela 1) que são sobretudo os distritos de interior que acumularam um maior nível de saldos, a começar desde logo pela Guarda e Viseu, seguidos por Portalegre, Beja. Vila Real e Santarém, ou seja, são os concelhos do interior que com mais dificuldade conseguem aplicar o capital do FV para a construção das estradas municipais, e por isso o valor dos saldos que apresentam é superior.

<b>Distrito</b>	<b>Valor do saldo do FV transferido para a CGD (rs)</b>
Guarda	38.221.808
Viseu	37.694.849
Portalegre	26.467.090
Beja	26.374.845
Vila Real	24.405.962
Santarém	24.395.605
Lisboa	20.003.285
Braga	15.534.295
Évora	14.917.323
Castelo Branco	13.720.715
Bragança	13.379.992
Faro	12.134.314
Viana do Castelo	11.982.810
Coimbra	10.885.586
Leiria	10.028.024
Porto	7.770.804
Aveiro	1.546.122

Tabela 1 – Valor dos saldos do FV transferidos para a CGD pelas câmaras municipais em 1880, por distrito.

Fonte: Caixa Geral de Depósitos... Diário do Governo nº 186, 18/08/1880, p. 2129-2130.

<sup>20</sup> Diário do Governo nº 186, 18/08/1880, p. 2129-2130.

Apesar destas dificuldades, o montante global dos saldos vai decrescendo ao longo desta década e no início da década seguinte, em 1891<sup>21</sup>, o seu valor já tinha diminuído, face a 1880, 10%, e no ano seguinte reduz ainda mais significativamente ao nível de 12% face ao ano anterior. Esta diminuição dos saldos é um claro indicador de que as câmaras municipais foram usando de forma mais efetiva as disponibilidades financeiras criadas pelo FV para a construção das estradas municipais.

Não obstante esta tendência para o decréscimo do volume dos saldos, o que é facto é que a avaliação da eficácia da concretização da rede de estradas municipais é globalmente negativa. Em 1879 estavam apenas construídos 1.600km<sup>22</sup>. Sete anos depois, em 1886, a rede tinha crescido pouco mais de 1.200km, totalizando 2.813km. Nesta data estariam por construir 16.357km<sup>23</sup>. Vinte anos depois, em 1906, o ritmo de crescimento continuava muito lento, tendo a rede atingido apenas a extensão de 4.352km, ou seja, menos do dobro<sup>24</sup>. De acordo com a Comissão de Obras Públicas, esta realidade demonstra o “abandono a que têm sido votados os serviços de viação na maioria dos concelhos...”<sup>25</sup>. Baseando-se num relatório elaborado em 1893, o mesmo organismo aduz um conjunto de razões explicativas, nomeadamente a falta de interesse das administrações municipais, a falta de recursos, a dificuldade em obter a receita prevista no que concerne ao imposto em trabalho, o reduzido desenvolvimento das estradas reais e distritais na área dos respetivos concelhos e, por último, “a facilidade com que as câmaras municipais têm obtido autorização das Cortes Gerais para aplicar a pequenas obras de interesse local quantias importantes retiradas do fundo de viação, destinado unicamente à construção de estradas municipais”<sup>26</sup>. A estas razões a Comissão acrescenta uma outra que considera relevante: “a esperança que o Governo construa aquelas estradas por sua conta; esperança fundada em muitos exemplos...”<sup>27</sup>. Maria Fernanda Alegria aponta também nesta direção ao sublinhar que a crise dos anos 90 conduziu a uma “viragem na política de gestão da rede: assumido como um serviço de lucros reduzidos,

---

<sup>21</sup> Diário do Governo nº 131, 11/06/1892, p. 1349-1350.

<sup>22</sup> António José Antunes Navarro, *Memória sobre a viação municipal em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, p. 16-17.

<sup>23</sup> António José Antunes Navarro, *Memória sobre a viação municipal em Portugal...*, cit.

<sup>24</sup> Comissão de Obras Públicas, *Estado da viação ordinária em Portugal: projeto de lei nº 7: relatório apresentado à Câmara dos Senhores deputados na sessão de 28 de janeiro de 1907*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 25.

<sup>25</sup> Comissão de Obras Públicas, *Estado da viação ordinária em Portugal...*, cit., p. 26.

<sup>26</sup> Comissão de Obras Públicas, *Estado da viação ordinária em Portugal...*, cit., p. 27.

<sup>27</sup> Comissão de Obras Públicas, *Estado da viação ordinária em Portugal...*, cit., p. 27.

que todos exigiam para as suas terras, a dotação de infraestruturas de transporte terrestre, passa a assumir um cariz público. Assim sendo, as obras a cargo do Estado passam a privilegiar ligações de índole local, descuidando, por vezes, o andamento das principais e até, nalguns casos, originando alguma apatia nos esforços por parte dos municípios, por acreditarem que não lhes competiam as referidas obras<sup>28</sup>.

Ao contrário da opinião técnica relativamente ao desvio de aplicação do FV, os sucessivos governos caminharão exatamente na direção contrária, assumindo não só um certo falhanço da responsabilidade municipal neste domínio, mas também a oportunidade de proporcionar aos municípios a possibilidade de reutilizar uma receita já acumulada em domínios em que o Estado Central tinha vindo sucessivamente a passar para a responsabilidade municipal e onde, portanto, investia muito reduzidamente. Desde 1893 e até 1909, os governos vão sucessivamente, e com cada vez maior frequência, repetindo a disposição legal (cf. Tabela 2) que permite aos municípios solicitarem a utilização especial de até 50% do saldo do seu FV, até que, em 1909<sup>29</sup>, o governo alarga definitivamente a utilização dessa parte disponível a todas as câmaras municipais, dispensando um pedido específico de cada município. Isto torna absolutamente claro que, por um lado, o uso do FV para fins diversos se tinha tornado uma prática corrente e, por outro, evidencia a sua importância como fonte financeira para o investimento municipal em outros domínios que não a rede viária.

Ano económico	Diploma legal
1893-1894	Lei de 30/06/1893 (artº 64)
1897-1898	Lei de 30/09/1897 (artº 30)
1899-1900	Lei de 17/08/1899
1902-1903	Lei de 14/05/1902
1903-1904	Lei de 27/06/1903 (artº 48)
1904-1905	Lei de 24/11/1904 (artº 45)
1907-1908	Lei de 26/09/1907 (artº 67)
1909	Lei de 02/10/1909

Tabela 2 – Diplomas legais com disposições que permitem aos municípios pedir a utilização especial do Fundo de Viação.

Fonte: Legislação Régia.

<sup>28</sup> Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal: 1850 – 1910: as vias e o tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990, p. 149.

<sup>29</sup> Lei de 02/10/1909, Diário do Governo nº 235, 16/10/1909, p. 2.

Ao permitir este tipo de uso, ou seja, fora do âmbito para o qual o Fundo tinha sido criado, os governos direcionam a sua utilização para três grandes domínios: equipamentos públicos – vários tipos de edifícios municipais, nomeadamente Paços do Concelho, matadouros, mercados, escolas –, saúde pública – saneamento, abastecimento de água, cemitérios, combate a epidemias, hospitalização especial – e vias de comunicação – caminhos vicinais, pontes –, excetuando estradas. Estes domínios de aplicação mantêm-se constantes ao longo do tempo, excetuando em 1909 onde desaparece o caso dos edifícios públicos.

Esta libertação e reaplicação do capital acumulado ao longo dos anos no FV constitui um incentivo ao desenvolvimento local e à melhoria das condições de vida, nomeadamente pela importância dada à área da saúde pública; mas também denota a visão que os governos centrais tinham das dimensões de atuação municipal mais relevantes ao tempo. Por outro lado, e num contexto de aguda crise financeira nacional, onde objetivamente o dinheiro escasseia, esta possibilidade permite insuflar alguns recursos financeiros na economia local e contribuir para a sua reanimação. No entanto, os sucessivos governos nacionais abrem apenas a possibilidade, cabe aos executivos municipais tomar a iniciativa, indicador do seu interesse ou desinteresse em desempenhar um papel ativo no desenvolvimento local. Por outro lado, num contexto de cada vez maiores preocupações higienistas, não admira a especial referência a investimentos que permitam melhorar as condições de salubridade dos espaços públicos e o combate a epidemias, incluindo a profilaxia através da vacinação.

O facto de estas disposições legais só surgirem, com abrangência nacional, no início dos anos 90 não significa que em data anterior o Estado central não possa ter atendido a solicitações dos concelhos no mesmo sentido. De facto, a investigação relevou a existência de dois momentos fundamentais: 1875-1885 e 1892-1909. Durante o primeiro ocorrem apenas 35 autorizações, enquanto que no segundo se verificam 371, evidenciando que no primeiro caso estamos perante uma realidade com frequência relativamente episódica e é no segundo que esta prática se expande claramente. Não existe qualquer razão aparente para a inexistência de autorizações entre 1886 e 1891.

## **2. A utilização especial do Fundo de Viação entre 1892-1909**

No período de 17 anos que decorre entre 1892 e 1909<sup>30</sup> foram concedidas pelos sucessivos governos centrais um total de 371 autorizações para uso de FV,

---

<sup>30</sup> Os dados analisados a seguir foram extraídos dos seguintes diplomas legais: Lei de 25/04/1892, Lei de 05/05/1892, Dec. 05/08/1893, Dec. 19/08/1893, Dec. 14/09/1893, Dec.

totalizando mais de 412 contos de réis (412.668.399rs a pc, 457.853.378rs a vn).

---

27/09/1893, Dec. 19/10/1893, Dec. 25/10/1893, Dec. 03/11/1893, Dec. 09/11/1893, Dec. 16/11/1893, Dec. 23/11/1893, Dec. 30/11/1893, Dec. 27/12/1893, Dec. 04/01/1894, Dec. 11/01/1894, Dec. 18/01/1894, Dec. 30/01/1894, Dec. 08/02/1894, Dec. 17/02/1894, Dec. 22/02/1894, Dec. 29/03/1894, Dec. 05/04/1894, Dec. 12/04/1894, Dec. 19/04/1894, Dec. 04/05/1894, Dec. 10/05/1894, Dec. 17/05/1894, Dec. 24/05/1894, Dec. 02/06/1894, Dec. 16/06/1894, Dec. 23/06/1894, Dec. 28/06/1894, Dec. 05/07/1894, Dec. 19/07/1894, Dec. 11/10/1894, Dec. 03/11/1894, Dec. 27/11/1894, Dec. 29/11/1894, Dec. 13/12/1894, Dec. 14/12/1894, Dec. 10/01/1895, Dec. 06/06/1895, Dec. 04/07/1895, Dec. 13/07/1895, Dec. 27/07/1895, Dec. 29/08/1895, Dec. 28/09/1895, Dec. 02/10/1895, Dec. 11/10/1895, Dec. 31/10/1895, Dec. 07/11/1895, Dec. 14/11/1895, Dec. 26/03/1896, Dec. 03/04/1896, Dec. 09/04/1896, Dec. 23/04/1896, Dec. 04/05/1896, Dec. 13/05/1896, Dec. 11/06/1896, Dec. 18/06/1896, Dec. 03/07/1896, Dec. 13/07/1896, Dec. 21/07/1896, Dec. 03/09/1896, Dec. 02/10/1896, Dec. 15/10/1896, Dec. 29/10/1896, Dec. 14/01/1897, Dec. 21/10/1897, Dec. 25/02/1897, Dec. 11/03/1897, Dec. 17/05/1897, Dec. 18/06/1897, Dec. 13/09/1897, Dec. 01/10/1897, Dec. 06/12/1897, Dec. 23/12/1897, Dec. 17/02/1898, Dec. 28/04/1898, Dec. 05/05/1898, Dec. 12/05/1898, Dec. 26/05/1898, Dec. 08/06/1898, Dec. 07/07/1898, Dec. 14/07/1898, Dec. 28/07/1898, Dec. 28/07/1898, Dec. 11/08/1898, Dec. 03/09/1898, Dec. 10/09/1898, Dec. 06/10/1898, Lei 22/06/1898, Dec. 04/10/1899, Dec. 04/10/1899, Dec. 23/12/1899, Dec. 22/09/1899, Dec. 13/09/1899, Dec. 16/11/1899, Dec. 27/09/1899, Dec. 26/10/1899, Dec. 22/09/1899, Dec. 23/12/1899, Dec. 13/09/1899, Dec. 17/10/1899, Dec. 11/10/1899, Dec. 02/11/1899, Dec. 07/09/1899, Dec. 02/11/1899, Dec. 09/11/1899, Dec. 26/10/1899, Dec. 04/10/1899, Dec. 27/09/1899, Dec. 04/10/1899, Dec. 17/10/1899, Dec. 11/10/1899, Dec. 13/09/1899, Dec. 27/09/1899, Dec. 13/09/1899, Dec. 20/09/1899, Dec. 16/11/1899, Dec. 07/09/1899, Dec. 20/09/1899, Dec. 10/05/1899, Dec. 18/05/1899, Dec. 25/05/1899, Dec. 20/09/1899, Dec. 02/06/1899, Dec. 08/07/1899, Dec. 01/08/1899, Dec. 17/08/1899, Dec. 01/09/1899, Dec. 09/12/1899, Dec. 23/12/1899, Dec. 11/10/1899, Dec. 13/09/1899, Dec. 20/09/1899, Dec. 15/03/1900, Dec. 26/04/1900, Dec. 17/05/1900, Dec. 31/05/1900, Dec. 10/07/1900, Dec. 11/08/1900, Dec. 05/09/1900, Dec. 19/10/1900, Dec. 08/11/1900, Dec. 22/12/1900, Dec. 20/09/1899, Dec. 10/01/1901, Dec. 07/02/1901, Dec. 21/02/1901, Dec. 07/03/1901, Dec. 28/03/1901, Dec. 18/04/1901, Dec. 27/04/1901, Dec. 09/05/1901, Dec. 17/05/1901, Dec. 04/06/1901, Dec. 12/06/1901, Dec. 27/07/1901, Dec. 02/09/1901, Dec. 17/09/1901, Dec. 13/03/1902, Dec. 14/05/1902, Dec. 24/05/1902, Dec. 14/06/1902, Dec. 19/06/1902, Dec. 28/06/1902, Dec. 19/07/1902, Dec. 02/08/1902, Dec. 13/08/1902, Dec. 06/09/1902, Dec. 19/09/1902, Dec. 03/10/1902, Dec. 10/10/1902, Dec. 06/11/1902, Dec. 20/11/1902, Dec. 27/11/1902, Dec. 04/12/1902, Dec. 08/01/1903, Dec. 21/01/1903, Dec. 29/01/1903, Dec. 20/02/1903, Dec. 05/03/1903, Dec. 12/03/1903, Dec. 16/04/1903, Dec. 20/03/1903, Dec. 27/04/1903, Dec. 07/05/1903, Dec. 14/05/1903, Dec. 28/05/1903, Dec. 10/06/1903, Dec. 09/07/1903, Dec. 25/08/1903, Dec. 21/11/1903, Dec. 17/03/1904, Dec. 02/05/1904, Dec. 11/05/1904, Dec. 09/06/1904, Dec. 30/06/1904, Dec. 11/02/1905, Dec. 10/04/1905, Dec. 10/04/1905, Dec. 24/04/1905, Dec. 11/05/1905, Dec. 18/05/1905, Dec. 05/06/1905, Dec. 10/06/1905, Lei 20/09/1899, Dec. 19/06/1905, Dec. 04/07/1905, Dec. 04/07/1907, Lei 20/09/1899, Dec. 13/07/1907, Dec. 19/08/1907, Dec. 14/09/1907, Dec. 21/09/1907, Dec. 09/10/1907, Dec. 21/10/1907, Dec. 21/11/1907, Dec. 28/11/1907, Dec. 05/12/1907, Dec. 12/12/1907, Dec. 19/12/1907, Dec. 30/04/1908, Dec. 07/05/1908, Dec. 11/06/1908, Dec. 22/06/1908, Dec. 02/10/1909, Lei 02/10/1909.

É provável que este valor tenha sido ligeiramente superior, dado que existem oito autorizações sem indicação de montante específico autorizado. À época este montante tem uma dimensão que não é extraordinariamente significativa: por exemplo os encargos do Estado Central com a saúde atingiram, apenas nos primeiros anos deste período (1892-93 a 1894-95), um total de 690 contos<sup>31</sup>.

A evolução do número de autorizações ao longo destes anos não apresenta qualquer tendência linear (cf. Gráfico 1). Para além do pico que caracteriza o ano de 1899, e cujas razões veremos mais à frente, ocorre um momento de crescimento nos anos iniciais, de 1892 a 1894, com 41 autorizações neste último ano. A partir daqui, não mais estes valores serão atingidos, verificando uma tendência para decréscimo a partir de 1903, embora com oscilações. Apesar desta variabilidade, é claro que os municípios solicitaram muito mais autorizações entre 1892 e 1899 do que entre 1900 e 1909. Neste último período só no ano de 1903 se ultrapassam pouco as 20 autorizações.

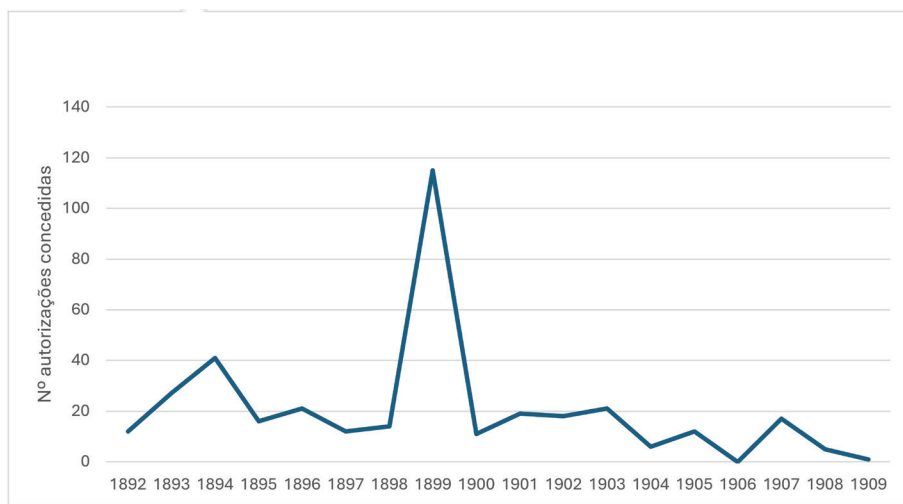


Gráfico 1 – Fundo de Viação: nº autorizações concedidas (1892-1909).

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 13).

As autorizações foram solicitadas por 166 concelhos, o que representa 63,12% da totalidade dos concelhos de Portugal Continental de acordo com o Censo de 1890. Portanto, esta constitui uma prática comum à maioria das circunscrições, assumindo-se como um recurso financeiro importante para a realização de

<sup>31</sup> Eugénia Mata, *As finanças...*, cit., p. 98.

investimentos locais. A sua distribuição espacial (cf. Mapa 1) revela que são os concelhos do interior, de norte e sul, que mais recorrem a este dispositivo. No sul do país, esta realidade estende-se praticamente a todos os concelhos, sejam do litoral ou do interior. É na faixa litoral centro e norte que um maior número de concelhos está ausente. Ausentes estão também as cidades, mas não as do interior. As câmaras municipais de Beja, Bragança, Évora, Faro, Lamego e Santarém recorrem também a esta possibilidade. Esta menor representatividade do litoral estará ligada a municípios com uma receita mais robusta, que dispensaria o uso deste recurso, ou uma maior aposta na viação municipal, numa zona onde o avanço da rede de estradas municipais era mais significativo.

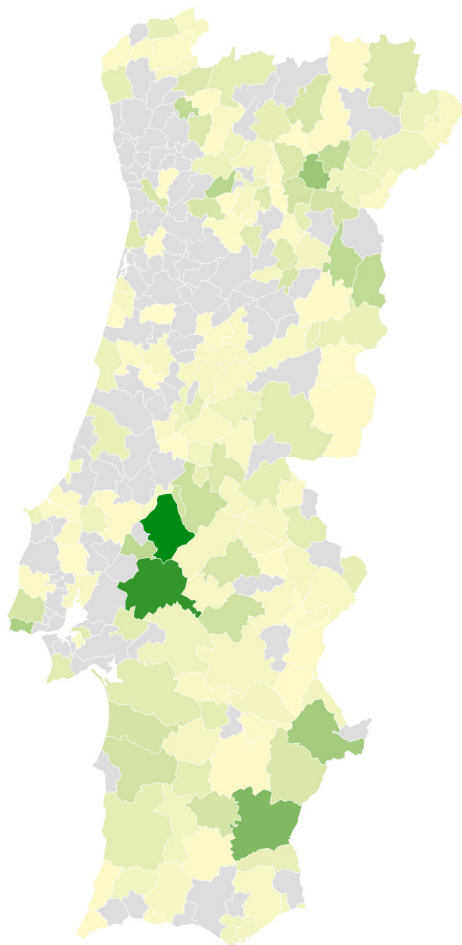
Efetivamente, são os concelhos que menos investem em Viação que tendencialmente pedem maiores montantes para investimento. Considerando os concelhos que até ao início deste período não apresentam qualquer extensão de estradas construída (42 casos)<sup>32</sup>, verifica-se que o montante autorizado ascende a 161.309.008rs, o que representa por si só 39% do total concedido. Todos estes concelhos se situam no interior do território e deles fazem parte os casos com os maiores montantes autorizados, como Chamusca, Coruche, Carrazeda de Ansiães ou Baião: praticamente 55% (54,8%) são autorizados a aplicar montantes superiores a 2 contos de réis, sendo que o valor se situa acima dos 5 contos em 30% destes casos.

Ao contrário, são os municípios onde a rede de estradas municipais se encontra, em 1892, mais avançada (casos superiores a 20km de extensão construídos) que, ou não recorrem de todo ao FV para estes “fins especiais”, ou o usam de forma relativamente limitada. Entre os primeiros encontram-se sobretudo concelhos da faixa litoral, tais como Albergaria-a-Velha, Cantanhede, Matosinhos, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Estarreja, Lisboa, Loures, Torres Vedras, Albufeira ou Loulé. No entanto, a realidade é neste universo mais multidimensional: não só concelhos de interior, como Braga, Guimarães, Santa Maria da Feira, Oliveira do Bairro, Tondela, Viseu, Penela, Fundão ou Torres Novas, não recorrem ao FV para estes fins; como nalguns concelhos, quer do litoral, quer do interior, como exemplificam os casos de Ovar, Castelo Branco e Sintra, o montante das autorizações solicitadas para o uso do FV não pode deixar de ser considerado significativo, oscilando entre 3,5 e 5 contos de réis. Esta realidade aponta para a necessidade de considerar outras variáveis, nomeadamente as opções de política postas em prática pelas diversas administrações municipais.

---

<sup>32</sup> Dados com base em Comissão de Obras Públicas, *Estado da viação ordinária em Portugal...*, cit., p. 76-85.

Valor autorizado (rs)



Criado com Datawrapper

Mapa 1

Ao nível da agregação distrital (cf. Mapa 2), constata-se a mesma predominância do interior, destacando-se os distritos de Beja, Bragança, Coimbra e Évora nos quais mais de 90% dos concelhos solicitaram este tipo de autorizações. No entanto, na maioria dos distritos (76,5%) mais de 50% dos concelhos recorre a esta possibilidade. Os distritos com um menor número de concelhos representado

são os do litoral norte, como Porto (23,53%) e Aveiro (31,25%). Desta tendência de litoralização exclui-se Braga, que está representado por 1/3 dos seus concelhos. Do ponto de vista dos montantes financeiros autorizados (cf. Mapa 2), destacam-se os distritos de Santarém, com mais de 78 contos de réis (78.418.780rs), e o de Beja, com mais de 48 (48.307.955rs). Os valores autorizados aos concelhos destes distritos representam 30,7% do total, o que atesta bem a sua importância, sobretudo no caso de Santarém com um peso de quase 20% (mais exatamente 19%). A importância dos distritos que se seguem nesta hierarquia de valores – Lisboa (9,28%), Bragança (8,2%), Guarda (8%) – encontra-se já claramente distante dos de Santarém e Beja. A centralidade destes dois distritos fica a dever-se quer ao número de concelhos envolvidos, quer ao valor autorizado. No caso de Santarém, 67% dos concelhos recorre a este dispositivo, destacando-se os concelhos da Chamusca e de Coruche que são autorizados a despendere mais de 47 contos (47.633.324rs), o que representa 60,74% da totalidade do montante autorizado neste distrito. No caso de Beja, o número de concelhos é ainda mais significativo (apenas 1 concelho está ausente), embora o volume financeiro das autorizações seja inferior: destacam-se os concelhos de Moura, com um valor de 10.668.055rs e Mértola com 14.777.049rs, representando os dois mais de 50% (52,67%) do total de autorizações neste distrito.

Nesta dimensão, se em alguns casos, os distritos com uma maior taxa de concretização da rede de estradas municipais em 1892<sup>33</sup> são aqueles nos quais os concelhos solicitam um valor mais reduzido do FV, como se verifica em Aveiro e Coimbra, com uma taxa de concretização respetivamente de 40,34% e 40% e uma utilização do FV inferior a 10 contos em cada um; já no distrito de Lisboa, uma taxa de concretização 45,1% não exclui um valor significativo de uso do FV para estes fins num total de quase 38,3 contos. Também os já referidos distritos de Santarém e Beja não são necessariamente os que apresentam taxas de concretização da rede mais baixas no universo, respetivamente 24,77% e 35,77%. Ao contrário, nos casos de Bragança, Viseu e Guarda, uma menor taxa de concretização da rede, respetivamente 6,74%, 8,56% e 13%, está associada a um valor significativo de reutilização do FV, nomeadamente 33,85, 25,99 e 33,97 contos. Não pode, por isso, assumir-se um mecanicismo explicativo entre estas variáveis, sugerindo a necessidade de convocar outros fatores tais como as opções políticas e estratégicas de cada administração municipal. Deve também ter-se em linha de conta que as taxas de concretização devem ser relativizadas face à diferente extensão da rede prevista em cada distrito.

---

<sup>33</sup> Dados com base em Comissão de Obras Públicas, *Estado da viação ordinária em Portugal...*, cit., p. 76-85.



Criado com Datawrapper

Mapa 2

Um outro indicador da importância que o recurso ao FV teve para as câmaras municipais é o da frequência das autorizações solicitadas. A maioria dos concelhos (57,23%) solicita mais que uma autorização, sendo que as maiores frequências são ao nível das duas (25,3%), três (17,47%) e quatro (6,63%) autorizações. A partir destas frequências, o número de concelhos é muito

mais reduzido, mas há casos como o da Chamusca que aposta claramente na reutilização do FV solicitando 10 autorizações ao longo dos anos. No entanto, apesar desta tendência não deixa de ser significativo que quase 43% (42,77% mais exatamente) solicitem apenas uma autorização.

A evolução do valor global das autorizações concedidas aos concelhos ao longo do tempo (cf. Gráfico 2) não apresenta qualquer regularidade. Para além do pico que se verifica em 1899, e cujas razões veremos mais à frente, ocorre um primeiro momento de crescimento nos anos iniciais de 1892 a 1894: é neste ano que se atinge o segundo pico do valor de autorizações com mais de 66 contos de réis (66.446.457rs), mas muito longe dos quase 119 contos de 1898. Na maior parte dos anos os valores globais são inferiores a 20 contos de réis e os 3 anos mais representativos (1893, 1894 e 1899) concentram 53,49% do montante total. De qualquer forma, é visível que os valores solicitados pelas câmaras municipais após 1901 são claramente inferiores: em nenhum dos anos deste período se atingirá os 20 contos de réis, havendo mesmo dois anos (1904 e 1907) onde o valor total fica abaixo dos 10 contos de réis, o que no período anterior entre 1892 e 1901 só acontece uma vez, em 1900.

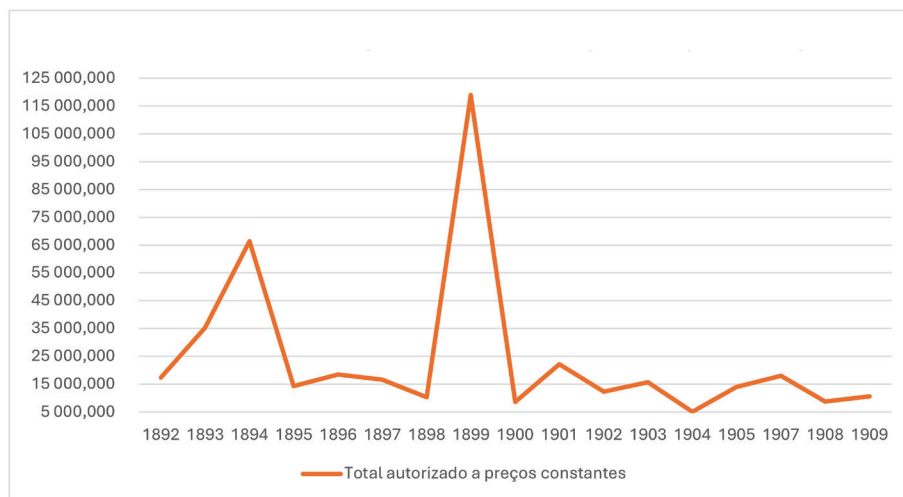


Gráfico 2 – Fundo de Viação: total autorizado por anos (1892-1909).

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 13).

O comportamento desta dimensão financeira da realidade está mais relacionado com o número de concelhos que solicitam autorizações de despesa do que com o valor autorizado, já que o montante de cada autorização é

tendencialmente baixo (cf. Gráfico 3): quase 47% (46,76%) dos pedidos são inferiores a 1 conto de réis e quase 26% (25,9%) situa-se no intervalo entre 1 e 2 contos de réis. Assim, 73% dos montantes financeiros solicitados pelos municípios são inferiores a 2 contos de réis.

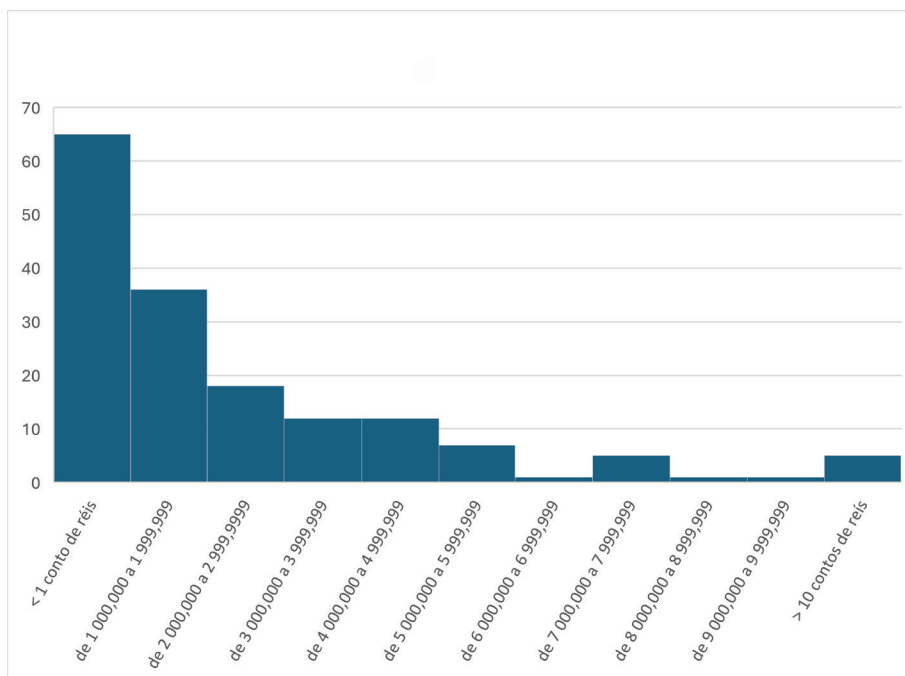


Gráfico 3 – Distribuição do montante das autorizações por classes de valor (rs): 1892-1909.

Fonte: legislação analisada (cf. nota 13).

No entanto, para um reduzido número de casos (cf. tabela 3), os valores envolvidos são claramente significativos, superiores a 10 contos de réis. O valor autorizado a estes cinco concelhos (quase 85 contos de réis) representa 20,51% do total autorizado neste período, o que evidencia bem a importância desta opção estratégica na obtenção do capital necessário ao investimento. A Câmara da Chamusca usa o FV para uma grande diversidade de investimentos, nomeadamente nos Paços do Concelho, no abastecimento de água à vila, na construção de um matadouro, no saneamento básico, na saúde pública, em obras no mercado e, finalmente, na construção ou recuperação de caminhos vicinais, evidenciando as potencialidades de investimento: a dimensão mais significativa

é o abastecimento de água (12.196.312rs, o que representa quase 50% do total), logo seguido pelo saneamento básico e a saúde pública (3.045.776rs), a reparação dos Paços do Concelho (2.430.000rs), a cobertura metálica do mercado e a construção de um talho interior (1.920.000rs). A Câmara de Coruche acompanha de perto as opções da Chamusca (são aliás concelhos com alguma proximidade geográfica o que pode ter contagiado as opções) já que os quase 23 contos que solicita destinam-se ao investimento nos Paços do Concelho, ao abastecimento de água, ao saneamento básico e à saúde pública, sendo que o valor mais significativo se destina a aplicação nos Paços do Concelho: a sua reedificação projetada em 1909 prevê um investimento de 10.524.500rs, o que, por si só, representa 46,58% do montante total de autorizações. O que diferencia o resto dos casos deste grupo é uma menor diversidade de áreas de investimento, mas encontram-se sempre os Paços do Concelho, o abastecimento de água e o saneamento.

Concelho	Montante total de autorizações (rs)
Moura	10.668.055
Carrazeda de Ansiães	11.556.209
Mértola	14.777.049
Coruche	22.594.500
Chamusca	25.038.824

Tabela 3 – Concelhos com um montante total de autorizações superior a 10 contos.

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 13).

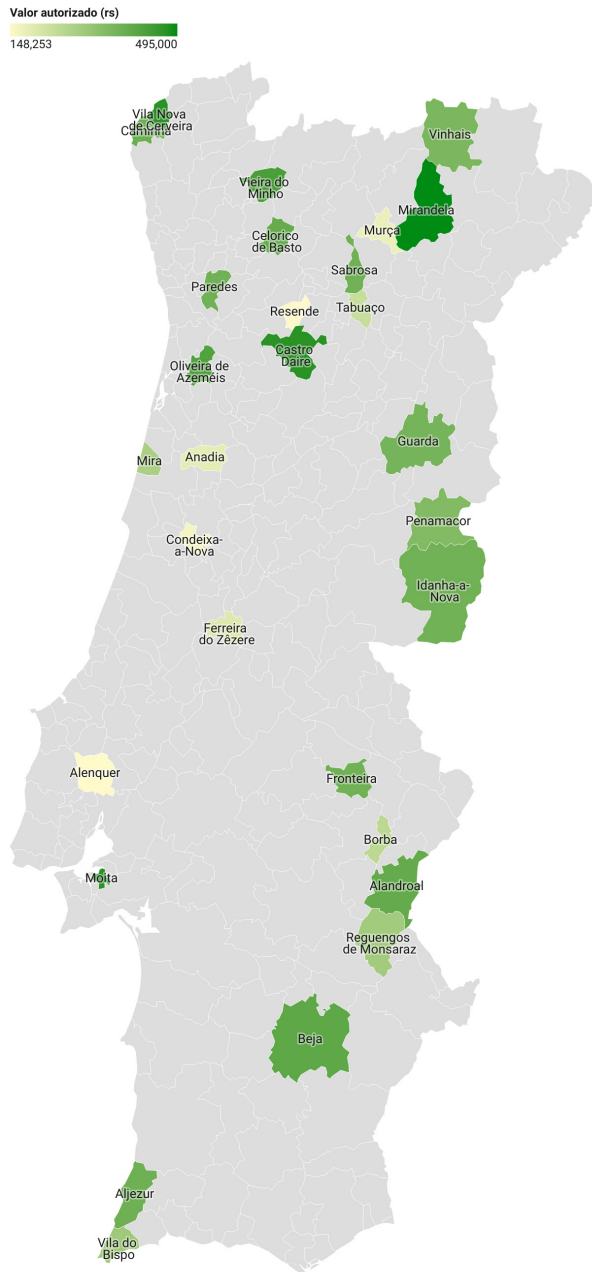
Embora representem apenas 9% do total de concelhos envolvidos, os que obtêm autorizações que oscilam entre cinco e dez contos (cf. Tabela 4) totalizam quase 98 contos de réis (97.662.975rs), o que representa já 23,76% do total do valor autorizado durante o período em análise. A distribuição espacial deste grupo continua a revelar a predominância dos concelhos de interior, seja a norte ou a sul do território, excetuando o caso de Cascais. Quanto às dimensões do investimento a que este dinheiro é aplicado continua a verificar-se a importância do abastecimento de água (Cascais, Pinhel, Almeirim, Almeida, Póvoa de Lanhoso, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Santiago do Cacém, Constância, Abrantes), da construção ou reparação dos Paços do Concelho (Baião, Almeida, Póvoa de Lanhoso, Castro Verde, Santiago do Cacém, São João da Pesqueira, Arraiolos) e do saneamento básico. Com uma menor frequência pretende-se também investir na construção, reparação ou alargamento de cemitérios, construção de cadeias, escolas, matadouros ou de caminhos vicinais.

<b>Concelho</b>	<b>Montante total de autorizações (rs)</b>
Castro Verde	5.010.412
Grândola	5.014.877
Vila Nova de Foz Côa	5.104.800
Santiago do Cacém	5.285.516
São João da Pesqueira	5.324.500
Constância	5.350.343
Arraiolos	5.550.000
Abrantes	6.092.824
Vila Flor	7.115.275
Póvoa de Lanhoso	7.216.000
Almeida	7.427.000
Almeirim	7.586.118
Pinhel	7.696.400
Baião	8.270.748
Cascais	9.618.164

Tabela 4 – Concelhos com um montante total de autorizações entre 5 e 10 contos.

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 13).

No extremo inferior da escala, encontramos um conjunto significativo de 29 concelhos (cf. Mapa 3) que solicitam autorizações para uso do FV com valores inferiores a 500.000rs. Ou seja, dos 39,88% de concelhos que solicitam valores inferiores a 1 conto de réis, 17,79% ficam-se ainda por um valor mais reduzido. Se excluirmos deste conjunto os concelhos que usam os fins standard no contexto da reação à crise de 1899, o abastecimento de água predomina (Resende, Condeixa-a-Nova, Tabuaço, Guarda, Aljezur, Mirandela), seguido pelo investimento em cemitérios (Murça, Vila do Bispo, Aljezur, Vieira do Minho), vias de comunicação (Borba, Vinhais), tribunais e cadeias (São Pedro do Sul, Fronteira), Paços do Concelho (Beja, Oliveira de Azeméis), Matadouros (Celorico de Basto, Alandroal). Destaque-se o investimento de Penamacor na construção de um posto de desinfeção, como exemplo das preocupações higienistas. Este conjunto de concelhos distribui-se no espaço sobretudo no interior norte, centro e sul, com algumas ocorrências no litoral. São sobretudo pequenos concelhos, excetuando o caso da Guarda.



Criado com Datawrapper

Mapa 3

Qual a importância relativa destes valores? Ou dito de outra forma, até que ponto os montantes autorizados aos concelhos para os fins pretendidos permitiam efetivamente realizar a intervenção prevista? Constituían eles a totalidade do investimento necessário ou apenas parte? A resposta a estas questões, se não impossível, é pelo menos, bastante difícil. Em primeiro lugar, porque não existem estudos sobre estas realidades; em segundo, os dados sobre os projetos de intervenção e sua concretização são escassos; por último, dados sobre os preços regionais são também muito episódicos. Contudo, alguma aproximação é possível: o exercício que a seguir se apresenta, tendo por base dados de investigação anterior, visa pôr em contexto a realidade em análise a partir de um conjunto de casos de concelhos do Distrito de Viseu que, no período em análise, realizaram investimentos nos mesmos domínios dos autorizados neste universo e para os quais ou existe o projeto de intervenção e/ou a despesa efetivamente realizada, neste último caso dados obtidos a partir das contas de receita e despesa ou dos processos de contas de alguns municípios.

Quanto custava a construção de um novo edifício para albergar os Paços do Concelho? Em primeiro lugar, o custo depende claramente das ambições do projeto. Vejam-se, no entanto, três casos de pequenos concelhos, já que é essa a realidade mais representativa no universo em análise. Embora não exista, aparentemente, o respetivo projeto de obra, a Câmara de Cinfães prevê, no início da década de 80<sup>34</sup>, que o valor do investimento para a construção de raiz de um novo edifício seja de 12 contos de réis (vn). No caso dos projetos aprovadas pelas câmaras de Carregal do Sal<sup>35</sup> e de Oliveira de Frades<sup>36</sup>, embora constituam equipamentos modestos e tenham sido elaborados em décadas diferentes (no primeiro caso em 1891 e no segundo em 1908), são reveladores de alguma disparidade possível: o projeto de Carregal do Sal prevê um custo no valor de 4.265.370rs (5.139.000rs a vn), enquanto que o custo orçamentado para Oliveira de Frades ascende a mais do dobro (9.408.000rs a pc e 9.800.000rs a vn). Estes exemplos evidenciam que, a não ser em casos específicos, os valores provindos do FV raramente podiam ser responsáveis pelo investimento total, o que não quer dizer que não possam ter constituído uma parte relevante, como se verá, mais à frente, no caso de Cinfães.

No que respeita a matadouros, os dois casos selecionados são igualmente dois projetos para concelhos que se situam em termos de importância

---

<sup>34</sup> Diário do Governo nº 106, 12/05/1883.

<sup>35</sup> António Cardoso Figueiredo, *Projeto dos Paços do Concelho de Carregal do Sal*, Carregal do Sal, 1891.

<sup>36</sup> Bernardo J. Moura de Sá, *Projeto para a construção do edifício dos Paços do Concelho e repartições públicas da Vila de Oliveira de Frades*, Oliveira de Frades, 1908.

económica quase nos extremos do Distrito de Viseu, o pequeno concelho de Vouzela e a cidade de Lamego. No segundo caso<sup>37</sup>, o projeto para o novo matadouro de Lamego do final da década de 80 (1889) apresenta um orçamento no valor de 7 contos de réis (5.320.000rs a pc), enquanto que o segundo<sup>38</sup>, com data de 1903, apresenta um projeto muito mais modesto orçado em 1.533.000rs (1.379.700rs a pc). Portanto, a parte disponível do FV que as câmaras podiam utilizar pode suportar a concretização de um modesto matadouro, mas já terá alguma dificuldade em sustentar projetos de maior dimensão.

Os projetos ligados ao desenvolvimento ou à melhoria do abastecimento de água podem traduzir-se em concretizações diversas, mas a grande maioria concretiza-se na construção/reconstrução/ampliação de fontes e chafarizes. Os dados que foi possível recolher para projetos em alguns concelhos do distrito de Viseu (cf. Tabela 5) revelam que a construção de uma fonte ou chafariz poderia envolver valores com alguma amplitude, que oscilam, nos extremos, entre menos de 100.000rs até mais de 1 conto. Para compreender estas oscilações é preciso ter em linha de conta que quando se refere a construção de uma fonte estamos, pelo menos, perante duas soluções técnicas, uma mais tradicional e outra mais contemporânea: as fontes de mergulho ou de chafurdo e o “sistema das bicas”. Estas soluções ofereciam uma diferente qualidade da água e parecem ter coexistido durante muito tempo. A oposição entre os dois tipos de fontes está ainda em pleno vigor no final do século, até porque a primeira implica um investimento muito menor que a segunda. Cada vez mais, pelo menos do ponto de vista técnico, se privilegia a opção por soluções mais contemporâneas que asseguram uma maior qualidade da água fornecida. João Aníbal de Pina Cabral, o projetista de duas fontes para a Câmara de Santa Comba Dão em 1898, faz eco desta oposição ao escrever:

Como por todos os princípios de boa higiene, a água (...) deve ser pura, nós como apologistas destes princípios, reprovamos por completo as fontes de chafurdo (...); sempre que somos encarregados de organizar projetos para fontes optamos pelo sistema de bicas, quando o terreno se não presta a este sistema ainda recorremos às bombas aspirantes e só em último caso recorreríamos ao processo retrogrado de chafurdo ou mergulho.”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Augusto Matos Cid, *Obras públicas da Câmara Municipal de Lamego: projeto de um matadouro*, Lamego, 1889.

<sup>38</sup> António Cardoso Figueiredo, *Projeto de um matadouro*, Vouzela, 1903.

<sup>39</sup> José Aníbal de Pina Cabral, *Projeto de uma fonte para o abastecimento de água na Vila de Barba*, Santa Comba Dão, 1898.

A construção de uma fonte pode, então, traduzir-se por um montante de despesa significativamente diferente conforme seja utilizada uma ou outra solução. No entanto, mesmo se o projeto usar uma solução técnica mais adequada, a dimensão do investimento pode ser muito diversa, em razão de vários fatores, nomeadamente: a dimensão do equipamento, a necessidade de captação de água de raiz ou o aproveitamento de uma captação já existente e as designadas “obras de arte”, ou seja, a qualidade dos acabamentos de cada projeto. De qualquer forma, estes dados indiciam que, mesmo em casos de montantes mais significativos, os valores com origem no FV podiam sustentar o investimento na criação de um novo ponto de acesso à água potável ou na melhoria de um já existente.

<b>Concelho</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Data do projeto</b>	<b>Custo VN (rs)</b>	<b>Custo PC (rs)</b>
Santa Comba Dão	Projeto de uma fonte para abastecimento de água da povoação de Treixedo	1898	87.500	84.000
Santa Comba Dão	Projeto de uma fonte para abastecimento de água da povoação de Vila de Barba	1898	185.500	178.080
Tarouca	Projeto para a construção de uma fonte na freguesia de Moz	1895	142.000	119.280
Oliveira de Frades	Projeto de um muro de vedação e encanamento de águas	1899	449.245	422.290
Mangualde	Projeto de canalização de águas e construção de dois chafarizes na povoação de Mesquitela	1906	1.472.500	1.398.875
Mangualde	Projeto de abastecimento de águas à vila de Mangualde	1907	8.250.000	7.837.500
Carregal do Sal	[Projeto] Fonte em Fiães (freg. Oliveira do Conde)	1908	130.000	117.000
Penalva do Castelo	Projeto de um chafariz na povoação de Esmolfe	1894	350.000	311.500
Sátão	Projeto de um chafariz na Vila de Igreja	1904	1.673.000	1.589.350
Tondela	Projeto de um chafariz a construir no sítio do Bosque...	1902	58.614	50.994

Tabela 5 – Projetos de abastecimento de água em concelhos do Distrito de Viseu.

Fonte: processos de contas das câmaras municipais nas datas referidas.

Já os projetos que implicam a captação de água a alguma distância e a sua condução para os pontos de acesso (fontes ou chafarizes) próximos das populações necessitam uma maior dimensão de investimento. Vejam-se, por exemplo, os dois casos de Mangualde, sobretudo o segundo, de abastecimento de águas à vila cujo projeto prevê um custo à volta de 8 contos de réis. Também o projeto de condução de águas para a Vila de Mortágua, executado pela CM nos anos de 1903 e 1904, apresenta um custo efetivo à volta de 1,5 contos de réis (1.608.416rs a vn, 1.541.636rs a pc).

No que concerne a despesas de saúde, nomeadamente as que resultam de respostas a surtos epidémicos locais, o caso de São João da Pesqueira (cf. Tabela 6) evidencia que o investimento necessário poderia não ascender a montantes muito significativos. Claro que os valores necessários dependiam da extensão do problema e do tipo de resposta que se entendia disponibilizar.

<b>Produto/serviço</b>	<b>Custo (rs)</b>
116,5kg. de carneiro fornecido para os doentes pobres da freguesia de Nagoselo	15.145
Produtos adquiridos para os doentes atacados pela epidemia na freguesia de Nagoselo (vinho, arroz, leite)	15.520
Compra de 4 tubos de vacina	2.550
Compra de carneiro, para os doentes pobres atacados pela epidemia (39,5 kg.)	5.150
Compra de vinho, leite e arroz para 34 doentes pobres da freguesia de Nagoselo atacados da epidemia que grassa naquela freguesia	8.485
98 kg. de carneiro, para os doentes pobres atacados pela epidemia	12.740
Remédios, para os doentes pobres atacados pela epidemia	43.610
Compra de géneros fornecidos aos pobres de Nagoselo	9.385
Carneiro, para os doentes pobres atacados pela epidemia	18.460
Limpeza da fonte de Nagoselo	5.720
Limpeza da fonte de Trevões	5.000
Pagamento de 3 visitas ao facultativo que ajudou a tratar os doentes epidémicos da freguesia de Espinho	26.000
Limpeza na fonte da freguesia de Soutelo	0.800
Carneiro para os doentes pobres atacados pela epidemia em Nagoselo	9.490
<b>Total</b>	<b>178.055</b>

Tabela 6 – São João da Pesqueira (1890): despesa com a resposta a uma epidemia na freguesia de Nagoselo.

Fonte: Processo de Contas da CM de São João da Pesqueira relativo ao ano de 1890.

O que este exercício permite constatar é que, se em muitos casos, o valor do FV solicitado não era suficiente para concretizar um projeto na sua totalidade, ele podia ter um peso relativo relevante nessa concretização e em outros ser mesmo a única fonte de financiamento.

Dentro das várias dimensões possíveis de investimento permitido pelos governos, os municípios deram prioridade a algumas delas, embora se possa encontrar uma significativa diversidade de situações.

Como já se referiu, no ano de 1899 é solicitado pelos municípios e autorizado pelo governo um número anormalmente alto de pedidos para utilização de montantes do FV, exatamente 115 autorizações, número jamais atingido em qualquer um dos anos do período em análise. Esta concentração de autorizações não pode deixar de estar relacionada com a emergência da peste bubónica no Porto neste mesmo ano. De facto, se as primeiras reações da imprensa às tentativas de abordar o perigo de forma consciente e sistemática por parte de Ricardo Jorge são de negação da perigosidade, rapidamente a notícia se espalha, reforçada pelo Dec. de 23/08 que determina o isolamento da cidade, e promove a emergência do medo ancestral das populações perante a peste, levando mesmo a manifestações explícitas pedindo medidas contra a pestilência, como aconteceu em Braga<sup>40</sup>. Poucos dias antes (Dec. de 17/08/1899) já o governo tinha sido autorizado a despender as verbas necessárias na luta contra a peste. O perigo da rápida disseminação da pandemia terá levado estes concelhos a encontrar recursos necessários para minimizar os perigos.

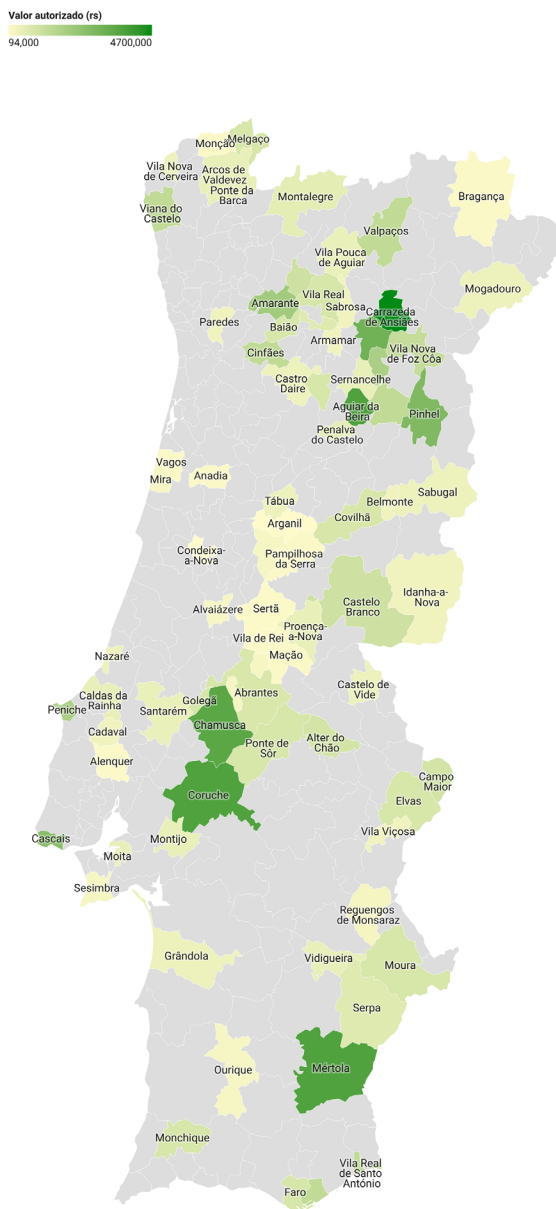
Nem todas as autorizações concedidas neste ano se relacionam diretamente com esta questão, mas as que estão a ela ligadas usam uma fórmula estandardizada, que permite alguma flexibilidade do investimento, a saber: “Saneamento, esgoto de pântanos ou focos de insalubridade, prevenção e combate de epidemias (incluindo-se despesas de abastecimento de águas e de hospitalização especial)”. Os concelhos envolvidos neste tipo de autorização são em número de 85, representando 52,15% do total de casos, o que atesta bem as preocupações dos executivos municipais em responder à probabilidade de um evento perigoso. Esta preocupação é expressa sobretudo por concelhos do interior norte e centro (cf. Mapa 4), incluindo cidades como Bragança e Castelo Branco. Os concelhos do litoral recorrem pouco a esta fonte financeira, embora também ocorra o caso de uma cidade, Viana do Castelo. Dos quase

---

<sup>40</sup> David Pontes, *O cerco da peste no Porto: cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*, Dissertação de mestrado, Porto, Universidade do Porto, 2012. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=28279](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=28279)

119 contos autorizados neste ano (118.985.164rs), 69,17% (80.225.652rs) destinam-se a concretizar esta resposta. Os valores envolvidos apresentam uma grande disparidade, oscilando entre um mínimo de 94.000rs (Condeixa-a-Nova) e um máximo de 4.700.000rs (Carrazeda de Ansiães). No entanto, o número mais significativo de concelhos (36), representando 42,35%, solicita autorizações com valores inferiores a 500.000rs. Logo a seguir situam-se 31,76% dos concelhos (27) cujo montante das autorizações oscila entre mais de 500.000rs e menos de 1 conto de réis.

Não obstante, 21 concelhos (24,71% dos 85) aproveitaram esta oportunidade para obterem capital necessário a investimentos financeiramente mais exigentes. No âmbito da autorização prevista, é provável que este investimento fosse sobretudo dirigido ao abastecimento de água, logo seguido por obras de saneamento, no sentido da resolução de problemas de insalubridade. Neste conjunto encontram-se, em primeiro lugar 13 concelhos (Trancoso, Vila Nova de Foz Côa, Alter do Chão, Penedono, Castelo Branco, Mondim de Basto, Vila Real de Santo António, Olhão, Viana do Castelo, Valpaços, Cinfães, Campo Maior, Peniche) que solicitam autorizações entre 1 e 2 contos de réis, totalizando quase 18 contos (17.855.438rs), o que representa 22,26% do montante total autorizado para este efeito. Entre 2 e 3 contos de réis encontra-se um conjunto de três casos (Pinhel, Cascais, Amarante) com um total de autorizações no valor de 7.477.700rs. Por último, o grupo de concelhos que prevê um maior investimento, superior a 3 contos de réis, é constituído pelos casos de Aguiar da Beira, Carrazeda de Ansiães, Chamusca, Coruche, Mértola e São João da Pesqueira, todos pequenos concelhos do interior do território. O valor autorizado ascende a mais de 22 contos de réis (22.646.236rs), o que representa 28,23% do total autorizado nesta categoria.



Criado com Datawrapper

Mapa 4 (nem todos os concelhos têm a respetiva legenda)

O abastecimento de água, como já foi algumas vezes sinalizado, constitui uma das principais áreas de investimento dos municípios. O número de concelhos envolvidos, num total de 110, é particularmente relevante, representando 66,26% da totalidade. Estes concelhos distribuem-se predominantemente pelo interior norte, centro e sul do território, com vários casos no litoral (Cascais, Caldas da Rainha, Mira, Moita, Peniche, Sesimbra ou Vila Nova de Cerveira, por exemplo). A necessidade transversal de melhorar esta dimensão da vida quotidiana local, ao mesmo tempo reveladora da deficiência existente, é claramente atestada pela presença de várias cidades capitais de distrito, como Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Bragança, Vila Real, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo ou Faro. A análise da importância deste investimento em termos dos montantes envolvidos não pode ser realizada com precisão, já que em muitos dos casos o abastecimento de água está referido conjuntamente com outras dimensões não sendo identificado o valor específico. De qualquer forma, foi possível identificar um valor de 47 contos de réis (47.177.628rs). Garantir um abastecimento de água potável eficaz e eficiente está indelevelmente ligado a questões de saúde pública, como profilaxia de epidemias como a cólera, o que explica igualmente a preocupação municipal num século progressivamente conquistado pela importância da higiene.

Os montantes especificamente declarados oscilam grandemente, entre o mínimo de 69.600rs de Condeixa-a-Nova em 1893 destinados à reconstrução de uma fonte que abastece os moradores de Casais da Fonte, Fernão Domingues e Pedro Vaz, até aos mais de 10 contos de réis (10.589.992rs) autorizados em 1893, 1895 e 1902 à Câmara da Chamusca para o que parece ser um grande projeto de abastecimento de água e já referido. A maioria das autorizações (39 em 50) contém valores inferiores a 1 conto de réis. Muitos destes valores destinam-se à construção, reconstrução ou melhoria de fontes ou chafarizes.

Para além do caso já referido da Chamusca, outros dois concelhos – Cascais e Coruche –, são autorizados a usar montantes mais significativos. No primeiro caso, os 5.248.464rs destinam-se à canalização de águas potáveis entre os lugares de São João do Estoril e Monte Estoril e no segundo, os 4.750.000rs têm como fim o abastecimento da Vila com as águas da Fonte do Paul e o melhoramento da fonte da aldeia de Santo António do Couço.

O investimento em Paços do Concelho, seja para a construção de um novo edifício, seja para recuperação, reconstrução ou alargamento de equipamentos já existentes é objetivo transversal a quase 25% dos concelhos (24,7% mais exatamente) que se distribuem principalmente por todo o interior do território, com alguns casos da faixa litoral (Figueira da Foz, Gondomar, Óbidos, Ovar, Sesimbra, Vila Franca de Xira) e incluindo mesmo algumas cidades como

Beja, Figueira da Foz e Silves. Embora ocorram muitos casos em que não existe informação específica do valor previsto para este tipo de intervenção, foi possível identificar o montante de quase 60 contos de réis (59.916.349rs), o que representa praticamente 15% (14,52%) do total financeiro envolvido.

Deste conjunto de casos, destacam-se 13 situações (cf. Tabela 7) em que uma ou mais autorizações permitem a utilização de mais de 1 conto de réis. Se existem concelhos que, através de uma ou duas autorizações, obtêm no FV o valor que lhes permite iniciar a construção de um novo equipamento ou continuar obras já iniciadas, outros há que se socorrem sucessivamente das verbas disponíveis no FV à medida, previsivelmente, das necessidades de concretização do projeto. O exemplo mais paradigmático desta prática é a câmara de Castro Verde, que em anos sucessivos, a começar em 1897, vai sacando do saldo disponível do FV, sucessivas quantias. No entanto, este investimento esteve longe de garantir a total execução do projeto já que os Paços do Concelho só serão inaugurados em 1913 e mesmo assim sem a total completude do projeto<sup>41</sup>. Já no caso de Santiago do Cacém, os sucessivos montantes retirados do FV, em alguns casos sem indicação do valor específico, terão permitido a continuidade das obras que se iniciaram muitos anos antes, em 1881, e terão assegurado a conclusão do projeto visto que o novo edifício entra em funcionamento em 1900<sup>42</sup>.

Concelho	Autorizações	Valor rs (preços constantes)	Descritivo
Coruche	1894, 1909	10.524.500	Reedificação dos Paços do Concelho
Castro Verde	1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1905	5.010.421	Construção dos Paços do Concelho
Fafe	1899	4.230.000	Construção dos Paços do Concelho
Ovar	1898, 1899	3.895.671	Construção e conclusão das obras dos Paços do Concelho
Moura	1896	3.825.000	Reconstrução da sala das sessões e secretaria dos Paços do Concelho
Santiago do Cacém	1893, 1896, 1897, 1898, 1900	2.706.508	Construção dos Paços do Concelho, obras de reparação

<sup>41</sup> Miguel Rego, “Castro Verde e a 1ª República”, *O Campaniço*, 85 (agosto, setembro, outubro 2010), p. 10-11. Disponível em: [https://www.cm-castroverde.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/Publicacoes/Campanico/2010/campanico\\_85\\_net.pdf](https://www.cm-castroverde.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Publicacoes/Campanico/2010/campanico_85_net.pdf)

<sup>42</sup> CM Santiago do Cacém, *À descoberta do património edificado de Santiago do Cacém*, S.l, s.n., s.d. <https://www.cm-santiagocacem.pt/wp-content/uploads/A-Descoberta-do-Património-Edificado.pdf>

Valpaços	1894, 1896, 1898, 1901	2.574.931	Despesas de instalação dos Paços do Concelho. Conclusão dos Paços do Concelho. Reparações no edifício dos antigos Paços do Concelho. Construção de um cano de esgotos para os Paços Municipais
Chamusca	1903	2.430.000	Reparação dos Paços do Concelho
Figueira da Foz	1895	2.100.000	Continuação das obras dos Paços do Concelho
Póvoa de Lanhoso	1896, 1905	1.961.000	Obras de reparação e melhoramentos dos Paços do Concelho. Reparação dos Paços do Concelho
Mação	1892, 1895	1.783.082	Reconstrução do edifício dos Paços Municipais, tribunal judicial e mais repartições públicas + Construção dos Paços do Concelho
Baião	1894, 1899	1.050.018	Obras dos Paços do Concelho
Silves	1895	1.050.000	Conclusão das obras dos Paços do Concelho

Tabela 7 – Autorizações para investimento nos Paços do Concelho (valor superior a 1 conto de réis).

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 13).

Aliás, o uso desta fonte de financiamento para sustentar a concretização de um projeto cuja duração poderia ser longa é claramente assumido por vários tipos de autorizações que cativam um montante fixo do saldo do FV para ser utilizado ao longo de vários anos. Por exemplo, a Câmara de Vila de Rei obtém, em 1899, uma autorização que lhe permitirá retirar do FV a quantia anual de 153.000rs até 1908 para pagar um empréstimo contraído para aquisição de um edifício para os Paços do Concelho. Por seu turno, a Câmara de Arraiolos obtém, no mesmo ano, uma autorização para gastar 500.000rs anuais, durante 10 anos, para a continuação das obras do Paço do Concelho.

A intervenção em cemitérios é objetivo de um número ainda significativo de municípios, que representam mais de 22% (22,29%) do universo de casos. A maior parte destes concelhos são pequenas unidades de interior, espalhadas por todas as zonas do território, como são os casos, por exemplo, de Aljustrel, Mogadouro, Monchique, Mourão, Murça, Pedrógão Grande ou Rio Maior. Mas também cidades como Lamego, Leiria ou Portalegre recorrem a esta fonte de financiamento. Embora não seja possível identificar todas as verbas

autorizadas, foi, ainda assim, possível contabilizar um total de mais de 16 contos (16.564.891rs).

A maior parte das intervenções traduz-se na construção de um novo cemitério ou na ampliação do já existente. A identificação dos casos onde o valor do investimento é claramente definido (cf. Tabela 8) evidencia um grande intervalo de valores, quer no caso de construção, quer no de ampliação. Claro que estas diferenças estão relacionadas com a dimensão do projeto, mas deixam também a dúvida sobre se, em alguns casos, se trata mesmo da totalidade da construção/ampliação ou de continuar uma intervenção anteriormente iniciada. De qualquer forma, em alguns casos como Almeirim, Cinfães, Grândola, Lamego, Mogadouro, Monção e Portalegre, os montantes envolvidos têm algum significado, o que indicia a importância do capital existente no FV para concretizar o respetivo projeto.

Concelho	Tipo de intervenção	Localização do cemitério	Data	Valor da autorização (rs)
Mogadouro	C	Sem indicação da localização. Provavelmente o cemitério da Vila	1893/1898	1.334.087
Grândola	C/A	Vila (construção em 1893 / ampliação em 1897)	1893/1897	2.646.500
Almeirim	A	Vila e freguesia de Alpiarça	1894	2.444.599
Portel	C	Freguesia de Monte de Trigo	1894	409.308
Montemor-o-Novo	C	Freguesias de Landeira e Santo Aleixo	1894	890.000
Monção	C	Vila	1894	2.195.131
Santiago do Cacém	A	Vila de Sines	1894	275.900
Rio Maior	C	Vila	1894	440.804
Portalegre	A	Cidade (cemitério municipal)	1899	1.410.000
Lamego	C	Cidade. Cemitério da Cruz Alta	1899	1.222.000
Oleiros	C	Vila (cemitério municipal)	1902	348.000

Pedrogão Grande	C	Vila (cemitério municipal). Conclusão das obras	1902	216.956
Constância	A	Vila (cemitério municipal)	1903	117.450
Cinfães	A	Vila (cemitério municipal)	1905/1908	1.199.500
Monchique	A	Vila	1908	639.360
Total				11.809.008

Tabela 8 – Construção de novos cemitérios ou ampliação de existentes.

Legenda: C= construção. A= ampliação.

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 13).

No caso de Cinfães, é possível acompanhar a aplicação dos montantes autorizados para o efeito de alargamento do cemitério municipal em 1905 e 1908<sup>43</sup>. A câmara deste concelho concretizou este projeto entre os anos de 1906 e 1909, tendo investido um total de 1.100.929rs. A obra parece ter-se desenvolvido em duas fases distintas: em 1906, a câmara aplica a totalidade da verba do FV autorizada em 1905. No entanto, a conclusão da intervenção, que implica também a construção de avenidas de acesso ao cemitério, é retomada em 1908 e terminada no ano seguinte porque se recorre novamente ao saldo do FV. Assim, o projeto de alargamento do cemitério municipal deste concelho foi totalmente sustentado pelas verbas providas dos saldos do FV.

Já se referenciou a importância da questão do saneamento básico aquando da análise do caso das autorizações de 1899. No entanto, este conceito inclui várias dimensões que vão desde o abastecimento de água, passando pelo tratamento de resíduos, até à limpeza urbana. Nesta época, aparece muito vezes também associado ao tratamento de focos de insalubridade ou de pântanos. Portanto, utilizando apenas o termo saneamento é difícil identificar a dimensão ou dimensões em presença. De qualquer forma, existem alguns casos, onde, para além do abastecimento de água, a questão da gestão dos resíduos está claramente evidente. Por exemplo, a Câmara de Alcobaça obtém uma autorização em 1893 destinada, entre outros fins, à construção de canos de esgoto para saneamento do novo bairro da Roda. A Câmara do Montijo pode aplicar quase 2 contos de réis em 1897 para o esgoto e secagem de um pântano contíguo à sede do

<sup>43</sup> Cf. Contas de Receita e Despesa da CM de Cinfães para os anos de 1906, 1908 e 1909.

concelho e saneamento do esteiro que dá acesso ao cais da Vila. A Câmara de Almeirim poderá usar, a partir de 1902, mais de 1,6 contos de réis para obras de canalização de esgotos e de saneamento.

Para além destes fins quantitativamente mais expressivos há toda uma miríade de intervenções que passam por escolas, mercados, matadouros, caminhos ou calçadas, revelando que as dimensões autorizadas na legislação foram interpretadas de forma muito lata. No caso dos mercados, por exemplo, encontram-se autorizações para os concelhos de Pedrógão Grande, Lagoa, Fornos de Algodres, Chamusca e Ponte da Barca, num montante superior a 9,5 contos de réis (9.553.911rs).

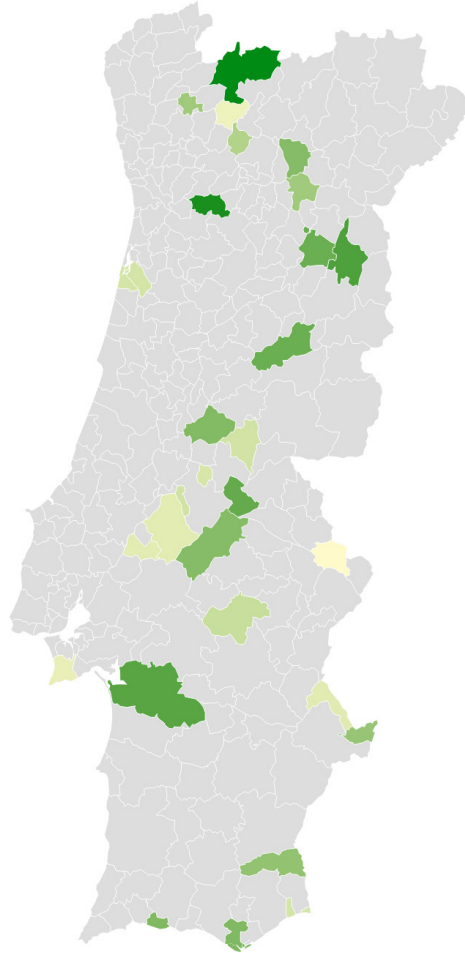
### **3. A utilização especial do Fundo de Viação entre 1875-1885**

Ao contrário do período anteriormente analisado<sup>44</sup>, quer o número de autorizações, quer o número de concelhos envolvidos é significativamente menor neste intervalo, a saber: 35 autorizações atribuídas a 32 concelhos. Como seria de esperar o valor total envolvido é também significativamente menor, ascende apenas a pouco mais de 81 contos de réis (81.265.984rs), embora existam dois casos sem indicação explícita do montante em causa (Meda e Freixo de Espada à Cinta). A distribuição espacial deste conjunto de concelhos (cf. Mapa 5) revela que se concentram em duas manchas de interior, uma a norte e outra no centro. No entanto, não deixam de estar representados concelhos de 12 distritos, sendo os mais representados Santarém e Faro, respetivamente com quatro concelhos cada. Se avaliarmos a importância dos distritos em termos de montantes autorizados, a realidade assume outros matizes, situando-se em primeiro lugar o distrito da Guarda com um total de 13.300.000rs, seguido do de Faro com 11.856.350rs, do de Vila Real com 9.520.000rs, do de Viseu com 8.640.000rs e finalmente Portalegre com 8.137.500rs, sendo que as autorizações concedidas aos concelhos destes distritos representam 63,32% do total autorizado.

---

<sup>44</sup> Os dados analisados a seguir foram extraídos dos seguintes diplomas legais: Lei 24/03/1875, Lei 04/05/1878, Lei 30/03/1881, Lei 03/03/1883, Lei 12/01/1883, Lei 13/01/1883, Lei 04/03/1884, Lei 06/03/1884, Lei 22/04/1884, Lei 27/05/1884, Lei 14/04/1884, Lei 26/05/1884, Lei 07/06/1884, Lei 06/07/1885, Lei 08/07/1885, Lei 09/07/1885, Lei 10/07/1885, Lei 16/07/1885, Lei 17/07/1885, Lei 19/07/1885, Lei 20/07/1885, Lei 21/07/1885, Lei 22/07/1885, Lei 24/07/1885, Lei 25/07/1885, Lei 28/07/1885, Lei 29/07/1885, Lei 30/07/1885, Lei 01/08/1885, Lei 03/08/1885, Lei 04/08/1885, Lei 05/08/1885, Lei 06/08/1885.

Valor autorizado (rs)



Criado com Datawrapper

Mapa 5

O conjunto das autorizações ocorre sobretudo nos anos 80, particularmente 20 autorizações em 1885, com um total de 50.970.674rs e representando 62,7% do total do valor autorizado neste período. Esta concentração no ano de 1885 não parece ter uma razão aparente. No entanto, após este ano, e até 1892 não há registo de novas autorizações o que pode eventualmente significar que o

volume atingido foi considerado um excesso, a não repetir proximamente. O valor global das autorizações distribui-se com alguma irregularidade (cf. Gráfico 4) entre menos de 1 conto de réis até 7 contos. No entanto, ocorre alguma concentração no intervalo entre 1 e 2 contos, que representa 1/3 dos valores autorizados. Os outros intervalos mais significativos encontram-se entre os 3 e os 4 contos e entre os 4 e os 5, conjuntamente representando 36,67% dos valores autorizados. Comparativamente com o período posterior, os montantes envolvidos são financeiramente mais significativos. Os concelhos com um maior montante autorizado, superior a 4 contos de réis – Covilhã, Trancoso, Gavião, Pinhel, Cinfães e Montalegre – são, excetuando o caso da Covilhã, pequenos concelhos do interior do território centro e norte.

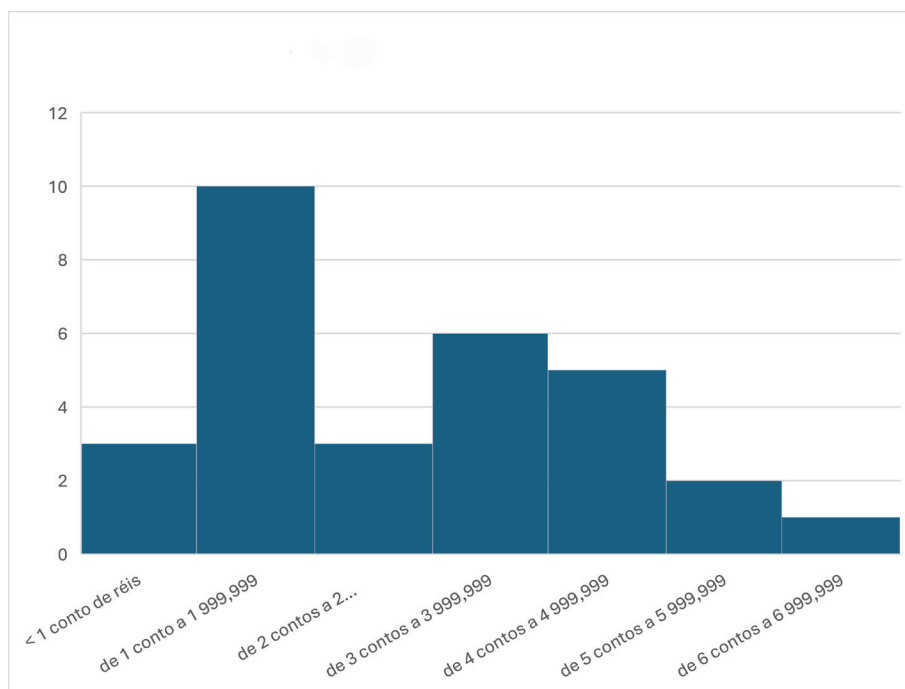


Gráfico 4 – Distribuição do montante das autorizações por classes de valor:  
1875-1885.

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 24).

Os fins a que se destinam os montantes autorizados são, em primeiro lugar os Paços do Concelho: quase 1/3 (31,25%) dos concelhos está envolvido (Alcoutim, Faro, Cinfães, Proença-a-Nova, Mondim de Basto, Póvoa do

Lanhoso, Ponte de Sor, Montalegre, Trancoso, Arraiolos) indicando que esta é uma preocupação transversal ao território; e o valor em causa na ordem dos quase 35 contos (34.686.350rs) representa 42,86% do total financeiro concedido. A intervenção em cemitérios é objetivo dos concelhos de Sardoal, Vila Real de Santo António, Ílhavo, São João da Pesqueira, Gavião e Cabeceiras de Basto e o valor envolvido ascende a quase 12 contos de réis (11.950.000rs), representando 14,71% do total financeiro, embora no caso do Gavião o valor da autorização inclua também montantes não especificados para escolas e despesas de instrução primária. O abastecimento de água é preocupação dos concelhos da Chamusca, de Alijó e Pinhel, num valor de quase 9,5 contos (9.417.000rs), representando 11,6% do total, embora no caso de Alijó o valor da autorização inclua também a construção de um matadouro. Por último, o investimento em arruamentos está presente nos concelhos de Barrancos, Almeirim, Constância e Mourão, com um valor de mais de 6,5 contos (6.572.961rs), o que ainda representa 8% do total envolvido. Para além destas dimensões de investimento, há um conjunto de três casos (Aveiro, Sertã e Freixo de Espada- à-Cinta) autorizados para usar globalmente quase 5 contos (4.984.174rs), representando 6,13%, para amortização de empréstimos, ou seja, para despesa corrente, revelador das dificuldades de algumas câmaras em cumprir as responsabilidades assumidas com a gestão do crédito.

Considerando os dois períodos analisados, o valor das autorizações ascende a praticamente 494 contos de réis (493.934.383rs), representando o primeiro apenas 16,45% e o segundo 83,55%, o que evidencia claramente que esta reutilização do capital acumulado ocorre fundamentalmente em período de crise. 27 concelhos, representando 14% da totalidade de casos, usam este recurso nos dois períodos em análise. Estes casos distribuem-se pelo todo nacional, sobretudo no interior (cf. Tabela 9). Considerando a impossibilidade, neste espaço, de analisar com detalhe todos os casos, selecionaram-se três situações constituídas pelos concelhos com o mais alto valor de autorizações somando os dois períodos, ou seja, superior a 10 contos de réis, a saber: Pinhel, com mais de 12,5 contos de réis, e Cinfães e Póvoa de Lanhoso, com pouco mais de 10 contos de réis.

Concelho	Montante total
Alcácer do Sal	8.155.000
Alcoutim	5.699.268
Alijó	7.739.700
Almeirim	8.608.118
Arraiolos	7.300.000

Barrancos	3.034.062
Cabeceiras de Basto	1.582.631
Cinfães	10.445.500
Constância	6.817.241
Covilhã	5.124.488
Faro	5.351.350
Gavião	5.484.584
Ílhavo	2.710.490
Lagoa	4.296.850
Mondim de Basto	4.073.267
Montalegre	9.226.138
Mourão	2.490.000
Pinhel	12.596.400
Ponte de Sor	4.817.871
Póvoa de Lanhoso	10.016.000
Proença-a Nova	2.296.650
São João da Pesqueira	8.124.500
Sardoal	3.891.282
Sertã	4.489.990
Sesimbra	4.175.761
Trancoso	5.610.000
Vila Real de Santo António	2.810.000
Total	156.967.142

Tabela 9 – Concelhos que recorrem ao FV nos dois períodos em análise.

Fonte: Legislação analisada (cf. nota 24).

A Câmara de Pinhel começa por pedir, em 1885, o uso do FV para investimento ligado à canalização e abastecimento de água na sede do concelho, com o valor de quase 5 contos de réis. Quase 10 anos depois, em 1894, nova autorização continua a destinar-se, em parte, ao abastecimento de água, alargando-se também ao saneamento das povoações e à reparação de caminhos vicinais, com um valor de pouco mais de 4,5 contos. No ano seguinte, 1895, o pedido da Câmara tem um destino mais específico, obras de higiene e segurança da cadeia comarcã, e um valor muito inferior aos anteriores, pouco mais de 310.000rs. Finalmente, em 1899, a Câmara participa da preocupação higienista geral, mas com um valor de mais de 2,8 contos, o que indicia um investimento que vai para além da resolução de situações de salubridade pontuais.

A Câmara de Cinfães começa por utilizar o FV logo em 1884, no valor de 8 contos de réis (5.840.000rs a pc) para o projeto de construção de um novo edifício dos paços do concelho, de acordo com um modelo que concentra num mesmo espaço diversos serviços municipais, da administração do concelho e de organismos da administração central desconcentrada, como a repartição da fazenda. Para um projeto cujo custo previsível ascende a 12 contos de réis, o uso do FV constitui a fonte financeira fundamental para a sua concretização. Na década seguinte, a solicitação da CM ocorre em 1899 e inscreve-se no contexto da resposta nacional à epidemia: o valor de 1,5 contos (1.410.000rs a preços constantes) indicia uma utilização que vai para além da resposta ocasional ao eventual surto epidémico. Na década seguinte, nos anos de 1905 e 1908, a CM decide novamente recorrer ao FV para um programa relativamente extenso de intervenções em diversas freguesias (nomeadamente Nespereira, Piães, Oliveira, Ferreiros, Tendais, São Cristóvão, Tarouquela, Espadanedo e Cinfães) nos domínios do abastecimento de água e da reparação de caminhos vicinais, bem como para o projeto de alargamento do cemitério municipal, envolvendo um montante de 3,35 contos (3.195.500 rs a preços constantes). Efetivamente, as obras realizadas pela CM entre 1905 e 1910 nas áreas de atuação previstas nestas autorizações utilizam o valor concedido, complementado com montantes da receita municipal ordinária, ascendendo a um investimento de 4,5 contos a valores nominais, ou seja, a reutilização do FV contribui significativamente em 73,26% para a concretização destes investimentos.

As opções da CM de Póvoa de Lanhoso centram-se em três grandes domínios: Paços do Concelho, caminhos vicinais e abastecimento de água. Os 4 contos de réis (2.800.000rs a preços constantes) autorizados em 1885 destinam-se à concretização de um importante projeto de renovação do antigo edifício que vinha já dos inícios da década anterior. De acordo com os dados referidos por Coelho (2012), o custo efetivo da concretização deste projeto foi exatamente de 4 contos. Onze anos depois, a CM volta a solicitar ao governo o uso do FV para novas obras nos Paços do Concelho no valor de 1.860.000rs (1.581.000rs a preços constantes). Portanto, o capital acumulado no FV foi fundamental para as intervenções relevantes neste edifício que se realizaram no século XIX. No entanto, mesmo para intervenções de menor importância financeira a CM continua a recorrer ao FV, como acontece em 1905 com o montante de apenas 400.000rs para “conservação dos Paços do Concelho”. Os montantes autorizados nos primeiros anos do século XX (1900, 1903, 1905 e 1907) destinam-se sobretudo a intervenções em caminhos vicinais, num valor total de 3.950.000rs (3.640.000rs a preços constantes). A principal preocupação é o melhoramento da ligação com a nova estrada distrital nº 15:

em 1900, 2 contos de réis (1.820.000rs a preços constantes) destinam-se a obras de reparação do caminho vicinal entre a estrada distrital nº 15 e o Largo do Amparo e em 1907 mais um conto de réis (950.000rs a valores constantes) destina-se a ser aplicado a obras no caminho de ligação da freguesia de Travassos com a mesma estrada distrital. Os 650.000rs autorizados em 1903 (585.000rs) têm como objetivo um conjunto de pequenas intervenções em caminhos em várias freguesias, nomeadamente Lanhoso, Vilela, Garfe, Fonte Arcada, Gerês e Oliveira. Por último, em 1905, grande parte do valor solicitado destina-se a uma intervenção relativamente relevante no abastecimento de água e saneamento da vila (1.700.000rs a valores nominais).

Estes três casos ilustram principalmente a permanência dos domínios de intervenção com os quais as administrações municipais estavam mais preocupadas, a saber: o abastecimento de água, muitas vezes ligado a preocupações higienistas, os caminhos e os Paços do Concelho. Por outro lado, o sucessivo recurso ao FV dos 27 casos referidos demonstra que para alguns concelhos este foi decisivamente um recurso financeiro fundamental para dar às autarquias alguma capacidade para realizar intervenções transformadoras da vida local, as quais não poderiam ser levadas a cabo apenas com o recurso à receita corrente.

## **Conclusões**

O dispositivo para criar uma receita consignada para a Viação Municipal, se se revelou condição não suficiente para atingir o objetivo de concretizar os planos regionais de viação (estradas concelhias e inter-concelhias), criou, não obstante, um capital acumulado, que viria a ser usado para outros fins, sobretudo nos anos de chumbo da crise da monarquia constitucional. Se a utilização desta receita acumulada começa episodicamente antes dos anos 90, a estratégia governamental de libertar parte do saldo do Fundo de Viação sistematicamente a partir de 1892 visava promover o investimento municipal em domínios onde o Estado Central quase não investia, como o caso da saúde pública; e permitia que as administrações municipais concretizassem de forma mais alargada o sucessivo alargamento de responsabilidades que lhe vinham a ser atribuídas. Concomitantemente, num contexto onde o seu investimento em geral se tornou anémico, permitir que as câmaras usassem 50% do saldo do Fundo de Viação tinha potencialidade para imprimir algum dinamismo económico, regional e localmente considerado.

As câmaras municipais responderam, sobretudo na década de 90, muito positivamente a esta possibilidade, mais de 60% da malha nacional, solicitando

aos sucessivos governos pedidos para a utilização do saldo do Fundo de Viação nas áreas definidas pelo legislador. As dimensões de investimento são bastante alargadas: vão desde edifícios e equipamentos municipais (Paços do Concelho, escolas, cemitérios, matadouros, mercados, tribunais, cadeias, etc.) até ao abastecimento de água, passando pela saúde pública e pelos caminhos vicinais. Se alguns concelhos recorrem episodicamente a esta fonte de capital, a maioria usa-a com alguma frequência, verificando-se mesmo casos de uma utilização sistemática e consecutiva ao longo de vários anos. Esta prática revela, por um lado, que os executivos municipais não perderam a oportunidade de usar um capital improdutivo e, por outro, que a receita municipal apresentava fortes limitações permitindo dificilmente o superavit necessário ao investimento.

São sobretudo os concelhos do interior do território que mais recorrem a esta possibilidade, mas seria um erro concluir que esta é uma prática das pequenas circunscrições. As cidades do interior estão bem representadas, mesmo as capitais de distrito, o que indicia claramente a transversalidade desta prática. O montante financeiro solicitado pelos municípios dependia de várias variáveis: em primeiro lugar, a dimensão do saldo, naturalmente mais volumoso nos concelhos com uma maior receita; mas também da ambição política de cada executivo. E é assim que encontramos pequenos concelhos, como os da Chamusca e de Coruche, com montantes superiores a 20 contos de réis e Carrazeda de Ansiães, Moura ou Mértola, com montantes superiores a 10 contos de réis. No entanto, estes não são os valores mais representativos. Os montantes envolvidos são tendencialmente baixos, a maioria até dois contos de réis. De qualquer forma, mesmo valores absolutamente baixos permitiam ou o investimento total necessário à intervenção que se pretendia realizar ou para ela contribuía significativamente, o que se pretendeu demonstrar pela análise de alguns custos reais.

A reduzida ou inexistente utilização especial do Fundo de Viação por parte de um maior número de concelhos na faixa litoral do território resulta não de um desinteresse das respetivas administrações, mas de uma opção estratégica de privilegiar o desenvolvimento da rede viária local, numa zona geográfica onde o plano rodoviário nacional se encontrava muito mais desenvolvido.

Embora a diversidade de fins para os quais os municípios solicitam autorização para uso deste capital seja significativa, há dimensões claramente privilegiadas. Em primeiro lugar, o domínio do saneamento público, se neste conceito incluímos a questão do abastecimento de água, que é uma preocupação verdadeiramente transversal ao universo dos concelhos em causa. Realce-se, no entanto, que o que maioritariamente aqui significa abastecimento de água é a criação ou melhoria de pontos de acesso tradicionais no espaço público,

fontes e chafarizes. Existem, claro, projetos de maior envergadura, sobretudo relacionados com a captação e condução de água para zonas mais urbanas, mas nada evidencia a existência de projetos de abastecimento domiciliário. Para além do abastecimento de água, a melhoria da qualidade ambiental do espaço público – na terminologia da época o esgotamento de pântanos e de focos de insalubridade –, até por estar intimamente relacionada com a profilaxia de epidemias como a cólera, é também uma preocupação evidente. Mais raras, pelo menos explicitamente, são as intervenções que tratam os resíduos de forma mais estrutural. Embora existam algumas intervenções destinadas à criação de canos de esgoto, não existe igualmente qualquer evidência de um projeto de um sistema global de esgotos, por exemplo, para a zona urbana central de um concelho.

O novo poder local liberal que se foi instalando anseia inscrever-se no território com uma marca visível. Por isso, a construção, renovação, alargamento ou aquisição de espaço para os novos Paços do Concelho é tão importante. Claro que a estruturação do poder liberal no espaço nacional, com vários órgãos desconcentrados, desde as administrações de concelho até aos tribunais de comarca passando pelas repartições da fazenda, e para os quais as câmaras municipais eram sempre chamadas a contribuir, seja para garantir os respetivos espaços ou mesmo para pagar o seu funcionamento, aconselhava, como medida de eficiência e eficácia, a concentração destes vários serviços num mesmo espaço, capitalizando eventuais sinergias. O cidadão ganharia também com esta concentração, numa espécie de “loja do cidadão” *avant-la-lettre*.

A construção de novos cemitérios ou alargamento dos já existentes constitui também para vários concelhos um objetivo a atingir. Mas mercados, escolas, matadouros, tribunais, cadeias e caminhos vicinais estão igualmente presentes, até aos menos comuns postos de desinfeção a criar pelas câmaras de Bragança e de Penamacor.

Embora não se possa concluir que este investimento conduziu a uma completa revitalização das economias locais, é claro que ele contribuiu para uma melhoria das condições da vida local e terá gerado, pelo menos temporariamente, uma procura que impactou diretamente em profissões e atividades ligadas à construção civil e indiretamente na atividade comercial.



# A Filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém – 1882-1900<sup>1</sup>

## Phylloxera in the municipality of Vila Nova de Ourém – 1882-1900

Fábio Emanuel Oliveira  
Universidade de Lisboa, Centro de História | ACL  
oliveirafabio@edu.ulisboa.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-2299-2384>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 22/04/2025

### *Abstract*

In the second half of the 19th century, Europe was ravaged by the phylloxera plague. The Portuguese vineyard did not escape the phylloxera which, initially, devastated the Douro region. From the 1880s onwards, the Estremadura region and the rest of Portugal were affected by this insect. The municipality of Vila Nova de Ourém was the first in the district of Santarém to show its presence, detected at Quinta da Motta, owned by António de Sousa e Alvim, and it quickly spread to the rest of the administrative area. In a preliminary analysis, shows that the geological conditions encouraged the rapid spread of the insect, coupled with the fact that most winegrowers failed to take steps to combat the pest. After two years of experimenting with carbon sulphide, planting vines on American rootstocks proved to be the most successful way of solving the problem. Wine production fell considerably to the point where the municipality had to import wine for its own

### *Resumo*

Na segunda metade do século XIX, a Europa vitícola foi assolada pela praga filoxérica. O vinhedo português não escapou aos filoxeras que, numa primeira fase, começaram por devastar a região duriense. A partir da década de 1880, a região da Estremadura e o restante território português foram afetados por este inseto. O concelho de Vila Nova de Ourém foi o primeiro do distrito de Santarém a manifestar a sua presença, detetada na Quinta da Motta, propriedade de António de Sousa e Alvim, e rapidamente proliferou pela restante área administrativa. Numa análise preliminar, apreende-se que as condições geológicas fomentaram a rápida disseminação do inseto aliado ao alheamento da maioria dos viticultores na tomada de providências para o combate à praga. Depois de dois anos de experiências com sulfureto de carbono, a plantação de videiras em porta-enxertos americanos revelou-se a mais proveitosa para solucionar o problema. A produção vinícola diminuiu

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto "Os distritos de Santarém e de Leiria ao tempo da Phylloxera vastatrix (1882-1910): consequências económicas, sociais e políticas", com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/PRT/BD/154414/2022>.

consumption. But this plague led to the adoption of new viticultural practices by oureenses winegrowers.

Keywords: Phylloxera; Viticulture; Vila Nova de Ourém.

consideravelmente ao ponto de o concelho ter de importar vinho para o seu consumo. Porém, a praga incrementou a adoção de novas práticas vitícolas pelos viticultores oureenses.

Palavras-chave: Filoxera; Viticultura; Vila Nova de Ourém.

## Introdução

A filoxera invadiu a Europa vitícola da segunda metade do século XIX. Os estragos avultados tornaram-na notável e inspiradora de inúmeros encontros, da publicação de livros e promotora da revolução tecnológica e cultural operada no sector vitícola internacional. Em Portugal, sentida originalmente na região do Douro, a praga filoxérica estendeu-se à província da Estremadura a partir da década de 1880. Segundo Conceição Andrade Martins, “o terrível afídio” transformou vinhas em mortórios, alterou a paisagem, aumentou os custos de produção, fomentou a vinha americana, provocou a emigração de inúmeras famílias e suscitou crises vinícolas<sup>1</sup>.

A historiografia agrária portuguesa aprofundou temáticas relacionadas com a venda dos bens eclesiásticos, “o atraso económico português e a formação do espaço económico nacional”<sup>2</sup>. Nas décadas de 1990 e 2000, surgiram novos trabalhos sobre o século XIX, nomeadamente o estudo da vitivinicultura e respetivas doenças. Para o concelho de Vila Nova de Ourém, marcadamente vitivinícola, só encontramos o trabalho de David Simões Rodrigues, intitulado, *Seiça: a Terra e o Povo*, onde transcreveu alguns excertos das memórias de António de Sousa e Alvim. Assim, pretendemos contribuir para superar esta lacuna e analisar o impacto da filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém.

A proveniência geográfica do inseto gerou um consenso alargado observado nos trabalhos que mencionaremos de seguida. Na obra *Le Phylloxéra. Une guerre de trente ans, 1870-1900*, Gilbert Garrier comparou o caso francês com Portugal, Espanha e Itália; conforme atestou, em meados da década de 1860, tanto França como Portugal detetaram a praga a qual deixou de progredir em 1894/95<sup>3</sup>.

Conceição Andrade Martins, no artigo *A filoxera na viticultura nacional*, corroborou essas perspetivas, mas dividiu a invasão filoxérica no território português em duas fases: a primeira, circunscrita à região do Douro e distritos limítrofes entre os decénios de 1860-1870; a segunda, no restante território no período de 1880 a 1890. Aprofundou a disseminação da praga à escala nacional, sem desatender a distorção de valores das áreas afetadas, superiores à realidade

---

<sup>1</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional”, *Análise Social*, 26, 112-113 (1991), p. 653 e 654.

<sup>2</sup> Margarida Sobral Neto, “A Historiografia Rural Portuguesa”, *Studia Historica. História Moderna*, 29 (2007), p. 258.

<sup>3</sup> Gilbert Garrier, *Le Phylloxéra. Une guerre de trente ans, 1870-1900*, Albin Michel, 1989, p. 37-40.

devido ao decreto de 9 de dezembro de 1886 o qual considerava “filoxerado todo o concelho onde existirem vinhas invadidas pela filoxera”<sup>4</sup>.

A nível local, a origem e propagação da praga variou consoante a região. Para a região do Douro, Gaspar Martins Pereira nos artigos *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*, e, «*Morte e ressurreição*»: *o Douro perante a filoxera*, não apresentava certezas quanto à proveniência da filoxera no Douro devido ao oídio, ainda presente<sup>5</sup>; porém, afiançava a origem americana da praga<sup>6</sup>. António Valério Maduro aflorou a luta contra a filoxera na tese intitulada *Tecnologia e economia agrícola no território alcobacense: séculos XVII-XX*. Segundo apurava, o município de Alcobaça foi atingido em 1887, por uma nódoa filoxérica vinda de Porto de Mós, posteriormente estendida em virtude da ação do vento<sup>7</sup>.

Maria Goretti Matias, em *Vinho e Vinhas em tempo de crise: o oídio e a filoxera na região Oeste, 1850-1890*, detalhou a disseminação do inseto pelo distrito de Leiria; segundo destacou, os concelhos da Batalha e Pombal recusaram-se a adotar mecanismos de combate e concluiu que a plantação de bacelos infetados, como o vento, foram as causas da propagação<sup>8</sup>. Nessa conformidade, quais as proveniências, quais os ritmos da disseminação da filoxera pelo concelho de Vila Nova de Ourém? Além dos aspetos mencionados, terá existido outro fator promotor da proliferação da praga no município em estudo?

Os meios utilizados para combater a filoxera foram decalcados da legislação francesa, como referiu Gilbert Garrier. A criação de comissões de vigilância anti filoxérica; a interdição de circulação e de importação de bacelos; o tratamento através da submersão, do sulfureto de carbono e reconstituição de vinhas com bacelos americanos foram disposições adotadas na Convenção Filoxérica de Berna, em 1881. No ano seguinte, essas medidas eram ratificadas por “la France, l’Allemagne, l’Autriche-Hongrie, la Suisse et le Portugal”<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 654-660.

<sup>5</sup> Gaspar Martins Pereira, “A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 6 (1989), p. 323.

<sup>6</sup> Gaspar Martins Pereira, “«Morte e ressurreição»: o Douro perante a filoxera” in Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal (ed.), *Douro Contemporâneo: actas*, [S.l.], GEHVID, 2006, p. 154.

<sup>7</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola no território alcobacense: séculos XVII-XX*, Coimbra, [s.n.], 2007, p. 582-586.

<sup>8</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise: o oídio e a filoxera na região Oeste, 1850-1890*, Caldas da Rainha, PH – Estudos e Documentos, 2002, p. 124-130.

<sup>9</sup> Gilbert Garrier, *Le Phylloxéra...*, cit., p. 64.

Na Estremadura, numa primeira fase, o sulfureto de carbono foi o método mais utilizado, apesar de os Autores o reconhecerem como meio preventivo. Segundo os trabalhos mencionados de Maria Goretti Matias e de António Valério Maduro, os maus resultados obtidos deveram-se às características geológicas, nomeadamente os solos argilosos<sup>10</sup>.

Em *A Agronomia Portuguesa no século XIX: a imagem da natureza nas propostas técnicas*, Maria Carlos Radich analisou as condições propícias para a aplicação do inseticida. Segundo defendeu, os solos argilosos e calcários, capazes de conservar a humidade, não permitiam a circulação de ar nas raízes, ao invés dos arenosos, motivo dos melhores resultados alcançados<sup>11</sup>. Aliás, Conceição Andrade Martins exemplificava com os casos de Almeirim e Alpiarça devido às características arenosas dos solos<sup>12</sup>.

Os viticultores estremenhos preferiram a replantação de vinhas com bacelos americanos enxertados com castas locais. Para António Valério Maduro, os bacelos americanos resistiam ao ataque do inseto por possuírem raízes mais finas; mais, as plantas começavam a produzir mais cedo tornando-se mais produtivas que as europeias. O Autor considerou o concelho de Alcobaça como exemplar da aposta na plantação de bacelos americanos, apesar do seu ceticismo inicial<sup>13</sup>. O mesmo foi observado nos concelhos de Óbidos e de Caldas da Rainha, com a conseqüente criação de viveiros para reproduzir os bacelos americanos<sup>14</sup>.

No entanto, para Maria Carlos Radich, a resistência das diferentes castas americanas dependia da adaptabilidade respetiva aos solos portugueses. Para as condições geológicas da Estremadura, segundo a autora, as castas americanas mais adaptáveis eram a Riparia (destinada a terras de várzea) e a Rupestris (destinada a terras de encosta) para os solos argilosos, e a Berlandieri para os solos calcários<sup>15</sup>. Assim, qual foi a reação dos vitivinicultores oureenses aos meios de combate? E qual a réplica do executivo municipal? Qual foi o papel desempenhado por António de Sousa e Alvim? Qual a solução com melhores resultados? Além das castas citadas, terão sido utilizadas outras castas americanas no concelho?

---

<sup>10</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 588; Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 130 e 132.

<sup>11</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX: a imagem da natureza nas propostas técnicas*, Lisboa, [s.n.], 1987, p. 215 e 218.

<sup>12</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 666.

<sup>13</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 591 e 595.

<sup>14</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 136 e 143.

<sup>15</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX...*, cit., p. 222 e 228.

A filoxera fomentou a inovação técnica e tecnológica em torno da vinha. Conforme os autores referidos, a praga obrigou os viticultores a granjear melhor as explorações, desde as podas, as enxertias, as adubações e a geometrização da vinha para maior eficiência dos tratamentos. Tais melhoramentos encareceram os custos de produção: Miriam Halpern Pereira, em *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do século XIX*, acrescentava que, em concelhos como Benavente, Alcácer do Sal e Palmela, materializava-se o recurso à máquina a vapor Fowler para plantação de vinhas<sup>16</sup>.

No entanto, essa solução não se observou em concelhos como o de Alcobaça; conforme António Valério Maduro, só os grandes proprietários tinham acesso a máquinas e a enxada mantinha-se como o instrumento mais utilizado nestas operações agrícolas<sup>17</sup>. Maria Goretti Matias aludia à fraca rentabilidade da maquinaria em pequenas parcelas, além das opções do pequeno viticultor, de nunca abdicar de outras culturas importantes para a economia familiar<sup>18</sup>. Assim, se a praga comportou a necessidade de novos métodos de plantação, poda, enxertia e adubação, como terão os viticultores oureenses aderido e aplicado novos granjeios?

Não menos importante, a produção de vinho ressentiu-se dos efeitos da praga; segundo Miriam Halpern Pereira, até meados da década de 1880, a produção aumentou e assistiu-se a uma subsequente diminuição gradual até 1895. Nessa data iniciava-se uma recuperação até ao final do século XIX, com níveis de sobreprodução. A autora considera que a aplicação do sulfureto de carbono, as adubações e a importação de vinho pelo mercado francês justificam a tendência expansionista até 1887. A quebra estimada em 50% resultava da interação de outras doenças como o míldio. Por último, a sobreprodução deveu-se à plantação massiva de vinhas com bacelos americanos e à falta de mercados externos, nomeadamente o francês<sup>19</sup>.

Conceição Andrade Martins perfilhou a tese de Miriam Halpern Pereira e secundou as alterações na geografia vitícola em face dos níveis produtivos. A saber, a quebra sentida em alguns concelhos foi compensada pelo aumento produtivo noutras regiões<sup>20</sup>. Para Alcobaça, António Valério Maduro discorda do impacto do míldio na quebra de produção, mitigado pela aplicação diligente dos tratamentos. Ainda assim, reconhecia o aumento produtivo a partir dos

---

<sup>16</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, p. 171.

<sup>17</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 624.

<sup>18</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 148.

<sup>19</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 175.

<sup>20</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 678.

anos 1890<sup>21</sup>. Tendo em conta este cenário, terá o concelho de Vila Nova de Ourém acompanhado estas tendências? Estas são as questões de fundo que pretendemos dar resposta.

### Vila Nova de Ourém: breve caracterização

No último quartel do século XIX, o concelho de Vila Nova de Ourém encontrava-se inserido na província da Estremadura. Situado no distrito de Santarém, situava-se geograficamente “no Centro-Oeste e a Noroeste da cidade de Santarém”<sup>22</sup> com uma área de cerca de 467,57 km<sup>2</sup><sup>23</sup>. O município partilhava fronteiras a norte com o concelho de Pombal, a sul com o de Torres Novas, a nordeste com Alvaiázere, a oeste com Leiria e Batalha, a este com Tomar e Ferreira do Zêzere<sup>24</sup>.

A nível demográfico, a população aumentou significativamente. Segundo o Censo de 1878, contava com 19.983 habitantes; no de 1890, 22.084 habitantes; e no de 1900, 25.470 residentes de facto<sup>25</sup>. Esta massa populacional distribuía-se pelas seguintes freguesias: Espite, Fátima, Formigais, Freixianda, Olival, Ourém, Rio de Couros, Seiça e Vila Nova de Ourém<sup>26</sup>. Essas circunscrições caracterizavam-se pela sua ruralidade, exceto as de Vila Nova de Ourém e de Freixianda<sup>27</sup>.

Territorialmente, o concelho apresentava uma expressão multifacetada. A Sul, avistava-se como limite a Serra de Aire com 677 m. de altitude, “região de serranias pedregosas, com formações geológicas datadas do Jurássico

<sup>21</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*, cit., p. 595, 617 e 630.

<sup>22</sup> Paulo Santos Fonseca, “Concelho de Ourém – Enquadramento geográfico” in Jaqueline Pereira e Alexandre Gonçalves (ed.), *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2006, p. 21.

<sup>23</sup> *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 40.

<sup>24</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, [s.n.], 2022, p. 19 e 20.

<sup>25</sup> João da Costa Brandão e Albuquerque, *Censo de 1878. Relação das Freguesias do Continente e Ilhas. População, Sexos e Fogos*, Lisboa, Typographia Universal, 1879, p. 122-128; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890...*, cit., p. 14 e 16; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 14 e 16; *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 16 e 18.

<sup>26</sup> *Anuário Comercial de Portugal, Ilhas e Ultramar...*, cit., p. 2709.

<sup>27</sup> José Poças das Neves, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso, Apêndice*, Lisboa, [s.n.], 2003, p. 23.

Médio Superior, predominando os calcários duros”. A aridez dos vales, com predominância do cascalho, determinava a prevalência de plantas como a oliveira, a azinheira, a figueira, o medronheiro, a moita, a aroeira, o sargaço, o alecrim e o rosmaninho<sup>28</sup>.

A norte do concelho predominavam os “calcários dolomíticos e margosos, aluviões, arenitos, argilas e conglomerados. Estas formações geológicas datam do Cretácico e do Miocénico, encontrando-se também recentes formações aluvionares”<sup>29</sup>. Nesse espaço, as culturas da vinha, do milho, da batata e do pinheiro, com dominância do último que ocupava a “porção mais árida do solo”<sup>30</sup>.

A região norte era constituída hidrograficamente por várias ribeiras e afluentes, como o Rio Nabão, as ribeiras do Fárrio, de Seiça, da Salgueira, do Olival, de Caxarias e da Beselga, inseridos na Bacia do Tejo, ao invés dos cursos de água existentes na freguesia de Espite, enquadrados na Bacia do Liz. A nível climático, o concelho apresentava uma feição temperada mediterrânica. Com a proximidade do Oceano Atlântico e a condensação originada pela Serra de Aire, a região sul do concelho registava níveis de pluviosidade superiores<sup>31</sup>.

A economia ourense refletia as características geográficas do território e, por extensão, a diversidade. A nível agropecuário, o concelho produzia azeite, vinho, milho, ovos, galinhas, bovinos e suínos em maior escala; acresciam ainda amêndoas, nozes, maçã, pera e figo. Industrialmente, destacava-se na produção de mobília de pinho, resina, cal, telha, tijolo, bem como na extração e serração de pedra para cantaria<sup>32</sup>. Os produtos eram expedidos através das estações de caminho de ferro de Chão de Maçãs e de Caxarias<sup>33</sup> e vendidos nas feiras concorridas e mercados do concelho.

Existiam igualmente outros ofícios e profissões associados como serradores e resineiros que trabalhavam nos extensos pinhais. Carpinteiros, sapateiros, alfaiates, tecedeiras, tanoeiros e cesteiros que fabricavam artigos essenciais ao quotidiano das populações<sup>34</sup>. Contudo, a maioria da população ourense

---

<sup>28</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 21.

<sup>29</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 22.

<sup>30</sup> Paulo de Moraes, *Inquérito Agrícola. Estudo Geral da Economia Rural da 7.ª Região Agronómica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, p. 27.

<sup>31</sup> Paulo Santos Fonseca, “Concelho de Ourém – Enquadramento geográfico...”, cit., p. 22.

<sup>32</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 23, 26 e 27.

<sup>33</sup> José Poças das Neves, *A Fátima nos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima, Rotary Club, 2005, p. 185-187.

<sup>34</sup> Ana Saraiva Neves, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*, Ourém, Câmara Municipal, 2001, p. 34-37.

trabalhava na agricultura, ora cultivando as respetivas propriedades<sup>35</sup>, ora trabalhando à jorna. Este modo de vida evidenciava uma sociedade aferrada aos costumes campestres e anacrónicos. Aliás, os agricultores ourenses preferiam espantar os males das culturas refugiando-se na religião, do que contribuir para o associativismo agrícola<sup>36</sup>.

Neste território observava-se a interdependência das diferentes atividades laborais existentes. A saber, o rendimento dos ourenses provinha sobretudo da agricultura. Porém, quem se dedicava aos ofícios ou à atividade industrial complementava os proventos com a atividade agrícola. Portanto, o concelho de Vila Nova de Ourém apresentava uma “economia pouco competitiva, nada progressiva e essencialmente de subsistência”<sup>37</sup>.

### **Situação vitivinícola do concelho nas vésperas da invasão filoxérica**

A segunda metade do século XIX marcou o início da transformação vitícola à escala global. Tanto os viticultores como os produtores europeus tiveram que se adaptar às novas mudanças que revolucionaram e integraram ainda mais os mercados. Do lado da procura, a rápida urbanização devido ao desenvolvimento industrial, o aumento dos rendimentos e a diminuição dos custos de transporte graças ao caminho de ferro, potenciaram o consumo de vinho em França, mas também em Itália, Espanha e Portugal. A destruição provocada pelas epifítias como o oídio<sup>38</sup>, a filoxera e o míldio<sup>39</sup> foi severamente sentida em França. Em consequência, os preços do vinho aumentaram incentivando os comerciantes a procurarem outras fontes de abastecimento noutras regiões, nomeadamente em Portugal<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Correspondência recebida dos Serviços Agronómicos do distrito de Santarém*, proc. 2/1 – NP 1034, 6-11-1909.

<sup>36</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 23 e 26.

<sup>37</sup> Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 28.

<sup>38</sup> O oídio era um fungo que se manifestava na parte superficial das folhas da videira. Apresentava uma cor branca ou cinzenta desenvolvendo-se quando as temperaturas aumentavam a par da existência de humidade no ar. O enxofre era o inseticida utilizado para o combater. In Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 290.

<sup>39</sup> O míldio era um fungo que se manifestava nos dois lados da folha da videira de forma translúcida. Para combater esta doença deveriam ser aplicados tratamentos preventivos, nomeadamente o cobre. In Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras...*, cit., p. 290.

<sup>40</sup> James Simpson, *Creating Wine: the emergence of a world industry, 1840-1914*, Princeton Academic Press, 2011, p. 30.

No contexto português, estas epifítias contribuíram igualmente para essa mudança, devido às quebras na produção e ao aumento das despesas com os cuidados culturais que modificaram a carta vitícola portuguesa<sup>41</sup>. De facto, no caso do oídio, as províncias da Estremadura, do Alentejo e do Algarve acusaram quebras produtivas menores, cerca de 77% em 1855-56, comparativamente à região nortenha, na qual estavam incluídas as províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, com quebras que variaram os 78% a 84% em 1859-60<sup>42</sup>.

Fazendo parte da província da Estremadura, o concelho de Vila Nova de Ourém acompanhou este cenário vitícola, uma vez que em 1855, a produção vinícola foi avaliada de “regular colheita de vinho em 3:000 pipas termo medio”. Segundo José Elyseu, a partir desse ano, a cultura da vinha “augmentou consideravelmente, embora o rendimento diminuísse por effeito do mal (...) do bolor”, ou seja, por causa do oídio<sup>43</sup>.

Quadro 1 – Produção Vinícola Pré-Filoxérica no concelho de Vila Nova de Ourém.

Anos	1855	1857	1858-1859	1860-1862	1868-1870
Produção (litros)	1.350.000	840.000	3.100.000	520.000	3.100.000

Fonte: Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal. Do Pombalismo à Regeneração*, Évora, [s.n.], 1998, p. 375.

Os dados apresentados no Quadro 1 não permitem uma visão aprofundada das produções, pelo menos, em termos médios, por década. Contudo, na esteira das indicações deixadas por José Elyseu, os anos referentes à quebra produtiva eram justificados pelo oídio, enquanto o período com produções exponenciais confirmavam o acréscimo da cultura da vinha no território ourense. Por exemplo, na freguesia de Seiça, o proprietário da Quinta da Motta, António de Sousa e Alvim<sup>44</sup> plantou várias vinhas, entre as décadas de 1860 e 1870. Aliás, só em 1880, mandou acrescentar às vinhas velhas “mais de 300.000 pés de

<sup>41</sup> Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal. Do Pombalismo à Regeneração*, Évora, [s.n.], 1998, p. 305.

<sup>42</sup> Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal...*, cit., p. 369 e 370.

<sup>43</sup> José das Neves Gomes Elyseu, *Esboço Histórico do Concelho de Villa Nova de Ourem*, Lisboa, Typ. Universal, 1868, p. 21.

<sup>44</sup> António de Sousa Gomes Castelino e Alvim (1830-1908), foi um grande proprietário e vitivinicultor ourense. Residente na Quinta da Motta, participou com os seus produtos em exposições nacionais e internacionais e exerceu o cargo de vereador. In David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo*, Ourém, Câmara Municipal, 2007, p. 502 e 503.

castas escolhidas vindas do Douro, Leiria, Bairrada, Torres Novas, Santarém, Cartaxo, Torres Vedras e do Algarve”<sup>45</sup>.

Conforme Conceição Andrade Martins, o aumento produtivo explicava-se pela expansão da vinha em regime extensivo, alargando a área cultivada com esta cultura a outros terrenos férteis. Essa tendência resultava da procura interna e externa de vinhos como vimos, da concorrência do trigo americano com o trigo nacional e das vantagens proporcionadas pela cultura da vinha, isto é, o emprego de mão de obra durante todo o ano, com impacto no decréscimo da emigração, além da capacidade adaptativa a todo o tipo de solos<sup>46</sup>.

Em meados da década de 1870, a cultura da vinha abrangia cerca de 202.579 hectares do território nacional<sup>47</sup>. Apesar do nosso esforço, não encontramos ainda essa informação em específico para o concelho em estudo; mas segundo a Carta Vinícola de 1877, a área vitícola do concelho situava-se nas freguesias de Vila Nova de Ourém e de Seiça, mas também com menos expressão nas de Olival e de Rio de Couros<sup>48</sup>.

O Douro apresentava a maior área de produção vinícola nacional, cerca de metade da mencionada anteriormente, e 75% dessa destinava-se ao fabrico do vinho do Porto<sup>49</sup>. A segunda região correspondia à província da Estremadura, onde se encontravam importantes centros vinhateiros como “Torres Vedras, Cartaxo, Torres Novas, Carcavellos, Lavradio, Setúbal, termo de Lisboa, Collares, Bucellas e Figueiró dos Vinhos”<sup>50</sup>.

No final da década, começou a verificar-se o impacto dos estragos provocados pela filoxera na esfera duriense; quanto à Estremadura, Alentejo e Algarve se antes da eclosão da praga contribuíam com ¼ da produção vinícola nacional, passaram a ombrear com os níveis produtivos do Douro. Por exemplo, alguns centros vitícolas como Óbidos, Torres Vedras, Santarém e Cartaxo apresentavam produções superiores a 50.000 hl, algo igualmente observado em concelhos como Vinhais, Alijó, S. João da Pesqueira, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Viseu<sup>51</sup>. Portanto, no final da década de 1870 a geografia vitícola nacional encontrava-se em mudança, uma transformação prolongada nas décadas seguintes.

---

<sup>45</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 506-509.

<sup>46</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 655.

<sup>47</sup> Gerardo Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 122.

<sup>48</sup> *Carta Vinícola de Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, 1877.

<sup>49</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 654.

<sup>50</sup> Gerardo Pery, *Geographia e Estatística Geral...*, cit., p. 108.

<sup>51</sup> Conceição Andrade Martins, *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal...*, cit., p. 309.

## Características biológicas da Filoxera

A *Phylloxera vastatrix* era um inseto que atacava somente a cultura da vinha<sup>52</sup>. Com origens na América do Norte, foi descoberto por Asa Fitch em 1854. Em 1868, o entomologista Jules-Émile Planchon denominou-o de *vastatrix*. Como hemíptero, fazia parte da família dos afídios<sup>53</sup> e podia ser observado tanto no solo junto às raízes como nas folhas da videira, existindo ao mesmo tempo filoxeras com e sem asas<sup>54</sup>.

Fig. 1 – Ciclo biológico do filoxera.



Fonte: Manoel Paulino d'Oliveira, *Instruções Práticas para as Comissões de Vigilância e para os Viticultores*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1878, p. 58.

Atendendo à Fig. 1, a filoxera apresentava diferentes características físicas ao longo do processo reprodutivo. O ovo de inverno iniciava o processo reprodutivo que, por norma, encontrava-se no tronco da planta. Na primavera, quando as temperaturas começavam a aumentar os ovos de inverno eclodiam. Os seres daí resultantes assumiam a forma de áptero de cor amarela clara, ou seja, eram compostos por uma cabeça, dois olhos, duas antenas, um aparelho sugador,

<sup>52</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 115.

<sup>53</sup> A. M. Couto Almeida, *Cultura da vinha perante a phylloxera*, ISA, Dissertação Inaugural, 1884, p. 3.

<sup>54</sup> Eduardo Loarer, *A Phylloxera. Pulgão da Vinha*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Typ. Progressista, 1873, p. 4.

um tórax e três pares de patas, atingindo os 25 a 45 centésimos de milímetro. Instalados nas folhas da videira por eles picada, formavam uma auréola saliente, onde depositavam 200 a 800 ovos. Estas eram as filoxeras galícolas, fêmeas e com capacidade reprodutiva por partenogénese<sup>55</sup>.

Em junho, os ovos existentes nas folhas da videira irrompiam e muitas das filoxeras emigravam para as raízes da videira<sup>56</sup>. O potencial de multiplicação era espantoso: fazia-o “por sete ou oito vezes, dando em resultado que um só phylloxera pode estar reproduzido no fim do anno da vida activa em 12.800:000 de seres semelhantes”<sup>57</sup>. As filoxeras no subsolo eram as radícolas; aliás, tais formavam o contingente observado em Portugal.

Por norma, os ovos das filoxeras radícolas eclodiam em setembro na forma áptera. Quando irrompiam próximo do inverno, ou as temperaturas eram inferiores a 10º graus centígrados, hibernavam e alimentavam-se da seiva das raízes levando a videira à morte. Contudo, também existiam filoxeras que evoluíam para a dimensão de ninfa, a saber, na terceira metamorfose a filoxera adquiria rudimentos de asas<sup>58</sup>. Depois de emergir do solo, a filoxera transformava-se em alada, que excedia um milímetro de comprimento, de olhos pretos, antenas compridas e com dois pares de asas. À superfície voava para outras videiras e colocava três a quatro ovos nas folhas. Desses nasciam filoxeras sexuais, em forma de áptero que, se cruzados, as fêmeas colocavam um único ovo, o ovo de inverno. E o ciclo iniciava-se novamente<sup>59</sup>.

### **A descoberta da praga na Quinta da Motta e a sua disseminação pelo concelho**

Com origens americanas, a filoxera foi identificada na Europa em estufas inglesas no ano de 1863. Mais tarde, em 1868, foi reconhecida em França<sup>60</sup>. A importação de bacelos americanos resistentes ao oídio explica a entrada na Europa<sup>61</sup>. Mas, quando e como terá chegado a Portugal? Segundo Conceição

---

<sup>55</sup> Manoel Paulino d’Oliveira, *Instruções Práticas...*, cit., p. 10 e 11.

<sup>56</sup> Manoel Paulino d’Oliveira, *Instruções Práticas...*, cit., p. 11 e 12.

<sup>57</sup> *Annaes Agricolas do Districto de Leiria*, Leiria, Typ. Leiriense, 1881, p. 16.

<sup>58</sup> *Annaes Agricolas do Districto de Leiria...*, cit., p. 16 e 17.

<sup>59</sup> Manoel Paulino d’Oliveira, *Instruções Práticas...*, cit., p. 13 e 14.

<sup>60</sup> A aparição das primeiras nódoas filoxéricas em França ocorreram em “Pujaut (Gard), entre 1863 et 1865, à La Crau-Saint-Rémy (Bouches-du-Rhône), entre 1865 et 1868, à Floirac (Gironde), entre 1866 et 1869”. In Gilbert Garrier, *Le Phylloxéra...*, cit., p. 25.

<sup>61</sup> A. M. Couto Almeida, *Cultura da vinha...*, cit., p. 4.

Andrade Martins, a praga foi reconhecida no território português a partir de meados da década de 1860 e ficou circunscrita à região do Douro. A autora colocava a hipótese de a filoxera ter sido importada de França, através de bacelos franceses, por um viveirista do Porto, apesar de não o identificar<sup>62</sup>.

Situada na localidade da Valada, freguesia de Seiça, a Quinta da Motta foi a primeira propriedade ourensense onde a filoxera foi identificada<sup>63</sup>. Propriedade de António de Sousa e Alvim, esta Quinta surgia recorrentemente na imprensa vitivinícola como um exemplo das boas e progressistas práticas vitícolas do proprietário. Até 1880, produzia anualmente mais de 400 pipas de vinho, mas a quebra para 120, levou António de Sousa e Alvim a equacionar a possibilidade das vinhas terem sido afetadas pela filoxera. Em 1881, “as vinhas da cerca, da borda do rio, na Tojeira e em Alburitel” foram atacadas pelo afídio, com repercussões económicas para o proprietário<sup>64</sup>.

Em maio de 1882, num ofício dirigido à Câmara Municipal, a Comissão Central Anti Filoxérica do Sul do Reino solicitou providências no sentido de combater o flagelo<sup>65</sup>. Em junho, o administrador do concelho enviou aos principais proprietários vitícolas, António de Sousa e Alvim, João Carlos da Silva Ataíde<sup>66</sup> e o dr. Agostinho Albano de Almeida<sup>67</sup>, um pedido de informação, “com toda a exactidão se nas vinhas de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem aparecido a phylloxera vastatrix, e no caso affirmativo, se é grande o número de videiras atacadas”<sup>68</sup>. Dez dias depois instruiu os regedores no sentido de sensibilizar os proprietários para a necessidade de identificar a moléstia e observar das ordens do agrónomo distrital<sup>69</sup>.

---

<sup>62</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 653 e 654.

<sup>63</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 46.

<sup>64</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>65</sup> Arquivo Histórico Municipal de Ourém (AHMO), *Atas da Câmara Municipal*, livro 516/1, 31-05-1882, fls. 256 e 257.

<sup>66</sup> João Carlos da Silva Ataíde (1821-1891), natural de Leiria, mas residente na Quinta da Parreira, em Vila Nova de Ourém, foi fidalgo cavaleiro da Casa Real. In Francisco Queiroz, *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria. Do século XIX à actualidade*, vol. III, Leiria, Jorlis – Edições e Publicações, 2018, p. 138 e 139.

<sup>67</sup> Agostinho Albano de Almeida (1819-1890), foi um médico natural de Vila Nova de Ourém. In Ana Correia de Carvalho, “A Família Almeida e o seu legado” in Ana Correia de Carvalho e Telmo Ferraz (ed.), *Agostinho Albano de Almeida: bicentário do nascimento, 27 de Outubro de 1819-2019*, Ourém, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida/Município de Ourém, 2019, p. 51 a 53.

<sup>68</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 17-06-1882, fl. 30.

<sup>69</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 27-06-1882, fl. 34.

O governador civil de Santarém recebeu um ofício do administrador do concelho sobre a suspeita da existência de filoxera nas vinhas de António de Sousa Alvim. O agrónomo distrital, Francisco Raimundo da Silveira<sup>70</sup>, foi incumbido de inspecionar as vinhas<sup>71</sup> e constatou a existência da praga numa área aproximada de 10 hectares e com estragos assinaláveis<sup>72</sup>. Essa situava-se entre a Quinta da Motta e a Tojeira, local propício de irradiação para os concelhos vizinhos<sup>73</sup>. Portanto, em junho de 1882 a filoxera foi identificada no concelho de Vila Nova de Ourém.

Porém, como é que a filoxera invadiu o concelho, uma vez que, o mesmo se encontrava afastado das principais nódoas filoxéricas do país? Relembre-se, António de Sousa e Alvim, até então, arroteava inúmeros terrenos nos quais plantou bacelos provenientes de diversas partes do país<sup>74</sup>. De igual modo, mantinha uma ligação regular com a Casa Marques Loureiro, sita no Porto, na qual, há mais de dez anos, adquiria árvores, arbustos e bacelos. Plantas que se encontravam com a maleita<sup>75</sup>. Portanto, a difusão da praga foi auxiliada pelos meios de transporte, por pessoas e pelo vento. Estes fatores explicavam a existência de vinhas indemnes entre os diferentes focos filoxéricos<sup>76</sup>.

A praga disseminou-se rapidamente no concelho; ainda assim, nas pesquisas efetuadas no ano de 1882, em cerca de 200 hectares inspecionados, encontraram-se vinhas filoxeradas e muitas livres do inseto<sup>77</sup>. No ano seguinte a área observada aumentou para 390 hectares, abrangendo as localidades entre Chão de Maçãs até à vila, sede de concelho e desse ponto até ao norte do concelho de Torres Novas<sup>78</sup>. Sublinhe-se, da vila “em direcção a Leiria há uma extensa charneca com muito pouca vinha, onde se não verificou ainda a existência da doença”<sup>79</sup>.

---

<sup>70</sup> Francisco Raimundo da Silveira (1844-1904), foi um agrónomo natural de Alpiarça. In Ana Teresa Jorge, *Tributos aos Directores da Escola*, Santarém, Escola Superior Agrária, 2018.

<sup>71</sup> Segundo o artigo 3.º do decreto de 22 de junho de 1880, “Os agrónomos dos districtos, (...) são obrigados, sob sua responsabilidade, a proceder immediatamente ao exame directo de qualquer vinha, quando o proprietário, rendeiro ou usufructuário d’ella requisitar essa visita por suspeito de invasão phylloxerica”. In *Diário do Governo* n.º 139, 22-06-1880, p. 1594.

<sup>72</sup> *Gazeta dos Lavradores*, outubro de 1882, p. 160.

<sup>73</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 14.

<sup>74</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 504.

<sup>75</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>76</sup> *Annaes Agricolas do Districto de Leiria...*, cit., p. 17.

<sup>77</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 15.

<sup>78</sup> *Gazeta dos Lavradores*, fevereiro de 1883, p. 31.

<sup>79</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 66.

No entanto, em 1883, somente as freguesias de Seiça, Rio de Couros e Olival tinham sido analisadas e, no final do ano, iniciava-se esse serviço na freguesia de Formigais<sup>80</sup>.

Quadro 2 – Superfície cultivada, filoxerada e perdida em hectares no ano de 1883.

Freguesias	Área cultivada	Vinhas filoxeradas	Vinhas perdidas	N.º de vinhas
Seiça	206	63	12	1.132
Rio de Couros	13	-	-	130
Olival	30	-	-	230

Fonte: *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 66.

Atendendo ao Quadro 2, verificamos que a maior área cultivada, 206 hectares na freguesia de Seiça, apresentava 63 vinhas filoxeradas, das quais 12 estavam totalmente perdidas. As restantes freguesias ainda não tinham sido atingidas, correspondendo a freguesia de Olival à extensa charneca em direção a Leiria.

Em 1884, as inspeções às vinhas continuaram e observou-se um agravamento da área de vinhas perdidas para cerca de 70 hectares, enquanto a área invadida situava-se então nos 1.195 hectares. Segundo o relatório, os valores apontados não correspondiam exatamente à realidade, atendendo à natureza incompleta dos dados respeitantes à área inspecionada de cada vinha. A falta de indicações explicava os resultados: o agrónomo recorreu à produção de 1882 e ao número de pipas por hectare para obter a área de vinhas mencionada<sup>81</sup>. Porém, reconhecia: “o alastramento da doença é sensível, havendo já subido o número de vinhas abandonadas”<sup>82</sup>. De facto, em 1887, o concelho achava-se “todo invadido pelo phylloxera”<sup>83</sup>.

<sup>80</sup> “Foi mandado pagar ao pesquisador de phyloxera, em serviço neste concelho, a quantia de trezentos e sessenta réis diários para alimentação”. In AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 516/1, 17-10-1883, fl. 288.

<sup>81</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 1 e 2.

<sup>82</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884...*, cit., p. 88.

<sup>83</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 21-09-1887, fl. 101 verso.

### Soluções: sulfureto de carbono e cepas americanas

A utilização, a título experimental, tanto do sulfureto de carbono como de videiras americanas foi aconselhada pelo Congresso Filoxérico Internacional de Lausanne, realizado em 1877<sup>84</sup>. Esse conselho baseava-se no facto de a França já aplicar o sulfureto de carbono desde 1869. Portugal só o fez a partir de 1879 e estabeleceu oficialmente a sua utilização no art.º 26.º do decreto de 5 de agosto de 1882<sup>85</sup>. Excessivamente volátil, este inseticida foi aplicado devido à facilidade do manuseio e aquisição acessível<sup>86</sup>. Apresentou resultados diferenciados consoante as regiões, motivo da nossa dúvida sobre como se terão portado os tratamentos com sulfureto de carbono no concelho de Vila Nova de Ourém. As cepas americanas foram o meio mais eficaz, daí o art.º 28.º do decreto mencionado estabelecer a criação de viveiros distritais de videiras americanas para fornecer novas plantações e replantações<sup>87</sup>, mas a adaptabilidade respetiva ao solo definiu as variedades a plantar; assim, quais as variedades adotadas pelos viticultores oureenses?

A descoberta da filoxera na Quinta da Motta promoveu a reunião do Conselho de Agricultura de Santarém a 21 de junho de 1882. Agindo de acordo com o decreto de 24 de dezembro de 1879, o órgão apelou à criação de um posto filoxérico em Vila Nova de Ourém. Solicitou um agrónomo para a localidade com o objetivo de pôr em prática os meios de luta contra a filoxera. Aconselhou as Câmaras Municipais do distrito a enviarem representantes para Vila Nova de Ourém com o intuito de recolha de informações para combater o mal. Pediu grainhas americanas das castas resistentes, dois injetores<sup>88</sup> (ver Fig. 2) e 200 kg de sulfureto à Comissão Central da Régua<sup>89</sup>.

---

<sup>84</sup> Participaram neste encontro a Confederação Suíça, o Império Alemão, o Império da Áustria-Hungria, a Espanha, a França, a Itália e Portugal.

<sup>85</sup> *Providencias Legislativas Adoptadas em Portugal contra a Phylloxera Vastatrix desde 1876 a Março de 1883*, Lisboa, Typ. Casa Minerva, 1883, p. 66.

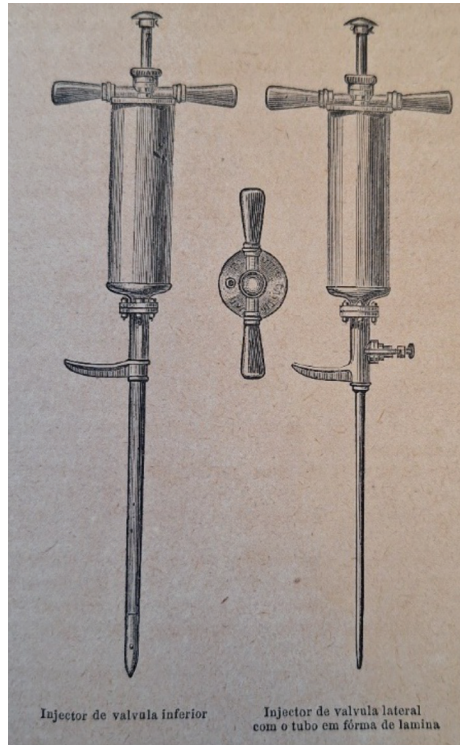
<sup>86</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 18.

<sup>87</sup> *Providencias Legislativas Adoptadas em Portugal...* cit., p. 66 e 67.

<sup>88</sup> O injetor gastine apresentava a forma de “T”, uma vez que era composto por duas pegas, contendo um recipiente, onde era colocado o sulfureto e por uma ponteira que continha uma válvula de retenção ou de distribuição que servia para “não permitir a saída do sulfureto senão quando é obrigado pela pressão exercida sobre o botão da haste do embolo”. Quando pressionado, injetava a dose no solo. In José Maria Dantas Pimenta, *A Vinha e a Phylloxera em Portugal*, Torres Novas, Typ. de J. P. Sequeira, 1887, p. 16.

<sup>89</sup> *Gazeta dos Lavradores*, outubro de 1882, p. 151.

Fig. 2 – Injector Gastine.



Fonte: Francisco d'Almeida e Brito, *Guia da Applicação do Sulfureto de Carbonio contra a Phylloxera*, Lisboa, Lallemand Frères Imprensa, 1884, p. 15.

Em junho, surgia a comissão de vigilância anti filoxérica concelhia, cuja composição e atividade, por ora, desconhecemos<sup>90</sup>. Ao agrônomo distrital incumbia a formação sobre os tratamentos contra a filoxera na Quinta da Motta enquanto não fosse estabelecido um posto filoxérico na região<sup>91</sup>. Após a descoberta do parasita na Quinta, recomeçou os trabalhos no dia 3 de julho de 1882<sup>92</sup>.

<sup>90</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 26-06-1882, fl. 33 e verso.

<sup>91</sup> *Districto de Santarém*, n.º 117, 16-07-1882, p. 1.

<sup>92</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1428, 1-07-1882, fl. 34 verso.

António de Sousa e Alvim foi o primeiro proprietário do distrito de Santarém a descobrir e a combater a filoxera<sup>93</sup>. A Quinta da Motta tornou-se um centro vocacionado para as medidas de combate filoxérico aberto a proprietários, técnicos, empregados de outros municípios e até excursões do Instituto Geral de Agricultura de Lisboa. Em 11 de agosto de 1882, o professor Jaime Batalha Reis<sup>94</sup> organizou uma visita a Leiria, por Vila Nova de Ourém, acompanhada pelo agrónomo distrital, Francisco Raimundo da Silveira, para observação do andamento dos trabalhos.

Com recurso a raízes das videiras, o professor explicou a biologia do inseto, podendo-se aferi-lo em todas as fases de desenvolvimento, encontrando-se, naquele momento, na sua maior força. Mais, o agrónomo procedeu à explicação sobre o tratamento pelo sulfureto de carbono através do injetor gastine. Foram aplicadas várias doses a título experimental por cada metro quadrado<sup>95</sup>. O que significava não existirem então certezas sobre a dosagem adequada.

No entanto, ainda no mês de agosto, os tratamentos foram interrompidos pelo Conselho de Agricultura de Santarém porque os resultados obtidos no verão ficaram aquém do desejado para o agrónomo distrital. O sulfureto não tinha prejudicado a vinha, mas a quantidade de insetos mortos não era satisfatória e as limitações eram atribuídas à fácil volatilização da substância devido ao calor<sup>96</sup>. Em virtude desse procedimento, as referências expressas pelo presidente da Câmara Municipal, António Joaquim das Neves Elyseu, sobre a toxicidade do inseticida eram infundadas<sup>97</sup>. A atitude nada cooperante do autarca refletiu-se na imobilidade dos viticultores oureenses, como veremos mais adiante.

Contudo, António de Sousa e Alvim manifestava-se otimista e encomendou barris de sulfureto e injetores para retomar os tratamentos em novembro<sup>98</sup>. Ainda em 1882, o inspetor geral dos Serviços Filoxéricos do Sul, Francisco de Almeida e Brito<sup>99</sup>, visitou as vinhas do concelho e dos municípios limítrofes como Santarém, Tomar e Torres Novas. Conforme concluía, os solos eram pobres, as

---

<sup>93</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>94</sup> Jaime Batalha Reis (1847-1935), formado em agronomia, foi um professor de nosologia vegetal no Instituto Geral de Agricultura. In *Providencias Legislativas Adoptadas em Portugal...*, cit., p. 70.

<sup>95</sup> *Gazeta dos Lavradores*, julho de 1883, p. 108.

<sup>96</sup> *Gazeta dos Lavradores*, outubro de 1882, p. 160.

<sup>97</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>98</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>99</sup> Francisco de Almeida e Brito (1857-1918), foi um destacado agrónomo português e um dos mais conceituados especialistas sobre filoxera em Portugal. In Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I (A-C), Lisboa, Assembleia da República, Imprensa das Ciências Sociais, 2004, p. 473 e 474.

vinhas mal granjeadas e a produção diminuta. Mais, a taxa de mortalidade da vinha, por biénio, era superior, quando comparada com a verificada no Douro, motivo para os conselhos de vigilância e adoção de meios de conservação<sup>100</sup>.

O alastramento da praga além território ourensense impeliu o inspetor a pedir aos municípios mencionados auxílio aos pesquisadores, através do fornecimento de operários na escava das cepas, bem como alimentação. Solicitou o aviso das autoridades competentes em caso de irregularidade nas cepas e a preparação dos viticultores no reconhecimento e combate à moléstia. Instou ainda os guardas campestres a instruírem-se de modo a efetuar as pesquisas nas vinhas. Os municípios aceitaram as orientações e organizaram grupos de pesquisadores. Contudo, a edilidade ourensense foi a exceção porque recusou auxílio aos trabalhos da comissão<sup>101</sup>.

O concelho de Vila Nova de Ourém continuou os tratamentos com o sulfureto de carbono nos meses de outubro e novembro. Em 1882, foram tratados oito hectares<sup>102</sup>. A afluência ao tratamento mostrava-se insipiente no distrito de Santarém, uma vez que só quatro proprietários o exerciam: um de Santarém, outro de Vila Nova de Ourém e dois de Tomar<sup>103</sup>. António de Sousa e Alvim era o único viticultor a tratar as vinhas no concelho. Além de requisitar os materiais necessários, contratou António Guedes, um prático natural de Santa Marta de Penaguião, Alto Douro, para dirigir os trabalhos, a quem pagava “500 réis diários, cama e mesa”<sup>104</sup>.

Em janeiro de 1883, foi criado o posto de tratamento de Paialvo, no concelho de Tomar<sup>105</sup>. Nesse ano, António de Sousa e Alvim comprou neste posto cerca de 945 kg de sulfureto de carbono, isto é, quase 1/3 da transação anual<sup>106</sup>. Este consumo significativo de sulfureto demonstrava o seu empenho no combate à

<sup>100</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>101</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 14.

<sup>102</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1882...*, cit., p. 15.

<sup>103</sup> *Gazeta dos Lavradores*, fevereiro de 1883, p. 31.

<sup>104</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>105</sup> O posto de tratamento de Paialvo situava-se no concelho de Tomar junto à estação de caminho de ferro do norte e servia os concelhos de Tomar, Torres Novas, Vila Nova de Ourém e Vila Nova da Barquinha. Era constituído por duas vinhas, uma de encosta excessivamente calcária e outra de baixa onde predominava o aluvião. Além de fornecer sulfureto de carbono, fazia experiências e era onde se encontrava o chefe de trabalhos que efetuava a pedido o serviço de pesquisas nas vinhas dos viticultores. In *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 18.

<sup>106</sup> Entre janeiro e dezembro de 1883, o posto de tratamento de Paialvo registou o consumo de 3.223 kg de sulfureto de carbono. In *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 20.

praga. Contudo, os esforços ficaram aquém do esperado porque a área tratada correspondia a cerca de 3,5 hectares, apesar dos tratamentos se terem prolongado em 1884<sup>107</sup>. Tal refletia a indiferença na luta contra a praga em Ourém<sup>108</sup>, mas deveu-se sobretudo à desistência de António de Sousa e Alvim por concluir que os terrenos compactos não permitiam a difusão do inseticida<sup>109</sup>.

A Quinta da Motta situava-se no vale de Seiça caracterizado por solos argilosos<sup>110</sup>. Além disso, era importante definir o momento adequado para ministrar o tratamento – se o terreno estivesse húmido, o sulfureto ficava preso na ponta do injetor e evaporava-se<sup>111</sup>. Para Francisco de Almeida e Brito, os tratamentos com sulfureto em terrenos argilosos deveriam realizar-se entre a primavera e o verão<sup>112</sup>. Assim, evitavam-se os terrenos encharcados, mas emergia outro problema, as fissuras do solo seco indutoras da volatilização do sulfureto. A solução residia na cava do solo antes da aplicação do inseticida, porém, tal procedimento encareceria os custos de produção tornando-se inviável para os produtores<sup>113</sup>.

Mais, o êxito do sulfureto dependia do estágio da videira – perdia-se caso a planta estivesse moribunda – e implicava elevada adubação<sup>114</sup>. A falta destes cuidados conduziu à descrença dos viticultores sobre o sulfureto, sobretudo nos contextos de ausência de resultados<sup>115</sup>. Comparando com o distrito de Leiria, o uso do sulfureto foi desaconselhado em solos argilosos, em face das más práticas culturais e à utilização escassa de adubo, substância dispendiosa<sup>116</sup>. Quanto à ação das Câmaras Municipais, a edilidade de Óbidos decidiu assumir o tratamento das vinhas de viticultores pobres para atenuar a propagação da praga<sup>117</sup>. Realidades geográficas próximas com resultados semelhantes, apesar da atuação dos organismos camarários dependerem da sensibilidade respetiva à problemática filoxérica.

---

<sup>107</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 7.

<sup>108</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 6 e 7.

<sup>109</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>110</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 7.

<sup>111</sup> Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros, *Relatório acerca dos Serviços Phylloxericos em 1887 na Circumscricção do Sul*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 30.

<sup>112</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX...*, cit., p. 218.

<sup>113</sup> Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros, *Relatório acerca...*, cit. p. 30.

<sup>114</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1883...*, cit., p. 9.

<sup>115</sup> Alfredo de Villanova de Vasconcellos Correia de Barros, *Relatório acerca...*, cit., p. 30.

<sup>116</sup> António Valério Maduro, *Tecnologia e economia agrícola...*cit., p. 591.

<sup>117</sup> Maria Goretti Matias, *Vinho e Vinhas em tempo de crise...*, cit., p. 135.

Os resultados pouco expressivos do sulfureto de carbono levaram os viticultores a investir nas cepas americanas para restabelecer os vinhedos “constituindo a fase seguinte – e mais duradoura”<sup>118</sup>. António de Sousa e Alvim obteve barbados vindos de França para experimentar os espécimes mais adaptados à região<sup>119</sup>. Desde 1883 funcionavam vários viveiros distritais, municipais e privados. Estes importaram grainhas, barbados e bacelos americanos da América, França e Itália para sementeira ou plantação, com o objetivo de fornecer aos viticultores exemplares semelhantes<sup>120</sup>.

Em março de 1884, a Comissão Central Anti Filoxérica enviou à edilidade ourensense as grainhas requisitadas e estabeleceu a distribuição respetiva pelos viticultores interessados. Simultaneamente, encetou a procura de terreno para arrendar para constituir um viveiro<sup>121</sup> municipal<sup>122</sup> e nomeou o guarda campestre Manuel Martins para se habilitar à pesquisa no posto de tratamento de Paialvo<sup>123</sup>. Estas decisões revelavam uma mudança positiva na posição do executivo municipal sobre a necessidade de colaborar com os organismos estatais no combate à filoxera.

Apesar da solução se encontrar nas cepas americanas, muitas variedades não podiam ser utilizadas como produtores diretos devido à fraca produção e sabor do vinho, motivo pelo qual eram utilizadas como cavalos<sup>124</sup> da cepa europeia<sup>125</sup>. A *Gazeta dos Lavradores* alertava para os estudos a desenvolver no domínio da adaptabilidade das variedades americanas às portuguesas e aos diferentes tipos de solos<sup>126</sup>. Nos anos seguintes, os viticultores ourensenses empenharam-se nessa seleção.

Encontrámos diversos relatos de alguns viticultores ourensenses produzidos entre 1886 e 1898. António de Sousa e Alvim foi o primeiro viticultor a encetar as experiências com cepas americanas; aliás, *A Vinha Portuguesa* enalteceu

<sup>118</sup> Maria Carlos Radich, *A Agronomia Portuguesa no século XIX...*, cit., p. 219.

<sup>119</sup> David Simões Rodrigues, *Seiça: a Terra e o Povo...*, cit., p. 509.

<sup>120</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884...*, cit., p. 44.

<sup>121</sup> Pelo menos até 1890, “neste concelho não há estabelecimento de venda de plantas e viveiros; existe apenas um viveiro particular de bacellos americanos pertencente ao Exmo. António de Sousa e Alvim, da Quinta da Motta que gratuitamente tem dispençado porções aos seus amigos”. In AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1431, 29-05-1890, fl. 94 verso.

<sup>122</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 26-03-1884, fl. 8 verso.

<sup>123</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 30-04-1884, fl. 10.

<sup>124</sup> Cavalos é sinónimo de porta-enxerto. In Pedro Bravo e Duarte de Oliveira, *Viticultura Moderna*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, Oficinas de Commercio do Porto, 1921, p. 435.

<sup>125</sup> *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884...*, cit., p. 16.

<sup>126</sup> *Gazeta dos Lavradores*, janeiro de 1884, p. 6.

esses esforços porque “poucos teem tomado a sua iniciativa e adiantado tanto na cultura das americanas”. Em descrição de 1886, o viticultor pretendia avaliar a resistência e a adaptação das castas aos terrenos. No viveiro particular encontravam-se variedades como a Jacquez, Riparia, Rupestris, Solonis, Vialla e York-Madeira. Dava conta dos resultados dos barbados de Jacquez plantados em 1883, dos quais tinha colhido três almudes de vinho, “que me não desagrada”<sup>127</sup>.

Em novembro de 1887, António de Sousa e Alvim mudou de opinião sobre a Jacquez, enquanto produtor direto, atendendo à produtividade escassa e à incapacidade de se desenvolver em sítios húmidos, preferindo-a para porta-enxerto. Afastava as variedades Herbemont, Cunnigham e Rotundifólia por serem pouco resistentes à filoxera, às doenças fúngicas, por amadurecerem tarde e não se adequarem a solos argilosos e húmidos, além da dificuldade em se desenvolverem através de estaca<sup>128</sup>.

Em 1888, António de Sousa e Alvim ganhou o concurso organizado pela Junta Geral do Distrito de Santarém sobre os viveiros de cepas americanas. Alcançou o primeiro prémio, no valor de 150\$000 réis, como recompensa pela dedicação ao estudo das enxertias e adaptação das diferentes castas americanas aos solos e clima locais<sup>129</sup>. Nesse ano, concluiu que o garfo<sup>130</sup> de Tintureiro casava bem com o cavalo da casta Jacquez; que a casta Baga não mostrava afinidade com o porta-enxerto Solonis, ao invés do sucedido com os porta-enxertos Rupestris e Riparia. Em 1891, as investigações permitiam-lhe aferir os garfos enxertados em porta-enxertos Solonis e Rupestris com menor vigor se comparados com os porta-enxertos Riparia, York-Madeira e Jacquez<sup>131</sup>.

Em dezembro de 1892, Victorino de Carvalho<sup>132</sup>, residente na Freixianda, abordou a situação filoxérica no concelho. Além do testemunho sobre as suas atividades anti filoxéricas, reportava o sentimento genérico dos viticultores ourensenses

---

<sup>127</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 46 e 47.

<sup>128</sup> *A Vinha Portuguesa*, novembro de 1887, p. 340.

<sup>129</sup> *Relatório do Jury nomeado para visitar os viveiros de cepas americanas inscriptos para o concurso promovido pela Junta Geral do Districto de Santarém*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 19 e 20.

<sup>130</sup> Designa-se por garfo o fragmento de ramo aéreo que vai ligar ao porta-enxerto por via da enxertia. In Pedro Bravo e Duarte de Oliveira, *Viticultura Moderna...*, cit., p. 435.

<sup>131</sup> *A Vinha Portuguesa*, maio de 1891, p. 157.

<sup>132</sup> Victorino José Pereira de Carvalho (1830-1908), natural da Freixianda, foi um advogado ourensense. Exerceu diversos cargos, nomeadamente o de presidente da Câmara Municipal e administrador do concelho de Vila Nova de Ourém, procurador da Junta Geral do Distrito e governador civil de Santarém em 1890. In *Correio da Extremadura*, n.º 882, 7-03-1908, p. 1.

Começa a sentir-se a necessidade de recorrer à reconstituição da vinha com a planta americana. Alguns vão já ensaiando a plantação, mas ainda assim com grande receio porque surgem notícias, de que muitas das castas americanas não são resistentes e todos receiam perder o seu trabalho e o capital empregado<sup>133</sup>.

Portanto, “pode dizer-se que para a resistência ninguém se preparou”<sup>134</sup>, porque a maioria dos viticultores ourensenses começou tarde a apostar nos bacelos americanos com receio dos resultados, em parte, devido à multiplicidade de conclusões.

No viveiro privado, Victorino de Carvalho tinha Jacquez, Vialla e Rupestris. Das enxertias efetuadas afiançava bons resultados, tanto nos estádios iniciais como na transplantação definitiva<sup>135</sup>. Em 1893, segundo particularizava, as enxertias plantadas no ano anterior “produziram muita e optima uva. Eram feitas em Jacquez, Solonis, e Rupestris, com garfos de Tintureiro, Fernão Pires e Malvasia”. O viticultor aludiu à ausência de diferenças entre as várias enxertias, apesar da reputação funesta da Rupestris<sup>136</sup>.

Em 1898, Carlos de Faria e Almeida, residente no Olival, deu conta do emprego de porta-enxertos Aramon x Rupestris Gansin n.º 1 e Rupestris du Lot, em encostas. Simultaneamente, teceu elogios à fácil adaptação desses, desde os terrenos argilosos aos mais delgados, aos ótimos resultados e à frutificação abundante. Em várzea, o viticultor plantou Riparia Grande Glabra d’Arnaud nas áreas mais enxutas; a Riparia Gloire de Montpellier em terrenos mais equilibrados e a Riparia comum para os sítios mais húmidos. Quanto aos garfos, utilizou Malvasia, Tinta Mole, Fernão Pires, Castelão Francês e Baga<sup>137</sup>.

Na Quinta de Alcaidaria-Mor, freguesia de Vila Nova de Ourém, propriedade do barão de Alvaiázere<sup>138</sup>, encontravam-se plantados 230 milheiros de videiras americanas. Os garfos de castas utilizados eram a Fernão Pires, Malvasia, Diagalves, Periquita, Petit Bouschet e Alicante Bouschet; os porta-enxertos recaíam na “Riparia grande glabra nas várzeas e Aramon x Rupestris nas encostas”<sup>139</sup>.

<sup>133</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

<sup>134</sup> *A Vinha Portuguesa*, janeiro de 1891, p. 5.

<sup>135</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

<sup>136</sup> *A Vinha Portuguesa*, março de 1893, p. 75.

<sup>137</sup> *A Vinha Portuguesa*, junho de 1898, p. 185 e 186.

<sup>138</sup> Miguel Vieira de Vasconcelos Portocarrero Sousa e Almeida (1865-1927), mais conhecido por barão de Alvaiázere, foi o terceiro a usar o título. Além de abastado proprietário foi um grande viticultor, tendo-se dedicado à produção e venda de bacelos americanos. In *A Verdade*, n.º 958, 11-09-1898, p. 2.

<sup>139</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 234 e 235.

Assim, as castas utilizadas por António de Sousa e Alvim e Victorino de Carvalho eram as comuns no distrito, nomeadamente a Riparia, Rupestris, Solonis e Vialla devido à facilidade “de adaptação, resistência e afinidade para a enxertia”<sup>140</sup>. A Jacquez foi considerada um bom porta-enxerto, porque o vinho apresentava falta de acidez, cor violácea, sobretudo se não fosse adicionado tártaro. Mas o emprego pelos oureenses deveu-se à capacidade adaptativa nos terrenos argilosos e arenosos com boa proporção de sílica<sup>141</sup>. O viveiro da Quinta da Motta, situava-se “em terreno silico-argiloso, que possui: 74,640 por cento de sílica, 19,160 por cento de argila, 1,032 por cento de cal”<sup>142</sup>.

Sobre a Rupestris constatamos opiniões contrárias. António de Sousa e Alvim desconsiderou-a como porta-enxerto por não se coadunar com os solos de várzea nos quais o viticultor a plantou. Preferiu aplicá-la nas encostas e nos solos secos; já em argilosos vermelhos, adaptou-se na região da Freixianda como aferiu Victorino de Carvalho. Enquanto Carlos de Faria e Almeida e o barão de Alvaizere plantaram as variedades em solos acerca dos quais se perspetivava a adaptação<sup>143</sup>. Esta generalização indica-nos uma certa orientação nesse sentido e uma evolução clara na ciência vitícola.

Em face dos relatos, os grandes proprietários empenharam-se na “adaptação da planta americana”. Enquanto o pequeno proprietário “vae seguindo o seu visinho mais abastado na reconstituição de alguns hectares de vinha”<sup>144</sup>. Contudo, sublinhe-se os custos associados à operação, motivo da desconfiança dos pequenos viticultores oureenses em aderir às cepas americanas.

Por fim, entre 1893 e 1902, “o anno de maior plantação de vinha n’este concelho foi de 1897”<sup>145</sup>. A nível distrital, o ano anterior atingiu o máximo, com cerca de 1.150 hectares plantados, diminuindo drasticamente em 1900 para 60 hectares. Portanto, durante esse período replantaram-se e plantaram-se 4.910 hectares de vinhas só no distrito de Santarém. Comparando com os distritos mais próximos, encontrava-se à frente do distrito de Leiria, com 1.320 hectares, mas atrás do de Lisboa com 26.000 hectares. Este aumento da área plantada foi visível em Portugal continental, com cerca de 62.835

---

<sup>140</sup> Carlos de Moraes Palmeiro, *Memória sobre a economia da Sétima Região Agronómica*, ISA, Dissertação Inaugural, 1891, p. 75.

<sup>141</sup> José Dias da Silva, *Reconstituição dos vinhedos velhos...*, cit., p. 43 e 47.

<sup>142</sup> *Relatório do Jury nomeado para visitar os viveiros de cepas americanas inscriptos para o concurso promovido pela Junta Geral do Districto de Santarém...*, cit., p. 17 e 18.

<sup>143</sup> José Dias da Silva, *Reconstituição dos vinhedos velhos...*, cit., p. 57, 60 e 61.

<sup>144</sup> *A Agricultura Nacional*, n.º 23, 29-01-1895, p. 363.

<sup>145</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1444/1, 11-09-1903, fls. 16 verso e 17.

hectares, onde estão incluídos os dados dos distritos mencionados<sup>146</sup>. Assim, os viticultores oureenses, tal como os restantes, consciencializaram-se que a única solução para restaurar os vinhedos consistia em plantar cepas americanas enxertadas com garfos indígenas, uma vez assumida a manutenção da qualidade do vinho<sup>147</sup>.

### Inovações técnicas e tecnológicas

As pragas e as doenças que assolaram o vinhedo europeu na segunda metade do século XIX, contribuíram para introduzir melhores granjeios na manutenção. A introdução dessas inovações foi observável no concelho oureense no domínio da geometrização das plantações com o devido espaçamento, nos tipos de enxertias adotados, nas podas e até nas práticas de adubação. De facto, a filoxera impeliu os viticultores a adotar novas técnicas de manutenção, em parte exigidas pelas novas vinhas, com impacto no aumento dos custos de produção.

No concelho em estudo, as alterações foram aplicadas pelos grandes viticultores ou pelos mais ilustrados, não sendo, contudo, possível confirmar a generalização de tais práticas. Começamos pelas plantações das novas vinhas de António de Sousa e Alvim e Carlos de Faria e Almeida: o primeiro plantou-as a dois metros de distância<sup>148</sup>, o segundo a 1<sup>m</sup>,80 e a 1<sup>m</sup>,50<sup>149</sup>, plantações que beneficiaram do sistema em quincôncio. Estabelecida a distância entre as plantas na primeira linha, a segunda adquiria uma colocação intercalar, ou seja, entre as duas plantas da linha anterior e assim sucessivamente<sup>150</sup>. Já as plantações de barbados do barão de Alvaiázere observaram o método do quadrado, com uma distância de oito palmos uns dos outros<sup>151</sup>.

A prática da enxertia evidenciou-se quando os viticultores compreenderam a necessidade respetiva na reconstituição dos vinhedos. No concelho foram utilizados vários métodos, por exemplo, a fenda inglesa, a lateral, a cheia e a dupla<sup>152</sup>, conforme a Fig. 3, apesar de os dois últimos serem os mais citados nos

---

<sup>146</sup> ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Correspondência relativa à Estatística Agrícola*, proc. 7 – NP 952.

<sup>147</sup> *Gazeta dos Lavradores*, fevereiro de 1885, p. 29.

<sup>148</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 47.

<sup>149</sup> *A Vinha Portuguesa*, junho de 1898, p. 185.

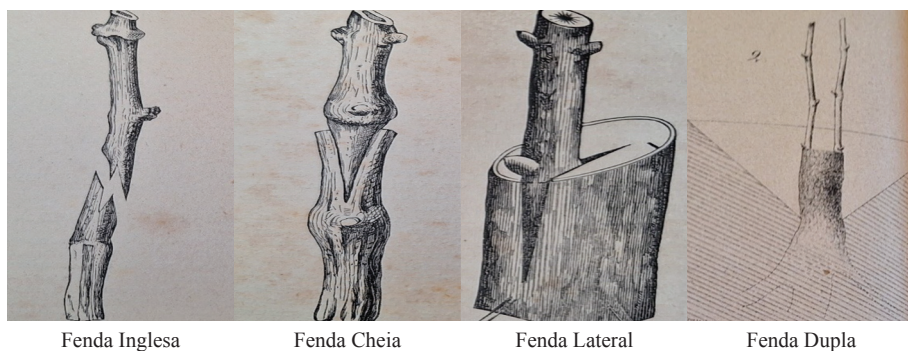
<sup>150</sup> *Gazeta das Aldeias*, n.º 427, 6-03-1904, pp. 135 e 136.

<sup>151</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 234.

<sup>152</sup> A fenda inglesa caracterizava-se pela necessidade de o garfo e o cavalo terem o mesmo diâmetro. O cavalo era cortado em bisel. Deveriam ser efetuados quatro golpes: um em bisel no

relatos identificados. Tal poderia significar a ausência de resultados satisfatórios na utilização da fenda lateral e, sobretudo, a fenda inglesa, como atestava um viticultor ourensense não identificado ao mencionar o falhanço<sup>153</sup>.

Fig. 3 – Enxertias.



Fonte: Visconde de Vilarinho de S. Romão, *Enxertia da Videira*, Lisboa, M. Gomes – Editor, 1893, p. 34-40.

A utilização de fertilizantes foi amplamente difundida no último quartel do século XIX. Os viticultores recorreram a adubos químicos, animais e vegetais “durante a fase de recuperação económica que se seguiu à filoxera”<sup>154</sup>, beneficiando de medidas estatais, nomeadamente o transporte gratuito de adubos nos caminhos de ferro do Estado<sup>155</sup>. A adubação tornou-se indispensável; nuns casos para a videira suportar os tratamentos e continuar

---

garfo, outro para abrir a fenda no garfo e dois semelhantes no cavalo. Para executar a fenda lateral era necessário cortar horizontalmente o cavalo a dois centímetros do nó e abrir uma fenda de três a quatro centímetros de profundidade. Com uma cunha conservava-se a fenda aberta, permitindo colocar o garfo, que deveria conter, pelo menos, dois olhos, o garfo deveria ser colocado o mais perto possível do nó. A fenda cheia era adotada para porta-enxertos e garfos com igual grossura. O cavalo era fendido e o garfo era talhado em cunha. A fenda dupla era um processo de enxertia utilizado sobretudo em porta-enxertos grossos em semelhante processo à fenda lateral. In Visconde Vilarinho de S. Romão, *Enxertia da Videira*, Lisboa, M. Gomes – Editor, 1893, p. 33-41.

<sup>153</sup> *A Vinha Portuguesa*, abril de 1887, p. 109.

<sup>154</sup> Amélia Branco e Ester Gomes da Silva, “Crescimento, mudança institucional e inovação, 1820-1930” in Dulce Freire e Pedro Lains (eds.), *Uma História Agrária de Portugal, 1000-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2024, p. 292 e 293.

<sup>155</sup> Essa gratuidade foi estabelecida pelo decreto de 16 de junho de 1880 para a região Duriense, tendo sido alargada a todo o território nacional com o decreto de 9 de dezembro de 1886. In Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 670.

produtiva, noutros porque os porta-enxertos americanos necessitavam de nutrientes ausentes de solos precários. António de Sousa e Alvim utilizava “estrupe de curral, engaço, o bagaço de purgueira, dito de azeitona, o trapo de lã, a albufeira, etc. De todos a albufeira e o trapo é que teem dado melhor resultado”<sup>156</sup>. Na suas propriedades, o barão de Alvaiázere colocava os rebanhos de ovelhas a pastarem entre as videiras, que eram, assim, fertilizadas com os dejetos dos animais<sup>157</sup>.

Relativamente a adubos químicos não encontrámos, até agora, qualquer referência à sua utilização. Tal cenário, contrasta com o aumento do seu consumo na circunscrição do Sul de 16.600 toneladas de adubos entre 1889 e 1892, das quais, 12.100 toneladas, destinaram-se aos distritos de Santarém e de Lisboa<sup>158</sup>. Ainda assim, a falta de um Sindicato Agrícola, a estrutura agrária dividida e de escassos recursos podem explicar a preferência por adubos animais e vegetais por serem mais baratos e de fácil acesso.

Os processos de poda e de disposição da videira também se alteraram, por exemplo, o barão de Alvaiázere realizava a primeira operação mais tarde para evitar prejuízos causados pelas geadas; as cepas eram podadas em latada contendo cinco ou mais varas; era deixado cerca de 0,50 centímetros entre os braços da videira e o solo “a fim de as uvas não estarem em contacto com a humidade do solo”<sup>159</sup>. Todas estas disposições facilitavam os tratamentos das videiras e evitavam o aparecimento de doenças fúngicas.

Contudo, nenhum dos relatos encontrados mencionou a utilização de maquinaria na plantação de vinhas, nas surribas ou até na aplicação dos tratamentos, como observava Miriam Halpern Pereira<sup>160</sup>. No concelho em estudo, tal não se colocava. Segundo se pode apurar, o trabalho braçal, com recurso à enxada, era a norma, justificada pela pequena dimensão das parcelas de vinha, impeditiva da mecanização, mas também pela existência de outras culturas entre a vinha, como olival, à semelhança do ocorrido nas vinhas na Lourinha, do barão de Alvaiázere<sup>161</sup>. Como estamos perante uma agricultura de subsistência, seria impensável o arranque de oliveiras para mecanizar a vinha, além da falta de capital para esse investimento.

---

<sup>156</sup> *A Vinha Portuguesa*, fevereiro de 1886, p. 47.

<sup>157</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 236.

<sup>158</sup> Conceição Andrade Martins, “A filoxera na viticultura nacional...”, cit., p. 672.

<sup>159</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 234 e 235.

<sup>160</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 171.

<sup>161</sup> *A Vinha Portuguesa*, agosto de 1898, p. 236.

## Impacto na produção vinícola

A produção vinícola do concelho de Vila Nova de Ourém foi afetada pela praga filoxérica.

Quadro 3 – Produção Vinícola do concelho de Vila Nova de Ourém.

Anos	1881	1882	1886	1892	1895
Produção/hectolitros	17.680	13.450	4.000	12.050	3.870

Fontes: *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, n.º 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 833; *Boletim da Comissão Central Anti-Phylloxerica do Sul do Reino. Ano de 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885, p. 2; ANTT, Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, *Correspondência relativa ao Inquérito Agrícola de 1887-1890*, proc. 56 – NP 943, 1886; *Boletim da Comissão Central Promotora do Comércio de Vinhos e Azeites*, n.º 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 69; AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo Administrador do Concelho*, livro n.º 1435, 15-05-1896, fl. 2.

Segundo o Quadro 3, constatamos a diminuição produtiva logo em 1882, ano da descoberta da invasão filoxérica no concelho. Relembre-se, em 1881, a Quinta da Motta, com uma média habitual de 400 pipas, produziu 120. Este facto justificava os dados estatísticos. Assim, o concelho ourensense não acompanhou o aumento produtivo até meados da década de 1880, defendido por Miriam Halpern Pereira para a região da Estremadura. Acréscimo devido a novas plantações de vinhas efetuadas nas décadas anteriores, ditadas pela baixa competitividade do preço do trigo e a “alta do preço do vinho desencadeada pela abertura ocasional do mercado francês”<sup>162</sup>.

Em 1885, algumas vinhas já não produziam<sup>163</sup>, resultado da disseminação da praga pelo concelho, evidenciando-se uma quebra acentuada face à produção de 1886. Em abril de 1887, um viticultor anónimo asseverava: as vinhas “por aqui continuam em decadência. Eu tive menos um terço do vinho do outro anno, o que attribuiu na maior parte, aos frios de maio e junho passado; e esse pouco que houve aqui está, sem ninguém o procurar”<sup>164</sup>. Portanto, apesar dos efeitos da filoxera, o clima também contribuiu para a quebra de produção.

Até 1889, a Direcção Geral de Agricultura apontava para uma redução da produção em 85%, partindo do valor de 1881<sup>165</sup>. Este cenário manteve-se em

<sup>162</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 165.

<sup>163</sup> *Gazeta das Aldeias (Política e Agrícola)*, n.º 17, 25-10-1885, p. 3.

<sup>164</sup> *A Vinha Portuguesa*, abril de 1887, p. 109.

<sup>165</sup> *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, n.º 9, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 981.

1890, uma vez que “esta produção promete grande diminuição em vista do estado phyloxerado em que se acham os vinhedos d’este concelho”<sup>166</sup>. Victorino de Carvalho confirmava ter sido “pequena a última colheita de vinho”<sup>167</sup>. Em 1892, perdurava, pois, “Vae diminuindo n’este concelho cada vez mais a produção do vinho. A terrível phylloxera tem-se apoderado de todo o vinhedo, e não tardará, que acabe com o que ainda resta”<sup>168</sup>. A referência a doenças fúngicas, como míldio, não se verificou, não lhe podendo ser imputada responsabilidade.

Segundo Miriam Halpern Pereira, a região da Estremadura sofreu com a crise de superprodução de 1887 devido ao excesso de produção e à falta de compradores de vinho<sup>169</sup>. Como vimos, no caso ourensense, a superprodução não se verificou; pelo contrário, a produção continuou em queda, apesar de os viticultores não conseguirem vender o pouco vinho produzido. De facto, a partir de 1889, o mercado francês diminuiu a importação de vinho português à medida que as vinhas francesas iam recuperando da invasão filoxérica. Ao mesmo tempo, a partir de 1892, França aplicou tarifas para proteger a produção nacional, importando vinho da Argélia para lotar com o vinho francês<sup>170</sup>.

A dificuldade dos viticultores em vender a escassa produção explicava os 12.050 hectolitros correspondentes a 1892, ou seja, este número resultava da acumulação de produções nas adegas e não somente da produção anual. Aliás, Victorino de Carvalho referia que, nesse ano, o vinho “foi pouco, mas de boa qualidade havendo algum da novidade anterior que se não consumiu por ser o preço pouco remunerador”<sup>171</sup>.

Quadro 4 – Preço do vinho (almude 18,720 L) no concelho de Vila Nova de Ourém.

Ano	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890	
Réis	800	850	600	425	700	600	550	950	1.000	
	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
	800	1.050	1.800	1.200	1.000	1.000	1.100	1.300	1.100	997

Fonte: AHMO, *Actas da Câmara Municipal*, livros n.º 516/1, 517 e 518, 1882-1900.

<sup>166</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1431, 28-02-1890, fl. 82.

<sup>167</sup> *A Vinha Portuguesa*, janeiro de 1891, p. 5.

<sup>168</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

<sup>169</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 175.

<sup>170</sup> Pedro Lains, “Portugal” in Kym Anderson e Vicente Pinilla, *Wine Globalization: a new comparative history*, Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 192 e 193.

<sup>171</sup> *A Vinha Portuguesa*, dezembro de 1892, p. 371.

Os preços do vinho no Quadro 4 evidenciam uma oscilação constante. Em 1886, o preço disparou, motivado pela diminuição drástica da produção. De 1888 a 1889, operou-se nova valorização, cujo auge se verificava em 1893. A partir de 1894, descia ligeiramente e manteve-se pouco oscilante até ao fim do século. O aumento dos preços confirmava a quebra de produção vinícola, com valores máximos em 1893 “porque o vinho do concelho não chega para o consumo, e dos vizinhos não pode vir, porque o não teem”<sup>172</sup>. Situação alterada em outubro do mesmo ano; em reunião de Câmara ficou decidida a não importação de vinhos espanhóis porque a colheita coeva somada à passada garantia as necessidades de consumo<sup>173</sup>. Para os anos de 1887, 1888 e 1891, caracterizados por quebras acentuadas no preço, ainda não encontramos fontes que nos ajudem a explicar a evolução do mercado.

Recordando o Quadro 3, a produção de 1895 atingiu mínimos, cerca de 3.870 hectolitros; ainda assim, este valor era superior à média dos últimos cinco anos. Nesse ano, todas as freguesias produziam vinho, contudo, a produção não excedia o consumo dos mercados. Apesar das freguesias de Seiça, Olival e Vila Nova de Ourém exportarem alguns vinhos, a venda ao exterior mantinha-se em valores reduzidos face à importação. Perspetivava-se que “todas as freguesias hadem apresentar a produção vinícola por se terem feito n’estes três últimos annos muitas plantações de vides americanas estando bastantes plantações a darem um magnifico resultado”<sup>174</sup>.

Infelizmente ainda não encontramos estatísticas sobre a produção vinícola após 1895, mas os preços indicados no Quadro 4 induzem a manutenção dos níveis produtivos, pelo menos, até 1899, ano da primeira quebra do preço. A plantação de bacelos americanos contribuiu para a recuperação a partir de 1899, com impactos económicos para os viticultores. Segundo Miriam Halpern Pereira, o aumento da produção e a falta dos habituais mercados, dificultaram o escoamento do vinho originando uma crise de superprodução prolongada na primeira década do século XX<sup>175</sup>.

## Conclusões

Depois de confinada na região duriense, a filoxera deu sinais no concelho de Vila Nova de Ourém, em 1882. Localizada na Quinta da Motta, freguesia

---

<sup>172</sup> *A Vinha Portuguesa*, março de 1893, p. 75.

<sup>173</sup> AHMO, *Atas da Câmara Municipal*, livro 517, 4-10-1893, fl. 200 verso.

<sup>174</sup> AHMO, *Registo de correspondência expedida pelo administrador do concelho*, livro 1435, 15-05-1896, fl. 2.

<sup>175</sup> Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico...*, cit., p. 229.

de Seiça, propriedade de António de Sousa e Alvim, expandiu-se até 1887, data em que a sua presença já se manifestava em todas as freguesias do concelho. A importação de videiras, árvores e arbustos da Casa Marques Loureiro, do Porto, pelo proprietário da Quinta supramencionada, esteve na origem da invasão filoxérica no concelho ourensense. A filoxera, ajudada indiretamente pelos meios de transporte, rapidamente se disseminou por intermédio da ação do homem e do vento.

Inicialmente, a praga foi desvalorizada pela autoridade municipal e pela maioria dos viticultores ourensenses. A Câmara Municipal recusou contribuir para solucionar o problema, atitude mantida até 1884. Nessa data, mandou instruir um guarda campestre, requisitou grainhas e aspirou construir um viveiro municipal. Entre os viticultores, observou-se um alheamento geral quanto à resistência prévia, visível no aumento repentino da área filoxerada e na estagnação da zona tratada com sulfureto.

Como constatámos, numa primeira fase, só António de Sousa e Alvim empregou esforços, mesmo improficuos, tornando a Quinta respetiva em local de experiências e de troca de conhecimento. Segundo verificámos, os tratamentos com sulfureto de carbono não obtiveram os resultados desejados devido às características físicas do solo, isto é, solo argiloso e calcário, o que dificultou tanto a aplicação do inseticida como a distribuição. Ao mesmo tempo, a falta de granjeios contribuiu de igual forma para o insucesso da ação do inseticida.

A reconstituição dos vinhedos com cepas americanas revelou-se a única solução e António de Sousa e Alvim tomou a dianteira. Este viticultor efetuou ensaios até conseguir identificar as variedades com maior capacidade adaptativa tanto ao solo como aos garfos de variedades autóctones. A partir de 1892, mais viticultores lhe seguiram o exemplo nos viveiros respetivos, sobretudo os mais abastados, apesar de terem sempre em conta os resultados do primeiro.

Neste tópico, concluímos que as variedades utilizadas variaram consoante o solo, o clima e os granjeios de cada viticultor. A reconstituição ocupou toda a década de 1890 e atingiu o auge em 1897. Ao mesmo tempo, constatamos que os grandes viticultores empreenderam novas técnicas de plantação, poda e adubação, recorrendo a adubos naturais com o objetivo de evitar doenças fúngicas e aumentar a produção. Trabalhos nada mecanizados, todos com recurso à enxada.

Para terminar, em termos produtivos, o concelho não acompanhou na plenitude a tendência esboçada na historiografia, uma vez que sofreu uma diminuição produtiva, não se observando a crise de sobreprodução de 1887. Muito pelo contrário, o concelho continuou a trajetória de quebra de produção, agudizada até 1893, com a subida exponencial do preço do vinho.

Por conseguinte, o concelho necessitou de recorrer a outros mercados para se abastecer, dado que, até meados da década de 1890, importava mais do que exportava. Contudo, as novas plantações e melhores granjeios perspetivavam o restabelecimento produtivo no final do século.



**A medievalização da memória.  
O Mosteiro da Batalha e a Primeira Guerra Mundial**

**The Medievalisation of Memory.  
The Monastery of Batalha and the First World War**

Duarte Manuel Freitas  
Universidade Autónoma de Lisboa | Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de  
História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS)  
duartemanuelfreitas@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-6764-6872>

Sérgio Neto  
Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’  
(CITCEM), Faculdade de Letras  
sgdneto@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 02/06/2025

*Abstract*

The Monastery of Batalha [Battle] was erected to commemorate the Battle of Aljubarrota (1385), a decisive engagement that secured Portuguese independence. The monastery became the pantheon of the Avis Dynasty (linked to maritime expansionism). In this regard, during the 19th and 20th centuries, Batalha was a generator of nationalist memories since the building symbolised the Portuguese “Golden Age”. Historian Alexandre Herculano even wrote a well-known novel, *The Vault*, in which he romanticised the Middle Ages, based on an episode in the construction of that building.

In 1921, the anticlerical regime of the First Republic devised a sort of rapprochement with the Catholic (and civil) religion through the inhumation of two unknown soldiers of the First World War (1914-1918). Buried in the Chapter House of a late Medieval monastery, the unknown soldiers were guarded by the

*Resumo*

Erigido para celebrar Aljubarrota, recontro militar decisivo para a manutenção da independência portuguesa (1385), o mosteiro da Batalha tornou-se o panteão da Dinastia de Avis (ligada ao expansionismo marítimo). Neste sentido, durante os séculos XIX e XX, a Batalha foi um gerador de memórias nacionalistas, uma vez que o edifício seria um símbolo da “Idade do Ouro” portuguesa. Alexandre Herculano escreveu mesmo um conto intitulado *A Abóbada*, no qual romantizava uma certa Idade Média, com base num episódio da construção desse edifício.

Em 1921, o regime anticlerical da Primeira República concebeu uma espécie de aproximação com a religião católica (e cívica), através da inumação de dois soldados desconhecidos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sepultados na Sala do Capítulo de um mosteiro medieval, os soldados desconhecidos seriam doravante guardados pela

“eternal flame” of the lampstand designed by António Gonçalves and executed by Lourenço Chaves de Almeida, a work also with clear medievalist overtones. The process was complemented by several theatre plays and poems that interconnected past and present, as well as the later addition of the statue of Christ of the Trenches.

The following article analyses how the First World War was memorialised in Portugal through a medievalist lens, with the Monastery of Batalha as its focal point.

Keywords: First World War; Unknown Soldier; Sites of Memory; Medievalisation; Monastery of Batalha.

“chama eterna” do lampadário desenhado por António Gonçalves e executado por Lourenço Chaves de Almeida, uma obra também com claras conotações medievalistas. O processo foi complementado com o surgimento de diversas peças de teatro e poemas que interligavam passado e presente, e com a adição mais tardia da estátua do Cristo das Trincheiras.

Este artigo pretende analisar como a Primeira Guerra Mundial foi memorializada em Portugal, através de uma lente medievalizante, tendo o Mosteiro da Batalha como o seu ponto focal.

Palavras-Chave: Primeira Guerra Mundial; Soldado Desconhecido; Lugares de Memória; Medievalização; Mosteiro da Batalha.

## **Introdução**

Ainda antes de as armas se calarem, em novembro de 1918, o processo de memorialização da Primeira Guerra Mundial começou a avançar decididamente. Na verdade, as colossais perdas humanas, a natureza da “guerra total” e o *Zeitgeist* cultural e ideológico herdado do romantismo e da *Belle Époque*, aos quais acrescem os diversos “ismos” artísticos em gestação, inspiraram, segundo Jay Winter, um compósito quadro de comemorações e de políticas da memória<sup>1</sup>. O Soldado Desconhecido terá sido, por certo, um dos elementos mais congregadores: a nível internacional, irmanando os beligerantes aliados em torno dos *lieux de mémoire*<sup>2</sup> com forte carga simbólica e emocional; e, na “frente interna”, engendrando heróis não “identificáveis ou passíveis de se lhes ‘apontar o dedo’, pois serviam antes de mais a exigida abstração da morte em massa”<sup>3</sup>.

Seja como for, também os países derrotados, dentro das suas fronteiras ou nos territórios ocupados durante o conflito, erigiram os seus próprios monumentos e memoriais, quer enaltecendo as vitórias militares, como Tannenberg, quer sustentando o renascimento, como a fénix<sup>4</sup>. Segundo Roger Griffin, seria o conúbio entre ultranacionalismo revisionista e o mito palingenésico que iria nutrir e definir os fascismos<sup>5</sup>. Daí decorre que o olhar para um passado mitificado continuasse a fazer sentido no pós-guerra.

Numa época em que Franz Kafka denunciava a crescente burocratização das sociedades, o paradoxo de enaltecer o anonimato na morte, quando em vida a conscrição havia implicado um amplo e pormenorizado conhecimento dos cidadãos-soldados e respetivas aptidões, não deve surpreender. Do mesmo modo, não deve causar estranheza a convivência entre elementos antigos e novos, quer dizer, entre extemporâneas cargas de cavalaria e combates de aviões à maneira de justas e torneios<sup>6</sup>, ou entre uma guerra de posições que evocava os longos assédios a castelos e fortalezas, assim como o imaginário distintivamente medievalizante que coloriu muita da propaganda então

---

<sup>1</sup> Jay Winter, *Sites of Memory, Sites of Mourning*, Cambridge, Cambridge University Press, 2014, p. 1-6.

<sup>2</sup> Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*, vol. 1, Paris, Gallimard, 1984.

<sup>3</sup> Sílvia Correia, *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933)*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015, p. 358.

<sup>4</sup> Georg L. Mosse, *Fallen Soldiers. Reshaping the Memory of the World Wars*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1990, p. 70-73.

<sup>5</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism*, London, Pinter, 1991, p. 41-45; Idem, *Fascism. An Introduction to Comparative Fascist Studies*, Cambridge, Polity Press, 2018, p. 26.

<sup>6</sup> Georg L. Mosse, *Fallen Soldiers...*, cit., p. 117; Modris Eksteins, *Rites of Spring. The Great War and the Birth of the Modern Age*, London, Black Swan, 1990, p. 201-202.

produzida e da memorialização que se lhe seguiu<sup>7</sup>. Tributária do nacionalismo oitocentista e do revivalismo (pós-)romântico, tal visão procurava conciliar uma Idade do Ouro medieval, pré-industrial, naturalmente gizada nos traços graníticos de um passado heroicizado e historiograficamente imutável, o qual devia contrastar com a inconstância (e até a inconsistência) dos chamados “tempos modernos”<sup>8</sup>. Veja-se que o escritor Blaise Cendrars, também veterano da guerra, após nomear, num poema, as “sete maravilhas do mundo moderno”, não deixava de acrescentar: “conheço ainda 700 ou 800 maravilhas que nascem e morrem todos os dias”<sup>9</sup>.

Mas, em concreto, para fazer uso da expressão de Jacques Le Goff, que elementos e símbolos de “o maravilhoso e o quotidiano”<sup>10</sup> medieval, por um lado, e que aspetos da grande conflagração mundial, por outro, terão sido convocados a terreiro? Responderia o *ethos* cavaleiresco e quase místico do Soldado Desconhecido a tal enquadramento? E que dizer do caso português, em que a participação na guerra foi levada a cabo por um regime político a braços com uma acesa disputa com a Igreja Católica? De que modo poderia, afinal, a Primeira República integrar na sua religiosidade cívica este representante anónimo da nação? Com efeito, sepultados na Sala do Capítulo do tardo-medieval mosteiro de Santa Maria da Vitória (da Batalha), também panteão de Avis, os dois soldados desconhecidos (um da Flandres e o outro de África), passaram a ser velados pela “chama eterna” do lampadário projetado por António Gonçalves (1848-1932) e executado por Lourenço Chaves de Almeida (1876-1952), obra também ela de nítidos acentos medievalizantes.

De igual modo, um conjunto não negligenciável de poemas e peças de teatro, ainda que muito toldadas na memória coletiva e literária, celebraram o acontecimento, associando no espaço e no tempo os mortos da Grande Guerra e os mortos de Avis. Por outro lado, urge não perder de vista que o famoso Cristo das Trincheiras, estátua ofertada por França ao governo português, em 1958, veio complementar, em tempos de Estado Novo, é certo, a mencionada sala do “Templo da Pátria”. Note-se que este novo elemento, durante muito tempo

<sup>7</sup> Stefan Goebel, *The Great War and Medieval Memory. War, Remembrance and Medievalism in Britain and Germany, 1914-1940*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

<sup>8</sup> Pedro Martins, *History, Nation and Politics: the Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, 2016.

<sup>9</sup> Laurent Wolf, “Blaise Cendrars, baroudeur optimiste”, *Le Temps Beaux-Arts* (2014) (<https://www.letemps.ch/culture/blaise-cendrars-baroudeur-optimiste>, consultado em 2025.01.07).

<sup>10</sup> Jacques Le Goff, *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, Lisboa, Edições 70, 1990.

incólume a todos os bombardeamentos alemães, havia inspirado nos soldados lusos que por ele passavam um imaginário quotidiano de maravilhoso<sup>11</sup>.

Tendo presente estas premissas, o texto que se segue pretende analisar o modo como a Primeira Guerra Mundial foi memorializada em Portugal, tendo o Mosteiro da Batalha como ponto central. Intentar-se-á, também, com base numa série de fontes jornalísticas, literárias e de espólios e publicações existentes na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), na Biblioteca Municipal de Coimbra (BMC) e na Biblioteca da Sede da Liga dos Combatentes, em Lisboa, entender se o regime republicano, na sequência do pós-guerra e do consulado sidonista, se terá (re)aproximado da religião tradicional e dos exemplos oferecidos pelos países aliados.

Assim, o texto começará por situar a Batalha enquanto espaço de memórias, perspetivando o influxo (pós-)romântico e nacionalista do século XIX. Segue-se um ponto versando a Primeira República perante a Primeira Guerra Mundial, a partir da mobilização literária, e um outro em torno da questão do Soldado Desconhecido. As alíneas seguintes analisarão o substrato medievalizante da Sala do Capítulo, quer a partir do lampadário, quer a partir de outras manifestações artísticas.

### **O Mosteiro da Batalha como espaço de memória(s)**

Além de reafirmar a independência nacional, a vitória dos portugueses contra as tropas castelhanas na Batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385) conseguiu impor a legitimidade da Dinastia de Avis no comando do reino de Portugal. Saído vitorioso do confronto entre as duas nações vizinhas, D. João I, Mestre de Avis, mandou construir um imponente mosteiro na Quinta do Pinhal (atual Batalha), denominado por Santa Maria da Vitória, comemorando e, ao mesmo tempo, agradecendo o triunfo obtido no confronto com Castela<sup>12</sup>.

Marco de celebração e “*lieu de memoire*”, para Saul António Gomes, “Parler du Monastère de Bataille signifie, pour cette raison, rentrer dans la discussion

---

<sup>11</sup> Esta situação foi mais ou menos comum na Frente Ocidental, bastando, por exemplo, recordar a famosa fotografia de Walter Kleinfeld, no Somme, em 1917.

<sup>12</sup> Sobre os principais factos históricos e características estilísticas do Mosteiro da Batalha, vide as seguintes obras: Saul António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990; Saul António Gomes e Pedro Redol (ed.), *Lugares de Oração no Mosteiro da Batalha. Catálogo da exposição*, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, 2015.

des représentations tardo-médiévales de l'identité de la patrie"<sup>13</sup>. O período de construção de todo o complexo arquitetónico estendeu-se por 150 anos, residindo nele os frades da ordem de São Domingos. Concebida inicialmente por Afonso Domingues, a igreja do mosteiro apresenta-se com medidas nunca vistas em solo português, com realce para a amplitude de três naves e da capela-mor, iluminadas através de vitrais de dimensões consideráveis<sup>14</sup>.

A partir de 1402, o arquiteto Huguet, provavelmente catalão, ficou responsável pela continuidade do projeto, sendo da sua autoria a Capela do Fundador – concluída por volta de 1434 – e as Capelas Imperfeitas, estas últimas encomendadas pelo rei D. Duarte para um novo panteão onde repousariam os seus restos mortais, juntamente com os da sua esposa, conquanto não chegasse a ser concluído, faltando-lhe o remate através de uma abóbada de grande envergadura<sup>15</sup>.

Destaque-se, para o presente contexto, a função específica da Capela do Fundador como o primeiro panteão da Dinastia de Avis, numa configuração quadrangular, encimada por uma abóbada em forma de estrela. Na posição central encontra-se o túmulo de D. João I e de sua mulher, a inglesa D. Filipa de Lencastre, representados de mãos dadas em escultura jacente, colocando-se junto à parede do quadrante sul os túmulos dos seus filhos e respetivas esposas<sup>16</sup>, a denominada “Ínclita Geração”: D. Pedro, o Infante das “Sete Partidas”; D. João, Mestre da Ordem de Santiago; D. Henrique, cognominado de “o Navegador”; e D. Fernando, também conhecido por “Infante Santo”<sup>17</sup>. Seguindo o raciocínio de Maria Helena da Cruz Coelho:

---

<sup>13</sup> Saul António Gomes, “Les bâtisseurs du chantier gothique du Monastère de Bataille (Portugal): XIV-XVIe siècles” in Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro, *História da Construção – Os Construtores*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2011, p. 173-174.

<sup>14</sup> “A igreja” in Saul António Gomes e Pedro Redol (ed.), *Lugares de Oração...*, cit., p. 41-65.

<sup>15</sup> Pedro Redol e Orlindo Jorge, “Programa e projeto de arquitectura no panteão régio da Batalha (1415-1437)”, *Cadernos de Estudos Leirienses*, 11 (2016), p. 305-316; Pedro Redol, Orlindo Jorge, “O panteão régio da Batalha: propaganda, inovação e identidade (1415-1515)”, *Arqueologia & História*, 69 (2017), p. 185-201; Pedro Redol, “Programas arquitectónicos y escenografías funerarias en el panteón real de Batalha (1415-1515)”, *I Encuentro Nova-Complutense sobre (a) Iberia Medieval*, março de 2018, p. 1-27.

<sup>16</sup> D. Isabel de Urgel, mulher do infante D. Pedro, e D. Beatriz, esposa do infante D. João.

<sup>17</sup> Pedro Redol e Orlindo Jorge, “Programa e projeto de arquitectura...”, cit., p. 305-316; Pedro Redol e Orlindo Jorge, “Como se faz História: arquitectura funerária do mosteiro da Batalha”, *Práticas Funerárias e Atitudes perante a Morte na Região Centro. Da Pré-História ao Presente: Arqueologia, História, Arte e Antropologia*, Leiria, Hora de Ler, p. 79-97; Saul António Gomes, “A dinastia de Avis e as suas estratégias de legitimação política” in Raquel Martínez Peñín e Gregoria Caveró Domínguez (ed.), *Poder e y poderes en la Idade Media*, Murcia, SEEM, 2021,

D. João I projecta nesta capela funerária a imagem, quase litúrgica, de uma sagrada família. Cimentando a memória colectiva de uma linhagem fidelíssima e leal, unida mesmo para além da morte. Agregação de um todo, que se constrói porém a partir de identidades e protagonismos específicos de nobres cavaleiros e cortesãos, que as armas e empresas da sua tumulária bem individualizam [...]. Na sua monumentalidade arquitectónica e na plasmação europeizante das suas formas estéticas, a Batalha impõe-se como uma digníssima construção memorial aristocrática, propaganda do poder político da jovem dinastia de Avis, que já se impunha firmemente no reino e igualmente se projectava e prestigiava no seio da cristandade<sup>18</sup>.

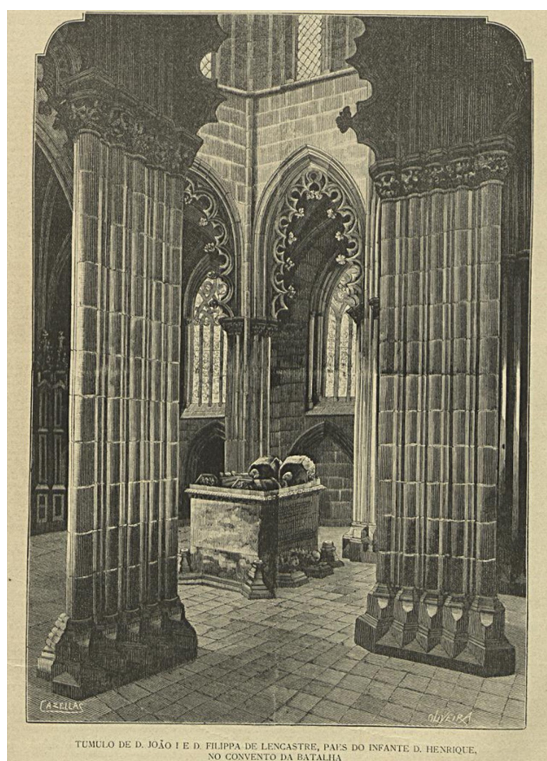


Fig. 1

Fonte: *Occidente*, vol. XVII, 17 (11 de março de 1894), p. 69.

p. 47-48; Saul António Gomes e Pedro Redol “A Capela do Fundador” in Saul António Gomes e Pedro Redol (ed.), *Lugares de Oração...*, cit., p. 79-83.

<sup>18</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o rei que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2022, p. 363.

A literatura e a historiografia portuguesa de matriz essencialmente nacionalista – de que Júlio Dantas (1876-1962) e Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945) são protótipos evidentes – enaltecem o sacrifício do Infante D. Fernando pelos “desígnios da pátria”, devido à sua captura, em 1436, após uma malograda investida do contingente português com vista à ocupação da cidade de Tânger. Acordado o resgate e extradição dos seus restos mortais, compreendidos como autênticas relíquias, desde cedo a ação da referida personalidade foi mitificada ou mesmo santificada pelos Frades Pregadores da Batalha – conquanto sem uma beatificação formal – como o infante “mártir” ou “santo”, cuja morte permitiu a salvaguarda de territórios ultramarinos já conquistados<sup>19</sup>.

No dia 28 de novembro de 1901, através do patrocínio do rei D. Carlos, foram depositados no panteão do fundador os restos mortais de D. Afonso V e da sua esposa D. Isabel, bem como de D. João II e do seu filho infante D. Afonso – príncipe herdeiro, vítima de um acidente fatal ocorrido em Santarém –, anteriormente sepultados noutros espaços do próprio mosteiro, conquanto o mau estado de conservação das arcas funerárias levasse à aplicação de uma nova solução. Para o efeito, e sob o comando da repartição das Obras Públicas de Leiria, construíram-se três túmulos no lado nascente da capela de estilização neogótica<sup>20</sup>, cujos arcosólios exequiais e frontais brasonados – obra da oficina de Joaquim Maria do Patrocínio – decalam o receituário aplicado nos jazigos medievos da “Ínclita Geração”, numa tentativa de compor um equilíbrio harmónico que não destoasse do programa preexistente<sup>21</sup>.

Classificado, desde 1983, com o estatuto de património Mundial da UNESCO, o complexo arquitetónico do mosteiro da Batalha apresenta-se como o maior exemplar ibérico do gótico flamejante, decorrendo aí, de igual modo, as primeiras experiências do manuelino, ainda dentro do gótico

---

<sup>19</sup> Atenda-se às obras de Júlio Dantas, “Os Livros em Portugal da Idade Média. A livraria do Infante Santo”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2 (1921), p. 101-109 e de Virgínia de Castro e Almeida, *História da paixão e morte do Infante Santo D. Fernando*, Lisboa, SPN, 1940. *Vide* de igual modo: António Manuel Ribeiro Rebelo, “O verdadeiro carácter de D. Fernando, o Infante Santo”, *Humanitas*, 58 (2006), p. 199-227; Saul António Gomes e Pedro Redol, “A devoção popular: Santo Antão, o infante D. Fernando e D. João II” in Saul António Gomes e Pedro Redol (ed.), *Lugares de Oração...*, cit., p. 87-91.

<sup>20</sup> Os restos mortais de D. João II foram colocados no túmulo do meio, reservando-se a sepultura da esquerda para o seu pai D. Afonso V e respetiva esposa e a da direita para o infante D. Afonso.

<sup>21</sup> “A transladação real na Batalha”, *Occidente*, XXIV, 826 (10 de dezembro de 1901), p. 268; Saul António Gomes e Pedro Redol “A Capela do Fundador” in Saul António Gomes e Pedro Redol (ed.), *Lugares de Oração...*, cit., p. 79-83.

tardio – de características estilísticas associadas à arte da denominada “Era dos Descobrimentos” –, com a sua aplicação a recair no claustro real e no portal das capelas imperfeitas, e ao entrar, ainda que de forma residual, na construção “ao romano”, de acordo com o maneirismo empregado na época de D. João III. Dos momentos de criação, planificação e de construção, além dos já citados Afonso Domingues e Huguet, riscos de outras autorias se efetivaram, com padrões estéticos e formatações funcionais distintas, de acordo com o *tempus* específico da sua aplicabilidade, numa empresa onde trabalharam os principais arquitetos do reino, como foram Martim Vasques (em 1438), Fernão de Évora (entre 1448 e 1477), Mateus Fernandes (a partir de 1480), João de Castilho (de 1528 a 1532) e Miguel Arruda (desde 1533). Não devem ser olvidadas, ainda, as aplicações de vitral concebidas por Luís Alemão (entre 1438 a 1450), mestre João (de 1483 a 1521) e Francisco Henriques (c. 1514)<sup>22</sup>.

Para o reconhecimento internacional deste complexo arquitetónico contribuíram vários estudos efetuados por eruditos estrangeiros nos finais do século XVIII e meados da centúria seguinte. Evidenciam-se, neste contexto: o levantamento (em vários desenhos) do edifício e a justificação histórico-estilística da autoria do irlandês James Murphy – entre 1788 e 1789 –, cuja publicação não passou despercebida pelo público britânico erudito<sup>23</sup>; o relato do inglês William Beckford (1760-1844), efetuado após uma visita em 1794 e pontuado por considerações sobre o gótico, a que se juntam trechos elucidativos sobre o edifício e a própria comunidade, sob a regra dominicana<sup>24</sup>; o testemunho de Julia Pardoe (1806-1862), após passagem pelo interior do mosteiro em 1827, onde se constata a interação com membros superiores da ordem, espelhada nas palavras a seguir transcritas:

Formosa Batalha! Pode aquele que alguma vez passou sob teus altos arcos e vagueou por teus majestosos claustros recordar tal memória sem deleite? Maravilha-se aquele que entrou na tua magnífica capela e visitou os túmulos de reis e os altares de santos, mas tem de suspirar ao lembrar o rasto do profanador nos vestígios de ruína e destruição que atrás de si deixou! Que agradáveis

---

<sup>22</sup> Saul António Gomes e Pedro Redol (ed.), *Lugares de Oração...*, cit.; Pedro Redol, *O Mosteiro da Batalha e o vitral em Portugal nos séculos XV e XVI*, Batalha, Câmara Municipal da Batalha, 2003; Pedro Redol, “Novos documentos para a história do vitral em Portugal no século XVI (1521-1562), continuada a contar a partir do mosteiro da Batalha”, *Anais Leirienses – estudos documentos*, 5 (2020), p. 69-86.

<sup>23</sup> James Murphy, *Arquitectura Gótica do Mosteiro da Batalha. Reedição do álbum de 1795*, Lisboa, Alêtheia, 2008; Pedro Redol, *Batalha: viagem a um mosteiro desaparecido com James Murphy e William Beckford*, Batalha, Centro do Património da Estremadura, 2011.

<sup>24</sup> *Ibidem*; William Beckford, *Alcobaça e Batalha. Recordações de viagem*, Lisboa, Vega, 1997.

memórias guardo do mosteiro da Batalha: recordações de beleza, cortesia e hospitalidade. Visitei-o repetidamente até que fiz “caras conhecidas” no seio da sua comunidade. E escutei a vaidade justificada com que os santos padres se alongavam sobre as muitas maravilhas da sua abadia, até eu própria ter podido exercer as funções de *cicerone* na maior parte do edifício<sup>25</sup>.

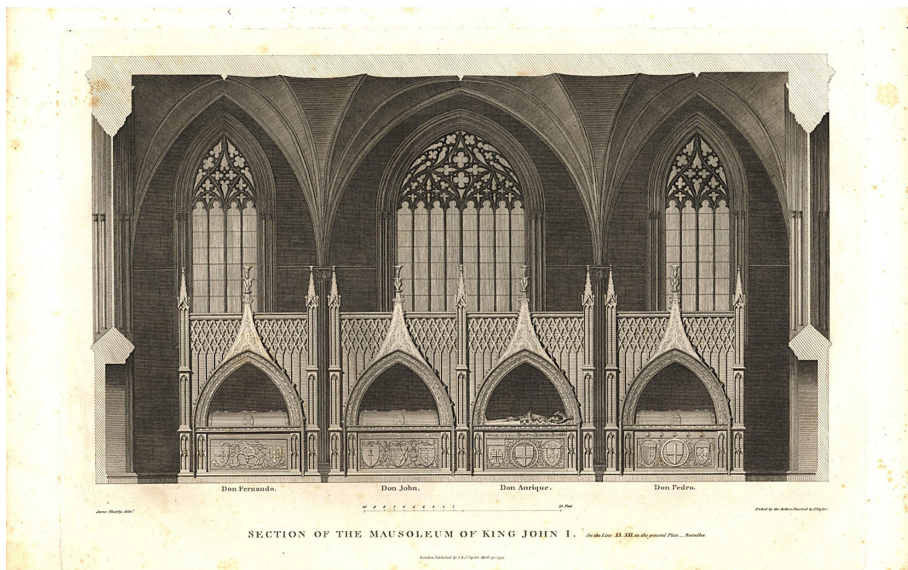


Fig. 2

Fonte: James Murphy, *Plans Elevations Sections and Views of the Church of Batalha, in the Province of Estremadura in Portugal by Fr. Luis de Sousa; with remarks. To which is prefixed an Introductory Discourse on the Principles of Gothic Architecture*, London, I. & J. Taylor, High Holborn, 1795, s/p.

Aos momentos de construção e renovação da *facies* arquitetónica e decorativa contrapõem-se os episódios de destruição e deterioração do edificado, detendo como agentes causadores os fenómenos naturais e o próprio fator humano. Além dos danos causados pelo terramoto ocorrido a 1 de novembro de 1755, dos saques e depredações provocados pelo contingente liderado por Massena durante as invasões francesas (1808-1810), a extinção e consequente

<sup>25</sup> Julia Pardoe, *Traits and traditions of Portugal*, 2 vol., London, Saunders and Otley, 1833. Atenda-se à tradução para português da passagem pelo mosteiro da Batalha da autoria de Pedro Redol, “Julia Pardoe, uma inglesa no Mosteiro da Batalha em 1827”, *Cadernos Leirienses*, 8 (2016), p. 85.

desamortização das ordens religiosas do clero regular masculino, decretada em 1834, pôs fim a uma vida em comunidade com 450 anos de história, levando ao abandono das instalações. A gestão, até então deficitária, do novo proprietário – o próprio Estado – só se fez sentir a partir da década seguinte, com a implantação de obras de conservação e restauro, numa tentativa de evitar a degradação e consequente depredação patrimonial<sup>26</sup>.

Ao longo do século XIX e até aos inícios da centúria seguinte, o espectro cultural e artístico português encontrou-se imbuído pela filosofia romântica de base revivalista ou historicista. A procura de textos, contextos e referências estilísticas do passado como fonte de inspiração fez-se sentir em paralelo com o desenvolvimento das ciências históricas (História e Arqueologia), enquanto discursos cientificamente conduzidos. A afirmação de um nacionalismo cultural, coincidente com *tempus* do nacionalismo político, motivou a procura e salvaguarda dos símbolos identitários do passado, sobretudo os do período medievo, associados à fundação das nacionalidades.

Se na arquitetura, sobretudo na obra nova, os revivalismos fizeram ressurgir os estilos medievais – com particular destaque para o neogótico, o neomourisco, o neomanuelino e a fusão presente, por exemplo, no ecletismo do famoso Palácio da Pena (Sintra)<sup>27</sup> –, na literatura o romance histórico apresentou um desenvolvimento sem precedentes, em parte devido à qualidade dos escritos da autoria de Alexandre Herculano (1810-1877), que aliou as capacidades imaginativas de escritor às de historiador especializado nos tempos medievos. Chamou às suas obras as grandes figuras da História de Portugal, ao mesmo tempo que efetuou descrições minuciosas dos ambientes e do quadro mental das épocas retratadas<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Rute Andreia Massano Rodrigues, *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e a suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*, Lisboa, Policopiado, tese de doutoramento em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, p. 623-647; Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, *Memoria inedita acerca do edifício monumental da Batalha*, Lisboa, Mattos Moreira & C.<sup>a</sup>, 1881; Pedro Redol, “Falando de ausência: como desapareceram dois claustros do mosteiro da Batalha, no século XIX e se transformaram noutras coisas”, *Anais Leirienses – estudos & documentos*, 6 (2020), p. 321-347.

<sup>27</sup> Sobre a arte e arquitetura revivalista em Portugal, atenda-se às seguintes obras: José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XIX*, 2 vol., Lisboa, Bertrand, 1990; Maria Regina Dias Baptista Teixeira Anacleto, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica, 1997.

<sup>28</sup> Fernando Catroga, “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico” in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 45-98.

A narrativa *A Abóbada*, publicada em 1839, cuja ação decorre em 1401 durante a construção do mosteiro da Batalha – de acordo com uma lenda muitas vezes propalada – acentua um pungente nacionalismo com um objetivo de enaltecer a proeza do remate, sem apoio central, da Sala do Capítulo projetado pelo mestre Afonso Domingues, a partir da estruturação de uma abóbada de grande envergadura em formato de estrela de oito pontas, ao mesmo tempo que deprecia a personalidade, os cálculos delineados e a precisão construtiva do estrangeiro – aqui referido como “irlandez” – Huguet<sup>29</sup>. Seguindo o raciocínio de Pedro Redol, tal narrativa, “[...] assumida como lenda pelo seu autor, celebrizou-se a ponto de, por um lado, ganhar foros de fidedignidade histórica, junto do grande público nacional, e, por outro lado, influenciar a própria historiografia da arquitetura gótica portuguesa”<sup>30</sup>. Ainda hoje recomendado à comunidade escolar, o conto de Herculano ajudou a perpetuar o mito da edificação da Sala do Capítulo, conquanto parte da historiografia artística já tenha revisto tal premissa, ao atribuir o risco ao mestre Huguet<sup>31</sup>.

### **A ordália da República**

Como tem sido apontado por diversos autores, a festa do tricentenário de Camões (1880), abrindo o espaço público ao movimento republicano, contribuiu de igual modo para consagrar o paradigma da festa cívica<sup>32</sup>. Tal lição, que, em última análise, remontava às jornadas revolucionárias francesas começadas em 1789, com a sua tónica posta no culto da Razão e do Ser Supremo, na festa da árvore (da liberdade), no desfile cívico e militar como sucedâneo da procissão, assim como no lugar destacado que o hino nacional passou a dispor na liturgia patriótica, acabava por engendrar um vínculo mais

---

<sup>29</sup> Grafado, no referido conto, de Ouguet. Alexandre Herculano, *Lendas e Narrativas*, Lisboa, Viuva Bertrand e Filhos, tomo I, MDCCCLVIII, p. 223-306.

<sup>30</sup> Pedro Redol, “‘A Abóbada (1401)’, de Alexandre Herculano: antecedentes e receção, crítica histórica e ironia”, *Anais Leirienses – estudos & documentos*, 10 (2021), p. 237.

<sup>31</sup> Pedro Redol, “Nacionalismo e transnacionalidade na historiografia da arquitectura do mosteiro da Batalha”, *Anais Leirienses – estudos & documentos*, 11 (2022), p. 205-224.

<sup>32</sup> Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, p. 160-184; Amadeu Carvalho Homem e Alexandre Ramires, *Memorial republicano*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2012, p. 72-75.

estreito entre as esferas da política e do sagrado<sup>33</sup>. Na verdade, esta mimética do horizonte religioso terá corrido em paralelo com o processo de construção das “comunidades imaginadas” nos panteões da memória nacional<sup>34</sup>. E, acrescente-se, que as próprias formulações acerca da religião da Humanidade, levadas a cabo por Auguste Comte nos seus últimos anos, apesar de encaradas com reservas e até rejeição, acabaram por encontrar algum espaço no seio do republicanismo<sup>35</sup>, passando a falar-se em Festa da Família, em lugar de Natal, apesar de, como se sabe, o anticlericalismo ter sido um dos elementos marcantes da Primeira República<sup>36</sup>.

Encontrando-se a sociedade, o exército e os partidos divididos no que concerne à participação na guerra, a luta pela conquista das almas e dos espíritos não tardou, com diversas publicações, dos jornais aos panfletos, a espelharem estas cisões. Por exemplo, a *Ilustração Portuguesa* começou, nos anos de 1914-1916, a inserir contos e poemas sobre a Frente Ocidental e a Frente Italiana de “autores à procura de um lugar nas letras”<sup>37</sup>. Mais revelador foi o surgimento de textos sobre a ainda não oficial intervenção portuguesa em África. Veja-se o conto *Palavra de Português*, vindo a lume logo em setembro de 1914, o qual girava em torno da partida (e da morte, numa toada sacrificial) de Pedro de Almeida para uma frente não identificada, após uma sentida despedida da noiva, significativamente chamada Maria da Soledade<sup>38</sup>. Por seu lado, Joaquim Lapas de Gusmão (1886-1962), que haveria de escrever, nas décadas seguintes, uma peça de teatro e um romance sobre esta temática, dava à estampa nessa revista, a escassas semanas antes da declaração de guerra alemã, o mais explícito conto *O golpe de calor (em campos de África)*, cuja ação decorria algures em Angola<sup>39</sup>.

---

<sup>33</sup> Mona Ozouf, *Festivals and the French Revolution*, Cambridge/London, Harvard University Press, 1988, p. 10-12.

<sup>34</sup> Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005, p. 103-118.

<sup>35</sup> Joaquim Pintassilgo, “O projecto educativo do republicanismo: o caso português numa perspectiva comparada”, *Ler História*, 59 (2010), p. 183-203.

<sup>36</sup> Vítor Neto, “A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa” in Fernando Rosas e Fernanda Rollo (ed.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 129-148.

<sup>37</sup> Luís Augusto Costa Dias, “Personagens inventadas. Jornalismo e ficção na I Guerra mediática (1914-1918)”, *Mediapólis*, 6 (2018), p. 41.

<sup>38</sup> Simões Castro, “Palavra de Português”, *Ilustração Portuguesa*, 500 (20 de setembro de 1914), p. 354-356.

<sup>39</sup> Joaquim Lapas de Gusmão, “O golpe de calor (em campos de África)”, *Ilustração Portuguesa*, 520 (7 de fevereiro de 1916), p. 162-164.



Fig. 3 – Excerto e ilustração do conto *O Golpe de calor (em campos de África)*, de Joaquim Lapas de Gusmão.

Fonte: Joaquim Lapas de Gusmão, “O golpe de calor (em campos de África)”, *Ilustração Portuguesa*, 520 (7 de fevereiro de 1916), p. 163.

Em todo o caso, seria o momento da mobilização oficial para os campos de batalha da África e da Europa a evocar de modo mais consistente o passado.

Sobretudo, o medievo. É que, como se disse, alimentadas por décadas de romantismo literário e cultural, as elites haviam sintetizado essas leituras num discurso nacionalista que privilegiava com maior ênfase o período tardo-medieval e o arranque do expansionismo dos séculos XV e XVI<sup>40</sup>. E, embora essa “janela histórica” se abrisse para os anos mediados pela crise de 1383-1385 e o desastre de Alcácer-Quibir, com o enfoque posto em Nuno Álvares Pereira e no Infante D. Henrique<sup>41</sup>, a verdade é que, de Viriato a Mouzinho, dos Montes Hermínios às planuras de Chaimite, figuras e lugares eram convocados à liça da propaganda.

Todavia, em 1916, apesar de a defesa das colônias figurar como a principal causa para o envolvimento português no conflito, com o recém-formado governo de “União Sagrada” a determinar o envio de corpos expedicionários para África e para a Frente Ocidental<sup>42</sup>, a propaganda não distinguiu necessariamente entre consagrar o imaginário marítimo às colônias e endereçar as cores medievais à Flandres. Na realidade, conforme foi expresso de modo lapidar por Manuel Carvalho, a participação em Moçambique seria “a guerra que Portugal quis esquecer”<sup>43</sup>, com La Lys, vitória moral do esforço e da coragem do soldado português, a assumir o maior quinhão do simbolismo da participação nacional nas “políticas de memória”<sup>44</sup>. E, embora não haja estudos específicos para o caso português, acerca do dualismo literário entre a África e a Europa, o certo é que, à semelhança do que sucedeu com outras potências envolvidas no conflito, aquela foi encarada como um teatro de operações secundário, daí decorrendo o menor número de publicações que viram a luz do dia<sup>45</sup>.

Era assim que o capitão Augusto Casimiro (1889-1967), poeta da Renascença Portuguesa e futuro combatente e autor de memórias, registava que: “[sobre o

---

<sup>40</sup> Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998.

<sup>41</sup> Quando das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, em 1960, perpassou alguma tensão na base do regime do Estado Novo, com debates que, inclusive, chegaram à Assembleia Nacional, propondo antes destacar as comemorações em torno do sexto centenário do nascimento do Condestável. Cf. Paula Borges Santos, *A Questão Religiosa no Parlamento (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2011, p. 89-94.

<sup>42</sup> Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

<sup>43</sup> Subtítulo de Manuel Carvalho, *A Guerra que Portugal quis Esquecer*, Porto, Porto Editora, 2015.

<sup>44</sup> Sílvia Correia, *Entre a Morte e o Mito...*, cit., p. 328-336.

<sup>45</sup> Anne Samson, Ana Paula Pires e Dan Gilfoyle, “Introduction” in Anne Samson, Ana Paula Pires e Dan Gilfoyle (ed.), *There Came a Time 2... Essays on the Great War in Africa*, Rickmansworth, TSL Publications, 2022, p. 5-6.

Condestável] escrevi muita página, em prosa e verso. À hora religiosa e alta da nossa intervenção na Flandres dei um poema: era ‘A Hora de Nun’Álvares’<sup>46</sup>. Estes versos, ainda que mencionassem a “alma de Viriato”, convocavam, sobretudo, as “sombras de voz dum cântico perdido [...] encantando a distância, abrindo o mar”<sup>47</sup>. Ou seja, aludiam aos Jerónimos e aos “voos a todo pano” das “águias do Mar”, como uma espécie de corolário da Batalha de Aljubarrota e numa certa releitura do verso camoniano: “e assim não tendo quem vencer na terra, vai cometer as ondas do oceano”. De facto, se o poema de Casimiro não se furtava a evocar “naufrágios” e “velas crucificadas” – com uma ilustração sinistra de um corvo pousado numa caveira tombada num cemitério –, a verdade é que se deveria pôr a tónica no “amor à terra” e no “heroísmo” de “Nun’Álvares frente ao negro abismo”, pelo que se apelava: “gentes, ouvi, ouvi”<sup>48</sup>.

Publicado num número especial da revista *A Águia*, em 1916, onde uma boa parte da intelectualidade portuguesa se comprometeu com a causa da guerra, este poema não foi o único a fazer uso dos argumentos historicistas. Também o médico e futuro combatente da Flandres, Jaime Cortesão (1884-1960), aí assinou um *Cântico Lusíada*. Começando por definir a “Pátria” como “perdida ao largo, terra extrema, junto do Céu, no longe ocidental”, mas pronta a “ressuscita(r) no génio de Camões”, o autor recapitulava “a lusitana [...] voz dos rouxinóis [...] do enamorado Bernardim”, os “Doze de Inglaterra”, o “que correu *Sete Partidas*”, mas também o “Infante Santo [...] sorrindo com angélica brandura”<sup>49</sup>, entre outros. Numa palavra, esta sorte de catálogo não apenas voltava a sublinhar a importância do período tardo-medieval como inspiração mobilizadora, mas também ia ao encontro dos sentimentos expressos por Casimiro, quando ambos os autores não particularizavam tanto a questão do expansionismo quatrocentista e quinhentista. Quer dizer, vendo no oceano um elemento em perpétua mudança, menos passível de ser cindido em múltiplos lugares de memória – afinal, não há campas no mar<sup>50</sup> – mas que representava, ao mesmo tempo, um futuro no passado, pois que a guerra “torna[ria] a soltar as asas sobre o Atlântico”<sup>51</sup>.

Em todo o caso, por esta altura, a própria Florbela Espanca (1894-1930), no poema *À Guerra*, podia escrever que “Nun’Álvares arranca a espada de

<sup>46</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), “Nun’Álvares”, Espólio Augusto Casimiro, D5, Cx. 17-3.

<sup>47</sup> Augusto Casimiro, “Hora de Nun’Álvares”, *A Águia*, 52-54 (1916), p. 155-158.

<sup>48</sup> Idem, p. 160-161.

<sup>49</sup> Jaime Cortesão, “Cântico Lusíada”, *A Águia*, 52-54, (1916), p. 127-128.

<sup>50</sup> Segundo Augusto Casimiro, apenas as ondas poderiam ser as “campas do mar”.

<sup>51</sup> Jaime Cortesão, “Cântico Lusíada” ..., cit., p. 130.

glória e diz-te em voz serena: em busca da vitória um belo Portugal, combate até morrer”<sup>52</sup>, ao passo que António Correia de Oliveira (1879-1960), em 1918, garantia, também em verso, que a “Ala dos Namorados [sob as] bandeiras de Aljubarrota... voltará à antiga rota”<sup>53</sup>. Por seu lado, Dias de Oliveira invocava, na *Ode a Portugal*, “de Egas Moniz a memória [...] Giraldo sem Pavor”<sup>54</sup>. Veja-se, ademais, que Cortesão foi autor de duas peças de teatro em jeito de propaganda intervencionista, *Infante de Sagres* (1916) e *Egas Moniz* (1918), nas quais, segundo Cláudia Figueiredo, fez uso de “the national past to embellish the Portuguese spirit”<sup>55</sup>. E não se perca de vista, como adiante se irá constatar, que tanto Casimiro como Cortesão (e Júlio Dantas) foram, em 1921, autores de um tríptico de poemas de “homenagem aos soldados desconhecidos” imbuído de fortes acentos medievalizantes.

Tal recurso ao passado, em Portugal e noutros países, não deve surpreender. O historiador Paul Fussel caracterizou este fenómeno, inventariando uma série de termos da “moda” literária da “feudal language”. Neste sentido, elaborou um glossário segundo o qual “the dead on the battlefield are *the fallen* [...]; warfare is *strife*; actions are *deeds*; to die is to *perish* [...] sleep is *slumber*”<sup>56</sup>. Não será difícil pensar nos equivalentes portugueses para estas e para outras palavras.

Também o já mencionado Jay Winter desenvolveu esta argumentação, a fim de ilustrar as representações no espaço público, podendo descortinar que “images of chivalry were preferred in some British memorials, thought they are not entirely absent in French art of war”<sup>57</sup>, onde prevaleceram os obeliscos. Aliás, Winter notou que proliferaram, também, imagens de contornos apocalípticos, não apenas por referência aos quatro cavaleiros, mas a um imaginário de “Dark Ages”, que transcendeu a linguagem do cemitério romântico.

Acrescente-se que, no momento da mobilização, foram comuns os cartazes sobrepondo velhos e novos guerreiros. Joana d’Arc, naturalmente, adejou na propaganda francesa, ao passo que os cruzados marcharam lado a lado com os soldados americanos de John Pershing. E, se os arqueiros de Azincourt (ou anjos)

---

<sup>52</sup> Florbela Espanca, “À Guerra” in *Trocando Olhares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 155.

<sup>53</sup> António Correia de Oliveira, “Carta de Portugal” in *Soldado que vais à guerra*, Lisboa, Portugália Editora, 1918, p. 35.

<sup>54</sup> Biblioteca da Sede da Liga dos Combatentes (Lisboa), Dias de Oliveira, *Versos da Guerra, 1914 a 1919*.

<sup>55</sup> Cláudia Figueiredo, “The Stage of Mars”, *E-Journal of Portuguese History*, 11, 2 (2013), p. 84.

<sup>56</sup> Paul Fussel, *The Great War and Modern Memory*, Oxford, Oxford University Press, 2013, p. 23.

<sup>57</sup> Jay Winter, *Sites of Memory...*, cit., p. 97.

teriam vindo em auxílio dos seus compatriotas ingleses, na Batalha de Mons, conforme narra um dos mitos urbanos mais conhecidos do conflito, também as visões marianas prosperaram<sup>58</sup>. Porém, foi Stefen Goebel quem delimitou o tema, ao escrever um livro sobre a Grande Guerra e o uso do medievalismo na Grã-Bretanha e na Alemanha como dispositivo de uma certa memória a um tempo ancestral e contemporânea. Nas suas palavras:

Prior to the 1914-18 conflict, medievalism had essentially been a discourse of identity, fuelled by cultural despair of the era of industrialisation. In the commemoration of the Great War, medievalism has transmuted into a discourse of mourning in an age of industrialised carnage, a discourse recovering the individual soldier who had perished in the anonymous battle of *matériel* of the machine age. Medievalism as a mode of war commemoration is best understood as a state of mind rather than a state of history, an amalgam of temporal notions rather than a coherent set of intellectual propositions<sup>59</sup>.

Será, pois, em torno destes argumentos, que devem ser ponderados para o caso português, que as alíneas seguintes irão gravitar.

### **O Soldado Desconhecido: “na humilde obscuridade [...] por amor da Pátria”<sup>60</sup>**

Desde os primórdios que os ritos fúnebres, além de remeterem para um horizonte de eternidade ou de renascimento, expresso no famoso poema de Dylan Thomas, *And death shall have no dominion*, definem uma abstração característica da espécie humana. O certo é que os elementos metafísicos caminharam de par com as implicações sociais e políticas, as quais, também desde que há vestígios, têm marcado o processo de sepultar e a composição da sepultura<sup>61</sup>. Na Idade Média, numa tradição que se prolongou na Idade Moderna, o panteão régio procurou dar resposta a estas questões, memorializando-se as elites governantes a si próprias, sob o signo da religião. O *Pantheón* de Paris terá inaugurado a contemporaneidade, no que respeita à representação oficial da morte, na medida em que se propôs homenagear as primícias do doravante

<sup>58</sup> Owen Davis, *A Supernatural War: Magic, Divination and Faith during the First World War*, Oxford, Oxford University Press, 2021, p. 60-67.

<sup>59</sup> Stefan Goebel, *The Great War and Medieval Memory...*, cit., p. 14.

<sup>60</sup> Alberto Cardoso dos Santos, *Auto dos Heróis. Evocação histórica em um prólogo e um acto em verso*, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1923, p. 25.

<sup>61</sup> José Gil, *Morte e Democracia*, Lisboa, Relógio d'Água, 2023, p. 18.

corpo alargado da nação. Foi um passo decisivo na estruturação da religiosidade cívica conforme a conhecemos hoje: quer na escolha de um espaço religioso (cristão) dessacralizado, mas depois “sacralizado” pela religião da pátria; quer na santificação dos vultos; quer, ainda, no imaginário da cripta românica ou do panteão régio à maneira do Escorial<sup>62</sup>. O modelo foi seguido, mas, como todos os modelos, teve variações.

Ainda que a Primeira Guerra Mundial não tivesse criado o (conceito do) Soldado Desconhecido, foi a escala brutal da despersonalização e da anonimização na morte que terá desencadeado o intento de o celebrar. Na senda de contrariar a vala comum, a sepultura sem nome ou a obliteração resultante das novas armas, o Soldado Desconhecido homenageava o cidadão-soldado, o homem comum ceifado na flor da idade, enfim, a presença na ausência<sup>63</sup>. Por outro lado, conforme escreveu o já citado Mosse, “the horrors of war became part of an as yet incomplete struggle for national and personal fulfilment”, pelo que “the acceptance of war was aided by new techniques of communication, which tended to trivialize mass death by making a familiar experience [...] shared by thousands”<sup>64</sup>. Numa palavra, na era das massas permitia ao poder político justificar o sacrifício pessoal e nacional, redistribuindo-o por todos, uma vez que o desconhecido poderia ser o meu, o teu, o nosso, o vosso. Porque, conforme demonstram as liturgias da religiosidade cívica, caso dos hinos nacionais, são as referências aos laços maternos, paternos e fraternais da família-nação que importa cantar. Em última análise, celebra-se a (i) mortalidade, tanto mais que, ontem como hoje, mudam as palavras, mas *le roi est mort, vive le roi*.

Como quer que seja, “a ideia de apropriação de um Soldado Desconhecido para a Grande Guerra surge inicialmente em França, mas é a Grã-Bretanha que concretiza o fenómeno com a primeira escolha anónima ritualizada de um soldado morto em conflito”<sup>65</sup>. Em ambos os países, a data escolhida foi o 11 de novembro de 1920, dois anos volvidos após a assinatura do Armistício, com a escolha de lugares paradigmáticos nas respetivas capitais: Arco do Triunfo (Paris) e Abadia de Westminster (Londres). Mais do que uma

---

<sup>62</sup> Mona Ozouf, *Festivals and the French Revolution...*, cit., p. 79-80.

<sup>63</sup> Recorde-se, aliás, que, na Grã-Bretanha, além do *Unknown Warrior*, sepultado na Catedral de Westminster, o Cenotáfio de Whitehall é considerado o memorial nacional. Cf. Jay Winter, *Sites of Memory...*, cit., p. 27-28; Stefan Goebel, *The Great War and Medieval Memory...*, cit., p. 32-35.

<sup>64</sup> Georg L. Mosse, *The Fascist Revolution. Toward a General Theory of Fascism*, Winsconsin, The Winsconsin Press, 2021, p. 15.

<sup>65</sup> Sílvia Correia, *Entre a Morte e o Mito...*, cit., p. 357.

qualquer idiossincrasia, estas opções relevavam das respetivas religiosidades cívicas: do legado revolucionário francês e da tentativa de ligação a um *in illo tempore* britânico.

Em Portugal, a especificidade assentou no tempo, no espaço e no número. Em primeiro lugar, pela eleição do 9 de abril (de 1921) para levar a cabo a inumação. Em segundo, na escolha de um lugar fora da capital, não dessacralizado, porém, com fortes ligações ao ideário patriótico, unificando, assim, o período tardo-medieval com a época do expansionismo marítimo. Por último, pela opção dos dois corpos, como que buscando contrariar, sem sucesso, a assimetria simbólica entre a Frente Africana e a Frente Ocidental.

Apesar de todas estas conexões, o processo não foi unívoco, nem terminou com a deposição dos restos mortais na Batalha. Segundo Sílvia Correia, que estudou o amplo debate havido no parlamento, mas também na imprensa e na sociedade, aquele terá inicialmente proposto os Jerónimos, sugestão à qual se opuseram, entre outros, Bernardino Machado (1851-1944), uma vez que poderia gerar uma ligação entre o culto do Soldado Desconhecido e Sidónio Pais (1872-1918), aí sepultado. António José de Almeida (1866-1929), presidente da República ao tempo, garantia mesmo: “fui sempre contra o messianismo político, que tantas vezes tem perturbado, ao longo da sua história, a vida do povo português”, tanto mais que “cedo me habituei a ter em mínima conta as faculdades sobrenaturais dos grandes condutores de homens”<sup>66</sup>.

Mas, avançadas as hipóteses de S. Vicente de Fora e de Santa Maria da Vitória, ou seja, outrossim espaços religiosos, foi escolhida a segunda, ainda que, em 1926, a Comissão do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra argumentasse que os túmulos deveriam ser movidos para Lisboa, uma vez que a Batalha seria um lugar remoto, capaz de afastar as eventuais peregrinações e dignitários estrangeiros<sup>67</sup>. Ainda de acordo com Sílvia Correia, “placed outside the capital, the chosen site, Batalha, which was a medieval Gothic monastery with all the inherent religious connotations, revealed the Republic’s lack of confidence and its inability to create its own temples”<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> António José de Almeida, *Em Honra dos Soldados Desconhecidos. Discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa Dr. António José de Almeida*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1921, p. 20.

<sup>67</sup> Sílvia Correia, “Death and Politics: The Unknown Warrior at the Center of the Political Memory of the First World War in Portugal”, *E-Journal of Portuguese History*, 11, 2 (2013), p. 20-21.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 22.

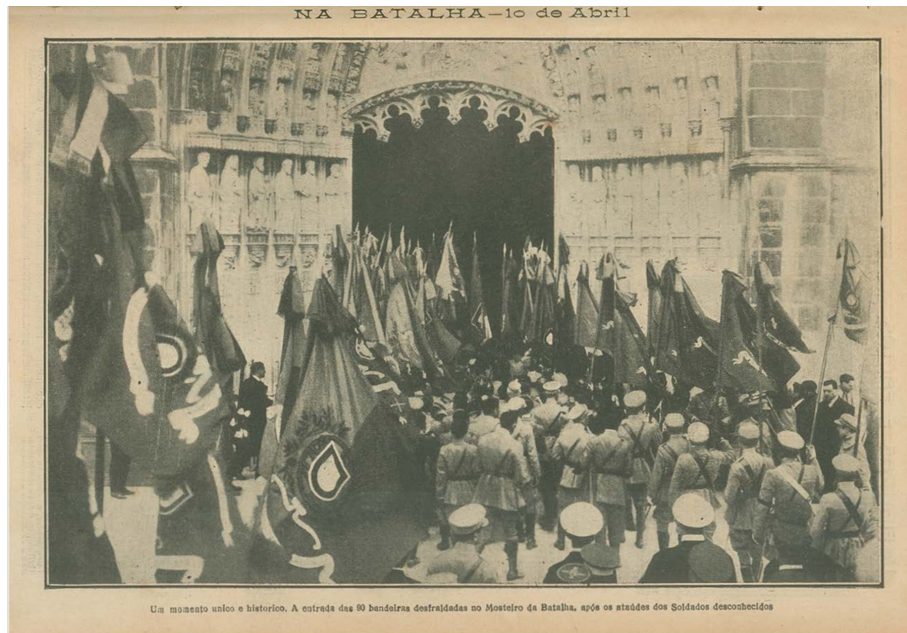


Fig. 4

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, II série, 791 (16 de abril de 1921), p. 255.

Contudo, em sentido inverso (ou complementar?) pode-se também falar numa reaproximação à Igreja Católica (presença do Bispo de Leiria nas cerimónias) e na reestruturação da religiosidade cívica do regime, num período de pós-sidonismo e de pós-guerra. Numa palavra, de “regresso do sagrado”. De resto, António José de Almeida, saudando essas “festas em honra dos Soldados Desconhecidos [que] poderão não ser deslumbrantes, mas são com certeza, além de sinceras, coerentes e harmónicas”, garantia – em discurso proferido ao Congresso, a 7 de abril de 1921, com os dois corpos em câmara ardente – serem feitas “pelo Povo, pelo Parlamento e pelo Governo”. Ainda nas suas palavras, procurava-se “fortalecer a unidade nacional, pondo em evidência a significação do presente, realçando a tradição e preparando as lições do futuro”<sup>69</sup>.

Deste modo, por esses dias, alguma da imprensa, caso de *O Século*, ao noticiar todas as homenagens devidas aos desconhecidos, recomendava que não se perdessem de vista outros possíveis “heróis” desse futuro almejado: os aviadores de um “raid Lisboa-Madeira” de avião ou o suposto “renascimento” colonial

<sup>69</sup> António José de Almeida, *Em Honra dos Soldados Desconhecidos...*, cit., p. 11.

operado em Angola pelo alto-comissário de Norton de Matos (1867-1955). Somente importaria o consenso, rejeitando-se a tese da “reprovação pela participação na guerra”, sustentada ao tempo pelo jornal anarcossindicalista *A Batalha*. Nesta ótica, a cultura oficial deveria nutrir as multidões, conforme se percebe no derradeiro terceto de um poema datado de 9 de abril desse ano, de Virgínia Victorino (1895-1967). Note-se que o mesmo parece transposto visualmente para o famoso quadro *Funeral dos Soldados Desconhecidos* (1927), de Adriano Sousa Lopes (1879-1944). Nas palavras de Virgínia Victorino: “n’este instante de luto e de saudade, / quantas mães, soluçando em ansiedade, / perguntarão baixinho: – És tu, meu filho”<sup>70</sup>?

### A Sala do Capítulo entre a poesia e o teatro

Acessível a partir do Claustro de D. João I, a Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha encontra-se totalmente dedicada à causa do Soldado Desconhecido, aí decorrendo o render da guarda, à semelhança de outros espaços consagrados a estes vultos anónimos. Uma outra sala, situada junto ao mesmo claustro – o antigo refeitório conventual –, alberga as oferendas que, desde 1921, têm chegado ao denominado “museu”. É, pois, um espaço amplo e vazio aquele que enquadra os dois soldados desconhecidos, comunicando, através do mencionado claustro e da igreja, com a Capela do Fundador e dos de Avis. Não deve, pois, estranhar-se que a produção literária, sobretudo de poemas e de peças de teatro, procurasse relacionar a “Ínclita Geração” com os novos “inquilinos”, apelando a um registo que oscilou entre a fantasmagoria nacionalista e o ajuste de contas com a tragédia do presente, ou seja, de que modo se poderia perspetivar o porvir de um regime político ferido pela guerra e pelo sidonismo.

Se, no reino do sobrenatural, a dimensão do tempo se pauta pela intercomunicabilidade, de igual modo a circulação no espaço não constitui barreira, podendo o grande ausente da Batalha, Nun’ Álvares Pereira, sepultado em Lisboa, surgir nos versos e nos enredos destas produções. Mobilizado por republicanos, como o mencionado Casimiro, seria a direita autoritária, entusiasmada pela beatificação, em 1918, a apoderar-se da figura histórica do Condestável. Conheceu-se o papel da Cruzada Nacional Nun’ Álvares Pereira na arregimentação do bloco nacionalista nos anos do pós-guerra<sup>71</sup>. O vulto, cultuado pela coragem e

---

<sup>70</sup> Virgínia Victorino, “Ao Soldado Desconhecido” in *Apasionadamente*, Lisboa, O Sport de Lisboa, 1923, p. 73-74.

<sup>71</sup> Ernesto Castro Leal, “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)”, *Análise Social*, 33, 4 (1998), p. 823-851.

argúcia militar, não apenas responderia ao elemento literário romântico do Galaaz português, mas também ao próprio anonimato do Soldado Desconhecido, uma vez que a retirada do Condestável da vida mundana, com a entrada no Convento do Carmo e a mudança de nome, poderia ser encarada como um reflexo da humildade e da obscuridade do novo mito. Ainda assim, foram D. João I, espécie de anfitrião espectral e instilador de “boa memória”, e o Infante D. Fernando, também ele “esquecido” e “santo”, quem mais afloraram. Ressalve-se que, em algumas peças, tanto os soldados desconhecidos, quanto o “Infante Santo”, são fantasmas silenciosos, que suportam com estoicismo o peso do sacrifício nacional<sup>72</sup>.

Neste ponto, e antes de prosseguir, cumpre esclarecer que, de um modo geral, os poemas versando esta temática se situaram num registo elegíaco e de exaltação patriótica, tendendo à dramatização do diálogo entre os vivos e os mortos, enquanto as peças de teatro exploraram uma gama mais vasta de sentimentos, sem dúvida pela possibilidade de multiplicar diferentes vozes e contrastar pontos de vista, não necessariamente concordantes. Além disso, houve uma tentativa de aproximar os dois géneros, no intuito de responder às necessidades expressivas dos autores e do seu público leitor ou ouvinte. Ademais, a questão do elevado analfabetismo nacional não deve ser aqui esquecida<sup>73</sup>.

Pelo menos sete peças ou diálogos em género de texto dramático abordaram diretamente a questão do Soldado Desconhecido, a partir de dois ou três prismas. Por vezes, a referência não resultava clara, mas enviesada, quando se aludia aos outros “desconhecidos”, ou seja, as vítimas também anónimas, ainda vivas, que se sentiam esquecidas pelo poder e pela sociedade. Mas, de um modo geral, não existia acrimónia contra os desconhecidos celebrados na Batalha. Distribuídos ao longo de uma cronologia que vai de 1923 a 1932, estes sete entretuchos, como a maior parte do teatro versando a Grande Guerra, foram obra de veteranos e autores menos conhecidos no campo da dramaturgia. Em alguns casos subiram uma ou duas vezes a palco, embora as mais das vezes tivessem sido apenas publicados em livro ou em páginas de jornais de veteranos, como sucedeu em *Vítimas da Guerra* (1933-1938) e *A Guerra* (1926-1931).

Na realidade, podemos falar de duas grandes abordagens: uma de ordem mais naturalista, a segunda de recorte mais historicista, indo, de resto, ao encontro das grandes linhas do teatro português desta época<sup>74</sup>. Na primeira, marcada pela

---

<sup>72</sup> Cf. Sérgio Neto, “Faith, Redemption and *Saudade*. Civil religion and the Sacred in Portuguese Theatre on the First World War”, *First World War Studies*, 2, 2 (2021), p. 122-125.

<sup>73</sup> António Candeias e Eduarda Simões, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX. Censos Nacionais e estudos de caso”, *Análise Psicológica*, 1, 17 (1999), p. 163-194.

<sup>74</sup> Luiz Francisco Rebello, *100 Anos de Teatro Português (1880-1980)*, Porto, Brasília Editora, 1984, p. 22-23.

influência sebastianista do *Frei Luís de Sousa*, é possível encontrar o caso de uma família que habitava nos arredores da Batalha, destroçada pela ausência de um filho/noivo, mas que aceitava a sua morte após a passagem do préstito do Soldado Desconhecido, acreditando ser *ele* o ausente regressado<sup>75</sup>; ou uma peça sobre a polifonia de vozes de mulheres que representam cada uma das províncias portuguesas, elevando-se na dor comum<sup>76</sup>; ou, ainda, o “diálogo sinistro” acerca do “passado, presente e futuro” entre o “conhecido” (vivo e desamparado) e o “desconhecido” (morto e celebrado)<sup>77</sup>.

Por seu lado, a abordagem historicista juntava, no mesmo plano, a Capela do Fundador e a Sala do Capítulo. Tratava-se de uma literatura de recorte nacionalista, tendo mesmo alguns dos seus autores integrado as fileiras políticas do Estado Novo. Por exemplo, em *Auto dos Heróis*, de Alberto Cardoso dos Santos (1876-1964), entretido representado, pela primeira vez, pelos (seus) alunos dos Pupilos do Exército, na festa anual, em julho de 1923, o destaque ia para as personagens: apenas homens, naturalmente o Mestre de Avis, “entre estas pedras vive o espírito imortal / do mais ilustre rei que teve Portugal”<sup>78</sup>; alguns membros da “Íncólita Geração” (mas não D. Duarte, nem tão-pouco D. João); o Mestre Afonso Domingues, sendo glosadas partes de *A Abóbada*; o Condestável como Frei Nuno de Santa Maria; os dois soldados desconhecidos; e pajens, homens de armas, cavaleiros e o Troveiro, que abria o prólogo. Quanto à ação, esta decorria na Sala do Capítulo, desfilaro, à vez ou a pares, as diversas personagens.

Ora, se o Infante D. Henrique se apresentava sonhador, até em “vaga atitude de sonambulismo”, ligando-se a expansão marítima à demanda do Graal, de acordo com o argumento heroico da “gesta”, já o Infante D. Fernando, “curvado e macilento”, apoiava-se no Infante D. Pedro, o único sem “cognome”. Não cabendo, nem sendo possível, apesar destas subtilezas sugestões, avaliar aqui a imagem do Duque de Coimbra ou a(s) “responsabilidade(s)” do desastre de Tânger, dir-se-ia antes que o chamado Infante Santo, “por todos nós sofrendo o martírio da Cruz”<sup>79</sup>, no dizer de Afonso Domingues, encarnava a dimensão cristológica que o aproximaria dos recém-chegados. Por último, o Mestre

<sup>75</sup> Jorge de Castro, *A Cruz de Guerra. Episódio Dramático n'um Acto*, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1923.

<sup>76</sup> Santana de Oliveira, *Auto do Soldado Desconhecido*, Porto, Tipografia Sequeira Limitada, 1926.

<sup>77</sup> Manuel António Ferreira, “O Passado, o Presente e o Futuro. Entreacto Dramático”, *A Guerra*, 70 (outubro de 1931), p. 4-5; s. a., “Diálogo Sinistro”, *Vítimas da Guerra*, 17 (11 de novembro de 1931), p. 5.

<sup>78</sup> Alberto Cardoso dos Santos, *Auto dos Heróis*, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1923, p. 20.

<sup>79</sup> Idem, p. 24.

de Avis e Nun'Álvares, este último de hábito sobre a armadura, evocavam Aljubarrota, mas sem mencionar La Lys – batalha que Jaime Cortesão escutara um soldado comparar, logo a 9 de abril de 1918, a Alcácer-Quibir<sup>80</sup>. Armados “Cavaleiros da Glória” por D. João I, quer dizer, como que ascendendo socialmente (sem dúvida, simbolicamente) – “vinde todos, vinde Heróis de tempos idos / consagrar o valor de Heróis desconhecidos” – os dois soldados seriam capazes de redimir a nação (e a Primeira República?) ferida pela guerra. Neste sentido, reafirmariam a “honra da Nação”, a “raça” e a “fé”, sobretudo a “imortalidade”, podendo concluir a peça que “no céu brilham novos sóis”<sup>81</sup>.



Fig. 5 – Poema *Bemdito* de Laura Chaves, ilustrado com dois soldados do CEP e, ao fundo, a fachada principal do Mosteiro da Batalha.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, II série, 790 (9 de abril de 1921), p. 228.

<sup>80</sup> Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919, p. 207.

<sup>81</sup> Alberto Cardoso dos Santos, *Auto dos Heróis...*, cit., p. 27-28.

No que concerne à lírica, o caso britânico é paradigmático, com dezasseis *war poets* a terem sido objeto de memorialização em Westminster, não longe do túmulo do *Unknown Warrior*. Diversas causas foram apontadas por Jay Winter para a permanência destes vultos e dos seus versos na memória coletiva britânica<sup>82</sup>. Para o caso português, porém, faltam estudos, devendo acrescentar-se que autores tão distintos, como António Botto e António Sardinha, escreveram acerca do conflito.

Como resulta natural, os primeiros poemas sobre os soldados desconhecidos terão surgido no contexto da chegada e da deposição das cinzas em Portugal. Sobretudo textos de ocasião, escritos a propósito (ou com a data) do 9 de abril. Em certo sentido, espelhavam outro grande tema da poesia portuguesa da Grande Guerra, a saber, o do “primeiro morto” nas trincheiras, identificado na figura do soldado António Gonçalves Curado<sup>83</sup>. Seja como for, dos muitos exemplos, emergiu o tríptico de Dantas, Cortesão e Casimiro. Dado à estampa pelos serviços gráficos do Exército, e ilustrados por Sousa Lopes, os títulos dos poemas são, por si só, sintomáticos, irmanando os valores da epopeia, da extensão dos laços familiares e da religião (cívica)<sup>84</sup>. Enquanto Casimiro, recuperando alguns versos de *A Hora de Nun’Álvares* e outros escritos nas trincheiras da Flandres, reafirmava: “ó vulto puro / Que resumes em ti a Pátria inteira”, inventariando “Ourique, Aljubarrota e Sagres” – Cortesão postulava a importância de (a República) ter travado a “boa guerra” e que o Desconhecido “penou pela verdade / E morreu por todo o Povo, / É um Cristo [...] vive toda a eternidade”<sup>85</sup>. Eram, afinal, as palavras de republicanos intervencionistas, demandando justificar a participação no conflito no pós-1918, quando outros veteranos e autores de esquerda sublinhavam também o sofrimento, mas advogavam o pacifismo<sup>86</sup>.

No que concerne a Júlio Dantas, que ao invés dos outros coautores, não esteve na linha da frente, o seu poema possuía numerosos paralelos com a peça *Auto dos Heróis*, uma vez que “para vir receber esse obscuro soldado / Erguem-se

---

<sup>82</sup> Jay Winter, *War Beyond Words. Languages of Remembrance from the Great War to the Present*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018, p. 106-110.

<sup>83</sup> Ver, por exemplo, *Sangue de Heróis. Revista Consagrada a António Gonçalves Curado*, Vila Nova da Barquinha, Número Comemorativo (1929); “Primeiro Morto” in Alfredo Barata da Rocha, *Névoa da Flandres*, Porto, Renascença Portuguesa, 1924, p. 25-26.

<sup>84</sup> “As Duas Epopeias”, “Para os Soldados Cantarem ao Irmão Desconhecido” e “Oração Lusíada”, respetivamente in Júlio Dantas, Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, *Homenagem ao Soldado Desconhecido*, Lisboa, Direção dos Serviços Gráficos do Exército, 1921.

<sup>85</sup> Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, *Homenagem ao Soldado Desconhecido...*, cit., p. 3-4.

<sup>86</sup> Georg L. Mosse, *The Fascist Revolution...*, cit., p. 14.

lentamente as sombras do passado”. Perpassado de arcaísmos e de colorido cortesão (trombetas de guerra, arautos, infanções, damas de honor e leões de Inglaterra), o texto aludia a diversos vultos, nomeando-os quase sempre por títulos, cognomes ou antonomásias, num registo caro à literatura nacionalista: (Mestre, Avis e Fundador; Leal Conselheiro; *Condestabre* e Monge Carmelita; “Conhece-o bem o oceano / Mestre Nuno pintou a febre do seu rosto”). De novo, o Soldado Desconhecido era modelado à imagem de D. Fernando. Era assim que D. João I, “o rei filho do povo”, o designava por “meu filho d’amor”, ao passo que D. Duarte, “rei que cantou a saudade”, lamentava: “ó meu irmão – diz ele – ó meu pobre Fernando / tinha de te chorar pela segunda vez”. E, enquanto D. Filipa de Lencastre ressalvava o simbolismo maternal, “embalando um caixão, como se embala um berço, [...] abraça[va]m-se, a chorar, as duas epopeias”<sup>87</sup>.

Outros poemas foram surgindo nos anos seguintes. Incluíram a publicação de um tríptico assinado pelo médico e veterano Alfredo Barata da Rocha (1891-1956)<sup>88</sup>, um conjunto de redondilhas<sup>89</sup> ou mesmo coletâneas mais tardias dos anos 50<sup>90</sup>, entre outros. As redondilhas eram, em todo o caso, eloquentes. Em primeiro lugar, porque alargavam a noção do conceito de Soldado Desconhecido a todos e cada um dos combatentes. Em segundo, porque personificavam o país como o “Velho Portugal”, supostamente esgotado pela missão histórica de um longo passado, como que recuperando a metáfora adotada ainda antes do Ultimato Inglês, a qual parecia mimetizar a caricatura otomana do “Homem Doente da Europa”. Por último, na encruzilhada dos anos finais da Primeira República e mesmo após a guerra, celebravam a “glória” e a “fé”, aceitando o “preço” dos “mutilados”, num tom “heroico”.

### **A Sala do Capítulo e a “Chama da Pátria”**

A iluminar a última morada do Soldado Desconhecido na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha encontra-se um imponente lampadário em ferro forjado, também denominado por “Chama da Pátria”, cuja execução, realizada nos

---

<sup>87</sup> Júlio Dantas, *Homenagem ao Soldado Desconhecido...*, cit., p. 5.

<sup>88</sup> Alfredo Barata da Rocha, *Peregrinação ao túmulo do Soldado Desconhecido no Mosteiro da Batalha em 9 de Abril de 1925. Glorificação aos mortos da Pátria*, Lisboa, Comissão dos Padrões da Grande Guerra, 1925.

<sup>89</sup> Maduro Dias, *Redondilhas aos Soldados Desconhecidos*, Angra, Livraria Editora Andrade, 1921.

<sup>90</sup> AA. VV., *Poesias de homenagem ao Soldado Desconhecido*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1950.

primeiros anos da década de 1920, coube a Lourenço Chaves de Almeida, a partir de um projeto concebido em desenho por António Augusto Gonçalves.

Natural de Lamego, onde nasceu em 1876, Lourenço Chaves de Almeida formou-se na tradição familiar de artífices ferreiros, conciliando a vida artística com o percurso militar iniciado em Vila Real já em 1897<sup>91</sup>. No mesmo ano passou para o Regimento de Infantaria n.º 23, assente em Coimbra, que lhe permitiu evoluir como executante através da frequência de aulas de ensino noturno na Escola Livre das Artes do Desenho, lecionadas por António Augusto Gonçalves, que podemos considerar o seu principal mentor artístico e a quem Chaves de Almeida sempre chamou de Mestre<sup>92</sup>.

Republicano desde os primeiros tempos, Gonçalves foi uma personalidade multifacetada e de grande relevância na cidade de Coimbra – bem conhecida, também, a nível nacional – ao atuar em vários campos de ação no âmbito da preservação do património cultural, sobretudo nas áreas da arqueologia, da museologia e do restauro de monumentos arquitetónicos. Para além das referidas funções, foi autarca, empresário, jornalista, professor, evidenciando-se, de igual modo, como executante de várias disciplinas artísticas, com destaque para o desenho de registo histórico<sup>93</sup>.

A partir da Escola Livre das Artes do Desenho, uma espécie de “irmandade artística” fundada em 1878, Gonçalves criou e protagonizou um movimento renovador das artes em Coimbra nos finais do século XIX, instruindo artífices

---

<sup>91</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias de um Ferreiro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007, p. 25-40; Afonso Chaves de Almeida, *1876-1952. Lourenço Chaves de Almeida. Mestre Ferreiro de Arte. Vida e Obra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2021, p. 29-40.

<sup>92</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 42-60. Sobre a importância das obras forjadas por Lourenço Chaves de Almeida, António Augusto Gonçalves salientou, em 1920, o seguinte: “Almeida não abdica da posição conquistada. Possui a amorosa devoção da sua arte, que é a única força que dá à inteligência as energias raras de aperfeiçoamento e de sucesso. Almeida trabalha com frenesim, – a felicidade e o tormento dos artistas insatisfeitos! Os cultores conimbricenses da serralharia de arte, que tão auspiciosamente se tornaram conhecidos, mudaram de rumo e remeteram-se aos trabalhos vulgares, de percentagem mais ou menos lucrativa. É pena! Mais uma razão, para serem apreciados os poucos artistas, que persistem em sustentar a fama, que Coimbra adquiriu e está em risco de perder”, Rolim (pseud.), “À Toa...”, *O Despertar*, 329 (22 de maio de 1920). Sobre o mesmo assunto, atenda-se, de igual modo, aos seguintes artigos: Zebedeu (pseud.), *Resistência*, 164 (4 de novembro de 1917), p. 1; Zebedeu (pseud.), “Banalidades”, *O Radical*, 64 (30 de agosto de 1919) p. 1.

<sup>93</sup> Sobre a vida e obra de António Augusto Gonçalves e, em particular, o seu papel como fundador do Museu Machado de Castro, vide Duarte Manuel Freitas, *Museu Machado de Castro. Memorial de um Complexo arquitetónico enquanto espaço museológico (1911-1965)*, Casal de Cambra, Direção-Geral do Património Cultural/Caleidoscópio, 2016, p. 69-88; Carlos Serra, *António Augusto Gonçalves: o percurso museológico*, Dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado, 2002.

de referência, cujos labores se encontram imbuídos de receituário artístico de gosto revivalista ou historicista, de acordo com os princípios firmados pelas então denominadas “artes industriais” ou “artes aplicadas à indústria”, em voga pela Europa e na América do Norte desde o sucesso da *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations* em 1851<sup>94</sup>.

Loureço Chaves de Almeida, juntamente com o escultor João Machado (1862-1925), formam a dupla de pupilos de maior reconhecimento nacional, cujos trabalhos de referência detinham, não raras vezes, a conceção artística do Mestre, uma vez que partiam de desenhos feitos previamente por este, para depois serem entregues aos discípulos para a fase de execução material<sup>95</sup>.

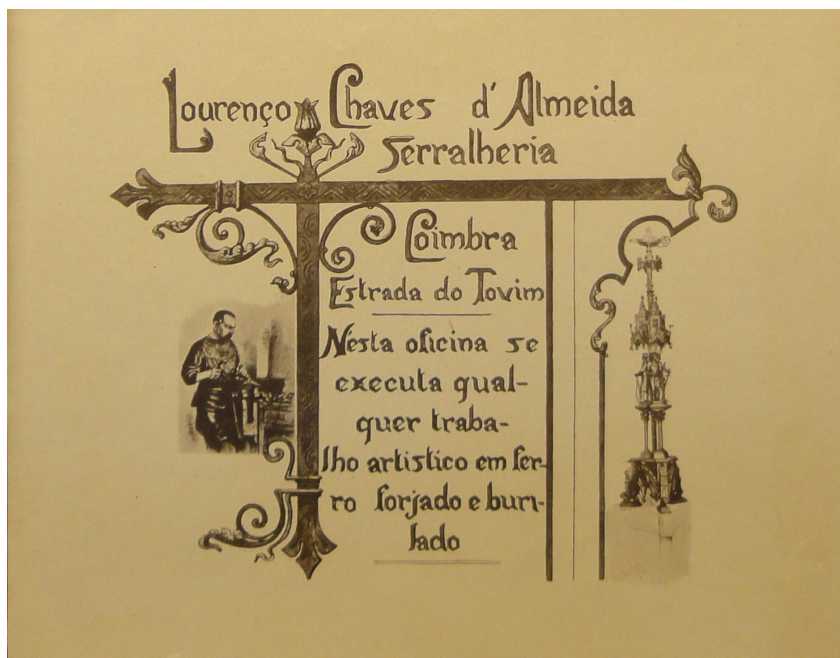


Fig. 6 – Anúncio da oficina de Lourenço Chaves de Almeida. Desenho da autoria de António Augusto Gonçalves (a partir de 1921).

Fonte: Biblioteca Municipal de Coimbra, fundo António Augusto Gonçalves, pasta C 31, fotografia de Duarte Manuel Freitas.

<sup>94</sup> Duarte Manuel Freitas, *Museu Machado de Castro...*, cit., p. 18-19 e 71-72.

<sup>95</sup> Atenda-se às palavras de João Couto em “Professor António Augusto Gonçalves, fundador do Museu Machado de Castro”, *António A. Gonçalves. Homenagem do Instituto de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1946, p. 49-59.

Antes do período de criação da “Chama da Pátria”, Lourenço Chaves de Almeida foi mobilizado, em 1917, para o Corpo Expedicionário Português (CEP) e integrado como 2.º sargento no Segundo Grupo de Companhias de Saúde que atuou em França durante a Primeira Guerra Mundial. Relatada em documento de caráter memorialístico – redigido nos anos de 1940 – a sua experiência no contexto de beligerância permitiu analisar, *in situ*, os grandes templos do gótico e consequentes realizações dos famosos ferreiros franceses, ganhando ainda fama entre o CEP pelos trabalhos de pendor artístico que forjou a partir de balas e cápsulas de granada e de obus<sup>96</sup>. Das poucas descrições deixadas sobre a frente de combate, tomam particular evidência as palavras – com laivos de ironia e de crítica para com as suas próprias atitudes – com que descreve os confrontos em Lacouture:

um posto de artilharia dos nossos estava ali perto do outro lado da estrada; um dia foi denunciado ou descoberto violentamente metralhado [...]. Fui ver e avaliar os estragos, havia frondosas árvores de fruto, de raiz voltada para o ar, e enormes crateras cavadas no chão. Falo disto para avaliar da minha imprudência, como a minha curiosidade, custou a muitos a vida<sup>97</sup>.

Após a desmobilização, iniciou-se um período de maior maturidade e notoriedade artística, que tem no lampadário o seu *opus magnum*. A encomenda para a realização da referida obra, a alumiar o túmulo do Soldado Desconhecido, partiu da Quinta Divisão do Exército, assente em Coimbra, com a idealização artístico-estilística a ser entregue nas mãos de António Augusto Gonçalves<sup>98</sup>.

O primeiro projeto não foi do agrado do seu discípulo, uma vez que os ornamentos góticos nele impressos detinham uma sobriedade “trezentista” que, no seu entendimento, não se coadunava com a exuberância ornamental do flamejante, empregada no próprio Mosteiro da Batalha<sup>99</sup>. Na realidade, com o decorrer dos trabalhos, a visão do executante aos poucos se sobrepôs à do ideólogo, com o resultado final a aproximar-se das concepções inicialmente pretendidas por Chaves de Almeida.

---

<sup>96</sup> Zebedeu (pseud.), *Resistência*, 164 (4 de novembro de 1917), p. 1; Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 69-88; Afonso Chaves de Almeida, *1876-1952. Lourenço...*, cit., p. 43-54.

<sup>97</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 75.

<sup>98</sup> Idem, p. 96-99; Afonso Chaves de Almeida, *1876-1952. Lourenço...*, cit., p. 94-98.

<sup>99</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 99.

A obra iniciou-se a 20 de abril de 1921 e deu-se por terminada a 29 de junho do ano seguinte, num total de 4800 horas de trabalho contabilizadas pelo artífice e detalhadas nas suas memórias deixadas para a posterioridade<sup>100</sup>. Como um longo “poema de quatro mil e oitocentos versos”<sup>101</sup>, o lampadário levanta-se a partir de uma pedra de lioz com uma estrutura em ferro de base arquitetural, similar às das alfaías de decoração gótica. Sobre as colunas de capiteis ornamentados de motivos vegetalistas dispõem-se três vultos que simbolizam três épocas distintas e essenciais na História de Portugal, espelhando um discurso notadamente nacionalista:

- a) um guerreiro do século XII, cuja presença invocava o alvorecer da nacionalidade e os combates pela independência do Condado Portucalense, obtida em 1143;
- b) um soldado da “ala dos namorados”, participante na Batalha de Aljubarrota contra Castela, em 1385, e que consolidou a independência nacional, abrindo um novo contexto dinástico que possibilitou as conquistas ultramarinas;
- c) um soldado do CEP, ou seja, da Frente Ocidental, que representava o sacrifício então recente em nome da Nação, no contexto da Primeira Guerra Mundial.

Sobre as figuras desenvolvem-se baldaquinos ricamente ornamentados através de uma estilização onde o gótico flamejante impera, o mesmo ocorrendo no coruchéu que suporta a lâmpada que providencia a iluminação pelo “fogo eterno”. As óbvias influências artísticas que a presente obra emana, sobretudo a partir dos baldaquinos, provêm do próprio gótico flamejante aplicado no Mosteiro da Batalha, com particular destaque para os famosos pináculos do complexo arquitetónico<sup>102</sup>, sendo ainda de considerar o mesmo receituário estilístico aplicado na parte superior da custódia do Mosteiro de Alcobaça, datada do ano de 1412.

---

<sup>100</sup> Idem, p. 100-106.

<sup>101</sup> Expressão empregada pelo Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra Francisco Costa Henriques, aquando da visualização do lampadário (Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 106).

<sup>102</sup> Seguindo as palavras do próprio Lourenço Chaves de Almeida, “O Mestre [Gonçalves] havia posto à minha disposição as fotografias do Biel, do Porto, «O Mosteiro da Batalha», exactamente na frontaria, o entablamento lateral do Pórtico acima da aresta da ogiva. Esse corpo assenta sobre duas colunas de cada lado, finas e elegantes [...]” (Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 100).

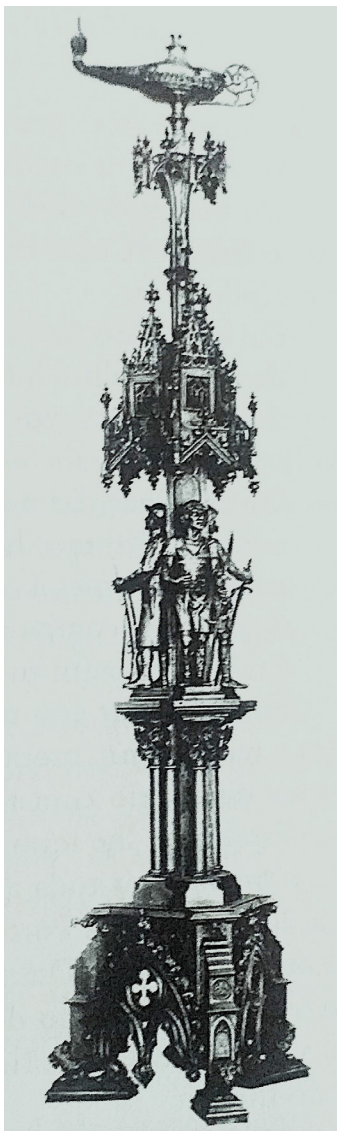


Fig. 7 – Lampadário “Chama da Pátria” de Lourenço Chaves de Almeida.

Fonte: “O Lampadário da Batalha”, *ABC*, 114 (21 de setembro de 1922), s/p.

Antes de rumar definitivamente à Sala do Capítulo, o lampadário foi exibido em várias cidades, obtendo reconhecimento quer do público visitante, quer da própria comunicação social, que chamou às primeiras páginas os referidos

eventos<sup>103</sup>. No *Diário de Notícias*, o médico e historiador de arte Reynaldo dos Santos elogiou, do seguinte modo, a solidez artística dos traços medievos do projeto:

[...] os artistas romano-góticos, num sentimento profundamente cristão, que dominou a vida moral e o pensamento da época, exaltaram a humildade da matéria e transfiguraram-na, fazendo surgir a catedral e a imaginária medievais [...]. Mestre Lourenço de Almeida, soldado desconhecido da Grande Guerra e mestre insuficientemente conhecido da Grande Arte, é, como disse Afonso Lopes Vieira, um desses “primitivos”, e nele devemos admirar, não só a pureza e a sinceridade do seu idealismo, mas o sentimento profundo que possui dessa matéria nobre que é o ferro!<sup>104</sup>

Além das duas personalidades já invocadas, outras opiniões favoráveis vieram a público, como a de Aquilino Ribeiro (1885-1963) e de Luís da Costa Rodrigues, ou em contexto privado como as de Veva de Lima (1886-1963)<sup>105</sup> ou do pintor Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), que o considerou “primoroso”, “um trabalho de joalheria da época” em que “a combinação dos medalhões e da ferragem é tão galante que dá vontade, não de o pegar, mas de o beijar”<sup>106</sup>. Os agradecimentos passaram, de igual modo, pelos contextos político e militar, com Lourenço Chaves de Almeida a ser duplamente condecorado,

---

<sup>103</sup> O Lampadário foi exposto nas seguintes cidades: Coimbra (Câmara Municipal, exposição aberta a 02/07/1922); Lisboa (Câmara Municipal, 01/11/1922); Figueira da Foz (Câmara Municipal, 01/12/1922); Aveiro (Liceu, 20/01/1923); Porto (Faculdade Técnica da Universidade, 30-01-1923); Viana do Castelo (habitação privada, 09/06/1923); Braga (Câmara Municipal, 23/08/1923). A peça foi ainda exibida no Museu Machado de Castro durante o verão de 1923, cumprindo, deste modo, uma prática já estabelecida na referida instituição de expor obras do próprio Lourenço Chaves de Almeida em galerias cujo espólio antigo tenha influenciado a elaboração da obra nova. *Vide* Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 106-117; Afonso Chaves de Almeida, *1876-1952. Lourenço...*, cit., p.101, 511-513; Duarte Manuel Freitas, “O ‘efeito confuso da pitoresca aglomeração de cousas diversas’: particularidades do discurso expositivo nos primórdios do Museu Machado de Castro, 1913-1931” in Irene Vaquinhas et al. (ed.), *História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2022, p. 179-184.

<sup>104</sup> Reynaldo dos Santos, “A Chama da Pátria”, *Diário de Notícias*, 20.664 (29 de julho de 1922), p. 1. Atenda-se, de igual modo, aos artigos da imprensa “A Chama da Pátria”, *O Século*, 14.624 (28 de outubro de 1922), p. 1; “O Lampadário da Batalha”, *ABC*, 114 (21 de setembro de 1922), s/p.

<sup>105</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 106-115; Afonso Chaves de Almeida, *1876-1952. Lourenço...*, cit., p. 98-103.

<sup>106</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 110.

em 1922, com a Ordem do Exército e, pela presidência da República, com o grau de cavaleiro da Ordem de S. Tiago de Espada<sup>107</sup>.

As alterações a terem lugar na Sala do Capítulo levaram os dois executantes a encetar uma intervenção pública através da imprensa, usando para tal o *Diário de Notícias*, com vista a travar as intenções da repartição das Obras Públicas em dispor das urnas no epicentro do recinto, acrescentando ainda a colocação de vitrines, estilizadas *alla maniera* gótica, que guardariam as oferendas votivas dos visitantes<sup>108</sup>. A resolução estatal afetaria, segundo Gonçalves, “a fascinação monumental e histórica da Batalha”, que deveria manter-se preservada ao máximo de novas inserções consideradas espúrias e que descaracterizassem a obra celebrada pelo conto da pena de Herculano. Uma nova solução foi proposta pelo mestre conimbricense e aceite pelas autoridades competentes, assente na não aplicação de mobiliário adjacente na Sala do Capítulo, dispondo-se o túmulo – bem como o respetivo lampadário –, “não ao centro da sala, mas próximo do lado este, oposto à sacristia”<sup>109</sup>, num formato que ainda se mantém na atualidade<sup>110</sup>.

A 9 de abril de 1924 – seis anos após a Batalha de La Lys –, perante a presença das autoridades oficiais, a “Chama da Pátria” foi pela primeira vez acendida na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha. De acordo com as impressões do antigo veterano de guerra Lourenço Chaves de Almeida:

Foi um grande alívio, coroado com uma grande salva de palmas da imensa multidão, onde brilhavam nos olhos lágrimas de satisfação. O meu mestre veio abraçar-me, muito comovido [...]. Afastando-nos da frente do Lampadário, todo o povo desfila perante a Chama da Pátria, que desde aquele solene momento começava de alumiar [sic] as relíquias sagradas dos nossos heróis. Eu dava o mais profundo e justo suspiro de alívio [do peso] que, durante mais de um ano, me oprimiu. Terminaram assim os meus cuidados com o Lampadário, por ter entrado finalmente em sua Casa!!! Voltava a Coimbra com a sensação de um pai que deixa o filho bem colocado<sup>111</sup>.

---

<sup>107</sup> Idem, p. 111, 117-118.

<sup>108</sup> António Augusto Gonçalves, “Os túmulos dos soldados desconhecidos”, *Diário de Notícias*, 20.664 (29 de julho de 1923), p. 1; António Augusto Gonçalves, “Em defesa da Batalha”, *Diário de Notícias*, 20.718 (21 de setembro de 1923), p. 1; Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 111, 115-117.

<sup>109</sup> António Augusto Gonçalves, “Em defesa da Batalha”, *Diário de Notícias*, 20.718 (21 de setembro de 1923), p. 1.

<sup>110</sup> Com o objetivo de guardar e expor as ofertas ao soldado desconhecido, foi constituído, no antigo refeitório do mosteiro da Batalha, um espaço museológico cujo mobiliário apresenta uma estilização gótica análoga à descrita por António Augusto Gonçalves. A sua inauguração ocorreu a 9 de abril de 1924, no mesmo dia do acender do lampadário.

<sup>111</sup> Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias...*, cit., p. 121-122.



Fig. 8

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> série, 947 (12 de abril de 1924), p. 457.

Ao lado do *opus magnum* de um dos maiores artistas portugueses do ferro forjado, e no enquadramento do próprio túmulo do Soldado Desconhecido, expôs-se na parede, já em pleno Estado Novo (a 9 de abril de 1958), a escultura do Cristo das Trincheiras<sup>112</sup>, ocorrendo, deste modo, a última alteração significativa ao *locus*, por excelência, de contemplação mnemónica, em Portugal, da Primeira Guerra Mundial. Ou, nas palavras de António Gonçalves, também ligando passado e presente, ressaltando o medievalismo no sentimento patriótico:

<sup>112</sup> Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), “A Vinda para Portugal do Cristo de Neuve Chapelle, o Cristo das Trincheiras, 1969”, Espólio Hernâni Cidade, E36, Cx. 21.

E esta escolha foi sancionada pelo aplauso unanime da nação. A aristocratica Batalha, votada aos heróis de Aljubarrota, do século XV, guardando, ao lado dos rostos veneráveis da estirpe de D. João I, as cinzas gloriosas dos humildes soldados portugueses do século XX, que pela independência da mesma Patria, se bateram, são dois grandes pensamentos de glorificação patriótica, á distancia de quinhentos anos, se confirmam e completam. É a mesma afirmação de energia indomável e decisiva de um povo que quere ser livre! Até aqui, muito bem! A Sala do capítulo foi igualmente uma deliberação feliz. Por tantos títulos notável, pela originalidade magnífica da construção, pela grandeza das dimensões e pela majestade sobria da sua apparencia, é realmente o templo apropriado á consagração do valor português<sup>113</sup>.

## Conclusões

Acontecimento fundador do “curto século XX”, para fazer uso da expressão do historiador Eric Hobsbawm, a Primeira Guerra Mundial estende até ao presente a sua longa sombra<sup>114</sup>. Na verdade, muitas ruas e praças europeias albergam referências toponímicas e monumentos dotados de um carácter mais simbólico do que realista, revelando as dificuldades postas na evocação da morte massificada e industrial da Grande Guerra. Diversos autores têm vindo a estudar estes processos de memorialização, passando em revista a ocupação do espaço público e a permanência de obras literárias e pictóricas no imaginário coletivo, sobretudo quando outros conflitos ressurgem e o pacifismo fez um longo caminho. Às comunidades enlutadas, com uma linguagem arcaizante ou moderna, foi necessário o poder explicar a violência desencadeada e conferir um sentido que as irmanasse na tragédia comum.

Uma primeira conclusão, também perceptível no caso português, é que, convocadas pelo tambor de uma propaganda medievalizante para a causa da guerra, em 1914, as multidões voltaram a escutar algumas dessas sonoridades no pós-1918. Afinal, os ecos românticos oitocentistas continuavam a soar, renovados pela linguagem dos neos-ismos, do gosto pelo historicismo e pelo cultivo do mesmo nacionalismo que, em última análise, conduziu ao conflito. Em Portugal, o grupo da Renascença Portuguesa e as ramificações na *Ilustração Portuguesa* foram os grandes cultores desse passado, que

---

<sup>113</sup> António Augusto Gonçalves, “Os túmulos dos soldados desconhecidos”, *Diário de Notícias*, 20.664 (29 de julho de 1923), p. 1.

<sup>114</sup> Subtítulo de Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes. The Short Twentieth Century, 1914–1991*, London, Abacus, 1994.

teria (ainda hoje tem) a sua Idade do Ouro no período tardo-medieval e no arranque da expansão.

Detendo o status de documento/monumento – de acordo com o conceito de Jacques Le Goff<sup>115</sup> – o Mosteiro da Batalha apresentava-se como um espaço em que se conjugam vários vetores de memória: como *anamnesis* e *celebratio* da independência nacional confirmada pela Batalha de Aljubarrota; da sua funcionalidade como casa da Regra às correntes estético-artísticas empregadas na sua construção; da mentalidade (política e religiosa) dos Homens que o definiram enquanto complexo arquitetónico, ao povo que, ao longo dos séculos, dele fez uma referência presente no seu quotidiano; da importância na estruturação da própria vila que se formou no seu entorno, à sua potencialidade literária e figurativa utilizada, por exemplo, pelo próprio Alexandre Herculano, enquanto romancista.

Acrescentamos ainda a esta lista outro arquétipo de memória que aqui temos vindo a apresentar, através da sua utilização como espaço evocativo dos “heróis da Pátria”, sobretudo os que tombaram ou deram a vida por ela. Incutiu-se, assim, uma nova ordem sagrada, contudo não religiosa mas essencialmente secular, doutrinária dos valores que o regime republicano defendeu e tentou incutir no todo social, num “jogo de espelhos” que se conjugam e comunicam entre si, ao refletirem os feitos dos vultos do passado para a manutenção da independência do país (D. João I) e da integridade do espaço ultramarino já conquistado (D. Fernando), ao mesmo tempo que se recordava e se colocava, sob a luz do “fogo eterno”, os soldados caídos na Primeira Guerra Mundial que lutaram, de igual modo, pela soberania da Nação e a integridade das colónias em África.

Conforme se percebeu, o Soldado Desconhecido foi, então, determinante para a memorialização do conflito. Tornou-se, talvez, o seu símbolo mais duradouro. A escolha da Batalha para a sua inumação não foi consensual, mas ajuda a compreender o período final da Primeira República: a procura de equilíbrio (sem sucesso) entre a Frente Ocidental e a Frente Africana; o ensaio de aproximação à Igreja Católica; a recomposição da religião cívica, fazendo uso dos vários símbolos que preenchem a Sala do Capítulo; e o emprego de uma estética medievalizante, curiosamente mais próxima de Londres do que de Paris. E, apesar de o Cristo das Trincheiras ser uma adição tardia, a sua presença era uma constante das memórias dos veteranos, pelo que foram envidados esforços para que ocupasse o conjunto da Batalha.

---

<sup>115</sup> Jacques Le Goff, “Documento/monumento”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

Tendo abordado o lugar do lampadário e de algumas obras literárias, que responderam ao desafio de inserir um símbolo moderno num espaço antigo, julgamos que o tema deve continuar a ser objeto de estudo. Neste sentido, não perdendo de vista os estudos de Jay Winter e Stefan Goebel, assim como de Sílvia Correia e de Pedro Martins, valeria a pena compulsar outras fontes, em especial, as memórias e os diários, assim como alguns monumentos aos mortos da Grande Guerra, a fim de avaliar de que modo o influxo medievalizante se terá imposto (ou não) a tendências modernistas.

# **Nas vésperas da Guerra Civil de Espanha. A estada do general José Sanjurjo em Portugal e a conspiração da direita espanhola (1934-1936)**

## **On the eve of the Spanish Civil War. General José Sanjurjo's stay in Portugal and the conspiracy of the Spanish right (1934-1936)**

Fábio Alexandre Faria  
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES - Iscte  
Fabio\_Faria@iscte-iul.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-3803-0374>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 27/05/2025

### *Abstract*

Based on the portuguese press, both national and local, as well as on memorial works, this article examines General José Sanjurjo's stay in Portugal between 1934 and 1936, and through his presence analyzes how Portuguese territory, especially the Estoril region, served as a stage for the conspiracy to overthrow the Spanish Republic. By analyzing the way in which Sanjurjo was received and welcomed in Portugal, it shows the portuguese alignment with the plans of the Spanish rebels and the importance of the country in the execution of the military coup of July 1936.

Keywords: José Sanjurjo; refuge; Estoril; Second Spanish Republic; Estado Novo (Portugal).

### *Resumo*

Recorrendo à imprensa portuguesa, nacional e local, e a obras memorialistas, este artigo aborda a estada do general José Sanjurjo em Portugal entre 1934 e 1936 e, através da sua presença, analisa a forma como o território português, em particular a região do Estoril, serviu de palco à conspiração destinada a derrubar a República espanhola. Através da análise do modo como Sanjurjo foi recebido e acolhido em Portugal, demonstra-se o alinhamento português com os planos dos rebeldes espanhóis e a importância que o país teve na concretização do golpe militar de julho de 1936.

Palavras-chave: José Sanjurjo; refúgio; Estoril; Segunda República Espanhola; Estado Novo (Portugal).

## Introdução

O general José Sanjurjo y Sacanell (1872-1936), uma das grandes figuras da conspiração rebelde espanhola, estabeleceu residência em Portugal durante cerca de dois anos, entre 1934 e 1936, após ser libertado da prisão em Espanha, onde estivera detido na sequência de uma tentativa falhada de golpe de Estado contra o governo republicano-socialista, implementado a 14 de abril de 1931. Em Portugal, o general espanhol ficou alojado na região do Estoril, que se tornou num importante centro da conspiração da direita destinada a derrubar o governo republicano, legitimamente eleito em abril de 1931.

São já muitos os estudos, portugueses e espanhóis, que se dedicam a este período da história ibérica. No entanto, a imensa produção bibliográfica espanhola sobre a Segunda República tende, de certa forma, a ignorar fontes portuguesas, pelo que o exílio do general Sanjurjo em Portugal continua envolvido em mistério. Do mesmo modo, também é parca a bibliografia portuguesa que explora aprofundadamente este momento específico da história ibérica, que teve importantes implicações nos desenvolvimentos políticos da Europa no período entre as guerras. Importa, portanto, salientar algumas obras que têm abordado a confluência de temas que aqui nos ocupa. Entre estas contam-se as que se debruçam sobre a vida e o percurso político de José Sanjurjo, as que focam a conspiração de 1936 e as que analisam a política externa portuguesa, em particular a partir de 1934, em relação à República espanhola<sup>1</sup>.

Este artigo pretende analisar a permanência desta importante personalidade espanhola no Estoril, do ponto de vista do acolhimento providenciado pelo governo português e pela população local, assim como procura compreender de que forma a sua estada contribuiu para que Portugal, e essa zona em particular, passasse a ser percecionado como um centro da conspiração da direita espanhola,

---

<sup>1</sup> Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo, héroe y víctima. El militar que pudo evitar la dictadura franquista*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2004; Emilio Esteban-Infante, *General Sanjurjo (Un laureado en el penal del Dueso)*, Madrid, Editorial AHR, 1957; Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *1936. La conspiración*, Madrid, Síntesis, 2008; David Ruiz, *Octubre de 1934*, Madrid, Síntesis, 2008; Francisco Márquez Hidalgo, *Las sublevaciones contra la Segunda República*, Madrid, Síntesis, 2010; Francisco Alía Miranda, *Julio de 1936. Conspiración y alzamiento contra la II República*, Barcelona, Crítica, 2011; Angel Viñas, *La Alemania nazi y el 18 de julio*, Madrid, Alianza, 1977; Stanley G. Payne, *El colapso de la República. Los orígenes de la Guerra Civil (1933-1936)*, Madrid, La Esfera de los Livros, 2005; Stanley G. Payne, *El camino al 18 de julio. La erosión de la democracia en España (diciembre de 1935-julio de 1936)*, Madrid, Espasa, 2016; Gabriele Ranzato, *El eclipse de la democracia. La guerra civil española y sus orígenes, 1931-1939*, Madrid, Siglo XXI, 2006; César Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha, 1931-9136*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, 1985.

fundamental para que o golpe militar do 18 de julho de 1936 levasse a uma guerra civil que colocaria a direita no poder. Demonstra-se, desta forma, que Portugal foi um importante apoio, não só durante a guerra civil, como em toda a fase de preparação do levantamento militar. Recorre-se, para esse efeito, a fontes de diferente natureza, de que são exemplo a imprensa periódica, nacional e local, e obras memorialistas.

### **Da conspiração de Sevilha à entrada em Portugal**

José Sanjurjo y Sacanell, 1.º marquês do Rife, nasceu em Pamplona, em março de 1872, escassos anos antes de se iniciar a chamada Restauração Bourbon, e faleceu em Cascais, no dia 20 de julho de 1936, na sequência de um acidente aéreo, quando se preparava para seguir para Espanha para liderar o golpe militar contra a República. Desde cedo que assumiu importantes cargos na política espanhola, servindo no reinado de Afonso XIII (1886-1941) e mostrando-se apoiante da ditadura de Miguel Primo de Rivera (1870-1930), a partir de 1923. Entre 1928 e 1932, desempenhou o cargo de diretor-geral da *Guardia Civil*. Foi, contudo, na liderança de uma tentativa de golpe de Estado contra o recém-instituído governo republicano que ganhou mais notoriedade nacional e internacional.

A implantação da Segunda República, a 14 de abril de 1931, no seio da qual se destacavam nomes como Manuel Azaña (1880-1940) e Niceto Alcalá-Zamora (1877-1949), veio agudizar as tensões políticas e sociais que já marcavam a realidade espanhola. A coligação republicano-socialista passou a revelar uma orientação anticlerical e laicista e pretendeu concretizar um importante programa de reformas em áreas diversas como as finanças, a propriedade e a hierarquia militar, além de fazer cedências às autonomias catalã, basca e galega. Estes objetivos geraram fortes divisões na sociedade espanhola e desencadearam importantes movimentos de oposição por parte das forças conservadoras mais afetadas pelas decisões do novo governo republicano, nomeadamente católicos, latifundiários, monárquicos e militares, impulsionando a ocorrência de várias tentativas revolucionárias<sup>2</sup>.

Nos primeiros meses da Segunda República, José Sanjurjo continuou a exercer o cargo de diretor da *Guardia Civil* e, inclusive, foi nomeado Alto-comissário em

---

<sup>2</sup> Sobre a Segunda República de Espanha veja-se, por exemplo, os dois volumes da obra coletiva Leandro Álvarez Rey (coord.), *La Segunda República Española, 90 años después. Balances y perspectivas*, Madrid, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2022.

Marrocos pelo ministro da Guerra, o próprio Azãna. No entanto, rapidamente começaram a surgir divergências e o posicionamento do general alterou-se ao longo de 1931, sobretudo devido ao desencadear de perseguições religiosas, à repressão dirigida aos seus companheiros que tinham apoiado Primo de Rivera e a alguns assassinatos. O descontentamento de Sanjurjo levou-o a proferir declarações que culminaram na sua destituição da direção da *Guardia Civil*. Assim, o general era uma das muitas individualidades que se mostravam descontentes com a nova situação política, pelo que, a 10 de agosto de 1932, liderou uma revolta contra o governo republicano-socialista dirigido por Manuel Azaña, conhecida por *Sanjurjada*, em Sevilha<sup>3</sup>.

Aparentemente, o golpe em Sevilha fazia parte de um plano mais amplo de conspiração. Este consistia, num primeiro momento, em desencadear várias ofensivas em Madrid como manobra de distração para as forças governamentais na capital e região centro do país. O grande objetivo deste plano passava, no entanto, por concentrar esforços e fazer deflagrar movimentos revolucionários simultâneos em cinco guarnições (Valladolid, Pamplona, Sevilha, Granada e Cádiz), que seguiriam, posteriormente, para Madrid<sup>4</sup>.

Portanto, esta revolta coincidiu com uma outra sublevação localizada em Madrid, iniciada na madrugada desse dia. Segundo noticiava o *Diário de Lisboa*, os sublevados, essencialmente monárquicos, tanto militares afastados do serviço como civis, pretendiam ocupar os ministérios da Guerra e das Comunicações e restaurar o trono de Afonso XIII<sup>5</sup>. Em simultâneo, o general Sanjurjo decretava o estado de guerra em Sevilha, afirmando procurar justiça e denunciando os atentados, os abusos e as imoralidades do novo regime, para o que contou com o apoio da *Guardia Civil* dessa cidade. No entanto, a falta de coordenação e de unidade entre os revoltosos, visível na parca adesão ao movimento (só Madrid e Sevilha avançaram), condena a intentona ao fracasso, que facilmente é dominada pelas forças governamentais. Alegadamente, num primeiro momento, o líder da rebelião em Sevilha coloca a hipótese de fugir para Portugal, mas no dia seguinte decide entregar-se às autoridades em Huelva. Julgado e condenado à morte, acaba por ser indultado e preso em El Dueso, na Cantábria, onde permanecerá quase dois anos<sup>6</sup>. No entanto, a decisão de alterar

---

<sup>3</sup> Sobre esta e outras revoltas contra a República veja-se Francisco Márquez Hidalgo, *Las sublevaciones contra la Segunda República*, Madrid, Síntesis, 2010.

<sup>4</sup> José Manuel Martínez Bande, *Los años críticos: República, conspiración, revolución y alzamiento*, Madrid, Ediciones Encuentro, 2007, p. 59.

<sup>5</sup> *Diário de Lisboa*, 10 de agosto de 1932, p. 4.

<sup>6</sup> Elfidio Alonso Rodríguez, “Reflexiones sobre ‘ABC republicano’, a través de su director”, *70 años de ABC*, 1994, p. 158.

a pena do principal mentor da revolta de Sevilha não agradou a importantes figuras republicanas, entre as quais o líder socialista Juan Negrín (1892-1956), que considerava que a República havia cometido um erro ao indultar Sanjurjo, dando aso a que fosse relativamente fácil conspirar contra o governo<sup>7</sup>.

Aquando da revolta, o general Sanjurjo expõe à audiência de Sevilha os seus planos para o futuro de Espanha, que passavam por libertar o país daquilo que considerava ser os prejuízos morais e materiais provocados pela vigência do governo republicano, convocar novas Cortes Constituintes, responsáveis por definirem a melhor forma de governo a seguir, e realizar eleições inteiramente livres. Além disso, Sanjurjo acusava o novo governo de “tirania sectária, causador de grandes prejuízos nos interesses económicos e tendo também concorrido para o aumento da criminalidade em Espanha”<sup>8</sup>.

O facto de, nos inícios de 1932, Sanjurjo ter sido demitido do cargo de diretor da *Guardia Civil* e colocado na chefia dos carabineiros terá contribuído para que o general ganhasse mais notoriedade e apoios entre a extrema-direita espanhola. Sob a sua liderança, o movimento revolucionário conheceu um breve triunfo, uma vez que os revoltosos conseguiram capturar algumas importantes figuras republicanas locais, entre as quais o coronel Ildefonso Puigdemolas (1876-1936)<sup>9</sup>. Apesar do evidente falhanço, a direita retirou importantes conclusões a aplicar no futuro, nomeadamente a necessidade do apoio da *Guardia Civil* e da *Guardia de Asalto*, de anular as ações das autoridades municipais republicanas e dos líderes sindicais e, ainda, de avançar apenas com uma planificação bem definida<sup>10</sup>. No mesmo sentido, a direita percebeu que o Estado era mais forte do que havia pensado e que a oposição, ao nível da ação no terreno, estava reduzida a grupos demasiado pequenos<sup>11</sup>. Portanto, a rebelião foi uma tentativa mal organizada de um grupo de indivíduos que apenas tinha em comum a mesma aversão à República.

---

<sup>7</sup> Eduardo González Calleja, *Contrarrevolucionarios. Radicalización violenta de las derechas durante la Segunda República, 1931-1936*, Madrid, Alianza Editorial, 2011, p. 105.

<sup>8</sup> *Diário de Lisboa*, 11 de agosto de 1932, p. 5 e 8.

<sup>9</sup> Mais tarde, no contexto da Guerra Civil de Espanha, o coronel Puigdemolas seria o responsável pela defesa republicana da cidade de Badajoz. O triunfo das forças franquistas levou-o a fugir para Portugal, onde permaneceu detido no Forte de Caxias até 10 de outubro de 1936, quando foi repatriado, juntamente com cerca de 1.500 refugiados, para Tarragona, na Catalunha. Veja-se, a este respeito, Fábio Alexandre Faria, *Refugiados espanhóis em Portugal. Entre a repressão policial e a solidariedade popular, 1936-1945*, Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2021, p. 263-266.

<sup>10</sup> Paul Preston, *El holocausto español. Odio y exterminio en la Guerra Civil y después*, Barcelona, Debolsillo, 2011, p. 58-59.

<sup>11</sup> José Manuel Martínez Bande, *Los años críticos...*, cit., p. 64.

No dia seguinte ao golpe falhado, o *Diário de Lisboa* publicou uma reportagem, defendendo que Sanjurjo havia sido preso quando tentava fugir para Portugal, pelo que, por isso, não se entregou de livre vontade às autoridades franquistas. De acordo com a notícia, o general espanhol terá sido detido, na companhia do filho, capitão Justo Sanjurjo (1902-1936) e do general García de la Herrán (1880-1936), também participantes na revolta, quando, na madrugada do dia 11 de agosto, procurava obter informações junto de um civil sobre a melhor forma de chegar a Ayamonte. A presença dos revoltosos foi notada por um guarda civil que, encontrando-se naquela zona, declarou-lhes prisão, a qual foi respeitada sem resistência. Por volta das 8 horas da manhã, Sanjurjo e os seus aliados seguiam escoltados de Huelva em direção a Madrid<sup>12</sup>.

Apesar de ter passado cerca de dois anos na prisão, o período de detenção do general espanhol pautou-se pela brandura, não experienciando, por isso, particulares amarguras durante a reclusão. De facto, “el régimen carcelario no pudo ser más benigno”, servindo até, dada a leviandade do castigo, como um incentivo a que a direita continuasse os seus planos conspirativos<sup>13</sup>. As mudanças ocorridas na política espanhola entre os finais de 1933 e os inícios do ano seguinte acabaram por se revelar benéficas para o general Sanjurjo, durante o chamado “biénio cedista”. No final de 1933 assistiu-se à formação de um novo governo, liderado pelo moderado Alejandro Lerroux (1864-1949), em que a direita passa a ter a maioria das pastas. Esta posição é reforçada cerca de um ano mais tarde, quando Lerroux procura apoio junto da Confederação Espanhola das Direitas Autónomas (CEDA) de José María Gil Robles (1898-1980)<sup>14</sup>, situação que se mantém até fevereiro de 1936, data do triunfo eleitoral da Frente Popular, que significa o regresso da esquerda ao poder.

É, precisamente, durante o governo de Alejandro Lerroux que as direitas conseguem concretizar o objetivo antigo de promulgar uma amnistia, a 24 de abril de 1934, destinada aos conspiradores da intentona de agosto de 1932<sup>15</sup>. Entre os amnistiados encontrava-se, naturalmente, o general José Sanjurjo, libertado no dia seguinte. Este acontecimento não passou despercebido à imprensa portuguesa, que já o noticiava desde o dia 21 de abril. Numa pequena reportagem, o *Diário de Lisboa* relatava que a cidade de Cádiz acordara num ambiente de festa devido à amnistia que iria ser concedida aos presos políticos implicados na *Sanjurjada*,

---

<sup>12</sup> *Diário de Lisboa*, 11 de agosto de 1932, p. 5.

<sup>13</sup> Paul Preston, *El holocausto español...*, cit., p. 59.

<sup>14</sup> José Miguel Sardica, *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2013, p. 110.

<sup>15</sup> Veja-se Joaquín Olaguíbel, *Abril de 1934. La amnistia de las derechas y la crisis del vituperio*, Sevilla, Ediciones Espuela de Plata, 2022.

pelo que os hotéis já se encontravam sobrelotados de familiares e amigos que os esperavam. Apesar de ainda se desconhecer qual seria o próximo destino de Sanjurjo, acreditava-se que passaria por Lisboa ou Tanger<sup>16</sup>.

Dois dias depois, ainda antes de se efetivar a amnistia, o mesmo jornal demonstrava mais certezas quanto ao futuro do general espanhol. Segundo a notícia, Sanjurjo já tinha o passaporte que lhe permitiria seguir para Portugal, mais concretamente para o Estoril, onde passaria a residir, carecendo apenas do decreto da amnistia para, devidamente escoltado, sair de Espanha em direção a Gibraltar, a partir de onde embarcaria com destino a Lisboa<sup>17</sup>. A partir deste território britânico, o general espanhol contactou com os espanhóis que já se encontravam no Estoril, informando-os sobre o local e a hora da chegada, o que explica o grande aparato observado nessa altura. Além disso, percebemos também que o acontecimento fez com que amigos do general se deslocassem de Espanha para o receber, como os antigos oficiais Emílio Esteban-Infantes Martín (1882-1962) e Luiz Pelaz La Torre, que, segundo relatou a imprensa, apreciaram o bom acolhimento das autoridades portuguesas e as facilidades concedidas pelo governo<sup>18</sup>.

O general Sanjurjo chegou a Lisboa na manhã do dia 26 de abril de 1934. O jornalista Félix Correia (1901-1969), do *Diário de Lisboa*, publicou um pequeno livro, anos mais tarde, em 1940, onde deixou relatada a sua chegada à capital portuguesa. Segundo este testemunho, a comitiva espanhola, constituída por Sanjurjo, esposa e filhos (Justo e Pepe), e, ainda, pelo amigo Ricardo Goizueta, viajou desde Gibraltar a bordo no navio holandês *Baloeran* e terá sido recebida em clima de euforia pelas muitas pessoas que se deslocaram ao cais, dando “vivas” a Espanha e ao próprio general. Félix Correia dá a entender que a chegada do general Sanjurjo foi revestida de entusiasmo, tanto da parte de portugueses, como dos muitos espanhóis que se encontravam no país, que queriam cumprimentar e chegar perto do líder da revolta de 10 de agosto de 1932<sup>19</sup>.

Para a escolha de Portugal como espaço de refúgio contribuiu a sua situação política, inicialmente com a Ditadura Militar e depois, a partir de 1933, com o autodenominado Estado Novo, favorável aos intentos da direita espanhola e ao desenvolvimento de atividades conspirativas, como viria a verificar-se até ao início da Guerra Civil de Espanha. Além disso, já havia entre os países ibéricos uma longa tradição de mobilidades populacionais,

---

<sup>16</sup> *Diário de Lisboa*, 21 de agosto de 1934, p. 12.

<sup>17</sup> *Diário de Lisboa*, 23 de agosto de 1934, p. 8.

<sup>18</sup> *Diário da Manhã*, 27 de abril de 1934, p. 1.

<sup>19</sup> Félix Correia, *Quem vem lá? Gente de paz! Gente de guerra...*, Lisboa, Edição do autor, 1940, p. 24-25.

por questões de trabalho, de lazer, de contrabando ou deslocações forçadas, de que o movimento de refugiados da guerra civil constituirá um importante exemplo. Quanto ao Estoril, era já uma destacada região acolhedora de estrangeiros, especialmente de classes sociais mais abastadas, que para aí se deslocavam por razões de veraneio, mas também de refugiados, incluindo os espanhóis que aí se acolheram após a implantação da República e o próprio golpe de agosto de 1932<sup>20</sup>.

### **Acolhimento e atividades conspirativas no Estoril**

A experiência de refúgio em Portugal foi francamente benéfica e favorável para o general Sanjurjo, assim como para todos os espanhóis que se opunham ao governo republicano no seu país. Como tal, a presença destes refugiados em terras portuguesas favoreceu também a causa da direita espanhola, apostada no derrube da República e na sua substituição por um regime de carácter autoritário e conservador, demandas com que o próprio governo salazarista também se identificava. Notamos esta amabilidade portuguesa na forma como, em agosto de 1934, a imprensa noticiou a chegada e a estada do general espanhol no Estoril, onde ficou hospedado no Hotel Miramar. A escolha desta unidade hoteleira, que adquiriu maior notoriedade a partir de então, relacionou-se com o facto de ser a única de 1.<sup>a</sup> classe, além de ter ligações a Espanha, uma vez que era gerida pelos sócios espanhóis Ricardo Allen, Salvador Vilanueva e Ventura García Rodríguez<sup>21</sup>.

Num discurso profundamente apologético, o *Diário de Lisboa* caracteriza Sanjurjo como um “militar pequeno, modesto e simpático”, alguém que despertou a curiosidade e a simpatia da população portuguesa, e não só, desde que desembarcou em Lisboa. Já no hotel, conta o jornal português, “juntaram-se em volta de Sanjurjo, não só os numerosos emigrados espanhóis e os jornalistas e fotógrafos que foram de Lisboa, mas dezenas de estrangeiros que ali estão hospedados e que olhavam com curiosidade e admiração”<sup>22</sup>. O impacto gerado pela chegada da comitiva espanhola foi de tal forma significativo que a Tobis Portuguesa, que havia sido recentemente criada, em junho de 1932, realizou

---

<sup>20</sup> Fábio Alexandre Faria, “Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930”, *História – Revista da FLUP*, 13 (2023), p. 61-62.

<sup>21</sup> Cristina Carvalho, “O parque hoteleiro nos Estoris cosmopolitas, 1930-1939”, *Dirhotel – Associação dos diretores de hotéis de Portugal*, 15 (2014), p. 34.

<sup>22</sup> *Diário de Lisboa*, 26 de agosto de 1934, p. 6.

um documentário sobre esse momento, exibido no dia seguinte na capital espanhola<sup>23</sup>, numa ação de clara propaganda a favor da direita espanhola.

A mesma amabilidade terá sido manifestada pelo próprio general, que, inclusive, distribuiu autógrafos a quem o solicitou, agradecendo a hospitalidade e o carinho demonstrados por Portugal, e mostrou-se disponível para responder a todas as questões colocadas. Questionado sobre as razões que o levaram a entrar em Portugal, Sanjurjo destacou a ordem, a prosperidade e o sossego do país, salientando também as muitas semelhanças entre os povos peninsulares, pelo “que quasi me sinto em Espanha”. Na mesma lógica, o general espanhol revela que as informações que lhe foram transmitidas por compatriotas já estabelecidos em Portugal contribuíram para a sua escolha, embora também tivesse tirado passaporte para França e Itália<sup>24</sup>. A cordialidade do novo habitante do Estoril também foi destacada pelo *Novidades*, transcrevendo as declarações prestadas à chegada a Portugal, onde sublinhou a hospitalidade e o acolhimento carinhoso com que foi recebido<sup>25</sup>.

Desde que se exilou em Portugal, poucas foram as vezes que o general Sanjurjo se deslocou para fora do país. No espaço de dois anos, foi uma vez a Espanha, deslocando-se desde Gibraltar até Jerez e, posteriormente, viajou até à Alemanha para assistir aos Jogos Olímpicos<sup>26</sup>. Esta última viagem não terá sido, contudo, meramente lúdica, assentando, também, em motivações políticas, impulsionadas pelos novos desenvolvimentos ocorridos em Espanha, favoráveis ao regresso da esquerda ao poder, nos inícios de 1936. De facto, o verdadeiro motivo que o levou ao território germânico relacionou-se com o estabelecimento de contactos destinados a reforçar a conspiração das direitas espanholas, especialmente ao nível de material de guerra. O próprio Sanjurjo confirma esta dimensão da viagem à Alemanha nas cartas que remeteu a José António Primo de Rivera (1903-1936), entre março e abril de 1936, assumindo que estabeleceu contactos importantes durante a sua estadia nesse país que poderiam vir a

---

<sup>23</sup> Gabriel de Senna Pondé, *A morte do general Sanjurjo. Análise do tratamento da imprensa escrita portuguesa da época relativo ao acontecimento público*, Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2012, p. 30.

<sup>24</sup> *Diário de Lisboa*, 26 de agosto de 1934, p. 7.

<sup>25</sup> *Novidades*, 28 de abril de 1934, p. 3

<sup>26</sup> *Diário de Lisboa*, 20 de julho de 1936, p. 4. Por motivos de saúde, o general Sanjurjo deslocou-se também à província de Múrcia para tratamentos e, ainda, a Gibraltar, o que provocou um reforço da vigilância nessas regiões, receando-se que a sua presença pudesse fomentar a ocorrência de movimentos revolucionários (Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo...*, cit., p. 166-167).

ser úteis no futuro<sup>27</sup>. Aquando desta deslocação, Sanjurjo encontrou-se com Wilhelm Canaris (1887-1945), chefe dos serviços de espionagem do Ministério da Guerra, que lhe garantiu o auxílio germânico e o reconhecimento oficial do futuro governo espanhol, e contactou com os futuros embaixadores alemães em Burgos, Wilhelm von Faupel (1873-1945) e Eberhard von Stohrer (1883-1953), além dos vários acordos que também estabeleceu com Itália e Portugal<sup>28</sup>.

Efetivamente, a Alemanha nazi revelou-se o principal apoio das forças franquistas durante a Guerra Civil de Espanha, contribuindo decisivamente para o seu triunfo, em abril de 1939. Por outro lado, a existência desta correspondência demonstra que, enquanto permaneceu em Portugal, Sanjurjo manteve um contacto próximo com os seus correligionários, essencial para o desenvolvimento dos planos conspirativos. Para este fim, foram também fundamentais os encontros realizados no Estoril, com a conivência do governo e das autoridades salazaristas, comprometidos que estavam com os objetivos definidos pelos rebeldes espanhóis. Como afirma Bernardo Futscher Pereira, Salazar encontrava-se ao corrente da conspiração da direita espanhola, embora pudesse não conhecer com total exatidão todos os planos que estavam a ser delineados. Somava-se o contacto próximo que importantes figuras do regime, diretamente relacionadas com Salazar, mantinham com destacadas personalidades da direita espanhola, caso de Luís Teixeira de Sampaio, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que o mantinham informado sobre o desenvolvimento dos preparativos conspirativos<sup>29</sup>.

A implantação da Segunda República, em 1931, fora o primeiro momento que, na década de 1930, fizera deslocar para Portugal espanhóis que se opunham ao novo governo republicano, aproveitando a já antiga tradição de sociabilidades peninsulares. No ano seguinte, alguns dos implicados no golpe falhado de Sanjurjo também procuraram acolhimento no país vizinho, intensificando, então, o movimento migratório iniciado anteriormente. É, contudo, a entrada do general espanhol, em 1934, que impulsiona uma deslocação mais numerosa de cidadãos dessa nacionalidade, que passarão a gravitar em seu redor<sup>30</sup>. Esta afluência foi de tal forma significativa que, para responder a todas as solicitações, o Hotel Miramar

---

<sup>27</sup> Roberto Muñoz Bolaños, “Capitán José Sanjurjo Sacanell” in *Diccionario biográfico español*, vol. XLV – de Sáez Martínez a Santa Cruz Blasco, Madrid, Real Academia de la Historia, 2013.

<sup>28</sup> Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo...*, cit., p. 169-171.

<sup>29</sup> Bernardo Futscher Pereira, *A diplomacia de Salazar*, Lisboa, D. Quixote, 2012, p. 76.

<sup>30</sup> Desconhecem-se dados que permitam quantificar de forma exata estes fluxos migratórios. No entanto, conseguimos compreender a existência de movimentos populacionais mais numerosos com a chegada do general Sanjurjo, em 1934, e após a Frente Popular vencer as eleições, em

sentiu necessidade de solicitar a colaboração da Pensão Boaventura, propriedade de um dos sócios do Miramar e localizada no Chalé Madalena<sup>31</sup>. Somava-se, ainda, a presença de refugiados de outras nacionalidades, tornando o Estoril num importante centro de refúgio em Portugal, numa Europa que, cada vez mais, passava a ser um espaço de convulsões políticas e sociais. Entre estes, contavam-se algumas dezenas de brasileiros que fugiram para essa região na sequência de uma revolução ocorrida em São Paulo nos inícios da década de 1930<sup>32</sup>.

No que concerne aos refugiados espanhóis, eram, na sua maioria, elementos monárquicos, conservadores e militares interessados no derrube da República e na implementação de um governo autoritário de direita. Entre estes, e além do general Sanjurjo, os mais renomados eram o marquês de Quintanar (Fernando Gallego de Chaves Calleja, 1889-1974) e José Calvo Sotelo (1893-1936)<sup>33</sup>. Este último seria assassinado em Espanha nas vésperas da guerra civil, num contexto de crescentes animosidade política e violência. Sensivelmente a partir desta altura, a entrada de espanhóis tornou-se de tal forma significativa que os jornais portugueses sentiram necessidade de passar a anunciar a venda de moradias e quintas com a indicação dos preços em pesetas. Por outro lado, a presença destes refugiados em solo lusitano motivou a imprensa portuguesa a identificar o novo governo republicano com o caos e a desordem<sup>34</sup>.

Podemos considerar dois grandes momentos de entrada de refugiados opositores à República no decorrer da década de 1930: após abril de 1934, na sequência do estabelecimento do general Sanjurjo no Estoril, e depois de fevereiro de 1936, quando a Frente Popular venceu as eleições espanholas. Estes acontecimentos impactaram, por isso, a presença de espanhóis no país, visível, por exemplo, na fixação de 2.600 cidadãos dessa nacionalidade entre fevereiro e julho de 1936<sup>35</sup>. De acordo com algumas estimativas, após esta mudança política em Espanha, cerca de 15.000 pessoas ter-se-ão deslocado para Portugal, entre as quais um número significativo de monárquicos e conservadores<sup>36</sup>.

---

fevereiro de 1936, através das notícias publicadas na imprensa local, que remetem para a presença de um maior número de espanhóis nesses momentos.

<sup>31</sup> Cristina Carvalho, “O parque hoteleiro...”, cit., p. 34.

<sup>32</sup> Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*, Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 59.

<sup>33</sup> José Miguel Sardica, *Ibéria...*, cit., p. 108.

<sup>34</sup> César Oliveira, *Portugal...*, cit., p. 78.

<sup>35</sup> Luís Cunha, *Memória social em Campo Maior: usos e percursos da fronteira*, Lisboa, D. Quixote, 2006, p. 260.

<sup>36</sup> Michael Alpert, *A new international history of the Spanish Civil War*, New York, Palgrave, 1994, p. 53.

Assim, na sua maioria, estas vagas de refugiados anteriores à Guerra Civil de Espanha eram compostas por espanhóis que tinham um objetivo político bastante claro, o de fazer cair a República. Para isso, serviram-se do território português, uma vez que o governo salazarista não lhes colocou obstáculos e até facilitou a sua entrada e movimentação<sup>37</sup>. Diferenciaram-se, a vários níveis, dos refugiados que entraram durante a guerra civil, como a filiação política, o estatuto social, o acolhimento ministrado pelo governo português e os espaços por onde transitaram, especialmente localizados no litoral, como Lisboa, Figueira da Foz e Estoril<sup>38</sup>. Em relação a esta última localidade, o jornalista inglês Ralph Winston Fox (1900-1936) testemunhou a presença destes espanhóis ilustres e politicamente comprometidos, logo nos primeiros momentos da contenda então iniciada em Espanha<sup>39</sup>.

Poucos meses após a chegada de Sanjurjo ao Estoril ocorre, em Espanha, o movimento revolucionário de outubro de 1934. Desde o verão desse ano que o general espanhol mantinha encontros assíduos com importantes elementos da política espanhola, por intermédio dos quais acompanhava o desenrolar dos acontecimentos no seu país, nomeadamente o reforço da posição da direita e os planos conspirativos da esquerda<sup>40</sup>. Além destes encontros presenciais, Sanjurjo recorreu também a uma regular troca de correspondência com amigos e familiares que se mantinham em Espanha, cuja leitura permite conhecer os avanços e os recuos na preparação do golpe militar, assim como a perceção dos seus principais intervenientes. Os comentários passados ao general exilado convergiam na ideia de que, no verão de 1934, Espanha se encontrava à beira da desintegração nacional e do domínio soviético e que apenas Sanjurjo a poderia salvar do caos. Entre os principais remetentes contaram-se Emilio Mola y Vidal (1887-1937) e Emilio Esteban-Infantes, outro dos militares implicados na intentona de agosto de 1932<sup>41</sup>. A insurreição dos inícios de outubro de 1934, organizada pelas esquerdas e com particular foco nas Astúrias e na Catalunha, foi um dos episódios que mais despertou a atenção e a preocupação do general Sanjurjo, que se manteve ao corrente dos acontecimentos por intermédio das missivas endereçadas por várias figuras da vida política, desde diversos pontos de Espanha, como Antonio Royo Villanova (deputado por Valladolid) e, inclusive, pelo próprio filho,

---

<sup>37</sup> César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 1987, p. 114.

<sup>38</sup> Fábio Alexandre Faria, *Refugiados espanhóis...*, cit., p. 42.

<sup>39</sup> Ralph Fox, *Portugal now – Um espião comunista no Estado Novo, 1936*, Lisboa, Tinta-da-china.

<sup>40</sup> Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo...*, cit., p. 143-144.

<sup>41</sup> Fernando del Rey Reguillo, “Percepciones contrarrevolucionarias. Octubre de 1934 e el epistolario del General Sanjurjo”, *Revista de Estudios Políticos*, 159 (2013), p. 83-86.

Justo, que se havia deslocado para Barcelona. Todas as cartas recebidas neste momento refletiam a inquietação que grassava entre os conservadores a respeito do desmoronamento da unidade nacional e da ordem social<sup>42</sup>.

As informações recebidas levaram Sanjurjo a contactar telefonicamente com um dos seus remetentes, Royo Villanova, manifestando a sua disponibilidade para colaborar com o governo espanhol de Alejandro Lerroux, perante a resistência e a insurreição revolucionária das esquerdas<sup>43</sup>. Esta disponibilidade do general espanhol teve o condão de acalentar as esperanças e gerar entusiasmo entre o seu círculo mais próximo e os seus partidários, desejosos do seu regresso do exílio para combater a rebelião das esquerdas, que entendiam ser o reverso do 10 de agosto de 1932<sup>44</sup>. Assistiu-se, ao longo de 1935, à manutenção dos contactos entre Sanjurjo e os seus correligionários, amigos e familiares, que, em particular, davam conta da realização das primeiras reuniões com fins conspirativos nos finais desse ano. No início do ano seguinte, o triunfo da Frente Popular nas eleições de fevereiro permite o regresso das esquerdas ao poder e, consequentemente, a intensificação das propostas de sublevação militar<sup>45</sup>.

Sanjurjo era, sem dúvida, a principal figura exilada em Portugal. Assim, não se estranha que a sua presença tenha passado a ser atrativa para muitos espanhóis que também eram favoráveis à queda da República, juntando-se, àqueles que passaram a residir na região, as muitas visitas sazonais. Entre estes contaram-se elementos enviados pelo general Emilio Mola, outra importante figura da conspiração, monárquicos, especialmente pertencentes à *Renovación Española*, um partido de ideologia monárquica de direita, militares antirrepublicanos, assim como Manuel Fal Conde (1894-1975) e Juan Antonio Ansaldo (1901-1958), entre outros<sup>46</sup>. Portanto, indivíduos provenientes de vários quadrantes políticos convergiam no Estoril e em Lisboa unidos pela mesma missão.

Nos inícios de março de 1936, pouco tempo após regressar da sua viagem à Alemanha, o general Sanjurjo recebe uma carta remetida por Emilio Mola, onde este, manifestando a sua lealdade incondicional, lhe reconhece a liderança da conspiração contra o governo republicano, mesmo antes “de la crucial reunión celebrada por la “Junta de Generales” el 8 de marzo”, onde se delinearão os planos da rebelião e se atribuiu formalmente a chefia a Sanjurjo<sup>47</sup>.

<sup>42</sup> Fernando del Rey Reguillo, “Percepciones contrarrevolucionarias...”, cit., p. 90.

<sup>43</sup> Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo...*, cit., p. 146.

<sup>44</sup> Fernando del Rey Reguillo, “Percepciones contrarrevolucionarias...”, cit., p. 95.

<sup>45</sup> Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo...*, cit., p. 168.

<sup>46</sup> César Oliveira, *Portugal...*, cit., p. 265.

<sup>47</sup> Fernando del Rey Reguillo, “Los papeles de un conspirador. Documentos para la historia de las tramas golpistas de 1936”, *Dimensioni e problemi della ricerca storica*, 2 (2018), p. 131.

O acompanhamento que o general espanhol faz dos preparativos da conspiração, por intermédio de encontros pessoais e da troca de correspondência, revela-lhe alguma incapacidade e falta de decisão, o que comprometia o sucesso do movimento e, naturalmente, preocupava Sanjurjo<sup>48</sup>.

Por outro lado, alguns destes encontros também ocorreram devido às divergências existentes entre as chefias rebeldes nas vésperas da guerra civil, como as mantidas entre o general Mola e Fal Conde, líder dos carlistas. Neste contexto, Sanjurjo foi requisitado para servir de mediador nas diferenças, encontrando-se com ambos. Fal Conde participou numa reunião com o general Sanjurjo e o príncipe Javier Borbón (1889-1977), com o objetivo de preparar o envolvimento do movimento carlista na contenda<sup>49</sup>. Foi também neste contexto de tentativa de saneamento das divergências entre os conspiradores que, nas vésperas do levantamento, o general espanhol recebeu a visita de outro elemento das direitas, um carlista convicto, Antonio de Lizarza Iribarren (1891-1974)<sup>50</sup>. Assiste-se, portanto, a um constante vai-e-vem de agentes carlistas entre Espanha e o Estoril, que confirma a tese da cumplicidade do Estado Novo português na conspiração das direitas espanholas.

O próprio embaixador espanhol ao serviço da República, a exercer funções em Portugal desde maio de 1936, Claudio Sánchez Albornoz (1893-1984), tinha consciência das atividades conspirativas levadas a cabo no Estoril, com ampla participação do general Sanjurjo. Da mesma forma, tal facto também não passou despercebido a Salazar que, inclusive, mantinha contactos próximos com o marquês de Quintanar, com quem reunia regularmente, sobretudo após o triunfo eleitoral da Frente Popular, uma vez que foi a partir desta altura que se assistiu a uma aceleração da conspiração rebelde. Assim que a insurreição estalou no outro lado da fronteira, Salazar reuniu-se com altas individualidades portuguesas e espanholas, como o capitão Agostinho Lourenço (1886-1964), diretor da PVDE, o ministro do Interior Mário Pais de Sousa (1891-1949), o general Sanjurjo e o marquês de Quintanar<sup>51</sup>. Alguma historiografia tem sublinhado que, devido às relações mantidas entre os conspiradores espanhóis e a direita portuguesa próxima de Salazar, o governo e as autoridades policiais

---

<sup>48</sup> Enrique Sacanell Ruiz de Apodaca, *El general Sanjurjo...*, cit., p. 168.

<sup>49</sup> Rúben Serém, *Conspiracy, coup d'état and civil war in Seville (1936-1939): History and myth in Francoist Spain*, Liverpool, Liverpool University Press, 2017, p. 37-38.

<sup>50</sup> José Manuel Martínez Bande, *Los años críticos...*, cit., p. 240.

<sup>51</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar. Uma biografia política*, Lisboa, D. Quixote, 2010, p. 218. Salazar deixou registado este encontro, realizado às 15h do dia 18 de julho de 1936, nos seus diários (o autor consultou o eBook da obra Madalena Garcia (ed.), *Diários de Salazar 1933-1968*, Porto, Porto Editora, 2021, que não se encontra paginada).

portuguesas estavam cientes da ocorrência eminente de um golpe militar<sup>52</sup>. Mais especificamente, o próprio marquês de Quintanar ter-se-á deslocado a Portugal, poucos meses antes do início da guerra civil, para informar sobre os preparativos da conspiração<sup>53</sup>, como assinalam os diários de Salazar.

Constitui também exemplo das reuniões da direita espanhola em Portugal, e do conhecimento do governo português relativamente aos preparativos conspirativos, o encontro ocorrido em maio de 1936 no Estoril. Esta reunião contou com representantes dos países que, no decorrer da guerra civil, se oporiam ao governo republicano, demonstrando que o território português, mais do que servir para a organização do golpe entre os rebeldes espanhóis, foi um espaço em que os apoios estrangeiros se começavam a reunir para concertar ações a favor do derrube da República. De acordo com correspondência trocada entre membros da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e da *Federación Anarquista Ibérica* (FAI), dois meses antes do início da guerra civil, estiveram reunidos no Estoril os generais espanhóis José Cavalcanti (1871-1937), que participara na *Sanjurjada*, e Fernández Pérez, autoridades portuguesas e os ministros alemão e italiano, Hans Herman Volkers e Pedrazzi, respetivamente<sup>54</sup>. Tendo em consideração a origem destas informações, provenientes de grupos da oposição de esquerda, devemos colocar-lhes algumas reservas, já que muitas não passavam de boatos.

A manutenção assídua de correspondência prova que muitos destes refugiados se encontravam bem relacionados com a direita portuguesa e importantes figuras do regime salazarista, o que, evidentemente, facilitava a sua circulação pelo país em momentos de maior necessidade, como o período que antecedeu a guerra civil. Observa-se, portanto, a importância do estabelecimento de contactos prévios no processo de entrada em Portugal, tanto antes como durante o conflito. De facto, também os refugiados republicanos pós-julho de 1936 recorreram às sociabilidades existentes entre os dois lados da fronteira, por questões de trabalho, de lazer, de contrabando, familiares ou de amizade, na procura por refúgio no país vizinho<sup>55</sup>. Destaca-se, neste particular, o caso do marquês de Quintanar, que se correspondeu de forma assídua com o casal António Ferro (1895-1956) e Fernanda de Castro (1900-1994), antes, durante

---

<sup>52</sup> César Oliveira, *Salazar...*, cit., p. 115.

<sup>53</sup> Carlos Olavo, “Guerra Civil de Espanha” in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, Lisboa, Figueirinhas, 1999.

<sup>54</sup> Filomena Abreu, “A rádio portuguesa e a Guerra Civil de Espanha” in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri/FCSH da UNL, 1998, p. 127-128.

<sup>55</sup> Fábio Alexandre Faria, *Refugiados espanhóis...*, cit., p. 54.

e após a Guerra Civil de Espanha. O relacionamento entre estas figuras advinha do facto de estarem ligados à área da cultura e da literatura, pelo que partilhavam ideias e mantinham contactos mais próximos, que acabaram por ser resgatados nos anos que antecederam o conflito espanhol. Cite-se, a título de exemplo, a tradução que o marquês de Quintanar fez da obra de António Sardinha (1887-1925), em 1930, de quem, aliás, era amigo pessoal, *A Aliança Peninsular – Antecedentes e Possibilidades*, publicada em 1924<sup>56</sup>.

Além disso, vários destes refugiados já tinham um conhecimento do território português, fruto de viagens anteriores, o que ajudava à integração no novo país. Nos inícios de 1922, o marquês de Quintanar, que seria diretor da revista *Acción Española*, nos inícios da década de 1930, escrevia a António Ferro, referindo-se a uma viagem ao Estoril, o que demonstra que já se encontrava familiarizado com a região quando se refugiou durante o período da Segunda República de Espanha<sup>57</sup>. Nos inícios de 1925, numa nova correspondência, o ensaísta espanhol mencionou uma nova viagem por Portugal, contemplando um longo itinerário que passava por localidades como Viseu, Buçaco, Coimbra, Estoril, Lisboa, Cascais, Évora e Elvas<sup>58</sup>. É ainda mais reveladora desta proximidade a carta que o marquês de Quintanar escreveu a Fernanda de Castro aquando da morte de António Ferro, em novembro de 1956, na qual aludia a vários momentos que marcaram a amizade mantida entre os casais, nomeadamente uma viagem por Portugal com a participação de escritores de vários países e os diversos encontros literários realizados em casa do casal Ferro, terminando com um sentido “un cariño de auténticos amigos de siempre te abrazan”<sup>59</sup>. Nas memórias redigidas mais tarde, Fernanda de Castro também se refere a este relacionamento, não só com o marquês de Quintanar, mas também com outros espanhóis, vários deles refugiados em Portugal neste período<sup>60</sup>.

A imprensa nacional e local não ficou indiferente à presença espanhola no Estoril. Na sua edição de 13 de setembro de 1935, o *Diário de Lisboa*, mantendo o seu discurso elogioso à direita espanhola, refere que “muitas visitas agradáveis tem recebido no seu voluntário desterro o heroico general Sanjujro”, o que contribuiu para elevar a região, sobretudo do ponto de vista turístico, uma vez que a propagandeavam no regresso a Espanha. Destaca este jornal a visita de dois amigos íntimos do general espanhol, António Cañero e Tomás Borrás, que o fizeram recordar dos tempos em Espanha e o acompanharam nos passeios

---

<sup>56</sup> Maria da Conceição Cabrita, “Aliança Peninsular”, *Revista Militar*, 2496, (2010).

<sup>57</sup> Fundação António Quadros (Rio Maior), Fundo AFC, Caixa 023, Correspondência.

<sup>58</sup> Fundação António Quadros (Rio Maior), Fundo AFC, Caixa 023, Correspondência.

<sup>59</sup> Fundação António Quadros (Rio Maior), Fundo AFC, Caixa 023, Correspondência.

<sup>60</sup> Fernanda de Castro, *Memórias (1906-1987)*, Rio Maior, Fundação António Quadros, 2024.

pelo Estoril, desde o Hotel Palácio ao Casino<sup>61</sup>. No âmbito local, *O Estoril* revela que, no verão de 1934, poucos meses após a chegada de Sanjurjo se assistiu a um aumento do número de famílias espanholas na região, tendência que se manteve no ano seguinte, quando, também no estio, se contabilizava a estada de cerca de 2.000 espanhóis<sup>62</sup>. Assim, a permanência de Sanjurjo e dos restantes conspiradores no Estoril favoreceu, não só a causa rebelde da direita espanhola, mas também a própria região portuguesa, beneficiando-a em termos económicos. Além disso, a presença destas figuras espanholas contribuiu para o desenvolvimento da aura cosmopolita do Estoril, que se tornou na base não oficial da resistência da direita espanhola<sup>63</sup>.

A instabilidade e a violência que marcaram as vésperas da Guerra Civil de Espanha, de que foi exemplo o assassinato de Calvo Sotelo, refletiram-se em Portugal, sobretudo ao nível da entrada de espanhóis, que se manteve particularmente atento ao desenrolar dos acontecimentos. Poucos dias antes do golpe militar, o *Diário de Lisboa* noticiava a chegada de várias famílias espanholas aos hotéis de Viana do Castelo. Do lado de Espanha acreditava-se que o general Sanjurjo regressaria na noite do dia 15 de julho para liderar um movimento revolucionário, pelo que as autoridades espanholas estavam empenhadas num reforço da vigilância fronteiriça na região do Minho. Segundo o mesmo jornal, o general espanhol não manifestava interesse em regressar ao seu país e afirmava estar “completamente afastado de toda e qualquer atividade política”<sup>64</sup>. No entanto, como bem sabemos, esta última afirmação não corresponde, de todo, à verdade, uma vez que Sanjurjo foi um dos grandes estrategas do golpe de julho de 1936.

Comprova também a afinidade político-ideológica do Estado Novo com a direita espanhola a forma como a viúva de José Calvo Sotelo foi recebida em Portugal no dia 18 de julho, quando principiava a guerra civil. A primeira página do *Diário de Lisboa* desse dia era dedicada ao levantamento militar ocorrido na véspera no território espanhol em Marrocos, contendo também uma pequena notícia sobre a chegada da família de Calvo Sotelo à capital portuguesa. De acordo com este periódico, Enriqueta de Calvo Sotelo foi recebida “por numerosos espanhóis, que saudaram respeitosamente a enlutada senhora e a acompanharam a pé até ao hotel da Baixa, onde seu marido se hospedou quando esteve refugiado em Portugal após a proclamação da República espanhola”. No

---

<sup>61</sup> *Diário de Lisboa*, 13 de setembro de 1935, p. 4.

<sup>62</sup> *O Estoril*, 28 de outubro de 1934 e 31 de agosto de 1935, p. 1.

<sup>63</sup> Anjos, *O turismo... cit.*, p. 36.

<sup>64</sup> *Diário de Lisboa*, 15 de julho de 1936, p. 5.

percurso até ao hotel, a viúva foi acompanhada de perto pelo general Sanjurjo e por outras importantes figuras da direita espanhola, como o marquês de Quintanar e a marquesa de Arguelles. Nesta mesma notícia, o *Diário de Lisboa* refere que a esposa de Calvo Sotelo tinha intenção de viajar até ao Estoril para o visitar, fazendo-o após o assassinato “porque a toda a hora estavam recebendo avisos de que os iam matar para “exterminar la raza”<sup>65</sup>. Entendemos que Enriqueta Sotelo considera que os inimigos políticos do marido, da facção republicana, pretendiam continuar o que haviam começado com Calvo Sotelo e assassinar a restante família. Aliás, terá sido este receio que a impulsionou a entrar em Portugal.

Com o início do golpe, e a prolongada guerra civil, a região do Estoril continuou a ser um importante ponto de apoio para os revoltosos. Com efeito, o Rádio Clube Português (RCP), de Jorge Botelho Moniz (1898-1961), passou a desenvolver uma intensa campanha que visava a angariação de donativos para as tropas de Franco, acumulando grandes quantidades de mantimentos, medicamentos e vestuário, que seguiam para Espanha em diversas viaturas, também organizadas pelo RCP. Estas eram cedidas por privados, particularmente sedeados no Monte Estoril (de que é exemplo, a Garagem Alvarez, do espanhol Celso Alvarez), e o transporte ficava a cargo de espanhóis refugiados na região. Importantes figuras da conspiração rebelde eram presença assídua nos estúdios do RCP, o que denota o alinhamento do regime português com a causa nacionalista, entre as quais o marquês de Quintanar, Gil Robles, Mariano Amoedo, Suárez Infiesta, conde de Peña Castillo e marquês de Contadero<sup>66</sup>.

Em 1936, Ralph Fox, comunista, passou por Portugal quando se encaminhava para combater na guerra civil e comprovou o colaboracionismo e a disponibilidade de Salazar para que o território português continuasse a ser utilizado como espaço de apoio à conspiração da direita espanhola e aos rebeldes de Franco. Segundo Fox, “O Estoril [...] É o paraíso de um exilado”, onde “Os grandes de Espanha, os condes, marqueses e duques [...] enchem o casino todas as noites [...] sentam-se na esplanada à tarde, apanham banhos de sol [...] de manhã”<sup>67</sup>. Continuava o jornalista inglês, descrevendo a forma como passavam os dias e como se movimentavam no Estoril. Embora muitos fossem homens mais velhos, “muito altivos e pálidos”, também se encontravam jovens no Estoril e em Lisboa, entre os quais “oficiais das forças franquistas a gozar licença”, elementos pertencentes à Falange ou indivíduos que trabalhavam

---

<sup>65</sup> *Diário de Lisboa*, 18 de julho de 1936, p. 1.

<sup>66</sup> Filomena Abreu, “A rádio portuguesa...”, cit., p. 129.

<sup>67</sup> Ralph Fox, *Portugal now...* cit., p. 65-66.

em instituições civis ou militares franquistas na capital portuguesa. De uma forma geral, as noites, e mesmo alguns dias, eram passados nos bares dos hotéis onde estavam hospedados, como o Vitória e o Aviz, frequentemente acompanhados por “umas raparigas encantadoras que se sentam com eles”. Ao nível profissional, as ações conspirativas constituíam a principal atividade destes espanhóis, destinadas a prejudicar o grupo republicano, tentando levar os trabalhadores anarquistas a aderir à Falange ou influenciando a imprensa portuguesa no sentido de denegrir a imagem dos “vermelhos”<sup>68</sup>.

Conspiração à parte, durante os dois anos que permaneceu no Estoril, Sanjurjo experienciou dois importantes momentos na sua vida pessoal. Nos inícios de agosto de 1934, assistiu ao casamento do seu filho Justo com a filha da marquesa de Villamediana, Maria de la Concepción de Camín y de Lara, que, além da presença dos espanhóis com quem o general se relacionava em Portugal, contou com a visita de concidadãos vindos de Espanha, entre os quais José Félix Lequerica, João Inácio Luca de Tena, o marquês de Orellana e Honório Maura y Gamazo<sup>69</sup>. Poucos meses depois, em 1935, Sanjurjo é pai novamente, desta vez de uma menina, a que deu o nome de Carlota<sup>70</sup>. Para o general espanhol, Portugal não foi, portanto, apenas um espaço de refúgio e conspiração, representando também um lugar de importantes concretizações pessoais e familiares.

### **A morte antes do triunfo**

No entanto, a pequena Carlota ficaria órfã de pai com cerca de um ano de idade, uma vez que, no dia 20 de julho de 1936, um acidente aéreo vitimou o general Sanjurjo quando se dirigia para Espanha para liderar a rebelião, abrindo assim caminho à chefia do general Francisco Franco na guerra civil e a uma prolongada ditadura, que só terminaria cerca de 40 anos depois, em 1975.

Olhando para os últimos meses de atividade espanhola no Estoril, compreende-se que o golpe militar tenha entusiasmado os muitos espanhóis residentes nessa região, pelo que acompanhavam com atenção as notícias transmitidas pelas rádios e todas as informações a que tinham acesso pelo telefone ou por intermédio de amigos e conhecidos. À cabeça deste grupo

---

<sup>68</sup> Ralph Fox, *Portugal now...*, cit., p. 66-68.

<sup>69</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal O Século, Álbums Gerais, n.º 31.

<sup>70</sup> Roberto Muñoz Bolaños, “Capitán José Sanjurjo Sacanell...”, cit., s.p.

estava, evidentemente, o general Sanjurjo, que “até de madrugada esteve ouvindo as comunicações dos postos emissores em poder dos revoltosos”, encontrando-se “absolutamente identificado com os seus camaradas Franco e Mola e com todos os espanhóis que neste momento lutam pela Nação”. O sentimento entre os espanhóis instalados no Estoril era, pois, de profunda confiança no triunfo do golpe militar, como era manifestado por figuras como o jornalista e deputado Juan Pujol, que havia entrado recentemente em Portugal, na mesma altura em que chegaram Alejandro Lerroux e a viúva de Calvo Sotelo<sup>71</sup>.

Apesar desta firme convicção, o início da guerra civil não decorreu sem contratempos para os revoltosos, nomeadamente ao nível da liderança do movimento. No dia 20 de julho, a primeira página do *Diário de Lisboa* abria com a notícia “O general Sanjurjo morreu carbonizado quando descolava hoje, num avião, no campo de corridas da Marinha, em Cascais”. Relatava este periódico, num tom elogioso, que este acidente, ocorrido por volta das 16h30, “custou a vida ao grande cabo-de-guerra espanhol”, quando era transportado para Espanha pelo aviador Juan Antonio Ansaldo, que sobreviveu à queda com ferimentos ligeiros. A ocorrência do acidente motivou a deslocação ao local de “milhares de pessoas e todos os emigrados espanhóis que se encontram em Lisboa”, o que, a ser verdade, atesta o grande impacto que o general Sanjurjo teve na região e entre os seus concidadãos<sup>72</sup>. O mesmo enaltecimento está presente na forma como o jornalista Artur Portela (1901-1959) terminou uma notícia em que evocou o recém-falecido general espanhol, “morreu Sanjurjo, o grande soldado de Espanha!<sup>73</sup>”.

De acordo com os relatos do acidente, decorreram poucos minutos desde que a avioneta descolou até cair, após a quebra de uma hélice, que provocou a perda de velocidade. Uma vez que se tratava da partida do general Sanjurjo para Espanha, encontravam-se algumas pessoas no campo de Cascais, que acorreram ao local da queda e retiraram o aviador Juan Ansaldo, posteriormente conduzido ao Hospital da Misericórdia de Cascais. Entre estas pessoas estava a esposa do general espanhol. Cerca de um ano após o acidente, Portugal continuava a recorrer a um discurso elogioso para evocar Sanjurjo. Em setembro de 1937, referia-se “No céu, para onde vão todas as almas boas como a sua [...], deve estar contente o glorioso general José Sanjurjo”<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Félix Correia, *Quem vem lá?...*, cit., p. 31-32.

<sup>72</sup> *Diário de Lisboa*, 20 de julho de 1936, p. 1.

<sup>73</sup> *Diário de Lisboa*, 20 de julho de 1936, p. 3.

<sup>74</sup> Félix Correia, *Quem vem lá?...*, cit., p. 32-33.

Quanto às causas do acidente, existiram, evidentemente, várias versões. O próprio Ansaldo considerava que a queda do avião havia sido provocada pelo excesso de bagagem transportada pelo general. Outras vozes, como Bravo Morata e Sacanell Ruiz de Apodaca levantavam a hipótese de sabotagem, embora nunca confirmada<sup>75</sup>. Por outro lado, alguns políticos monárquicos, como Eugenio Vegas Latapie e Pedro Sainz Rodríguez, atribuem as culpas do acidente ao ato imprudente e irrefletido de Juan Ansaldo, uma vez que desobedecera às instruções do general Mola e decidira levantar voo num lugar pouco apropriado para o efeito. De facto, as ordens vindas de Espanha haviam ido no sentido de ser o piloto francês Lacombe a levar o general Sanjurjo ao seu país natal, num avião bimotor mais seguro, que, aliás, já se encontrava em Portugal desde o dia 18 de julho, e não Ansaldo, que, ainda assim, insistira em concretizar tal ação<sup>76</sup>. Cabe mencionar que o governo e as autoridades portuguesas acompanharam todo o processo de embarque do general espanhol. Quando se iniciou a guerra civil, Sanjurjo solicitou autorização para poder levantar voo a partir do aeródromo militar de Alverca, algo que o governo republicano queria evitar e pediu ao seu congénere português que fosse recusado. No entanto, Salazar, em mais um ato de cumplicidade com a causa rebelde, anuiu à solicitação da República espanhola, mas autorizou que Sanjurjo descolasse a partir de um aeródromo civil, num movimento coordenado com a polícia portuguesa liderada por Agostinho Lourenço, a quem o general espanhol já havia recorrido em primeira instância<sup>77</sup>.

Nos dias que se seguiram ao acidente, a imprensa portuguesa continuou a informar sobre as cerimónias fúnebres do general Sanjurjo e a recuperação de Ansaldo, ao mesmo tempo que noticiava sobre o avanço dos acontecimentos em Espanha. Segundo o *Diário de Lisboa*, a queda da avioneta teria sido provocada pelo excessivo peso dos depósitos cheios, que sobrecarregou o aparelho no momento da descolagem, levando a um esforço não suportado, a que se somou ainda o campo pouco apropriado para o efeito. Em relação às cerimónias fúnebres, este periódico informava que o corpo do general Sanjurjo se encontrava na igreja de Santo António do Estoril, a mesma onde o seu filho mais velho casou e a filha mais nova foi batizada, que acolheu muitos espanhóis e portugueses que lhe quiseram prestar uma última homenagem. De salientar também a ornamentação com elementos como a bandeira e uma almofada com

---

<sup>75</sup> Segundo esta versão, a queda do avião ficara a dever-se a uma conspiração republicana, liderada por Angel Gallarza, diretor-geral da polícia espanhola, que teria financiado uma sabotagem, na qual haviam participado também elementos portugueses (Bernardo Futscher Pereira, *A diplomacia...*, cit., p. 79).

<sup>76</sup> Roberto Muñoz Bolaños, “Capitán José Sanjurjo Sacanell...”, cit., s.p.

<sup>77</sup> Bernardo Futscher Pereira, *A diplomacia...*, cit., p. 78.

as armas da monarquia espanhola e a bandeira portuguesa, “significando o muito que ao heroico oficial queriam todos os portugueses que o conheciam”, e, ainda, a presença de vários fascistas espanhóis fardados, que “fazem a guarda ao corpo do general Sanjurjo”<sup>78</sup>. Quanto a Juan Ansaldo, saiu do Hospital de Cascais no dia seguinte ao acidente e passou mais uns dias na clínica de Alberto Madureira, localizada no Monte Estoril, seguindo, posteriormente, para a casa da marquesa de Arguelles<sup>79</sup>.

O cortejo fúnebre iniciou a sua marcha por volta das 13 horas do dia 22 de julho, com muitas manifestações de apreço para com o general espanhol. Duas horas antes, às 11 horas, principiaram as exéquias fúnebres pelo padre António José Mota, que contou com uma ampla participação “da maioria da colónia espanhola de Lisboa e da Costa do Sol [...] muitas dezenas de portugueses [...] estando o templo cheio até ao adro”. A urna encontrava-se coberta com a bandeira das campanhas de Marrocos e uma bandeira portuguesa, além dos inúmeros ramos e coroas de flores. Segundo a imprensa portuguesa, o primeiro grupo de pessoas que seguia na frente do cortejo era constituído pelo padre António José Mota, doutor Alberto Madureira, duque de Maura, marquês de Cavalcanti, marquês de Quintanar e marquês de Orefana, conde de Rojas, Luiz Calvo Sotelo e D. Juan Pujci, além de “muitas centenas de portugueses e espanhóis de ambos os sexos que seguiam a pé e uma interminável fila de automóveis”<sup>80</sup>.

No cemitério do Estoril, onde o general Sanjurjo ficou sepultado até se concretizar a transladação<sup>81</sup>, estiveram fisicamente presentes fascistas espanhóis e italianos e jornalistas portugueses, espanhóis e representantes de jornais de outros países, destacando-se também as coroas de flores enviadas por entidades locais, como o Hotel Miramar, onde estivera alojado, e outros amigos, caso do rei Afonso XIII<sup>82</sup>. O momento ficou ainda marcado por vários discursos, proferidos por importantes figuras espanholas, como Antonio Font, chefe dos falangistas, que enalteceu Sanjurjo com o grito “General D. José Sanjurjo! Presente! Arriba España!”, e, mais especificamente, o marquês de Quintanar e o marquês de Cavalcanti, que recordaram o general espanhol com palavras

---

<sup>78</sup> *Diário de Lisboa*, 21 de julho de 1936, p. 3.

<sup>79</sup> *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1936, p. 1.

<sup>80</sup> *Diário de Lisboa*, 22 de julho de 1936, p. 4.

<sup>81</sup> A transladação dos restos mortais de Sanjurjo concretizou-se em meados de outubro de 1939, já depois da vitória franquista, registada por Salazar nos seus diários, onde destacou os agradecimentos endereçados pela comissão espanhola responsável pelo ato (Madalena Garcia (ed.), *Diários de Salazar...*, cit., s.p.).

<sup>82</sup> Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, *O turismo...*, cit., p. 172.

bastante emocionadas. Discursou ainda Alberto Madureira, que incentivou os jovens portugueses e espanhóis a seguirem o exemplo de Sanjurjo<sup>83</sup>.

Ao nível da imprensa local, o acontecimento também mereceu ampla divulgação. *O Estoril*, inclusive, homenageou Sanjurjo, recordando que o general havia sido admirado pela maioria dos habitantes de Cascais e do Estoril por causa da sua simplicidade, a que se somavam os benefícios trazidos pela sua permanência na região, uma vez que “após a sua chegada começaram afluindo espanhóis de elevada categoria, atraídos uns pelo afeto que lhe dispensavam e outros trazidos pelo noticiário dos jornais de ambos os países, que durante alguns dias se ocuparam da sua personalidade”<sup>84</sup>. No mesmo sentido, a própria morte do general espanhol também beneficiou a atividade turística do eixo Cascais-Estoril, já que o acontecimento foi divulgado internacionalmente, incluindo imagens do local do acidente e da própria região<sup>85</sup>. O trágico evento não levou à saída da família do falecido general do Estoril, que então transitou da Vila Leocádia para o Hotel Miramar, onde já estivera instalada aquando da chegada a Portugal<sup>86</sup>. Mais do que isso, a partir do Estoril, a viúva de Sanjurjo continuou a assegurar o fornecimento de ajuda material aos nacionalistas espanhóis, mantendo o compromisso assumido pelo general para com a conspiração agora liderada por Francisco Franco<sup>87</sup>.

Embora o grupo rebelde apoiado pelo general Sanjurjo não tenha conseguido fazer triunfar de forma célere o levantamento militar do 18 de julho, saiu vitorioso da guerra civil que se lhe seguiu, terminada em abril de 1939. Desde esse primeiro dia, os autodenominados nacionalistas sofreram perdas de importantes chefes militares, como o general Sanjurjo, mas também o general Emilio Mola, em junho de 1937. Foi a morte de Sanjurjo que abriu caminho à liderança de Francisco Franco, uma vez que era ao primeiro que os rebeldes pretendiam entregar a chefia da revolta e do futuro Estado que se pretendia edificar em Espanha<sup>88</sup>. O golpe que fora planeado por Sanjurjo triunfara, mas não sob a sua liderança, ainda que o seu infortúnio tenha acabado por permitir o estabelecimento da longa ditadura franquista.

---

<sup>83</sup> *Diário de Lisboa*, 22 de julho de 1936, p. 4.

<sup>84</sup> *O Estoril*, 26 de julho de 1936, p. 1.

<sup>85</sup> Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, *O turismo...*, cit., p. 37.

<sup>86</sup> *O Estoril*, 4 de abril de 1937, p. 1.

<sup>87</sup> Joana Vieira Cruz, *Cascais e Estoril como centro de acolhimento de refugiados entre 1931 e 1945*, Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 2024, p. 59.

<sup>88</sup> Fernando Rosas, “O Estado Novo e a Guerra Civil de Espanha na sociedade das nações”, *Revista Portuguesa de História*, 38 (2006), p. 135.

### Considerações finais

Já é bem conhecida a convivência de Salazar com os rebeldes espanhóis a partir de julho de 1936, com a eclosão da Guerra Civil de Espanha, visível numa concessão de auxílio que cobriu diversas áreas de intervenção, desde a material e logística à financeira, passando pela intervenção policial repressora, a política de informação, a ajuda militar direta e, ainda, a frente político-diplomática<sup>89</sup>. Embora menos considerado quando comparado ao apoio nazi-fascista da Alemanha e da Itália, o colaboracionismo português foi, de facto, importante para o triunfo de Franco na contenda espanhola. Igualmente menos destacada pela historiografia, mas também de especial significado e relevância no desenvolvimento da política ibérica deste período, é a cumplicidade do governo português com a preparação do levantamento militar de julho de 1936. Entre 1934 e 1936, coincidente com o exílio de Sanjurjo no Estoril, Portugal constituiu um espaço seguro para o desenvolvimento dos planos conspirativos da direita espanhola, já que o governo português foi conivente com a constante entrada e saída de conspiradores que visitavam o general e lhe passavam informações sobre o desenrolar dos acontecimentos em Espanha. Além da identificação político-ideológica com as tramas de Sanjurjo e dos seus correligionários, favoráveis aos intentos do Estado Novo de impedir que as esquerdas e particularmente o comunismo, dominassem o país vizinho, o regime salazarista também beneficiou economicamente da presença destes espanhóis, de classes sociais mais abastadas, e das visitas assíduas das respetivas famílias.

Contrariamente aos anos imediatamente anteriores, o designado “biénio cedista” foi um período em que as relações ibéricas entraram num clima de maior acalmia e proximidade, devido à presença da direita no governo espanhol. No entanto, durante estes dois anos, a situação político-social em Espanha foi instável, com destaque para a insurreição de outubro de 1934 e para o triunfo da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936, que levou à intensificação dos planos conspirativos da direita descontente com o rumo político do país. Neste âmbito, se formalmente Portugal apostou no desenvolvimento de relações cordiais com o governo espanhol, nos bastidores conspirava com os rebeldes espanhóis, acolhendo-os e permitindo a sua livre circulação pelo país.

O acolhimento e as manifestações de apreço aquando da chegada do general Sanjurjo a Portugal atestam o comprometimento que o governo e parte da sociedade portuguesa tinham para com a direita espanhola e os planos conspirativos com vista ao derrube da República em Espanha. No

---

<sup>89</sup> José Miguel Sardica, *Ibéria...*, cit., p. 134-136.

mesmo sentido, a forma como a imprensa nacional e local tratou a presença do general Sanjurjo e dos restantes refugiados em Portugal ao longo deste período demonstra o posicionamento assumido pelo Estado Novo face ao evoluir da política espanhola e ao maior domínio das esquerdas, que entendia ameaçar a continuidade da sua vigência. Desta forma, Portugal assumiu um papel central no desenrolar da política espanhola ao longo da década de 1930, acreditando que o seu futuro também dependia do destino seguido no outro lado da fronteira.

Numa fase inicial, a partir de 1931, o governo português permitiu que o país, em particular a região Lisboa-Cascais-Estoril, se constituísse como um centro de conspiração da direita espanhola, onde se concretizavam encontros entre vários elementos conspiradores que, em contacto com os elementos em Espanha, planearam a organização do *alzamiento*. Esta situação manteve-se ao longo de vários anos, até ao início da guerra civil e tornou-se mais significativa após 1934, com a chegada do general Sanjurjo ao Estoril, e depois de fevereiro de 1936, quando o triunfo das esquerdas impulsionou a saída de um maior número de espanhóis. Com o início e o decurso da guerra civil, o regime salazarista continuou a servir os interesses dos rebeldes espanhóis, já liderados por Franco, assumindo-se como o defensor da sua retaguarda e o centro das operações destinadas a garantir o auxílio internacional à causa rebelde. Portanto, ao longo de toda a década de 1930, fosse pelo desenvolvimento de relações mais próximas com o governo espanhol, fosse pela identificação político-ideológica com a oposição, em particular entre 1934 e 1936, Portugal participou ativamente na evolução da política ibérica, já que as suas ações, nomeadamente a colaboração na preparação da conspiração de 1936 e a intervenção na guerra civil, foram determinantes para que a direita espanhola conquistasse o poder e o mantivesse durante várias décadas.



# “Year X of the National Revolution” — Salazarist palingenetic myth in the *Diário da Manhã*

Joe Williams

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras  
joewilliamstranslation@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-9266-7010>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/01/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 27/05/2025

## *Abstract*

This paper contributes to the debate surrounding the extent to which Salazarism constituted a fascist ideology by analysing the discourses in an edition of the *Diário da Manhã* — official organ of the National Union, the only legal political party during the Estado Novo — published on 28 May 1936. This edition of the *Diário* commemorated 10 years of the May 28 1926 coup which installed the Military Dictatorship, later transformed into the Estado Novo with the 1933 Constitution. This article adopts Roger Griffin’s palingenetic myth analytical framework, which defines fascism in ideal-typological terms with reference to its discursive content, while also incorporating aspects of Emilio Gentile’s notion of the sacralisation of politics, to afford a more nuanced understanding of Salazarism’s ideological foundations. The analysis finds that the discourses in this issue of the *Diário* exhibit a degree of conformity with Griffin’s definition of a fascist ideology yet with several caveats, concluding that Salazarism can best be described as a para-fascist ideology predicated on a specifically Portuguese configuration of a palingenetic myth rendered via elements borrowed from Catholic discourse to confer Estado Novo politics with sacred

## *Resumo*

Este artigo contribui para o debate sobre a medida em que o salazarismo constituiu uma ideologia fascista, analisando os discursos de uma edição do *Diário da Manhã* — o órgão oficial da União Nacional, partido político único do Estado Novo — de 28 de maio de 1936. Nela, comemoraram-se os 10 anos do golpe de 28 de maio de 1926 que instaurou a Ditadura Militar, posteriormente transformada no Estado Novo com a Constituição de 1933. O artigo adota o quadro analítico do mito palingenético de Roger Griffin, que define o fascismo em termos ideal-tipológicos com referência ao seu conteúdo discursivo, complementado por elementos da noção de sacralização da política de Emilio Gentile, permitindo assim uma compreensão mais matizada dos fundamentos ideológicos do salazarismo. A análise conclui que os discursos nesta edição do *Diário* alinham-se, em certa medida, com a definição de Griffin de uma ideologia fascista, embora com algumas ressalvas, concluindo que o salazarismo pode ser melhor descrito como uma ideologia para-fascista baseada numa configuração especificamente portuguesa do mito palingenético elaborada com elementos provenientes do discurso católico que conferem à política do Estado Novo dimensões sagradas. Estes resultados apoiam

dimensions. These findings support the position that Salazarism underwent a degree of fascistisation during the 1930s.

Keywords: Estado Novo; fascism; palingenetic myth; sacralisation of politics; Salazarism.

a tese de que o salazarismo sofreu um grau de fascistização nos anos 30.

Palavras chave: Estado Novo; fascismo; mito palingenético; sacralização da política; Salazarismo.

## Introduction

On 28 May 1936, on the eve of the outbreak of the Spanish Civil War, the *Diário da Manhã*, the official mouthpiece of the Portuguese Estado Novo, published a special commemorative issue celebrating 10 years of the coup which toppled the beleaguered 1<sup>st</sup> Republic (1911-1926), a period characterised by anarchic levels of instability, extreme political violence and near constant regime change, and installed the Military Dictatorship (1926-1933) which would go on to be institutionalised as the Estado Novo in 1933 (1933-1974) with former Minister of Finances António de Oliveira Salazar at the helm. With civil war in Spain looking imminent and the advent of Italian Fascism and German Nazism heightening political tensions between the European powers, this was a crucial political conjuncture and thus a period of ideological construction and consolidation in Europe, including in Portugal. The crisis of faith in the liberal political order and economic depression characterising 1930s Europe catalysed intensified and increasingly polarised political debate on the continent, conferring greater legitimacy to voices calling for radical and revolutionary solutions to the contemporary political, economic and cultural maladies, especially in those countries which were most affected by the impacts of the crises. In this context, the ideology of Salazarism fluctuated in response to the socio-historical contingencies of 1930s Europe.

This article analyses the discourses contained in the commemorative edition of the *Diário da Manhã* cited above, with the objective of shedding light on Salazarism’s ideological fluctuation during the 1930s and examining the extent to which Salazarism constituted a fascist ideology. To do so, the article adopts a theoretical framework which synthesises Roger Griffin’s notion of a palingenetic myth, which he contends resides at the core of generic fascist ideology, with Emilio Gentile’s work on the sacralisation of politics, which he argues is the process by which fascism elevated itself to the status of a political religion. The article is structured as follows: the 2<sup>nd</sup> section provides a brief overview of the necessary context; the 3<sup>rd</sup> section details the theoretical framework; the 4<sup>th</sup> section deals with the empirical analysis of the *Diário da Manhã*; the 5<sup>th</sup> section offers a discussion of these findings, with the final section offering some conclusions and suggesting avenues for further research.

## 1. Background

On 28 May 1926, a group of high-ranking military officers launched a coup d’état which snatched power from the desperately anarchic 1<sup>st</sup> Republic and

installed a military dictatorship. Beyond a commitment to ending the tumultuous chaos which characterised the 1<sup>st</sup> Republic and restoring some semblance of order and stability to Portuguese politics, the leaders of the coup had little in the way of a political programme or vision of the country's future, defining their political values mainly in negative terms.<sup>1</sup> There was initially a prominent liberal and republican element, but the more conservative and authoritarian elements soon began to gain pre-eminence within the Dictatorship's internal balance of power.<sup>2</sup> The Military Dictatorship was initially framed as a temporary measure to return a degree of order to society while a more lasting political solution could be found. However, the Dictatorship endured far longer than originally envisioned, with internal power struggles and political differences impeding any transition to a more democratic regime.<sup>3</sup> Ultimately, the conservative authoritarian elements gained the advantage and installed the highly conservative and avowedly devout Catholic Minister of Finance António de Oliveira Salazar as effective dictator with the 1933 constitution, which restructured the dictatorship and inaugurated the Estado Novo.<sup>4</sup> The Estado Novo, desperate to assert its legitimacy and project a self-image of a bold and daring political project ushering in a glorious new age of Portuguese politics, sought to frame the 1926 coup as a radical and transformative rupture with the pre-revolutionary dark ages.<sup>5</sup> By this point, both the domestic and European political climate had shifted, and the newly formalised Estado Novo was formulating a much clearer and coherent ideological and political programme than the preceding Military Dictatorship, a programme that would continue to be consolidated and refined over the coming years.

The political right was united in its hatred of both liberal and class politics and the diagnosis of national decadence, but divided on how to recoup Portugal's prestige. More conservative elements such as *Integralismo Lusitano*, which advocated an integral nationalism to restore traditional sources of authority and legitimacy in pursuit of a structured and firmly hierarchical society supposedly resembling a social order from a putative golden medieval age, coexisted with

---

<sup>1</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism*, London, Pinter, 1991, p. 122; António Costa Pinto, *Os camisas azuis. Rolão Preto e o fascismo em Portugal*, Santo Amaro, EDIPUCRS, 2016, p. 70-1.

<sup>2</sup> António Costa Pinto, "The Radical Right and the Military Dictatorship in Portugal: The National May 28 League", *Luso-Brazilian Review*, 23, 1 (1986), p. 3.

<sup>3</sup> Fernando Rosas, "Os Quatro Regimes" in Fernando Rosas (ed.), *O Século XX Português*, Lisboa, Tinta-da-China, 2020, p. 28-29.

<sup>4</sup> Fernando Rosas, "Os Quatro Regimes...", cit., p. 40.

<sup>5</sup> Rui Ramos, "A Segunda Fundação (1890-1926)" in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisbon, Círculo de Leitores, 1994, p. 553.

more modernising movements, such as Nacional Syndicalism, which envisioned a more active and participatory role for the masses to establish a revolutionary new social order along the lines of Italian Fascism and German Nazism. As we shall see, the ideology of Salazarism synthesised elements from across the spectrum of right-wing political thought to produce a syncretic nationalist ideology equally fervent in its opposition to both liberalism and communism.<sup>6</sup>

By the time the *Diário da Manhã* published its 10-year commemoration of the May 28 coup, Salazarism had undergone drastic ideological crystallisation and evolved far beyond the vaguely conservative outlook espoused by the Military Dictatorship, in an attempt to offer a vision for the country’s future which reconciled the competing tensions on the political right behind a shared hatred of liberal and class politics. As we shall see, the Estado Novo instrumentalised the commemoration of the coup as a means to consolidate its ideology and the public image of Salazar himself, in an attempt to mobilise a broader support base in the face of imminent civil war in Spain. The Estado Novo viewed the Spanish Republicans as a threat to “Christian civilisation” and sought to present itself as the last bastion of Christianity in Europe and Salazar as the messianic saviour figure sent to deliver Portugal from the clutches of Godless and nihilistic communism. Consequently, the regime’s official propaganda apparatus intensified its activity to disseminate the Estado Novo’s reconfigured ideology and self-perception in response to the need to adopt more radical measures in the face of the perceived existential threat posed by the possibility of Marxist social revolution in Spain. The *Diário da Manhã* was established in 1931 as the official organ of the National Union party, which itself was created in 1930 and became the only legal party under the Estado Novo. Vitor Neto shows that the *Diário da Manhã* was instrumental in consolidating Estado Novo ideology during the 1930s as the regime’s official mouthpiece and instrument to constitute mentalities and forge public opinion favourable to the Estado Novo’s political and ideological objectives.<sup>7</sup> Through its editorials, the *Diário da Manhã* articulated a discourse that denounced liberal individualism and parliamentary democracy, while promoting a corporatist and nationalist worldview aligned with Salazar’s vision of political unity, moral order and national regeneration.<sup>8</sup> As such, the *Diário da Manhã*, beyond

---

<sup>6</sup> See Ernesto Castro Leal, “Nacionalismo e antiliberalismo em Portugal. Uma visão histórico-política (1820-1940)”, *Historia Critica*, 56 (2015), p. 113-135.

<sup>7</sup> Vitor Neto, “A construção do Estado Novo vista pelos editoriais do jornal *Diário da Manhã*”, *Revista de História das Ideias*, 37 (2ª série) (2019), p. 285-312.

<sup>8</sup> Vitor Neto, “A construção do Estado Novo...”, cit., p. 291-294.

functioning merely as a propagandistic mouthpiece, constituted a key site in the ideological construction and dissemination of Salazarism, offering critical insight into how the regime framed its legitimacy and elaborated its public image. The commemorative edition of the *Diário da Manhã* thus makes a case study par excellence to discern how Salazarism evolved in response to shifts in the European political climate during the 1930s.

## 2. Theoretical Framework

### 2.1 *Palingenetic myth*

Roger Griffin's highly influential 1991 book *The Nature of Fascism* coined the notion of "palingenetic myth," adapting the term *palingenesis* derived from the Greek *palin* (again) and *genesis* (birth). Griffin argues that this palingenetic myth resides at the core of fascist ideology, offering the following succinct definition of fascism: "Fascism is a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of the populist ultranationalism."<sup>9</sup> Defined more discursively, fascism is founded on a palingenetic myth of regeneration in which the fascist regime comes to rescue society from some form of adversity (a foreign dominant power, corrupt politics, perceived decadence or decline, etc.) and implement a political programme which will restore it to the glories of a supposed golden age via a drastic overhaul of the political and social status quo which recoups the nation's lost prestige by establishing a radically renovative social, political and cultural order. Understood in this way, the palingenetic myth essentially constitutes a form of creation myth in which the population rediscovers its true destiny as a people and commences a total restructuring of all aspects of life within that society in order to align with its authentic essence. For this rebirth to take place, every element of social, political and cultural life must be subordinated to the state, which is the sole agent capable of articulating and nourishing the innate spirit of the "people."<sup>10</sup> Regarding the "populist ultranationalism" component of his definition of fascism, Griffin qualifies that it is when this palingenetic myth constitutes an element of "populist ultranationalist" ideology that the category of fascism acquires its explanatory value. "Populist" refers to a politics which

---

<sup>9</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p.26.

<sup>10</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p.32-36.

seeks to mobilise all levels of society and assert its legitimacy by claiming to embody the general population’s values and articulate their desires, even when the movement itself is headed by an elite or vanguard of ideologues. “Ultrnationalism,” on the other hand, here refers to any form of nationalism which, in Griffin’s words, “goes beyond” conventional nationalisms. Griffin expands on this decidedly vague formulation by way of comparison, arguing that ultrnationalism, in opposition to Weber’s categories of “traditional” and “legal/rational” nationalism, which roughly approximates to the well-established dichotomy between “ethnic/cultural” and “civic” nationalisms, approaches the nation as a “higher... racial, historical, spiritual or organic reality which embraces all members of the ethical community who belong to it.” Presented in these terms, this “higher” reality is vulnerable to contamination and corruption from impure and outside influences, immigration, alien cultural values and inorganic and disruptive political models (international Marxism, individualist liberalism, feminism, consumerism and so on). This “natural order of things” is precarious, pure and in need of constant vigilance and spirited, even militant protection.<sup>11</sup>

In sum, Griffin argues that for a political regime to qualify as “true fascist,” it must espouse an ideology founded on a palingenetic myth couched within a populist-nationalist ethos. Griffin goes on to propose several other characteristics of fascist ideology, the most relevant for this paper being that fascism is a) modern over antimodern; and b) revolutionary over reactionary.

### **2.1.2. Modernising over anti-modern**

Even when fascism celebrates historical models of social organisation supposedly untouched by the ravages of the demoralising effects of modernity and champions the heroism and social honour which characterised an idealised glorious past, fascism is not advocating for a wholesale rejection of modernity, but rather of its allegedly degenerative and corrupt elements, such as an emphasis on individual freedom over social order and cohesion, a prioritisation of the material over the spiritual, the primacy of rationality over emotion, and so on.<sup>12</sup> What fascism thus proposes is an “alternative modernity,” rather than calling for a previous version of society simply to be replicated and implemented fully intact.

---

<sup>11</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p.36-37.

<sup>12</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p. 47.

### 2.1.3 Revolutionary over reactionary

Fascism must be considered *revolutionary* as opposed to reactionary, informed by a transformative idealism that genuinely sought radically new alternative political models to socialism, liberalism, monarchism, and so on.<sup>13</sup> While, in practice, fascism colluded with traditional elites which essentially left capitalist structures and property relations intact, at the level of ideological intent, fascism professed a yearning to create whole new forms of society characterised by sweeping cultural, political and economic overhaul.

### 2.1.4. Para-fascism

A crucial aspect of Griffin's work is his distinction between fascism and what he terms "para-fascism."<sup>14</sup> Para-fascism (which incorporates the categories "fascistised" as well as "neo-fascist") refers to regimes which assimilated the trappings of fascism to exploit its popularity as a viable alternative to both liberalism and communism, yet whose policies were lacking in, or at least ambivalent to, any substantive revolutionary intent to galvanise a genuinely populist ethos. This para-fascism, Griffin maintains, is opposed to genuine fascism, and although such a regime may align itself and collaborate with a genuinely fascist movement in pursuit of short-term political objectives, it will ultimately sever ties and seek to neutralise the fascist organisation as soon as is politically convenient.

Griffin identifies a list of "external requisites of Italian fascism," which he argues para-fascist regimes may incorporate into their ideological and institutional frameworks, without necessarily constituting an instance of genuine fascism.<sup>15</sup> These prerequisites are: palingenetic rhetoric; terror apparatus; youth movements; paramilitary organisations; ritualistic politics; a leader cult; and a monolithic state party. A regime can present all of these external prerequisites, but unless this rhetoric and ideological posturing translates in practice into revolutionary and massified politics with the objective of forging a new national community predicated on new sources of power and modern models of social organisation, the regime remains a "para-fascist" one. Griffin cites 1930s Portugal as an example of a para-fascist state, yet claims the Estado

---

<sup>13</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p. 47-48.

<sup>14</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p. 120-124.

<sup>15</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p. 123.

Novo constituted a “more thorough-going experiment in fascistisation” than occurred in Latvia or Greece, which he argues were instances of conservative dictatorships engaging in empty posturing with no genuine intent to awaken a revolutionary and populist movement.<sup>16</sup>

## 2.2. Temporality

Gauging the extent to which a regime or ideology can be described as revolutionary vs reactionary or modernising vs conservative and thus qualify as fascist requires a brief discussion of temporality, especially as it relates to nationalist discourse. According to Benedict Anderson, reconfigured notions of time in the Early Modern period were a necessary precondition for allowing the nation to be conceived as a mental construct and thus enabled the emergence of nationalism.<sup>17</sup> For Anderson, nationalism could only emerge in the concept of modernity, once time had been reconceptualised as linear, as a historical chain of cause-and-effect relationships, as opposed to the sacred or spontaneous time that characterised pre-modern notions of temporality in an age dominated by Christian understandings of metaphysics. Anderson argues that the notion of historical progress would have made little sense within the deeply Christian worldview of medieval Europe, when earthly events were conceptualised as simultaneous expressions of the will of god. In this understanding, there was no radical separation between past and present and events were linked neither temporally nor causally, but rather vertically, as synchronous fulfilments of divine providence. In this conception, human life is merely a fleeting manifestation of something eternal and omnitemporal, anything that is has always been and anything that happens has already happened. Anderson contends that understanding the transition from the medieval conception of time as simultaneous, where events are linked synchronously with divine providence as prefigurations of destiny, to what Walter Benjamin termed “homogenous, empty time,” where time proceeds linearly and history is formed of discernible cause-and-effect and relationships in temporal connections to one another, is crucial to understanding the contextual history of the origins of modern nationalism. Anderson’s contention rests on his premise of the nation as an imagined community, a socio-historically specific mental construct, and he argues that the two most significant means of imagining the nation that emerged

---

<sup>16</sup> Roger Griffin, *The Nature of Fascism...*, cit., p.122.

<sup>17</sup> Benedict Anderson, *Imagined Communities*, London, Verso, 2016.

in 18th-century Europe, the daily newspaper and the novel, are forms which allowed simultaneity to be represented in modern linear time.

Examining the specific case of Portugal, Fernando Rosas asserts that Salazarism, which he considers a fascistised ideology, rejected notions of progression or regression through linear time and instead articulated its paligenetic myths along a synchronous temporal axis and with recourse to themes and motifs from Catholic discourse, positing the Estado Novo as a “transtemporal” or “atemporal” expression of divine providence.<sup>18</sup> In a similar vein, Luis Reis Torgal contends that Salazarist temporality was based on models of cyclical time and the notion of revolution as realignment with an eternal “political centre” specific to each nation, tracing a direct lineage from 18th-century anti-liberal and counter-revolutionary traditionalists such as José Gama e Castro and Joseph de Maistre to 20<sup>th</sup>-century ideologue João Ameal.<sup>19</sup> Antonio Costa Pinto and Rita Almeida de Carvalho, for their part, seek to transcend the conventional dichotomy between fascism and authoritarianism by redefining the focus of analysis to the vision of the ideal citizen Estado Novo institutions and discourses sought to constitute, terming the Salazarist configuration of the fascist trope of the “new man” as the “everyman,” a “tired breadwinner” or “paterfamilias.”<sup>20</sup> The authors highlight how Salazarism sought to craft an ideal subject through its propaganda apparatus, educational policies, single-party structure, militia, and official youth movement. According to the authors, while influenced by modern institutional models inspired by fascism, the Estado Novo ultimately prioritized an “organic” vision of society rooted in traditionalist values and Catholic spirituality, although with recourse to modern methods and appropriation of fascist discourse and institutional infrastructure. During the early 1930s at least, Salazarism framed this supposedly organic society as a “new social order” installed via a revolutionary process of paligenetic rebirth. Trindade, meanwhile, maintains that, in the early 20th century, conservative Portuguese nationalists framed materialism, technological progress, urbanisation and massified culture and

---

<sup>18</sup> Fernando Rosas, “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40” in Luis Reis Torgal & Helosia Paulo (coord.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 31-48.

<sup>19</sup> Luis Reis Torgal, “Do tradicionalismo antiliberal ao ‘nacionalismo integral’ e à ‘terceira via’ dos ‘Estados Novos’”, *Historiæ*, 1, 1 (2011), p. 75-88.

<sup>20</sup> Rita Almeida de Carvalho and António Costa Pinto, “The ‘Everyman’ of the Portuguese New State during the fascist era” in Jorge Dagnino, Matthew Feldman and Paul Stoker (eds.), *The ‘New Man’ in Radical Right ideology 1919-45*, London, Bloomsbury, 2018, p. 131-148.

politics as stifling and suffocating the Portuguese people’s putative *zeitgeist*.<sup>21</sup> Trindade explains how authors such as Alberto de Oliveira proclaimed that Portugal’s intrinsic essence, its national genius, resided in the countryside rather than the city, and could be discerned in the traditional customs and purportedly unaffected ways of life of rural communities, its character configured according to an altogether more spiritual and intuitive, rather than materialist and intellectual value system. This intellectual conception of Portugal as an innately spiritual, intuitive and unpretentious entity which constituted a refuge from the artificial aesthetic and social values imposed by rational modernity would come to constitute a fundamental nexus of Salazarist visions of Portuguese national identity.

All of the above considerations on the temporality of Salazarism enrich this article’s framework for interpreting Salazarist discourse in the *Diário da Manhã* and discerning with greater clarity its palingenetic dimensions.

### 2.3. Sacralisation of Politics

Emilio Gentile, another crucial theorist of fascism, coined the term “sacralisation of politics” to describe the process via which fascism sought to attribute to itself spiritual functions to elevate itself to the status of a political religion. According to Gentile, fascism, a revolutionary and nationalistic ideology, correlates religion with politics via a set of myths related to human concerns with meaning, mortality and morality which confer politics with sacred dimensions and afford the state the position of a supreme, semi-divine power and its leaders with messianic properties, thereby “sacralising” politics. The result is a blurring of the distinction between the religious and the political, with politics serving functions which were traditionally the preserve of religion.<sup>22</sup>

According to Gentile, the originality of resources used to sacralise politics mattered less than their capacity to confer sacred legitimacy on the political order.<sup>23</sup> Thus, regimes do not necessarily need to create new political religions in order to sacralise themselves, but rather can do so by aligning themselves

---

<sup>21</sup> Luis Trindade, “Dar espectáculo. A cultura em Portugal no Século XX” in Fernando Rosas (ed.), *Século XX Português. Política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisbon, Tinta-da-China, 2020, p. 293-355.

<sup>22</sup> Emilio Gentile, “Fascism, Totalitarianism and Political Religion: Definitions and Critical Reflections on Criticism of an Interpretation”, *Totalitarian Movements and Political Religions*, 5, 3 (2004); “Fascism as Political Religion”, *Journal of Contemporary History*, 25 (1990).

<sup>23</sup> Emilio Gentile, “Fascism as Political Religion...”, cit., p.242.

inseparably with deeply politicised configurations of traditional religions. Gentile's analysis of sacralised politics provides a critical framework that complements Roger Griffin's influential concept of the palingenetic myth. Synthesising these two approaches produces a theoretical framework which enables a richer analysis of the construction and content of fascist and para-fascist ideologies, shedding light on how their palingenetic and sacralising elements interacted with and reinforced one another to offer a more comprehensive interpretation of fascism's ideological content.

### 3. Empirical analysis — “Year X of the National Revolution

On 28 May 1936, the *Diário da Manhã* published a special edition to commemorate 10 years of the “National Revolution” that installed the military dictatorship. The issue was distributed free of charge as a supplement to its usual daily edition, the front page of which contained a transcription of Salazar's famous speech in Braga in which he proclaimed the “unquestionable truths” informing Estado Novo policy: God, family, the fatherland and work.<sup>24</sup> This section will now analyse the following sections of this commemorative supplement: 3.1. the front page; 3.2. the section on the state's vision of a corporatist economy; 3.3. the section on arts and culture; and 3.4. the section on state finances.

#### 3.1. Front page

The headline itself overflows with palingenetic connotations and exhibits an express intent to locate the current political moment in the context of an audacious new revolutionary age: “Year X of the National Revolution.”<sup>25</sup> Here, the 1926 coup is constructed as the year zero from which Portugal's social reincarnation is measured. Nothing could constitute a more unequivocal attempt to narrate the Estado Novo as a regenerative programme and to posit an irreconcilable rupture with the pre-revolutionary past than positing the 28 May 1926 coup as the starting point of a new calendar and heralding a brave new era in the country's history — the coup symbolises an immutable point of no

---

<sup>24</sup> See also Ernesto Castro Leal, “The Political and Ideological Origins of the Estado Novo in Portugal”, *Portuguese Studies*, 32, 2 (2016), p. 130.

<sup>25</sup> “Ano X da Revolução Nacional”, *Diário da Manhã*, 1936, University of Coimbra General Library.

return against which time is now measured, marking an unassailable separation between before and after, past and future. This rhetorical strategy of representing the “Revolution” as the irrevocable inauguration of an audacious new era for Portugal inheres throughout this issue of the *Diário da Manhã* and is a narrative which constitutes the backdrop against which the recent developments in the country’s history are narrated. Furthermore, the characterisation of the coup as a “Revolution” communicates a tangible and explicit attempt to imbue the Estado Novo with the revolutionary and transformative ethos of fascism, while the modifier “National” clearly foregrounds the centrality of the nation and national identity as the organising principles and supreme values of the Estado Novo project, further reinforcing the fascistised quality of the rhetoric.

Another rhetorical strategy present on the first page and which recurs throughout the remainder of the issue is to associate the administrative functions of the Estado Novo with its moral ones, thus positing equivalence between the state’s political and spiritual responsibilities. From the opening paragraph of the introductory article, the paper’s intent to attach religious meanings to the state’s achievements and functions and to commemorate the coup in messianic, eschatological terms is apparent. The article places the moral achievements of the revolution on par with its material accomplishments (“We wanted this issue of *Diário da Manhã* to be the graphic expression of the country’s material and moral progress in recent years”), positing that politics is at least equally responsible for attending to the nation’s moral and spiritual hygiene as it is for its material upkeep and, conversely, that the success of a political regime must be measured in reference to its attainment of spiritual and moral objectives. We see, then, that in Estado Novo ideological discourse, there is symmetry between the regime’s spiritual and political responsibilities, and that the regime must attend equally to each of these aspects to produce a harmonious and functioning society.

The religious associations are strengthened by Christian motifs to depict the trajectory taken by the revolution — the regime’s endeavours are presented as an arduous, testing ordeal, replete with “difficulties” and “sacrifices.” Furthermore, the paper expresses its gratitude to the Estado Novo for its success as if appealing to a higher spiritual power (“We are grateful... to the official organisations”) and also cites the “faith” of its collaborators as a contributing factor to its survival. This introduction reserves its most laudatory praise for the final paragraph, which eulogises Salazar himself. Predictably, the tone is one of awed, semi-religious reverence, with Salazar referred to exclusively via epithets such as “His Excellency” or “*Senhor* President of the Republic” (capitalisation in original). This revered depiction of Salazar could be construed both as an attempt to construct a personality cult around a charismatic leader

and elevate the head of state to a deified, messianic status. There is a further explicit attempt to present the Estado Novo as a providential project and the “National Revolution” as a form of palingenetic renewal:

“His [Salazar’s] words of colourful faith in the destinies of the National Revolution will awaken in the souls of the Portuguese the love of the Homeland, confidence in the Estado Novo...”

The evocation of the concept of destiny serves to confer the regime’s political objectives with an intrinsically spiritual dimension, as the mission to realign Portuguese society with its innate and eternal spiritual essence. Discursively constructed as a prefiguration of divine providence, the Estado Novo thus presents itself as an omnitemporal entity, a synchronous expression of god’s will existing beyond linear time.

The article goes on to reinforce the notion of Portugal as the bastion of Christian morality and civilisation on the international stage, encumbered by the present political moment to assume the onerous burden of defending eternal and transcendent values in face of an existential threat:

Portugal’s membership of the League of Nations has forced it to assume painful responsibilities for legal and moral principles, which are indispensable to the existence of peace between nations and which are of the very spiritual essence of European civilisation.

Particularly telling here is the juxtaposition between “legal” and “moral,” which echoes the parallel drawn between “material” and “moral” in the opening section — once more, the administrative-political is being equated with the moral, reaffirming the inseparable connection between politics, even in its most concrete and mundane aspects, with religion and its spiritual and moral functions.

The sacralisation of Salazarism becomes charged with additional layers of meaning in the context of imminent civil war in Spain and potential victory for the Spanish Republicans — if the nation is being framed as a moral community and spiritual entity, then any conflict to maintain its integrity and protect its political unity transcends the purely political and enters the realm of the sacred.

The final paragraph of the front page offers an intriguing reflection on the temporality of Estado Novo discourse and the construction of the relation between past and future in the Salazarist reading of the political moment: “We enter Year XI of the National Revolution proud of the past and sure of the future.” Here, the discourse is clearly forward-facing and committed to a revolutionary ethos of advancement, while simultaneously asserting that this revolutionary advancement must be informed by Portugal’s national history, upholding the values and dignity

of the country’s past. There is thus a clear tension between past and present in the temporality on which Salazarist palingenetic myth is constructed. As we shall see, reconciling this tension was a central concern of Salazarist palingenetic discourse.

The front page of this issue exhibits the express intent to vindicate the supposed heroism and glory of the past, however — this objective necessitates innovation and transformation and is subordinated to the higher-order value of daring palingenetic rebirth and creation of a new social order. This hierarchy of values can be inferred from the rhetorical strategy of locating the political moment within “Year XI”, thus framing the Estado Novo as existing in isolation, beyond the confines of conventional models of temporality. This proposed escape from the linear time structuring enlightened rational modernity is an attempt to utilise modern institutional frameworks and fascistic discourse to install the “organic” society envisioned by Salazarism. Finally, the last line of the front page pays testament to the Estado Novo’s desire to fashion an ideology which reconciles a fascistised populist ethos with sacralising discourses — “We should all have Salazar’s faith: — Portugal can be, if we want it to be, a great and prosperous nation. It will be!” Salazar is presented as a man of faith, whose confidence in Portugal’s political and social potential resembles religious devotion, while every member of Portuguese society has a role to play in this process — this potential will only be realised if the Portuguese people can unite and express their will to manifest it as an active and cohesive national community.

### **3.2 Corporatist economy**

The opening paragraph of the section on the “Corporatist Estado Novo” reads as follows:

In the midst of the victorious march towards a healthy and judicious collectivism — a noble and pure human aspiration — the high nationalist thinking that guided the men of the National Revolution founded the new social order in the Corporate State.

Once again, the state’s material function and economic activity are being ascribed a higher purpose in the pursuit of a “noble and pure human aspiration,” thus acquiring a spiritual dimension. Furthermore, Estado Novo economic policy is presented as the product of the “high nationalist thinking” of the revolution’s architect, an understanding which serves to further attribute a higher spiritual purpose to Estado Novo politics. Curiously, the wording here is at

pains to foreground the human face of the revolution (“the men of the National Revolution”), rather than presenting the revolution as some faceless, abstract entity. This subtle rhetorical flourish is a highly motivated attempt to suggest that, while the revolution itself is manifesting divine providence, those behind it are physical, flesh-and-blood humans, members of Portuguese society. By extension, the inference that the reader is being guided to draw is that daily life under the Estado Novo acquires a spiritual dimension, with social and political action embedded in a broader process of enacting god’s will on earth. There is a delicate interplay here between the secular and the religious, between human agency-centred understanding of historical development and divinely sanctioned vision of human progress — on the one hand, God wills it, and human existence in the mortal realm is merely a question of adhering to divine will and manifesting a pre-ordained destiny; on the other, to realise God’s will requires dedicated human effort and determination to fashion societies which align with God’s vision for mankind and produce subjects who embody Christian virtue. Furthermore, the phrase “the new social order in the Corporatist State” demonstrates a clear intent here to narrate the Estado Novo as a novel form of socio-political organisation, one dedicated to the corporatist economic model which characterises fascist societies.

The article continues:

In a safe, harmonious way, organisation is achieved through the formation of all the organs of the social body, correlating and delimiting the various spheres of activity by placing all the economic forces in groups of defined character and responsibility, each of which represents a factor of balance and responsible action — a force.

Here, society is being described as an organism, one that requires that each of its elements function correctly and cohesively with each other in order for the whole to be strong, healthy and harmonised. This demonstrates the Estado Novo’s commitment to espousing an “organic” vision of society, yet one that will require a human-directed palingenetic overhaul to become manifest. The same paragraph continues to develop the “society as organism” analogy by introducing a critique of individualism:

Thus, the establishment of organisations such as the one we are going to address here, at a time when individualism is giving way to corporatism, recognising its impotence against evils that only a collective effort based on morals and traditions can overcome, is a response to the reaction caused by the organic deficiency of commerce and its abuse, which is unfair competition, the constant increase in prices, the cheapening of products, etc.

The claim that “collective effort based on morals and traditions” is the only solution to contemporary political-economic challenges warrants further scrutiny. On the one hand, the evocation of the “moral” echoes and reinforces the earlier attempt to imbue Estado Novo economic policy with a higher spiritual purpose by positing that the material and the divine cannot be fully separated. The concept of “tradition,” however, evoked in this context, complicates the relationship between the past and the future, tradition and novelty, in the Estado Novo’s bid to elaborate a palingenetic mythology. In this conceptualisation, responding to the political-economic ills of the 1930s requires looking back to go forward and constructing a new economic model which reappraises the value of supposedly traditional corporatist principles, repurposed to respond to the socio-political contingencies of 1930s Europe. The ethos evidenced here would very much appear to conform to the Integralists’ call for an “updating of tradition”<sup>26</sup> — the principles of the “organic” corporatist model which supposedly characterised medieval society are here being renovated and applied in the context of modernity to reproduce an equally “organic” mode of economic organisation, yet one adapted to the needs of an economy with some degree of modernising aspirations, or at least motivated to present itself as such. Understood in this way, the intent is not to reinstate an earlier state of affairs or reconstitute in perfect one-on-one correspondence with a previous incarnation of Portuguese society. Rather, the rehabilitation of traditional values is a means of societal and spiritual renewal, to fashion a new form of national community capable of thriving in the context of modernity, yet one with a keen respect and deep continuity with the traditions which connect society to the putative spiritual essence it seeks to manifest. Crucially, as expressed in other parts of this issue of the *Diário da Manhã*, Salazarist palingenetic mythology envisages an “organic society,” but contends that a human-directed revolutionary regeneration must take place to manifest this organic society.

The article continues to demonise democratic liberalism as the evil from which the Estado Novo has been sent to deliver Portugal and further deepen the associations between economic policy and spiritual redemption:

Unused to the painful experience of many years, economic demo-liberalism is succumbing to the admirable manifestations of a belated but noble, cordial and true solidarity, uniting men in the defence of the sacred interests of the Homeland, the Collective and the Family.

---

<sup>26</sup> Fernando Rosas, *Salazar E Os Fascismos*, Lisbon, Tinta-da-China, 2019, p. 161.

A later section echoes the theme of imminent existential danger to Portugal's immortal soul and the integrity of its spiritual essence, but now reconfigures the threat facing Portugal in the current context to the approaching spectre of communism:

By bringing individuals together to work together in solidarity, corporatism opposes a magnificent barrier of well-being and social order to the tyrannical, depressing and amoral regime of the communist state — totalitarian and absorbing, annihilating even the most sacred acts of human conscience.

The corporatist model is posited as an organic entity, the “natural order of things,” sprouted from a “policy of truth” which merely gives expression to biological facts and objective realities:

Faithful to the ‘policy of truth’ that created them, Trade Unions and Guilds, living cells of the corporate organisation that... must act constantly and interdependently, in a fruitful system of collaboration.

According to the article, fair wages, hard work and harmonious relationships between workers and employers will form “national consciousness,” which, according to a Spanish thinker, is “an active and dynamic reality — not a passive and ecstatic existence, like a pile of stones on the side of a road.” This section seems to present a human-centred model of societal renovation, arguing for a mobilised populace to actively participate in the construction of “national consciousness,” posited here as a constant process of regeneration driven by the dynamic between various *economic groups* collaborating productively together (rather than antagonistic *social classes* engaged in perpetual class war to achieve predominance).

### **3.3. Art and culture**

The headline of the section on art and culture claims that it is artists and cultural products who will truly confer the Estado Novo with sacred properties: “The apotheosis of the National Revolution — The Estado Novo and Portuguese artists...”.

This article focuses on the arts and culture exhibition held at the “Palace of National Reconstruction” to commemorate “10 years of constant struggle”:

The work initiated on 28 of May 1926, sought the reintegration of Portugal... Just as a painting, upon which men and time have inflicted damage and mutilations, is susceptible to restoration and restitution to its primitive

beauty, likewise nations, at the mercy of good faith and dedication of a group of people, large or small, can and must be restored and cleaned, or, to put it better: reintegrated. This was the thinking of the men of 28 May, and it is precisely this which animates and will continue to animate, if God wills it, the men of today and of tomorrow.

Via the analogy of Portugal as a painting in need of restoration to once more become a sacred and beautiful object, this passage echoes the vision of the Estado Novo as an active and energetic revolutionary project dedicated to constructing a new social order which manifests an “organic” society. This narrative is reinforced by the evocation of the “men of 28 of May,” the human agents who will direct this societal rebirth, which is also an innately providential project and constitutes a society-wide spiritual awakening (“if God wills it...”). Furthermore, this spiritual awakening and societal rebirth take place in the context of modernity and seek to reproduce themselves via future generations of Portuguese “new men,” who will fulfil the templates and models forged by the leaders of the revolution (“the men of today and tomorrow”).

Later on in the piece, the Estado Novo seeks to present itself as a patron of the arts and a regime that promotes artistic production by offering shelter and support to artists in a way that previous regimes had failed to do so: “Until not long ago, artists lived unsheltered, delivered to themselves, without official stimulus to motivate them.”

This must be interpreted as a discursive strategy to posit the Estado Novo as a political project intent on repealing the degenerative impact of enlightened modernity and liberal politics by re-enchanting society. The Estado Novo crafted an official aesthetic harmonised with state policy and ideology to imbue a sense of ceremony and spectacle to society, transforming everyday life into a constant enactment of political rituals in homage to the state and its leaders. This “staging” of public life, the elaboration of a set of aesthetic precepts to produce culture to turn society into a performance in celebration of the glory and grandeur of the state, constitutes an instance of what Benjamin the “aestheticization of politics” and complies with Griffin’s criteria of ritualistic political ceremonies as a necessary prerequisite of a fascist regime.

The sacralising impulses of Salazarist discourse are also clearly evident in this section — from presenting the exposition as the “apotheosis of the National Revolution” to asserting that the success of the regime is a manifestation of divine providence (“if God wills it...”), there is an explicit intent here to attribute religious and spiritual dimensions to Estado Novo politics and ideology. The following passage attributes explicitly religious

dimensions to the regime's official aesthetic, describing how, in the main hall of the Palace of National Reconstruction, "Paulino Montez presents to us a bona fide miracle." This assessment is justified as follows: "We deem it so because the reader, on entering, will doubtless believe either in the dazzling effects of ancient magic or the resources of a Devil who could be a great artist."

Here, art and culture elaborated according to the Estado Novo's official aesthetic precepts become the means via which the state attains religious functions and imbues society with sacred dimensions, aligning it with a spiritual purpose. Estado Novo aesthetics thus become a religious dogma, a formula for producing sacred artefacts which re-enchant society and make manifest its spiritual destiny.

The temporality informing this discourse is ambiguous — the article exalts the glorious achievements of the "Revolution" of 28 May, yet contends that this revolution has sought the "restoration and restitution" of the nation's "primitive beauty," characterising the revolution's essential objective as national "reintegration." There seems to be a tension between this set of seemingly somewhat conservative values and objectives and the revolutionary ethos championed elsewhere in Salazarist narratives around the nature of the Estado Novo and its self-perception. Salazarism has a far more ambivalent relationship to the modernising and revolutionary impulses which characterise Italian Fascism and German Nazism, and triumphalist evocations of a radically new society existing in the context of an alternative modernity are far less unequivocal in Salazarist discourses, coexisting uneasily with antithetical impulses towards restoration and a rejection of modernity.

### **3.4. State Finances**

The section dealing with state finances opens with the following paragraph:

The culminating points of the National Revolution are financial restoration and political reform... Both are the work of a man who embodied the aspirations of the Portuguese people and, through intelligence and virtue, mastered the serious problems of our time, not only those that concern the material issues that form the whole of our economic activity, but also those of the spiritual order which, in the midst of the ideological contradictions in which societies struggle, brings our country back to our moral unity that gave life to our historical formation, elevates us in the world's concept and reclaims for Lusitanian thought the superiority it once exhibited.

Once more, the discursive strategy to attribute spiritual dimensions to the state’s political-economic functions is abundantly clear — there is an unequivocal attempt to embed Estado Novo economic policy within a broader framework of moral regeneration and subordinate the nation’s material progress to its spiritual salvation. In Salazarist discourse, economics is a question of moral hygiene and redemption. Interestingly, this pursuit of “moral unity” is a question of recouping something lost or neglected which enabled the nation’s grandeur and accomplishment of glorious feats in earlier historical contexts. Nevertheless, these responses are solutions to contemporary problems, rather than a full-scale retreat from and abandonment of modernity — recovering the grandeur and prestige of an earlier age is posited as a means of navigating and thriving in the modern context, of a way of giving expression to the heroism of the glorious past in an era of economic modernisation and political massification. The article diagnoses the economic shortcomings of previous regimes as the result of an “attachment to economic doctrines unsympathetic to national realities.” The wording here is telling — “unsympathetic” implies that the nation is a biological entity, a being requiring understanding, compassion and nurturing by agents sensitive to its specific needs. The phrase “national realities,” meanwhile, suggests that the nation is an objective and indisputable fact, rather than a discursive construct, thus masking the constructed dimensions of national identity and seeking to naturalise the Salazarist vision of Portuguese national identity. After giving a decidedly apocalyptic assessment of Portugal’s economic situation prior to the coup and describing the League of Nations treatment of Portugal as “humiliating,” echoing the depiction of the League of Nations as an antagonistic external force seeking to usurp and undermine Portugal’s moral integrity and spiritual autonomy, the article offers the wildly hyperbolic vision of Salazar as a Christ-like figure, rendered in unequivocally messianic terms:

In the seclusion of his office, a wise Portuguese man of the law meditated on the ills of his country. In his university lecture, he taught the methods of administrative prudence and in the press, he instilled the idea that the nation has the resources and means to rebuild itself. He was neither a demagogue nor ambitious for vain earthly glories. As in the most difficult hours of our national existence, he emerged as a “saviour”, in the prominence of an unmistakable personality. The Army honoured itself by choosing him; he gave the nation proof of its conscience or by instilling in it the utmost confidence.

This passage abounds with Catholic tropes and motifs. The image of Salazar as a “wise” man cloistered away “meditating” on solutions to Portugal’s economic plight, posited here as a spiritual crisis, reinforces the associations

between the state's religious and political dimensions and imbues Estado Novo economic policy with a spiritual function — Salazar's economics reject the pursuit of "vain, earthly glories" and instead serve a higher providential purpose. Indeed, the description of Salazar's self-imposed solitude as an arduous sacrifice in service of a greater human good evokes the Biblical parable of The Temptation of Christ, from which Salazar returns as a "saviour."

Interestingly, this passage also evidences aspects of a personality cult and a charismatic form of politics around Salazar, framing Salazar himself as personally responsible for awakening the national consciousness via his economic policies. This aspect of the discourse is later reinforced by the evocation of Salazar's "personal prestige." These discursive strategies to erect a personality cult around Salazar further strengthen the parallels between Salazarism and fascism. Another intriguing dimension to this representation of Salazar is that Salazar is not portrayed as inventing and then imposing his vision for Portugal's future and the values which underpin it on a passive and malleable mass, but rather as tuned into and articulating the desires and aspirations of the Portuguese people. Salazarism is thus framed as something organic and intuitive, of which Salazar is merely the curator, rather than a construct he has elaborated. In this reading, the Estado Novo is the expression of the will and values of the nation, thereby positing a decidedly participatory and mobilised role for the masses in the Estado Novo political project — the legitimacy of Salazar's power resides in his capacity to articulate Portugal's essential national character. Understood in this way, Salazarism evidences a degree of populist rhetoric at this point, in line with fascist precepts that the state is the custodian of the national character, presided over by a charismatic personality endowed with a singular genius orchestrating a regime which manifests the national destiny and gives legal-political expression to the nation's spiritual essence. Estado Novo authority was legitimate insofar as it reflected the will of a mobilised populace who directly participated in their countries political processes.

#### **4. Discussion**

A synthesis of this issue of the *Diário da Manhã* reveals that its discourses are organised around the following three themes:

- 1) The palingenetic myth — the Estado Novo is narrated as an agent of palingenetic rebirth, sent to deliver Portugal from a period of national spiritual crisis.

The coup of 28 May 1926 was thus constructed as victory over the moral and cultural decay engendered by liberalism and the Estado Novo the triumphant manifestation of a reconfigured vision of the heroic social order and moral code which enabled the nation’s glorious achievements during its supposed golden age. In this sense, Salazarism exhibits a high degree of conformity with Griffin’s definition of a fascist ideology. There are, however, interesting complications — the societal rebirth posited by Salazarism is decidedly more ambivalent towards modernity than the palingenetic myths of Italian Fascism and Nazism and elaborated via discourses which abound with unmistakably nostalgic images and symbols. Furthermore, this palingenetic rebirth, while constructed as a revolutionary overhaul, is directed towards a new social order which manifests an “organic” model of social organisation, aligned with Portugal’s eternal essence.

2) The sacralisation of Salazarism — Salazarist palingenetic mythology is rendered via Christian tropes and motifs and elaborated within the discursive framework of Catholic morality and metaphysics to attribute sacred dimensions and spiritual function to the Estado Novo and blur the distinction between the political and religious.

Understood in this way, Salazarism is an example of sacralised politics, albeit with recourse to elements of traditional religion, in this instance a highly politicised configuration of Catholicism. Understood in this way, the process via which politics were sacralised in politics was one of alignment between Salazarism and Catholicism, of positing an inseparable connection between religious faith and political allegiance, thereby blurring the distinction between the political and spiritual and framing the Estado Novo as a providential project charged with the task of fulfilling Portugal’s spiritual destiny. Salazarist palingenetic rhetoric is thus an intrinsically sacralised discourse, narrating societal rebirth as a divinely ordained spiritual reawakening and realignment with the Catholic moral and ethical code intrinsic to Portuguese national identity.

3) Estado Novo as “atemporal” or “transtemporal” — Salazarist palingenetic mythology is articulated along a temporal axis which exists outside conventional models of linear time and frames the Estado Novo as the political-administrative expression of a timeless national destiny and synchronous manifestation of divine providence.

This reconceptualisation of temporality reorients historical and civilisational development from the horizontal plane to the vertical, positing the progress embodied by the Estado Novo as an ascension towards a higher spiritual purpose

rather than advancement along linear time. Thus, the “National Revolution” was not a question of looking forward to usher in a new stage of societal progression along a linear axis of historical time, but rather completing a cycle along a circular axis to realign with an eternal political centre existing in simultaneous time. Salazarist palingenetic myth was predicated on an understanding of revolution as the completion of a cycle, the return to an initial starting point and a centre of balance and state of equilibrium, where the nation’s innate spiritual essence is not suppressed by the mode of socio-political organisation imposed upon it and instate a social order that was a synchronous prefigurement of divine providence. The *Estado Novo* was less a question of either moving forward or going back, but rather coming full circle.

Salazarist palingenetic myth, then, seems to proceed from an ambiguous model of temporality in which civilisational and historical development is not linear. In this respect, Salazarism diverges from Griffin’s definition of fascism, which he maintains is an inherently modernising and forward-looking ideology with the goal of forging a radical alternative modernity. In this light, Salazarism can be seen as what Griffin terms a “para-fascist” ideology, or an essentially conservative authoritarian ideology that incorporated trappings of fascism, such as palingenetic myth, when the contingencies of 1930s Europe rendered it politically expedient to do so. Nevertheless, the ambivalence towards modernity and the rehabilitation of traditional sources of power in Salazarism do not diminish the palingenetic impulses of its ideology — Salazarism was a para-fascist ideology predicated on a specifically Portuguese configuration of palingenetic myth articulated along a non-linear temporal axis.

The ambiguous temporality informing Salazarist notions of history and progress can be seen as a pragmatic political strategy to appeal to groups across the political spectrum — by simultaneously presenting the *Estado Novo* as a radically audacious palingenetic rebirth of Portuguese society and a return to the eternal value system and moral code usurped by liberal and class politics, Salazar may well have been attempting to appease both the traditionalist and modernising forces operating in Portuguese politics.

Constructed as the rediscovery of an immutable socio-political order and the expression of divinely ordained providence in simultaneous time, the *Estado Novo* thus embodied both the old and the new and presented itself as the synchronous manifestation of an atemporal national destiny. This allowed Salazar to reconcile the fascist elements in Portuguese society who advocated for greater modernisation and novelty with the more conservative forces who saw a return to traditional values and sources of authority as the solution to the country’s ills. In a similar vein, the specific version of sacralisation demonstrated

by Salazarism, carried out with recourse to elements lifted from Catholic discourse and symbolism, could also be interpreted as a way to appeal to the traditional elements of Portuguese society while also satisfying the fascist desire to construct the state as an object of worship, thereby mobilising a broader support base for the Estado Novo.

These reflections open up a more complex discussion about pragmatism vs idealism in Salazar’s political outlook and the extent to which he was genuinely committed to any ideology or merely adopting an instrumentalist approach informed by a logic of maximising social control and preserving his power in an exercise of value-free *realpolitik*.

## Conclusion

In summary, the discourses in the *Diário da Manhã*’s commemorative issue of the 28 May coup demonstrate that Salazarism underwent a process of fascistisation during the 1930s. The fascistisation of Salazarism, however, presents some interesting specificities and complications, selectively incorporating and adapting aspects of generic fascist discourse to the contingencies of the socio-historical context of 1930s Portugal. Interpreted within Griffin’s framework, Salazarism can be characterised as a para-fascist ideology based on a specifically Portuguese configuration of a palingenetic myth articulated along a cyclical temporal axis which posited the Estado Novo as the institutionalisation of an atemporal national destiny and synchronous expression of divine providence. A further specificity of Salazarist palingenetic rhetoric is its vision of a revolutionary process of societal regeneration to manifest an “organic” society, a new social order which reconfigures medieval models of social, political and economic organisation, moral codes and value systems tailored to the contingencies present in the socio-historical context of 1930s Portugal. This supposedly “organic” society which embodied Portugal’s eternal essence was to be achieved via modern institutions and narrated in a mythology composed of elements repurposed from fascist discourse.

The ambiguous temporality evidenced in Salazarist palingenetic discourse can be interpreted as a conscious political strategy to reconcile traditionalist elements of Portuguese society who nostalgically evoked an idealised golden age in the nation’s history as the remedy to the perceived national decadence and the modernising impulses espoused by fascist forces in Portuguese politics who envisioned a radical new alternative modernity as the solution to the degenerative and debasing aspects of liberal and class politics. This reading of

Salazar's selective adoption of elements of fascist discourse and ideology as an essentially pragmatic decision is reinforced by his brutal suppression of the more unequivocally fascist National Syndicalism movement, suggesting that Salazar incorporated aspects of fascism when it was politically expedient to do so and abandoned fascism when it began to constitute a threat to his power or clash with his broader political objectives of maintaining a stable and firmly hierarchical society structured around traditional values.

A crucial characteristic of Salazarist palingenetic myth is its sacralising discourse which sought to confer upon Salazar and the Estado Novo sacred legitimacy via recourse to tropes and motifs borrowed from catholic discourse, attributing spiritual functions to the state and blurring the distinction between the religious and the political by irrevocably aligning Estado Novo politics with a highly politicised configuration of traditional Catholicism. Further research could examine in greater depth how culture in 1930s Portugal served to reproduce and naturalise Salazarist ideology and contributed to its fascistisation, as well as explore the debate surrounding pragmatism and idealism in Salazar's political decision-making and his motivations for his ambivalent and selective sympathies with aspects of fascist ideology, perhaps by analysing the apparent "de-fascistisation" of Salazarism during the 1940s.

**Capitalismo e desigualdade. Característica estrutural ou implicações diferentes de diversas concepções socioeconómicas?  
Uma leitura historiográfica**

**Capitalism and inequality. Structural characteristics or different implications of different socioeconomic conceptions?  
A historiographical approach**

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) | FL, DHEEAA, SH  
jpavelas@fl.uc.pt  
<https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>

António Rafael Amaro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) | FE  
aamaro@fe.uc.pt  
<https://orcid.org/000-0002-3843-6577>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/03/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 18/06/2025

*Abstract*

In this article, we aim, on the one hand, to describe and interpret the evolution of the ways in which the relationship between common sense and ideology, humanities, social sciences and science-based technologies also derived from them has been structured. On the other hand, we intend to observe the consequences arising from the application of each of the epistemological paradigms in question — modern, neomodern and postmodern — to the analysis of the problem of inequalities in societies organized based on the capitalist mode of production (local/regional, national, subcontinental and global scales).

We then attempt to propose a synthetic characterization, in a logic of present-day history, of the evolution of inequalities in capitalist economies (in developed, intermediately developed and underdeveloped

*Resumo*

Visamos com este artigo, por um lado, descrever e interpretar a evolução das formas como se tem estruturado o relacionamento entre senso comum e ideologia, humanidades, ciências sociais e tecnologias de base científica também delas derivadas. Pretendemos, por outro lado, observar as consequências decorrentes da aplicação de cada um dos paradigmas epistemológicos em causa — moderno, neo-moderno e pós-moderno — à análise da problemática das desigualdades nas sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista (escalas local/regional, nacional, subcontinental e global).

Tentamos, depois, propor uma caracterização sintética, numa lógica de história do tempo presente, da evolução das desigualdades, nas economias capitalistas (em países desenvolvidos, de desenvolvimento intermédio e sub-desenvolvidos), desde o fim da Guerra Fria.

countries) since the end of the Cold War. To this end, we adopt the perspective of the new historiography — neomodern and resulting from the fusion of critical idealism, critical Marxism and structuralist historiography — and outline comparisons with the 18th and 19th centuries, with the post-First World War and with the post-Second World War periods.

Keywords: Capitalist socioeconomic relations; Schools of economic and social thought; Socioeconomic policies; Forms of knowledge; Epistemological paradigms.

Adotamos, para o efeito, a perspectiva da nova historiografia — neo-moderna e decorrente da fusão entre idealismo crítico, marxismo crítico e historiografia estruturalista — e esboçamos comparações com os séculos XVIII e XIX, com o pós-Primeira Grande Guerra e com o pós-Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Relações socioeconómicas capitalistas; Correntes de pensamento económico e social; Políticas socioeconómicas; Formas de conhecimento; Paradigmas epistemológicos.

## **Introdução**

Vivemos hoje, ao mesmo tempo, a afirmação e uma profunda crise – a mais grave desde 1939 e potencialmente a mais grave desde o início do século XVIII – da liberdade e dos direitos humanos, das democracias e do multilateralismo; dos ideais de atenuação das desigualdades e de combate a todas as formas de discriminação, de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável, de reconstituição dos equilíbrios ambientais e de poupança dos recursos naturais não renováveis, de regulação da inovação tecnológica e de governança cuidadosa da multiculturalidade. Enquanto historiadores, procuramos neste texto contribuir, por pouco que seja, para a caracterização e análise, contextualização e comparação da presente conjuntura, consolidada a partir da segunda metade da primeira década do terceiro milênio.

Pelo menos desde a segunda metade do século XIX, mas com particular intensidade nas décadas de 1920-1930 e no pós-Guerra Fria, tanto muita da produção em humanidades, em ciências sociais e nas tecnologias também delas derivadas, como muitos dos discursos político-ideológicos adotados tendem a considerar que a generalidade das sociedades humanas continuam a ser estrutural e essencialmente desiguais e discriminatórias. Advogam, ainda, que os regimes políticos acabam por ser liberais conservadores, demoliberais e democracias sequestrados por oligarquias ou, mesmo, ditaduras (contrarrevolucionárias, reacionárias e/ou revolucionárias); que os processos de integração subcontinental e as organizações internacionais multilaterais se limitam a relegitimar os poderes unilaterais e as rivalidades das grandes potências.

A presença, o domínio e, por vezes mesmo, a hegemonia das citadas leituras da realidade são, no entanto, tanto mais difíceis de compreender quanto, por um lado, diversos especialistas em humanidades e em ciências sociais – filósofos e teólogos, historiadores e economistas, geógrafos e psicólogos, sociólogos e antropólogos, cientistas políticos e estudiosos das relações internacionais, etc. – apresentaram propostas de caracterização e análise diferentes e alternativas (acrescidamente objetivantes e complexificantes) sobre a evolução da economia-mundo capitalista. Quanto, por outro lado, os Estados-Providência, os processos de integração subcontinental e as organizações internacionais de âmbito global revelaram ser, no plano cívico, soluções mais eficazes e justas em termos de redução das desigualdades e das formas de discriminação, bem como de aprofundamento da democracia e do desenvolvimento, de promoção da

sustentabilidade ambiental e da gestão mais operatória de recursos naturais escassos e não renováveis<sup>1</sup>.

Visamos, assim, neste artigo, de modo muito sintético embora, em primeiro lugar, descrever e interpretar a evolução do corelacionamento entre as humanidades, as ciências sociais e as tecnologias também delas derivadas, os discursos político-ideológicos e a problemática das desigualdades nas escalas nacional, subcontinental e global. Pretendemos, depois, caracterizar e analisar, numa perspetiva de história do tempo presente, a forma como, desde o fim da Guerra Fria, a configuração e o funcionamento de cada Estado-Nação, de cada estratégia de integração subcontinental e do sistema de relações internacionais têm contribuído para a redução e/ou para a ampliação dos fenómenos de desigualdade social global (socioeconómica, político-jurídica e sociocultural).

Pensamos que o debate acerca dos fundamentos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos das ciências sociais e das tecnologias também delas derivadas é muito importante quer para a ampliação do grau de objetivação e de operatividade do conhecimento produzido quer para o reforço da disponibilidade das sociedades para a receção crítica das referidas propostas de caracterização e de intervenção. Começamos, assim, por nos posicionar face à questão das características e dos condicionalismos, das potencialidades e das limitações dos paradigmas epistemológicos hoje disponíveis enquanto ferramentas de estruturação e de legitimação da *praxis* dos cientistas sociais e das comunidades envolventes<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Cfr., nomeadamente, Nathalie Heinich, *Ce que le militantisme fait à la recherche*, Paris, Éditions Gallimard, 2021; Eric Hobsbawm, *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*, Porto, Campo das Letras, 2005; Tony Judt, *O peso da responsabilidade*, Lisboa, Edições 70, 2018; Helen Pluckrose e James Lindsay, *Teorias cínicas*, Lisboa, Guerra & Paz, Editores, 2021; Mário Vargas Llosa, *O apelo da tribo*, Lisboa, Quetzal, 2018.

<sup>2</sup> Cfr., entre outros, António Manuel Hespanha, “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, 9 (1986), p. 65-84; Frederic Jameson, *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991; Adérito Sedas Nunes, “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, 30/31 (1970), p. 201-298; João Paulo Avelãs Nunes, “Historiografia e tecnologias derivadas: relevância social, epistemologia e deontologia” in Irene Maria Vaquinhas e outros (coord.), *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*, Coimbra, IUC, 2021, p. 343-366; Boaventura Sousa Santos (coord.), *Conhecimento prudente para uma vida decente. “Um discurso sobre as ciências” revisitado*, Porto, Edições Afrontamento, 2003; Gianni Vattimo, *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987; Ellen Meiksins Wood, *Democracy against capitalism. Renewing historical materialism*, Cambridge, CUP, 1996.

## **Paradigmas epistemológicos**

Concordamos com aqueles que defendem que a estruturação da Contemporaneidade a partir das sociedades de Antigo Regime – antes de mais em territórios do que hoje são a Itália, a Holanda e a Bélgica, o Reino Unido e a França, a Alemanha e a Áustria – integrou a progressiva afirmação, no âmbito da cultura erudita, da hegemonia do Paradigma Moderno. Herdeiros de contributos anteriores (oriundos, entre outros, dos universos culturais greco-latino, muçulmano e chinês, bem como do período do Renascimento), nos séculos XVII e XVIII os fundadores do Paradigma Moderno redefiniram tanto o modo de entender o conhecimento como a forma de perspetivar a respetiva aplicação social.

Segundo os pressupostos do Paradigma Moderno, as ciências e as tecnologias gerariam conhecimento definitivamente objetivo e eficaz porque ideologicamente neutro e correspondente à realidade. Ocupariam, assim, a posição cimeira entre todos os tipos de conhecimento, com destaque para as ciências exatas, depois para as ciências da natureza e, em último lugar, para as ciências sociais ou para as humanidades. Se aplicado, através da tecnologia, à gestão dos fenómenos naturais e à governação das relações sociais, o conhecimento científico permitiria resolver grande parte dos problemas que afetavam as comunidades humanas.

Tendo em conta o que seriam as características dos vários objetos de estudo – permanentes, com mudanças regulares, com alterações aleatórias –, utilizando diferentes metodologias, as ciências exatas, as ciências da natureza e as ciências sociais ou as humanidades elaborariam leis gerais (com base em modelos matemáticos), leis específicas ou explicações racionais da realidade. Mobilizando o conhecimento assim produzido, a tecnologia permitiria, pois, intervir operatoricamente – corrigindo ou antecipando – de acordo com a essência ou com as características estruturais da realidade.

Talvez seja possível agrupar em dois conjuntos as mais importantes sequelas teóricas e práticas da crescente presença dos fundamentos do Paradigma Moderno na vivência cultural erudita das sociedades ocidentais e ocidentalizadas a partir de meados do século XVIII. Assistiu-se, de modo avassalador, ao reforço, quer da confiança na capacidade de os seres humanos conhecerem efetivamente e intervirem com eficácia na realidade, quer da importância atribuída às questões de natureza deontológica, epistemológica e teórico-metodológica.

Verificou-se, no entanto, também, a afirmação de uma pretensa alteridade radical e da superioridade da ciência e da tecnologia perante as outras formas

de conhecimento, a confusão deliberada entre as características epistemológicas da ciência e da tecnologia, a desvalorização dos efeitos secundários negativos de muitas das aplicações tecnológicas aventadas e adotadas. Daí decorreu, por sua vez, a pretensão de legitimar as principais mundividências e sistemas ideológicos a partir do rigor e do prestígio da ciência (cientismo), bem como a inerente tendência – arrogante e intolerante, autoritária ou totalitária – para classificar como inferiores, incapazes ou criminosos todos aqueles que, passiva ou ativamente, recusassem aceitar a verdade e o bem (a eterna indiscutibilidade, a inevitabilidade e as vantagens) supostamente demonstrados e proclamados pelas ciências e pelas tecnologias.

Durante a primeira metade do século XX, as sociedades ocidentais e ocidentalizadas depararam-se com situações de disfunção sistémica e de questionamento – informal ou explícito – de alguns dos principais vetores do Paradigma Moderno. Lembramos, a este propósito, a Primeira Grande Guerra e os impasses do imediato pós-Guerra (antes de mais, o Tratado de Versalhes e a hiperinflação na Alemanha, o reforço do protecionismo e do unilateralismo, a recusa do reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência a muitos dos “territórios não autónomos”), a consolidação de regimes autoritários e/ou totalitários e a ocorrência de diversas situações de violência de massas, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial/o Holocausto.

Reagindo àquelas conjunturas e, ao mesmo tempo, limitados pelas mesmas, nas décadas de 1920 a 1940 diversos intelectuais – sobretudo ligados às humanidades, às ciências sociais e a tecnologias de base científica também delas derivadas – apresentaram propostas e concretizaram práticas que, somente a partir do início da década de 1990, resultaram na afirmação do Paradigma Neomoderno. Destacamos o idealismo crítico e o marxismo crítico, a nova historiografia e a antropologia estruturalista, a nova geografia e a nova sociologia, as correntes de pensamento económico keynesiana e estruturalista, o novo património cultural e a nova museologia.

Nos termos do Paradigma Neomoderno, por intermédio de um permanente esforço de objetivação, a ciência produziria conhecimento temporária e parcialmente o mais válido possível sobre a realidade. Não existiriam diferenças epistemológicas substanciais entre os vários sub-universos da ciência nem relações hierárquicas entre os diversos tipos de conhecimento. A monitorização e a mobilização operatória das mundividências e das ideologias que inevitavelmente enquadram os investigadores, o sincretismo teórico-metodológico e a transdisciplinaridade, o contínuo debate entre pares e com a comunidade envolvente seriam algumas das cautelas metodológicas nucleares.

Ainda de acordo com os defensores do Paradigma Neomoderno, se a ciência tem, em termos abstratos, como único propósito a produção e a divulgação de conhecimento, tão objetivante quanto possível, sobre a realidade, a tecnologia de base científica apresentaria características e propósitos muito diferentes. Visando conceber modalidades – genéricas e específicas – de transformação da realidade, a tecnologia de base científica e as correspondentes aplicações tecnológicas dependeriam, em primeiro lugar, de prévias escolhas ideológicas (cívicas ou organizacionais) acerca do sentido e da intensidade, dos custos e dos benefícios – absolutos e relativos – das mudanças a introduzir.

O papel da ciência no que à tecnologia de base científica diz respeito seria, assim, complementar e instrumental, visto que o conhecimento sobre a realidade não poderia impor nem a necessidade nem o sentido e a intensidade de qualquer alteração da mesma. Permitiria a ciência compreender melhor a realidade na qual se vai intervir, antever o grau de sucesso que poderão vir a ter cada uma das várias estratégias de atuação utilizáveis, acautelar potenciais efeitos secundários encarados como negativos. Daqui resultariam, igualmente, as virtualidades da regulação deontológica das atividades profissionais que produzem tecnologia de base científica e/ou que configuram e operacionalizam aplicações tecnológicas.

Quanto ao Paradigma Pós-Moderno, emergiu, nas décadas de 1960 e 1970, num contexto de Guerra Fria e de dissuasão nuclear; de relativa estabilização e, ao mesmo tempo, de contestação mais ou menos parcelar a alguns dos vetores presentes no Bloco Ocidental e no Bloco Soviético; de reprodução de situações de subdesenvolvimento e de dependência apesar da amplitude da vaga de independências que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial. Tanto para as elites dominantes e/ou para os sectores sociais maioritários como para parte substancial dos segmentos contestatários – à extrema-esquerda ou à extrema-direita –, denunciar a realidade social global implicava quer criticar radicalmente a subjacente hegemonia do Paradigma Moderno quer ignorar, ao mesmo tempo, os contributos reformistas do Paradigma Neomoderno.

À luz das concepções assumidas pelos fundadores do Paradigma Pós-Moderno, exceção feita a alguns segmentos da realidade natural e social reconstituíveis e analisáveis, de modo neo-empirista, a partir de modelos matemáticos (patamar de estruturação da física e da química, da biologia e da geologia, da psicologia e da economia enquanto áreas de conhecimento científico), a humanidade só poderia gerar conhecimento racionalizado a propósito da realidade sob a influência de sistemas ideológicos. A escolha seria, assim, entre propostas de caracterização/avaliação e de intervenção na/

governança da realidade mais ou menos justas e sustentáveis – ou, talvez, entre uma leitura justa/sustentável e narrativas injustas/insustentáveis.

Partindo do princípio de que a realidade tem sido essencialmente injusta e autodestrutiva, consideram os defensores do Paradigma Pós-Moderno que o conhecimento deveria ser “crítico” e fundamentador de uma “intervenção transformadora” (tradicionalista, conservadora e/ou modernizadora). A prioridade absoluta atribuída quer à denúncia das insuficiências do passado e do presente quer à demonstração das potencialidades regeneradoras da alternativa explicitada implicaria, por um lado, o desinvestimento em quaisquer outros debates de natureza deontológica e epistemológica, teórica e metodológica; por outro lado, a negação da autonomia das humanidades e da ciência, das artes e da tecnologia de base científica relativamente ao senso comum e às ideologias.

Tanto o hipersubjetivismo e o neo-empirismo proclamados no âmbito do Paradigma Pós-Moderno como a suposta superioridade da intervenção na realidade por comparação com o conhecimento dessa mesma realidade legitimariam a sobrevalorização ou a desconsideração instrumentais de determinadas vertentes da realidade. Legitimariam, ainda, a prevalência do comunitário e/ou do coletivo relativamente ao individual, a atribuição apriorística de uma intencionalidade maligna aos atores sociais tidos por privilegiados, a proclamação não fundamentada da existência de semelhanças e de solidariedades entre todos os atores ou agentes sociais injustiçados ou discriminados, a anexação de aceções valorativas a categorias teóricas já existentes e a elevação de metáforas adjetivantes ao estatuto de conceitos, a preferência por lógicas argumentativas de cariz moralizante e redutor (ou, mesmo, maniqueísta).

Devido ao cruzamento contraditório entre tentações de caracterização estrutural apriorística, autolimitações neo-empiristas e ambições de mobilização social por intermédio de promessas de regeneração imediata e absoluta, muitos estudos e inúmeras iniciativas de divulgação – bem como de ensino, de patrimonialização, de informação, de comunicação, etc. – influenciados pelo Paradigma Pós-Moderno essencializam as etapas fundadoras dos processos em apreço e desvalorizam a respetiva evolução posterior (ou seja, o papel dos sucessivos atores sociais e as mudanças parcelares entretanto adotadas). A desilusão decorrente de um tal determinismo – da pretensamente quase eterna e dolosa reprodução de características negativas para a maioria – viabilizaria o apoio generalizado a lideranças carismáticas e taumatúrgicas, a adesão a projetos de transformação supostamente radical.

## **Realidade socioeconómica, ciências sociais e tecnologias também delas derivadas, discursos político-ideológicos até 1991**

Difusamente a partir do século XVII, de forma mais explícita entre o início do século XIX e o final da Primeira Grande Guerra (1914-1918), a começar pelos Estados ocidentais e ocidentalizados, as sociedades humanas foram palco de mudanças que acarretaram a elevação do ritmo de aumento da produção de riqueza, a ampliação das oportunidades e dos riscos de ascensão ou de degradação social, a ampliação da escala das desigualdades socioeconómicas e socioculturais entre indivíduos e entre regiões ou países. O principal fator de aceleração terá resultado da perda de influência do modo de produção feudal (na configuração da Época Moderna)<sup>3</sup> e da lenta afirmação/da paulatina densificação do modo de produção capitalista.

Enquanto economia de mercado ou, acessoriamente, como economia de produção para o mercado (já existente em etapas anteriores, muitas vezes também integrante de mão de obra servil, escrava e forçada), assistiu-se, em simultâneo, por um lado, à dignificação do esforço individual e do trabalho, ao crescimento das classes médias urbanas e rurais; por outro lado, à depreciação do valor da qualificação manual, em parte substituída pelas máquinas. Quer a migração e a imigração massivas para as zonas urbanas quer as dramáticas sequelas sociais das frequentes crises económicas inerentes a um capitalismo de concorrência reforçaram a pressão no sentido da proletarização de parcelas – maiores ou menores – da mão de obra dos sectores secundário, terciário e primário.

Mesmo em países que adotaram Regimes Liberais Conservadores<sup>4</sup>, a desarticulação do Antigo Regime foi acompanhada pela estruturação de soluções

---

<sup>3</sup> Cfr., nomeadamente, Michel Beaud, *História do capitalismo* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Teorema, 1992; Witold Kula, *Teoria económica do sistema feudal*, Lisboa, Editorial Presença, 1979.

<sup>4</sup> Em alternativa às Monarquias Absolutas de Direito Divino e de Carácter Corporativo e aos Despotismos Esclarecidos, às Monarquias Autocráticas e às Ditaduras Autoritárias ou Totalitárias; depois substituídos por Regimes Demoliberais e por Regimes Democráticos — cfr., entre outros, Serge Berstein, *Démocraties, régimes autoritaires et totalitarismes au XX siècle*, Paris, Librairie Hachette, 1992; António Manuel Hespanha, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, 165 (2003), p. 1285-1302; António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*, Coimbra, Livraria Almedina, 2004; João Paulo Avelãs Nunes, “Sobre a utilidade da teoria na historiografia: o exemplo da história dos regimes políticos no século XX” in Gilvan Veiga Dockhorn e outros (coord.), *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*, Santa Maria e Coimbra, Editora UFSM e IUC, 2020, p. 49-73; René Rémond, *Introdução à história do nosso tempo*, Lisboa, Gradiva, 1994.

políticas e institucionais, legislação e práticas administrativas que igualizaram e libertaram os indivíduos mas que, ao mesmo tempo, retiraram à grande maioria dos seres humanos efetiva capacidade de intervenção formal para atenuar ou eliminar desigualdades e discriminações. Destacamos, entre outros, fenómenos como o aumento do número de territórios não autónomos (colónias e protetorados, com a imposição dos estatutos jurídicos segregados de colono ou civilizado, assimilado e indígena), a diferenciação entre cidadania ativa e cidadania passiva (discriminando seres humanos por critérios de sexo e etnia, nível de rendimento e alfabetização, religião e nacionalidade), a proibição ou a repressão do associativismo sócio-laboral dos assalariados bem como de outras formas de associativismo de indivíduos oriundos de grupos de discriminados.

Realçamos, ainda, na qualidade de promotores da igualdade e, ao mesmo tempo, de multiplicadores dos níveis de desigualdade e de discriminação, o cultivar de mundividências e de correntes ideológicas de cariz cientista, as quais, citando dados empíricos que correspondiam a uma parcela descontextualizada da realidade e remetendo para os pressupostos do Paradigma Moderno, procuravam sugerir que as respetivas propostas de valoração e/ou de intervenção eram científicas, ou seja, indiscutíveis, inevitáveis e benéficas. Vejam-se os exemplos do individualismo meritocrático e do imaginário do *self made man*, dos organicismos e dos darwinismos sociais, dos unilateralismos nacionalistas e imperialistas, da suposta diferenciação essencial e superioridade da cultura erudita e das civilizações face às culturas populares (as quais seriam exclusivamente constituídas por culturas materiais e por superstições).

Por sua vez, diversas etapas de transformação social global acarretaram o aumento da eficácia e da capacidade de apropriação de riqueza/de dominação de antigos e de novos centros perante antigas e a novas semiperiferias e periferias<sup>5</sup>. Evocamos, a este propósito, a Revolução Agrícola e a Revolução Comercial/Financeira, a Revolução Liberal e/ou a modernização dos aparelhos de Estado, a Revolução Científica/Tecnológica e a Revolução Industrial. Chamamos a atenção para o facto de o referido fenómeno de incremento da escala das desigualdades entre regiões ou países ter coincidido com a intensificação do ritmo de alteração das posições relativas entre os mesmos no âmbito da Economia-Mundo Capitalista e do sistema de relações internacionais liderado pela Inglaterra/Grã-Bretanha<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Cfr., nomeadamente, Immanuel Wallerstein, *The modern world system*, 3 volumes, Nova Iorque, Academic Press, 1974-1989.

<sup>6</sup> Face tanto à independência da generalidade dos territórios não autónomos do Continente Americano como às “corridas à Ásia e à África”, a Inglaterra/Grã-Bretanha, a França, a Holanda e a Bélgica puderam consolidar os respetivos estatutos de centros; os EUA, a Alemanha e o Japão

Emersos numa conjuntura de transformação das sociedades de Antigo Regime em sociedades Contemporâneas e de consolidação da hegemonia da Economia-Mundo Capitalista, empenhados num esforço de reconstituição e análise desse objeto de estudo coevo, muitos especialistas em humanidades, ciências sociais e/ou em tecnologias também delas derivadas assumiram, ainda, posições diferentes sobre o modo como essa evolução deveria ser caracterizada e valorada, intervencionada e governada. Recordamos que as referidas áreas de saber viveram, nos séculos XVIII e XIX, momentos de fundação – normalmente por autonomização a partir da filosofia e/ou da teologia – ou, pelo menos, de redefinição profunda (em termos epistemológicos, teóricos e de enquadramento social), contribuindo para a afirmação da hegemonia do Paradigma Moderno.

Tendo em conta a respetiva centralidade e representatividade no âmbito do debate científico, ideológico e tecnológico sobre a relação entre o modo de produção capitalista na sua primeira etapa de evolução (capitalismo de concorrência) e o aumento das desigualdades – sociais, entre regiões e entre países –, referimos, antes de mais, o contributo dado por economistas (ou estudiosos dos fenómenos económico-sociais). Consideramos que, mau grado as substanciais diferenças verificáveis no que concerne à avaliação político-ideológica dos resultados da afirmação do modo de produção capitalista, até ao pós-Primeira Grande Guerra existiu um consenso alargado, facilitado pela partilha dos pressupostos epistemológicos do Paradigma Moderno, quanto às características desse mesmo modo de produção<sup>7</sup>.

Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e muitos outros economistas liberais clássicos, defenderam que o modo de produção capitalista corresponderia à natureza humana e asseguraria quer mais liberdade aos indivíduos, quer maior produção de riqueza. Pressupuseram, ainda, que, estruturalmente, o capitalismo seria sinónimo de capitalismo de concorrência entre pequenas e médias empresas. Dependia o mesmo de igualdade

---

ascenderam à posição de centros; o Império Chinês e o Império Austro-Húngaro, o Império Russo e o Império Otomano, Espanha e Portugal regrediram para os patamares de periferias ou de semi-periferias mais ou menos próximas do sub-desenvolvimento — cfr., entre outros, Victor Bulmer-Thomas, *The economic history of Latin America since independence*, Cambridge, CUP, 1994; Boris Fausto e Fernando J. Devoto, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, São Paulo, Editora 34, 2005; Andrew Gordon, *A modern history of Japan from Tokugawa times to the present*, Oxford, OUP, 2003; Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História económica de Portugal (1700-2000)*, 3 volumes, Lisboa, ICS, 2005.

<sup>7</sup> Cfr., nomeadamente, John Kenneth Galbraith, *Viagem através da economia do nosso século*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995; António José Avelãs Nunes, *Uma volta ao mundo das ideias económicas*, Coimbra, Edições Almedina, 2008.

jurídica por parte dos indivíduos e de liberdade de iniciativa económica; de competição entre indivíduos, empresas e países num mercado minimamente regulado pelos Estados. Invocando uma suposta inferioridade racial até das elites intermédias assimiladas, assumiram que nos territórios não autónomos se manteria uma acrescida intervenção político-administrativa por parte das “potências civilizadoras”.

Afirmaram, no entanto, também, que a generalização do modo de produção capitalista teria efeitos secundários menos positivos. A proletarização e a pauperização de parte substancial da população resultariam das diferentes capacidades dos indivíduos e da maior oferta do que procura de mão de obra no mercado. A ampliação da diferença de nível de desenvolvimento entre países seria fruto das diferentes capacidades dos povos e do acesso a recursos naturais que viabilizassem atividade económica nos sectores secundário e terciário (geradores de maior valor acrescentado) ou no sector primário (gerador de menor valor acrescentado). As crises económicas sucessivas e a consequente concentração monopolista decorreriam do livre funcionamento do mercado.

Alexander Hamilton (1755-1804), Georg Friedrich List (1789-1846), Henry Clay (1777-1852) e muitos outros economistas nacionalistas partilhavam o essencial do ideário liberal clássico. Defendiam uma governação de economias capitalistas temporária e parcialmente mais protecionista e intervencionista porque eram oriundos de países que sofriam a maior eficácia das economias britânica e francesa, holandesa e belga. Tendo observado o crescendo de conflitualidade sócio-laboral e político-ideológica existente naquelas regiões de industrialização precoce, se viviam em países com monarquias autocráticas advogaram, ainda, uma intervenção enquadradora e repressiva do Estado, de cariz preventivo, na esfera social. August Comte (1789-1857) e outros estudiosos dos fenómenos socioeconómicos que adotaram uma perspetiva positivista explicitaram análises e apresentaram propostas semelhantes.

Léon Walras (1834-1910), William Stanley Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e muitos outros economistas liberais marginalistas (neoclássicos), partindo do pensamento liberal clássico, consideraram, no entanto, que o capitalismo de concorrência acabaria por resultar em maior produção de riqueza, em menor desigualdade social e em acrescida estabilidade económico-financeira. Bastaria, para o efeito, que os Estados interferissem cada vez menos na economia e nas relações sócio-laborais; que os indivíduos atuassem, cada vez mais, como *homo economicus* (enquanto competidores racionais). De forma a contribuir para a utilização mais eficaz possível dos escassos recursos disponíveis, a ciência económica deveria deixar de ser economia política e aprofundar o respetivo grau de formalização matemática.

Robert Owen (1771-1858), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Karl Marx (1818-1883) antecederam e representam simbolicamente, de algum modo, os três principais sub-universos de estudiosos dos fenómenos socioeconómicos que apoiaram a substituição do modo de produção capitalista por um modo de produção socialista (coletivista): cooperativistas, anarquistas e comunistas. Começando por adotar a caracterização do modo de produção capitalista aventada pelos economistas liberais clássicos, defenderam, respetivamente, a crescente adesão das vítimas das desigualdades em causa à paulatinamente mais significativa alternativa cooperativista; a participação dessas vítimas em atos revolucionários fundadores de uma nova sociedade (também cooperativista); o envolvimento desses proletários em iniciativas revolucionárias que, sob a liderança de partidos políticos de vanguarda e através de regimes de Ditadura do Proletariado, antecipariam as supostamente inevitáveis desagregação do modo de produção capitalista e implantação do modo de produção socialista.

Entre o fim da Primeira Grande Guerra e os meados da década de 1930, John Maynard Keynes (1883-1946), William Henry Beveridge (1879-1963) e outros economistas liberais clássicos criaram o keynesianismo. Face às mudanças parciais ocorridas nas economias mais desenvolvidas desde o último quartel do século XIX, perante os fenómenos da guerra económica e da economia de guerra, tendo em conta as sequelas do Tratado de Versalhes (1919) e da Crise de 1929, tratou-se de uma proposta global de reinterpretação do modo de produção capitalista, do corelacionamento entre o mesmo e a problemática das desigualdades, da governação da economia-mundo capitalista. Foi, ainda, uma das primeiras iniciativas de estruturação e de aplicação dos pressupostos do Paradigma Neomoderno.

O modo de produção capitalista seria, ao mesmo tempo, sinónimo de capitalismo de concorrência, com pequenas e médias empresas mão de obra intensivas; de capitalismo monopolista, com grandes empresas capital intensivas. Para o segundo sub-universo, o reforço das condições laborais e de vida da força de trabalho acarretaria melhores resultados empresariais e maior estabilidade macroeconómica. Em ambos os casos, uma regulação pública multivetorial e ajustável a cada conjuntura, de âmbito nacional e global – o Estado-Providência –, teria efeitos positivos, para os indivíduos e para as empresas, em termos de promoção da iniciativa e da autonomia individuais, de combate à pobreza e à desigualdade, de atenuação dos constrangimentos de natureza sociocultural e/ou socioeconómica, de fomento do crescimento económico e do desenvolvimento, de redução substancial da regularidade e da intensidade das crises (económico-sociais e, depois, ideológico-políticas e diplomático-militares).

Mau grado algumas tentativas embrionárias ou pontuais de adoção desta nova forma de compreender e de intervir na economia-mundo capitalista<sup>8</sup>, até ao alastramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) continuaram a ser predominantes, a nível mundial, o liberalismo clássico/o nacionalismo económico associado a regimes demoliberais; o corporativismo de Estado derivado de ditaduras de tipo fascista (autoritárias e/ou totalitárias); o marxismo ortodoxo – ou estalinismo –, decorrente da experiência soviética. Uma vez mais, no entanto, a brutalidade do conflito militar generalizado e os desafios da guerra económica/da economia de guerra criaram condições para a introdução e a consolidação de novas hipóteses de análise e de novas soluções.

No seguimento da aprovação do Plano Beveridge no Reino Unido (1942/1943) – influenciando diretamente o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia –, a Administração e o Congresso dos EUA tomaram um conjunto de iniciativas que acabaram por redundar na escolha do keynesianismo e do Estado-Providência como corrente de pensamento económico-social e como modelo de governação hegemónicos na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio no período da Guerra Fria (1947-1991)<sup>9</sup>. Fará sentido, a este propósito, destacar a 26<sup>a</sup> Conferência da Organização Internacional do Trabalho (Filadélfia) e a Conferência de Bretton Woods (ambas em 1944), a Conferência de São Francisco e a Criação da Organização das Nações Unidas a partir da experiência da Sociedade das Nações (1945), o Plano Marshall/a Organização Europeia de Cooperação Económica (1948-1951), o Tratado de Segurança Mútua EUA-Japão (1951), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (1947) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (1960).

---

<sup>8</sup> Sobre estas experiências, parcelares e/ou temporárias em países de maior dimensão – os EUA do *New Deal*, a Alemanha da Constituição de Weimar, a França da Frente Popular –, mais globais em países de menor dimensão (Suíça, Suécia, Dinamarca), organizacionais como as protagonizadas pelo industrial norte-americano Henri Ford (1863-1947) e pela associação empresarial do Norte de Itália Confindustria (1910-...), cfr., entre outros, Franklin Hugh Adler, *Italian industrialists from liberalism to fascism. The political development of the industrial bourgeoisie (1906-1934)*, Cambridge, CUP, 1995; Colin Gordon, *New Deals business, labor and politics in America (1920-1935)*, Cambridge, CUP, 1994; William E. Leuchtenburg, *Franklin D. Roosevelt and the New Deal (1932-1940)*, Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1963; João Paulo Avelãs Nunes, “Valorização e desvalorização social do trabalho na época contemporânea”, *Dirigir & Formar*, 23 (2019), p. 15-18.

<sup>9</sup> No que diz respeito à realidade portuguesa entre 1926 e 1974, cfr., nomeadamente, António Rafael Amaro, “The late construction of Portugal Welfare State: the failure of the Social Corporatist State (1933-1974)”, *Memoria y Civilización*, 21 (2018), p. 1-18.

Quanto aos vetores nucleares dos Estados-Providência, decorrentes de investimento público, bem como de envolvimento do sector privado e da sociedade civil, citamos o fundador pilar das políticas sociais, com destaque para as políticas de rendimentos/preços e de pleno emprego no âmbito da concertação social tripartida, para a segurança social e para o sistema de saúde. Lembramos, ainda, os pilares das infraestruturas (antes de mais, a investigação/a divulgação e o ensino/a formação, a energia e os transportes, as comunicações e a habitação, a cultura e o desporto); da intervenção direta na economia – com destaque para a criação de empresas públicas ou mistas, para a atribuição de apoios e de consultoria a empresas privadas e a associações empresariais –; da política externa (promovendo uma globalização negociada, em organizações internacionais multilaterais, em processos de integração subcontinental e fomentando o desenvolvimento de países periféricos)<sup>10</sup>.

Raúl Prebische (1901-1986), Celso Furtado (1920-2004), Gunnar Myrdal (1898-1987) e outros economistas liberais clássicos de formação keynesiana, preocupados com a dificuldade em assegurar, dentro da economia-mundo capitalista, o desenvolvimento de sociedades subdesenvolvidas, fundaram, na década de 1950, a teoria económica estruturalista. Assumiram, também, os pressupostos do Paradigma Neomoderno. O referido bloqueio verificou-se quer em Estados autónomos pelo menos desde o início do século XIX quer em países chegados à independência depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Significativamente, durante o período da Guerra Fria, mau grado a institucionalização da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (1948) e o nascimento do Movimento dos Países Não Alinhados (1955), as políticas económicas e sociais de matriz estruturalista quase não foram aplicadas.

Tanto ou mais do que a lógica confrontacional por parte dos dois Blocos político-ideológicos e militares da Guerra Fria ou os condicionalismos estruturais que contribuía para a reprodução das desigualdades entre países, o grau de exigência das estratégias de transformação de Estados subdesenvolvidos

---

<sup>10</sup> Cfr., entre outros, Rafael Aracil e outros, *El Mundo actual. De la Segunda Guerra Mundial a nuestros días*, Barcelona, Ediciones Universitat de Barcelona, 1998; Jean-Paul Chagnollaud, *Relations internationales contemporaines*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1999; Luís Pedro Cunha, *O sistema comercial multilateral e os espaços de integração regional*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008; John Lewis Gaddis, *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2007; Tony Judt, *Pós-guerra. História da Europa desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2007; Ana Bela Nunes, "O modo de organização e funcionamento das economias nacionais no século XX", *Estudos de Economia*, 3 (1997), p. 253-278; João Paulo Avelãs Nunes, "Da "Crise de 1929" à "Crise de 2008". Reflexão historiográfica em torno do conceito de "Estado Providência"", *Estudos do Século XX*, 13 (2013), p. 243-255; Nuno Valério e Ana Bela Nunes, *O crescimento económico moderno*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

em Estados de desenvolvimento intermédio ou em Estados desenvolvidos ajudaria a explicar a escassa adoção das propostas de intervenção estruturalistas. Enquanto ilustrações desta problemática no âmbito de uma economia-mundo capitalista onde se verificava o predomínio da teoria económica keynesiana, referimos, por um lado, a contestação e a falta de apoio de que foi alvo Celso Furtado enquanto Ministro do Planeamento do Brasil (na Administração João Goulart, entre 28 de Setembro de 1962 e o Golpe de Estado de 31 de Março de 1964)<sup>11</sup>; por outro, em sentido inverso, os exemplos de desenvolvimento tardio da Coreia do Sul e de Taiwan (iniciativas desencadeadas apenas na década de 1970).

### **Estados-Nação, processos de integração subcontinental, organizações internacionais e desigualdades socioeconómicas no pós-Guerra Fria**

Em resultado do colapso do Bloco Soviético e da própria União Soviética entre 1989 e 1991, o ano de 1991 passou a ser referenciado como o momento de encerramento do período da Guerra Fria. Estar-se-ia, supostamente, perante a substituição de um sistema de relações internacionais bipolar (simultaneamente multilateral e unilateral) por um outro de cariz unipolar e multilateral liderado pelos EUA. Face ao relativo sucesso da Organização Europeia de Cooperação Económica (1948), da Comunidade Económica Europeia (1957), da Associação Europeia de Comércio Livre (1960) e da União Europeia (1993), assistir-se-ia à multiplicação das experiências de integração subcontinental de pendor multilateral. Com o apoio dos regimes democráticos vencedores, as ditaduras – de esquerda e de direita – ainda existentes dariam lugar a novas democracias. A economia-mundo capitalista tenderia a absorver toda a economia mundial.

Num mundo assim reestruturado – a partir de um sistema de relações internacionais unipolar mas baseado tanto em organizações internacionais como em processos de integração subcontinental multilaterais, em Estados-Nação(ões) democráticos e em economias capitalistas cada vez mais desenvolvidas

---

<sup>11</sup> Cfr., nomeadamente, José Luís Cardoso, “Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento”, *Análise Social*, 214 (2015), p. 26-42; Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: política externa e projecto nacional*, São Paulo, Editora UNESP, 2000; Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes, *A democracia reduz a desigualdade económica?*, São Bernardo do Campo, Editora UFABC, 2017; Celso Furtado, *Teoria e política do desenvolvimento económico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1971; Luis Carlos dos Passos Martins, *A grande imprensa “liberal” carioca e a política económica do Segundo Governo Vargas (1951-1954). Conflito entre projetos de desenvolvimento*, Porto Alegre, EdiPUCRS, 2016.

–, a escala das desigualdades e a quantidade/a intensidade das formas de discriminação reduzir-se-iam drasticamente. Tornou-se, no entanto, patente que vivemos, afinal, uma evolução muito diferente. Pelo menos desde 2008, cidadãos com intervenção política e jornalistas, investigadores em humanidades e em ciências sociais caracterizam o atual tempo presente como sendo de reforço das ditaduras e de aumento das violações dos direitos humanos; de crise da democracia e do multilateralismo; de crise económico-social e de crise do corelacionamento entre tecnologias digitais, empregabilidade e liberdade; de crise ambiental e de recursos naturais não renováveis<sup>12</sup>.

Advogamos, assim, que é operatório investir mais na reconstituição e na análise deste enorme desvio. Deste enorme afastamento quer relativamente a horizontes de futuro próximo sobretudo ideológicos quer perante cenários extrapoláveis, a partir de esforço científico de objetivação, tendo em conta como decorreu a evolução do Bloco Ocidental, liderado pelos EUA, durante as décadas de 1940 a 1980. Pensamos, sobretudo, na evolução dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio, uma vez que a realidade nos Estados capitalistas subdesenvolvidos terá sido substancialmente diferente. Consideramos que devemos começar por observar os modos de governação do sistema de relações internacionais, as políticas económicas e sociais adotadas e as narrativas – ideológicas, científicas e tecnológicas – sobre os mesmos.

Chamamos a atenção para o facto de quase todas as organizações internacionais existentes depois de 1991 terem sido constituídas ou reconfiguradas durante a Guerra Fria. Salientamos, ainda, que, na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio, antes e depois de 1991, existem regimes democráticos ou demoliberais abertos, ou seja, amplas possibilidades de debate e de participação política e sindical formal. Destacamos, finalmente, que, antes e depois de 1991, a maioria dos sistemas políticos em causa têm sido conduzidos pelos mesmos partidos de centro-esquerda, centro-direita e direita. Aparentemente, pois, não se teriam verificado

---

<sup>12</sup> Cfr., nomeadamente, Madeleine Albright, *Fascismo. Um alerta*, Lisboa, Clube do Autor, 2018; Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, Lisboa, Gradiva, 1999; Mikhail Gorbachov, *Que está em jogo? O futuro do Mundo global*, Lisboa, Edições 70, 2021; João Paulo de Almeida Magalhães, *O que fazer depois da crise? A contribuição do desenvolvimentismo keynesiano*, São Paulo, Editora Contexto, 2009; António Costa Pinto, *O regresso das ditaduras?*, Lisboa, FFMS, 2021; Amartya Sen, *Identidade e violência. A ilusão do destino*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007; Joseph E. Stiglitz, *The price of inequality*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company, 2012; Fareed Zakaria, *Dez lições para um Mundo pós-Pandemia*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2021.

mudanças estruturais no modo como as referidas sociedades civis, sistemas políticos e aparelhos de Estado valoravam a realidade e nela intervieram.

Depois do fim da Guerra Fria, os EUA e as potências intermédias do ex-Bloco Ocidental optaram por não apoiar substancialmente a implantação e a consolidação de regimes democráticos e de economias capitalistas desenvolvidas ou de desenvolvimento intermédio na maioria dos Estados da ex-União Soviética, na República Popular da China, na Jugoslávia, etc. Repetiram, assim, de alguma forma, o unilateralismo e o egoísmo irracional que vigorou depois da Primeira Grande Guerra – com as implicações conhecidas – mas contrariaram o multilateralismo e o egoísmo racional que, em parte, marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. Muitos daqueles e de outros países continuaram ou voltaram, pois, formal ou informalmente, a ter regimes ditatoriais – autoritários e/ou totalitários – e a praticar violações de direitos humanos ou, mesmo, modalidades de violência de massas.

Após a consequente reconstituição de clivagens geoestratégicas insanáveis entre, por um lado, os EUA e, por outro, a Federação Russa e a República Popular da China – fenómeno ampliado pela permanência da dissuasão nuclear –, o Conselho de Segurança da ONU regressou, em grande parte, a uma situação de quase paralisia. Devido tanto a este retomar de uma lógica semelhante à da Guerra Fria como às posturas demasiadas vezes unilateralistas por parte dos EUA e das potências intermédias do ex-Bloco Ocidental (o Japão e a RFA/Alemanha, o Reino Unido e a França, o Canadá e a Austrália, etc.), a ONU no seu conjunto também tem desempenhado um papel escassamente proativo enquanto organização internacional multilateral de escala global e de âmbito totalizante.

Eventualmente de modo ainda mais difícil de compreender, a própria União Europeia (UE) – herdeira da responsabilidade pela eclosão das duas guerras mundiais do século XX; fruto de uma evolução operatória que passou pela Organização Europeia de Cooperação Económica, pela Comunidade Económica Europeia e pela Associação Europeia de Comércio Livre – não conseguiu até agora atingir um patamar de coesão interna que lhe permita desempenhar um outro papel a nível mundial. Recusou, igualmente, aceitar a integração da Turquia, assistiu à saída do Reino Unido<sup>13</sup> e à implantação em países membros de Governos populistas e autoritários, vive sob a ameaça

---

<sup>13</sup> Lembramos que a Inglaterra/Grã-Bretanha (Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte desde 1922) foi a maior potência mundial pelo menos nos séculos XVIII e XIX e que optou por estabelecer uma parceria estratégica com a França – até então a sua principal rival – logo depois da criação do Império Alemão (1871). Salientamos, ainda, que o Reino Unido influenciou decisivamente a evolução da Comunidade Económica Europeia e da União Europeia

plausível de vitórias eleitorais de partidos de extrema-direita em outros Estados membros. Entretanto, nenhum dos processos de integração subcontinental de cariz multilateral encetados, em outras zonas do Mundo, desde 1945, alcançou um nível de aprofundamento remotamente similar ao da União Europeia.

Uma outra transformação decisiva teve a ver com as políticas económicas e sociais dos países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio (EUA e Canadá, Costa Rica e Uruguai; países membros da UE e outros Estados europeus; Japão, Coreia do Sul e Taiwan; Austrália e Nova Zelândia). Generalizando concepções e medidas primeiro adotadas no Chile da ditadura militar (a partir de 1973), no Reino Unido da primeira-ministra Margaret Thatcher (a partir de 1979) e nos EUA da administração Ronald Reagan (a partir de 1981), desde o início do pós-Guerra Fria assistiu-se à substituição da hegemonia do keynesianismo e da globalização regulada (baseados nos Estados-Providência e no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) pelo predomínio do monetarismo e da globalização neoliberal (baseados na autonomia dos Bancos Centrais/das empresas multinacionais e na Organização Mundial do Comércio).

Friedrich Hayek (1899-1992), George Stigler (1911-1991), Milton Friedman (1912-2006) e muitos outros economistas liberais neoclássicos – defensores dos pressupostos do Paradigma Moderno – propuseram o monetarismo enquanto versão atualizada do marginalismo. Mantinham a confiança absoluta na eficácia da iniciativa privada e na capacidade de autorregulação dos mercados assentes na concorrência<sup>14</sup>. Atribuíam à intervenção dos Governos nas esferas económica e social quer a origem de grande parte das dificuldades sentidas nos países capitalistas nas décadas de 1970 e 1980 – antes de mais a estagflação e a redução da taxa de crescimento económico – quer mesmo ameaças à liberdade dos indivíduos. Passaram, no entanto, a considerar que a estabilidade das moedas nacionais deveria ser assegurada por entidades públicas (os Bancos Centrais) desde que os respetivos estatutos garantissem a sua autonomia face aos sistemas políticos<sup>15</sup>.

A mudança em causa dependeu, entretanto, da adesão à teoria económica e às políticas económico-sociais monetaristas por parte de inúmeros indivíduos,

---

pelo menos desde 1973; que, em 2016, quando a opção pelo *Brexit* se tornou maioritária, o Reino Unido era o segundo país mais poderoso da União Europeia (superado, apenas, pela Alemanha).

<sup>14</sup> Acerca da dimensão neoliberal deste período, cfr., nomeadamente, João Rodrigues, *O Neoliberalismo não é um slogan*, Lisboa, Tinta da China, 2022.

<sup>15</sup> Sobre uma perspetiva neoclássica relativamente heterodoxa quanto à evolução do capitalismo, cfr., entre outros, António Rafael Amaro, “Teoria económica e história empresarial: empresário e capitalista em Joseph Schumpeter” in Irene Maria Vaquinhas e outros (coord.), *História, empresas, arqueologia industrial e museologia*, Coimbra, IUC, 2021, p. 33-58.

organizações e instituições de ou lideradas por países capitalistas desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio. Elencamos, entre outros, investigadores e docentes universitários, jornalistas e cronistas, comentadores; dirigentes de partidos políticos e de sindicatos de centro-esquerda, centro-direita e direita; militantes de partidos políticos e de sindicatos de centro-esquerda, centro-direita e direita, bem como cidadãos eleitores em geral; dirigentes de associações patronais, empresários e gestores de empresas; entidades como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, a Comunidade Económica Europeia/a União Europeia<sup>16</sup>.

Sobre as implicações da substituição do Consenso de Bretton Woods pelo Consenso de Washington, referimos, em primeiro lugar, aquelas que avaliamos como positivas. Destacamos o aumento da velocidade de generalização das novas tecnologias e de mais eficazes métodos organizativos surgidos desde o período da Guerra Fria; a ampliação e a intensificação do ritmo de crescimento económico – e, em alguns casos, do nível de desenvolvimento – em muitos países subdesenvolvidos, o que permitiu a centenas de milhões de seres humanos passar de uma situação de pobreza para a classe média baixa ou para a classe média; a utilização dos mercados como vetor informal de potenciação do esforço de integração na economia-mundo capitalista de ex-países comunistas subdesenvolvidos.

Enunciamos, finalmente, as consequências que valoramos como negativas da substituição do keynesianismo e da globalização regulada pelo monetarismo e pela globalização neoliberal. Salientamos, nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio, a deslocalização de parte substancial da atividade económica e o desmantelamento parcelar dos Estados-Providência, o agravamento das desigualdades socioeconómicas e do grau de precariedade sócio-laboral, a degradação de infraestruturas públicas fundamentais e o aumento do poder de grandes empresas multinacionais monopolistas ou oligopolistas, a escalada de radicalização ideológico-política e a desvalorização das organizações internacionais/dos processos de integração subcontinental

---

<sup>16</sup> Cfr., nomeadamente, António Rafael Amaro, “As empresas como objecto da história: de locais de alienação a espaços de culto” in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela história*, Coimbra, IUC, 2010, p. 327-333; Vítor Bento, *Os Estados nacionais e a economia global*, Coimbra, Livraria Almedina, 2004; Jürgen Habermas, “Democracy in Europe”, *European Law Journal*, 4 (2015), p. 546-557; Alfonso Pinilla García (coord.), *Europa, una história con futuro. Evolución, instituciones y políticas de la Unión Europea*, Granada, Editorial Comares, 2020; António Martins da Silva, *História da unificação europeia. A integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, IUC, 2010.

multilaterais, a estratégia no essencial securitária – e muitas vezes violadora dos direitos humanos – de enquadramento dos fluxos de refugiados e de imigrantes<sup>17</sup>.

À escala global, lembramos o forte contributo para o reforço da capacidade de controlo interno e da influência externa de ditaduras (formais e informais, autoritárias e/ou totalitárias), antes de mais, dos regimes vigentes na República Popular da China e na Federação Russa, na Coreia do Norte e no Irão, na Arábia Saudita e na Venezuela; o ampliar das desigualdades entre países emergentes, sociedades subdesenvolvidas e Estados falhados. Referimos, igualmente, o avolumar e a não superação dos problemas que redundaram no eclodir da Crise de 2008, a maior disfunção económica e social global desde a Crise de 1929; o intensificar da degradação de muitos regimes democráticos, primeiramente nos EUA e no Brasil, na República da Índia e na Turquia, na Hungria e em Israel; a disseminação de abordagens e de posturas negacionistas, bem como o protelar de esforços sérios visando a superação da ameaça de destruição dos equilíbrios ambientais do planeta.

Perante estas mudanças significativas, de que modo se posicionam tanto investigadores em humanidades, ciências sociais e tecnologias de base científica também delas derivadas como a comunicação social, organizações das sociedades civis e instituições (nacionais e internacionais)? Identificaríamos quatro grandes grupos de leituras e narrativas, as quais reproduzem lógicas e posições relativas com semelhanças face às assumidas, com os resultados conhecidamente dramáticos, no período que decorreu entre o final da Primeira Grande Guerra e o início da Segunda Guerra Mundial.

Elencaríamos o subuniverso a), de apologia – explícita e/ou implícita, integral ou mitigada – dos pressupostos do monetarismo e da globalização neoliberal (perspetiva dominante, associado ao Paradigma Moderno); o subuniverso b), de caracterização do capitalismo como forma de organização social global intrínseca e permanentemente geradora de desigualdades e discriminações (perspetiva minoritária, associado ao Paradigma Pós-Moderno); o subuniverso c), de crítica radical à democracia, ao multilateralismo, à globalização e à multiculturalidade, supostamente impostos por elites degeneradas e que

---

<sup>17</sup> Cfr., entre outros, Anne Applebaum, *Autocracia, Inc. Os ditadores que querem governar o Mundo* (trad. do inglês), Lisboa, Bertrand Editora, 2024; Noam Chomsky e Marv Waterstone, *Consequences of capitalism. Manufacturing discontent and resistance*, Chicago, Haymarket Books, 2021; Yuval Noah Harari, *Nexus. História breve das redes de informação da Idade da Pedra à inteligência artificial*, Lisboa, Elsinore, 2024; Branko Milanovic, *Capitalismo, apenas*, Coimbra, Conjuntura Actual Editora, 2022; Yascha Mounk, *O grande experimento. Por que as democracias diversificadas fracassam e como podem triunfar*, São Paulo, Companhia das Letras, 2024; Shoshana Zuboff, *The age of surveillance capitalism*, Londres, Profile Books, 2019.

estariam na origem de todas as dificuldades sentidas por cada comunidade nacional no pós-Guerra Fria (perspetiva emergente, associado ao Paradigma Pós-Moderno); o subuniverso d), de defesa das virtualidades da democracia e do multilateralismo, do keynesianismo, do estruturalismo e da globalização negociada enquanto as modalidades até ao momento mais eficazes, justas e sustentáveis de governação no âmbito da economia-mundo capitalista (perspetiva minoritária ou emergente, associado ao Paradigma Neomoderno).

Sumariamente, diríamos que a estratégia discursiva dos defensores das conceções liberais neoclássicas passa por apresentar o monetarismo como a única forma científica de estruturar o conhecimento sobre as atividades económicas; por retratar o keynesianismo como ideologia, ou seja, enquanto versão moderada das políticas económicas e sociais coletivistas, sendo o contexto e a iniciativa da respetiva adoção omitidos. A Crise de 2008 teria decorrido, apenas, de comportamentos ilegais de administradores de bancos e de posturas negligentes de governadores de bancos centrais; as múltiplas situações de hiper concentração monopolista e de intensa radicalização ideológico-política seriam fenómenos temporários e sem ligações significativas à evolução da economia.

No que concerne aos apologistas de uma perspetiva sobretudo moral das relações socioeconómicas, atribuiriam menor relevância ao estudo circunstanciado quer da evolução das efetivas experiências socioeconómicas coletivistas quer das diferenças entre os vários modos de gerir o capitalismo, o qual seria intrinsecamente gerador de inultrapassáveis injustiças (desigualdades e discriminações) entre pessoas e países. Para além do mais, o capitalismo acarretaria, também, pela lógica inerente da competição e do lucro, a crescente deterioração dos equilíbrios ambientais e a delapidação de recursos naturais escassos e não renováveis<sup>18</sup>.

Enquanto intelectuais orgânicos e dirigentes de partidos antes de centro-direita ou de direita, na qualidade de apoiantes e de líderes de forças políticas desde o início de extrema-direita, os proponentes de uma abordagem corporativista e nacionalista de governação do capitalismo tendem a descrever um indefinido passado supostamente glorioso, baseado no protecionismo e/ou na autarcia, no unilateralismo e em regimes autoritários ou demoliberais restritivos, no predomínio de uma determinada identidade étnico-religiosa. As

---

<sup>18</sup> Cfr., nomeadamente, Anthony B. Atkinson, *Inequality: what can be done?*, Cambridge, HUP, 2015; Branko Milanovic, *Global inequality. A new approach for the age of globalization*, Cambridge, HUP, 2016; Thomas Piketty, *A economia das desigualdades*, Lisboa, Actual, 2014; Thomas Piketty, *Capital e ideologia*, Lisboa, Temas & Debates, 2020; Bonnie G. Smith, *Mulheres na história do Mundo (de 1450 ao presente)*, Lisboa, Temas e Debates, 2021.

disfunções atuais decorreriam, pois, supostamente, da captura da democracia por elites desnacionalizadas e por minorias, das implicações da concretização das falsas utopias globalistas e multilateralistas – as quais teriam aberto a porta à concorrência desleal e agressora de outros países –, da invasão por parte de migrantes, refugiados e imigrantes. Optam, assim, por ignorar o problema do envelhecimento e da redução da população (da população ativa e, mesmo, da população total) nos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio.

Tendo perdido peso nos âmbitos tanto da investigação/divulgação e do ensino/formação como da comunicação social, órfãos de ligações estáveis às forças políticas de centro-esquerda, centro-direita e direita, os apoiantes de concepções liberais clássicas de cariz keynesiano e estruturalista estarão, pelo menos desde 2008, a retomar posições nesses mesmos âmbitos. Afirmam a necessidade de comparar a realidade atual com períodos anteriores e de não omitir os antecedentes imediatos dos fenómenos presentes. Defendem as virtualidades da democracia e do multilateralismo, de uma governação negociada e reguladora do capitalismo – nas escalas local/regional, nacional, subcontinental e global – como forma potencialmente operatória de introduzir modernização e de produzir mais riqueza, de reduzir desigualdades e de combater modalidades de discriminação, de atenuar ou reverter a crise ambiental e de evitar o esgotamento de recursos naturais não renováveis.

## **Conclusão**

Neste trabalho, procurámos analisar (reconstituir, contextualizar e comparar, partindo de determinados pressupostos deontológicos, epistemológicos e teóricos), de modo sintético, o facto de muita da recente e atual produção em humanidades, ciências sociais e tecnologias de base científica também delas derivadas – bem como uma parcela significativa do discurso político entretanto gerado – caracterizarem o capitalismo de forma redutora e maniqueísta. Essas leituras desvalorizam a importância da compreensão aprofundada da sua dimensão histórica, das suas diferentes etapas e modos de governação. O capitalismo, na sua evolução e tendo em conta a sua capacidade de inovação, foi encontrando, nos últimos dois séculos, diferentes respostas económico-sociais e políticas, procurando sempre assegurar a sua legitimação social. Pensamos que só com análises epistemológica, teórica e metodologicamente condizentes com a complexidade interdisciplinar desta problemática será possível evitar visões simplistas e sobretudo valorativas (associadas tanto ao Paradigma Moderno como ao Paradigma Pós-Moderno).

Defendemos, ainda, a relevância de diferenciar senso comum/ideologia, ciência e tecnologia de base científica enquanto conceitos (tipos ideais na aceção de Max Weber) nucleares num esforço de construção de conhecimento objetivante acerca da realidade e de estruturação de intervenções tão eficazes e/ou tão justas quanto possível na realidade presente. Para esse efeito, tornar-se-ia necessário adotar as cautelas deontológicas, epistemológicas, teóricas e metodológicas mais operatórias em cada momento, não abandonar – o que, para além do mais, seria impossível – os compostos ideológicos que cada ser humano vai fundando e refundando consciente e/ou inconscientemente (operacionalização dos pressupostos do Paradigma Neomoderno).

Propusemos que o keynesianismo, o estruturalismo e a globalização negociada foram e são tanto formas científicas (ou seja, objetivantes) de conhecer a economia-mundo capitalista como pontos de partida para a elaboração de soluções tecnológicas mais eficazes e justas de governação do modo de produção capitalista. Esta avaliação e valoração decorre da observação do sucedido em outras etapas da história contemporânea (em primeiro lugar, nas décadas de 1920-1930 e no período da Guerra Fria); da comparação com as alternativas disponibilizadas pelo monetarismo e pela globalização neoliberal, pelo corporativismo nacionalista – protecionista e/ou autárquico – e pelo coletivismo nacionalista (protecionista e/ou autárquico).

Citando Hannah Arendt, diríamos, a concluir, que se

a função do domínio público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparências onde eles podem mostrar, em palavras e actos, para o melhor e o pior, quem são e o que sabem fazer, então as trevas chegam quando esta luz é apagada pelas “faltas de credibilidade” e pelo “governo invisível”, pelo discurso que não revela aquilo que é, preferindo escondê-lo debaixo do tapete, pelas exortações, morais ou outras, que a pretexto de defender velhas verdades degradam toda a verdade, convertendo-a numa trivialidade sem sentido<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2021, p. 10.

## **Recensões Críticas**



## Recensões

**Manuel-Reyes García Hurtado (ed.), *The United Kingdom and Spain in the Eighteenth Century. Beloved enemy*, Routledge, Nueva York, 2025, 382 p., ISBN-10: 1032816651. ISBN-13: 978-1032816654.**

Nos hallamos ante una obra de excelente presentación, en la que se percibe claramente la tarea del editor, que va más allá de la coordinación para dar coherencia y homogeneidad a un conjunto de textos de diferente autoría y enfoque. En la introducción (p. 1-9), Manuel-Reyes García Hurtado identifica el objetivo de la obra, que es el conocimiento mutuo entre oponentes, afirmando que, a priori, tendría que ser mucho más profundo que entre amigos y aliados, dada la importancia de tener bien tomadas las medidas al enemigo. Ese fue el caso de Gran Bretaña y España cuyas relaciones, marcadas por intereses contrapuestos, culminaron en enfrentamientos armados. Lejos de ser un elemento obstaculizador, fue precisamente esa evolución lo que favoreció que el interés de una parte por la otra fuese mayor y que los contactos e intercambios fueran constantes. La obra se propone demostrar que la realidad de las relaciones entre ambos países fue mucho más diversa, rica y plural de lo que se sabía hasta ahora, habida cuenta de que es un tema solo parcialmente estudiado, toda vez que historiografía se ha centrado en periodos y aspectos concretos, como los conflictos militares, las negociaciones para finalizarlos o los intereses comerciales. Se parte del hecho de que el papel de España en el siglo XVIII era menos importante en lo militar, político y cultural que en siglos anteriores, de modo que con respecto a Gran Bretaña tendría un rol subordinado a Francia mediante la alianza entre los Borbones de los dos lados de los Pirineos. Ahora bien, al concentrarse la atención de la historiografía en la relación entre aquellas dos potencias, se ha descuidado la dimensión española en las relaciones diplomáticas, en la guerra y, en suma, en el entramado de las relaciones entre ambas.

El primer capítulo está firmado por Richard Harding y lleva por título “The Royal Navy in Anglo-Spanish Relations, 1714–1739” (p. 10-28). En él, se analiza un período en el que cada estado percibía el poder naval del otro como una amenaza seria sobre su prosperidad y estatus, después de que, durante siglos, en líneas generales, las relaciones anglo-españolas, basadas en el comercio marítimo, hubiesen sido cordiales. Esto empezó a cambiar a finales del siglo XV, cuando el poder español se extendió a los Países Bajos y a América. Ese cambio de orientación y los efectos de la Reforma Protestante convirtieron a los dos estados en enemigos acérrimos. El ejercicio del poder naval devino en una de las principales actividades a través de las cuales se articularon las relaciones anglo-españolas. A medida que el poder español declinaba, la confrontación naval anglo-española disminuyó, pero esto cambió a partir de 1713. Las percepciones de la Royal Navy en Gran Bretaña y España fueron un factor central en el deterioro de la relación que finalmente desembocó en la Guerra de 1739.

Las páginas que llevan por título “The Royal Navy in the backyard: The effects of the new context in the Western Mediterranean as portrayed in the correspondence of the Spanish military serving in the wars of Italy (1718-1750)” (p. 29-48) están firmadas por Víctor García-González. El capítulo parte de que el revanchismo español en el Mediterráneo durante el reinado de Felipe V se vio muy afectado por el estado de las relaciones diplomáticas entre España y Gran Bretaña. La neutralidad y la colaboración permitieron los éxitos españoles en la década de 1730, mientras que la guerra naval abierta y los bloqueos en la Guerra de la Cuádruple Alianza y la Guerra de Sucesión Austriaca dificultaron los movimientos de los ejércitos expedicionarios españoles en Italia. Sobre la base documental de las cartas de muchos oficiales al servicio de Felipe V, se describe la lamentable situación que esas dificultades provocaban, hasta el punto de llegar a interrumpir las líneas de suministro con España.

Pablo Ortega-del-Cerro incide en su capítulo en que, detrás del permanente conflicto entre España y Gran Bretaña, se ocultaba una rivalidad mucho más profunda y compleja, toda vez que ambas monarquías se veían una a la otra a partir de sus carencias autopercebidas (“The Global Enemy: Spanish Global Awareness and British Expansion (c. 1750–1800)”, p. 49-68). Gran Bretaña ansiaba hacerse con todo lo que incluía el patrimonio español en tierra, mar y mercados, especialmente, sus privilegiadas posibilidades económicas y su acceso a materias primas y a metales preciosos, plata sobre todo. Por su parte, Gran Bretaña era vista por España como la potencia naval más potente y temible, bajo cuyo control estaban la mayoría de las rutas marítimas y de un imperio extendido en todos los continentes. A partir del estudio de los registros

navales españoles y, de modo específico, de la información y las reflexiones transmitidas por los oficiales navales durante sus expediciones alrededor del mundo, el autor concluye que Gran Bretaña se convirtió para España en una referencia global, tanto en términos geográficos y de poderío naval, como de interdependencia mundial.

Pablo de la Fuente de Pablo y Cezary Taracha son los autores de “A forgotten frontier: Spanish Florida and British Georgia, 1748–1763” (p. 69-83), un capítulo que estudia la frontera entre la Florida española y la Georgia británica desde el Tratado de Aix-la-Chapelle (1748) hasta el Tratado de París (1763), en el que España reconoció de facto, pero no de iure, el asentamiento británico en la antigua provincia floridana de Guale, es decir, Georgia como la conocían los británicos en honor a Jorge II. Así, según el derecho internacional, era un asentamiento ilegal. Después del *statu quo* fijado por el Tratado de Godolphin (1670) sobre los enclaves británicos en la Florida española como Carolina o Virginia, España no reconoció ninguna nueva colonia británica en el territorio de Florida, es decir, la tierra desde el cabo de Florida hasta el límite norte, y así se mantuvo en los tratados de Utrecht y Aix-la-Chapelle, pero San Agustín, la capital de la Florida española, dependió para su mantenimiento del comercio de Georgia, clave de aquel reconocimiento.

El editor de la obra que comentamos, Manuel-Reyes García Hurtado firma las páginas tituladas “British Naval Intelligence in Spain: “Will keep an eye on Ferrol”” (p. 84-105), en las que, respondiendo al objetivo del libro y empleando para ello la correspondencia y la cartografía británicas, se demuestra que Gran Bretaña conocía perfectamente lo que ocurría en Ferrol, capital del Departamento Marítimo del Norte. El capítulo analiza la tarea de recopilación de información sensible sobre España realizada por los agentes consulares británicos ubicados en centros neurálgicos. A través de sus actividades de espionaje facilitaron el acceso de la corona británica a una gran cantidad de información muy relevante sobre el estado y la capacidad militar de España, lo que aseguraba jugar con ventaja en los océanos. Ferrol era la principal infraestructura naval construida por la Corona española en el siglo XVIII, lo que explica que el Departamento Sur fijase su interés en obtener datos sobre la ubicación de aquel arsenal, sus características y todas aquellas informaciones que contribuyesen a un buen conocimiento de su configuración y de su potencial.

Según se lee en el artículo de Beate Möller (“The image of the Englishman in the Spanish literature of Enlightenment”, p. 122-136), la rivalidad política no afectó a la positiva imagen del inglés en la literatura de la Ilustración española, si bien se refiere a aquellos pensadores ilustrados españoles que buscaban la reforma del país con el apoyo activo de sus ciudadanos. Ese sector fue el que

admiró a sabios como Francis Bacon o John Locke, cuyas figuras sirvieron para visualizar el discurso reformista español y potenciar las ideas de la Ilustración europea. En el diseño del discurso reformista en la literatura de la Ilustración española, esa imagen se convirtió en símbolo de la modernización científica y político-económica y de la idea del progreso humano mediante la educación, e incluso de la intención de los pensadores españoles de reivindicar la libertad de expresión. El capítulo subraya el destacado papel de la literatura en el desarrollo de los conceptos filosóficos, los discursos políticos y la distribución internacional de los valores cívicos en la Ilustración.

Varios capítulos tienen una notable relación entre sí a través de los libros. El primero es el de Barry Taylor titulado “Spanish printing in London in the eighteenth century” (p. 106-121), cuyo objetivo es analizar las setenta y dos ediciones de libros en español producidas en Londres entre 1700 y 1800, de las que cuarenta están relacionadas con la comunidad sefardí. El autor constata que durante el siglo XVIII se conservaron las tendencias fijadas en el siglo XVI para los textos en español impresos en el extranjero. En conjunto, se trataba de manuales de lengua y obras religiosas producidas por exiliados protestantes y judíos. Una innovación fue la publicación de ediciones críticas de grandes obras de la literatura española del siglo XVII.

En cuanto a Elena de Lorenzo Álvarez, en su artículo “Government censorship of English narrative in 18th century Spain (1769-1810)” (p. 137-162), parte del sistema de censura gubernamental que se implantó con Carlos III en 1769 y que se mantuvo hasta el decreto de Libertad de Imprenta de 1810, en cuyo contexto revisa el proceso de censura de la narrativa inglesa. Empleando los expedientes censorios, la autora analiza los argumentos de los censores españoles para justificar por qué unas novelas inglesas podían imprimirse y otras no. De este modo, establece una panorámica conjunta interesante de ese hecho, vinculando el estudio de los casos particulares al de las series y calculando cuándo, cuántas y qué obras fueron censuradas, publicadas o prohibidas y, sobre todo, a que se debió cada decisión. Más allá de los casos basados en argumentos morales, con frecuencia, el motivo de la denegación de publicación o de la exigencia de cambios fue la mala calidad de las traducciones. La autora concluye que es necesario matizar la asentada idea que asocia censura con prohibición y moralidad, sin negar la capacidad represiva del sistema censorio.

El capítulo de Joanna Maciulewicz tiene como objetivo estudiar el proceso de transmisión de los modelos narrativos españoles a la literatura inglesa del siglo XVIII en términos de lucha por la dominación cultural (“The Anglo-Spanish rivalry in the eighteenth-century literary space: English translations of Spanish picaresque fiction and the rise of the novel”,

p. 163-179). Este se centra en las traducciones realizadas por John Stevens —en general, considerado como un gran hispanófilo—, y en sus estrategias traductorales para mostrar cómo la traducción —una de formas más obvias de reescritura—, fue empleada como instrumento de manipulación de la fama literaria de los traducidos y de afirmación de la superioridad literaria del país receptor. De ese modo, se crearon y generaron narrativas críticas que restaron importancia, cuando no la eliminaron, a la deuda de la novela inglesa con la ficción picaresca española.

En las páginas que responden al título “English influence on Santiago de Compostela clockmaking during the eighteenth century” (p. 180-196), Daniel Mena Acevedo aborda el estudio de la influencia inglesa en la relojería española. En esta contribución toma como referencia y ejemplo la relojería de una capital provincial de Galicia, Santiago de Compostela, que era sede y residencia de las elites eclesiásticas y sociales de esa región. El estudio parte de los tratados de relojería solar y mecánica que se publicaron en España entre 1698-1802, prestando especial atención a la obra del franciscano fray Manuel del Río, *Arte de hacer relojes para torres de iglesias, salones y bolsillos*, impresa en Santiago en 1759. Se adentra, después, en la vida y obra de Fulgencio de Castro, relojero de la catedral de esa misma ciudad entre 1737-1774. Por último, se ocupa del proyecto de principios del siglo XIX concebido por los canónigos del cabildo catedralicio para importar un reloj fabricado en Londres. Es esta una faceta inscrita en la llegada a Galicia de otros muchos productos de procedencia inglesa a España.

Rosemary Sweet y Richard Ansell abordan un tema clásico en su artículo sobre un viajero inglés y sobre sus reflexiones (“The Alhambra and the Peninsular War: William Gell and the British in Spain, 1808-1814” p. 197-221). El personaje que protagoniza estas páginas era conocido por sus viajes a Grecia y viajó a España y a Portugal en el período de las guerras napoleónicas. Se trata de una experiencia ajena al típico *Grand Tour* de las elites británicas y se produjo en un contexto bélico, lo que, seguramente, no facilitaba el tránsito. Un cuaderno de notas de William Gell sirve a los autores de esta propuesta para cuestionar suposiciones sobre la falta de interés por los países ibéricos. Al contrario, éstos consideran que la presencia de fuerzas militares británicas en la Península despertaba un interés público por sus escritos, toda vez que observadores — como el propio Gell— daban valiosas ideas sobre la guerra y su impacto en la sociedad que la sufría. Por otra parte, inciden en el creciente interés de viajeros y lectores británicos por el pasado islámico, que en el caso de Gell se centró en el complejo de la Alhambra, adelantándose a su “descubrimiento” por el romanticismo decimonónico y a la visión orientalizada de España que se forjaron los británicos.

En el capítulo de Pelayo Fernández García (“Stately Quadrille: British & Spanish *contredanses* around the Congress of Soissons”, p. 222-240) se analiza documentación diplomática y correspondencia de los plenipotenciarios españoles y británicos durante el Congreso y la firma del Tratado de Soissons (1728-1730). Su objetivo es dar una visión tanto de las complejidades de la relación anglo-española en la asamblea internacional que preparó el acuerdo, como de los verdaderos intereses y las estrategias entre las potencias europeas en aquellos momentos. Se parte de la base de los cambios en el escenario internacional provocados por el Tratado de Utrecht de 1714, centrados en la idea de un equilibrio de poderes, y en el interés de Gran Bretaña, como potencia en alza, en mantener ese equilibrio y en aumentar su influencia tanto en Inglaterra como en sus nuevas colonias americanas. Esos cambios habían supuesto la subordinación de España a Francia, aunque todavía tenía algo que decir y sus alianzas internacionales seguían siendo importantes. El Congreso de Soissons (1728-1730) se convocó para poner fin a la conocida como Guerra anglo-española (1727-1729), un conflicto por la supremacía, y preparó el terreno para el Tratado de Sevilla (1729). En las negociaciones participaron varias potencias europeas, con Francia como mediadora, que se vieron involucradas en el conflicto.

Stephen Griffin es el firmante del artículo ““Under the Duke of Liria’s nose”: Anglo-Spanish diplomatic encounters in Vienna, 1731-1732” (p. 241-257) en el que se analizan las relaciones entre los diplomáticos británicos y españoles a principios de la década de 1730, en un momento en el que, por una parte, España pretendía recomponer su dominio en el Mediterráneo y, por otra, Gran Bretaña quería mantener la estabilidad política entre las cortes de Europa. El autor examina el entramado de las negociaciones del primer y segundo Tratado de Viena, observa el papel y la relación entre Thomas Robinson y James Fitzjames Stuart, duque de Liria y Xérica. A partir de esa línea argumental de interacciones entre ambos personajes, Griffin explora cómo, en ocasiones, podían trabajar de forma cooperativa, mientras que, en otras, se percibe que uno actuaba en contra del otro para minar su posición, lo que sin duda respondía a intereses particulares. Esa relación sugiere al lector otras formas complementarias de estudiar las relaciones anglo-españolas, y su vertiente diplomática, más allá del resultado mostrado en los tratados.

En el capítulo titulado “Between enmity and friendship: the diplomacy of Great Britain, Spain and France at the end of the Old Regime (1793–1796)” (p. 258-274), Ainoa Chinchilla Galarzo examina el giro que el gobierno de la monarquía de Carlos IV realizó en 1793, aliándose con Gran Bretaña en el interior de la primera coalición contra el régimen revolucionario francés. Se

terminaba así una política de alianzas con Francia, asentada en la política de Pactos de Familia durante la mayor parte del siglo XVIII, dando lugar a una nueva unión “contra natura”, como califica su autora. A continuación, se plantea una serie de preguntas y se analizan sus posibles respuestas: ¿Qué explicó en aquel momento el cambio en la línea diplomática del gabinete de Madrid? ¿La ruptura con Francia fue total o se mantuvieron contactos secretos? Y, tras la firma de la paz con Francia, el análisis se orienta hacia la posible deriva a la alianza común o, en cambio, a examinar si se tuvieron en cuenta nuevas opciones que implicasen al gobierno inglés. Esas cuestiones conducen a la más relevante y esta es el por qué el gobierno español declaró la guerra a los ingleses en 1796.

Paulo Cesar Possamai, “Between the Portuguese and the Spanish, British smuggling in the Río de la Plata (1715-1735)” (p. 275-291) se centra en la siempre conflictiva Colonia do Sacramento fundada por los portugueses en 1680 en el margen septentrional del Río de la Plata. Destruída en ese mismo año por el gobernador de Buenos Aires, fue retornada a sus primeros dueños y, más tarde, recuperada por los españoles durante la Guerra de Sucesión. Finalmente, el tratado de paz de Utrecht la devolvió a Portugal con el apoyo de Inglaterra, interesada en aquel enclave como punto de apoyo para el contrabando fluvial con los españoles. Ese comercio fuera de ley tenía la aprobación de las autoridades coloniales portuguesas, en parte, por sus intereses particulares y, en parte, por la importancia de alianza con Inglaterra. Pero la fuerte presencia británica en aquella región suponía una fuente de tensión con los comerciantes de Colonia, ya que los intereses económicos requerían el final de la competencia inglesa, mientras que los intereses diplomáticos de Portugal —muy dependiente de su alianza con Inglaterra en el contexto político europeo— imponían lo contrario. Las insistentes quejas de los comerciantes luso-brasileños no fueron respondidas con medidas coercitivas serias contra los ingleses, incluso, como sucedió en varios momentos, si eso implicaba el cese del comercio portugués en aquella región.

En ese mismo ámbito geográfico se inscribe el artículo de Silvina Andrea Mondragón y Osvaldo Víctor Pereyra (“English men in the periphery of the Spanish Empire: Neighbours and surveillance of the foreigner in the *cabildo* of Buenos Aires in the first half of the 18th century” (p. 292-305)). Este trabajo se fundamenta en los registros de extranjería, así como en las actas y acuerdos del cabildo municipal de Buenos Aires, con el objetivo de reconstruir el perfil social y económico de las redes vecinales locales, en función de la incidencia de los extranjeros en la morfología de la ciudad. A lo largo del siglo XVIII, la resistencia o inclusión de los extranjeros —ingleses entre ellos— en los circuitos de sociabilidad local y, en consecuencia, su aceptación como actores políticos y económicos dependió de los resultados de la vigilancia y control

que los vecinos ejercieron sobre los foráneos. Este era un hecho espontáneo en el que el gobierno municipal no interfería, de modo que este fenómeno sirve a los autores del artículo para plantear y problematizar la representación que los criollos se forjaron de los ingleses, así como la relación que construyeron con aquellos en la vida cotidiana. El horizonte en el que se fija el artículo es el de las invasiones inglesas a la capital del Virreinato del Río de la Plata a inicios del siglo XIX.

En 1789, un incidente menor en la costa noroeste del Pacífico de los actuales Estados Unidos estuvo a punto de provocar un conflicto anglo-español. Ese es el tema que aborda José-Ramón Cumplido Muñoz en su capítulo “A war for “a few cabbages planted within an enclosure”: debates in the British Parliament about the Nootka Crisis (1789)” (p. 306-325). La contribución aborda lo sucedido en una pequeña colonia de la bahía de Nutka, un asentamiento periférico y de mínima relevancia, pero cuyo interés sería fundamental tanto para España como para Gran Bretaña en un futuro inmediato. Ese lugar remoto indicaba los límites septentrionales de los territorios españoles en el continente americano, y el incidente puso en evidencia el aislamiento de España en el sistema internacional y el déficit de recursos humanos y materiales que desintegraría al imperio hispánico en las décadas siguientes. Por contra, para Gran Bretaña la victoria en el asunto de Nutka tuvo el efecto contrario, toda vez que demostró la superación de las pérdidas provocadas por la independencia de las Trece Colonias, poniendo las bases del imperio británico del siglo XIX sobre nuevas reglas para el equilibrio mundial.

El capítulo titulado “Enemies and clients. The investment of the English and Irish community in the low Andalusia in the export and production of citrus fruits during the 18th Century” (p. 325-348), tiene como autores a María Grove-Gordillo, Mercedes Gamero Rojas y Manuel Francisco Fernández Chaves. El trabajo tiene como base documental los riquísimos registros notariales de Sevilla, especialmente escrituras de compraventa y de arrendamiento, que sirven de puente para estudiar las operaciones firmadas por mercaderes británicos residentes en la capital hispalense durante el siglo XVIII. Se trata de examinar las características de un negocio importante, el de la adquisición de cítricos (naranjas y limones) por parte de esos mercaderes, y el de la inversión en huertas dedicadas a esos frutales en el Sur de España, de modo especial en el área sevillana. Además, el trabajo pone de relieve a los comerciantes más notables en aquel siglo y el impacto que en sus estrategias y sus operaciones comerciales con estos productos tuvieron el tenso contexto político entre Gran Bretaña y España. Todo ello influyó y alteró las transacciones económicas de los comerciantes británicos que actuaban en España.

Michael Limberger y Wim De Winter firman las páginas tituladas “*Merchants, sailors and privateers. Maritime Affairs between Spain and England during wartime as revealed in the Prize Papers*” (p. 349-371) en las que se analizan las actividades de los navíos españoles que fueron tomados como botín por la armada británica o por corsarios durante dos períodos bélicos: la Guerra de Sucesión Española (1702-1714) y la Guerra de los Siete Años (1756-1763). El objetivo del trabajo es mostrar las redes comerciales y las estrategias de ingresos de los mercaderes y capitanes de barco que estaban detrás de ellas. Para esto, se toman como referencia los apresamientos en tres ocasiones. En 1704, se produce la captura de un barco que retornaba a Cádiz desde Buenos Aires con plata y mercancías propiedad de mercaderes ingleses, apresados por las autoridades portuguesas en Río de Janeiro. Otra se refiere al apresamiento de una fragata mallorquina cargada de vino, sal, aceite de oliva y lana, capturada por un buque de la Armada británica en el tránsito de Cádiz a Dunkerque. El tercer caso data de 1762, cuando, durante la Guerra de Siete Años, fue capturado un barco corsario en el Golfo de Vizcaya. Estos ejemplos sirven a los autores para exponer distintas perspectivas de las relaciones marítimas entre Inglaterra y España, y sus respectivos aliados, así como redes comerciales, estrategias empresariales, enemigos a evitar o potenciales botines y “premios”. La base documental está formada por los “Prize Papers”, es decir, los documentos de a bordo que fueron tomados por los corsarios británicos en los barcos enemigos, cuya riqueza en datos permite alcanzar con solvencia los objetivos propuestos.

Para una mejor lectura y seguimiento de la obra que comentamos, los capítulos van precedidos por varios índices —mapas, figuras, tablas y abreviaturas—, y en las páginas finales (p. 373-382) se encuentra un cuidado índice de lugares, personas y temas, sin duda de gran utilidad. En conjunto, la bibliografía que acompaña a los distintos trabajos es extensa y está actualizada en casi todos los casos, lo que nos permite obtener una visión aplicada de la evolución reciente de la historiografía relacionada con el tema del libro, situado a medio camino entre la cultura, la diplomacia y la política, sin ignorar la economía, lo que constituye una de las principales virtudes de este libro.

Ana María Sixto Barcia

Universidad de León

asixb@unileon.es

<https://orcid.org/0000-0002-6217-3973>



**Francisco García González e Sandro Guzzi-Heeb (ed.), *Historia de la Familia, historia social. Experiencias de investigación en España y en Europa (siglos XVI-XIX)*, Gijón, Ediciones Trea, 2023, 803 p., ISBN: 978-84-19823-09-0.**

Coordenada por Francisco García González – professor catedrático de História Moderna, na Faculdade de Humanidades de Albacete, com importante trabalho nas áreas da História Social, da História da Família e da Demografia Histórica – e Sandro Guzzi-Heeb – professor de História Moderna, na Universidade de Lausanne, cuja investigação se centra na História Social e História da Família –, a obra *Historia de la familia, historia social. Experiencias de investigación en España y en Europa (siglos XVI-XIX)*, realiza um necessário e imprescindível balanço do desenvolvimento da História da Família nas últimas décadas, apresentando uma panorâmica da diversidade de perspetivas que caracterizam este campo de estudo que, atualmente, ao dar mais atenção à dimensão social dos fenómenos que ocorrem na família, contribui para uma melhor compreensão das sociedades do passado. O livro tem ainda como objetivo fomentar o intercâmbio de conhecimentos e de metodologias entre diferentes correntes historiográficas. Na realidade, este é um dos aspetos mais positivos desta obra, ao colocar à disposição do investigador uma enorme diversidade de estudos originários de diversos países europeus.

A primeira parte, intitulada *La familia en Europa: balances y perspectivas de investigación*, é talvez a mais importante pelo grande esforço de síntese, tendo em conta o enorme incremento de publicações desta linha de investigação nas últimas décadas. Reúne sete contributos que apresentam um balanço da História da Família em diferentes espaços geográficos europeus: Francisco García González, sobre Espanha; Elena de Marchi e Raffaella Sarti, sobre Itália; Vincent Gourdon, para França; Sandro Guzzi-Heeb, para a Suíça; Inken Schmidt-Voges sobre a Alemanha; Margareth Lanzinger, sobre Áustria; e Monica Miscali, para a Noruega. Um aspeto a destacar é a cuidada e extensa bibliografia que acompanha cada um destes textos, permitindo ao interessado alargar os seus horizontes nesta temática.

Sendo a parte mais estruturada da obra, considerando que os autores procuram responder a um questionário comum, é também a mais importante, na medida em que vamos percebendo os caminhos percorridos por diferentes escolas, as suas influências, as suas interrogações, bem como as suas principais correntes de investigação. É clara, em todos os autores, a vinculação da história da família ao campo mais vasto da história social, mas é interessante observar

as diferentes designações que são utilizadas para definir este campo de estudo, reflexo de diferentes percursos epistemológicos e metodológicos. Vincent Gourdon, o único que entende necessário clarificar o conceito, prefere *história social da família*, “estudo das relações familiares concretas e dos grupos familiares”, enquanto, por sua vez, Inken Schmidt-Voges utiliza recorrentemente o conceito de *genealogia histórica*.

O grande impulso da história da família teve início nos anos 60, à volta de duas importantes correntes metodológicas da demografia histórica: a metodologia de reconstituição de famílias proposta por Louis Henry, recorrendo aos registos paroquiais, e, poucos anos mais tarde, a proposta do Cambridge Group, liderado por Peter Laslett, que analisava as estruturas familiares a partir de recenseamentos e listas nominativas. Estas duas abordagens, que partindo de metodologias quantitativas rigorosas abriam caminho ao estudo da história social e das “massas populares”, tiveram impacto e seguidores em toda a Europa.

A partir dos anos 80, como se torna evidente através dos diversos contributos presentes nesta obra, os grandes modelos globais começam a ser questionados pela diversidade de sistemas e de estruturas familiares nacionais e regionais que os diferentes estudos foram revelando. Neste contexto, a proposta da *microhistoria* de Giovanni Levi, estudando uma realidade circunscrita, observando, quase ao microscópio, as mutações no tempo a fim de não sacrificar na generalização o elemento individual, veio fragilizar a aproximação quantitativa, em benefício dos estudos de caso. Mas, por outro lado, o interesse pelas redes familiares mais alargadas veio renovar a importância da reconstituição de famílias, possibilitando o estudo das migrações, da integração urbana ou da reprodução social.

Por outro lado, as transformações sociais e jurídicas da família e da situação da mulher ocorridas durante o século XX, vão estar na origem de uma outra linha de investigação, que partindo da história das mulheres e da história de género, abriu novos caminhos à história da família. Como se percebe pelos vários contributos nacionais presentes neste livro, a família deixa de ser considerada como uma unidade compacta, representada pelo *pater familias*, passando a analisar-se os diferentes papéis, relacionamentos e tensões entre os seus membros: mulher, filhos, servidores e outros familiares. Ao mesmo tempo, outros caminhos se abrem à história da família como a história da vida quotidiana, a história do parentesco ou a história da sexualidade.

Atualmente, ao lado da tradição e dos conceitos clássicos, novos questionamentos vão surgindo: a análise das relações familiares para além do agregado familiar, a construção e mobilização do parentesco nas sociedades do passado, a história dos conflitos e das transgressões, o alargamento dos estudos de género à mulher solitária (viúva ou solteira). Propõe-se ainda um

alargamento cronológico, em direção ao século XIX e à primeira metade do século XX. Como refere Francisco García González, para manter esta vitalidade é necessário investir na formulação de novas perguntas e nos aprofundamentos dos debates conceituais e teóricos.

Dando sequência às pistas lançadas nos textos de balanço da história da família na Europa, esta monumental obra prossegue com outros três capítulos que se estendem por mais de 500 páginas, com 25 contributos de Espanha, Portugal, Suíça, Itália, França, Inglaterra, Alemanha. Estes contributos, que são apresentados como experiências de investigação, organizam-se em três grandes temas: *Casa, família, redes e reprodução social; Solidariedade, conflitualidade, emoções; Trajetórias de vida e género.*

Trata-se de importantes estudos, com temas muito diversificados, mas que nos dão uma perspetiva muito atual dos caminhos que estão a ser trilhados hoje, na Europa, na investigação sobre a história da família. No espírito didático que se mantém em toda a obra, todos os textos apresentam cuidadas bibliografias que permitem ao investigador interessado alargar o seu conhecimento sobre as diversas historiografias representadas.

Estão de parabéns os editores, Francisco García González e Sandro Guzzi-Heeb, por esta publicação que cumpre o objetivo de dar visibilidade à trajetória e caminhos atuais da História da Família na Europa. É também uma estreia auspiciosa da *Colección Historia Social de la Población*, das Ediciones Trea, que se inicia precisamente com este primeiro e muito relevante livro para o panorama historiográfico.

Antero Ferreira

Universidade do Minho, Casa de Sarmento | Universidade do Porto,

CITCEM, Faculdade de Letras

anterof@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7931-9265>



**José Antonio Pérez Rubio, *Ideologia y el “atraso” de Extremadura (1940-1986). Del agrarismo a la terciarización*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2022, 813 p., ISBN 978-84-491-1571-4.**

José Antonio Pérez Rubio é Professor Catedrático de Sociologia na Universidade de Extremadura, em Espanha, localizada em Cáceres. O seu percurso académico inclui duas licenciaturas, a primeira em Ciências Políticas na Universidade Complutense de Madrid e a segunda em Sociologia na Universidade de Lovaina na Bélgica. Fez um doutoramento em Sociologia pela Universidade Complutense em Madrid e exerceu vários cargos de responsabilidade académica, tendo sido Chefe de Secção de Ciências Empresariais na Universidade Laboral de Cáceres, Diretor da Escola Universitária de Ciências Empresariais da Universidade de Extremadura (1995-1998) e Decano da Faculdade de Estudos Empresariais e Turismo da Universidade de Extremadura (1998-2008). Publicou vários artigos científicos, capítulos e livros relacionados com a história da Extremadura em Espanha, e outros artigos em revistas de ciências sociais sobre motivação e satisfação laboral, sociologia do desenvolvimento, desenvolvimento rural, capital social nas comunidades rurais, género e empoderamento, turismo rural e outros temas diversos. Adicionalmente, foi responsável de Relações Institucionais no Grupo de Estudos de História Contemporânea da Extremadura (GEHCEX) e na Associação de Ciências Sociais da Extremadura (ACISE), e cronista oficial de Valdefuentes (Cáceres).

Nesta obra escrita em castelhano, o Autor aborda questões relacionadas com a ideologia e o desenvolvimento socioeconómico da região de Extremadura, em Espanha, utilizando referências bibliográficas relevantes e de qualidade, efetuando a análise de um período compreendido entre a era agrária e a fase de terciarização da economia, realçando as transformações históricas e estruturais da região ao longo do tempo.

Na nossa perspetiva crítica, o Autor explica, de forma clara e fundamentada, as razões do “atraso” da Extremadura, evidenciando um desenvolvimento lento na região, através de uma análise dos fatores históricos, políticos, económicos e sociais, que condicionaram o seu desenvolvimento, abordando as questões ideológicas em diferentes perspetivas, ajudando-nos a entender o desenvolvimento lento e o atraso verificado na região, através de análises de ideologias políticas, visões económicas e outros elementos culturais.

Este livro encontra-se organizado em três partes. Na primeira, são apresentados os indicadores históricos do atraso e a funcionalidade regional,

na segunda apresentam-se exemplos do impacto social na Extremadura, como o plano Badajoz e a grande emigração, e a terceira aborda as mudanças na estrutura socioprofissional da Extremadura, com a evolução para uma sociedade terciária, com foco no comércio e na prestação de serviços.

O Autor efetua a identificação das origens do atraso na Extremadura, relacionando-o com as instituições do passado, a distribuição da propriedade pós-reconquista e os sistemas de repovoamento e uso do solo, com destaque nas atividades agrícolas centradas na pecuária. Evidencia o papel das instituições que beneficiaram dessa exploração, com destaque para o Estado, que beneficiou da cobrança de impostos e criou uma dependência política evidenciada pela sua atuação que, claramente, procurava implementar regulamentações favoráveis aos seus interesses.

Surge assim, na Extremadura, uma estrutura socioeconómica distintiva e, embora se possa categorizar as regiões do sul da Espanha sob a designação de “sul latifundiário”, a análise efetuada revela as diferenças e particularidades da região, pois enquanto os latifúndios andaluzes se caracterizam pela predominância de diaristas, trabalhadores contratados para realizar tarefas temporárias, os trabalhadores da Extremadura exibem grande diversidade de grupos sociais, tornando-se em um caso singular em Espanha.

A revolução burguesa na Extremadura contribuiu para o fortalecimento do sistema, mas não proporcionou mudanças favoráveis ao surgimento de novas atividades e de novos setores produtivos. O confisco civil de propriedades e a dissolução do regime senhorial prejudicaram as camadas sociais que sustentavam o sistema de uso da terra através do seu trabalho e alguns dos extensos latifúndios transformaram-se em empresas de cunho capitalista, que coexistiam com as grandes propriedades tradicionais. Esta realidade manteve-se estável até à década de sessenta do século XX. Contudo, tudo poderia ter sido diferente se os projetos de reforma agrária da Segunda República, com medidas para abordar os problemas da Extremadura, não tivessem sido prejudicados pelo golpe militar de 1936, que interrompeu as reformas e desencadeou uma forte repressão contra amplos setores da população.

O Estado Novo de Franco atuou sobre uma sociedade oprimida, utilizando um poder absoluto, com execução de pessoas sem julgamento prévio, por serem identificadas como inimigas do movimento nacional ou associadas a rebelião, e foram efetuados saques de bens, impostas multas elevadas e represálias contra familiares. O Estado Novo exerceu grande controlo sobre as relações económicas externas, com racionamento de alimentos e uma série extensa de regulamentações sobre divisas, indústrias, produção e controle de preços, sem precedentes na história de Espanha.

A Extremadura sofreu impactos das políticas agrárias do Estado Novo e, posteriormente, pelas políticas regionais e industriais. No final do regime franquista, a Extremadura era uma das regiões mais atrasadas de Espanha e, embora tenha experimentado mudanças significativas nos anos sessenta, essas transformações foram, em grande parte, impulsionadas pelo exterior, uma vez que a região mantinha o seu atraso, carecendo de um setor industrial moderno e próspero. As alterações ocorridas na região estavam mais relacionadas a um processo de redução da população agrícola, do que a uma intervenção efetiva do Estado, realçando que certos aspetos característicos da estrutura socioeconómica da Extremadura resistiram ao desastre demográfico da década de 1960.

As políticas agrárias do regime franquista tiveram impacto na Extremadura. A política de produção e preços, orientada à produção de trigo com preços definidos em tarifários, levou a uma depressão produtiva e ao mercado negro. A outra grande linha da política agrária foi a das estruturas, no que respeita à propriedade da terra. Nesta linha, as medidas afetaram a Extremadura de forma muito mais direta do que em outras regiões espanholas.

Os vários governos franquistas, que se foram sucedendo, procederam ao desmantelamento da reforma agrária da República e durante a guerra, comprometeram-se com uma reforma económica e social da terra, que sendo muito vaga, incluiria ideias de Primo de Rivera que, em um seu discurso, prometeu instalar em terras férteis e irrigadas milhões de camponeses, que naquela época se esforçavam em cultivar terras secas e estéreis.

Terminada a guerra civil, terminaram as promessas de reforma económica e social da terra e tudo se reduziu a uma ideia de colonização, que passou por diferentes etapas, e o resultado obtido é avaliado negativamente, do ponto de vista da redistribuição de propriedade e da fixação de colonos de diversas origens. Mas pode ser avaliado positivamente, na perspetiva dos grandes proprietários, que viram como o valor das suas propriedades se multiplicou em resultado dos investimentos do Estado em irrigação e obras complementares. Com o fracasso da colonização, o regime franquista não desistiu dos seus planos e projetos, sempre mais propagandísticos do que eficazes, de transformação económica e social através da industrialização. A diversidade de iniciativas revela, de forma eloquente, o insucesso de cada uma delas e as ações implementadas, incluindo o Plano de Badajoz, as Zonas Preferenciais de Localização Industrial, as Grandes Áreas de Expansão Industrial, o Plano de Desenvolvimento Regional e as Operações de Desenvolvimento Integrado, ocorreram em consonância com a realidade de uma Extremadura desfavorecida e desprovida de uma base industrial significativa.

Na década de 1960 e início da década de 1970, aconteceram mudanças pela massiva emigração, destacando-se particularidades desse fenómeno, que causou impactos que prejudicaram a estrutura económico-social característica e centenária da Extremadura e surgiu o desenvolvimento do setor terciário de serviços, que não foi originado na sequência do processo de industrialização que, na realidade, não aconteceu. A sua expansão foi, em grande parte, o resultado dos benefícios sociais associados a um Estado providente, na sequência do fim do franquismo e da consolidação da democracia.

Podemos, portanto, constatar que o Alentejo e a Extremadura apresentam uma evolução histórica semelhante de subdesenvolvimento económico e de forte dependência da agricultura, dado que as duas regiões foram marcadas por latifúndios e pela concentração de terras, resultando em baixos níveis de industrialização e desenvolvimento urbano.

Realçamos, também, que, após a Revolução de 1974, Portugal passou por uma série de transformações profundas, tanto no âmbito político quanto no económico. A implementação de políticas de nacionalização e de reforma agrária tinham como objetivo redistribuir a riqueza e diminuir as desigualdades sociais. No entanto, a transição democrática trouxe consigo desafios económicos consideráveis, existindo a necessidade de estabilizar a economia e conseguir a integração nos mercados internacionais.

Em Espanha após a morte de Franco em 1975, a transição democrática também levou a significativas reformas económicas e sociais. A descentralização política e a criação de comunidades autónomas foram respostas diretas aos clamores por maior autonomia regional, resultando em políticas específicas para regiões como a Extremadura.

Salientamos, que com a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia, em 1986, ambos os países beneficiaram de fundos estruturais europeus destinados ao desenvolvimento regional, com o objetivo de reduzir disparidades e promover a coesão económica, social e territorial. Verificamos que existiram melhorias nas infraestruturas e em certos indicadores de desenvolvimento humano, mas o Alentejo e a Extremadura continuaram a enfrentar desafios estruturais, como a baixa densidade populacional, o envelhecimento demográfico e a falta de diversificação económica. De facto, os fundos da União Europeia proporcionaram melhorias significativas, mas foram insuficientes para superar totalmente as barreiras estruturais de longo prazo, pelo que consideramos que a inovação nas políticas de desenvolvimento regional será essencial para garantir um progresso mais significativo.

Em conclusão, consideramos que a obra de José Antonio Pérez Rubio é um contributo muito importante para os estudos do atraso regional em geral e na

Extremadura em particular, identificando as origens do seu atraso e permitindo-nos adicionar valor através da comparação das questões levantadas pelo Autor, relativas à Extremadura em Espanha, com a realidade verificada no Alentejo em Portugal.

António Cabeças

Universidade Autónoma de Lisboa

acabeças@autonoma.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8496-535X>

Arlindo Alegre Donário

Universidade Autónoma de Lisboa

adonario@autonoma.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3991-231X>



***Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto/ Edição Crítica*, coord. científica Maria João Oliveira e Silva; estudo, transcrição e índices Maria João Oliveira e Silva, Joana Lencart, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Editora, 2024, 604 p., ISBN: 9789725410059.**

No dia 14 de maio de 2024, a Catedral da Diocese do Porto foi o cenário da apresentação da edição crítica do *Censual do Cabido – Cartulário Medieval da Sé do Porto/ Edição Crítica*, coordenada por Maria João Oliveira e Silva, em colaboração com Joana Lencart. Maria João Oliveira e Silva<sup>1</sup> é doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, docente desde 2021 e investigadora integrada do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) e do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), com diversos estudos relevantes nas áreas da Paleografia, da Diplomática e da História da Igreja. Joana Lencart, igualmente doutorada em História pela mesma instituição, é investigadora integrada no CITCEM e desenvolve a sua investigação em torno das comunidades religiosas e da memória institucional<sup>2</sup>.

Esta publicação representa um marco significativo nos Estudos Medievais em Portugal, contribuindo de forma decisiva para o aprofundamento do conhecimento histórico, demográfico, económico, social e eclesial da cidade do Porto e da sua diocese.

A conceção desta edição remonta ao projeto *A construção de uma memória regional: dinâmicas da cartularização no Entre-Douro-e-Minho (sécs. XI-XIV)*, desenvolvido entre 2014 e 2019 pelo CITCEM, da Universidade do Porto

---

<sup>1</sup> Dos diversos estudos que desenvolveu destacamos a sua dissertação de mestrado, *Scriptores et notadores: a produção documental da Sé do Porto: 1113-1247* (Porto, Fio da Palavra, 2008), e a sua tese de doutoramento, *A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média* (Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2013). Em 2015, coeditou com Filipa Lopes o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa – Edição crítica* (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015).

<sup>2</sup> Entre os seus estudos, merece especial referência a sua dissertação de mestrado, *O Costumeiro de Pombeiro: Uma comunidade Beneditina no século XIII* (Lisboa, Editora Estampa, 1997). No âmbito da sua tese de doutoramento, apresentada em 2018, realizou uma análise aprofundada sobre a construção da memória da Ordem de Cristo. Este estudo serviu de base à publicação da obra *A Ordem do Templo e a Ordem de Cristo na obra de Pedro Álvares Seco no século XVI* (Sintra, Zéfiro, 2023). Mais recentemente, em 2024, coeditou com Paula Pinto Costa e João Pedro Alves o *Cartulário da Ordem do Templo em Portugal: memória em arquivo* (Porto, CITCEM, 2024), disponível em acesso aberto e para download gratuito em PDF através do seguinte link: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/162255/2/693702.pdf>. Data do último acesso: 09/01/2025.

(p. 13). Este projeto tinha como um dos seus principais objetivos a edição crítica de três cartulários medievais portugueses, com recurso a metodologias rigorosas e atualizadas, baseadas nas mais recentes abordagens teóricas e práticas das disciplinas de Paleografia e Diplomática<sup>3</sup>. Contudo, foi no âmbito do projeto *História do Cabido da Sé do Porto*, coordenado por Luís Carlos Amaral e Adélio Fernando Abreu e sediado no CEHR da Universidade Católica Portuguesa (UCP), que a edição crítica do *Censual do Cabido da Sé do Porto* foi definitivamente concluída.

Inserida na prestigiada coleção *História Religiosa. Fontes e Subsídios* da Universidade Católica Portuguesa, esta publicação reafirma o compromisso inabalável dessa instituição de Ensino Superior com a investigação e a difusão do património histórico e religioso. A concretização deste projeto contou com o apoio do Cabido Portucalense, entidade financiadora, e assinala uma nova fase nas publicações do CEHR, agora sob a chancela da Universidade Católica Portuguesa Editora.

No prefácio da obra (p. 8), Luís Carlos Amaral recorda que, em 1924, João Grave, então Bibliotecário-Mor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, realizou a primeira edição deste manuscrito<sup>4</sup>. Esta edição representou um avanço substancial no estudo do Porto medieval, particularmente em face das dificuldades de acesso ao códice na época, o que impedia uma análise mais aprofundada e detalhada do seu conteúdo (p. 9). A importância desta edição é sublinhada por A. H. de Oliveira Marques, na primeira edição do *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, que a considera uma publicação rigorosa e de grande valor para a pesquisa em História Eclesiástica, bem como nos domínios da História Económica e Demográfica<sup>5</sup>.

No entanto, embora tenha constituído uma inovação significativa para a sua época, por ser o primeiro cartulário de uma catedral portuguesa a ser publicado, a edição de João Grave apresentava diversas fragilidades. Entre as principais limitações, destacam-se leituras imprecisas, erros de datação (p. 9) e a ausência de instrumentos de pesquisa, como índices onomásticos

---

<sup>3</sup> No âmbito deste projeto e com o auxílio da Academia das Ciências de Lisboa, foi possível publicar, em 2015, na *Nova série dos Portugaliae Monumenta Historica*, o *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa – Edição crítica* (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015) e, no ano seguinte, o *Livro de Mumadona – Cartulário do Mosteiro de Guimarães – Edição crítica* (Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2016).

<sup>4</sup> *Censual do Cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, ed. João Grave, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924.

<sup>5</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1964, p. 161.

e ideográficos, essenciais para a consulta rigorosa deste tipo de obras. Além disso, a partir da década de 1960, a edição de cartulários em Portugal registou avanços significativos, tanto em termos quantitativos como qualitativos, impulsionados pelo desenvolvimento das metodologias paleográficas e diplomáticas contemporâneas. Esse progresso foi, em grande medida, atribuído à influência dos trabalhos de Avelino de Jesus da Costa, cujos critérios para a edição crítica de documentos medievais se tornaram uma referência fundamental para a historiografia portuguesa<sup>6</sup>. Nesse contexto, a necessidade de uma nova transcrição do *Censual do Cabido do Porto*, ajustada aos padrões metodológicos atuais, tornou-se evidente, em consonância com as reedições do *Livro Preto do Cabido da Sé de Coimbra*<sup>7</sup> e do *Liber Fidei*<sup>8</sup>.

Na nova edição crítica, Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart apresentam uma investigação de elevado rigor científico, acompanhada de uma apresentação gráfica de qualidade superior, totalizando 604 páginas. Esta edição corresponde ao estudo e à transcrição integral do *Censual do Cabido do Porto*, um códice medieval proveniente do Cabido Portucalense, organizado internamente por dois volumes distintos: um cartulário e um censual. O manuscrito, composto por 159 fólios, foi datado criticamente entre as décadas de 1350 e 1360 (p. 16) e encontra-se preservado no Arquivo Distrital do Porto, integrando o fundo documental do Cabido da Sé do Porto, sob a cota K26/4/6 – 136.1656<sup>9</sup>.

Para além da indiscutível relevância histórica que sustenta esta edição crítica, a organização da obra revela uma estrutura meticulosamente planeada e cuidadosamente concebida para garantir a compreensão clara e a acessibilidade do seu conteúdo. A obra inicia-se com um prefácio, redigido por Luís Carlos Amaral (p. 7-11), que contextualiza e sublinha a importância da edição, sendo então sucedida por um estudo preliminar, estruturado em duas divisões principais. A primeira parte do estudo introdutório oferece uma contextualização

---

<sup>6</sup> Sobre a publicação de cartulários em Portugal, veja-se Manuel Augusto Rodrigues, “Cartulários Portugueses” in José M. Fernández Catón e Aires Augusto do Nascimento (eds.), *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (estudios)*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2008, p. 305-342.

<sup>7</sup> *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, dir. Avelino de Jesus da Costa e Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999. Este cartulário foi publicado pela primeira vez em três volumes, entre os anos de 1977 e 1979.

<sup>8</sup> *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, eds. Avelino de Jesus da Costa, José Marques e Maria Teresa Nobre Veloso, 2 volumes, Braga, Arquidiocese de Braga, 2016. Este cartulário foi objeto de uma primeira edição, em três volumes, entre 1965 e 1990.

<sup>9</sup> O manuscrito encontra-se disponível para consulta online e pode ser acedido pelo seguinte link: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/viewer?id=482933>. Data do último acesso: 09/01/2025.

histórica acerca da produção do códice, onde as autoras analisam os argumentos críticos relativos à sua datação e à sua elaboração. Este processo assume particular relevância, dada a ausência de um prólogo no manuscrito, um elemento comum em muitos códices, no qual seriam habitualmente expostas informações sobre a organização interna e as motivações subjacentes à sua produção (p. 15-16). A segunda parte dedica-se a uma análise pormenorizada do códice, com especial ênfase no estudo diplomático (p. 16-19) e nas análises paleográficas e codicológicas (p. 19-22), que permitem uma compreensão profunda da materialidade e das características físicas do manuscrito.

Em seguida, a obra apresenta uma secção destinada às normas de transcrição e edição, que se fundamentam nas orientações metodológicas de Avelino de Jesus da Costa (p. 23-24). Para complementar a análise textual, foram incluídas reproduções de fólios selecionados do manuscrito (p. 25-28).

A secção principal da edição é dedicada à transcrição crítica, que se organiza em duas grandes divisões. A primeira, relativa ao cartulário, reúne documentos que abordam questões como a aquisição de propriedades, privilégios, testamentos e outros aspetos históricos e administrativos do Cabido da Sé do Porto (p. 33-371). Os documentos transcritos cobrem um período cronológico inicial que vai de 875? (p. 262) a 1342 (p. 148), tendo-lhes sido acrescentados nove documentos posteriores, datados entre os séculos XV e XVI, que foram registados em espaços em branco ou fólios adicionais. A segunda divisão refere-se ao censual, apresentando uma listagem detalhada dos mosteiros, igrejas paroquiais e capelas sujeitos ao pagamento de censos aos cónegos da Sé do Porto, durante a primeira metade do século XIV. Estes estão organizados pelos diferentes arcediagos da Diocese Portucalense, nomeadamente Terra de Santa Maria, Maia, Aguiar e Ferreira, Penafiel, Meinedo, Benviver, Gouveia e Baião (p. 372-398), proporcionando uma visão espacial sobre as estruturas eclesíásticas existentes na prelazia.

Para garantir uma compreensão completa dos diplomas transcritos, a obra é acompanhada por um aparato crítico de grande importância para a interpretação dos documentos (p. 399-489). Este aparato apresenta os sumários e fornece esclarecimentos detalhados sobre a datação dos documentos e identifica as obras nas quais estes diplomas foram previamente publicados. Sempre que possível, as autoras asseguraram um quadro de tradição documental rigoroso, destacando o documento original (se existir) e/ou outras cópias do diploma incluído no códice.

Com o intuito de facilitar a consulta e assegurar a acessibilidade da informação, a obra inclui quatro índices minuciosamente elaborados: toponímico (p. 493-521), onomástico (p. 523-556), um índice específico das

Ordens Religiosas e Religiosas e Militares (p. 557) e um índice cronológico (p. 559-591). Estes índices constituem ferramentas essenciais para localizar informações específicas de forma rápida e eficaz, destacando-se pelo seu rigor e precisão. Salienta-se também o trabalho notável das autoras na identificação da maioria das localidades, um desafio complexo, especialmente quando se trata de microtoponímia medieval.

Por fim, a edição é complementada por um anexo (p. 593-600) que contém uma lista detalhada dos mosteiros, das igrejas e das capelas mencionadas no censual. Este anexo serve como uma ferramenta adicional de consulta, permitindo ao leitor identificar a malha religiosa de cada arcediagado e correlacionar as informações de forma clara e sistemática. A obra encerra com uma secção dedicada às fontes utilizadas e à bibliografia (p. 601-604), evidenciando o rigor metodológico que permeia todo o desenvolvimento da investigação e reafirmando a minúcia e a profundidade analítica da edição crítica.

Para além de estar cuidadosamente estruturada, a obra aborda questões intrincadas, destacando-se, entre elas, como um dos aspetos mais complexos, a datação do *Censual*. Este problema resulta, principalmente, da ausência de uma data explícita no códice, agravada, como já mencionámos, pela inexistência de um prólogo que pudesse fornecer elementos sobre a sua elaboração (p. 15). Com base nas informações exaradas no manuscrito, constata-se que o cartulário foi compilado por João da Guarda, identificado como porcionário da Sé do Porto (p. 15). A investigação desenvolvida na tese de doutoramento de Maria João Oliveira e Silva documenta a presença de um João da Guarda na Diocese Portucalense, onde desempenhava as funções de abade de São Fins (Terra de Santa Maria) e surgia como testemunha em documentos datados de janeiro de 1342 e julho de 1344<sup>10</sup>. Esta cronologia alinha-se com o *terminus ad quem* dos documentos transcritos no período inicial do cartulário, permitindo situar a elaboração do códice numa data posterior a fevereiro de 1342 (p. 15-16). Todavia, há que mencionar que nos séculos XV e XVI foram acrescentados doze outros documentos, devidamente apresentados na Tabela 1 (p. 17).

As autoras, alicerçadas numa análise rigorosa, sugerem que a compilação tenha ocorrido após essa data, apontando com maior probabilidade para as décadas de 1350 e 1360, tendo em consideração o contexto histórico da época. Este período coincide com uma disputa intensa entre o bispo D. Pedro Afonso (1343-1357) e o monarca D. Afonso IV (1325-1357), um momento crucial na

---

<sup>10</sup> Maria João Oliveira e Silva, *A Escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/ Porto, CITCEM, 2013, p. 184-185.

história da Diocese do Porto<sup>11</sup>. A elaboração do *Censual* parece ter ocorrido durante ou logo após os litígios judiciais na cúria papal de Avinhão, entre 1350 e 1353, nos quais o prelado acusou o monarca e o concelho portuense de usurpação de prerrogativas jurisdicionais. Este contexto de tensões políticas e desafios institucionais levou à encomenda de dois manuscritos distintos, embora complementares: um cartulário e um censual (p. 16).

A análise crítica das autoras sobre a datação do códice é fundamentada em critérios históricos e diplomáticos sólidos. A interligação entre o contexto político e a cronologia dos documentos transcritos e analisados reforça a plausibilidade da datação proposta. Assim, a compilação do *Censual* emerge como uma estratégia deliberada de consolidação dos direitos e privilégios da instituição, conferindo credibilidade à interpretação cronológica apresentada.

Para além da relevância da contextualização cronológica, o presente estudo destaca-se igualmente pela rigorosa sistematização da estrutura interna do códice, que Luís Carlos Amaral qualifica como “verdadeiras descobertas” (p. 10). A análise diplomática demonstrou que o manuscrito é composto por duas secções de naturezas distintas, elaboradas de forma autónoma, mas que se encontram atualmente encadernadas em conjunto: o cartulário e o censual.

No que respeita à primeira secção do *Censual*, correspondente ao cartulário, foram transcritos 346 diplomas. Este conjunto documental organiza-se em seis partes, baseadas em critérios temáticos, complementados por uma ordenação cronológica e geográfica. Contudo, a primeira dessas partes não foi preservada ou, eventualmente, nunca chegou a ser redigida, sendo o cartulário iniciado apenas na *Secunda pars*, conforme ilustrado na Tabela 1 da edição crítica (p. 17). A ausência desta primeira parte impossibilita a determinação precisa da sua existência, embora, caso realmente tenha existido, seja plausível que tenha incluído diplomas régios (p. 17). Tal hipótese, proposta inicialmente por João Pedro Ribeiro<sup>12</sup>, revela-se verosímil, uma vez que poderia justificar a omissão de documentos régios de considerável importância, como a carta de confirmação e ampliação do couto concedido por D. Teresa à Sé do Porto, posteriormente ratificada por D. Afonso Henriques<sup>13</sup>, além de outros diplomas

---

<sup>11</sup> Sobre esta contenda entre a Diocese do Porto e D. Afonso IV, veja-se *ibidem*, p. 184-187.

<sup>12</sup> João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a história e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1836, Tomo V, Dissertação XIX, p. 3.

<sup>13</sup> *Documentos Medievais Portugueses*, org. Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, vol. 1, “Documentos Régios”, 1940, t. 1, doc. 165, p. 201.

emitidos por D. Sancho I, que reafirmavam a autoridade do prelado da cidade do Porto como legítimo senhor da urbe<sup>14</sup>.

A *Secunda pars* reúne 37 documentos, predominantemente pontifícios, datados de 1099 a 1268, abordando questões relacionadas com os limites diocesanos, a jurisdição eclesiástica e a organização interna da Sé. A *Tertia pars* contém mais de duzentos documentos, centrados no exercício dos direitos de padroado sobre as igrejas de Maia, Gondomar, Sousa, Benviver, Baião, Penaguião e da Terra de Santa Maria. A *Quarta pars: De Conposicionibus* agrega 25 documentos, tratando de composições e pactos relativos aos direitos e bens eclesiásticos, entre os quais se destacam os dois mais antigos do cartulário, datados de 875(?) e 1059, ambos associados ao Mosteiro de São Martinho de Soalhães. Segue-se a *Quinta pars: De Testamentis et Capellis*, constituída por 17 instrumentos, como testamentos e doações, iniciando-se com uma lista dos aniversários dos primeiros bispos do Porto. Por fim, a *Sexta pars* aborda a divisão de rendas e patrimónios entre os prelados e o Cabido Portucalense, a extinção de arcediagados e a reorganização dos rendimentos da mesa cabidial (p. 17-18).

Ao abordar a materialidade do manuscrito, as autoras apresentam uma descrição pormenorizada que abrange tanto a constituição física do códice quanto a sua funcionalidade. A análise paleográfica indica que o cartulário e o censual foram redigidos na segunda metade do século XIV, utilizando a tipologia gráfica de gótica *cursiva textualis*, embora outros modelos gráficos também sejam observados nos documentos incorporados posteriormente. Ainda que não seja possível garantir que os dois manuscritos tenham sido redigidos por um único copista, a investigação confirma que não há mudança de mão em cada uma das secções. Todavia, outros modelos gráficos estão presentes no *Censual*, particularmente no cartulário, em virtude dos diplomas que foram acrescentados posteriormente (p. 19-20).

Por sua vez, a análise codicológica oferece uma visão detalhada sobre as características materiais do códice. São examinados aspetos como a qualidade do suporte de escrita, a estrutura do manuscrito – composto por 19 cadernos de bifólios de número variável – e os sistemas de foliação, reclamos, empaginação e regragem. Adicionalmente, destacam-se as notas marginais e as rúbricas em tinta vermelha, que antecedem a maior parte dos documentos e que foram estrategicamente incluídas para facilitar a consulta e organizar internamente o conteúdo. Um elemento particularmente notável é a organização da secção

---

<sup>14</sup> *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979, docs. 206, 207, 208 e, particularmente, o documento 209, p. 313-316.

dedicada ao censual, onde se evidenciam caldeirões, usados na listagem das igrejas e dos mosteiros, assim como sublinhados e chavetas que interligam informações correlacionadas, revelando uma estruturação funcional e rigorosamente planeada (p. 20-21).

No que diz respeito à ornamentação, as autoras estabelecem uma clara distinção entre os elementos principais e os secundários. A ornamentação principal é composta por iniciais caligráficas vermelhas, presentes em grande parte dos fôlios, enquanto os elementos secundários incluem títulos correntes e reclamos, decorados com tinta castanha e destacados por tinta vermelha. A utilização intencional desses elementos cromáticos e decorativos revela uma preocupação com a hierarquização dos conteúdos textuais, conferindo ao códice uma dimensão estética que ultrapassa a sua mera funcionalidade (p. 20).

Por fim, as análises paleográfica e codicológica revelam a presença de fôlios de guarda, contendo fragmentos de notação musical de um breviário do século XII. Estes elementos, além de confirmarem a reutilização de materiais, enriquecem o valor histórico e patrimonial do manuscrito. O estudo culmina com uma análise detalhada do sistema de encadernação, designado como restaurado, salientando as suas características técnicas e materiais, fundamentais para a preservação e conservação do códice (p. 21-22).

Face ao exposto, o trabalho apresentado pelas autoras nesta edição crítica do *Censual do Cabido do Porto* distingue-se pelo elevado rigor científico e pela competência metodológica. Contudo, como é próprio de qualquer obra humana, existem algumas questões pontuais e lapsos que não comprometem o mérito nem a excelência da análise realizada. O empenho e a precisão com que as autoras conduziram a edição e a interpretação do códice são inquestionáveis, e quaisquer pequenas falhas não embaçam, de modo algum, o valor significativo desta contribuição para a historiografia portuguesa.

No decorrer do estudo diplomático, as autoras observam que

Da análise desta tabela (Tabela 1) se verifica que o cartulário começa pela *pars secunda*, faltando a primeira parte. É impossível saber se esta parte desapareceu ou se nunca se chegou a elaborar, mas, pelos dados recolhidos, acreditamos que não chegou a existir. Incluiria, muito provavelmente, documentação oriunda da chancelaria régia (p. 17).

Embora esta constatação seja de inegável interesse e relevância para a compreensão do códice, seria desejável um suporte argumentativo mais sólido para a conclusão de que o primeiro caderno não teria existido, nomeadamente através da explicitação dos “dados recolhidos” a que se alude.

Uma outra questão diz respeito às normas de transcrição e à apresentação do texto. As autoras optaram por publicar, em primeiro lugar, a transcrição paleográfica integral do códice, seguida, em secção distinta, dos sumários e aparato crítico do acervo documental. Esta escolha editorial não compromete a qualidade da consulta por parte do leitor, sendo a organização do conteúdo clara e acessível. No entanto, tendo em conta a tradição de publicação de cartulários na historiografia portuguesa, particularmente à luz das normas estabelecidas por Avelino de Jesus da Costa, parece-nos que uma breve explicação sobre esta opção metodológica seria pertinente, ajudando a situar a edição no contexto historiográfico e proporcionando uma maior clareza aos leitores. É importante salientar que uma abordagem idêntica foi adotada na publicação do cartulário do Mosteiro de Guimarães (*Livro de Mumadona*), onde foram apresentados argumentos consistentes para fundamentar essa decisão<sup>15</sup>. Esta explicitação metodológica contribuiu para esclarecer a escolha editorial, e acreditamos que um procedimento semelhante poderia ter sido igualmente vantajoso nesta edição crítica do *Censual*.

Uma última questão refere-se ao documento 288. De acordo com as autoras, na descrição das várias partes constituintes do cartulário, é mencionada a doação do presbítero *Santom* ao Mosteiro de São Martinho de Soalhães, datada de 875 (p. 18). Ao consultarmos a transcrição desse mesmo documento, verificamos que a data apresentada é D CCCC.<sup>ii</sup> X.<sup>a</sup> III.<sup>a</sup> (p. 262). No aparato crítico desse diploma (p. 473), a datação é indicada como 875?, uma referência que também surge no índice cronológico (p. 559). Dado que não há qualquer menção ou nota explicativa que justifique as incertezas relativas à datação, somos levados a inferir que a dúvida pode estar relacionada com a interpretação do valor do X. De facto, ao analisar o diploma, concluímos que o X pode ser interpretado como um X aspado (= XL). Caso esta dúvida tenha sido a origem da incerteza por parte das autoras, consideramos que tal questão devia ter sido devidamente explicada no aparato crítico. Além disso, na transcrição, seria adequado inserir o sinal de interrogação, de modo a refletir com precisão a incerteza quanto à datação.

Resta-nos assinalar algumas gralhas verificadas no aparato crítico e na bibliografia final. Diversos diplomas presentes no *Censual* são indicados como tendo sido publicados na obra *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*. No entanto, para os diplomas 189, 195, 233 e

---

<sup>15</sup> *Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque. Diplomata et Chartae*, vol. VII, “Livro de Mumadona: cartulário do Mosteiro de Guimarães”, ed. crítica e coord. Luís Carlos Amaral, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2016, p. XIV-XV.

235 falta essa indicação<sup>16</sup>. Para além disso, os documentos 12 e 295, ambos pontifícios, foram publicados, respetivamente, por Maria Teresa Nobre Veloso<sup>17</sup> e Demetrio Mansilla<sup>18</sup>.

No aparato crítico dos documentos 79 (p. 419-420) e 237 (p. 459), deveria constar o registo de chancelaria de D. Dinis como cópia [B]<sup>19</sup>. As autoras sabiam da existência destas cópias, visto que em ambos os documentos é mencionada a publicação destes diplomas na edição da *Chancelaria de D. Dinis* por Rosa Marreiros.

O original do documento 259 chegou até aos nossos dias. No entanto, o mesmo foi registado na chancelaria de D. Dinis. Assim sendo, além de ser necessário fazer menção a essa cópia, seria relevante acrescentar a publicação do registo na edição da *Chancelaria de D. Dinis* por Rosa Marreiros<sup>20</sup>.

Relativamente ao índice cronológico, o único lapso detetado refere-se à página 563, pois o diploma datado de 30 de julho de 1207, que consiste na bula *Ex parte venerabilis* de Inocêncio III, não é o documento 321, conforme está assinalado, mas sim o documento 320. Por sua vez, o documento 321, que deveria integrar a página 570, não surge no índice cronológico.

No que diz respeito às Fontes e Bibliografia, os únicos reparos a indicar referem-se às fontes manuscritas. Deveria constar o *Livro 3* de registos da Chancelaria de D. Dinis, faltando também a indicação do fundo monástico de São Salvador de Moreira, mç. 9, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que é mencionado no aparato crítico do documento 187 do *Censual*. Dos *Livros Originais* provenientes do Cartório do Cabido do Porto, preservados no Arquivo Distrital do Porto, falta acrescentar o n.º 1662(4), mencionado no documento 217 do aparato crítico.

É fundamental destacar que os reparos apresentados, longe de diminuir o valor da obra de Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart, visam unicamente aprimorar a clareza e a precisão da edição crítica, abordando pequenos lapsos ou

<sup>16</sup> Amélia Aguiar Andrade; Luís Krus; José Mattoso, *A Terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo, 1993, docs. 10, 11, 75 e 108, p. 111-115, 226 e 278-279, que correspondem aos documentos 235, 233, 189 e 195 do *Censual*, respetivamente.

<sup>17</sup> Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 40-41, nota 84.

<sup>18</sup> Demetrio Mansilla, *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*, Roma, Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955, doc. 37, p. 31-32.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 11v e 17, que correspondem aos documentos 259 e 79 do *Censual*, respetivamente.

<sup>20</sup> *Ibidem*, fls. 30v-31. Publicado em *Chancelaria de D. Dinis: Livro III*, ed. Rosa Marreiros, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 1, doc. 182, p. 287-288.

omissões que são comuns em qualquer trabalho académico, por mais cuidados que se tenham. O nosso principal objetivo é, antes de tudo, reconhecer, de forma inequívoca, o valioso contributo das autoras para a historiografia portuguesa. Caso as autoras assim o entendam, as sugestões que oferecemos podem ser proveitosas para uma possível reedição ou para quando a obra for disponibilizada em acesso aberto, como é habitual nas publicações da coleção *História Religiosa. Fontes e Subsídios* da Universidade Católica Portuguesa. Tais ajustes não comprometem de modo algum a relevância do trabalho, mas antes servem para aprimorar ainda mais uma obra de indiscutível qualidade e rigor.

O *Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto/ Edição Crítica*, com o seu meticuloso processo de análise e organização, representa uma contribuição relevante para a historiografia portuguesa, refletindo o compromisso das autoras com a preservação e a interpretação crítica das fontes históricas. Além disso, presta uma justa homenagem à tradição paleográfica e diplomática da Universidade do Porto, que tem vindo a destacar-se, ao longo do século XXI, pela excelência e pelo rigor na publicação de fontes medievais.

A obra de Maria João Oliveira e Silva e Joana Lencart consolida-se como um contributo indispensável para o progresso dos estudos históricos em Portugal, espelhando a excelência, o rigor científico e a dedicação exemplar das autoras no tratamento das fontes que sustentam e enriquecem a nossa compreensão do passado. Recorda-nos, ainda, de forma eloquente, que o conhecimento histórico é sempre mediado por essas fontes, cuja interpretação cuidadosa ilumina os caminhos da memória e da ciência histórica.

Rui Pedro Neves

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

rprn51@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5767-1583>



**Francisco de Paula Cañas Gálvez, *Un prelado y sus curiales. Gobierno, corte y promoción eclesial en la domus pontifical de Pablo de Santa María, Obispo de Burgos (1415-1435)*, Madrid, Dykinson, 2024, 256p., ISBN 978-84-1070-542-5.**

Francisco de Paula Cañas Gálvez é doutor em História pela *Universidad Complutense de Madrid*, onde é professor titular, no Departamento de História da América y Medieval y Ciencias Historiográficas. Defendeu a tese *La burocracia regia durante el reinado de Juan II de Castilla: estudio prosopográfico e itinerario* em 2005 e, desde então, conta com a publicação de artigos, livros e capítulos de obras coletivas que exploram, sob o rigor científico que caracteriza o autor, a história episcopal, o direito canônico, as dinâmicas político-religiosas dos períodos eleitos para análise, a orgânica interna de pequenas comunidades, a Diplomática e a Paleografia, entre tantos outros temas. Relativamente à cronologia, Cañas estuda, sobretudo, a Baixa Idade Média, alongando-se, esporadicamente, até ao século XVI. Ao mesmo tempo realizou estudos com uma baliza temporal mais estreita, tempos de governos, pontificados, etc. Metodologicamente, há um gosto explícito pela prosopografia em seus trabalhos – que abordam, sobretudo, pequenas comunidades. Atualmente, participa no projeto *Pacto, negociación y conflicto en la cultura política castellana (1230-1516)*, financiado pela Agencia Española de Investigación.

Entre as suas obras, destacam-se: *Colección diplomática de Santo Domingo el Real de Toledo. Documentos reales 1. 1249-1473* (2010); *Burocracia y cancellería en la corte de Juan II de Castilla (1406-1454): estudio institucional y prosopográfico* (2012); *Casa y corte: ámbitos de poder en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media (1230-1516)*, coordenado pelo autor no ano de 2019; e *La corona y sus servidores: individualidades, instituciones y estructuras curiales en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media (1340-1516)*, publicado em 2021.

*Un prelado y sus curiales: gobierno, corte y promoción eclesial en la domus pontifical de Pablo de Santa María, obispo de Burgos (1415-1435)* é o seu último livro, tendo sido publicado em 2024.

A obra é dividida em quatro capítulos, sendo os dois primeiros voltados para a construção intelectual, eclesiástica e política da personagem histórica Pablo de Santa María. O terceiro é destinado à história institucional da *domus* episcopal de Burgos entre os anos de 1200 e 1415, dando-se destaque a um estudo de caso, o da Casa de Juan de Villacreces, durante o ano de 1404. Estes três capítulos iniciais são breves e condensam o conhecimento necessário para

que, nos subsequentes, o autor desenvolva o estudo da Casa e Corte do bispado de Burgos durante o governo de Pablo de Santa María.

Em 19 de agosto de 1415, o papa Bento XIII nomeia o então bispo de Cartagena para a cadeira episcopal de Burgos. Desde então, foram vinte anos de governo, até 1435, quando faleceu nas suas funções. Burgos era um bispado muito importante para a coroa castelhana, ficando atrás, apenas, de Toledo e Sevilha. Contava com uma extensa diocese e um cabido deveras expressivo, que teve os seus representantes espalhados por doze das vinte e seis unidades episcopais em Castela (p. 17).

É dentro desta cronologia e deste espaço que Francisco Cañas propõe uma análise diacrónica que engloba diferentes campos de atuação dos poderes episcopais e, conseqüentemente, das ações de Pablo de Santa María para administrar os vários palácios episcopais na cidade e o extenso património diocesano, que integrava cerca de 250 lugares espalhados pela atual Comunidade Autónoma da Cantábria e não só (p. 74).

Para dissertar sobre o tema, o autor faz uso de um conjunto variado de fontes: crónicas – como a *Gran Crónica de Alfonso XI*, a *Crónica de Juan II de Castilla*, a *Crónica del rey Don Alfonso el Onceno*, a *Crónica de don Álvaro de Luna, condestable de Castilla, maestre de Santiago*, o *Libro del Palacio* (de Pero Lopes de Ayala) e outros desta natureza, o *Libro de las confesiones*, o *Libro del consejo e de los consejeros*, o *Espejo de la vida humana*, o *Libro de la cámara real del príncipe don Juan, oficios de su Casa y servicio ordinario*. Encontramos, igualmente, bulários, censos, cartulários, coletâneas documentais, coleções diplomáticas com documentação monástica, catedralícia e pontificia, fontes testamentárias e, como não poderia faltar numa pesquisa que compreende esta geografia e este período, o *Synodicon Hispanum*, bem como a coleção *España Sagrada*. A variada natureza do corpo documental corresponde à solidez da investigação do autor e mostra que não se deve restringir a pesquisa a arquivos e coleções documentais diretamente relacionados com o tema em análise. Apesar desta diversidade de fontes, Francisco Cañas, como todos aqueles que se debruçam sobre as brumas da história, deparou-se com os silêncios documentais, dizendo-nos, expressamente, por exemplo, que lhe fuge “el estado concreto de las finanzas capitulares y del propio Pablo de Santa María a su llegada a Burgos” (p. 73). Lacunas como esta estão presentes ao longo do livro – como na secção destinada à análise da procedência e formação académica dos curiais do prelado (p. 84) –, sem comprometer o balanço geral dos dados obtidos.

O objeto de estudo da obra é a Casa y Corte do sobredito prelado. Segundo esse autor, a expressão remete para o conjunto de oficiais ao serviço do bispo. Tal termo sofreu alterações consoante a sua aplicação na região. Por exemplo, na

Toledo do século XIII, o arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada utilizava a palavra latina *domus* com um significado semelhante ao supracitado. Os oficiais que compunham este grupo eram qualificados para exercer tarefas que escapavam à esfera religiosa/litúrgica; serviam de aparato no que tange às posições políticas da Igreja face às circunstâncias políticas e institucionais da coroa de Castela (p. 17-18). Apesar dos estudos referentes ao bispo de Burgos existirem em quantidade considerável, a novidade historiográfica que o autor apresenta está, justamente, na análise do seu “entorno curial”, para então contribuir com o conhecimento não só do sobredito prelado, como, também, dos seus pares na Europa baixo-medieval: o terceiro capítulo, neste sentido, apresenta notas comparativas das casas e cortes de outros bispos de Burgos durante o século XIII e os inícios do XIV (p. 41). Esta parte da obra pode ser encarada como um convite à investigação destas instituições, visto que a prosopografia e a análise dos espaços e da sua utilização formam as principais vias metodológicas percorridas ao longo deste livro.

No que respeita a estas últimas, a obra aparenta estar muito próxima da microhistória; isso deve-se, talvez, à constante procura de sujeitos que, frente à historiografia tradicional – a escrita da história dos grandes nomes e, sobretudo, dos homens que sobressaíram na esfera política/económica –, não teriam muitas oportunidades de se tornarem objetos de estudo, visto se tratar, à primeira vista, de subalternos desprovidos de qualquer valor investigativo, presentes numa delimitação episcopal, mesmo sendo estes “oficiales cualificados, además de otros servidores encargados de reforzar los aspectos más representativos y visuales del poder episcopal” (p. 65). Todavia, o bálsamo da escola fundada por Carlo Ginzburg merece as suas reservas quando da sua associação com o livro que estamos a recensear. A geografia eleita para o estudo é restrita, isto é, centra-se nos espaços de atuação do bispo, ou mesmo nas áreas utilizadas por seus subordinados para o servir; em outras palavras, é, essencialmente, percorrendo o palácio mitral, sua estrutura e cómodos, agregando, então, o levantamento dos profissionais que atuavam nas respetivas salas, que o autor apresenta ao público a corte curial de Pablo de Santa María.

A prosopografia foi largamente utilizada pelo autor por apresentar nos apêndices uma lista com os nomes dos oficiais da corte mitral que puderam ser rastreados a partir da documentação; não obstante, ao longo da obra, Francisco Cañas apresenta tabelas como a da formação académica dos ofícios da corte – com a informação que foi possível recolher para treze doutores, licenciados e bacharéis, apesar das fontes silenciarem quase por completo este assunto (p. 85-86). Nos apêndices, é possível alcançar a dimensão da estrutura que envolveu a Casa e Corte de D. Pablo; foram

encontradas 164 pessoas que, divididas em quarenta e duas categorias de atuação, contribuíram para o funcionamento da supracitada instituição, entre os anos de 1415 a 1435. Contudo, Cañas alerta para o facto de ser possível “que en realidad fueran muchos más los oficiales adscritos a su servicio personal” (p. 69). Chama a atenção para a categoria dos “familiares” (p. 224-227), pois através dela se destaca a diversidade de pessoas, no sentido de atuação na esfera pública de Burgos e de Castela, presentes no universo controlado pelo poder episcopal. Por exemplo, Pedro de Cartagena, filho de D. Pablo, em 1427, era regedor de Burgos (desde 1418) e vassalo do rei. As demais divisões variam em quantidade de pessoas, sendo estas distribuídas em cinco grandes áreas, como propõe o autor na tabela 4 (p. 71): 1) Gestão financeira: contadores, fiscais, tesoureiros; 2) Justiça: juízes, juízes do paço episcopal e procuradores; 3) Manutenção da *domus*: camareiros, cozinheiros, criados, escudeiros, mestressala, mordomos, padeiros, porteiros, secretários; 4) Capelania: cantores, capelães, confesores, organistas, vigários, bispos auxiliares; e 5) Chancelaria: escrevães, letrados e notário do bispo. Logo, este estudo afasta-se da microhistória, por mais que se trate de um universo reduzido – comparado com as tradicionais temáticas investigativas. A lembrança desta área da história está justificada pelo facto de o autor partir de um sujeito histórico específico, no caso, D. Pablo, para então alcançar as pessoas que são, de facto, os principais objetos do estudo.

Aliás, o autor chama a atenção em diversos momentos do texto para o cuidado que o bispo de Burgos tinha ao escolher os indivíduos que compunham o seu círculo privado: “fue plenamente consciente de la importancia de contar con asesores, bien formados y expertos en las cuestiones relevantes” (p. 87). Consequentemente, a atuação próxima do prelado alavancou as carreiras cortesãs dos familiares-comensais de D. Pablo dentro e fora da cúria de Burgos (p. 91); daqui se depreende a orgânica interna da cristandade baixo-medieval, pois essa promoção representava, também, a expansão da influência e proteção de D. Pablo para além das delimitações do seu bispado – na tabela 7 (p. 92-94) Cañas apresenta os indivíduos seguidos da linha do tempo das respetivas carreiras. Destaca-se a de Pedro González de Toledo, que, em 1418, surge como notário apostólico e, em 1432, como secretário do bispo; ou, num caso de maior expressividade, Garcí Alonso de Covarrubias, que, em 1415, era familiar de D. Pablo, foi seu mordomo-mor, e em 1445, ou seja, 10 anos após a morte deste, aparece na documentação como capelão do rei Juan II de Castela. Caso paradigmático (p. 100, 112, 114 e segs.), visto que mesmo depois do falecimento de seu protetor, Garcí Alonso continuou a ascender, dando provas de que a orgânica interna, criada e administrada pelo bispo, foi profícua.

No âmbito das ramificações que a análise prosopográfica permite, Francisco Cañas aborda, a partir das funções dos oficiais, as estruturas da *domus* mitral. Através dos camareiros, coordenados pelo mordomo-mor, ficamos a saber a relevância da câmara dentro da corte mitral (p. 123 e segs.). Aliás, os aposentos privados do prelado contavam com um número grande de funcionários, de naturezas diversas, que zelavam pelos mais simples hábitos de D. Pablo, como a limpeza das vestimentas, o cuidado com os livros, etc. O autor remata esta primeira parte da obra com a especificação dos diversos ofícios a serem realizados dentro da corte pontifical de Burgos, como o dos cozinheiros, padeiros, dispenseiros, mestres-sala, e dos profissionais responsáveis pela saúde do prelado (p. 140-149). Para estas categorias, Francisco Cañas apresenta tabelas prosopográficas com dados dos respetivos trabalhadores – ainda que, como já alertámos, as lacunas documentais, por vezes, não tenham permitido a construção de uma ficha prosopográfica completa.

A obra de Francisco Cañas oferece aos leitores um sólido estudo histórico, com abordagens inovadoras que podem ser replicadas em instituições eclesiásticas de outras geografias e cronologias. O manuseio de uma grande quantidade de fontes aplicado à diversidade dos territórios episcopais de Pablo de Santa María reforça a amplitude da abordagem do presente estudo; assim, as lacunas e os silêncios documentais em partes específicas do estudo não comprometeram a construção da narrativa histórica do universo mitral escolhido. Em suma, o livro em causa constitui uma obra de referência obrigatória para todos aqueles que desejam dedicar-se à história da Igreja nos finais da Idade Média. Resta-nos, assim, deixar a nossa viva recomendação de leitura desta obra, que, em função da dimensão alcançada por D. Pablo no desenvolvimento da sua Casa e Corte, acaba por se tornar uma grande viagem pela Castela e pela cristandade hispânica do século XV.

Gabriel Martinez Bonora

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

[gabriel.m.bonora@gmail.com](mailto:gabriel.m.bonora@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-8751-253X>



**Rubén Castro Redondo e Pablo F. Luna (eds.), *Resistencias campesinas en los espacios rurales de Europa y América durante la Edad Moderna, La Plata, Santander, Universidad Nacional de La Plata, Universidad de Cantabria, 2024, 521 p., ISBN 978-84-19024-83-1 2024.***

O livro *Resistencias campesinas en los espacios rurales de Europa y América durante la Edad Moderna*, coordenado por Rubén Castro Redondo e Pablo F. Luna e publicado em 2024 pela Universidade Nacional de La Plata e a Universidade da Cantábria, constitui um contributo relevante para o estudo das formas de resistência das populações rurais face aos seus opressores, na Europa e na América Latina, durante o período moderno.

Rubén Castro Redondo é professor ajudante na Universidade de Santiago de Compostela e a sua investigação aborda, maioritariamente, os espaços rurais e as comunidades no Noroeste peninsular. Pablo F. Luna, por sua vez, é professor na Sorbonne Université, onde é investigador do Centre de Recherches Historiques. A sua pesquisa centra-se na História Rural e Agrária, incidindo mormente sobre a propriedade da terra e a gestão dos recursos naturais entre os séculos XVII e XIX, no espaço europeu e americano.

Na Introdução, os coordenadores apontam a importância de renovar os estudos sobre as resistências rurais, relevando o valor de analisar não só casos de diferentes formas de resistência, mas também em geografias e contextos diferenciados. O objetivo base deste volume, segundo apontam os seus coordenadores, reside na avaliação dos processos e conjunturas de resistência e rebeldia perpetradas por comunidades rurais humildes, inserindo-os na malha do processo de expansão colonial europeia.

Composta por 15 capítulos de temáticas diversificadas, a obra sublinha a importância do debate sobre o fenómeno da resistência, privilegiando a perspetiva rural em territórios ibéricos e americanos. Através dos contributos de 17 autores, procura examinar as conjunturas, territórios, contextos e episódios de resistência e rebeldia protagonizados por populações rurais distintas, optando por uma abordagem comparativa, interdisciplinar e internacional.

Os capítulos podem ser englobados em quatro grandes eixos: o estudo das lutas de pessoas escravizadas e indígenas no espaço americano colonizado, a fiscalidade, a propriedade e o acesso à terra, e, por último, a administração das instâncias de poder do Antigo Regime, mormente a Igreja e a Coroa, como causadoras de conflitualidade e resistência por parte das comunidades rurais modernas. Face à limitação de espaço da presente recensão, foram selecionados alguns capítulos representativos da rigorosa análise desenvolvida ao longo

da obra, salientados pelas abordagens interdisciplinares, pela minuciosidade da investigação e pelos sujeitos históricos abordados, retratando vivências e conflitualidades diversas.

O terceiro capítulo, intitulado “*En calidad de libres. La resistencia a la venta de los esclavos de la capellanía de Santa Cruz (valle de Catamarca, Argentina, s. XVIII)*”, da autoria de Félix Retamero e Marcos Quesada, analisa o encapelamento dos bens de Ana María Espeche, cujo testamento estipulou que todos os seus bens, nos quais se incluíam pessoas escravizadas e seus descendentes, ficariam em posse de São José, sendo administrados por um sacerdote e um parente próximo da testadora.

Félix Retamero e Marcos Quesada investigam a estrutura e os quotidianos de uma comunidade de pessoas escravizadas, procurando compreender os fundamentos da “tácita liberdade” com que se movimentavam os seus membros. Alinhando-se à temática central do volume, os autores examinam as tentativas de cerceamento da autonomia destas comunidades, bem como as estratégias desenvolvidas pelos seus membros para preservar a sua relativa independência. Através de uma abordagem interdisciplinar, incorporam no seu estudo as descobertas de escavações arqueológicas, que revelam pormenores sobre as práticas quotidianas e os modos de vida da comunidade. Com base nestes dados, foi possível compreender a importância do papel das mulheres, não só na reprodução biológica, mas também na preservação e proteção da comunidade.

Apesar da constante resistência de quem a compunha, a comunidade de escravizados de São José foi dissolvida, tendo grande parte das pessoas sido vendida no final do século XVIII. Este capítulo apresenta uma análise robusta e significativa dos comportamentos e estratégias de resistência da comunidade de escravizados em semiliberdade, evidenciando a sua luta frente às autoridades coloniais.

Além deste, merece destaque o capítulo “*La resistencia rural al pago del voto de Santiago: el pleito grande de Saviñao*”, da autoria da consagrada historiadora Ofelia Rey Castelao. Este segmento insere-se e aprofunda a investigação que a autora tem desenvolvido relativamente ao voto de Santiago, que sustentava a imponente catedral de Santiago de Compostela. A disputa pelo pagamento deste tributo, reconhecido como odioso e tirânico pelo próprio cabido catedralício em 1691 (p. 232), é o ponto central da análise desenvolvida.

Com o rigor e a meticulosidade que lhe são característicos, a autora analisa diversos episódios de acentuada conflitualidade, focando-se especialmente no *pleito grande de Saviñao*, decorrido na década de 1740 e intensificado em 1757. Acompanha os esforços das comunidades locais que visavam a redução do tributo ao cabido, que, por sua vez, resistia firmemente a qualquer concessão. Inserindo

este conflito num contexto de intensa crise de subsistência na Galiza, Ofelia Rey Castelao destaca um caso entre muitos, em que vizinhos de comunidades rurais se insurgiram, procurando melhorar as suas condições de vida.

Este capítulo é um contributo valioso para o estudo da conflitualidade e das formas de resistência, oferecendo simultaneamente uma análise aprofundada dos padrões comportamentais destas comunidades, compostas, na sua maioria, por pessoas humildes, ligadas ao trabalho da terra.

Destaco, ainda, o capítulo da autoria de Alberto Angulo Morales e Iker Echeberria Ayllón, intitulado “Furias de consumidores y voces femininas. Las resistencias anti-fiscales en tierras de Vasconia (1634-1804)”. Este segmento explora a diversidade das vozes femininas nas resistências antifiscais no País Basco, demonstrando a mediação e participação das mulheres na reação a novas imposições fiscais.

Através da análise de revoltas ocorridas ao longo de dois séculos, os autores demonstram a pluralidade das ações femininas na organização dos motins, evidenciando, também, as semelhanças das estratégias adotadas por diferentes mulheres. Focam-se, em particular, na *Rebelión de la Sal de Vizcaya* (1631-1634). Detalhando os acontecimentos desta revolta, Alberto Angulo Morales e Iker Echeberria Ayllón enfatizam o papel das mulheres como *voceras* do descontentamento popular, encontrando-se no centro da divulgação da informação junto da população. Como apontam, as mulheres desempenhavam um papel decisivo no início das rebeliões, atuando como a fagulha que acende a chama da revolta, uma analogia utilizada pelos autores. Este capítulo evidencia a estreita conexão entre o papel feminino nas insurreições e o poder da palavra, afirmando-se esta como um dos principais instrumentos de intervenção política e social utilizada pelas mulheres, sobretudo as pertencentes às camadas mais humildes da população.

Por último, destaco o capítulo “*El común de los vecinos contra el vecino más común: conflictos contra curas párrocos en la Galicia moderna (siglos XVII-XIX)*”, de Anxo Rodríguez Lemos. O autor explora a conflitualidade entre diversos grupos de pequenas comunidades rurais e os párocos que as serviam. Apesar de nem todos os litígios terem tomado forma nos tribunais, os registos judiciais encontram-se entre os mais valiosos para o estudo que desenvolve, revelando os conflitos e suas resoluções perante a justiça.

Anxo Rodríguez Lemos argumenta que entre o pároco e a comunidade se estabelecia uma relação desequilibrada, na qual o pároco exercia um poder disciplinador, mas devia, também, zelar pelos direitos e interesses dos paroquianos. Ao não exercer estas funções em favor da comunidade, surgiam recorrentes contendas, nas quais confrarias ou grupos de vizinhos reivindicavam

o reconhecimento dos seus interesses sociais, económicos e culturais. Este capítulo distingue-se por uma análise rigorosa e inovadora, não se limitando a evidenciar a conflitualidade interna às comunidades, oferecendo também um retrato detalhado dos quotidianos e preocupações de comunidades rurais galegas.

Os capítulos que se destacaram evidenciam a diversidade temática da obra em apreço, demonstrando, ainda, o cumprimento dos objetivos expostos na sua introdução. Entre as suas páginas, constam capítulos relativos à América Colonial e à atual Espanha e França, estendendo-se da Argentina e Brasil à Galiza e País Basco, refletindo, também, sobre a História Rural da Revolução Francesa, num capítulo assinado por Florence Gauthier.

Incorporando uma perspetiva interdisciplinar e internacional, a publicação em apreço afirma-se como um importante e valioso contributo para a melhor compreensão e conhecimento das formas de resistência das comunidades rurais face a várias modalidades de opressão. Articulando estudos sobre a América Latina e a Europa (ainda que circunscrita aos territórios que agora compõem Espanha e França), evidencia a pluralidade dos espaços rurais, assim como a diversidade das comunidades que os habitavam, apresentando as múltiplas formas de protesto e resistência destas comunidades face à opressão de que eram vítimas. Através de capítulos extensos e de análises minuciosas, esta publicação valoriza as comunidades rurais, comumente esquecidas, teorizando sobre a existência e construção de uma cultura política popular.

Assim, e em conclusão, o livro *Resistencias campesinas en los espacios rurales de Europa y América durante la Edad Moderna* afirma-se como uma referência valiosa para estudos concernentes às comunidades rurais da Época Moderna. Tomando como sujeitos históricos ativos as populações rurais, a obra permite, por via de uma perspetiva internacional e interdisciplinar, estabelecer análises detalhadas e rigorosas, demonstrando a importância e a riqueza do estudo das comunidades rurais de antanho nas suas mais diversas vertentes.

Leonor Salguinho Ferreira

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

salguinhoferreira@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8857-1072>

**Marina Torres Trimállez, *Con un catequismo salvaré un reino: la empresa franciscana en China en la Edad Moderna*, Granada, Editorial Comares, 2022, 251 p., ISBN: 978-84-1369-470-2.**

O estudo da missionação católica na China entre os séculos XVI e XVIII tem conseguido absorver ao longo dos anos um número relevante de investigadores oriundos de distintas geografias. Não obstante, mais recentemente, a Península Ibérica tem cultivado poucos pesquisadores da temática (situação que mais se acentua no caso português), o que contrasta, desde logo, com a importância histórica assumida pelas soberanias hispânicas no desenvolvimento dos proselitismos asiáticos à época.

A despeito dessa exígua representação quantitativa, não tem, todavia, faltado rigor científico nos trabalhos levados a público por esses estudiosos. Marina Torres demonstra-o. Tendo-se doutorado em 2019 pela Universidade de Cantábria e acumulado experiências de investigação em Taipé, Roma, Lisboa e Lovaina, esta historiadora espanhola vem elaborando um conjunto de pesquisas que já logrou deixar a sua marca na historiografia. *Con un catequismo*, a versão adaptada e atualizada do seu trabalho doutoral, bem o exemplifica. Compreenda-se porquê.

No panorama historiográfico atual, o exame das evangelizações nas paragens mais a oriente do espaço europeu ainda se depara com os efeitos de uma tendência anterior que postergou a consideração da atuação das ordens mendicantes em favor de um enfoque na Companhia de Jesus. Enquadrado pela profusão de publicações acerca da congregação inaciana sentida desde a transição para o terceiro milénio, aquilo que Emanuele Colombo definiu sugestivamente como “jesuitomania”, esse ramo do conhecimento histórico quase se configurou como uma repartição dos estudos jesuíticos<sup>1</sup>.

Ademais, a avaliação de uma controvérsia sobre os limites da adaptação da religião católica à envolvimento sociocultural sínica (a querela dos ritos chineses) ocupou por certo tempo boa parte dos investigadores, inclusivamente os interessados pela ação mendicante. Facto que ofuscou outras temáticas históricas, que estudos subsequentes ficaram de prosperar, como a transformação do cristianismo em complemento de uma espiritualidade local diversificada,

---

<sup>1</sup> Emanuele Colombo, “Gesuitomania. Studi recenti sulle missioni gesuitiche (1540-1773)” in Michela Catto, Guido Mongini and Silvia Mostaccio (ed.), *Evangelizzazione e globalizzazione. Le missioni gesuitiche nell’età moderna tra storia e storiografia*, Rome, Società Editrice Dante Alighieri, 2010, p. 31-59.

os entrecimentos de tradições rituais chinesas e cristãs ou as dinâmicas de cooperação entre os elementos das diversas ordens religiosas que compuseram a ambiciosamente propalada “conquista espiritual do Oriente”<sup>2</sup>.

Neste contexto, porém, Torres invocou um propósito singular, o de, tomando como ponto de partida as missões franciscanas na China, situar a ideia cristã de “resgate” como motriz da conduta proselitista. Associada a uma entendida restituição espiritual e física dos indivíduos decorrente da sua integração no catolicismo, essa foi uma noção que a historiadora decidiu perscrutar através de duas das suas manifestações: os batismos da população natural e o acolhimento de crianças abandonadas. Fê-lo no decurso das três secções que estruturam este livro, às quais ainda se somaram, no final, alguns anexos com exemplos de arte religiosa de origem asiática e uma cronologia da querela dos ritos chineses.

Na primeira dessas secções, foi dado protagonismo a um exemplo de transmissão seráfica dos valores e características do sacramento do batismo às audiências chinesas. Com efeito, Torres invocou uma obra de teor catequético redigida em língua sínica pelo frade valenciano Francisco Peris de la Concepción (1635-1701), em articulação com letrados locais, nos finais do século XVII. Inserido num modelo de missão que se serviu da produção literária impressa para a efetivação do seu objetivo maior, a conversão das populações, e que foi estimulado pela cultura letrada do Império Celeste, o escrito do franciscano destacou-se, ainda assim, pelo modo como divulgou uma súpula dos preceitos católicos criada na órbita do momento batismal e pelas suas particulares aproximações à mundividência chinesa, as quais fazem, por vezes, questionar se o franciscano estaria cômico do seu potencial conflituante com a ortodoxia católica.

Estas aproximações são valiosas para a revisão de certos entendimentos historiográficos tendentes a considerar práticas adaptativas e as interações culturais que as sustentaram como atributos exclusivos da experiência

---

<sup>2</sup> Respetivamente, Eugenio Menegon, *Ancestors, Virgins, and Friars: Christianity as a Local Religion in Late Imperial China*, Cambridge (Massachusetts) and London, Harvard University Asia Center, 2009; Nicolas Standaert and Ad Dudink (ed.), *Forgive Us Our Sins: Confession in Late Ming and Early Qing China*, Sankt Augustin; Nettetal, Institut Monumenta Serica; Steyler Verlag, 2006; Nicolas Standaert, *The Interweaving of Rituals: Funerals in the Cultural Exchange between China and Europe*, Seattle & London, University of Washington Press, 2008; Yang Hongfan, *Ite missa est—Ritual Interactions around Mass in Chinese Society (1583-1720)*, Leiden; Boston, Brill, 2022; e Cristina Costa Gomes e Isabel Murta Pina, “Em fuga pela China: um bispo dominicano em defesa de um padre jesuíta (1689-1691)” in Cristina Costa Gomes, Isabel Murta Pina, José Manuel Fernandes and Maria João Pereira Coutinho (ed.), *Rastos dominicanos: de Portugal para o mundo. 600 anos da Província Portuguesa. Homenagem a Fr. José Augusto Mourão*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2022, p. 267-295.

missionária jesuítica. Além disso, o texto de Peris, não podendo ser tomado, nas palavras da autora, como “reflexo do que se levou a cabo na China, mas do discurso em torno do batismo que este franciscano quis deixar por escrito”<sup>3</sup> (p. 71), quando analisado, levanta o véu de uma “cultura missionária” formulada muito graças aos diálogos estabelecidos entre os elementos das diferentes ordens religiosas atuantes na região. Diálogos estes que estudos sobre fenómenos como a querela dos ritos chineses frequentemente solapam.

No entanto, um aspeto na reflexão da investigadora parece problemático. Ocasionalmente, a proposta do frade apareceu descrita como representativa da dos seus correligionários, como “o discurso franciscano em torno do batismo”<sup>4</sup> (p. 75) propriamente dito, mesmo que, perante o quadro intercultural que a enformou, Torres tivesse reconhecido, adequadamente, que cada missionário “se relacionou de forma única com a realidade chinesa”<sup>5</sup> (p. XXII). Assim sendo, não teria sido a experiência de Peris suficientemente singular para se ter evitado o que aparenta ser a generalização das suas posições? Fica a questão.

O seguinte capítulo da obra transportou a primeira manifestação do ideal cristão de “resgate” para um plano mais concreto, o da administração dos batismos. Nessa senda, Torres apoiou-se, de modo especial, em dois livros de batismos pertencentes ao franciscano italiano Carlo Orazi da Castorano (1673-1755). Hoje conservadas na Biblioteca Apostólica Vaticana, estas fontes históricas, atinentes a um território de missão localizado na atual província chinesa de Shandong e a uma cronologia que abrange a primeira metade do século XVIII, revelaram-se particularmente úteis pela dimensão e alcance temático dos seus registos.

Através da sua exploração, com recurso a inúmeras tabelas e gráficos para a organização dos dados, a autora não somente descreveu e procurou entender a evolução do número de batismos como também refletiu sobre o influente contributo dos catequistas nativos para o acrescentamento dessas cifras nas missões (sempre a braços com um limitado contingente eclesiástico europeu). Em símil tom, Torres sublinhou a participação local nos instantes do batismo quando invocou os padrinhos e madrinhas dos neófitos referenciados na documentação, entre os quais se descobriam catequistas, as suas esposas, outras mulheres batizadas e vários auxiliares (“domésticos”) dos religiosos.

---

<sup>3</sup> A tradução da passagem citada, e das demais que vierem a surgir, é da nossa autoria. No original: “reflejo de lo que se llevó a cabo en China sino del discurso en torno al bautismo que este franciscano quiso dejar por escrito” (p. 71).

<sup>4</sup> No original: “el discurso franciscano en torno al bautismo” (p. 75).

<sup>5</sup> No original: “se relacionó de forma *única* con la realidad china” (p. XXII). Itálico da autora.

Todos estes elementos evidenciam a participação ativa e fundamental dos atores chineses na substanciação do coevo proselitismo católico. Como tal, contribuem para o reforço de uma tendência historiográfica que encontrara já nos trabalhos de Nicolas Standaert, Nadine Amsler, Emanuele Raini e Hsieh Chia-wen, além do de Haruko Nawata Ward para a vizinha missão do Japão, provas dadas da assunção pelos autóctones (mulheres e homens) de funções como as de líderes de comunidades cristãs, catequistas, assistentes, mediadores culturais, tradutores e patrocinadores, essenciais para o esboroamento de precedentes conceções eurocêntricas que os tomavam por objetos de uma história alavancada pelos europeus<sup>6</sup>.

Na terceira e derradeira secção do livro, as crianças nativas foram colocadas no centro da reflexão. Principiando com algumas das especificidades da promoção do batismo pueril, Torres acabou esquadrihando o acolhimento de crianças abandonadas realizado por clérigos e convertidos (em vários casos, mediante a compra das mesmas) e os destinos de algumas delas enquanto produtos da conceção cristã de “resgate” aplicada na China imperial. Isto permitiu à autora demonstrar que, além de alentadas por noções como as de reciprocidade, humanidade e caridade, estes fenómenos viram-se sempre condicionados por contextos sociais, culturais e políticos que justificavam, promoviam e regulavam iniciativas de cariz assistencial e pelos atores históricos que se movimentavam no seu interior.

Sem embargo da importante atenção dada à puerícia nativa, a historiadora espanhola resvalou num modelo historiográfico que mais facilmente tem analisado as crianças enquanto objetos das iniciativas missionárias dos religiosos europeus. À semelhança do que já se verificara com Liam Brockey, na sua descrição da inserção das mesmas em grupos dedicados à sua formação espiritual na China Ming-Qing, conhecidos como “Confrarias dos Anjos” (*Confraternities of the Angels/ Tianshen hui*), ou com Giulia Falato, na sua reflexão sobre o modo como a pedagogia europeia encontrou e dialogou com a pedagogia chinesa e as consequências culturais dessa interação, as crianças

---

<sup>6</sup> Nicolas Standaert, *Chinese Voices in the Rites Controversy: Travelling Books, Community Networks, Intercultural Arguments*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 2012; Nadine Amsler, *Jesuits and Matriarchs: Domestic Worship in Early Modern China*, Seattle, University of Washington Press, 2018; Emanuele Raini, “Catechisti e capi laici delle comunità nella storia della Chiesa in Cina. Prospetto storico e documenti”, *Urbaniana University Journal*, 2019, 2 (2019), p. 97-156; Hsieh Chia-wen, “Forgotten Assistants behind the Scenes: Assessment and Case Studies of Xianggong in the Late Ming, Early Qing Catholic Church”, *Monumenta Serica*, 69, 1 (2021), p. 49-95; e Haruko Nawata Ward, *Women Religious Leaders in Japan's Christian Century, 1549-1650*, Farnham; Burlington, Ashgate, 2009.

nativas não deixaram de ser entendidas como absorvidas por fenómenos externos a elas, deixando pouco espaço para a compreensão de uma certa autonomia acional que as fontes históricas sugerem ter existido<sup>7</sup>.

Por conseguinte, conquanto o contributo de Marina Torres seja bem-vindo num processo de valorização destas figuras de tenra idade, ele não poderá eclipsar o muito caminho que ainda aguarda ser trilhado a esse respeito, sobretudo se se ambicionar alguma vez alcançar um entendimento holístico do lugar das crianças nas missões católicas na China. Só assim se compreenderá o verdadeiro significado da ideia formulada pela autora, mas não totalmente concretizada, de que: “As crianças eram não apenas objeto de evangelização mas também meio pelo qual atrair à Igreja um maior número de fiéis”<sup>8</sup> (p. 145).

Em suma, *Con un catequismo* provou ser um acrescento pertinente à historiografia. Os seus méritos ultrapassam o proposto objetivo de discernir a noção cristã de “resgate” materializada na China, tornando a leitura da obra, mais do que proveitosa, necessária para os que pretendam obter um conhecimento adequado de uma das mais incitantes etapas do espraiamento global do catolicismo no período moderno.

Guilherme Sousa

Universidade de Coimbra

guisousa160@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9408-1427>

---

<sup>7</sup> Liam Brockey, *Journey to the East: The Jesuit Mission to China, 1579-1724*, Cambridge, Massachusetts; London, England, The Belknap Press of Harvard University Press, 2008 e Giulia Falato, *Alfonso Vagnone's Tongyou Jiaoyu (On the Education of Children, c. 1632). The Earliest Encounter between Chinese and European Pedagogy*, Leiden; Boston, Brill, 2020.

<sup>8</sup> No original: “Los niños eran no sólo objeto de evangelización, sino también medio por el cual atraer a la Iglesia mayor número de fieles” (p. 145).



**Francisco Bethencourt, *Estranhos na sua terra – Ascensão e queda da elite mercantil cristã-nova (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Temas e Debates, 2024, 672 p., ISBN: 978-989-644-860-8.**

*Estranhos na sua terra* não é a primeira incursão de Francisco Bethencourt na história dos racismos, e, desta vez, centra-se no aparecimento e perseguição dos cristãos-novos como um dos primeiros exemplos de racismo institucional. Titular da cátedra Charles Boxer de História no King's College de Londres, o investigador demonstra como a discriminação moldou um sentimento de identidade étnica entre os cristãos-novos, e como a respetiva elite contribuiu para a expansão dos impérios e o desenvolvimento do comércio intercontinental entre os séculos XV a XVIII. Bethencourt propõe-se traçar a presença global desta minoria, examinar o auge e a natureza da sua influência e esclarecer os elementos que levaram ao seu desaparecimento como grupo social distinto. A sua abordagem insere-se na história global e social, analisando tanto as interconexões transnacionais quanto os mecanismos de exclusão. Recorre ainda à micro-história, através de estudos de caso particulares, e à história das mentalidades.

As primeiras indagações a respeito da história dos cristãos-novos, ainda no século XIX, despontaram pela investigação acerca das inquisições portuguesa e espanhola, e em particular sobre as negociações em Roma, decisões dos seus tribunais e os processos de julgamento. Em 1920, João Lúcio de Azevedo assina uma das primeiras análises abrangentes à história dos cristãos-novos entre os séculos XV a XVIII. Já a participação em movimentos espirituais (os *alumbrados*) e a presença na Companhia de Jesus por parte deste grupo mereceram a atenção de Marcel Bataillon, também ele responsável por hipóteses inovadoras sobre os mecanismos de discriminação que os afetaram (p. 41). Pesquisas sobre a sua produção literária e artística ganharam relevo, seguidas por análises ao seu papel enquanto agentes financeiros. Mais recentemente, surgiram estudos de caso sobre comunidades específicas de cristãos-novos e sefarditas, enquanto explicações que apontam o racismo como motor da perseguição começaram a ganhar espaço – ainda que baseadas em fontes limitadas. Entre os temas que mais atenção receberam destacam-se os processos migratórios desta minoria e o respetivo impacto nas redes mercantis e financeiras, bem como as parcerias estabelecidas com mercadores cristãos-velhos (p. 45). É à luz deste contexto que *Estranhos na sua terra* emerge como uma revisão inclusiva e um aprofundamento minucioso de cada uma dessas linhas de investigação, conectando-as num quadro global e complementando-as com a

consulta a dezoito arquivos e secções de manuscritos de bibliotecas localizados na Península Ibérica, Itália, Reino Unido, Vaticano, Bélgica e Peru.

Coube à Princeton University Press a publicação original desta investigação, intitulada *Strangers Within – The Rise and Fall of the New Christian Trading Elite*, em março de 2024. Oito meses volvidos, encontrava-se nas livrarias a primeira edição da obra em português, publicada pela Temas e Debates, chancela da Bertrand Editora. A obra está organizada em quatro partes, cada uma composta por quatro capítulos, num total de dezasseis, aos quais se somam uma introdução e uma conclusão, notas, agradecimentos, glossário, uma conversão de taxas de câmbio e um importantíssimo índice remissivo, essencial para navegar numa obra farta em nomes e referências. Bethencourt optou por estruturar a narrativa de forma simultaneamente cronológica e temática, permitindo uma lógica de continuidades entre vários períodos distintos.

A primeira parte deste trabalho contextualiza a posição política, comercial e financeira da comunidade judaica antes das expulsões da Península Ibérica, assim como as estratégias de integração desenvolvidas pelos cristãos-novos para enfrentar os desafios da discriminação. Sob o título “Transições (Décadas de 1490-1540)”, estes quatro capítulos examinam os primeiros conflitos entre cristãos-velhos e cristãos-novos em Castela, Aragão e Portugal, aprofundando a formação de uma identidade étnica e os caminhos de mobilidade social que permitiram a esta elite alcançar cargos públicos, eclesiásticos e académicos apesar das adversidades. Através de estudos biográficos e de famílias, os capítulos 1 e 2 observam a continuidade da elite cristã-nova nas finanças e no comércio ibéricos, recorrendo a exemplos de famílias como os Tristãos, Negros, Abravaneis, Paz e Mendes. Os capítulos 3 e 4, intitulados “Ruturas” e “Criatividade”, abordam a cisão entre cristãos desencadeada pelos estatutos de limpeza de sangue na Península Ibérica, os efeitos da visita de David Reubeni e os casos de famílias que optaram pelo exílio como estratégia de sobrevivência. Por fim, o investigador examina o início da resistência dos cristãos-novos contra o estabelecimento da Inquisição e a suas intervenções em Roma, assim como as suas contribuições literárias e artísticas enquanto espelho de uma nova e profunda indagação espiritual.

A Parte II da obra, intitulada “Expansão (Décadas 1550-1600)”, abrange os quatro capítulos seguintes e examina as repercussões do crescimento do mundo ibérico e do comércio internacional na diáspora cristã-nova. Através de uma abordagem assente em estudos de caso, Bethencourt explora os efeitos da intolerância religiosa nas escolhas destas famílias, o florescimento de Amesterdão, a atratividade dos Estados Italianos e a consolidação de redes económicas e políticas também com cristãos-velhos. Partindo da

conceptualização de redes enquanto parcerias de espectro temporário ou permanente, os capítulos 5 e 6 examinam o norte de África enquanto mercado em ascensão e o percurso e relações do banqueiro Simón Ruiz no comércio entre a Europa e o Oriente. Apesar das fontes parcas e fragmentadas, Bethencourt mapeia os principais destinos cristãos-novos durante este período, nomeadamente no Mediterrâneo Oriental, Ásia, Europa, África e Américas, e o modo como estas migrações fomentaram acordos de aprendizagem, estabeleceram agentes e associados, e reforçaram vínculos entre famílias e comunidades judaicas. Com recurso a uma investigação genealógica meticulosa, o autor ilustra as ligações entre a elite mercantil cristã-nova e práticas como o tráfico negreiro. Os capítulos 7 e 8 dirigem-se ao estudo dos bens acumulados por este grupo e dos valores que orientavam as suas decisões, realçando que a “investigação da propriedade dos bens irá permitir que olhemos para investimentos, formas de herança, normas sucessórias, alianças matrimoniais e mobilidade social” (p. 201). Assim, a partir de testamentos e julgamentos, extraem-se fragmentos que reconstituem vidas, datas e lugares, compondo um quadro pormenorizado do contexto social e económico destas famílias, nunca descurando o papel das mulheres. A contribuição desta elite em áreas como o pensamento político, literatura e história natural compõe o final da Parte II, assim como o seu reflexo no debate sobre os estatutos de limpeza de sangue e no perdão geral de 1604.

A primeira metade do século XVII é abordada na Parte III, intitulada “Resistência (Décadas de 1600-1640)”. À semelhança das Partes I e II, Bethencourt demonstra cuidado em contextualizar o período, articulando os efeitos da pressão e rivalidade holandesa e inglesa no comércio internacional e a crise das finanças régias. Simultaneamente, destaca a consolidação dos financeiros cristãos-novos como banqueiros em Madrid. Nos capítulos 9 e 10, o autor examina os conflitos de valores desencadeados pelo perdão geral e a subsequente radicalização da Inquisição. Apesar da presença da elite cristã-nova na corte, a discriminação em Portugal continuou a intensificar-se, marcada pela revogação de privilégios e pela influência do Santo Ofício mesmo em períodos sem inquisidor-geral. Bethencourt revela ainda como a rivalidade entre mercadores contribuiu para o declínio dos cristãos-novos na América castelhana, agravado pela restauração da independência de Portugal em 1640, que fragmentou esta elite entre os leais ao rei português e ao Áustria. A análise à geografia dos negócios onde os cristãos-novos vingaram cabe ao Capítulo 11, em cinquenta páginas que abordam o estabelecimento da elite mercantil no globo. Com recurso a mapas, telas, ilustrações e fotografias, o autor demonstra a influência dos cristãos-novos na Ásia, América castelhana,

Brasil, Sevilha, Madrid e Lisboa, argumentando que “o meio do século XVII talvez possa ser definido como um ponto culminante da atividade dos cristãos-novos nos negócios” (p. 394). Por fim, o escritor explora as formas como a elite mercantil cristã-nova se percecionava, recorrendo à interpretação de programas iconográficos e à cultura material para desvendar os significados textuais e visuais associados ao sentimento de pertença, à condição social e às fidelidades religiosas.

Os últimos quatro capítulos da obra compõem a Parte IV, intitulada “Declínio (Décadas de 1650-1770)”. Nesta secção, o autor identifica o aumento significativo de processos instaurados pela Inquisição entre 1650 e o final da década de 1660 como um ponto de viragem na história dos cristãos-novos, explicitando como o pedido de perdão geral em Roma por parte desta elite resultou de décadas de repressão, que levaram a uma “erradicação calamitosa de confiança e capital, enfraquecendo enormemente a capacidade operacional dos principais mercadores e banqueiros” (p. 427). No capítulo de abertura, intitulado “Perseguição”, o autor investiga, em fontes de arquivo, detenções coletivas e a orientação das ações inquisitoriais em Portugal e Castela, examinando as suas motivações e o impacto destas ondas de perseguição no contexto das transformações dos mercados internacionais. Bethencourt traça as conexões entre as fortunas de famílias cristãs-novas e as comunidades judaicas no estrangeiro, enquanto compara o papel político dos reis de Portugal e Castela na configuração destas relações. Em “Suspensão” é abordado o aumento dos julgamentos que visaram mercadores e banqueiros influentes, eventos que, segundo o autor, acentuaram a intervenção desta comunidade em Roma. Os capítulos finais exploram as décadas subsequentes ao breve pontifício *Romanus Pontifex* de 1681, marco das negociações políticas entre Portugal e Inocêncio XI. O autor analisa as repercussões do restabelecimento dos tribunais inquisitoriais e da retirada do apoio régio por D. Pedro II, que culminou na decisiva “perda de privilégios e a expulsão de todos os cristãos-novos reconciliados *in forma* (com confissão) pela Inquisição” (p. 544). Ademais, Bethencourt integra uma reflexão sobre os efeitos da Guerra da Sucessão de Espanha, ampliando o contexto político e social deste período. Por fim, intitula o Capítulo 16 de “Imersão” por entender que os cristãos-novos não desapareceram, mas sim deixaram de ser uma etnia distinguível após séculos de perseguição e de assimilação. Francisco Bethencourt debruça-se sobre as últimas tentativas de afirmação deste grupo, nomeadamente a sua retirada para longe do centro político português, e a “viragem ideológica da elite política relativamente à limpeza de sangue no reinado de D. José I” (p. 547).

O século XVIII trouxe consigo transformações decisivas: um novo sistema de valores, mudanças nas condições do comércio internacional e mutações

sociais e políticas que precipitaram o fim da identidade cristã-nova enquanto categoria distinta. Francisco Bethencourt trabalha esta mutação com mestria e consegue, com êxito, reunir num único volume diversas linhas de investigação que se encontravam por conectar, acrescentando temas negligenciados pela historiografia num produto final coeso, minucioso e global. No entanto, a estrutura temático-cronológica poderia ter sido reconsiderada, uma vez que compromete, em certos momentos, uma reflexão mais fluida sobre alguns vetores centrais por parte do leitor. Esta limitação torna-se particularmente evidente no que respeita à produção cultural cristã-nova, cuja evolução não se apresenta de forma plenamente perceptível após uma leitura contínua da obra. Ainda assim, a clareza da sua escrita e a fluidez da narrativa tornam-na obrigatória para historiadores e altamente recomendável para qualquer leitor apaixonado por história.

Maria Rita Loio

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

[mariaritaloio@gmail.com](mailto:mariaritaloio@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0007-5023-4015>



**António Manuel Hespanha, *Uma monarquia tradicional. Imagens e mecanismos da política no Portugal seiscentista*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2023, 519 p., ISBN: 9789726716792.**

António Manuel Hespanha foi um historiador e jurista português com um amplo percurso académico e científico em História. Interessou-se particularmente pela história do direito e pela história político-institucional da época moderna, sendo porventura um dos mais influentes historiadores do seu tempo. Esta obra reúne um conjunto de ensaios publicados a título póstumo, já anteriormente editados em formato *e-book* em 2019, e cuja edição coube aos prefaciadores da obra, Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier. Os ensaios aqui recolhidos foram escritos e publicados pelo autor ao longo da sua vida académico-científica e a sua seleção, como é dito no prólogo, coube ao próprio. Estes seriam, segundo ele, os mais representativos e originais do seu percurso e, que no seu conjunto, conseguiam traçar uma visão alargada e sólida do que entendia ser o sistema político do Antigo Regime, por ele designado “monarquia tradicional”. Interessa perceber que esta obra foi o corolário de muitas outras, entre as quais a sua tese de doutoramento *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal, séc. XVIII* (Coimbra, Almedina, 1994) e as obras *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna* (Coimbra, Almedina, 1982), *Cultura jurídica europeia...* (Lisboa, Europa-América, 1996) e *Como os juristas viam o mundo ...* (SI., CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015). Haveria muitas outras obras a citar, mas cinjo-me a estas por as considerar as mais relevantes.

Na introdução da obra, o autor esboça desde logo a forma como concebe a organização político-institucional da monarquia portuguesa e a sua interação com o *corpus* social. Aponta para o esforço que desenvolveu, desde a sua tese de doutoramento, de uma reinterpretação da história político-institucional portuguesa ao demarcar-se da historiografia tradicional quanto a matérias aparentemente consensuais e irrefutáveis e dos “clichés e ideias feitas” (p. 47) que dominavam o espaço público. Esta ideia remete inevitavelmente para uma outra: o conceito de “monarquia tradicional”, que intitula a obra. Na perspetiva de Hespanha, o sistema político do Antigo Regime foi dominado por particularismos e pela diversidade (inclusive, constitucional). Nas palavras de Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier, “predominavam as estruturas e as permanências, e não tanto as conjunturas e as mudanças” (p. 16). O vocábulo “monarquia” denominava, e bem, uma unidade ou formação política encabeçada por um monarca mas composta por múltiplas entidades detentoras de poder e o vocábulo

“tradicional” aludiria a tais permanências. Dessa forma, o título conseguiu, a meu ver, sintetizar bem o conteúdo do livro e ser, simultaneamente, sugestivo.

O primeiro capítulo – “As estruturas políticas na época moderna” – lança as principais ideias a partir das quais se estrutura a obra. No plano da cultura política, o autor reflete sobre a continuidade, em relação ao período medieval, da ideia de uma ordem social como reflexo de uma ordem natural justificada por fundamentos teológicos. De forma assertiva, aceita essa premissa. O autor reflete igualmente sobre o contratualismo, no plano da filosofia política, como salvaguarda do caos destruidor do individualismo. Esqueceu-se de contrapor essa ideia, de matriz hobsbiana, à concepção benévola da natureza do ser humano defendida, não exclusivamente, por Rousseau. Em todo o caso, entende-se esse facto pelo motivo de ser hegemónica essa concepção da política-sociedade. Reflete, por fim, sobre a existência ou não de um “Estado moderno” na época moderna portuguesa. Conclui que a aceção é anacrónica por ter subjacente uma política “portadora de interesses gerais ou supraclássistas” (p. 56) ou a de um Estado que promoveu a concentração de poderes ao ponto de eliminar o pluralismo.

Segue-se um capítulo a versar o grau de tradicionalismo e inovação do sistema político do Antigo Regime. Discorre sobre várias correntes do pensamento político, respetivamente, a segunda escolástica, a política católica, o regalismo e o absolutismo providencialista. Insiste, frequentemente, na dialética tradicional-moderno. A primeira proposta (a tradicional) concebe a sociedade e a política como construções do divino, apelando à justiça e à prudência como formas de bom governo. A segunda (a moderna) defende o carácter inorgânico do *corpus* social. A derogabilidade da concepção tradicional, no entender de Hespanha, só chegaria com o pombalismo.

No terceiro capítulo – “A questão constitucional” –, o autor explora o conceito de “constituição” e a sua aplicabilidade teórica. Ainda assim, o que reside de mais substantivo neste capítulo são as páginas dedicadas à política de Olivares e à forma como esta provocou uma rutura constitucional, antevendo que a Restauração, mais do que um movimento nacionalista, significou o regresso do modelo constitucional. As páginas que dedica à historiografia portuguesa sobre os Áustrias são igualmente interessantes. Contudo, parece-me criticável a extensão deste capítulo (quase cem páginas). O mais natural é que se tratasse de dois capítulos, e não um.

O capítulo seguinte, este já de uma dimensão bastante reduzida, acrescenta algumas reflexões de vulto. Hespanha considera que a autonomia da atividade judiciária é hoje desvalorizada, fazendo com que tenhamos o mesmo posicionamento quando pensamos a época moderna. E prossegue: “a justiça não era apenas uma das atividades do poder. Ela era – enquanto se manteve

pura a sua imagem tradicional – a primeira, senão a única, atividade de poder” (p. 198). O monarca era limitado pelo direito, e não o seu contrário. Embora a união essencial entre *iurisdictio* e *imperium* fosse controversa a dada altura, ela é consensualmente aceite até muito tarde. A par da justiça, e como fator potenciador da mesma, estava a graça. A “economia da graça” (p. 201), mais do que recompensar por serviços prestados, não devia ofender ou frustrar direitos adquiridos. O rei, como um bom governante de casa, devia atender quanto possível a todos os interesses, salvaguardando também os seus. Afirmar a existência de uma proximidade entre o governo da cidade e o governo da casa/ família (*oeconomia*) é adequado para descrever o ideal do bom governo da época.

No quinto capítulo – “Centro e periferia na época moderna” – o autor desafia mais uma vez a ideia de uma forte presença do Estado no território. A partir de um estudo quantitativo em relação ao oficialato em Portugal em meados do século XVII, conclui que a administração periférica da coroa, para além de ineficaz, era residual e, não raras vezes, inexistente. No seu conjunto, representaria cerca de 10% do oficialato político-administrativo português e com maior presença, ao contrário do que se poderia pensar, no interior, em especial nas alfândegas. Além disso, concorria com outros sistemas instalados – o sistema “concelhio” e o sistema comunitário tradicional. Esta é a prova, segundo Hespanha, de que a precocidade de um processo centralizador em Portugal é discutível, se não mesmo falsa. Faltou porventura abordar em tópico separado a administração eclesiástica que merecia uma reflexão mais profunda. No capítulo seguinte – “Os forais na época moderna” – o autor manteve a mesma tônica. A reforma dos forais no reinado de D. Manuel I tem sido um dos argumentos usados para propagar uma tese, a seu ver errada, sobre a centralização do poder régio em Portugal. Essa reforma, sustenta Hespanha, não visava o abatimento das prerrogativas próprias dos concelhos, antes “certificar a natureza e o montante dos direitos reais” (p. 257). Não estou certo de que esse argumento seja suficiente, mas é convincente. Recorre, neste capítulo em particular, e com grande frequência, a citações recuadas e extensivas de fontes manuscritas e impressas, o que me parece um exagero notório.

O sétimo capítulo, que versa sobre as finanças portuguesas no período considerado, explicita os constrangimentos de vária ordem no que toca às finanças da coroa. Em primeiro lugar, referem-se os constrangimentos do cálculo financeiro, ou seja, o facto de a coroa arrendar as suas receitas resultantes das cobranças de impostos e não anotar as suas despesas, gerando uma “pluralidade orçamental e de tesouraria” (p. 266). Em segundo lugar, referem-se os constrangimentos morais e jurídicos que tinham a ver com as questões da licitude

da tributação, em especial da Igreja, e a licitude das operações creditícias. Por último, importava referir que a administração das finanças públicas era entendida à luz da “ordem das coisas domésticas” (p. 282), sendo o reino visto como uma “casa” que tinha por chefe de família o monarca. Seguem-se muitas páginas dedicadas a identificar e detalhar a natureza dos rendimentos da coroa, deixando duas páginas para olhar para as despesas. Valeria a pena, apesar do capítulo já ser bastante longo, densificar melhor estas últimas.

No oitavo capítulo – “Guerra e sistema de poder” – Hespanha faz um balanço do peso político da organização militar e as consequências desta na organização política. Faz referência inicial ao facto de o reino português não ter sido afetado, grosso modo, pela “militarização da política” (p. 339) e de não ter desenvolvido um exército permanente até à Guerra da Restauração, ao contrário de outros estados europeus, entre os quais, a monarquia dos Habsburgos. Ao invés, a potência naval foi um fator “de credibilização externa de Portugal” (p. 340), estando esta ligada à criação do império português. O autor insiste, no essencial, na presença de reminiscências medievais na arte da guerra em Portugal e no seu tardio desenvolvimento na sua aceção moderna, concluindo que a guerra e a organização militar não foram um dos fatores decisivos no lançamento de um novo modelo político, apesar do seu sentido centralizador. Esta conclusão parece-me um tanto paradoxal, ainda que coerente com o pensamento do autor.

O capítulo seguinte, porventura um dos melhores, senão o melhor, desta coletânea de ensaios, versa sobre o período da integração de Portugal na monarquia dos Habsburgos. Propõe-se discutir quatro conceitos-chave: nação, reino, “União” e “Restauração”. O esmiuçar destes conceitos permite ao autor demarcar-se de uma interpretação nacionalista deste período. Fez bem em lembrar que foram múltiplos os projetos anteriores a 1580 de união das coroas, mesmo do lado português, e múltiplos os interesses instalados durante o período filipino desfavoráveis a um movimento de separação que iam muito para além da fidalguia e dos grupos privilegiados em geral. No entender de Hespanha, o movimento da Restauração foi espoletado, em primeira instância, pela questão “constitucional” já referida no terceiro capítulo. Entre as páginas 371 e 378, o autor faz um bom ensaio bibliográfico sobre a historiografia da Restauração. Seguem-se algumas páginas a escrutinar a forma como a problemática constitucional foi definida nas cortes de 1641.

Por fim, no último capítulo – “O modelo político do império colonial português” – Hespanha teve a capacidade de sintetizar bem as principais novidades da nova historiografia política dos impérios. A ideia que defende no tocante às relações entre a metrópole e as colónias, se quisermos entre o centro e a periferia, é hoje dominante na historiografia portuguesa. Se não soubesse que

foi o autor um dos maiores contribuidores nesse sentido, acharia porventura que este capítulo não acrescentava nada de novo, mas de facto não o foi aquando da sua publicação em separado. Ainda assim, é muito difícil hoje aceitar a aplicabilidade da teoria de Hespanha em relação ao império português, ou aceitá-la unilateralmente, sem pelo menos ler as críticas que lhe foram dirigidas e as interpretações historiográficas alternativas, das quais destaco a de Laura de Mello e Souza e a de Francisco Bethencourt. Não obstante tais críticas, tendo a concordar com a visão do autor, se bem que esta sairia enriquecida com a utilização de novas fontes que não as impressas e/ou jurídico-legais.

Tanto este como os outros capítulos elencados anteriormente têm a particularidade de ser materiais de forte pendor didático e científico, fortemente recomendáveis para leitura aos alunos do ensino superior. Acresce que esta publicação resulta de maturidade científica e de um pensamento edificado e bem fundamentado pelo autor no decorrer da sua longa vida académica. Deixo a recomendação de que esta publicação seja traduzida para inglês para atingir um maior número de leitores.

Tiago Moura Gonçalves

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

tiagogoncalves024@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-0350-6515>



**Charlotte de Castelnau L’Estoile, *Páscoa e seus dois maridos: um romance inspirado na história real de Páscoa Vieira, uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal*, Lisboa, Edições ASA II S.A., 2022, 255 p. ISBN: 978-989-23-5424-8.**

Publicado pela primeira vez em 2019, na França, o livro *Páscoa e seus dois maridos: uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal* chegou a Portugal em maio de 2022, por iniciativa da Edições ASA II S.A., uma das editoras do Grupo Leya. Escrita pela historiadora e professora de História Moderna na Universidade de Paris, Charlotte de Castelnau L’Estoile, e premiada em 2020 com o *Prix Lycéen du Livre d’Histoire*, a obra trata da história de Páscoa Vieira, mulher negra acusada de bigamia e julgada pelo tribunal do Santo Ofício no final do ano de 1700. Numa abordagem micro-histórica, Castelnau reconstrói não só a prisão e o julgamento, mas também a vida de Páscoa, utilizando as experiências dessa personagem histórica para tratar de temas historiográficos variados, especialmente no que diz respeito à escravatura e algumas das suas diversas nuances.

Interessada na História do Brasil, disciplina que leciona na Université Sorbonne, Charlotte de Castelnau L’Estoile formou-se na École Normale Supérieure e na Universidade de Cambridge e doutorou-se, com uma tese sobre o projeto da Companhia de Jesus no Brasil colônia, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). *Páscoa e seus dois maridos*, dividida em oito capítulos, mais prólogo, introdução, epílogo e alguns mapas, transformou-se numa obra de referência do seu trabalho.

O livro abre com um mapa, que, ao delimitar as fronteiras da presença portuguesa no Atlântico e caracterizar o território como um espaço católico, acaba servindo como um primeiro vislumbre do objetivo da obra. Afinal, ao contar a história de Páscoa, a autora conta, também, a história do espaço atlântico e da sua conexão religiosa. Já o pequeno prólogo que se segue é completamente focado em Páscoa Vieira e no processo analisado pela historiadora. Castelnau começa a história com a transcrição da apresentação de Páscoa perante os inquisidores, apresentando-a, também, aos leitores, por meio das suas próprias palavras, assim ressaltando o valor da voz desta mulher, ouvida depois de sete anos e sessenta e seis fólios de inquéritos sobre sua vida conjugal.

A voz de Páscoa também é assunto destacado na introdução, e os objetivos da autora são esclarecidos nesta parte. A historiadora deseja, sim, apresentar a vida de Páscoa, e, principalmente, fazer ouvir a voz de uma mulher duplamente escravizada que, apesar de subalternizada e de encaixar-se num estereótipo de

pessoa dominada, desafiou o destino que lhe tinha sido imposto. Por outro lado, as reflexões mais globais, sobre a escravatura, o catolicismo e a Inquisição, são tão importantes para o trabalho de Castelnau quanto Páscoa Vieira. Como em toda boa análise micro-histórica, a autora usa a vida de Páscoa para recriar o contexto histórico com que trabalha, apesar de, por vezes, pecar um pouco nas generalizações que faz do período estudado a partir da vida de Páscoa.

Ao final da introdução, foi incluído um outro mapa, que marca as circulações atlânticas ligadas ao processo de Páscoa. Isso porque esta, natural de Massangano, em Angola, foi vendida e traficada para Salvador da Bahia, no Brasil, sendo julgada, anos depois, pela Inquisição de Lisboa. Com esse mapa, Castelnau faz lembrar uma outra vertente importante de seu trabalho, muito inspirado pelas correntes da História Global e Transnacional. A movimentação de Páscoa Vieira pelo Atlântico também é objeto de estudo da autora e, portanto, antes de começar a análise do processo, ela contextualiza os leitores em relação à geografia. Vale comentar que o livro também é muito enriquecido pelos trechos de transcrições do processo, que não só contêm imenso valor histórico, como ajudam o leitor a imergir no universo de Páscoa Vieira.

Ao longo do livro, Castelnau constrói uma narrativa baseada na própria composição do processo aberto contra Páscoa, introduzindo os assuntos relativos a uma historiografia mais geral por meio de subcapítulos. Assim sendo, a autora aproveita-se da denúncia para tratar do medo que as pessoas sentiam da Inquisição e para contar um pouco da história dessa instituição em Portugal e no Brasil. Por fim, os holofotes se voltam para a escravatura, pois as questões da conversão dos escravizados ao catolicismo, geralmente forçada e insuficiente em termos doutrinários, e de sua posição social como fiéis e escravizados, encontram-se no centro da análise historiográfica de processos como o de Páscoa.

O segundo capítulo da obra, mais focado na análise do processo, como é o caso de quase todos os seguintes, introduz o assunto que virá a nortear os próximos três capítulos. A partir daqui, a dimensão transnacional da História, tanto no caso da vida de Páscoa, quanto no caso da atuação do Santo Ofício no império português, fica mais evidente, apoiada pela análise minuciosa dos testemunhos recolhidos em Angola e no Brasil. O ponto central do segundo capítulo é, precisamente, a relação, marcada pela desigualdade e pela agressividade, entre Angola e Brasil, estabelecida por meio da religião e, principalmente, do tráfico transatlântico de escravizados.

O terceiro e o quarto capítulos seguem em Angola, investigando a história e a legitimidade do casamento de Páscoa com seu primeiro marido, o escravizado Aleixo. Este quarto capítulo é, na minha opinião, um dos mais interessantes e

completos capítulos de *Páscoa e seus dois maridos*, pois dá vida à personagem para além da tragédia do tráfico transatlântico de escravizados. Nesta parte, a autora, ainda utilizando os testemunhos recolhidos pelo Santo Ofício, reconstrói a vida que Páscoa viveu antes de ser levada para o Brasil e ter de refazer sua própria vida, tecendo também reflexões sobre a sociedade luso-africana da época, sobre a História Local de Massangano, sobre a escravidão naquele território e, é claro, sobre o tráfico, de que Páscoa foi uma dentre os mais de dois milhões de vítimas.

O capítulo 5, igualmente interessante, é dedicado a Pedro Arda, o segundo marido de Páscoa. Se o capítulo anterior menciona os percalços que Páscoa enfrentou em seu casamento com Aleixo, este trata da luta de Pedro e Páscoa para ficarem juntos, da capacidade de ação que tinham sobre suas vidas e destinos e dos direitos que ambos tinham, apesar de escravizados, como católicos que firmaram o sacramento do matrimónio perante a Igreja. Aqui, a autora continua a refletir sobre as relações de Páscoa, sobre o quotidiano dos escravizados, sobre a ligação entre a África portuguesa e o Brasil e sobre o cenário eclesiástico colonial, que, na minha opinião, poderia ser mais densamente explorado ao longo da obra, sobretudo no que diz respeito à colaboração entre os poderes episcopal e inquisitorial no império português. Contudo, entendo que a proposta do livro é outra.

No sexto capítulo, Castelnau nos conta que Páscoa foi presa e levada para os cárceres da Inquisição de Lisboa. Neste, que é outro dentre os melhores e mais fortes capítulos da obra, Páscoa dá a sua própria versão dos factos, sem se deixar intimidar pelos inquisidores, provando-nos que ela se recusou a reduzir-se perante seus algozes. Entretanto, antes de selar o destino de Páscoa e encerrar o livro, a autora permite-nos algum respiro. Trata, no sétimo e penúltimo capítulo, de um contexto mais amplo, como ela própria define, e dedica-se a explicar ao leitor os pormenores teológicos e práticos dos casamentos entre escravizados. O assunto ainda não recebeu a devida atenção historiográfica, o que deixou o capítulo mais instigante. Uma vez que o leitor já leu a história de Páscoa, pode agora fazer, junto com a autora, o estimulante exercício de encaixar esta história específica numa história geral.

*Páscoa e seus dois maridos* é uma obra interessante, bem escrita e de bastante relevância historiográfica. A metodologia adotada na produção do livro, em que a autora elabora uma análise micro-histórica e minuciosa do processo de Páscoa com pitadas de História Global e Transnacional, faz parte de uma tendência historiográfica em ascensão e bastante útil, para além de atrativa ao historiador e ao leitor, e as contribuições da obra para a História da Escravidão e para as Histórias do Brasil e de Angola são imensuráveis. Entretanto, produzir

Micro-História, e, mais ainda, encaixá-la na História Global, é um desafio e tanto, e a autora por pouco não tirou a proposta de letra. Caiu, vez ou outra, na armadilha das generalizações, um perigo para quem escreve Micro-História e de que nenhum historiador está isento. Mas a qualidade da obra mantém-se. Afinal, acredito que a historiadora só enfrentou tal dificuldade porque tem em mãos um caso extraordinário, e conseguiu fazer jus a ele.

Fazer ouvir a voz de Páscoa, especialmente em uma obra que honra sua capacidade de agência e o contexto histórico em que ela esteve inserida, foi um grande acerto por parte de Charlotte de Castelnuovo. Afinal, como já sabemos muito bem, graças aos contributos historiográficos “vindos de baixo”, a História também pode ser feita de pessoas comuns que deixaram rastros fantásticos, e, se Páscoa deixou um desses rastros, é indispensável a leitura da obra que o segue.

Júlia Resende De Paoli

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

[julia.depaoli.uni@gmail.com](mailto:julia.depaoli.uni@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0009-1064-6941>

**Roberta Stumpf, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *1822 Das Américas portuguesas ao Brasil*, Casa das Letras, 2022, 355 p., ISBN 978-989-661-478-2.**

Roberta Stumpf é doutora em História pela Universidade de Brasília, professora associada da Universidade Autónoma de Lisboa e investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDHEUS). Nuno Gonçalo Monteiro é doutorado em História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa e investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Ambos os autores são especialistas no mundo luso-brasileiro do período Moderno e as suas mestrias estão demonstradas no livro *1822: das Américas portuguesas ao Brasil*, lançado em 2022 pela Editora Casas das Letras. A obra promove uma análise crítica sobre os eventos que levaram à separação entre o Reino de Portugal e o Brasil e ultrapassa o âmbito original, ao estudar os momentos seguintes à independência do território, como as turbulências económica, política e social sentidas em ambos os territórios e a formação da nacionalidade brasileira. Como o título e a data de publicação indicam, a obra foi lançada no bicentenário da Independência do Brasil, mas o seu propósito não é celebrativo. O livro possui balizas temporais amplas, centrando-se no período compreendido entre a primeira metade do século XIX, correspondente à ida da família real e da corte portuguesa para o Brasil em 1807, e o reconhecimento formal da independência do território por Portugal, em 1825. Como explicam os coordenadores, essa cronologia é crucial para entender o âmbito da obra e o seu público-alvo, isto é, para que, mediante uma leitura profunda das conjunturas que estavam presentes no período, os leitores portugueses percebam melhor os eventos que ocorreram no Brasil.

A obra está estruturada em oito capítulos e conta com contribuições de investigadores portugueses e brasileiros. O primeiro capítulo analisa a saída da corte portuguesa e as mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. O segundo observa como a guerra, a diplomacia e o comércio foram aspetos centrais do movimento independentista. O terceiro reconstrói a polarização entre as elites de Portugal e os deputados “dos Brasis”. O quarto procura reconstruir eventos paradigmáticos da Independência tendo como fontes os periódicos publicados no Brasil. Utilizando rituais e objetos de poder, o quinto capítulo demonstra a separação simbólica da monarquia ocorrida no seio da casa dos Braganças. O sexto examina como o tráfico de pessoas escravizadas foi afetado e afetou a Independência. O sétimo propõe uma análise interdisciplinar de pinturas e ilustrações produzidas no período. O oitavo e último capítulo analisa as querelas que construíram a nacionalidade brasileira. Cada capítulo está dividido numa série de partes que promovem uma leitura acessível.

Roberta Stumpf assina o primeiro capítulo, intitulado “Servir o rei nos trópicos: o reino do Brasil e a monarquia carioca”. A autora reconstrói a trajetória da corte portuguesa e as mudanças ocorridas durante a sua estada no Brasil. A autora contraria o determinismo historiográfico ao desenvolver a imprevisibilidade do cenário e da operação de deslocação dos Braganças e da sua corte. Stumpf relata o longo planeamento da ida da família real e como os lisboetas reagiram ao evento. Após uma curta passagem por Salvador e pelas suas festividades, meticulosamente exploradas e interpretadas, o capítulo transporta a corte e o leitor para a cidade do Rio de Janeiro. Na cidade, Stumpf demonstra o desenvolvimento da nova capital e a criação de instituições como o Desembargo do Paço e a Casa da Suplicação. Nesse sistema simultaneamente novo, pela sua recente criação, e antigo, pela replicação da estrutura de poder oriunda do Antigo Regime português, a autora explora as tensões do período, traçando um paralelo intrigante entre essa estrutura, o reforço do sistema de mercês para fidalgos *cariocas* e a medida liberal da abertura dos portos às nações amigas. Conclui o capítulo reforçando os fatores imprevisíveis presentes na vinda da família real e o seu assentamento no Brasil. Roberta Stumpf reconstrói os eventos de maneira cativante, envolvendo o leitor na trama política e nas transformações do período.

O capítulo seguinte, intitulado “Por força das circunstâncias: guerra, comércio e a separação do Brasil” é de autoria de Jorge M. Pedreira. O autor analisa como o impacto das conjunturas externas da guerra, as flutuações económicas e as diversas crises diplomáticas contribuíram para a Independência do Brasil. Pedreira retorna à cronologia do capítulo anterior e procura aprofundar a trama diplomática arquitetada pela monarquia portuguesa para manter a neutralidade, face à tensão diplomática e militar entre a Inglaterra e a França. Após o assentamento de D. João VI no Brasil, o autor procura entender o impacto económico e financeiro da abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês nos produtos brasileiros e portugueses, o fim do pacto colonial e a consolidação de uma liberdade comercial. Num terceiro momento, Jorge Pedreira analisa as demandas das Cortes Vintistas do fim do estatuto de “Reino Unido” ao Brasil, a reconstituição do pacto colonial e o retorno de D. João VI, da sua família e da corte a Portugal. Essa posição intransigente por parte dos políticos vintistas e da recusa dos delegados “brasileiros” aumentou, segundo o autor, a tensão e o clamor pela Independência. O texto termina com a análise da continuidade da presença de mercadores portugueses no Brasil e de “brasileiros” em Portugal, principalmente no tocante ao tráfico de pessoas escravizadas. Devido à densidade dos três eixos temáticos do capítulo e as páginas que lhe foram reservadas, a análise de Pedreira é, nalguns momentos, pouco desenvolvida.

“Muitos *Brasis* e um Reino de Portugal e Algarves: a construção da alternativa de independência de 1822” é o título do terceiro capítulo, escrito por Andréa Slein. A autora retoma o impasse gerado nas cortes vintistas entre deputados oriundos dos territórios da colônia. Postula que esses deputados “brasileiros” eram oriundos de territórios diferentes e possuíam perspectivas distintas sobre o futuro da relação Portugal-Brasil, não necessariamente estando de acordo com um movimento independentista ou na construção de um Estado. Essa diversidade de opiniões é fruto dos diversos moldes diferentes da colonização portuguesa, uma análise intrigante, ainda que demasiadamente estruturalista, dado que Slein caracteriza os deputados como “avatares” dos seus territórios, pouco considerando as trajetórias pessoais e seus estamentos. A querela político-social pré-independentista, segundo Slein, obrigou os diversos políticos e revoltosos do Brasil a organizarem-se em diversos agrupamentos regionais e esporádicos. Slein desconstrói a narrativa de unidade dos deputados “brasileiros” em prol de um país unificado, ao observar e pormenorizar as diferentes mentalidades dos representantes do território brasileiro. Constrói, assim, uma ousada interpretação para um objeto de estudo bastante explorado pela historiografia.

Isabel Lustosa é a autora que se segue com o capítulo “A imprensa fez a Independência”. A autora propõe entender, através dos periódicos, acontecimentos paradigmáticos da história brasileira da primeira metade do século XIX. Lustosa promove uma releitura sobre a queda dos Andradas dos ministérios e da graça do monarca por meio dos controversos episódios de ataques políticos e físicos promovidos pelos irmãos. Como fica demonstrado por esta reconstrução, a autoria dos ataques é dúbia e provavelmente teve intervenção do monarca. Isabel Lustosa propõe-se ainda analisar as querelas trazidas pela instauração da liberdade de imprensa, como os ataques editoriais dos jornais *A Malagueta* e *O Espelho* – que incluíram denúncias de relações homossexuais entre membros da imprensa, retóricas essas que permitem uma análise da mentalidade da época, entretanto vagamente explorada pela autora. Refere-se também ao espancamento do jornalista Luís Augusto May. A autora peca ao não fundamentar suficientemente argumentos basilares ao texto. Um exemplo pertinente encontra-se na página 126, quando argumenta existirem republicanos “disfarçados” de monarquistas constitucionais nos territórios brasileiros, mas não indica fontes que corroborem essa fascinante observação.

O quinto capítulo “Os Braganças de cá e de lá: legitimidade, soberania e os teatros de poder da dinastia”, da autoria de Isabel Corrêa da Silva, propõe observar os acontecimentos políticos portugueses e “brasileiros” pela perspectiva dos monarcas D. João VI de Portugal e D. Pedro I do Brasil. A autora debruça-se sobre o retorno do rei a Portugal e seu juramento nas cortes, desconstruindo a

narrativa segundo a qual esses eventos foram propositalmente desorganizados, com o intuito de punir e humilhar o monarca. A autora argumenta que uma série de imprevistos, entre eles o desconhecimento do local e da hora a que o monarca aportaria, impossibilitou uma receção ordenada. Seguindo D. Pedro I, analisa dois momentos cruciais para a rutura entre os reinos: a aclamação e a coroação do monarca – esse segundo ritual ausente na monarquia lusitana por vontade do primeiro rei da dinastia de Bragança. Corrêa da Silva interpreta o poder simbólico nos aparatos régios da monarquia brasileira, visando demonstrar como a sua criação, de inspiração napoleónica, passava uma imagem de distanciamento dos rituais da monarquia portuguesa. Por fim, demonstra como a necessidade de os monarcas reatarem os seus laços foi um aspeto crucial para manter intacta a governação da casa nos territórios e para o reconhecimento da Independência do Brasil pelas potências estrangeiras. Isabel Corrêa da Silva promove uma análise interdisciplinar da cultura material nas monarquias lusa e brasileira e das ações políticas e simbólicas dos reis da dinastia de Bragança.

“Escravidão e tráfico negreiro na Independência do Brasil” é o título do sexto capítulo. Alain El Youseff, o autor, analisa as mudanças sofridas pela prática de escravidão durante a rutura do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. El Youseff divide o período e o capítulo em duas partes: uma atinente ao regime absolutista joanino e outra ao liberalismo pedrista. No decurso do reinado joanino, postula El Youseff, há uma relação direta entre a diplomacia e a escravidão. Analisa a forma como a corte joanina e os seus representantes no Congresso de Viena – o futuro Duque de Palmela, o ex-Governador do Maranhão e o Embaixador de Portugal no Império Russo – articularam planos para evitar o banimento do tráfico de escravos, mesmo contra os clamores ingleses. Na segunda parte, o autor observa como a política de proibição do tráfico escravagista, executada por D. Pedro I e os seus ministros, foi lenta e progressiva. O capítulo e sua análise pouco promovem novas perspetivas sobre a escravidão no Brasil do século XIX.

No sétimo capítulo, com o título “Iconologia em transição: a comunicação da imagem real em tempos de incerteza” de autoria de Miguel Figueira de Faria, procura-se observar a produção artística de diversos pintores, ilustradores e arquitetos no período de 1807-1822. Faria analisa 14 obras de arte, demonstrando a dicotomia entre as chamadas “imagens de ausência” criadas por patronos lisboetas e as “imagens de actualidade” da intensa vida da corte no Rio de Janeiro. O autor analisa a transição do estilo artístico do século XVIII para o romantismo do século XIX, atrelando-os com a conjuntura da Independência. Faria não se aprofunda nalgumas das obras de arte selecionadas, como a gravura *Desembarque de D. João VI em Lisboa*, de Constantino Flores, para a qual foram reservadas breves linhas.

Nuno Gonçalo Monteiro assina o capítulo final da obra, “Brasileiros e portugueses, 1822. Trajetórias individuais e produção das diferenças”. O autor observa a criação da nacionalidade brasileira por meio da análise de diversas carreiras relevantes na querela da Independência. Nuno Gonçalo Monteiro argumenta que o conceito de “nacionalidade” não estava presente durante a Época Moderna, sendo utilizada a identificação de “habitantes” do reino e do Império português, requisito necessário para os súditos adquirirem honras e mercês do rei. A meticulosa análise dos nobres que seguiram D. João VI e dos títulos criados pelo monarca no Brasil mostram que o início da demarcação da nacionalidade ocorreu pela não miscigenação entre as elites lusitana e brasileira, durante a residência da corte no território. Prosseguindo sua análise, conclui que os militares, magistrados e membros do clero se miscigenaram no Brasil, dado que nasciam na metrópole e atuavam e construíam suas vidas no Brasil. Assim, para esses e outros grupos, a separação de “portugueses” e “brasileiros” ocorreu ao longo da década de 20, fruto de uma escolha individual de qual pátria apoiar. O autor comprova esse argumento ao examinar os periódicos e alguns percursos de vida de famílias separadas pelo movimento de 1822.

Em conclusão, *1822: das Américas portuguesas ao Brasil* é uma obra acessível e multifacetada sobre os eventos relacionados com a Independência do Brasil. O objeto de estudo é analisado por meio de diversas perspectivas historiográficas e interdisciplinares. É um livro que pode ter um forte impacto no leitor não especializado e no mundo acadêmico, ao propor algumas releituras inovadoras utilizando tendências historiográficas em voga. Entretanto, a obra, nalguns momentos, peca ao promover análises que pouco acrescentam aos novos estudos historiográficos sobre a Independência. A sobreposição de temáticas torna a leitura, nalguns momentos repetitiva, mas permite um exercício muito positivo de confrontação de perspectivas. Os exemplos mais notáveis de capítulos que produzem análises opostas são os dois primeiros e o debate acerca da planificação da ida da corte ao Brasil, com Stumpf defendendo um evento planeado e Pedreira interpretando-o como desorganizado. É, portanto, um livro que propõe leituras diversas, tornando mais rico, para o leitor, o exercício de reflexão crítica, propondo-lhe uma compreensão das diversas faces dos acontecimentos pré e pós 1822.

Pedro Teixeira

Universidade de Coimbra

pedroateixeira@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-9993-5628>



## Sumário

Editorial	
Maria Antónia Lopes.....	5
<b>Artigos</b>	
El fracaso del éxito del concilio de Trento en el foro privado: la Galicia rural en tiempos de Felipe II	
Ofelia Rey Castelao .....	9
Recursos naturais e direitos de propriedade em Portugal: o caso da enfiteuse	
Margarida Sobral Neto.....	39
Los manuscritos visigóticos de la <i>Expositio Psalmorum</i> de Casiodoro: códices, textos y escrituras	
Paloma Cuenca Muñoz .....	55
Uma crónica abacial quatrocentista num Livro da Fazenda do Mosteiro de Alcobaça	
Saul António Gomes .....	83
Escenografía de la muerte: los funerales de Pedro de Portugal en la ciudad de Barcelona (1466)	
Vera Cruz Miranda Menacho .....	103
Servir as almas do Purgatório na cidade e nas aldeias: confrarias das almas e defuntos de Coimbra e de duas comunidades rurais do bispado, na Época Moderna	
Filipe Miguel de Andrade Campos .....	127
Sebastianist traces in Northern Europe: the case of <i>Der Spanische Quintana</i> (1686-1687) by Werner Happel	
Luis Conde Blázquez .....	151

La materialidad de los libros en el ámbito doméstico de las élites gallegas a fines de la Edad Moderna Daniel Mena Acevedo.....	171
Uma perspetiva sobre o investimento municipal oitocentista em tempo de crise: 1892-1910 Paulo Leitão .....	201
A Filoxera no concelho de Vila Nova de Ourém – 1882-1900 Fábio Emanuel Oliveira .....	245
A medievalização da memória. O Mosteiro da Batalha e a Primeira Guerra Mundial Duarte Manuel Freitas e Sérgio Neto.....	279
Nas vésperas da Guerra Civil de Espanha. A estada do general José Sanjurjo em Portugal e a conspiração da direita espanhola (1934-1936) Fábio Alexandre Faria.....	317
“Year X of the National Revolution” – Salazarist palingenetic myth in the <i>Diário da Manhã</i> Joe Williams.....	343
Capitalismo e desigualdade. Característica estrutural ou implicações diferentes de diversas conceções socioeconómicas? Uma leitura historiográfica João Paulo Avelãs Nunes & António Rafael Amaro .....	369
<b>Recensões críticas</b>	
Ana Maria Sixto Barcia .....	395
Antero Ferreira.....	405
António Cabeças e Arlindo Alegre Donário .....	409
Rui Pedro Neves .....	415
Gabriel Martínez Bonora .....	427
Leonor Salguinho Ferreira .....	433
Guilherme Sousa.....	437

Maria Rita Loio.....	443
Tiago Moura Gonçalves.....	449
Júlia Resende de Paoli .....	455
Pedro Teixeira .....	459

